



**cieg<sup>3</sup>** CENTRO INTERDISCIPLINAR DE ESTUDOS DE GÉNERO ISCSP-ULISBOA



# ESTUDOS DE GÉNERO

## Diversidade de Olhares num Mundo Global



**Anália Torres**  
**Dália Costa**  
**Maria João Cunha**  
(ORG.)



COLEÇÃO ESTUDOS DE GÉNERO  
**Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas**  
UNIVERSIDADE DE LISBOA

EDIÇÕES  
**ISCSP**  
ebook 





# **ESTUDOS DE GÉNERO**

Diversidade de Olhares  
num Mundo Global

ISCSP

**COLEÇÃO ESTUDOS DE GÉNERO**



Anália Torres  
Dália Costa  
Maria João Cunha  
(org.)

# **ESTUDOS DE GÉNERO**

Diversidade de Olhares  
num Mundo Global

**Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas**  
Universidade de Lisboa  
2018

**COLEÇÃO ESTUDOS DE GÉNERO**

**TÍTULO**

Estudos de Género: Diversidade de Olhares num Mundo Global

**ORGANIZAÇÃO**

Anália Torres | Dália Costa | Maria João Cunha

**AUTORES/AS**

Adelaide Gregorio Fins | Amanda dos Santos Lemos | Ana María Castro Sánchez | Angela Kalckmann  
Romanó Sartor | Antonio Carlos de Oliveira | Ayfer Dağdelen | Benilde Moreira  
Carla Cruz | Clara Maria de Oliveira Araújo | Cláudia Costa Brochado | Conceição Nogueira  
Débora Ricci | Domenico Carbone | Emilia Paprzycka | Estefânia Gonçalves Silva | Fatima Farina  
Fernando André Rosa | Fernando Vázquez-Portomeñe Seijas | Himabindu Timiri | Joana Freitas  
Joana Topa | Joanna Dec-Pietrowska | Joséia Ferreira dos Reis | Laura Harrison  
Luciana Moreira de Araujo | Maria Bevacqua | Maria João Cunha | Maria José Magalhães  
Mariana Mello Souto Maior | Michelle Paiva | Nivia Barros Olga Czeranowska | Pete Freeman  
Raquel Quirino | Rita Freitas | Sandra Dufour | Sílvia Mello Souto Maior | Sofia Neves  
Sonia Maria Melchiorre | Soraia de Mello Guimarães | Tülay Atay-Avşar

**EDITOR**

© ISCSP – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas  
Rua Almerindo Lessa, Campus Universitário do Alto da Ajuda  
1300-663 Lisboa

**[www.iscsp.ulisboa.pt](http://www.iscsp.ulisboa.pt)**

**ebook** 

Publicação eletrónica em formato PDF.

**ISBN 978-989-646-133-1**

Dezembro de 2018

# ÍNDICE

NOTAS SOBRE OS/AS AUTORES/AS .....	13
AGRADECIMENTOS.....	23
INTRODUÇÃO.....	25
<b>I. TEORIAS CONTEMPORÂNEAS E INOVAÇÕES</b>	
1. JOANA TOPA, CONCEIÇÃO NOGUEIRA & SOFIA NEVES	
<b>A teoria da interseccionalidade:     sua contribuição na transformação das políticas públicas e dos sistemas de saúde</b> .....	31
2. MARIA BEVACQUA & LAURA HARRISON	
<b>Gender and Women's Studies at Minnesota State University, Mankato, USA:     Bridging theory and practice</b> .....	45
<b>II. POLÍTICAS PÚBLICAS</b>	
3. TÜLAY ATAY-AVŞAR & AYFER DAĞDELEN	
<b>The language of policy: an analysis of turkish 5-year development plans     and gender issues in agro-rural sector</b> .....	59
4. JOSÉLIA FERREIRA DOS REIS	
<b>Feminização da Pobreza e Acesso à Justiça Federal:     a situação de famílias requerentes do BPC</b> .....	79
5. MARIANA MELLO SOUTO MAIOR & SÍLVIA MELLO SOUTO MAIOR	
<b>Ações Pedagógicas e Relações de Género na Escola:     pesquisa e intervenção com estudantes do Ensino Médio do IFRJ</b> .....	95
<b>III. DEMOCRACIA E INSTITUIÇÕES POLÍTICAS</b>	
6. DOMENICO CARBONE & FATIMA FARINA	
<b>"Pink quotas": as solution of gender balance in the Italian political system.     Is it enough?</b> .....	115

7.	SORAIA GUIMARÃES & RAQUEL QUIRINO	
	<b>Os impactos da marcha das Margaridas na visão do mundo e na prática social das mulheres do meio rural</b>	135
8.	FERNANDO ROSA & MARIA JOSÉ MAGALHÃES	
	<b>A construção do conhecimento a partir de narrativas biográficas em militâncias queer-feministas</b>	153
<b>IV. FEMINISMOS E HISTÓRIA DAS IDEIAS FEMINISTAS</b>		
9.	SANDRA DUFOUR	
	<b>Antifeminism in the United States: Phyllis Schlafly against the constitutional equality between the sexes</b>	181
10.	CLÁUDIA COSTA BROCHADO	
	<b>Idade Média: tempo privilegiado de memória feminina</b>	197
<b>V. FAMÍLIA, SEXUALIDADE E RELAÇÕES DE INTIMIDADE</b>		
11.	EMILIA PAPRZYCKA & JOANNA DEC-PIETROWSKA	
	<b>Between polarization and opposition: contexts of constructing female and male sexuality in sexual education textbooks in Poland</b>	209
12.	BENILDE MOREIRA	
	<b>O sentido dos direitos nas relações de intimidade ou a Caixa de Pandora?</b>	227
13.	ÂNGELA SARTOR & CLARA ARAÚJO	
	<b>Os novos pais/homens nas redes sociais</b>	243
<b>VI. REPRESENTAÇÕES, IDENTIDADE E CULTURA</b>		
14.	MARIA JOÃO CUNHA & CARLA CRUZ	
	<b>A representação das minorias sexuais nas notícias da imprensa (LGBT nas notícias)</b>	261
15.	SONIA MARIA MELCHIORRE	
	<b>"As public as the dinner table and governed by the same rules of formal confrontation": food and the construction of gender identity in contemporary advertising</b>	283
16.	DÉBORA RICCI	
	<b>A imagem violenta gera violência: viagem através da representação destorcida do corpo feminino na publicidade italiana</b>	295
17.	JOANA FREITAS	
	<b>"Gender wars in videogames": a representação de protagonistas femininas em videojogos</b>	323
18.	AMANDA DOS SANTOS LEMOS	
	<b>A identidade da mulher negra</b>	341



## VII. VIOLÊNCIA DE GÊNERO, SAÚDE E CORPO

19. RITA FREITAS & NIVIA BARROS  
**O enfrentamento a violência contra mulheres – universidade e redes** ..... 357
20. ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA & LUCIANA MOREIRA DE ARAUJO  
**Relações de gênero e violência: estratégias de resistência por parte de um grupo de mulheres da favela da Mangueirinha na Baixada Fluminense** ..... 375
21. FERNANDO VÁZQUEZ-PORTOMEÑE SEIJAS  
**Actitud de las víctimas de violencia de género a la hora de interponer denuncia y de testificar en juicio** ..... 393

## VIII. TRABALHO, ECONOMIA E AMBIENTE

22. OLGA CZERANOWSKA  
**Gender of prestige? Experiences of male and female members of high prestige occupational groups** ..... 411
23. MICHELLE PAIVA  
**A “invisível” anatomia política do cancro... uma análise cruzando gênero, trabalho e saúde** ..... 429
24. PETE FREEMAN  
**Training technopreneurs: potential solutions for improving female technopreneurs' self efficacy in Switzerland** ..... 445

## IX. MIGRAÇÕES, GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

25. ESTEFÂNIA SILVA, CONCEIÇÃO NOGUEIRA & SOFIA NEVES  
**As migrações como espaços de desigualdade na vida pessoal, familiar e profissional das mulheres imigrantes** ..... 463
26. HIMABINDU TIMIRI  
**Translocal subjectivity and gender in the narratives of Indian immigrant women** ..... 481

## X. ESTUDOS CULTURAIS E ARTÍSTICOS DE GÊNERO

27. ADELAIDE GREGORIO FINS  
**Corpos vulneráveis e Sororidade nas Novas Cartas Portuguesas: a dimensão ética do Care na luta social e política do gênero no gênero literário** ..... 501
28. ANA MARÍA CASTRO SÁNCHEZ  
**El lugar del arte en las políticas feministas** ..... 515

## ÍNDICE DE FIGURAS

6.1	Importance given to equal opportunities (% of strongly agree).....	120
12.1	Esquema de argumentação jurídica do Tribunal da Relação do Porto – Acórdão 413/11.2GBAMT.P1.....	238
16.1	O que aparece no Google quando digitamos a palavra Mulher (Woman)? Campanha da United Woman – junho 2016.....	299
16.2	A pirâmide do Sexismo.....	301
16.3-4	Publicidade USA dos anos 50.....	303
16.5	Grande cartaz publicitário de um ginásio numa das ruas mais importantes da cidade de Viterbo.....	304
16.6	Como são representados homens e mulheres na publicidade italiana.....	305
16.7-10	Publicidades de vários produtos segundo os estilos pictóricos da época. Anos 30 e 40.....	306
16.11-13	Publicidades dos anos 60 e 70.....	306
16.14-16	Cartazes publicitários da cerveja Peroni com várias <i>testimonials</i> “loiras”.....	307
16.17-19	O corpo nu. Exemplos de publicidades.....	308
16.20	As possibilidades da cirurgia estética no corpo feminino.....	310
16.21	Ao comprar o tal produto é possível ganhar uma cirurgia estética na parte do corpo escolhida pela consumidora!.....	310
16.22-23	Campanhas contra a violência de género.....	312
16.24	Publicidade de uma agência de viagem.....	312
16.25	Campanha publicitária de tintas para paredes.....	313
16.26-27	Publicidades para o canal televisivo FX com a escrita “O homem não vê outra coisa”.....	313
16.28-47	Imagens e categorias: a narrativa publicitária. Alguns exemplos.....	314
16.48	Ilustração do livro de Lewis Carroll, <i>Alice Through The Looking Glass</i> .....	320
17.2	Transcrição pessoal da célula melódica temática de Quiet no programa Finale 2014.....	336

## ÍNDICE DE QUADROS

6.1	Index related to the importance given to the achievement of equal opportunities .....	122
6.2	Index related to the importance given to the achievement of equal opportunities .....	123
6.3	Priorities in the councilwomen's political agendas (%) .....	126
6.4	Odds ratios and confidence intervals (at 95%) related to the propensity to put the equal opportunities issues at the top of the councilwomen's political agenda.....	127
8.1	Caracterização social das entrevistas narrativas .....	164
11.1	Feminine sexuality versus masculine sexuality .....	222
13.1	Resumo dos perfis/autores selecionados .....	250
14.1	Categorias da Análise de Conteúdo.....	269
14.2	Análise de discurso às notícias .....	273
17.1	Tabela de organização esquemática dos papéis funcionais do tema musical de Quiet .....	335



## NOTAS SOBRE OS/AS AUTORES/AS

**SORAIA DE MELLO GUIMARÃES** nasceu em Belo Horizonte, Brasil em 1970. Licenciou-se em Pedagogia em 2014, na Faculdade do Estado de Minas Gerais. Neste mesmo ano, prestou provas de Mestrado do Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET/MG, com a defesa de Dissertação “Divisão Sexual do Trabalho no meio rural e as contribuições da Marcha das Margaridas para mulheres do Município de Porteirinha-MG”, sob orientação da Professora Doutora Raquel Quirino Gonçalves. Em 2017, especializou-se em Educação Especial e Inclusiva. Dedicou-se exclusivamente à docência, em termos profissionais. Atualmente, leciona no Ensino Superior IPEMIG, atua como coordenadora de Estágio Educa Mais, e possui vínculo como Professora Especialista de Sala de recursos de Educação Especial, na Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais.

**ADELAIDE GREGORIO FINS.** Tese de doutoramento em Filosofia : «Devir si-mesmo entre criação literária e solicitude: a ética das Novas Cartas Portuguesas», Sorbonne Université – Universidade de Coimbra: <https://www.theses.fr/s166399>. Mestrado em Filosofia Política e Ética (2015), Sorbonne Université. Organização do Colóquio Internacional “Au cœur des savoirs: le care et sollicitude Approches pluridisciplinaires”, 22-23 de maio 2018, Sorbonne Université, Paris: <http://lettres.sorbonne-universite.fr/care-sollicitude>. Publicação 2017 – «Les Nouvelles lettres Portugaises et l’émancipation féminine». The Conversation France, <http://www.paris-sorbonne.fr/Les-Nouvelles-lettres-portugaises> 2017: «L’éthique du soin chez Paul Ricœur et Julia Kristeva. L’apport de l’identité narrative aux récits de la vulnérabilité», Limoges, Éditions Lambert-Lucas.

**AMANDA DOS SANTOS LEMOS**, assistente social, professora e coordenadora do curso de Serviço Social, da Universidade Castelo Branco (Brasil, Rio de Janeiro); coordenadora dos Projetos de Pesquisa “*Queens of África*” ou *Barbies? A formação da identidade da mulher negra moradora da Zona Oeste e Bum Bum Paticumbum Prugurundum – A incorporação de elementos afro à identidade nacional brasileira*, ambos da Universidade Castelo Branco. Superintendente de Proteção Social Especial do Estado do Rio de Janeiro. Contato: amandadosslemos@gmail.com.br

**ANA MARÍA CASTRO SÁNCHEZ**. Profesional en Ciencias Sociales, Magíster en Estudios de la Cultura, Máster en Género y Desarrollo. Doctora en Sociología de la Universidad de Coimbra con una investigación donde analicé la configuración de la acción política que se realiza por medio del activismo feminista que se centra en el arte como práctica política. Profesora del programa de Sociología de la Facultad de Ciencias Humanas y Artes de la Universidad del Tolima en Colombia. Mi trayectoria profesional y política ha sido principalmente en el trabajo comunitario y la investigación desde una perspectiva feminista.

**ANGELA KALCKMANN ROMANÓ SARTOR**. Brasileira, casada, 3 filhas e dois netos. Graduada em Administração pela Universidade Federal do Paraná, em 1976. Doutora em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro em 2017. Pesquisadora na área de Gênero – Divisão Sexual do Trabalho Doméstico e Cuidado/Paternidade.

**ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA**, Psicólogo (UERJ); Mestre em Psicologia Clínica (PUC-Rio); Doutor em Serviço Social (PUC-Rio); Professor do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio; email: antoniocarlos@puc-rio.br.

**AYFER DAĞDELEN**. She currently teaches at Mustafa Kemal University (MKU), Antakya, Hatay, Faculty of Economics, Department of Public Administrations as a faculty member (Assist. Professor) and, is a researcher. She graduated from Inonu University, Malatya, Turkey. She got his MA degree from the same university. She is holding her PhD in Political Sciences. Her academic interest areas are Political Sciences, Turkish Political History and, Women’s and Gender Studies.

**BENILDE MOREIRA**, Licenciada em Direito pela Universidade Autónoma de Lisboa. Como bolseira prosseguiu estudos de doutoramento na Newcastle Law School, Inglaterra, investigando a teoria e prática do *gender mainstreaming*. É Professora do ensino superior desde 1998. Atualmente é Docente na Escola Superior de Educação de Bragança, do Instituto Politécnico de Bragança. As áreas disciplinares que ensina são o direito internacional público, direitos fundamentais, o direito constitucional, direito e legislação social e as teorias das relações internacionais. Está a concluir doutoramento em Estudos Interdisciplinares de Género, na Faculdade de Direito, da Univer-

sidade de Salamanca, que discute a argumentação jurídica em casos de violência doméstica. Participa como oradora/palestrante em conferências e seminários.

**CARLA CRUZ**, licenciada em Comunicação Social, Mestre em Sociologia e Doutorado em Ciências da Comunicação, na especialidade de Sociologia da Comunicação. A área de investigação privilegiada tem a ver com as representações sociais mediáticas, com principal enfoque nos conteúdos noticiosos televisivos, seja ao nível do *newsmaking*, como do *gatekeeping*. Outra área de interesse tem a ver com os efeitos dos novos media nas interconexões dentro das organizações humanas, nomeadamente na Família, na Escola e nos grupos de pares. Professora Auxiliar no ISCSP (Universidade de Lisboa) e membro do centro de investigação de políticas públicas, na vertente da Comunicação, Media e Cultura. Tem alguns artigos em revistas científicas nacionais com revisão de pares e é autora do livro *Telerealidade* (2008), estando prestes a submeter um novo livro para publicação *Editorial Decision Making in Television News*.

**CLARA MARIA DE OLIVEIRA ARAÚJO** é socióloga, professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, pesquisadora do CNPq-Brasil e coordenadora académica do Núcleo de Estudos sobre Desigualdades e Relações de Género na UERJ. Suas pesquisas se concentram em Género e Política e Família e Género.

**CLÁUDIA COSTA BROCHADO**. Professora da Universidade de Brasília e doutora em História Medieval pela Universidade de Barcelona. Publicações recentes: (2014) *As poucas silenciosas monjas medievais* (ISBN: 978-85-8047-056-7); (2014) *Evangelhos em feminino: interpretações de uma escritora medieval ibérica* (ISSN: 1809-4449); (2013) *Três obras literárias catalãs no contexto da Querelle des femmes* (ISSN: 1516-1536); (2015) *Processos jurídicos e conflitos matrimoniais (Barcelona, século XV)* (ISSN: 1413-3024); (2015) *A Idade Média e a História das Mulheres no Curso de Graduação em História da Universidade de Brasília* (ISSN: 1676-9651); (2016) *As intelectuais da Idade Média – por uma genealogia feminina: Isabel de Villena* (ISBN: 978-85-237-1066-8).

**CONCEIÇÃO NOGUEIRA** é professora associada com agregação da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, doutorada em Psicologia Social pela Universidade do Minho é autora de vários livros publicados em língua portuguesa (Portugal e Brasil) e de inúmeras publicações em revistas (nacionais e internacionais) capítulos de livros e atas de Congressos sobre a temática dos Estudos de Género e Feminismo. [e-mail: cnogueira@fpce.up.pt]

**DÉBORA RICCI**, Docente no Departamento de Linguística da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, colaboradora do CIEG – Centro Interdisciplinar Estudos de Género, faz investigação em Análise Crítica do Discurso / Sociosemiótica Visual /

Estudos de Género. Está a concluir uma tese de doutoramento sobre a representação da mulher na paisagem linguística urbana italiana. Desde 2014 é coorganizadora do Congresso Internacional sobre Estudos de Género em contexto lusófono e italiano. É curadora da coleção Estudos de Género em Contexto lusófono e italiano cujo volume III está em preparação. Colabora com o grupo “Escritoras y Escrituras” da Universidade de Sevilha (Projeto Europeu Ausências), é sócia da Associazione Toponomastica Femminile (Projeto Europeu: Topónimos Femininos em Portugal). Participa em diversos Congressos sobre Estudos de Género e Estudos sobre Mulheres e publica artigos e capítulos de livros no âmbito dessas temáticas.

**DOMENICO CARBONE**, Assistant professor at University of Eastern Piedmont, he teaches Methodology of Social Sciences. His research interests, on which he has published several papers and books, are in the fields of gender and generational inequalities and on the comparative welfare studies. Institutional Affiliation: Department of Law, Economic, Political and Social Sciences, DIGSPES, University of Eastern Piedmont, Italy. Email: domenico.carbone@uniupo.it

**EMILIA PAPRZYCKA**. Ph. D. in sociology. Assistant Professor, Warsaw University of Life Sciences – SGGW, Faculty of Social Sciences, Department of Sociology. Specialization: methodology for quantitative and qualitative research — design and data analysis strategies, implementation of the gender perspective in research. Research areas: alternative forms of marriage and family — single life, dynamics course of contemporary intimate relationships, patterns of femininity and masculinity, sexuality. E-mail: emilia\_paprzycka@sggw.pl

**ESTEFÂNIA GONÇALVES SILVA**, Doutorada em Psicologia Social pelo Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho. Investigadora e Docente no Instituto Universitário da Maia onde leciona nos cursos de Psicologia e Criminologia. Membro integrado do Centro de Investigação de Estudos de Género (CIEG / ISCSP-ULisboa), com especial interesse por pesquisas sobre Migrações, Estudos Feministas e Violência de Género. Desenvolveu a sua tese de doutoramento na área da conciliação pessoal, familiar e profissional de mulheres imigrantes e é autora de diversas comunicações em congressos e de publicações, nacionais e internacionais, neste domínio. Integra, atualmente, a equipa nacional do projeto “Lights, Camera and Action against Dating Violence”, financiado pela Comissão Europeia e é coordenadora da ação de formação Violência Doméstica – intervenção com vítimas particularmente vulneráveis (imigrantes), aprovado no âmbito do aviso POISE.

**FATIMA FARINA**, Assistant professor at University of Urbino, Italy, she teaches Gender, work and social participation, Sociology of economics and work. Among her main



research interests social participation, political and labour, inclusion of women and youth, gender studies and inequality, on which she has published several works. Department of Economics Politics Society, DESP, University of Urbino Carlo Bo, Italy. Email: fatima.farina@uniurb.it

**FERNANDO ANDRÉ ROSA.** CIES, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. Doutorando em Sociologia no ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa onde investiga a dimensão pedagógica dos ativistas feministas e/ou queer. Mestre em Antropologia: Imagem e Comunicação, onde realizou uma análise crítica do discurso na imprensa escrita diária sobre a aprovação da lei do casamento entre pessoas do mesmo sexo em Portugal. Membro do projeto “Mudança com Arte II: Jovens protagonistas na prevenção da violência de gênero” (UMAR, 2014). Email: fernando\_andre\_rosa@iscte-iul.pt

**FERNANDO VÁZQUEZ-PORTOMEÑE SEIJAS** es doctor en derecho y profesor titular de Derecho Penal de la Universidad de Santiago de Compostela (España). Ha publicado diversos trabajos sobre la corrupción pública, la violencia de género, la mediación penal y el terrorismo, entre otros temas. Dirige la Revista “Estudios Penales y Criminológicos” y el Instituto de Criminología de la Universidad de Santiago de Compostela. Correo electrónico: Fernando.portomene@usc.es

**HIMABINDU TIMIRI** is a doctoral candidate in the Department of Organizational Leadership, Policy, and Development at the University of Minnesota. Her dissertation study examines the construction of gendered subjectivities among ‘dependent’ immigrant women from India in Atlanta. She has a master’s in literary studies from the Université du Québec à Montréal. Her master’s thesis critiqued gendered Orientalist representations of India in contemporary Quebec novels.

**JOANA FREITAS** é mestranda em Musicologia Histórica na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e é bolsista de investigação no Centro de Estudos em Sociologia e Estética Musical (CESEM). É atualmente membro do Grupo de Teoria Crítica e Comunicação (GTCC), SociMus (Grupo de Estudos Avançados em Sociologia da Música), Núcleo de Estudos em Género e Música (NEGEM) e do CysMus (Grupo de Estudos Avançados em Música e Cibercultura), estando todos estes integrados no CESEM. As suas principais áreas de interesse são a ludomusicologia e o estudo da música em videojogos, a música e sociabilidades em plataformas digitais e estudos de música, género e sexualidades. Email: joanasofsky@hotmail.com

**JOANA TOPA** é doutorada em Psicologia Social. Desempenha funções como Assistente Convidada no Departamento de Ciências Sociais e do Comportamento no Instituto Universitário da Maia. É membro integrado do Centro Interdisciplinar de Estudos de Género do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP-ULisboa) e in-

investigadora na Unidade de Investigação em Desenvolvimento Humano e Psicologia (UNIDEP-ISMAI). [e-mail: jtopa@ismai.pt]

**JOANNA DEC-PIETROWSKA.** PhD. in pedagogy. Assistant Professor, University of Zielona Góra, the Cathedral of Sexology, Counseling and Resocialisation. Certificated in psychosocial issues of HIV/AIDS, sexuality education, volunteer management. Trainer of trainers of sexuality education, outreach, HIV/AIDS prevention, VCT. Research areas: sexuality education, counselling and outreach among vulnerable groups, sex work, sexual and reproductive health and rights, HIV/STIs prevention, gender. E-mail: j.dec@ips.uz.zgora.pl

**JOSÉLIA FERREIRA DOS REIS** é doutoranda do Programa de Estudos Pós Graduated em Política Social/UFF; trabalha como assistente social da Justiça Federal do Rio de Janeiro desde 2002. Pesquisa a judicialização da política e das relações sociais. Integrou a gestão do Conselho Regional de Serviço Social da 7.<sup>a</sup> Região (Rio de Janeiro) no período 2011-2014. Atualmente ministra aulas em cursos e minicursos promovidos por diversas instituições de ensino e pelo Conselho Regional de Serviço Social da 7.<sup>a</sup> Região (Rio de Janeiro/Brasil)

**LAURA HARRISON** is an Assistant Professor in Gender and Women's Studies at Minnesota State University, Mankato. She researches how ideologies of race, gender, and family formation intersect with reproductive technologies and reproductive justice. Her first book, *Brown Bodies, White Babies: The Politics of Cross-racial Surrogacy*, will be published by NYU Press in Fall, 2016. Her work has been published on subjects ranging from surrogacy, reproductive politics, representations of motherhood, and gender and feminist backlash.

**LUCIANA MOREIRA DE ARAUJO,** Assistente social (UFF); Especialista em Gênero, Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/IMS/UERJ); Mestre em Serviço Social (PUC-Rio); Doutoranda em Serviço Social (PUC-Rio); e-mail: lma17rj@gmail.com.

**MARIABEVACQUA** is professor and chair of the Department of Gender and Women's Studies, Minnesota State University, Mankato, USA. She is the author of *Rape on the Public Agenda: Feminism and the Politics of Sexual Assault* (Boston: Northeastern University Press, 2000) and numerous articles and chapters on gender violence and lesbian, gay, bisexual, and transgender studies. Her activism focuses on gender-based violence and LGBT pride. She holds a PhD. in Women's Studies from Emory University, USA.

**MARIA JOÃO CUNHA** é licenciada em Comunicação Social e Mestre em Sociologia. Doutora em Ciências da Comunicação, na especialidade de Sociologia da Comunicação com tese sobre representações e impactos dos media. Professora Auxiliar no

ISCSP-ULisboa. Investigadora do CIEG, em matérias relacionadas com género e representações dos media. Co-coordenadora da secção de Género e Sexualidade da APS. É autora, para além de artigos científicos, das obras “A Imagem Corporal” (2004), “Sociologia da Comunicação” (2011) e “Corpo e Imagem na Sociedade de Consumo” (2014).

**MARIA JOSÉ MAGALHÃES.** FPCEUP-CIIE; CIEG, Universidade de Lisboa. Professora na FPCEUP, investigadora no CIEG, com doutoramento em agências feministas e das mulheres. Recebeu o Prémio Carolina Michaëlis de Vasconcelos – Investigação sobre Estudos Feministas / 1990. Coordenou o projeto “Amor, Medo e Poder: percursos para uma vida não-violenta”. É PI da equipa de investigação do projeto “Encontro de Culturas em Intervenção Contra a Violência”, delegada portuguesa para o COST – Femicídio em toda a Europa e integrante do Instituto Europeu da Igualdade de Género. Email: [mjm@fpce.up.pt](mailto:mjm@fpce.up.pt)

**MARIANA MELLO SOUTO MAIOR** (Rio de Janeiro, 1975) é doutoranda em Sociologia pelo Programa Inter-universitário OpenSoc (Instituto de Ciências Sociais/Universidade de Lisboa) (2016-2020), mestre em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro (2001) e licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (1999). Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) e membro do Laboratório Interdisciplinar de Estudos de Género e Sexualidade (LIEGS). Seus atuais interesses de pesquisa situam-se em temas como género, juventude, escola, interseccionalidade.

**MICHELLE PAIVA**, socióloga, Doutora em Sociologia pela Universidade Paris 8 (2016), Mestre em Ciências Sociais pela EHESS de Paris (2008) e Bacharel em Moda pela Universidade do Estado de Santa Catarina (Brasil, 2002). Suas principais áreas de pesquisa são Trajetórias de vida, trabalho e saúde; Trabalho, género e saúde; Divisão sexual do trabalho; Trabalho, género e saúde; Estudos feministas; Câncer de origem profissional. Possui pesquisas nos setores têxtil e de confecção do vestuário; da cosmética e perfumaria e das cooperativas de produção. <http://lattes.cnpq.br/3957503950336491>

**NIVIA BARROS**, assistente social. Professora Associada da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. Coordenadora do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania (NUDHSC/CRD-UFF). Mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense e Doutora em Psicologia Social pela Pontífice Universidade Católica do Rio de Janeiro. Pós-Doutora pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Estudos nas áreas de género, feminismos, proteção social, violência contra mulheres, crianças e adolescentes. E-mail: [barros.nivia@gmail.com](mailto:barros.nivia@gmail.com)

**OLGA CZERANOWSKA**, Sociologist, PhD candidate of the Interdepartmental Doctoral Studies at the Faculty of History located at the Institute of Applied Social Sciences,

University of Warsaw. Graduated from the Institute of Applied Social Sciences, University of Warsaw. Her doctoral thesis concerns occupational prestige in the individual perspective. Since 2017 works in Centre of Migration Research, University of Warsaw.

**PETE FREEMAN** researches at the University of Notre Dame, where he concentrates in Sociology, Gender Studies, and International Peace Studies. Freeman's research interests include women in the workforce, social entrepreneurship, education, and international development studies. He is currently conducting research on Swiss women's entrepreneurship in Geneva, Switzerland on an Eagan Fellowship. Email: [petefreeman14@gmail.com](mailto:petefreeman14@gmail.com)

**RAQUEL QUIRINO**, nascida em Mariana, Brasil. Mestre em Educação Tecnológica pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), defendeu sua dissertação com o título: Saberes do pedagogo para a prática educativa nas organizações empresariais, sob orientação do Doutor João Bosco Laudares, em 2005. Em 2011, concluiu o doutorado, sob a orientação da Doutora Antonia Vitória Aranha em que defendeu sua tese com o título: "Mineração também é lugar de mulher! Desvendando a (nova?!) face da divisão sexual do trabalho na Mineração de Ferro", e pós-doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 2012. Atualmente, é professora adjunta do Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica na mesma instituição. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Formação e Qualificação Profissional (FORQUAP), desenvolvendo pesquisas sobre a divisão sexual do trabalho; relações sociais de sexo/a gênero na ciência, tecnologia, no trabalho e na educação profissional e tecnológica.

**RITA FREITAS**, assistente social. Professora Associada da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense. Coordenadora do Núcleo de Pesquisa Histórica sobre Proteção Social/Centro de Referência Documental (NPHPS/CRD-UFF). Mestre e Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pós-Doutora pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Estudos nas áreas de famílias, gênero, feminismos, proteção social, violência contra mulheres, crianças e adolescentes. E-mail: [ritacsfreitas@uol.com.br](mailto:ritacsfreitas@uol.com.br)

**SANDRA DUFOUR**, I have a doctorate in American Studies. My dissertation was entitled "N.O.W (National Organization for Women) and the written press from 1966 to 1982 in the United States". My main research focuses on 20th century feminism, more especially on second wave feminism, its anti-discrimination crusade throughout the 1960s and 1970s and the image of women and feminists. My latest papers and articles are concerned with 19th century feminism as I am working on a wider project dealing with the origins of international feminism. I have had a teaching position at the University of Burgundy (Université de Bourgogne) in Dijon, France since 2014.

**SÍLVIA MELLO SOUTO MAIOR** (Rio de Janeiro, 1976). Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (1999), mestrado em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (2002) e doutorado em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (2009). Investigadora Visitante no ICS - Universidade de Lisboa (2017). Atualmente é professora docente do IFRJ - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. Nesse Instituto, atua também como pesquisadora nas áreas de gênero, educação e escola. Tem experiência na área de Sociologia e Ciência Política, atuando principalmente nos seguintes temas: esfera pública, cidadania, democracia, sociedade civil, gênero e educação.

**SOFIA NEVES** é licenciada em Psicologia (1999) e doutorada em Psicologia Social (2005) pelo Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho. É Professora Auxiliar e investigadora no Instituto Universitário da Maia (ISMAI) e membro integrado do Centro Interdisciplinar de Estudos de Género (CIEG, ISCSP/ UL). A sua principal área de interesse científico é a Violência de Género. [e-mail: asneves@docentes.ismai.pt]

**SONIA MARIA MELCHIORRE** PhD. graduated in English Language and Literature in 1997 at the University of Tuscia in Italy. She studied in Scotland (Glasgow University) and England (University of East Anglia). She works in several departments at the University of Tuscia, and for the American USAC (University Studies Abroad Consortium), where she teaches Gender and Literature, Gender and the Arts, and Communication and Media Studies. She has recently published a study on British women's writers of the eighteenth century, and is presently working on the female investigator in the most recent TV series. melchiorresmr@unitus.it

**TÜLAY ATAY-AVŞAR.** She currently teaches at Mustafa Kemal University (MKU), Antakya, Hatay, Faculty of Communication, Department of Journalism as a faculty member (Assist. Professor) and, is a researcher. She graduated from Istanbul University. She holds BA degree in Mass-Media Communication & Journalism & PR. She has her Master's degree in Cultural Anthropology and Gender & Women's Studies. She produced her PhD Thesis on the division of labour amongst ethnically different two villages near Hatay province in the context of changing social life and Women's & Gender Studies.



## AGRADECIMENTOS

O presente eBook, integrado na Coleção Estudos de Género (CIEG/ISCSP-ULisboa), resultou da junção dos esforços de diversas entidades e pessoas que dinamizaram o I Congresso Internacional de Estudos de Género e deram origem aos textos que aqui se apresentam.

Agradecemos pois aos membros da Comissão Executiva do Congresso pela cuidadosa organização do processo de seleção dos textos enviados para *blind referees* o que permitiu assegurar a qualidade científica dos mesmos, designadamente, Anália Torres, Angélica Lima Cruz, Bernardo Coelho, Clara Oliveira, Cláudia Casimiro, Dália Costa, Diana Maciel, Helena Pereira de Melo, Helena Sant'Ana, Manuela Tavares, Maria João Cunha, Paula Pinto, Teresa Pinto.

Para a edição do documento do eBook contamos ainda com o precioso trabalho de revisão de Carolina Pita, Ellen Theodoro e Patrícia São João.

Agradecemos ainda ao Presidente do ISCSP, Professor Doutor Manuel Meirinho, o suporte institucional que se consubstanciou no apoio técnico de diversas áreas operacionais e serviços do Instituto, com particular reconhecimento ao Diretor Executivo, Mestre Jorge Martins, à Dra. Rute Manaia, à Dra. Antónia Vieira Pereira, à Dra. Carla Correia e Dra. Inês Pereira, ao Dr. David Monteiro e ao Dr. Henrique Pinto.

Os agradecimentos são ainda devidos pelo inestimável apoio do secretariado do CIEG, Doutora Clara Oliveira e Dra. Patrícia São João.





## INTRODUÇÃO

O eBook que agora se apresenta tem origem num conjunto selecionado de comunicações apresentadas no I Congresso Internacional promovido pelo CIEG, Centro Interdisciplinar de Estudos de Género, do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa (ISCSP-ULisboa), o único centro de investigação científica totalmente dedicado aos estudos de Género em Portugal e que obteve a classificação de Excelente atribuída no âmbito de uma avaliação internacional promovida pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Os textos foram selecionados para este eBook através de um processo de revisão anónima por pares (*blind peer review*). As submissões foram revistas por uma comissão especialmente designada para o efeito que avaliou os textos elaborados a partir das comunicações apresentadas no Congresso.

Os textos selecionados, da autoria de investigadores e investigadoras dos mais variados contextos internacionais — Estados Unidos da América, Brasil, Turquia, Espanha, Reino Unido, Itália, Índia, Austrália, França, entre outros — e do contexto nacional dão contributos importantes para o debate no âmbito dos estudos de género, feministas e sobre as mulheres, aprofundando questões teóricas e con-

ceptuais e/ou apresentando resultados de estudos empíricos. Em ambos os casos trata-se de abordagens igualmente fundamentais para o avanço e consolidação deste campo de estudos numa perspectiva inter e multidisciplinar.

No eBook distribuíram-se os 28 textos por 10 temas que constituem desdobramentos das linhas de investigação do CIEG. No primeiro, TEORIAS CONTEMPORÂNEAS E INOVAÇÕES, estão reunidos textos de autoras portuguesas e americanas que nos propõem novas abordagens teóricas refletindo sobre o conceito de interseccionalidade e as ligações entre teoria e prática.

No âmbito das POLÍTICAS PÚBLICAS reúnem-se textos de autoras brasileiras e turcas que nos mostram os efeitos dessas políticas nas relações de género em contextos de pobreza, em meio rural e na escola.

Para DEMOCRACIA E INSTITUIÇÕES POLÍTICAS juntaram-se abordagens novamente de autores/as de vários países que tanto analisam movimentos de ativistas como questionam tomadas de posição sobre a paridade no acesso aos cargos políticos.

Sob o tema dos FEMINISMOS E HISTÓRIA DAS IDEIAS FEMINISTAS reúnem-se abordagens de contextos variados sobre as questões de movimentos antifeministas quer na atualidade, quer numa perspetiva histórica.

Em FAMÍLIA, SEXUALIDADE E RELAÇÕES DE INTIMIDADE agruparam-se estudos que têm em comum a análise de construções de género e sexualidade em contextos educativos e relacionais específicos.

Em REPRESENTAÇÕES, IDENTIDADE E CULTURA, são apresentados textos que analisam temáticas relativas a representações de género na sociedade e nos meios de comunicação, tanto na imprensa como em anúncios publicitários e nos videojogos.

No tema VIOLÊNCIA DE GÊNERO, SAÚDE E CORPO estão reunidos os textos, de autores/as provenientes do Brasil e de Espanha, que se referem às problemáticas da violência contra mulheres e às estratégias de prevenção e eliminação desenvolvidas nesses contextos socioculturais.

Em TRABALHO, ECONOMIA E AMBIENTE encontram-se textos de origens variadas como da Polónia, do Brasil e da Suíça, com análises sobre as questões de género e da saúde em contextos laborais, sobre as profissões de prestígio e sobre o empreendedorismo feminino.

Relativamente ao tema MIGRAÇÕES, GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO os textos focam o problema contemporâneo das migrações no feminino e das desigualdades de género existentes em contextos diferentes como em Portugal e na Índia.

Por fim, sob a designação ESTUDOS CULTURAIS E ARTÍSTICOS DE GÉNERO selecionaram-se textos sobre os contextos português e colombiano, respetivamente na intersecção da literatura com o género e da arte com as políticas feministas.

Trata-se pois de um excelente conjunto de textos de grande diversidade e riqueza analítica que mostram a transversalidade e o carácter internacional e global das questões de género. Recorde-se ainda que a reunião de um conjunto de textos tão diverso e plural foi possível porque eles foram selecionados a partir das comunicações realizadas no âmbito do I Congresso Internacional do CIEG, dedicado ao tema *Estudos de Género em Debate: percursos, desafios e olhares interdisciplinares*, realizado no ISCSP, em Lisboa, entre os dias 25 e 27 de maio de 2016. O encontro reuniu um total de 270 participantes, 40 de Portugal e 230 de outros países: 135 da Europa, 45 da América Latina e 50 de diversos países na América do Norte, África, Ásia e Austrália. Esta forte internacionalização revela o dinamismo do Centro nos Estudos de Género e a sua capacidade para gerar debate em torno das questões clássicas e também das emergentes.

As intervenções dos e das *keynote speakers* apresentadas nas mesas redondas, em sessões plenárias e semi plenárias estão publicadas noutro volume “Género, Direitos Humanos e Desigualdades” coordenado por Anália Torres, Paula Campos Pinto e Cláudia Casimiro, da Coleção Estudos de Género, Edições CIEG/ISCSP-ULisboa.

Este eBook respeita o Livro de Estilo das Publicações CIEG, com a conformidade possível à variedade de autores e autoras, mas sobretudo com a preocupação de manter a originalidade e valor dos diversos contributos. Cada texto é apresentado com um resumo nas línguas oficiais e aceites no Congresso e com uma nota biográfica dos autores e/ou das autoras.

Acreditamos que o eBook *Estudos de Género: Diversidade de Olhares num mundo Global* representa simultaneamente um marco na história do Centro Interdisciplinar de Estudos de Género e um contributo importante para os Estudos de Género, no plano nacional e internacional.



PARTE I

**TEORIAS  
CONTEMPORÂNEAS  
E INOVAÇÕES**



1.

# **A teoria da interseccionalidade: sua contribuição na transformação das políticas públicas e dos sistemas de saúde**

*Joana Topa  
Conceição Nogueira  
Sofia Neves*

## **RESUMO**

A teoria da interseccionalidade é uma teoria feminista contemporânea, que vai além dos problemas de homens e mulheres e que inclui um “espectro muito mais amplo, por sua hifenização [...] com outros movimentos e outras preocupações sociais e políticas” (Oliveira, 2015: 75). Esta teoria enfatiza que existem múltiplos eixos de desigualdade onde variadas categorias sociais (e.g., sexo, orientação sexual, “raça”) se cruzam ao nível micro da experiência individual refletindo num nível macro, múltiplos sistemas de privilégio e opressão (e.g., racismo, sexismo, heterossexismo) (Crenshaw, 1991, 2002; Bowleg, 2012; May, 2014). Neste texto, apresenta-se uma reflexão sobre a importância desta teoria na transformação das políticas de saúde vigentes.

**PALAVRAS-CHAVE:** Interseccionalidade, igualdade social, políticas sociais, saúde

## **ABSTRACT**

The theory of intersectionality is a contemporary feminist perspective, that goes beyond the issues of men and women and that includes a “much broader spectrum,

for its hyphenation [...] with other movements and other social and political concerns” (Oliveira, 2015: 75). This theory emphasizes that there are multiple axes of inequality where various social categories (e.g., gender, sexual orientation, race) intersect at the micro level of the individual experience reflecting multiple privilege and systems of oppression at the macro social-structural level (e.g., racism, sexism, heterosexism) (Crenshaw, 1991, 2002; Bowleg, 2012; May, 2014). In this paper, we present a reflection on the importance of this theory in the transformation of current health policies.

**KEY WORDS:** Intersectionality, social equality, social policies, health

### RESUMEN

La teoría de la interseccionalidad es una perspectiva feminista contemporánea que va más allá de los problemas de los hombres y mujeres y que incluye un “espectro mucho más amplio, en la partición de palabras [...] con otros movimientos y otras preocupaciones sociales y políticas” (Oliveira, 2015: 75). Esta teoría hace hincapié en que hay múltiples ejes de desigualdad en diferentes categorías sociales (por ejemplo, género, orientación sexual, raza) que se cortan en el micro nivel de la experiencia individual y que reflejan los múltiples sistemas de privilegio y opresión en macro nivel (por ejemplo, el racismo, el sexismo, el heterosexismo) (Crenshaw, 1991, 2002; Bowleg, 2012; May, 2014). En este artículo se presenta una reflexión sobre la importancia de esta teoría en la transformación de las políticas de salud actuales.

**PALABRAS CLAVE:** Interseccionalidad, la igualdad social, las políticas sociales, salud

## 1. A interseccionalidade: o alicerce teórico na construção de novos caminhos em prol da igualdade social

O paradigma da Interseccionalidade surge nos anos 70 do século xx fruto do movimento feminista negro e das lutas antirracistas (Nogueira, 2011), tendo na atualidade um grande destaque dentro da Psicologia Crítica, dos Estudos de Género e Estudos das Mulheres (Bowleg, 2008, 2012; Nogueira, 2011, 2013).

Fazendo uma breve incursão histórica destaca-se o discurso de Sojourner Truth na Convenção dos Direitos das Mulheres em 1881 em Ohio como o primeiro discurso que dá conta da intersecção entre género e “raça”<sup>[1]</sup>,

1. Disponível no endereço: <[http://womenshistory.about.com/od/sojournertruth/a/aint\\_i\\_a\\_woman.htm](http://womenshistory.about.com/od/sojournertruth/a/aint_i_a_woman.htm)>.



Dat man ober dar say dat womin needs to be helped into carriages, and lifted ober ditches, and to hab de best place everywhar. Nobody eber helps me into carriages, or ober mud-puddles, or gibbs me any best place!” “And a’n’t I a woman? Look at me! Look at me! Look at my arm! I have ploughed, and planted, and gathered into barns, and no man could head me! And a’n’t I a woman? I could work as much and eat as much as a man — when I could get it — and bear de lash a well! And a’n’t I a woman? I have borne thirteen chilern, and seen ‘em mos’ all sold off to slavery, and when I cried out with my mother’s grief, none but Jesus heard me! And a’n’t I a woman?”

Para esta mulher, que fora escrava durante décadas, o género não explicava na totalidade o tratamento desigual que ela experienciou, mas sim a sua cor/“raça”.

Bell Hooks (1981; 2000), uma das primeiras teóricas do feminismo negro, defendia que os feminismos não podiam continuar a alimentar uma visão de um solipsismo branco, essencialista e reducionista assente apenas na categoria género (La Barbera, 2012). Para a autora, era tempo de se desafiar compreender a heterogeneidade das mulheres. Os feminismos, como movimentos políticos, sociais, económicos e culturais de luta pela igualdade entre homens e mulheres, tinham de conceptualizar que as pessoas têm múltiplas pertenças identitárias (e.g., género, classe, “raça”, religião) que se combinam e sobre as quais os sistemas de privilégio e opressão agem de forma diferenciada (e.g., racismo, sexismo, heterossexismo) (Hooks, 1981; 2000; Bowleg, 2012).

Tal ideia foi sublinhada por Judith Butler em 1990 defendendo que o género interseta com outras identidades constituídas discursivamente, o que torna impossível separar o género das interseções políticas e culturais no domínio das quais o género se produz e é mantido (Neves, 2010, 2011). Assim, a Teoria da Interseccionalidade surge, no seio da teorização feminista de terceira vaga, como uma abordagem diversificada e polifónica (Oliveira, 2010) que reconhece que as várias categorias, social e culturalmente construídas, não são independentes e unidimensionais, mas sim múltiplas, interdependentes e mutuamente constitutivas (Crenshaw, 1991, 2002; McCall, 2005), podendo potenciar diferentes desigualdades sociais (Nogueira 2011) nos mais variados contextos sociais.

Foi Kimberlé Crenshaw (1991), uma jurista feminista afro-americana, que cunhou o termo interseccionalidade nos anos 90 para descrever a dupla invisibilidade e exclusão que as mulheres negras sofriam. Por um lado, dentro do discurso feminista que apenas conceptualizava as mulheres brancas, de classe mé-

dia e dentro dos discursos antirracistas, que tomavam apenas em consideração o posicionamento dos homens negros.

Deste modo, esta teoria foca a sua análise em quatro aspetos da vida político-social: nas identidades de indivíduos ou grupos que são considerados diferentes (e.g. mulher muçulmana, homem negro), nas categorias de diferenciação (e.g. género, etnia), no processo de diferenciação (e.g. genderização, racionalização) e nos sistemas de dominação (e.g. racismo, sexismo, patriarcado) e de poder que operam num nível macrossocial e micro interpessoal (Weber e Parra-Medina, 2003).

Patricia Hill Collins, durante a década de 90, refere que a interseccionalidade deve analisar aquilo que designa por “matriz de dominação”, ou seja, a interseccionalidade deve ultrapassar os seus limites transcendendo as mulheres de cor para incluir todas as pessoas que habitam simultaneamente dimensões de privilégios e de opressão social (e.g., homens heterossexuais negros, mulheres brancas de baixo nível socioeconómico) (Collins, 2000, 2003). Com esta proposta são abandonadas as metanarrativas e assume-se a pluralidade e diversidade de posições e narrativas mini localizadas (Collins 2000, 2003). Inevitavelmente a sua aplicabilidade é cada vez maior já que permite teorizar as experiências vivenciadas por todas as mulheres, ou mesmo para todas as pessoas (homens e mulheres, privilegiados/as ou oprimidos/as em diferentes dimensões) fazendo parte de uma teoria de identidade (Nogueira, 2011).

Desta forma são três os princípios pela qual a teoria da interseccionalidade se orienta (Mahalingam et al., 2008):

- (a) nenhum grupo social é homogéneo;
- (b) as pessoas devem estar localizadas em termos de estruturas sociais que capturam relações de poder implícitas por essas mesmas estruturas;
- (c) são únicos, não há efeitos aditivos em identificar alguém com mais de um grupo social.

A interseccionalidade enfatiza, por isso, a multidimensionalidade das experiências vividas dos sujeitos, salientando que propostas de análise da identidade como camadas removíveis e separadas redundam em generalizações abusivas (Weber e Parra-Medina, 2003) que aumentam as desigualdades sociais. Esta teoria reflete portanto a realidade da vida das pessoas, sem olvidar que as identida-

des são fluídas e podem alterar ao longo do tempo, sendo contudo experienciadas e vividas como estáveis, dando ao *self* um sentido de continuidade (Shields, 2008).

Na atualidade, a interseccionalidade surge, como uma ferramenta teórica e metodológica, que pode ser usada interdisciplinarmente permitindo compreender os efeitos simultâneos e múltiplos das diferentes pertenças identitárias (Mahalingam, et al., 2008), que algumas vezes aparecem distintamente mas noutras situações emergem como uma combinação (Dhamoon, 2010), trabalhando as questões de género e justiça social (Weber e Parra-Medina, 2003).

## **2. A interseccionalidade e a construção de novas políticas públicas: desafios e potenciais no âmbito da saúde**

As análises tradicionais de saúde procuravam estudar apenas uma categoria identitária, presumindo que os conceitos e métodos podiam ser universalmente aplicáveis (Mens-Verhulst e Radtke, 2006). Durante décadas os estudos no âmbito da saúde eram feitos quantitativamente em inúmeros campos da ciência (e.g., epidemiologia, saúde pública, sociologia médica, promoção da saúde, medicina comunitária, psicologia comunitária), tentando compreender a saúde e seus determinantes. Contudo, ao longo do tempo, foi-se apercebendo que estas abordagens não representavam a complexidade da vida social (Wilkinson, 2003a).

Tal como refere Rusek e colaboradores/as (1997: 12),

As conceptualizações biomédicas da saúde incidem o seu foco de análise na doença e, embora dominantes, são perspetivas que se demonstram inadequadas, uma vez que deixam de parte os contextos e fatores sociais que afetam a saúde das mulheres e as suas vidas.<sup>[2]</sup>

Esta ausência de análise das diversas categorias identitárias tem trazido implicações importantes no setor da saúde, uma vez que há um conjunto de questões que ficam por compreender (Weber e Parra-Medina, 2003). Esta ausência de análise é reconhecida nas estatísticas. Nestas as mulheres são ignoradas (Smith, 1975), assim como a possibilidade de intersecção entre o género e outros determinantes da saúde (Grace, 2010).

Os processos relacionados com o género influenciam o comportamento, os pensamentos e os sentimentos dos indivíduos, afetam as interações sociais, ajudam a determinar a estrutura das instituições sociais (Crawford, 1995, Crawford e Popp,

---

2. Tradução da autora.

2003, e têm influência nas instituições sociais e sua organização, tais como o trabalho, a reprodução, a saúde em geral, os cuidados com as crianças, a educação e a família. Ou seja, a intersecção das múltiplas pertencas (sexo/etnia/classe social/orientação sexual e outras) condiciona o modo como muitas mulheres e homens vivem, condiciona as suas necessidades, os seus recursos e as suas experiências (Nogueira et al., 2008).

Deve-se à medicina um enorme e incontestável conhecimento sobre o corpo humano, mas a medicina, que se desenvolveu de forma quase autista em relação às outras ciências humanas, sabe também, que outras dimensões existem, para além da bioquímica (Silva 1999). Nos anos 70, o determinismo biológico profundamente enraizado como causa explicativa da diferenciação sexual começa a ser colocado em causa surgindo desta crítica o conceito de género na sociologia e conseqüentemente todo um movimento que coloca em causa o que se sabia sobre o estado de saúde das pessoas e populações. Torna-se importante ter presente que à parte das diferenças anatómicas, hormonais ou cromossómicas existentes entre mulheres e homens, as quais podem vir a implicar diferentes condições de saúde ou doença, homens e mulheres têm condições de vida muito diferentes (Castaño-López et al., 2006).

De facto, começa-se a ter presente que sexo e género têm muito mais influência na doença e na saúde do que anteriormente se pensava. O sexo joga um papel importante na etiologia assim como no início e na progressão da doença. O género influencia os riscos, o reconhecimento dos sintomas, a severidade da doença e o acesso e sujeição a tratamentos de qualidade e eficazes (Nogueira, 2011). Bem como se torna importante ter presente a diversidade dentro das categorias e a influência da pertença a outros grupos. Por exemplo, o estatuto socioeconómico interage com o sexo/género de forma a afetar ainda mais as mulheres e de maneiras ainda muito desconhecidas (Bowleg, 2012).

Obviamente que uma análise deste tipo tem de ser diversificada, uma vez que nem os homens nem as mulheres pertencem a grupos homogéneos (e.g., brancas, ocidentais, de classe média, heterossexuais e não idosas). A classe ou o estatuto socioeconómico, a idade, a orientação sexual, a “raça”, a etnia, a localização geográfica, o nível de escolaridade, a habilidade física e mental, para além de outros, são, igualmente, dimensões importantes e socialmente salientes (Hare-Mustin e Marecek, 1990) que devem ser exploradas pois podem distintamente afetar as suas necessidades de saúde, as preocupações e os interesses de um grupo específico (Nogueira, 2011).

A integração de resultados biológicos com os sociais torna-se assim essencial para ajudar a identificar onde intervir, para aumentar a saúde e os cuidados de saúde, eliminar as disparidades e reduzir os custos de cuidados médicos (Nogueira, 2011).

Verifica-se que o conhecimento relativo ao género poderá permitir uma maior reflexividade quanto às desigualdades neste domínio e atuar no sentido de as (des)naturalizar, ou seja, poderá permitir perceber como o que é considerado feminino ou masculino representa uma construção social (Nogueira, 2001, 2001a) que tem na base uma ordem estabelecida que cumpre funções específicas, quase sempre de manutenção do status quo e da desigualdade (Oliveira e Amâncio, 2006), e mantém a crença nas diferenças como sendo “naturais” logo imutáveis e de explicação biológica.

Inicialmente as/os teóricas/os que seguiram esta orientação dedicaram o seu interesse ao estudo das mulheres, das/os aborígenes, imigrantes e pessoas negras (Wilkinson, 2003b) concentrando a sua atenção nas diferenças dentro dos grupos associados a uma determinada categoria.

Neste sentido, as/os psicólogas/os críticos da saúde têm cada vez mais discutido um reposicionamento do campo da saúde que não pode ser desconectado do contexto macrossocial, político e económico da sociedade. O estudo e compreensão dos determinantes estruturais de saúde que se relacionam é crucial para o estudo da saúde humana e para a contextualização ética de uma sociedade justa (Estacio e Marks, 2007, Stephens, 2009).

A interseccionalidade fornece um quadro teórico crítico, perspicaz e unificador para orientar a teoria de saúde pública, a investigação, cuidados e políticas (Bowleg, 2012). Segundo a socióloga feminista Leslie McCall (2005) a interseccionalidade é tida como a mais importante contribuição teórica nos estudos sobre as mulheres, uma vez que permite infinitas possibilidades de debate, teorização, e pesquisa.

A interseccionalidade coloca assim como pilar fundamental a análise de como é que os sistemas de privilégio e opressão influenciam a vida e saúde das pessoas, tomando em consideração que as pessoas atravessam durante o seu ciclo de vida diferentes experiências que acarretam diferentes consequências. Ou seja, permite compreender a complexidade intercategorial possibilitando uma compreensão mais real e aprofundada dos impactos que as múltiplas identidades ou posicionamentos sociais acarretam na saúde das pessoas (McCall, 2005).

Segundo Lisa Bowleg (2012) a interseccionalidade traz para a saúde pública alguns princípios fundamentais: a) que as identidades sociais não são independentes e unidimensionais mas sim múltiplas e interseccionais; b) que se deve ter uma especial atenção para grupos socialmente oprimidos pela sociedade; c) que as múltiplas identidades sociais se cruzam com fatores estruturais que podem produzir níveis de saúde diferenciados, bem como levar a níveis de acessibilidade e uso dos serviços de saúde desiguais.

Assim, a interseccionalidade tem sido adotada como um novo paradigma que procura trazer a debate e a estudo a complexidade de localizações e experiências sociais para um possível entendimento das diferentes realidades no que concerne aos contextos de saúde (Hankivsky et al., 2010), sendo caracterizada como o próximo passo na evolução da investigação da saúde das mulheres e das políticas existentes (Hankivsky et al., 2010).

Deste modo, a análise interseccional passa a constituir a base de eleição para toda e qualquer investigação, intervenção, formação assim como para a conceitualização e implementação das políticas de saúde (Hankivsky e Cormier, 2009; Hankivsky et al., 2010; Hankivsky, 2011). Se pensarmos na interseccionalidade estrutural de que Crenshaw nos falava (1991) vemos que a interseccionalidade aplicada nos contextos de saúde possibilita uma grande informação para as políticas vigentes de modo a sensibilizá-las para as desigualdades nos contextos de saúde (Topa, 2013). A interseccionalidade desafia o *status quo* das políticas públicas trazendo para primeiro plano dimensões que interagem para criar camadas de desigualdade, permite uma análise mais completa e sofisticada do modo como a política pública é vivenciada por vários grupos de mulheres e homens e uma informação mais pormenorizada do tipo de conjunturas discriminatórias com que lidam (Hankivsky, 2011).

Existem algumas investigações internacionais no âmbito da saúde que nos vão dando algumas pistas sobre a necessidade de implementar estudos sobre o estado de saúde das populações à luz da Teoria da Interseccionalidade (e.g., Burman, 2004; Dworkin, 2005; Varcoe e Dick, 2008).

As/os investigadores/as feministas e ativistas têm noção de que se continuarem a ignorar a complexidade das vidas humanas e o modo como as suas múltiplas localizações afetam as suas oportunidades de vida, a sua saúde e o acesso aos cuidados de saúde, vamos continuar a propiciar desigualdades (Hankivsky e Cormier, 2009). Estas/es investigadoras/es querem capturar como é que sistemas de

discriminação e subordinação se articulam sendo para isso a interseccionalidade a ferramenta chave (Hankivsky et al., 2010).

A interseccionalidade desafia a saúde pública a repensar de uma forma crítica a forma como se investiga, analisa e conceptualiza disparidades e desigualdades sociais em saúde. Apesar de serem vários os relatórios internacionais que apontam como objetivos principais a eliminação de toda e qualquer disparidade a nível da saúde, verifica-se que se continua a omitir e/ou a não considerar a múltipla intersecção de identidades sociais e a forma como estas refletem múltiplas desigualdades nos macro sistemas societais, dos quais a saúde não é exceção (Bauer, 2014).

O *Women's Health Research Network* (WHRN) lança em 2009 um livro denominado *Intersectionality: Moving Women's Health Research and Policy Forward*, que alerta para a necessidade de ter em conta a interseccionalidade e a complexidade humana nas pesquisas e nas políticas implementadas a nível da saúde (Hankivsky e Cormier, 2009) de modo a esbater e minorar as desigualdades na saúde (Weber e Parra-Medina, 2003).

Apesar de serem ainda escassos os estudos com uma abordagem interseccional na saúde, os/as investigadores/as que se têm dedicado a utilizar esta ferramenta têm vindo a contribuir para um conhecimento mais aprofundado e mais real da conexão existente entre as teorias sociais, biológicas, psicológicas e o estado de saúde das pessoas.

Verifica-se que a investigação que tem sido feita surge principalmente sob a forma de estudos qualitativos (Phoenix e Pattynama, 2006; Bilge e Denis, 2010). Embora as/os estudiosas/os indiquem que as metodologias qualitativas e/ou mistas são mais adequadas para a análise do impacto da interseccionalidade (Wilkinson, 2003a; Bowleg, 2008) existem outros autores que já propõem investigação quantitativa interseccional (Veenstra, 2011; Hinze et al., 2012; Marcelinn et al., 2013).

Claro está que estes/as investigadores/as se defrontam com variados desafios que podem passar pela dificuldade conceptual/linguística ou pela integração das diferentes metodologias de investigação, nomeadamente a utilização dos estudos quantitativos. No entanto, cada desafio representa uma oportunidade para melhorar a qualidade da investigação, particularmente no que diz respeito ao seu potencial para documentar mais precisamente as desigualdades na saúde, e para identificar as causas dessas desigualdades e suas possíveis soluções (Bowleg, 2012: 1270).

### 3. Reflexões

A 8.<sup>a</sup> Conferência Global da Promoção da Saúde realizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em Helsínquia (2013), objetivou, entre outros, facilitar a troca de vivências e estabelecer orientações nos diferentes países para a implementação da abordagem “Saúde em Todas as Políticas”. O lema eleito pela OMS chama a atenção de que a responsabilidade pela saúde é de todos/as e de que não existe nenhum contexto social onde a saúde não assuma um papel importante e que não seja por eles influenciada reciprocamente (e.g., educação, economia, emprego, segurança social).

Este lema alicerça-se na Carta de Ottawa e na Declaração de Alma-Ata, dois documentos de extrema importância na evolução da saúde pública. A Carta de Ottawa, assinada no dia 21 de Novembro de 1986, no final da 1.<sup>a</sup> Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde propôs uma nova visão: saúde e bem-estar para todos/as, promoção da literacia e do empoderamento das pessoas e comunidades, condição essencial para que estas sejam capazes de agir, de modo consciente e informado, sobre os fatores determinantes da saúde. Bem como a defesa de um trabalho intersectorial, tendo em vista a criação de condições ambientais e sociais facilitadoras de escolhas saudáveis e a redução das desigualdades sociais (WHO, 1986). A Declaração de Alma-Ata (WHO, 1978) contempla que a saúde seja

reconhecida como um direito humano fundamental; onde as desigualdades em saúde são consideradas inaceitáveis; é reconhecido o direito e o dever, de todos os/as cidadãos/ãs de participarem no planeamento dos serviços de saúde e nas decisões relacionadas com a saúde; é feito um apelo à intervenção dos decisores/as políticos na criação de condições estruturais favoráveis à saúde uma vez que a promoção e a proteção da saúde das pessoas e populações são consideradas como uma condição essencial para o desenvolvimento económico e social sustentável, contribuindo para aumentar a qualidade de vida e a paz mundial (Nunes, 2011: 200).

Todavia, passados quase 27 anos da assinatura da Carta de Otawa, muitos destes pressupostos continuam num patamar meramente teórico, onde a saúde continua a ser essencialmente remediativa continuando a invisibilizar imensas pessoas das suas pesquisas e análises.

A interseccionalidade surge assim como um quadro teórico de extrema importância na saúde pública (Bowleg, 2012) uma vez que tem um comprometimento com a justiça social e com a igualdade de oportunidades (Topa, 2013; Topa et al., 2013).



Segundo Lisa Bowleg (2012) esta teoria traz uma leitura complexa que se torna essencial para a compreensão das desigualdades sociais em saúde, no desenvolvimento de estratégias de prevenção, de intervenção e no garantir de resultados relevantes dentro de comunidades específicas. Para além disso, fornece uma linguagem comum para os/as investigadores/as de saúde pública comprometidos na investigação interseccional, possibilita a análise complexificada das disparidades e desigualdades sociais em saúde que continuam a pontuar inúmeras faixas da população, fornece uma lente teórica para interpretar resultados imprevistos, tem por base a intersecção de múltiplos fatores socioestruturais que ultrapassam o foco em exclusivo sobre os indivíduos e permite trazer à tona experiências de grupos de pessoas oprimidas, facilitando novas formas de informação, prevenção, intervenção e promoção de saúde.

Paralelamente este paradigma teórico surge como um alicerce na elaboração de políticas de saúde públicas sendo um dos grandes temas que estará em discussão na 9.ª Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde que irá ser realizada em dezembro de 2016, em Xangai na China.

## Referências

- Bauer, Greta (2014) Incorporating intersectionality theory into population health research methodology: Challenges and the potential to advance health equity. *Social Science & Medicine* 110: 10-17.
- Bilge, Sirma e Denis, Ann (2010) Introduction: Women, Intersectionality and Diasporas. *Journal of Intercultural Studies* 31(1):1-8.
- Bowleg, Lisa (2008) When Black + lesbian + woman ≠ Black lesbian woman: the methodological challenges of qualitative and quantitative intersectionality research. *Sex Roles* 59(5-6): 312-325.
- Bowleg, Lisa (2012) The Problem With the Phrase Women and Minorities: Intersectionality- an Important Theoretical Framework for Public Health. *American Journal of Public Health* 102(7): 1267-1273.
- Burman, Erica (2004). From difference to intersectionality: challenges and resources. *European Journal of Psychotherapy, Counselling & Health* 6(4): 293-308.
- Castaño-López, Esther, et al., (2006) Publicaciones sobre mujeres, salud y género en España (1990-2005). *Rev. Esp. Salud Pública* 80, 705-716.
- Collins, Patricia (2000). *Intersecting Oppressions*. Disponível no endereço: [http://www.uk.sagepub.com/upm-data/13299\\_Chapter\\_16\\_Web\\_Byte\\_Patricia\\_Hill\\_Collins.pdf](http://www.uk.sagepub.com/upm-data/13299_Chapter_16_Web_Byte_Patricia_Hill_Collins.pdf) [consultado em 31-07-2016]

- Collins, Patricia (2003) Some Group Matters: Intersectionality, Situated Standpoints and Black Feminist Thought. In: Lott T. and Pittman J. (eds.) *A Companion to African-American Philosophy*. Oxford: Blackwell Pub, 205-229.
- Crawford, Mary (1995) *Talking Difference. On gender and language*. London: Sage.
- Crawford, Mary e Popp, D. (2003) Sexual double standards: a review and methodological critique of two decades of research. *Journal of Sex Research* 40(1): 13-26.
- Crenshaw, Kimberlé (1991) Mapping the Margins: Intersectionality, Identity, Politics and Violence Against Women of Color. *Stanford Law Review* 43: 1241-99.
- Crenshaw, Kimberlé (2002) Documento para o encontro de especialistas em aspetos da discriminação racial relativos ao género. *Estudos Feministas* 1: 171-188.
- Dhamoon, Rita (2010) Considerations on Mainstreaming Intersectionality. *Political Research Quarterly* XX(X): 1-14. doi: 10.1177/1065912910379227
- Dworkin, Shari (2005) Who is epidemiologically fathomable in the HIV/AIDS epidemic? Gender, sexuality, and intersectionality in public health. *Culture, Health, & Sexuality* 7(6): 615-623.
- Estacio, Eme e Marks D. (2007) Health Inequity and Social Injustice for the Aytas in the Philippines: Critical Psychology in Action. *Journal for Social Action in Counseling and Psychology* 1(1): 40-57.
- Grace D. (2010). When oppressions and privileges collide: a review of research in health, gender and intersectionality in late (post) modernity. *Can J Hum Soc Sci.*;1(1):20-24.
- Hankivsky, Olena (2011) *Health Inequities in Canada: Intersectional Frameworks and Practices*. Disponível em <http://www.ubcpres.ca/books/pdf/chapters/2011/Health-InequitiesInCanada.pdf> (acedido em 1 de agosto de 2016).
- Hankivsky, Olena e Cormier, R. (2009) *Intersectionality: Moving Women's Health Research and Policy Forward*. Vancouver: Women's Health Research Network.
- Hankivsky, Olena, et al. (2010) Exploring the promises of intersectionality for advancing women's health research. *International Journal for Equity in Health* 9(5). doi:10.1186/1475-9276-9-5
- Hare-Mustin, Rachel e Marecek, Jeanne (1990) Gender and the meaning of difference: postmodernism and psychology. In: Hare-Mustin, R. e Marecek, J. (eds.) *Making difference: psychology and the construction of gender*. New Hawen, CT: Yale University Press, 22-64.
- Hinze, Susan, Lin, Susan e Andersson, Tanetta (2012) Can We Capture the Intersections? Older Black Women, Education, and Health. *Women's Health Issues* 22(1): e91-e98
- hooks, bell (1981/2000) *Feminist theory: from margin to center*. London, Pluto Press.
- La Barbera, MariaCaterina (2012). Intersectional-Gender and the Locationality of women "in transit". In: Bonifacio G. (eds.) *Feminism and Migration: Cross-Cultural Engagements*. Canada: Springer, 17-31.

- Mahalingam, Ramaswami, Balan, S. e Haritatos, J. (2008) Engendering Immigrant Psychology: An Intersectionality Perspective. *Sex Roles* 59: 326-336. doi: 10.1007/s11199-008-9495-2
- Marcelli, Roxanne, Bauer, Greta. e Scheim, Ayden (2013) Intersecting impacts of transphobia and racism on HIV risk among trans persons of colour in Ontario, Canada. *Ethnicity and Inequalities in Health and Social Care*, 6: 1-11
- May, Vivian (2014) Speaking into the Void? Intersectionality critiques and Epistemic Backlash. *Hypatia* 29(1): 94- 112.
- McCall, Leslie (2005) The complexity of intersectionality. *Signs* 30(3): 1771-1800.
- Mens-Verhulst, Janneke e Radtke, L. (2006) *Intersectionality and health care: support for the diversity turn in research and practice*. Disponível em: <http://www.vanmens.info/verhulst/en/wp-content/Intersectionality%20and%20Health%20Care-%20january%202006.pdf> [acedido em 30 de julho de 2016].
- Neves, Sofia (2010) Tráfico de mulheres brasileiras para fins de exploração sexual em Portugal e Interseccionalidade: Um estudo de caso. *Psicologia* 2(XXIV): 177-196.
- Neves, Sofia (2011) Women trafficking for sexual exploitation in Portugal: Life narratives. *International Journal of Humanities and Social Science* 17(1): 186-192.
- Nogueira, Conceição (2001) Construcionismo social discurso e género. *Psicologia*, XV(1): 43-65.
- Nogueira, Conceição (2001a), A análise do discurso. In Fernandes, E. e Almeida, L. (Eds.), *Métodos e Técnicas de Avaliação: contributos para a prática e investigação psicológicas*. Braga: Universidade do Minho, 15-48.
- Nogueira, Conceição (2011) Introdução à teoria da interseccionalidade nos Estudos de Género. In: Neves S. (eds) *Género e Ciências Sociais*. Maia: Edições ISMAI, 67-78.
- Nogueira, Conceição (2013) A teoria da Interseccionalidade nos estudos de género e sexualidades: condições de produção de “novas possibilidades” no projeto de uma psicologia feminista crítica. In: Ana Lúcia Brizola et al. (Orgs) *Práticas Sociais, políticas públicas e direitos humanos*. Florianópolis: Abrapso/Nuppe/CFH/UFSC, 227-248.
- Nogueira, Conceição, Saavedra, L. e Costa, C. (2008) (In)Visibilidade do Género na Sexualidade Juvenil: Propostas para uma nova concepção sobre a educação sexual e a prevenção de comportamentos sexuais de risco. *ProPosições* 19(2): 59-79.
- Nunes, Emília (2011) Celebração do 25.º Aniversário da Carta de Ottawa. *Rev. Port. Saúde Pública* 29(2): 200-202.
- Oliveira, João (2010) Os Feminismos habitam espaços hifenizados. *ex æquo*, 22: 25-39.
- Oliveira, João (2015) Mil Géneros. *Vírus* 7: 74-76.
- Oliveira, João e Amâncio, L. (2006) Teorias Feministas e Representações Sociais. *Estudos Feministas* 14(3): 597-615.
- Phoenix, Ann e Pattynama, Pamela (2006). Intersectionality. *European Journal of Women's Studies*, 13(3): 187-192.

- Rusek, Sheril, Olesen, V. e Clarke, A. (1997) *Women's Health: Complexities and Differences*. Columbus OH: Ohio State University Press.
- Shields, Stephanie (2008) Gender: An Intersectionality Perspective. *Sex Roles*, 59, 301 – 311. doi: 10.1007/s11199-008-9501-8
- Silva, Luísa (1999) Saúde das mulheres. *Revista de Epidemiologia*, 13, 31-34.
- Smith, G. (1975), Gender, race, class, and health: intersectional approaches. *The New England Journal of Medicine*, 356: 317-318.
- Sojourner, Truth. *Ain't I a woman?* Disponível em: [http://womenshistory.about.com/od/sojournertruth/a/aint\\_i\\_a\\_woman.htm](http://womenshistory.about.com/od/sojournertruth/a/aint_i_a_woman.htm) (acedido em 31 de julho de 2016).
- Stephens, Christine (2009) Racism and Inequalities in Health. *Journal of Health Psychology* 14(5): 655-659. doi: 10.1177/1359105309104907
- Topa, Joana (2013) *Cuidados de saúde materno-infantis à população imigrante residente em Portugal*. Tese de Doutoramento, Universidade do Minho, Braga.
- Topa, Joana, Nogueira, C. e Neves, S. (2013) Feminismos e estudos migratórios: contribuições da Teoria da Interseccionalidade no domínio da saúde materna. In: Magalhães S. e Alvarez T. (Org.). *Romper as fronteiras. A interseccionalidade nas questões de género e feministas*. Vila Franca de Xira: Associação Portuguesa dos Estudos sobre as Mulheres, 24-33.
- Varcoe, Collen e Dick, D. (2008) The intersecting risks of violence and HIV for rural Aboriginal women in a neo-colonial Canadian context. *Aborig Isl Health Work J* 5: 42-52.
- Veenstra, Gerry (2011) Race, gender, class, and sexual orientation: intersecting axes of inequality and self-rated health in Canada. *International Journal for Equity in Health* 10:3. doi: 10.1186/1475-9276-10-3
- Weber, Lynn e Parra-Medina, D. (2003) Intersectionality and Women's Health. *Gender Perspectives on Health and Medicine: Key Themes Advances in Gender Research* 7: 181-230. doi: 10.1016/S1529-2126(03)07006-1
- WHO (1978) Declaração de Alma-Ata. Disponível em: [www.who.int/hpr/NPH/docs/ot-tawa\\_charter\\_hp.pdf](http://www.who.int/hpr/NPH/docs/ot-tawa_charter_hp.pdf) [acedido em 3 de agosto de 2016]
- WHO (1986) Carta de Ottawa. Disponível em: <http://www.ptacs.pt/Document/Carta%20de%20Ottawa.pdf> [acedido em 3 de agosto de 2016]
- Wilkinson, Lori (2003a) Advancing a perspective on the intersections of diversity: Challenges for research and social policy. *Canadian Ethnic Studies* 35(3): 3-23.
- Wilkinson, Sue (2003b) Feminist contributions to critical health psychology. In: Murray M. (eds.) *Critical Health Psychology*. London: Palgrave/Macmillan, 83-100.

2.

## **Gender and Women's Studies at Minnesota State University, Mankato, USA: Bridging theory and practice**

*Maria Bevacqua*

*Laura Harrison*

### **ABSTRACT:**

English: This paper examines the Department of Gender and Women's Studies, Minnesota State University, Mankato, and its commitment to maintaining the connection between feminist theory and practice. Examples of this connection include curriculum on non-profit leadership, collective action, sexual assault advocacy training, and internships.

**KEYWORDS:** Feminist Praxis, Gender and Women's Studies, Curriculum, Activism

### **RESUMEN**

Este artículo examina de qué manera el Departamento de Estudios de Género y sobre la Mujer en la Universidad Estatal de Minnesota, Mankato está comprometido con mantener la conexión entre la teoría feminista y su práctica. Los ejemplos de esta conexión incluyen un programa académico con cursos sobre liderazgo en organizaciones sin ánimo de lucro, gestión de acciones colectivas, entrenamientos relacionados con el problema del acoso sexual y su prevención, así como varias pasantías.

**RESUMO**

Este artigo examina de que maneira o Departamento de Estudos de Gênero e sobre a Mulher em a Universidade Estatal de Minnesota, Mankato está comprometido com manter a conexão entre a teoria feminista e sua prática. Os exemplos desta conexão incluem um programa acadêmico com cursos sobre liderança em organizações sem ânimo de lucro, gerenciamento de ações coletivas, treinamentos relacionados com o problema do acoso sexual e sua prevenção, bem como várias pasantías.

Gender and Women's Studies is a field that, in the United States, emerged as the academic arm of the women's movement during the 1970s and 1980s. As such, GWS programs have had a longstanding commitment to bridging theory and practice. Yet nationally, this commitment has come in and out of fashion in the last four decades (Howe 2000, Kennedy and Beins 2005). Laura Harrison and Maria Bevacqua, co-authors of this paper, are both faculty members in the Department of Gender and Women's Studies at Minnesota State University, Mankato, a university located in the upper-Midwestern region of the United States. Unlike many faculty teaching in Gender and Women's Studies programs in the United States today, both of us received Ph.D.s in the field in which we are teaching. Laura Harrison's Ph.D. is in Gender Studies from Indiana University (the first Gender Studies Ph.D. program in the U.S.), and Maria Bevacqua's is in Women's Studies from Emory (the first Women's Studies Ph.D. program in the U.S.). We use this experience in interdisciplinary feminist research and teaching to base our analysis of the department in which we teach, and ground this in further considerations for the future of the field.

Given the resurgence of social justice activism broadly in society—and on university campuses in the U.S.—we would like to discuss what we see as the reasons for the success of our department at Minnesota State University, Mankato in maintaining the link between feminist theory, activism, and practice. To illustrate this commitment, we will discuss the history and context of our program, and specific examples of how our program bridges theory and practice through coursework. We will conclude by discussing future directions for the field of Gender and Women's Studies, and the role that we, as faculty, can play in shaping these outcomes.

There is little dispute that the field of women's studies emerged out of the feminist movement that surged in the United States and around the world in the 1960s and 70s. The field is often referred to as the "academic arm" of the movement (Ginsberg 2008), and it reflects the work of feminist faculty to right the wrongs of traditional arts, humanities, and social and natural science scholarship possessed of a number of biases not previously acknowledged. As Wiegman (2002) and other have noted, the academic feminists who initiated this project and then carried forth its vision were critical of the institutional power for which they were fighting and uncomfortable, at best, with the foundations and canons they were establishing. These founders wished not only to establish an institutional location to engage in feminist knowledge production, but to challenge institutional practices rooted in racism, sexism, and imperialism. Marilyn Boxer (2001) famously stated, "From the beginning, the goal of women's studies was not merely to study women's position in the world, but to change it" (2001:13). Women's studies has had social justice—within and beyond academe—at its core for five decades.

At this time, there are perhaps 800 women's studies programs in the United States, and many more worldwide. Programs range from undergraduate certificates and minors to majors, master's degrees, and Ph.D.s. As the field has grown numerically and administratively, it has also developed theoretically and methodologically, with advancements in both disciplinary and interdisciplinary content (Wiegman 2002).

In recognition of the evolution of theory and subject matter, many programs and departments have changed their names to include terms such as "gender" and "sexuality." Feminist theorist Suzanna Walters, who was chair of the first U.S. doctoral program to name itself "Gender Studies," argues that the move toward this name change is not an opposition to Women's Studies, but rather reflects "deep interdisciplinarity," an "intellectual logic," and a greater sense of security and inclusivity within the academy (Jaschik 2005). Feminists who oppose the change to Gender Studies often cite the continued political value of insisting upon the word "women" in the title of a feminist department. As Shirley Yee (1997) argues, the term "women" exists as a reminder and a marker of the continued existence of unequal power and access to resources that women face. Tania Modleski (1991) sounds a similar alarm in *Feminism Without Women*, in which she argues that women, more than any other oppressed group, have ceded the ground upon which to fight their own oppression. The move from "women" to "gender,"

she contends, is part of a radical anti-essentialism, one that erodes gender and sexual differences and disallows any use of the term “woman,” no matter how provisionally. Such debates within the field reflect the significance of continued discussion concerning what the goals of Gender/Women/Sexuality studies programs are, and how to achieve them.

### **1. Gender and Women’s Studies at MSU, Mankato**

Minnesota State University is a regional public institution located in Southern Minnesota, about 128 kilometers south of metropolitan Minneapolis/St. Paul, MN. We are a state-supported university serving approximately 16,000 students with over 135 undergraduate programs and 75 graduate programs. We primarily teach students from the upper-Midwestern region, but more than 1,100 international students from more than 90 countries attend Minnesota State University, Mankato (<http://www.mnsu.edu/about/facts.html>). Given this context, the birth of Women’s Studies at Minnesota State University, Mankato, parallels the development of the field in colleges and universities across the United States and internationally. Other gender and women’s studies practitioners have recognized our department as a pioneer in the field. As far back as 1995, the department was among very few institutions in the country that offered women’s studies degrees in a freestanding department with its own full time faculty and department chair, as stated by external program reviewer Berenice Carroll in 1995. This history is one that department faculty take great pride in the telling, and it comes into play every time we seek to improve the quality and reach of our programs.

The first women’s studies course at MSU was offered in 1970, and the Women’s Studies Program was established in 1975. The program started the undergraduate minor in 1976. In 1978, Dr. Carolyn Shrewsbury of the Political Science Department became the Coordinator and oversaw the transition from Program to Department. By 1979, the minor included three required courses and a choice of seventeen electives offered around the university. The Bachelor of Science and Bachelor of Arts were established in 1980 as freestanding degrees in Women’s Studies.

In the early 1980s, graduate students pursued Women’s Studies master’s degrees through the “multidisciplinary studies” option. In 1986, the Master of Science in Women’s Studies was established, the first such degree in the United States. Throughout the 1980s and 1990s, the department had three full-time ten-



ured or tenure-track faculty members. In 2004, a fourth probationary faculty line was added. In 2009, the department added a Master of Arts option to offer our students more choices. Also in 2009, the name of the department and all programs were changed from Women's Studies to Gender and Women's Studies. This name was selected as the best representation of the department's commitments, curriculum, and student interest. It is our belief that gender has been the subject of inquiry in our teaching and research all along.

## **2. Theory and Practice**

A commitment to maintaining the link between feminist theory, activism, and practice has been present since the earliest days of Women's Studies and now Gender and Women's Studies at Minnesota State Mankato. This commitment plays out in myriad ways, large and small. First, in all our hiring, we require faculty to have practical, activist experience. Both Harrison and Bevacqua, for example, combined activism with our studies as Ph.D. students. Harrison worked in reproductive justice as a counselor at Planned Parenthood while also researching reproductive justice for her doctoral dissertation. Bevacqua worked as an advocate and trainer at an area rape crisis center while also researching feminist activism around rape for her doctoral dissertation. Our colleagues had similar backgrounds before coming to Minnesota State Mankato. In addition, all of us have continued our activist work even as we manage the demands of work, family, and community. This is very important to us, as it models to our students and colleagues that feminism, when connected to activist practice, requires continual engagement. Our experience suggests that students thirst for stories and examples from our activist work to help inform their own activism and their understanding of feminism.

### **Non-Profit Leadership**

Students are often attracted to the GWS degree because of their passion for social change and an interest in careers in the human services agencies and Non-Governmental Organizations sector. Through collaboration with the four departments involved in the university's interdisciplinary Non-Profit Leadership (NPL) program, GWS is integrated into the NPL program. The NPL program consists of an undergraduate minor and a graduate certificate. At the undergraduate level, our GWS 330: Feminist Research and Action course and GWS 498: Community

Internship both count toward the minor. At the graduate level, our GWS 600: Collective Action course and GWS 698: Community Internship both count toward the 15-credit NPL certificate. This inclusion makes the prospect of completing the certificate along with the planned degree program quite feasible for our majors and master's students who are planning careers in non-profit fields and NGOs. This inclusion also brings non-GWS NPL students into GWS and exposes them to our field. Not only do these courses train students in the rigors of feminist scholarship; they also provide experience with applying feminist principles in practical ways. These courses move feminist theory from books and papers into life.

### **Community and Teaching Internships**

To receive a Bachelor's of Science in Gender and Women's Studies at Minnesota State University (which the vast majority of students opt for), and to complete the graduate program, students must select either a teaching internship or a community internship. Community internships provide students with experience working with non-profit or for-profit businesses, on or off campus, with the goal of gaining skills in activism and leadership, and applying the concepts learned in GWS classrooms to these settings. Students who choose to work off-campus are placed in local domestic violence and rape crisis shelters, the YWCA, NARAL Pro-Choice America, Girl Scouts of America, South Central Minnesota Pride, and a local midwifery and birth center, among other sites. Students also complete community internships on campus at the Women's Center and the LGBT Center, where they can learn programming, leadership, social justice organizing, or hone skills like graphic design. A faculty member in the department helps students identify potential community internship sites, prepare a resume and interviewing skills, reviews detailed plans for internship duties and goals (agreed to by the student and the site mentor), checks in with intern and mentor should issues arise, and evaluates final materials submitted for credit (which include evaluations and an internship journal).

Students who choose teaching internships work one-on-one with an instructor to develop an understanding and practice of feminist pedagogy. They are paired with an instructor teaching a course like Intro to Gender, or Sex and Gender Worldwide, and are responsible for tasks like designing lesson plans, providing feedback on syllabus construction, and gathering resources for in-class activities. The goal is for students to learn concepts of feminist pedagogy, like con-

sciousness of classroom power dynamics, through the experience of observing and teaching in an actual classroom. Each faculty member works closely with their teaching inter to help them achieve their internship goals.

Such “practicums,” as they are often called, have been critiqued by some feminists in recent decades. Writing in the collection *Women’s Studies on its Own*, feminist theorist Sneja Gunew (2002) calls the relationship between academic feminism and community activism “an uneasy one,” and warns that practicums could “help support the growing perception that university knowledge and training are only of value insofar as they prove their immediate and instrumentalist ‘relevance’ to contemporary community issues” (2002:53). In other words, Gunew’s concern is that practicums may align with the commodification of education as purely instrumental. Likewise, in the same collection, Nancy Naples (2002) notes that activism within *Women’s Studies* curriculum is often viewed with suspicion by universities, administrators, and some feminist scholars themselves. One reason for this suspicion, she contends, is the fear that experience-based learning does not meet rigorous standards of academic “excellence,” as determined by the institutions. While these authors’ concerns certainly merit discussion and debate, quotes from students who completed GWS internships demonstrate the relevance of practicum to students’ educational process. One student who completed a teaching internship wrote in her required reflection essay that,

My experience as a teaching intern established how I want my feminist pedagogy to be, what my approach entails, and possible pedagogical methods. I want to teach in an honest, authentic, democratic and caring space that is committed to the well being of students as well as their self-actualization. I want my students to have the capacity to imagine a different world that is just, honest and loving and have the theoretical and actual tools to realize such a world.

A graduate teaching intern wrote:

The process of becoming an educator and developing your own pedagogical style requires a lot of experience and investment that cannot be obtained simply through reading...As someone who puts a lot of emphasis on reading and theory as a way to understand the world, living the practice of feminist pedagogy in a classroom space and... implementing one’s idealized pedagogical goals [are] much more difficult.

These reflections suggest that internships do encourage students to bridge theory and practice by demonstrating how the practice of teaching in feminist classrooms actually shapes or reshapes their understanding of what constitutes theory, how to theorize *with* others, and the importance of feminist ethics in both theory and practice.

### **Training Sexual Assault Advocates**

Another course that invites students to unite theory and practice at MSU, Mankato, is titled “Training Sexual Assault Advocates.” One purpose of constructing this course was to meet the University’s commitment to the Campus Sexual Violence Elimination, or the Campus SaVE Act. The Campus SaVE Act was signed into law by President Barack Obama in 2013 as part of the reauthorized Violence Against Women Act, and its purpose is to address sexual violence on college campuses, in part by increasing transparency about campus violence, and supporting primary prevention efforts (see White House 2015). That the GWS department plays a role in supporting such legislation, and overall efforts to combat gender-based violence, speaks to our unique position on campus as not only educators but also social justice advocates.

The goal of the Training Sexual Assault Advocates course is to give students at the undergraduate and graduate level the opportunity to earn course credit while simultaneously becoming certified as sexual assault advocates. A certified sexual assault advocate is someone who has completed forty hours of training that prepare her to do advocacy work like answering crisis phone lines, or supporting survivors of violence during medical, law enforcement, or legal proceedings. The course centralizes hands-on training in activism from instructors, other faculty and staff members in the college, and community members in the field of sexual assault advocacy such as the County District Attorney, local shelter advocates, and a Sexual Assault Nurse Examiner. This hands-on training is combined with academic background in theories of gender and sexual assault. Laura Harrison co-teaches this course with the Violence Awareness and Response Coordinator on MSU’s campus, who is a confidential advocate for survivors. Co-teaching the class with someone in an active advocacy role is instrumental to the success of this course, and also models for students that a GWS degree offers careers that combine theory and practice.

### **Collective Action**

A course called Collective Action is one of the most noteworthy features of our graduate curriculum. This course examines strategies for, and theories of, social change, with a focus on feminist activism and gender-based social justice movements. We analyze group processes, organization, leadership, and other aspects of promoting and creating change. The course calls into question common assumptions about contemporary social change work, including taken-for-granted ideas about the role of nonprofits and NGOs in social justice activism. The most distinctive feature of this course is the requirement that the students in the class, engage in activism. Building on a variety of scholarly and activist perspectives, the course emphasizes skill building in class participants as agents of social change, individually and collectively, through participation in, and analysis of, a collective action of their own design. That is, students carry out their own group activist project for credit in the class.

Unsurprisingly, this course, and the collective action project, are often a source of anxiety for students. They encounter conflicts in their collective action group, they become frustrated with each other, or they prefer to act as individuals. When this happens, we discuss what social justice work is really like. Do we only engage in activism with our friends? With people whose experience and opinions align perfectly with our own? Do we give up when conflict arises? The reality of activism is that people experience conflict, disagreement, and struggle along these lines and others. The challenge is to manage these issues well enough for the group to accomplish its own goals. The instructor's knowledge and experience of feminist practice—from a scholarly and/or personal perspective—helps the students through their struggles.

In spite of the difficulties some students have with their Collective Action course, they routinely name it in retrospect as one of the highlights of their master's program. In one survey of graduate alumni, one person reflected, "The connections between theory and activism are also well developed in the present curriculum. This is specifically strong in Collective Action. Also, the internship is a wonderful opportunity to expand upon this connection for students." Another stated, "One of the main things that I enjoy about the program is the wide range of topics the courses cover. Collective Action helped me gain activist experience, yet I was able to learn theory and global perspectives." Students and alumni recognize the value of the program's emphasis on bridging theory and practice. An-

other survey respondent reflected, “I have learned to express myself as both an academic and an activist. Through this program, I have been able to develop my feminist/queer activism and combine that with my academic work.”

## **Conclusion**

For us, as faculty, to know that the program’s and department’s objective of bridging theory and practice is not only being achieved in our courses, but also valued and applied by students, is a sign of accomplishment. As this overview of academic programs at MSU, Mankato suggests, the goal of nourishing the activist roots of Gender and Women’s Studies is central to the way that our faculty conceptualize the mission of the department. Without faculty commitment to this vision, feminist activism would undoubtedly lose its relevancy within the curriculum. That is one reason to conclude with an important consideration for the future of the field, namely the hiring graduates of Gender and Women’s Studies Ph.D. programs.

Our department made the decision that our last two tenure-track faculty positions would be advertised with the requirement that applicants have a Ph.D. in Gender, Women, or Feminist Studies, without opening the call to “related fields.” We did so for several reasons. As Ph.D. programs in GWS have matured and begun reliably granting doctoral degrees, it is now possible to complete a search in a way that it wasn’t twenty years ago. Restricting a search to GWS Ph.D. holders increases the likelihood of hiring someone with a background in feminist theory and activism, with teaching experience in the field, and with an interdisciplinary and intersectional research agenda. Hiring scholars with a Ph.D. in GWS also demonstrates a significant commitment to the future of the field itself. We believe that those of us with faculty appointments in GWS programs have a responsibility to stand behind those degrees by preferentially hiring the students such programs are training.

From its founding, the programs in Gender and Women’s Studies at Minnesota State Mankato have had a firm commitment to bridging theory and practice—a commitment that is characteristic of the field as a whole, but which is accomplished inconsistently in its various institutional locations. Through courses such as Collective Action and Training Sexual Assault Advocates, and through experiential curricular features such as Non-Profit Leadership, Teaching Internship, and Community Internship, our students’ learning of feminist theory is continuously inflected with activist practice. Through the department’s prioritization of

hiring faculty with feminist activist experience, often those who hold Ph.D.s in the field, we make plain our dedication to feminist practice as well as scholarly achievement. In doing so, the Department of Gender and Women's Studies at Minnesota State Mankato advances women's studies' founding mission of being the "academic arm" of the intersectional, multicultural feminist movement.

## References

- Boxer, Marilyn (2001) *When Women Ask the Questions: Creating Women's Studies in America*. Washington, D.C.: Johns Hopkins University Press.
- Ginsberg, Alice, ed. (2008) *The Evolution of American Women's Studies: Reflections on Triumphs, Controversies, and Change*. New York: Palgrave Macmillan.
- Gunew, Sneja (2002) Feminist Cultural Literacy: Translating Differences, Cannibal Options. In: Wiegman R (ed) *Women's Studies on Its Own*. Durham: Duke University Press, 47-65.
- Howe, Florence (2000) *The Politics of Women's Studies: Testimony from the Founding Mothers*. New York: The Feminist Press.
- Jaschik, Scott (2005) Indiana creates first gender studies Ph.D. *Inside Higher Ed*, 10 November.
- Kennedy, Elizabeth Lapovsky and Beins A, eds. (2005) *Women's Studies for the Future: Foundations, Interrogations, Politics*. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press.
- Modleski, Tania (1991) *Feminism Without Women: Culture and Politics in a 'Postfeminist' Age*. New York: Routledge.
- Naples, Nancy (2002) Negotiating the politics of experiential learning in women's studies: Lessons from the community action project. In Wiegman R (ed.) *Women's Studies on Its Own*. Durham: Duke University Press, 383-415.
- White House (2015) *Fact sheet: Resource guide and recent efforts to combat sexual violence on college and university campuses*. Available at: <https://www.whitehouse.gov/the-press-office/2015/09/17/fact-sheet-resource-guide-and-recent-efforts-combat-sexual-violence> (accessed 9 August 2016).
- Wiegman, Robyn (ed.) (2002) *Women's Studies on Its Own: A Next Wave Reader in Institutional Change*. Durham: Duke University Press.
- Yee, Shirley (1997) The 'women' in women's studies. *differences* 9.3: 46-64.





PARTE II

**POLÍTICAS PÚBLICAS**



# 3.

## **The language of policy: an analysis of turkish 5-year development plans and gender issues in agro-rural sector**

*Tülay Atay-Avşar\**  
*Ayfer Dağdelen\*\**

### **ABSTRACT**

Development plans comprise the policies promoting and accelerating the economic, cultural and social advancement in order to respond to the needs and demands of society. Following the 1929 world economic crisis (The Great Depression), Turkey abandoned its mere regulatory stance in the state's economic life, with its decision to participate directly in economic life as an entrepreneur. Thus Turkey decided to pursue planned economic policies aiming industrialisation: the one-and-a-half-year Industrial Plan for the years 1934-1939 is an outcome of this decision. After this, the two-and-a-half-year Industrial Plan spanning the years 1939-1943 could not be implemented considering during World War II . While the need for planned development was emphasised throughout the 1950s, planned development was ac-

---

\*Assist. Professor, PhD., Faculty of Communication, Department of Journalism & Women's Studies Centre (Vice Chair), Mustafa Kemal University, Antakya, Hatay. atayavsar@gmail.com (Corresponding Author).

\*\*Assist. Professor, PhD., Faculty of Economics and Management, Department of Public Administration and Politics & Women's Studies Centre (Vice Chair), Mustafa Kemal University, Antakya, Hatay. ayferdagdelen@yahoo.com

tually undertaken in 1960, with the establishment of the State Planning Organisation. The 1961 Constitution also provided the legal backdrop of the planned development. The First Five-Year Development Plan covers the period 1963-1967. The last and ongoing Tenth Five-Year Development Plan covers the period 2014-2018. The importance of the connection between social gender equality and development plans has been highlighted in the 'Beijing Declaration and Platform for Action' after the Fourth World Conference on Women held in Beijing on 4-15 September 1995. The overriding emphasis in this document is the unrealistic nature of state rhetoric and promises aiming gender equality without the prior constitution of an appropriate economic structure, and without recognition of the need for a more equitable distribution of public resources to both women and men. While the need to include women's views is important in the process of creating development plans, the visibility of that contribution in the development effort is also important. The issue of women's employment becomes crucial at precisely such a juncture. In developing countries, men are the majority of people working in the city, while the majority of workers in the agro-rural sector are women. Such a situation implies increasing the visibility of women working in the rural and agricultural milieu, within the framework of development plans. This study aims to evaluate development plans in Turkey in an economic and gender context, especially from the perspective of women working in the agricultural sector.

**KEY TERMS:** Development Plans of Turkish Republic, Gender Equality, Women's Status in Agro-Rural Sector.

## **Introduction**

The concept of gender is a concept drawing attention to the biological differences and division of labor between the sexes, but also to men's and women's access to community resources. These gender relations have revealed a structure more dominated more by men than women, in many areas of life. In this sense, women have lagged behind men in many areas of life. The most important of these domains is economy. Women cannot benefit as much as men when it comes to the determination and functioning of economic development policies. Different intellectual approaches have been developed to achieve this. With modernisation,

technology and machinery have passed to the control men and the economy has thus been deprived of women's labour, remaining behind its potential level of prosperity. However, women should be included in the economy in order for a holistic development, and policies should be developed to this end. This approach has been named Women in Development (WID). The WID approach questions the causes of the unequal and subordinate position of women and points to modernism and capitalism as the reason for it. "Accordingly, the system whereby women's bodies and labour are systematically exploited by male patriarchy both within and outside the household, is defined as patriarchy" (Yaman, 2013). The approach spread in the 1980s was the Gender and Development (GAD). "Drawing attention to the multidimensionality of gender relations, GAD has defended the need to change the mechanisms that create gender inequality" (Yücel, 2016:86). "It is argued that deepseated relations of inequality cannot be understood without knowledge about the projection of knowledge concerning women on the male side" (Lourdes, 2003:40). The Women in Development approach has not accepted existing social structures and questioned why women have stayed away from development strategies; it has only questioned precisely how they can be included in development initiatives. Focusing on the relationship between women and development processes, WID has advocated an acceptance of women's diversity and their distinctive role in this process. The approach has been criticised for its failure to question gender based inequalities and the key structures underlying them. "In line with these criticisms, the Gender and Development approach has set forth that formalised gender relations, which are seen as the main determinant of women's social status, are not immutable, are socially constructed as patterns of behaviour and are thus open to change" (Serdaroğlu and Yavuz, 2008:146). Such shift in thought has also been reflected in the views of international organisations for women; emphasised in such meetings has been the need for equal conditions for women and men in development. Without the establishment of a suitable economic structure and the acceptance of the need for equal distribution of public resources, the state's commitments and decisions towards gender equality will be far from realistic. In this context, given that the basic philosophy of development plans is the formation of policies that allow for no discrimination in the country and that ensure integration, development plans should be considered the most important documents to ensure gender equality. Women's employment should be seen at this juncture as an important area of reg-

ulation for development plans. This is because the increased visibility of women's contribution in development initiatives is important. An examination of the distribution in terms of gender in employment in underdeveloped and developing countries reveals that men comprise the majority of urban workers, while the majority of workers in rural and agricultural areas are women. This study aims to evaluate development plans in Turkey in the context of women-economy relations, especially in terms of the perspective of women working in the agricultural and rural sector. This paper employs a systematic literature review approach.

### **1. Historical development of development planning in Turkey and the world**

The idea of planned development and its practice gained increasing acceptance in the post-World War II era. The central aim was the reconstruction of countries destroyed during the war making possible for them to regain the former power. The foundations of this notion, however, lie in the 19th century. Japan was at the forefront of this issue in 1884 and a document consisting of thirty parts was adopted by the government aiming to favor industrialisation. Planning, and especially the concept of the Five Year Plan, entered the sphere of international thought with the Soviet Revolution in 1917. The first plan was developed by Lenin and the Russian Bolsheviks for the reduction of consumption and to increase production of industrial goods. The development plans were carried into effect in 1927. In the United States, a committee for economic research was established at Harvard University in 1919 and the means of economic development were examined. "Such studies began in Rome, Paris and London in 1923 and planning institutions were established following the Great Depression in 1929, in order to ensure economic development in Latin America" (Dilbaz, 2006: 33-34).

The first application of the planned development practice in Turkey was the First Five-Year Industrialisation Plan (1934-1939). With the success of this plan, aiming the implementation of statist economic policies, the preparation of the Second Five-Year Industrialisation Plan (1939-1943) began in 1936. However, the second plan could not be implemented because of World War II. "The central objectives of the first plan were as follows: the establishment of industrial production units based on local or regional agricultural production and natural resources" in particular, the prioritisation of the domestic production of basic consumer goods (especially for the textile industry) that are the subject of importation; and the close proximity of industrial organisations to their raw materials and labour

resources” (Kepenek, 1987: 60). “Contrary to the first plan, the Second Five-Year Industrial Plan Project presented to the Prime Minister in November 1936 by Minister of Economy Celal Bayar placed much less emphasis on the development of production of consumer goods. In contrast to the first plan, it was based on more a detailed engineering, cost and market research” (Tezel, 2015: 366). While views on the need for the implementation of development in accordance with specific plans were excessively brought into question after 1955, the actual step was taken after 27 May 1960 coup. The State Planning Organisation (DPT) was created and transformed into a constitutional institution with the 1961 Constitution. Accordingly, starting from 1963, economic policies were settled on a development base. Public investment was required to demonstrate compliance with the annual programs prepared within the framework of the five-year plans. “Meanwhile, private investment was dependent on the approval of other public institutions checking their compliance with the plan targets of the DPT or their investment projects, in order to benefit from various incentives and supports” (Boratav, 1998: 94-95). The first of the development plan prepared along these lines was the First Five-Year Development Plan covering the period from 1963-1967, while the last is the Tenth Five-Year Development Plan, spanning 2014-2018.

## **2. Development plans and women**

The First United Nations World Conference on Women, convened in Mexico City in 1975, declared the decade 1975-1985 the UN Decade for Women. Equality, development and peace were the target objectives for this decade, while employment, health and education were identified as the main themes. “In 1975, the United Nations Development Fund for Women (UNIFEM) was established” (Yücel, 2016: 96). With the adoption of the Convention on the Elimination of all Forms of Discrimination Against Women (CEDAW) in 1979, an important step was taken on the international legal plane. The Second World Conference on Women was held in Copenhagen in 1980 to assess the first half of the Decade. The Third World Conference on Women convened in Nairobi in 1985 and Turkey took part. Emphasis was placed on three key areas, namely the legal, social and political participation of women. More significant for the purposes of this study is the UN Fourth World Conference on Women held in Beijing in 1995. Two important documents called the Beijing Declaration and Platform for Action were adopted at the end of the Conference. The Beijing Declaration makes women’s empowerment and

advancement, the improvement of gender equality and the establishment of the gender perspective in their mainstream policies and programs incumbent upon governments. The Platform for Action sets forth that the barriers to women's full and equal participation in the private and public arena can be removed through their participation in economic, social, cultural and political decision making positions and mechanisms. Turkey is signatory to both documents. In the year 2000, a United Nations General Assembly Special Session, "Women 2000: Gender Equality, Development and Peace for the Twenty-first Century," was convened for a review of the Beijing Platform for Action, adopted by the 1995 Fourth World Conference on Women. As a result of the Special Session attended by Turkey also, a Political Declaration (Beijing +5) and outcome document were adopted. "The Political Declaration highlighted that gender equality can only be possible when a gender perspective is adopted as an underlying principle in plans and programs" (KSGM, 2000:3).

The strategy of fusing the goal of gender equality with plan, policy and program targets (gender mainstreaming) first featured in Third World Conference on Women documents. It has been one of the cornerstones of the Beijing Platform for Action adopted at the Fourth World Conference on Women and the Beijing+5 outcome document. The strategy places successful transformation via the establishment of gender equality in the practices of all institutions at the centre of a broad framework encompassing such issues as policy decisions, institutional structures and resource allocation, and envisages women's taking part in development goals and processes. In its scope is thus the establishment of the gender perspective in central policies, the reorganisation, improvement, development and evaluation of policy processes in terms of its functional and structural aspects (KSGM, 2006: 18). Also referred to as gender mainstreaming, this strategy is the process of determining and evaluating the repercussions both for women and for men, of any planned action, including legislation, policy and programs. Abandoning the idea that women will automatically and equally benefit from genderblind development actions, the strategy is also defined as the conscious approach to make women's contributions visible. "Increased visibility of efforts aimed at gender equality and their being open to discussion and debate in government policies should be seen as the first phase of work to be arguable" (Yumuş, 2011: 34-35).



### **3. Development plans in turkey and gender in agro-rural sector**

#### **The First Five-Year Development Plan (1963-1967)**

The First Five-Year Development Plan (1963-1967) Gender issues in the agro-rural sector hardly mentioned in this very first five year development plan. The word “women” only cited 7 (seven) times. The report says that between 1923-1960 “women had gained the equality within the society in the Turkish Republic”. The other issue mentioned in the report is that in the same period the total number of women who suffered from unwanted pregnancies resulting in death was 12.000 (twelve thousand) in villages throughout the Turkish Republic. The other suggestion the report makes is that “if women have less children thus women can easily be employed in public sphere”. The report assumes that in the coming years, the use of canned foods would increase due to the fact that the number of working women and their income would increase. The word human maker/ housewife” also mentioned two times in the report. The report explains the aim to establish “technical vocation training for girls”. Technical vocational schools for girls founded mostly in economically less developed (rural) part of the country. The report claims a ‘sexist approach’ that these type of vocational schools exist to prepare the girls according to their biological difference.

Part 3 of the report covers the issue of “social development/village development”. The report says that social development is associated with increasing agricultural productivity. However, any part of the report refers to ‘rural development’ nor even mention the Word ‘rural’ or ‘rural development’. The report suggests that the social development programs in the village will be taken to the effect of ensuring services that are more efficient. The report shows that the number of agricultural population is a problem. Agricultural development and productivity have a certain mutual relationship with the human resources.

#### **The Second Five-Year Development Plan (1968-1972)**

The second program indicates that according to the 1960 census, 30 percent of the population of the village are able to read and write (literate), of which 73 percent of them are men and 27 percent are women. This is to blame for the implementation of the education programs and their content. Comparing to the first five-year development program, there are a lot of sections where sex-disaggregated datum is available in the second development program. The Word ‘rural’ is mentioned at various times, however; as a concept ‘rural development’ has not been used in the

second program. In the program, under part 7, a special topic is dedicated to “Villages and Villagers’ Problems”. The other topic is ‘small scale units of society and their development’. Pilot projects are carried out, however, no result achieved in terms of ‘rural development’. The program realises that the villages should be discussed in detail and the villages need special attention in terms of ‘rural development’. Only adult education concerning house/domestic economy and health issues for girls and women, men, children living in the rural areas and villages are still denied by the governmental authorities. Sexual division of labour, female participation in labour market and other gender issues in agro-rural sector are not considered by the program when it was published.

### **The Third Five –Year Development (1973-1977)**

The third plan is better organised. However, gender issues in general and agro-rural concept are still missing. The plan focuses on these sections related to this report: a) relationship among agriculture, industry and services sector; b) developments in agriculture sector; c) problems of rural population; d) agriculture as a sector, e) production industry of agriculture mechanics; f) problems of village and villagers in general; g) policies on subsidizing agriculture. Gender issues and sex-disaggregated datum related to agro-rural sector are hardly discussed within the program. The program mentions ‘women’ under these issues:

- “Economic and social developments are directly related to the economic and social change in women’s traditional function and roles.”
- “The rising number of women having good education skills, and the more women working out of agriculture sector are required to increase employment opportunities by the government.”
- “There is a mutual relationship between declining fertility rates and increasing working women population plus declining ratio of married women.”
- “Establishing the vocational high schools for girls aims at educating girls as future skilled ‘homemakers and housewives’ and making the girl gain appropriate vocation more suitable for females.”
- “Illiteracy is still problem amongst women and men.”
- “Next program (the fourth development plan) will suggest that mobile vocational courses for women and men living in villages. These

courses will also be aiming at educating the whole villagers in cultural aspects.”

- “The mobile vocational courses will be developed according to the special needs of rural women who should be adapting to changing social environment.” “The government will establish pre-work vocational centres to develop the skills of human resources which have recently been cut off from agricultural sector.”

### **The Fourth Five-Year Development Plan (1979-1983)**

The fourth plan has a more gender equality (awareness) approach in agro-rural sector than the previous one . The plan mentions as follow:

#62: “In Turkey, there are substantial problems (structural unemployment) with seasonal agricultural unemployment and continuous hidden agricultural unemployment.”

#65: “In 1950-1975, in both rural and urban part of the country, there has been huge increase in women/men labour force participation observed thus, the number of the unemployed who are not searching job anymore is increasing as well.” #54: “The average life expectancy is for men 55.9 and for women 59.9.”

#406: “Previous plan (the third plan) realised the ambitious aim which is social security contract for agricultural workers. The purpose of this contract is to serve for the unpaid women workers in the agriculture sector. However, in practice, this contract does not meet with its expectation, unfortunately.”

#493: “According to the 1975 census, illiteracy ratio among women is more than illiteracy ratio among men.”

#1654: “Women are unable to follow necessary diet before/after pregnancy. This situation causes serious public health problems”.

### **The Fifth Five-Year Development Plan (1985-1989)**

Women (gender) issues once again are neglected by the fifth plan. Table 84 and Table 90 give sex-disaggregated datum (SDD) about demography and labour force participation respectively:

#454: “The average life expectancy has increased slightly; for men 62.8 and for women 67.8.”

#470: “Unemployment rate is 39,3% amongst women.”

#640: “Retirement age is 50 for women and 55 for men.”

#668: “With industrialisation as a result of the economic and social development of women to participate actively in working life, especially in the major cities, the safety of children in pre-school nursery and day care centres for the care and upbringing has significantly increased the need. The existing capacity building of the nursery and day care facilities, and enhance the efficiency of the service are the aims of the plan.”

The plan talks about agricultural sector policies, problems and objectives; village and rural issues, policies, problems and objectives; agro-rural nonfarm and farm employment and unemployment in general however the plan does not discuss or address the gender issues or SDD specifically in terms of economy, culture or any related social structure.

### **The Sixth Five-Year Development Plan (1990-1994)**

At last, the sixth plan mentions women as part of the community. In the sixth, chapter four covers women’s issues under the section of ‘human resources’. Although the sixth plan does not address directly gender issues in the agro-rural sector, the general approach to gender issues in the plan reveals one positive awareness and attitude. Concerning women issues, some important principles and policies in the plan indicating the government commitment are the next:

#766: “The education level of women, in general, will be raised to the highest possible. The vocational training will be given to women. Women should be employed in non-farm sectors. The government should do every way possible to guarantee women with the better quality of life.”

#767: “Government should be committed to providing women with better working life, social security possibilities, vocational training. The government also should be responsible for taking necessary

measures to help women improve their quality of life, including opening the day-care centres.”

The plan emphasises the importance of ‘family’ rather than women. Putting family first kind of political attitude of the Turkish Government for years (rather than putting the women’s issues, problems and policies first) has become a fashion, in the end, in 2011 the ministry of family and social are founded.

### **The Seventh Five-Year Development Plan (1996-2000)**

The introduction of the seventh plan clearly shows that the state and the government bodies have become aware of empowering and social control aspect of international norms and terms which are affecting Turkish laws, legislations and standard of living of people of the Republic of Turkey. One can easily realise that the seventh plan gives more attention to gender issues:

On page 4, the plan states that the importance of women’s rights and women’s education, which is a crucial driving force highly supporting the development in all aspects has become increasingly better understood.

On page 12, the plan states that illiteracy ratio among women is 28%.

On the page13, the plan states that women, in general, should be empowered in terms of education, health, employment, social security, status and gender equality by using the law and legislations thus nations can only make positive social and economic development.

On page 14, women labour force employment in urban areas is low.

In most the plan, the phrase ‘equality of men and women’ is mentioned however the term ‘gender’ is not addressed yet. The other vital characteristic of the plan that there are few tables depicting the sex-disaggregated datum, however, they are not specifically indicating the agro-rural with gender issues.

### **The Eighth Five-Year Development Plan (2001-2005)**

The eighth five-year development plan encapsulates additional annexes of long-term development strategy covering 2001-2023. The eighth plan is designed meticulously in policy wise and is also well briefed about rural and agriculture

development, development of human resources including women and gender issues. Having said that, one should bear in mind that development plans' views are reflecting the thought of the state and government of Turkey. The objectivity of the development plans can/may be questioned in order to reach better judgement. The term gender ('toplumsal cinsiyet' in Turkish) is pronounced for the first time in the eighth plan when it is compared to the previous seven development plans. The plan is focusing on the European Union and Turkey relationship and objectives in details. Reproductive health and family planning services shall be integrated within basic health services and provided in a quality manner within a lifelong and without gender discrimination. With the aim of providing effective participation of women in education and removing gender prejudices in society, written and visual means of communication shall be in conjunction together with formal and adult education.

Women/gender issues are not/cannot be considered separately within the plans as a political manner of the Turkish governments. Women/gender issues are always discussed along with the family and children issues. As far as patriarchy is concerned all the eight plans reflect the state's and government's view insisting that women and gender issues and problems cannot be discussed separately assuming women are inseparable from the family and children. The highlights of the plan 8<sup>th</sup>:

#99: "As of 1999, the literacy rate of population over 12 years reach 85.7 percent. The literacy rate of male population is 94.2 percent whereas it is 77.4 percent for females."

#118: "As of 1999, literacy rate for the female population was 77.4 percent. While the literacy rate of women in urban areas was 81.3 percent, it was 69.6 percent in rural areas."

#119: "In 1999, the labour force participation rate of women was 31.1 percent, of which 16.9 percent was in urban areas and 49.6 percent in rural areas."

#132: "In 1999, the labour force participation rate was 51.8 percent, 73.5 percent of which was male participation and 31.1 percent female."

#448: "The low-level education in the Eastern and South Eastern Anatolia regions compared to the country average, ineffective ac-

tivities of family planning, mother and child health problems and failure in improving the status of women are the causes for concern.”

#505: “Mainly in the Eastern and South Eastern Anatolia Regions, courses for improving knowledge and skills of women shall be accelerated.”

#520: “Within the framework of the Social Action Plan, Centres for Supporting and Directing Entrepreneurs (GIDEM) to provide counselling services for both domestic and foreign investors wishing to invest in the region, and the Multi-Purpose Social Centres (ÇATOM) to raise the status of women and integrating them into the development process were established in the cities Adıyaman, Diyarbakır, Gaziantep, Mardin and Şanlıurfa.”

#805: “Female labour force participation rate is 31.1 percent in 1999. This rate has been realised as 16.9 percent in urban and 49.6 percent in rural areas.”

#806: “Extending the period of compulsory primary education to 8 years is regarded as a significant development for raising the level of education of women. Reading and writing courses have been arranged in order to increase the literacy rate of women.”

#44: “Long-term strategy, ‘In order to expand the role of women in society and to ensure that women can benefit from equal change and equal opportunity, measures shall be taken to improve status of women in the fields of education and enable greater participation in the development process, working life and decision-making process’.”

#51: “Long-term strategy, ‘Measures will be taken towards reducing unemployment, in particular for the youth, women and disable person’.”

Agriculture as a sector and agriculture development is discussed in the plan Eight under the chapter eight ‘Development Objectives And Policies Related To Social And Economic Sectors’. Here are the titles indicated between the article number 1269 and 1384:

1. General agriculture policies: The current situation; objective, principle and policies; legal and institutional arrangement.
2. Crop

production: Present situation, objective, principles and policies; legal and institutional arrangement. 3. Livestock: Present situation; objectives, principles and policies; legal and institutional arrangement. 4. Fishery product: Present situation; objectives principle and policies legal and institutional arrangement. 5. Forestry: Present situation; objectives, principles and policies; legal and institutional arrangement.

Rural issues are discussed in the plan eighth under chapter seven entitled 'Regional Development Objectives and Policy'. Here are the imported articles indicating the rural topics and some sex-disaggregated datum:

#119: "In 1999, labour force participation rate of women was 31.1 percent, of which 16.9 percent was in urban areas and 49.6 percent in rural areas."

#123: "In considering household distribution in terms of income groups by quintiles, it is observed that the share of the income of the poorest quintile in Turkey has dropped from 5.24 percent in 1987 to 4.86 percent in 1994, while the share of the richest quintile rose from 49.9 percent to 54.9 percent in the same period. There was no significant change in income distribution of the rural household whereas the shares of the first four groups of urban households have decreased and the share of the richest group has considerably increased, thereby reached 57.2 percent (from 50.9 percent)."

#126: "The ratio of the income of the richest group to the poorest dropped from 9.2 to 8.5 in rural areas and rose from 9.4 to 11.9 in urban areas during the same period and it increased from 9.6 to 11.2 in Turkey on average."

#503: "In order to ensure the adaptation and integration of unemployed population coming from the rural areas and living in an improper building in the suburbs of urban cities, Vocation Gaining studies concerning the solving of employment problems shall be accelerated. Moreover, the priority shall be given for financing of housing requirements by the Mass Housing Administration."

#570: "For reducing regional development disparities and development studies in rural areas in the 7th Plan period, implementation of the Bingöl-Muş, and Yozgat Rural Development Project have continued, and Ordu-Giresun Rural Development Project was initiated."



#576: “Administrative organisation in rural areas to accelerate the extension of rural development could not be realised at the desired level. The need to restructure the existing structure according to the requirements of the era continues.”

#893: “In rural areas, the income ratio of the richest quintile household group to the poorest dropped from 9.2 to 8.5, whereas it rose from 9.4 to 11.9 in an urban area. Throughout Turkey, this ratio increased from 9.6 to 11.2.”

#899: “Along with the deteriorations in income distribution, in urban areas, the discrepancies in the per capita income between urban and rural areas increased. As of the mentioned period, the ratio of per capita income in urban areas to rural increased from 1.61 to 1.92.”

#898: “As of the year 1999, the income share of the agriculture sector in GDP was 15 percent, while its share of total employment, was 45.1 percent. A significant portion of agricultural worker is working with an incredibly low productivity either on his or her own account or as unpaid family workers mostly women & children.”

#1286: “Rural development projects that take into consideration the participation and responsibility of the producer and that directly provide financing facilities to the producer shall be set up and implemented.”

#1287: “Efforts shall be made to ensure that non-agricultural sectors at rural areas are backed up, and rural industries made prevalent. Furthermore, projects creating new employment opportunities for those who have drawn back from the agricultural sector shall be developed.”

#1288: “Agricultural research organisations shall be given an efficient structure. Coordination of research activities carried out by various institutions, establishments and universities shall be ensured.”

#1305: “The Ministry of Agriculture and Rural Affairs and State Economic Enterprises of agricultural nature shall be ensured.”

#1608: “Unlike the case in developed countries, the urbanisation process in Turkey has occurred as a migration phenomenon in which urban poverty is preferred to rural. At the end of 2000, 44 percent of

the urban population, 23 percent of which is in İstanbul is expected to be settled in cities whose population is over one million.”

#52: “Long-term strategy, “The ties between economic growth and modern working and living conditions will be strengthened. As regards working life, the labour market will be given a flexible structure; participatory social dialogue instruments shall be set up, norms and standards of the International Organisation and The European Union will be taken into consideration. In the field of wages, policies towards determining the basic wage/fringe benefit ratio by mainly considering the basic wage shall be pursued and the wage-productivity shall be strengthened.”

### **The Ninth Five-Year Development Plan (2007-2013)**

The introduction of the ninth plan is quite striking regarding the European Union and Turkey relationship. The plan shows how imported the European Union Access process is becoming highly imported:

#1: “The Ninth Development Plan that covers the 2007-2013 period corresponds to an era where change is multi-dimensional and rapid, competition is intense, and uncertainties develop. In this era where globalisation is pervasive in all areas and opportunities and risks for individuals, institutions, and nations increase, this Plan is the fundamental policy document that sets forth the transformations Turkey will realise in economic, social and cultural areas in an integrated approach. Within this context, the Ninth Development Plan was prepared with the vision of “Turkey, a country of the information society, growing instability, sharing more equitably, globally competitive and fully completed her coherence with the European Union” as well as within the framework of the Long-Term Strategy (2001-2023).”

The terms such as ‘gender’, ‘patriarchy’, ‘sex’, and ‘housewife’ are not referred in the plan as if these terms were not directly related to the gender issues in the agro-rural sector in Turkey. The non-existence of these words mostly reflects the political manner of the state and the governmental bodies.

#223: “During the Plan period, progress was not made in the labour force and employment rates, which were lower than EU averages. Such low rates are caused by the insufficient participation of women in the labour force and employment. The female labour force participation and employment rates are around one-third of the rate for men.”

#253: “Even though an improvement was realised in the poverty rates during the 2002-2004 period in Turkey, it is observed that poverty has increased in rural areas in terms of some indicators. As a matter of fact, unpaid family workers that are widespread in rural areas, constituted the poorest group in 2004.”

#255: “The need for increasing education, culture and health services targeting at people exposed to the risk of poverty, primarily the women, children, elderly, disable and those who have migrated to urban areas, still exists.”

#259: “Even though the literacy rate in women increased from 76.2 percent to 80.6 percent between 2000 and 2004, it is still behind the literacy rate of men. While employment rate for women is 22.3 percent, it is 64.8 percent for men. Women, who are employed as unpaid family workers in rural areas, leave the labour force when they migrate to urban areas and become exposed to the risks of poverty and social exclusion by remaining outside the economic life because of their lack of qualifications for urban jobs and the social pressures imposed by a different environment. As a matter of fact, while labour force participation rate for women is 19.3 percent in urban areas, it is 33.7 percent in rural areas.”

#260: “As it is the case in the World, violence is a problem faced mostly by women and children in Turkey. To prevent the violence and abuse against women, education and information efforts towards public awareness continue.”

#261: “Participation of women in decision-making process is inadequate when compared to the EU countries. In fact, the rate of women representation in the parliament was approximately 4.4 percent in 2002 election.”

#265: “The need for social services and assistance in Turkey increases because of reason such as migration, urbanisation, change in family structure, population increase and unemployment. While the ratio of total social assistance expenditures to GDP was 0.48 percent in 2000, this ratio increased to 0.86 percent in 2005.”

### **The Tenth Five-Year Development Plan (2014-2018)**

Unlike the previous plans, the plan tenth pronounces the terms such as, ‘gender equality’, ‘gender inequality’, ‘gender sensitive (aware) budgeting’, ‘child labour’. The terms such as ‘patriarchy’, ‘housewife/homemaker’, ‘unpaid family labour (women)’ are invisible in the ninth plan. In the Tenth plan, the woman again does not exist as an individual but should be an integral part of the family. The plan Ninth put great emphasis on the ‘family’. According to the Ninth plan, social development is associated with the ‘family’ as a very imported structure of the society. The plan set a target of protecting the family structure within the society and of sustaining dynamic population. In the plan 10<sup>th</sup>, rural issues are discussed under the title of ‘rural development’ starting from the article #1007 to the article #1027. In the plan 10<sup>th</sup>, agricultural issues are addressed under the title of ‘agriculture and food’ starting from the article #740 to the article #776.

### **Conclusion & discussion**

The focus of feminist studies after the 1970s has been in the field of economics. New economic restructuring, or neoliberal economic policies that began to develop during this period have been shown to produce different results for women and men. This situation has given rise to the economic growth and development issues being addressed in terms of gender, has led to a revision of the existing economic models in terms of gender and has led to the development of economic models based on a feminist perspective. Women In Development (WID), Women and Development (WAD), Gender and Development (GAD), Women, Environment and Development (WED) and Ecological Feminism are models formed with a gender perspective. Consequently, these approaches are aimed at producing an alternative to the concept and policies of development. The common perspective of these approaches aiming to influence political decisions is the need for the creation of development plans determined by economic policies with a gender perspective. The chief emphasis in the United Nations world conferences for women dating back to 1975 and

continuing through to 2000 is the need for the gender equality perspective to be included in central economic plans and programs. In line with the planned development strategy being implemented in Turkey after 1960 and continuing well into the present, ten development plans have been evaluated in terms of gender equality: The First Development Plan (1963-1967) is based on a sexist approach and there is a lack of gender awareness. The Second Development Plan (1968-1972), however, has focused more on the problems of the village and the villager. Just as there is no emphasis on women's participation, gender discrimination in the labour field is not touched upon. The Third Development Plan (1973-1977), has confined women's issues more to the field of education and is more concerned with literacy rates among women. The Fourth Development Plan (1979-1983) touches upon gender equality in the agricultural sector. The main emphasis in particular are such issues as the literacy rate among women and pre-pregnancy diets. Women's issues are neglected once again, both generally speaking and in the agricultural sector, in the Fifth Development Plan (1985-1989). The Sixth Development Plan (1990-1994) did not directly touch on gender issues in agriculture, but had a positive approach to gender issues. Yet the plan chooses to emphasise the family rather than woman as an individual. In the Seventh Development Plan (1996-2000), a great portion was devoted to the equality of men and women, but the word gender was not used. The Eighth Development Plan (2001-2005) refer, for the first time, the concept of gender, due to ever-increasing relations with the EU. In the Ninth Development Plan (2007-2013), "housewife", "the sexes", "patriarchy", and "gender" were not uttered, and there was no direct mention of gender issues in agriculture. The Tenth Development Plan (2014-2018) does include concepts such as "gender equality", "gender inequality", "gender-based resource allocation", and "child labour", but the phrases "housewife", "unpaid women's labour" were not included. Studies, particularly feminist studies, show that policies which neglect issues regarding gender cannot ensure public, nor even private welfare in the long term. For this reason, it is necessary to put solutions in place for gender problems in the field of financial planning which are both the main reason for societal problems and the main source of solutions, and to legislate to this end.

## References

- Lourdes, Beneria (2003) *Gender, Development and Globalization: Economics as of People Mattered*, New York & Londra: Routledge.
- Boratav, Korkut (1998) *Türkiye İktisat Tarihi 1908-1985*, İstanbul: Gerçek Yayınevi.

- Dilbaz, Nur (2006) *Türkiye’de Kalkınma Planlarındaki Ekonomik Hedeflerin Gerçekleşme Düzeylerinin Araştırılması*, Yayınlanmamış Yüksek Lisans Tezi: Onsekiz Mart Üniversitesi.
- <http://www.kalkınma.gov.tr/Pages/KalkınmaPlanları.aspx> (Erişim Tarihi: 21.06.2016); Birinci Beş Yıllık Kalkınma Planı (1963-1967)
- <http://www.kalkınma.gov.tr/Pages/KalkınmaPlanları.aspx> (Erişim Tarihi: 21.06.2016); İkinci Beş Yıllık Kalkınma Planı (1968-1972)
- <http://www.kalkınma.gov.tr/Pages/KalkınmaPlanları.aspx> (Erişim Tarihi: 21.06.2016); Üçüncü Beş Yıllık Kalkınma Planı (1973-1977)
- <http://www.kalkınma.gov.tr/Pages/KalkınmaPlanları.aspx> (Erişim Tarihi: 21.06.2016); Dördüncü Beş Yıllık Kalkınma Planı (1979-1983)
- <http://www.kalkınma.gov.tr/Pages/KalkınmaPlanları.aspx> (Erişim Tarihi: 21.06.2016); Beşinci Beş Yıllık Kalkınma Planı (1985-1989)
- <http://www.kalkınma.gov.tr/Pages/KalkınmaPlanları.aspx> (Erişim Tarihi: 21.06.2016); Altıncı Beş Yıllık Kalkınma Planı (1990-1994)
- <http://www.kalkınma.gov.tr/Pages/KalkınmaPlanları.aspx> (Erişim Tarihi: 21.06.2016); Yedinci Beş Yıllık Kalkınma Planı (1996-2000)
- <http://www.kalkınma.gov.tr/Pages/KalkınmaPlanları.aspx> (Erişim Tarihi: 21.06.2016); Sekizinci Beş Yıllık Kalkınma Planı (2001-2005)
- <http://www.kalkınma.gov.tr/Pages/KalkınmaPlanları.aspx> (Erişim Tarihi: 21.06.2016); Dokuzuncu Beş Yıllık Kalkınma Planı (2007-2013)
- <http://www.kalkınma.gov.tr/Pages/KalkınmaPlanları.aspx> (Erişim Tarihi: 21.06.2016); Onuncu Beş Yıllık Kalkınma Planı (2014-2018)
- Kepek, Yakup (1987) *Türkiye Ekonomisi*, Ankara: Teori Yayınları.
- KSGM (2000) Kadın 2000:21 Yüzyıl İçin Toplumsal Cinsiyet Eşitliği, Kalkınma ve Barış (Pekin+5) (2000); Ankara: KSGM Yayınları.
- KSGM (2006) Toplumsal Cinsiyete Duyarlı Bütçeleme ve Kadının Statüsü Genel Müdürlüğünün Rolü; Ankara: KSGM Yayınları.
- Serdaroğlu, Uğur. ve Yavuz, G. (2008) Kalkınma ve Kadın (veya Toplumsal Cinsiyet) İlişkilendirilişinin Değişimindeki Kavşaklar, *Ekonomik Yaklaşım Dergisi*, Sayı:19; 121-164.
- Tezel, Yahya Sezai (2015) *Cumhuriyet Döneminin İktisadi Tarihi (1923-1950)*, İstanbul: Türkiye İş Bankası Kültür Yayınları.
- Yaman, Melda (2013) *Ataerkil Kapitalist Tahakküm Altında Kadın Emeği, Bedeni*, İstanbul: SAV Yayınları.
- Yumuş, Akın (2011) *Kalkınma Planları Çerçevesinde Toplumsal Cinsiyet Eşitliği Anlayışının Ekonomik, Toplumsal ve Siyasal Boyutları*, Ankara: Başbakanlık Kadının Statüsü Genel Müdürlüğü Yayınları.
- Yücel, Yelda (2016) Ekonomik Kalkınma ve Toplumsal Cinsiyet, Feryal Saygılıgil (der.), *Toplumsal Cinsiyet Tartışmaları içinde*, Ankara: Dipnot Yayınları; s. 85-103.

# 4.

## **Feminização da Pobreza e Acesso à Justiça Federal: a situação de famílias requerentes do BPC**

*Josélia Ferreira dos Reis*

### **RESUMO**

Este trabalho busca refletir sobre a realidade de famílias chefiadas por mulheres que requerem o benefício de prestação continuada (BPC) por via judicial, reconhecendo nestas trajetórias um caminho de volta ao ambiente doméstico motivado por um mesmo fator: a necessidade de cuidado. Em comum nas suas histórias, há a chefia do grupo familiar e a busca pelo reconhecimento do estado de miséria, pelo Poder Judiciário, para que garantam a renda de um salário mínimo. Embora se parta de casos reais, para ancoragem das reflexões, a proposta é estruturada por meio de uma breve comparação com textos que discutem o tema.

### **ABSTRACT**

This paper seeks to reflect on the reality of families headed by women who require the benefit of continued provision (BPC) through the courts, recognizing these paths a path back to the home environment motivated by the same factor: the need for care. In common in their stories, there is the head of the family group and the search for recognition of the state of misery, by the judiciary, to guarantee the in-

come of a minimum wage. While it starts from real cases, to anchor the reflection, the proposal is structured through a brief comparison with texts that discuss the theme.

### RESUMEN

Este trabajo busca reflexionar sobre la realidad de familias cuyo jefe de hogar son mujeres que requieren el Beneficio de Prestación Continua (BPC) por vía judicial, reconociendo en estas trayectorias un camino de vuelta al ambiente doméstico motivado por un mismo factor: la necesidad de cuidado. En común en sus historias, hay como jefe de hogar un grupo familiar y la búsqueda por el reconocimiento del estado de miseria, por parte del Poder Judicial, para que garanticen el ingreso de un salario mínimo. Aunque se parta de casos reales, para fortalecer las reflexiones, la propuesta es estructurada por medio de una breve comparación de textos que tratan sobre el tema.

O presente trabalho objetiva discutir sobre a condição de famílias e das representantes femininas dos autores que buscam a Justiça Federal para acesso ao Benefício de Prestação Continuada previsto na Lei Orgânica da Assistência Social – BPC/LOAS.

Embora parta de processos, a discussão que propomos utiliza a literatura que trata a questão da pobreza e da desigualdade social no Brasil, buscando comparar os casos concretos e as questões que permeiam o reconhecimento da pobreza, sua feminização, além de observar que, as mulheres que representam os autores dos processos, na maioria das situações, abandonaram o mercado de trabalho, para assumir as funções de cuidados com os familiares com deficiência. Este é um dado de suma importância, já que em grande parte destas famílias, cabe à mulher o sustento do grupo familiar.

Assim, fazer o caminho de volta ao lar, retirando-se do mercado de trabalho, muitas vezes significa comprometer totalmente as formas de sustento da mulher, quando não de toda a família. Por outro lado, nos propomos a problematizar a necessidade de configuração do “estado de miséria” para que se constitua o perfil ideal de acesso a serviços e benefícios da Política de Assistência Social.



A escolha dos processos judiciais referentes ao Benefício de Prestação Continuada para análise das concepções de pobreza que permeiam o Poder Judiciário Federal nos parece muito pertinente em virtude da relação com a pesquisa que encaminhamos no curso de doutorado em Política Social e, também por conta da relação estreita entre a regulamentação deste benefício e o Poder Judiciário. A análise tem uma perspectiva qualitativa, por isso, o número reduzido de casos não compromete os resultados iniciais aqui sinalizados<sup>[1]</sup>.

A estrutura deste texto foi organizada de forma a contemplar brevemente, na sua primeira parte, um resgate histórico do Benefício de Prestação Continuada (que chamaremos a partir de agora pela sigla BPC) e do protagonismo do Poder Judiciário para regulamentação e reconhecimento de direitos, findando com a quebra do recorte de renda inicialmente pensado para o benefício. A segunda parte trata dos casos analisados e suas características. Na terceira parte apresentamos uma discussão da literatura trabalhada em sala de aula, com base em pesquisas realizadas na América Latina e Brasil. Por fim, a conclusão apresenta considerações iniciais sobre a proposta.

É importante abordar as características dos beneficiários da faixa infanto-juvenil, marcando como limite etário aquele definido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (17 anos e 11 meses) de forma a observar a organização familiar e socioeconômica dos grupos familiares de crianças e adolescentes. Do ponto de vista quantitativo, o recorte escolhido é pequeno, no entanto, torna possível avaliar os impactos da pobreza nestes grupos familiares, comparando com a literatura correlata.

Além da referência bibliográfica utilizada, que aborda especificamente Política Social, foi necessário trazer algumas referências sobre a judicialização da política no Brasil, e o papel que o Poder Judiciário tem assumido no sistema de freios e contrapesos no sentido de reconhecer, ante a inércia do Poder Legislativo, tanto mudanças importantes na realidade social, quanto a garantia dos princípios previstos na Constituição Federal, parâmetro ímpar, quanto a direitos e dignidade humana.

---

1. Dos quarenta e quatro requerimentos de BPC que passaram pelo Serviço Social do Atendimento dos Juizados Especiais, 16 processos, é a totalidade dos pedidos que têm crianças e adolescentes como autores e que são representados por mães.

O Benefício de Prestação Continuada é o único benefício da Política de Assistência<sup>[2]</sup> que foi constitucionalmente previsto. É um benefício que não requer contribuição prévia, sua natureza não é de seguro. E foi pensado para idosos e deficientes que não possuam condições de se sustentar ou de serem sustentados por suas famílias. Para que houvesse um recorte específico de perfil, foi considerado à época de sua previsão, um valor de renda per capita familiar menor que ¼ do salário mínimo. Assim, o benefício de prestação continuada é, a princípio, voltado para pessoas em situação de miséria.

Os termos condição de miséria ou de miserabilidade ainda são utilizados para se tratar o recorte de renda do perfil de beneficiários do benefício de prestação continuada. Não basta ser pobre, é necessário que se configure a extrema pobreza ou a miséria. Este recorte tem por justificativa o limite de recursos a serem utilizados para repasse de renda a quem não tem condições de trabalhar. O índice de ¼ do salário mínimo foi pensado a partir da definição dada pela Constituição Federal Brasileira de que o salário mínimo se trata de um valor básico e suficiente para o sustento de uma família de quatro pessoas, com vistas a garantir acesso à alimentação, moradia, vestuário, educação e lazer<sup>[3]</sup>.

O salário mínimo previsto na Constituição está muito distante da realidade construída com disputas políticas e de projetos específicos que fazem o valor real do salário mínimo, que atualmente é R\$880,00 (oitocentos e oitenta reais) muito distante do ideal<sup>[4]</sup>. Assim, considerando a lacuna entre o real e o ideal, pretender que um quarto do salário mínimo baste para sustentar uma pessoa, que ainda por cima necessite de cuidados especiais como pessoas com deficiências e idosos, por um mês inteiro, é inviável.

Esta discrepância, denunciada e combatida desde 1997, nas Conferências Nacionais de Assistência Social, só foi alvo de real interferência por meio do Poder Judiciário - não obstante a tramitação legislativa de projetos de lei. Assim, a judi-

---

2. A Lei Federal N.º 8.742, de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, foi publicada no Diário Oficial da União em 08/12/1993. Posteriormente a estrutura desta política foi organizada em um sistema único e descentralizado, o Sistema Único de Assistência (SUAS) criado por meio da Resolução N.º 130 do Conselho Nacional de Assistência Social.

3. Art. 7.º, inciso IV da Constituição Federal do Brasil, promulgada no dia 5 de outubro de 1988.

4. Atualmente, o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos – DIEESE calcula que, para cumprir o papel social a que se destina o salário mínimo deveria ser, em julho/2016, da ordem de R\$3.992,75 (três mil, novecentos e noventa e dois reais e setenta e cinco centavos), disponível em <http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>, último acesso em 13/08/2016.

cialização da Política de Assistência prossegue com diversas ações individuais, requerendo a concessão do benefício a partir de avaliações sobre as reais condições de vida dos requerentes e não somente por uma previsão legal e regimental que era totalmente descolada da realidade.

As demandas judiciais não vêm somente de um lado. Em 2003, em resposta à provocação do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o Supremo Tribunal Federal considerou que o limite de renda per capita familiar abaixo de  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo era constitucional e manteve esta norma.

Apesar da movimentação das instâncias de controle e encaminhamento das políticas, o Legislativo continuou omissivo ante as provocações das Conferências Nacionais de Assistência e, somente alguns indivíduos que buscavam o judiciário conseguiram de fato o BPC. Mas nos dez anos seguintes, várias mudanças aconteceram com relação ao acesso ao benefício de prestação continuada.

Em 2007 houve uma regulamentação mais consistente, prevendo além da perícia médica, a perícia por assistente social, de modo a considerar os aspectos contidos na Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, assinada pelo Brasil na Organização das Nações Unidas (ONU) e com força de Emenda Constitucional e publicado a partir do Decreto N.º 6214/2007<sup>[5]</sup>. Este marco legal redireciona o entendimento sobre deficiência e o papel das políticas para o acesso a bens e serviços. Por exemplo, a incapacidade para a vida e o trabalho não levaria mais em consideração somente as limitações individuais, mas também o conjunto de fatores sócio ambientais e culturais.

Em 2011 houve nova alteração do regulamento do BPC para adequação do benefício aos parâmetros da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Assim, as condições de convivência e de acessibilidade

---

5. Decreto n.º 6214/2007 (publicado no Diário Oficial da União em 28/09/2007) – Regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência e ao idoso de que trata a Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e a Lei n.º 10.741, de 10 de outubro de 2003, acresce parágrafo ao art. 162 do Decreto n.º 3.048, de 6 de maio de 1999, e dá outras providências. Mas será o decreto n.º 6949/2009 (publicado no Diário Oficial da União em 26/08/2009 que “promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007”. Será a partir deste último diploma legal que as regulamentações do benefício de prestação continuada sofrerão alterações importantes para reconhecimento das limitações e possibilidades das pessoas com deficiência.

não só aos serviços, mas à cidade e à convivência comunitária também foram incluídas a partir do Decreto N.º 7617/2011<sup>[6]</sup>.

Dez anos depois da primeira Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), que questionava o recorte de renda, em abril de 2013 novamente a questão foi apreciada pelo Supremo a partir da Reclamação N.º 4374, encaminhada pelo INSS, contra decisão da Justiça Federal de Pernambuco que concedeu o benefício a um trabalhador rural considerado não elegível pelo recorte de renda vigente.

O Supremo Tribunal Federal (STF) reformulou o entendimento para declarar que, diante das mudanças sociais que levaram ao reconhecimento da renda per capita familiar abaixo de meio salário mínimo como índice para definição de perfil em diversos programas da Política de Assistência, era cabível que a decisão tomada na ADI fosse, então, reconsiderada e o novo limite de renda fosse estabelecido<sup>[7]</sup>.

Importante sinalizar aqui que as questões econômicas mais amplas vão também configurar no argumento para aumento do índice de corte do perfil de beneficiários. E a questão é que o primeiro princípio da Política de Assistência prevê “*supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica*” (Lei Orgânica da Assistência Social, Art. 4.º, inciso I)<sup>[8]</sup>.

Logo, cabe importante questionamento quando a provisão de programas aos indivíduos mais vulneráveis fica à mercê de tempos generosos. Não seria importante justamente o oposto?

Além do discurso do “cobertor pequeno”, ou seja, da falta de recursos financeiros suficientes para atender às necessidades de toda a população, numa sociedade movida pelo trabalho, e com um histórico como a brasileira, de um mundo do trabalho que se inicia na escravidão e perpetua formas autoritárias de relações, vige uma constante preocupação com as condições para o trabalho de quem recebe qualquer benefício. Uma preocupação baseada mais no lastro moral que no

---

6. Decreto N.º 7617/2011, altera o Regulamento do Benefício de Prestação Continuada, aprovado pelo Decreto N.º 6214/2007 e dá outras providências, publicado em 17 de novembro de 2011.

7. Em seu voto, o ministro relator Gilmar Mendes assim considera: “É fácil perceber que a economia brasileira mudou completamente nos últimos 20 anos. Desde a promulgação da Constituição, foram realizadas significativas reformas constitucionais e administrativas com repercussão no âmbito econômico e financeiro. A inflação galopante foi controlada, o que tem permitido uma significativa melhoria na distribuição de renda”. Disponível em <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=4439489>

8. Lei Federal N.º 8742/93, dispõe sobre a Assistência Social e dá outras providências, publicada no Diário Oficial da União em 8 de dezembro de 1993.

entendimento técnico sobre a necessidade de proteção. No caso do BPC, é preciso que o requerente seja considerado incapaz por, no mínimo três anos, a partir da data da perícia médica.

Uma das principais negativas da perícia médica em crianças e adolescentes parte do fato de que estes seriam naturalmente incapazes para o trabalho, por sua condição de pessoa em desenvolvimento. Desta forma, sequer é considerada a deficiência, bem como não se avalia sobre a necessidade de garantia de renda para que se busque a reabilitação ou habilitação para a vida independente e o trabalho, embora já exista estrutura formal para acompanhar e estimular a capacitação de crianças e adolescentes com deficiência<sup>[9]</sup>.

Para implementação e gerenciamento do benefício, coube ao INSS, a função de órgão gestor. A escolha se deu por estratégia para otimização de recursos e utilização da rede previdenciária já existente (Maciel, 2008). A gestão do BPC ainda é atravessada por questões de representação de funcionários e usuários da Previdência Social com questionamentos quanto ao financiamento e a possível “injustiça” de se fornecer amparo a quem nunca contribuiu para o Regime Geral de Previdência. Efeito, talvez, da falta de uma cultura de proteção social estatal.

Carlos Alberto Batista Maciel (2008) sinaliza em sua pesquisa as reações ao Benefício de Prestação Continuada posturas que seguem o curso da indignação pela concessão do BPC a idosos que nunca contribuíram, e tais reações não se distanciam muito daquelas que se fundamentam na preocupação lastreada no senso comum, teme certo incentivo à indolência dos pobres por receberem benefícios de redistribuição de renda.

Tal preocupação é estreitamente relacionada ao aspecto moral que distingue a figura do “bom pobre”, aquele que não consegue se sustentar, e o “malandro” aquele que não quer trabalhar e garantir com o próprio suor seu sustento. O que queremos sinalizar? Que tal consideração se fundamenta no julgamento moral sobre a pobreza e não possui lastro em uma visão mais ampla das construções sócio econômicas que criam miseráveis.

---

9. O programa BPC na Escola criado pelo Ministério do Desenvolvimento Social busca fazer o acompanhamento dos beneficiários, incluindo o desenvolvimento de ações intersetoriais com o objetivo de identificar barreiras que impeçam o ingresso ou permanência das crianças na escola, articulando as políticas de Assistência, Saúde, Educação e Direitos Humanos. O acompanhamento direto às crianças e famílias fica a cargo das equipes dos CRASS na perspectiva da construção de políticas intersetoriais. Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, <http://mds.gov.br/assistencia-social-suas/servicos-e-programas/bpc-na-escola> último acesso em 29/10/2015.

Quando o moralismo embasa a atuação legislativa que já é perpassada por compromissos assumidos com segmentos representantes do capital, a face da exclusão é desenhada e mantida não obstante os avanços ocorridos nas últimas décadas no que tange o enfrentamento à pobreza no Brasil. Assim, a reação institucional é a perícia rigorosa e policialasca que atuará em duas frentes: a primeira será a coibição de abusos e de concessão indevida a indivíduos aptos para o trabalho. A segunda é a busca pela restrição da concessão aos casos mais graves, optando pela economia dos recursos financeiros.

Observa-se que o benefício assistencial possui uma relação estreita com o Poder Judiciário, uma vez que, para regulamentação do BPC foi preciso que em diversos momentos houvesse a intervenção do Poder Judiciário, principalmente para reconhecimento de direito ao acesso para diversos beneficiários como aqueles com doenças crônicas incapacitantes (incluímos câncer e SIDA<sup>[10]</sup>, além de outras) por exemplo.

Após 2003, decisões individuais em primeira instância expandiram o limite da renda per capita ao levar em consideração as reais condições de vida dos autores dos processos, abrindo caminho para pessoas com doenças crônicas incapacitantes; crianças e adolescentes (muitas vezes considerados pelos peritos médicos como “naturalmente incapazes para o trabalho e a vida civil independente” devido sua condição de pessoa em desenvolvimento e não pela deficiência propriamente dita). Posteriormente serão reformados alguns conceitos e definidas diretrizes com a assinatura da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo<sup>[11]</sup>,

Considerando o compromisso assumido pelo Brasil, de respeitar e estimular o desenvolvimento das capacidades das crianças com deficiência, é importante a observação de programas e políticas de atendimento no caso de famílias com crianças e adolescentes com deficiência.

---

10. Embora a literatura brasileira utilize comumente a sigla internacional AIDS para falar da Síndrome da Imunodeficiência Humana Adquirida, aqui usaremos a sigla SIDA.

11. O Decreto 6949/2009 promulga a Convenção, fazendo com que tenha força de Emenda Constitucional. Importante destacar de seus princípios gerais: a) O respeito pela dignidade inerente, a autonomia individual, inclusive a liberdade de fazer as próprias escolhas, e a independência das pessoas; b) a não discriminação; c) A plena e efetiva participação e inclusão na sociedade; d) O respeito pela diferença e pela aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana e da humanidade; e) A igualdade de oportunidades; f) A acessibilidade; g) A igualdade entre o homem e a mulher; h) *O respeito pelo desenvolvimento das capacidades das crianças com deficiência e pelo direito das crianças com deficiência de preservar sua identidade.* Grifo nosso.

Desde 1993, a família foi definida como central para concepção dos programas, serviços e políticas integrantes da Política de Assistência Social. Lilia Montali e Marcelo Tavares (2008) elaboraram uma análise comparativa com o objetivo de evidenciar quais arranjos familiares estariam mais vulneráveis buscando avaliar os impactos dos programas de transferência de renda sobre estes grupos. Os autores partem do resultado de pesquisas que apontam a redução dos rendimentos do trabalho decorrente da precarização do mercado entre a década de 1990 e o início dos anos 2000.

Assim, a centralidade da família como alvo das políticas da Assistência Social, parte do reconhecimento deste segmento social como “*resilientes mecanismos de perpetuação das desigualdades*” (Kerstenetzky, 2009: p. 9). Partindo dos pressupostos de importância da família para combate à pobreza, propomos abordagem exploratória neste artigo, a partir dos documentos elaborados pelo Serviço Social do Atendimento Processual dos Juizados Especiais Federais do Rio de Janeiro. Realizamos a pesquisa a partir dos relatórios sociais, sendo garantido sigilo dos envolvidos no trabalho. Partiu-se do entendimento inicial, lastreado na cultura brasileira do cuidado como atribuição eminentemente feminina. Além deste entendimento inicial, pensou-se também na questão da emergência do protagonismo feminino nas chefias familiares.

Um dos primeiros aspectos ressaltados é a necessidade de cuidados diretos que ficam tradicionalmente a cargo das mulheres destas famílias. O cuidado é tradicionalmente do feminino, e neste sentido se identifica um *protagonismo feminino* a partir da análise das representações dos autores nos processos. Em sua totalidade, são as mães as representantes legais dos mesmos. Importante foi a descoberta de que este protagonismo se dá mesmo com a presença de companheiros/maridos.

O primeiro aspecto no contato com os processos que envolvem autores na faixa infante-juvenil (definimos para este estudo a faixa entre 0 e 17 anos), é a presença marcante das mulheres, na maioria como representantes destes autores, e na totalidade como responsáveis pelos cuidados diretos aos mesmos que sobressai.

Configuram quase metade dos mantenedores dos grupos familiares, mesmo quando seus companheiros/maridos estão presentes. A maioria deixou o mercado de trabalho para assumir as funções de cuidados diretos aos filhos com deficiência. Mas não raro esta saída se deu na época do nascimento do primeiro filho, independente da questão da deficiência. Dos dezesseis casos analisados, duas mulheres desenvolviam atividades informais de faxina; duas estavam inseridas

formalmente no mercado de trabalho, uma era aposentada por invalidez e onze não desenvolviam qualquer atividade para geração de renda.

No caso das representantes dos autores que desenvolvem atividades informais, faxinas que são realizadas mediante negociação com familiares para suporte, principalmente no caso de autores mais jovens, crianças ainda pequenas (abaixo dos doze anos). As onze mães restantes relataram que abandonaram o mercado de trabalho formal para cuidar pessoalmente dos filhos com deficiência, ou quando do nascimento do primeiro filho, já que não tinham com quem deixar as crianças para retornarem ao trabalho. Dado importante que remete à falta de políticas públicas que ofereçam adequadamente creches e serviços especializados (Abdalla, 2014).

Embora a referência bibliográfica aponte, de acordo com diversas pesquisas para o aumento do número de mulheres como mantenedoras dos grupos familiares e no protagonismo da liderança destas famílias, a análise dos documentos nos apresenta que, nestes processos selecionados ainda persiste um protagonismo masculino, com o homem figurando como responsável pelo sustento da família, embora a presença feminina seja importante e em torno de 40% das famílias conte com a chefia feminina, que não exclui a presença masculina.

Também se observa que a maioria dos representantes não possui o Ensino Fundamental Completo, o que dificulta a inserção no mercado de trabalho (e também o acompanhamento do processo). Mas outro dado chama a atenção já que se tem, também, um quantitativo expressivo de representantes com o Ensino Médio Completo e, num dos casos, com curso superior completo.

Embora na maioria das situações estudadas se constate a presença dos pais/maridos/companheiros, e estes são citados fornecendo assistência pessoal e alguma assistência material, é importante a constatação que a inserção no mercado de trabalho formal destes sujeitos não garante aos autores dos processos a condição adequada para acesso aos serviços e terapias que necessitam.

Garantir a qualidade de vida e o acesso a terapias e serviços que melhorem a qualidade de vida é a principal demanda, após a subsistência, para o requerimento do BPC por via judicial. Dos processos analisados, três pais encontravam-se desempregados no momento da entrevista social. E apenas dois apresentavam renda de mais de dois salários mínimos, o que permite avaliar mesmo parcialmente a lacuna existente entre o valor ideal do salário mínimo e as reais possibilidades de acesso a bens e serviços básicos.



Em um dos casos, observou-se que a demanda por cuidados constantes levou o pai da autora a ser demitido, uma vez que era ele quem se revezava com a mãe da criança para os cuidados no hospital. A maioria absoluta dos grupos familiares destes autores é do tipo nuclear, com a presença de mãe/pai ou mãe/padrasto. Não foram identificados casais homoafetivos, nem filhos adotivos. Nos casos de pais separados, somente dois pais fornecem assistência ao autor. No primeiro caso, o pai estava desempregado no momento da petição do benefício, por este motivo só contribuía com a assistência presencial; e em outro a mãe relata que o pai paga a pensão alimentícia ao autor, mas não mantém contato com o mesmo. Não chega a surpreender considerando que não são raros os casos em que há separação do casal após a descoberta da deficiência de uma criança.

Somente quatro entrevistados citaram contar com o apoio de família extensa. Na maioria, restrito ao aspecto financeiro. Em um caso, a família extensa, pertencente ao pai do autor, que deixou o imóvel para o filho e a ex-companheira morassem, foi relatada como autora de “retaliações” por conta da separação do casal. Assim, a mãe do autor relatava dificuldade em acessar água encanada, sendo obrigada a pedir e carregar água em baldes.

Na maioria das vezes o suporte familiar, quando existente, se apresenta por parte da família materna do autor, e em outras vezes é possível perceber tensões e conflitos existentes nas relações estabelecidas, construídos no cotidiano nas relações interpessoais. Do total, sete famílias não estavam inseridas nas políticas de assistência social. Quase metade. As demais não só contavam com a inserção, como também acumulavam mais de um benefício, recebendo repasses do Programa Bolsa Família, Cartão Família Carioca, o BPC de uma criança e também assistência pela Casa Ronald McDonald<sup>[12]</sup> (dois casos).

Quatorze entrevistados relataram ter procurado por iniciativa própria, já conheciam a Justiça Federal, em duas situações, de crianças com leucemia, os entrevistados (um pai e uma mãe) declararam ter sido orientados por outros pais, que inclusive forneceram o endereço do Foro. Um elemento importante já que demonstra um vazio da atuação de equipamentos e profissionais que acompanham estas crianças e adolescentes. Mas é preciso sinalizar algumas questões referen-

---

12. A Casa Ronald McDonald é uma instituição filantrópica de auxílio a crianças com câncer. Dentre os serviços oferecidos estão o fornecimento de cestas de alimentos específicos para as crianças em tratamento e, também, o acolhimento em uma casa para crianças de outras cidades que necessitem acompanhamento mais intensivo.

tes a outros casos: é muito comum a orientação por médicos e por profissionais do próprio INSS que indicam aos usuários a Justiça Federal para requererem benefícios e serviços.

A partir da primeira metade dos anos 2000, é perceptível a redução da desigualdade devido a vários fatores, mas os autores sinalizam principalmente a ampliação dos programas de transferência de renda; o aumento do salário mínimo e a retomada (embora tímida) do trabalho assalariado (Dedecca, 2006; Montali & Tavares, 2008). Os autores buscam identificar o acesso e efeitos da recuperação econômica e dos programas de transferência de renda sobre os grupos familiares mais vulneráveis, identificando aqueles com a convivência de diversos ciclos de vida como *“composição familiar desfavorável para a inserção de seus componentes no mercado de trabalho”* (Montali & Tavares, 2008: 212). No entanto não tocam na questão da presença ou não de pessoas com deficiência. Não que fosse obrigatório, mas observamos neste breve trabalho, que a presença de crianças e adolescentes com deficiência é um fator agravante e de grande monta para tratar da inserção familiar no mercado de trabalho.

Inclui-se no estudo de Montali e Tavares (2008), a questão do empobrecimento das regiões metropolitanas a partir da precarização do mundo do trabalho e o acesso aos programas de transferência de renda. Neste sentido, apontam para uma tendência de *“metropolização”* da pobreza durante a década de 1990, com uma redução dos contingentes mais pobres nas áreas rurais.

Segundo os autores:

(...) A reestruturação produtiva intensificada a partir de 1990 elevou o patamar de desemprego e a precarização das relações de trabalho, com redução do assalariamento regulamentado e aumento de vinculações menos protegidas, como trabalho autônomo e assalariamento sem carteira assinada, bem como instauração de novas formas de contratação.” (Idem: 213)

O momento histórico em que os autores encaminharam seu estudo era outro, com expansão do mercado brasileiro e investimentos sociais importantes, embora tímidos. Atualmente o cenário desenha arrocho salarial e uma crise política e de imagem de grandes proporções, as políticas sociais são alvo de revisões com interesses em redução de gastos. Neste sentido é encaminhada a reforma de benefícios previdenciários como auxílio doença e pensão por morte, com enrijecimento dos critérios de concessão e limites de prazo para pagamento.

Outro dado importante é que não há menção, nestes textos, à existência de pessoas com deficiência nos domicílios, ou que tal dado tenha sido considerado no estudo. Compreensível se for pensado pela ótica de minoria populacional. Mas, no caso específico do BPC, o estudo de Montali e Tavares aponta seus impactos importantes nos arranjos domiciliares unipessoais, principalmente no caso de idosos. Assim, para os autores

Apresenta peso maior entre famílias unipessoais (caracterizadas por idosos), entre os arranjos nucleados pelo de casais de 50 anos com filhos e/ou parentes, bem como para os casais sem filhos residentes, entre os quais uma parcela importante é composta por idosos. (Idem: 225)

Este dado fica mais evidente, para os autores, quando o foco do estudo é o benefício de prestação continuada para idosos: há impactos quanto a questões de organização familiar, bem como possui grande importância para grupos cuja renda era zero até a implantação dos benefícios, diminuindo a indigência. Ocorre, no entanto, um pequeno impacto na redução efetiva da pobreza. Em parte, possivelmente, pelo baixo valor real do salário mínimo. Neste sentido, se pensarmos que, crianças e adolescentes com deficiência requerem cuidados especiais e terapias de suporte e estimulação ao desenvolvimento de capacidades potenciais, não é difícil compreender que a falta de renda fixa ou sua insuficiência é um fator adverso importante para a superação da condição de pobreza destes grupos.

### **Considerações finais**

A condução do estudo dos casos citados aponta para algumas das questões sinalizadas pelos autores estudados na disciplina. É preciso, no entanto, ter o cuidado de reconhecer os momentos históricos distintos das produções analisadas e o contexto atual na economia brasileira. Em estudo conduzido pela CEPAL<sup>[13]</sup>, Arriagada (2007) entende que as transformações ocorridas no âmbito da família, com o ingresso das mulheres no mercado de trabalho (somente discordamos da autora quando afirma o “querer” das mulheres como se não houvesse uma pressão

---

13. Comissão Econômica Para América Latina e Caribe, organização pertencente à ONU tem como atribuição “(...)contribuir ao desenvolvimento econômico da América Latina, coordenar as ações encaminhadas à sua promoção e reforçar as relações econômicas dos países entre si e com as outras nações do mundo. Posteriormente, seu trabalho foi ampliado aos países do Caribe e se incorporou o objetivo de promover o desenvolvimento social.” Disponível em <http://www.cepal.org/pt-br/about>

além desta volição) e a necessidade de cuidados aos entes vulneráveis: idosos e crianças. Neste sentido, a autora alerta para a necessidade da construção de políticas que articulem diferentes atores (Estado; Mercado; Famílias; Terceiro Setor e Comunidade). Em que pesem certas limitações a nosso ver, quanto à participação do mercado nesta equação, observamos a necessidade de construção de políticas mais solidárias de suporte e incentivo às famílias com pessoas deficientes de forma a acessarem de fato direitos, serviços e bens numa perspectiva de qualidade de vida e real dignidade da pessoa humana.

O contato direto com estas realidades aponta que a análise de Irma Arriagada é muito pertinente na medida em que há vulnerabilização econômica das mulheres que deixam o mercado de trabalho para cuidarem de seus filhos com deficiência. Mas também há na partida destas realidades uma fragilização econômica dos grupos assalariados, na medida em que o salário mínimo é insuficiente para dar conta das necessidades das famílias. Assim, a falta de renda de um dos integrantes do grupo familiar, ou do principal mantenedor é extremamente prejudicial.

Não foi possível, dados os limites deste trabalho final de disciplina, entrar em outras questões relacionadas diretamente às questões trazidas, como a falta de serviços públicos de qualidade (creches; escolas; postos de saúde e hospitais), mas é importante sinalizar que, sem políticas públicas de qualidade que permitam a construção de uma rede intersetorial de serviços voltados a este público específico, de entre as famílias pobres, aquelas com pessoas deficientes serão sempre as com maior fragilidade e menor chance de superação da pobreza.

## Referências

- Abdalla, Júlia de Sousa (2014) Nuances do privado - trabalho doméstico, autonomia e afeto. Paper apresentado no *I Fórum do Programa de Pós-graduação em Sociologia*. IFCH/ UNICAMP.
- Arriagada, Irma (2007) Transformaciones familiares y políticas de bienestar en América Latina. In Arriagada, Irma (coord.). *Familias y políticas públicas en América Latina: una historia de desencuentros*. Santiago: CEPAL.
- Arriagada, Irma (coord.) (2007) *Familias y políticas públicas en América Latina: una historia de desencuentros*. Santiago: CEPAL.
- Brasil, *Constituição Federal*, 1988, disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)
- Brasil, Decreto 6214/2007 - Regulamenta o benefício de prestação continuada da assistência social devido à pessoa com deficiência e ao idoso de que trata a Lei n.º 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e a Lei n.º 10.741, de 10 de outubro de 2003, acresce parágrafo

ao art. 162 do Decreto no 3.048, de 6 de maio de 1999, e dá outras providências; disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6214.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6214.htm)

Brasil, Decreto 7617/2011 – Altera o Regulamento do Benefício de Prestação Continuada, aprovado pelo Decreto n.º 6.214, de 26 de setembro de 2007, disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7617.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7617.htm#art1)

Conselho Nacional De Assistência Social, Resolução N.º 130, implanta a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB-SUAS), Brasília, 15 de julho de 2005, disponível em [http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia\\_social/nob\\_suas.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/nob_suas.pdf)

Convenção Sobre Os Direitos Das Pessoas Com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Decreto Legislativo n.º 186, de 9 de julho de 2008: Decreto n.º 6.949, de 25 de agosto de 2009. 4.ª Ed., rev. e atual. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010. 100p.

Dedecca, Claudio Salvadori (2006) A redução da desigualdade no Brasil, uma estratégia complexa. In Barros, Ricardo Paes, Foguel, M. N.; Ulyssea, G. (orgs.) *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*. Brasília: IPEA.

Kerstenetzky, Célia Lessa (2009) *Pobreza no Brasil: nove temas para o novo século*. Texto para discussão 18. Niterói: CEDE/UFF. Disponível online em <http://www.proac.uff.br/cede/sites/default/files/TD018.pdf>

Maciel, Carlos Alberto Batista (2008) *Benefício de prestação continuada: as armadilhas*. Letras a Margem: São Paulo.

Montali, Lilia, e Tavares, M. (2008) Família, pobreza e acesso a programas de transferência de renda nas regiões metropolitanas brasileiras. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais* 25(2), pp. 211-231.

Soares, Cristiane (2013) O desenvolvimento social e o empoderamento econômico das mulheres no Brasil: uma análise a partir de índices sintéticos. *Cadernos Adenauer*, n.3 Ano XIV, pp. 51-70.

Yazbek, Maria Carmelita (2012) Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. *Serviço Social e Sociedade*, 110, pp. 288-322.



5.

## **Ações Pedagógicas e Relações de Género na Escola: pesquisa e intervenção com estudantes do Ensino Médio do IFRJ**

*Mariana Mello Souto Maior*

*Sílvia Mello Souto Maior*

### **RESUMO**

O conceito de género pretende desvincular os comportamentos de mulheres e homens de acordo com o sexo biológico e analisar a construção social produzida sobre os sexos. A produção da categoria género está diretamente vinculada às relações de poder reproduzidas por meio das instituições sociais, a exemplo da escola. O presente artigo pretende analisar estratégias pedagógicas sobre as relações de género realizadas em uma escola pública de ensino médio integrado. Propõe-se a abordar as experiências de ações de ensino, pesquisa e extensão sobre a temática nos cursos de ensino médio integrado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ.

**PALAVRAS-CHAVE:** género; poder; educação; pedagogia feminista.

### **ABSTRACT**

The concept of gender wants to unlink the behaviors of women and men according to the biological sex and analyze the produced social construction of gender. The production of the gender category is directly linked to power relations played

through social institutions, such as the school. This article aims to analyze pedagogical strategies on gender relations held in a public school of integrated high school. It is proposed to address the experiences of teaching activities, research and extension on the subject in the integrated high school courses at the Federal Institute of Education, Science and Technology of Rio de Janeiro - IFRJ.

**RESUMEN:**

El concepto de género pretende desvincular los comportamientos de mujeres y hombres de acuerdo con el sexo biológico y analizar la construcción social del género producido sobre los sexos. La producción de la categoría de género está directamente vinculada a las relaciones de poder reproducidas a través de instituciones sociales, tales como la escuela. Este artículo tiene como objetivo analizar las estrategias pedagógicas en las relaciones de género realizadas en una escuela pública secundaria integrada. Se propone para abordar las experiencias de las actividades de enseñanza, investigación y extensión sobre el tema en los cursos de secundaria integrados en el Instituto Federal de Educación, Ciencia y Tecnología de Río de Janeiro - IFRJ.

Ao longo da História, as mulheres vêm sofrendo sistematicamente os efeitos da cultura patriarcal que definiu padrões de comportamento e demarcou posições sociais de acordo com a distinção biológica entre homens e mulheres, naturalizando características socialmente construídas e fixando-as nos gêneros masculino e feminino como marcas irreversíveis da natureza.

Embora não tenha formulado o conceito de género, Simone de Beauvoir combateu o essencialismo biológico e discutiu a ação da sociedade na transformação do bebê em mulher ou homem (Saffioti, 2004: 107). Segundo Beauvoir, a forma como a mulher é criada e educada faz com que ela não acredite em suas capacidades, favorece o medo de fracassar e limita as suas ambições, gerando uma falta de segurança e confiança em si mesma, muito prejudicial à construção de uma carreira. As mulheres “não se apaixonam pelo conteúdo de suas tarefas” (Beauvoir, 2009: 903), pois estas são reduzidas de possibilidades que muitas vezes lhes foram recusadas ou reprimidas. Elas não são ensinadas a assumirem a sua existência, o que acaba dificultando o seu desenvolvimento como sujeitos sociais, políticos, do conhecimento, e transcendententes.



De acordo com a autora, a noção de gênero é construída no processo de socialização. O que se vê como mulher é uma construção, a criança se descobre mulher na sociedade, pois são exigidas dela condutas que se adequem à feminilidade. O desenvolvimento histórico condicionou a mulher a aceitar resignada e sem discussão as verdades e leis que os homens lhe propunham, a ser sempre o Outro, o Objeto, perante o homem, Sujeito e Absoluto. A filósofa era contra qualquer tipo de determinismo que prendesse a mulher em apenas um aspecto, como por exemplo, defini-la unicamente em virtude da sua estrutura fisiológica e pela sua condição natural que é diferente da condição do homem. Essa diferença biológica não é negada, mas segundo a autora, a mulher não deveria ficar limitada apenas a um papel reprodutivo.

O confinamento físico da vida da mulher é o símbolo do seu confinamento psicológico, pois deixa de existir o mundo dos possíveis e apenas lhe resta a 'opção' de se submeter ao que se espera dela, ao mundo dado, percebido como uma inevitabilidade. Viver na imanência é permitir que os constrangimentos e as contingências limitem a sua liberdade. Como a autora não acredita na existência de uma essência feminina e um destino fixado a ser seguido por ser mulher, esta pode desfazer-se das amarras que a prendem na imanência, tornar-se independente e transcender. A transcendência seria o processo através do qual uma pessoa ultrapassa — transcende — a condição dada à partida e cria a sua própria vida, fazendo escolhas e tomando decisões. A pessoa orienta-se para o mundo dos possíveis e não se limita a aceitar o mundo dado como um destino a que passivamente se submete. Para Beauvoir a mulher pode (e deve) caminhar em direção à sua individualidade e autonomia, não depender do outro sexo intelectualmente, financeiramente, nem emocionalmente, possuir projetos pessoais, trabalhar, ter direito à remuneração equivalente ao homem e poder exercer as mesmas funções que os mesmos.

As demarcações de gênero produzem uma violência simbólica que, de acordo com Bourdieu (2014), se manifesta em diversas formas de intimidação, humilhação, submissão, culpabilização, desencorajamento. As mulheres são excluídas de cargos de autoridade, sobretudo na economia, finanças e política e estão sub-representadas em departamentos acadêmicos de maior prestígio, como o das ciências exatas.

A categoria gênero é uma concepção que está relacionada com o desenvolvimento histórico, com diferenças culturais e geográficas. É uma construção que

não existe *a priori*, mas sim, ligada a redes de poder (discursos e instituições, como justiça, Estado, escola, religião, família, mídia) que constroem hierarquias entre homens e mulheres. As identidades de gênero estão-se continuamente transformando num processo de conformação aos padrões estabelecidos, mas também, de contestação desses padrões por parte dos sujeitos sociais.

O pensamento ocidental dicotômico tem construído e reproduzido uma relação de dominação-subordinação entre pólos opostos: os gêneros são produzidos “nas e pelas relações de poder” (Louro, 1997: 41) e no campo educacional não é diferente. O sistema de poder existente nas diversas instituições educacionais compara, diferencia, hierarquiza, homogeneiza, exclui de acordo com diversas categorias criadas por um critério de diferença sujeita a vetores de força, impostas e disputadas. As desigualdades ativamente produzidas são criações sociais e culturais que se manifestam na escola na forma de currículos, regulamentos, avaliações que dividem e classificam.

De acordo com Tomaz Tadeu da Silva (2000), a classificação é muitas vezes estruturada em torno de oposições binárias. No caso da educação, há um paradigma cuja lógica é reprodutora de dualismos clássicos, um sistema de oposições homólogas que hierarquiza, por exemplo, competências/conteúdos; ensino técnico/ensino geral; ciências exatas/linguagens; ciências naturais/ciências humanas; conhecimento útil/conhecimento abstrato; competição/cooperação; objetividade/subjetividade; ensino/aprendizagem; hierarquia/igualdade. Essas oposições e as inclusões ou exclusões de determinados grupos e conhecimentos do currículo são produzidas e/ou reforçadas pela escola.

Há uma aparente neutralidade do processo de ensino-aprendizagem empregado na educação, porém, nas disciplinas escolares, aos homens se atribui o mais nobre, o mais sintético, o mais teórico, e às mulheres, o mais analítico, o mais prático, o menos prestigioso. Do ponto de vista da construção social da ciência e tecnologia, as mulheres ainda possuem pouca visibilidade. O papel das mulheres nos processos de inovação é muitas vezes subalternizado, há uma associação simbólica da masculinidade com a tecnologia:

A conjunção dos artefatos e processo ensino-aprendizagem não deixava dúvidas que o ensino das técnicas tinha uma divisão sexual, quando essas técnicas se ancoravam na operação de artefatos. As atividades práticas da disciplina de Topografia, nos grupos de trabalhos mistos eram realizadas quase sempre com os homens nas tarefas de leituras e as mulheres na anotação dos resultados e anco-

ragem das balizas; nos laboratórios de solos concretos, cabia sempre às mulheres anotarem os resultados enquanto os homens manipulavam o preenchimento de formas, prensas hidráulicas e centrifugadoras (Figueiredo, 2008: 2).

Embora presente nos dispositivos de escolarização, as questões de gênero e sexualidade geralmente não são apresentadas de forma aberta na escola. Para os setores mais conservadores da sociedade, esses temas devem ficar de fora da escola e esta deverá atuar de forma imparcial. Porém, a presença de assuntos como esses independe da intenção manifesta ou dos discursos explícitos, da existência de disciplinas que os tratem formalmente. Gênero e sexualidade estão na escola porque fazem parte dos sujeitos, não há como separar e deixá-los afastados. A escola isenta não existe, pois esta se realiza por meio de códigos sociais atravessados por relações de poder que estabelecem relações desiguais de gênero.

A educação é um meio que, como descrito acima, contribui para a reprodução de padrões estabelecidos e da manutenção da estrutura de poder. Porém, ela também pode colaborar para a transformação da realidade, pois faz parte da cultura: “o gênero dita o modo como experimentamos o mundo. Mas podemos mudar isso [...] a cultura está em constante mudança [...] não é a cultura que molda as pessoas, são as pessoas que fazem a cultura” (Adichie, 2015). A escola é capaz, portanto, de promover uma educação pela igualdade entre os gêneros e interferir na construção e no desenvolvimento de pessoas livres de estereótipos que conduzem a relações desiguais.

É importante que as mulheres tenham oportunidades, se arrisquem, se aventurem e se dediquem a novos projetos para que possam realizar obras geniais, para que tenham tanto sucesso em seus feitos quanto os homens: “se a dotarem de um organismo autônomo, se elas puderem lutar contra o mundo e dele tirar sua subsistência, sua dependência será abolida: a do homem também. Uns e outros, sem dúvida, se encontrarão muito melhor” (Beauvoir, 2009: 927-928).

## **1. A desigualdade de gênero no Brasil**

No Brasil, somente com a Constituição Federal de 1988 a igualdade entre homens e mulheres se consagrou como um direito fundamental. Ao longo do século xx as mulheres conquistaram graus crescentes de educação em todos os níveis de ensino, aumentaram as taxas de participação no mercado de trabalho, mas ainda estão pouco representadas em posições tipicamente bem remuneradas e possuem

mais dificuldades para alcançar cargos de chefia; sofrem discriminação salarial, além da dupla jornada de trabalho; ainda são vítimas de discriminações, preconceitos e violência física e simbólica; possuem baixíssima representação na política apesar de serem a maioria da população e do eleitorado. A seguir, alguns números que representam essa configuração.

## **2. A violência contra a mulher possui números alarmantes na sociedade brasileira**

Em 2012 foram notificados 50.617 casos de estupro, mas estima-se que haja, no mínimo 527 mil tentativas ou casos de estupros consumados no país por ano, dos quais apenas 10% são reportados à polícia. O índice de feminicídios aumentou 17,2% na última década com o registro médio de 5 mil mortes por ano<sup>[1]</sup> (Cerqueira e Coelho, 2014). De acordo com os dados da OMS, o Brasil teve taxa de 4,8 homicídios por 100 mil mulheres em 2013, o que coloca o país na 5.<sup>a</sup> posição internacional, entre 83 países do mundo<sup>[2]</sup>.

As mulheres tiveram maiores dificuldades de acesso à escola na maior parte dos 500 primeiros anos da história do Brasil, mas ultrapassaram os homens e estão ampliando a vantagem conquistada. De 1992 a 2009 os homens tiveram um aumento de 44% no que diz respeito a anos de escolaridade e as mulheres um aumento de 47% (IPEA, 2010). Entretanto, em termos de remuneração elas continuam em desvantagem, ocupando empregos com menores remunerações e baixa qualidade. Em 1998 as mulheres recebiam 81,9% do rendimento dos homens e passaram a receber 84,1% em 2008. O leque de profissões femininas é mais estreito do que o de profissões masculinas. Além disso, elas têm mais dificuldades para alcançar cargos de liderança e chefia dentro das empresas e estão sub-representadas em posições tipicamente bem-remuneradas. Nota-se que os diferenciais de gênero aumentam com o nível de escolaridade, o que pode estar relacionado com

---

1. Em 2014, a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 realizou 485.105 atendimentos, uma média de 40.425 atendimentos ao mês e 1.348 ao dia. Desde a criação do serviço em 2005, foram mais de 4 milhões de atendimentos. O serviço é majoritariamente procurado pelo sexo feminino (85,80%). Em mais de 80% dos casos, a violência foi cometida por homens com quem as vítimas têm ou tiveram algum vínculo afetivo: (companheiros, cônjuges, namorados, amantes) 77% das mulheres que relatam viver em situação de violência sofrem agressões semanal ou diariamente (Balanço do Ligue 180 – Central de Atendimento à Mulher, da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR).

2. Waiselfisz, Mapa da Violência 2015..

a dificuldade das mulheres ocuparem os postos de decisão e administração (IBGE, 2014).

O Brasil possui uma das taxas mais baixas do mundo de presença de mulheres no Legislativo, ocupando a posição 116.º no ranking mundial da participação política de 190 países<sup>[3]</sup>. No Congresso Nacional, as mulheres ocupam cerca de 10% das cadeiras e no Senado 13%, números bastante inferiores a média mundial de 22.6% de cadeiras femininas nos Parlamentos.

### **3. Gênero e sexualidade em documentos e programas do Estado brasileiro e o avanço do conservadorismo na política**

As políticas educativas elaboradas pelo Estado brasileiro contemplam a questão de gênero, orientação sexual, o respeito à diversidade e o combate às desigualdades. O Plano Nacional de Educação (PNE/2014) define como diretriz a “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”, e coloca como objetivo “implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito e discriminação racial, por orientação sexual ou identidade de gênero, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão”.

A Constituição Federal brasileira (1988) afirma a igualdade entre homens e mulheres. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs, 1998) definem seis temas transversais, que passaram, desde então, a ser abordados na educação básica brasileira: 1) ética; 2) pluralidade cultural; 3) meio ambiente; 4) saúde; 5) temas locais; e 6) educação sexual (originalmente definida como “orientação sexual”).

Outros documentos tratam da inclusão desta temática nas políticas públicas, como o Programa Brasil sem Homofobia (2004), o Rede de Educação para a Diversidade (2008), o Programa Construindo a Igualdade de Gênero: prêmio para redações de ensino médio e superior (2005), as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (2012). Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (2006, 2008 e 2013), Plano Nacional de Políticas para a População LGBT (2009), Lei N.º 13.185/2015, que institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (conhecida como lei *Antibullying*).

Paralelamente à inclusão da temática nos Programas de governo e no currículo escolar, o crescimento do conservadorismo na sociedade brasileira avança e tenta interferir nas políticas educacionais. Um levantamento das principais ban-

---

3. Dados da União Inter-Parlamentar – IPU/2010.

cadadas da Câmara dos Deputados mostra que os grupos mais influentes são representados por ruralistas, empresários e evangélicos, estes últimos ocupam 38% das cadeiras (198 deputados de um total de 513)<sup>[4]</sup>.

Atualmente, tramitam no Congresso Nacional alguns Projetos de Lei conservadores que têm como objetivo interferir diretamente nos conteúdos abordados nas salas de aula, inspirados pelo movimento “Escola Sem Partido”. Este foi criado em 2004 com a finalidade de combater o que considera um processo de “doutrinação ideológica” dentro das escolas e universidades públicas brasileiras. O movimento parte de hipóteses contestáveis, como por exemplo, a constatação da existência de uma “doutrinação marxista” feita por professores, e a afirmação de que a abordagem do tema “gênero e sexualidade” nos currículos escolares seria uma espécie de “ideologia” perversa que iria induzir crianças e jovens a desenvolverem comportamentos sociais e sexuais contrários à sua “natureza” feminina e masculina. O movimento propõe uma escola completamente neutra e imparcial no que diz respeito a questões políticas e sociais, o que é impossível de se imaginar quando temos em mente que todo projeto educacional segue determinadas tendências pedagógicas, ligadas a escolas de pensamentos e correntes específicas e, portanto, ideológicas.

As bancadas religiosas no Congresso Nacional e nas câmaras estaduais e municipais oferecem suporte à elaboração de Projetos de Lei (PL) com objetivo interferir diretamente nos conteúdos abordados nas salas de aula inspirados pelo movimento “Escola Sem Partido”. Por exemplo, o PL 1859/2015<sup>[5]</sup> pretende alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, vedando a discussão de gênero dentro das escolas com a inclusão do Parágrafo Único:

A educação não desenvolverá políticas de ensino, nem adotará currículo escolar, disciplinas obrigatórias, ou mesmo de forma complementar ou facultativa, que tendam a aplicar a ideologia de gênero, o termo ‘gênero’ ou ‘orientação sexual’.

Segundo a professora Jimena Furlani (2016), a “ideologia de gênero” é uma narrativa que surge no interior da Igreja Católica e do Movimento Internacional Pró-vida e Pró-família em 1998 em uma conferência episcopal no Peru. Os idea-

4. Conheça as 11 bancadas mais poderosas da Câmara. 19/02/2016. Disponível em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/conheca-as-11-bancadas-mais-poderosas-da-camara/>

5. O PL é de autoria de quinze deputados e de uma deputada.

lizadores do movimento afirmam-se preocupados com a destruição da família tradicional, com o crescimento das múltiplas famílias e com o que chamam de “sexualidade pervertida”, pois só reconhecem um modelo de família. Declaram que expressões como ‘orientação sexual’ e de ‘gênero’ “deturpariam os conceitos de homem e mulher”, “destruindo o modelo tradicional de família”. Sendo assim, buscam interferir nas políticas curriculares na tentativa de regular e orientar jovens dentro dos padrões que consideram moralmente “saudáveis”. A pressão dos grupos conservadores supõe que o silenciamento das temáticas sobre gênero e sexualidade na educação afastaria as mesmas da escola.

O termo “ideologia de gênero” desqualifica o debate sobre a condição da mulher, pois reduz o conceito de gênero a um argumento falacioso que afirma que os professores pretendem ensinar que “não existe homem ou mulher” e que “gênero seria uma construção pessoal que cada um deveria inventar como quiser”<sup>[6]</sup>. Baseiam-se de forma muito superficial na frase retirada do livro “o segundo sexo”, da Simone de Beauvoir “ninguém nasce mulher, torna-se” para deturpar e retirar o foco sobre o debate contra a discriminação, o machismo, a homofobia e os direitos humanos que a temática de gênero pode contemplar. Ao associar ideias de autoras de correntes de pensamento diferentes, não atentam para o fato que, como o conceito científico não é uma verdade absoluta, diferentes gerações de pensadoras diferem na conceituação do próprio termo.

Os projetos conservadores ameaçam a laicidade do Estado ao proporem um currículo que nega a diversidade e não problematiza as desigualdades (como se essas fossem naturais), e ainda, rompem com a ideia de que os indivíduos merecem igual respeito e têm igual valor na sociedade.

O currículo escolar tem sido marcado pelo sexismo e pela heteronormatividade. A educação tradicional investe no reforço do binarismo de gênero — demarcando incisivamente a oposição entre masculino e feminino e sua hierarquia — além da ênfase na heterossexualidade — a fim de garantir uma única identidade sexual legitimada. Estigmatiza-se pessoas com orientações sexuais deferentes da norma estabelecida reforçando a invisibilidade de determinados grupos. Impedir o acesso de alunas e alunos às teorias e pesquisas contemporâneas sobre gênero e orientação sexual constitui ato de censura ao acesso a informações de validade científica importante.

---

6. Informações constam em uma Cartilha contra a “ideologia de gênero” divulgada pelo site do movimento Escola Sem Partido e por diversos espaços conservadores na internet e distribuídas em igrejas.

Usar o termo “ideologia de gênero” para designar qualquer discussão de gênero e orientação sexual serve para impedir a educação para a liberdade, para a ampliação do conhecimento e para a reflexão crítica sobre a realidade social que é permeada também pelas relações de gênero e sexualidade.

A importância da educação para a igualdade e a diversidade permite orientar a atuação de professores e alunos, de forma que diminua o sofrimento das meninas que estão sujeitas à violência física e simbólica, meninas e meninos agredidos em razão de sua orientação sexual. A interação na escola entre os profissionais da educação e os estudantes pode formar jovens agentes na construção de relações mais respeitadas, de uma sociedade mais democrática. Trabalhar esses temas poderá contribuir para prevenir a violência contra mulheres, gravidez indesejada, doenças sexualmente transmissíveis entre os jovens, desconstruir estereótipos, conscientizar sobre a diversidade sexual no âmbito dos direitos humanos. Lutar contra o machismo, a homo e a transfobia, o *bullying*, e pela igualdade. Construir uma escola em que as desigualdades sejam desconstruídas e as diferenças sejam reconhecidas e valorizadas.

#### **4. Ações pedagógicas e pesquisas sobre gênero na escola: a experiência do IFRJ**

Em contrapartida ao avanço conservador na sociedade brasileira, diversos movimentos feministas florescem e a escola reflete este momento com a crescente inclusão da temática de gênero nos currículos e a atuação de professores nos âmbitos de ensino, pesquisa e extensão.

No Exame Nacional do Ensino Médio – Enem<sup>[7]</sup> de 2015, o tema de redação “A persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira” pode ser considerado um exemplo da importância do debate sobre gênero nas escolas. 7,8 milhões de alunos realizaram a prova e a correção da mesma encontrou 55 relatos de mulheres que usaram a redação do exame para fazer denúncias de casos reais de agressão que elas próprias haviam sofrido ou presenciado. No período de 24 horas após a divulgação do assunto da redação, o “disque-denúncia”<sup>[8]</sup> recebeu mais de 300 ligações de vítimas de todo Brasil<sup>[9]</sup>. Este dado demonstra que o debate sobre

7. O Enem é um exame nacional de acesso ao Ensino Superior.

8. Telefone do departamento de polícia que recebe denúncias anônimas.

9. Disponível em: [http://gazetaonline.globo.com/\\_conteudo/2015/10/cbn\\_vitoria/reportagens/3913333-denuncias-de-violencia-domestica-aumentam-apos-redacao-do-enem.html](http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2015/10/cbn_vitoria/reportagens/3913333-denuncias-de-violencia-domestica-aumentam-apos-redacao-do-enem.html)



o tema circulou na sociedade para além dos participantes do exame, se constituindo em uma oportunidade de reforçar as ações contra a violência e de proteção para mulheres.

No IFRJ, as questões de gênero e sexualidade vêm sendo trabalhadas pelas equipes de Sociologia em diversas ações de ensino, pesquisa e extensão. Em março 2015, motivadas pelas homenagens do Dia Internacional da Mulher, algumas estudantes realizaram o que elas chamaram de “intervenção feminista” que consistiu na colocação de cartazes nas paredes da escola com frases de empoderamento feminino. Como consequência inesperada, diversas reações negativas de muitos estudantes em relação à intervenção, inclusive com a destruição de alguns cartazes, revelaram uma falta de clareza dos estudantes sobre o que é o feminismo. Realizamos então uma série de atividades que contemplassem estudos, debates e reflexões sobre questões de gênero e um dos desdobramentos foi a realização de uma pesquisa quantitativa chamada “Termômetro de Gênero na Escola” com uma amostra de 400 discentes dos *campi* da cidade do Rio de Janeiro e da cidade de São Gonçalo, ambos na região metropolitana do Rio de Janeiro<sup>[10]</sup>.

A pesquisa teve como objetivo fornecer subsídios para uma compreensão inicial das representações e percepções sobre as relações de gênero no espaço escolar. O método utilizado consistiu na aplicação de um questionário contendo trinta e três afirmações com as quais os estudantes teriam que marcar ‘concordo’, ‘discordo’ ou ‘tenho dúvidas’. As afirmações abordavam assuntos relacionados à condição das mulheres na sociedade e foram divididas de acordo com o seguinte critério: 1) a distinção entre a biologia (natureza) e os papéis sociais; 2) considerações a respeito da normatividade do comportamento das mulheres na sociedade; 3) mercado de trabalho e relações de poder; 4) a naturalização de uma distinção entre vocações femininas e vocações masculinas para determinados trabalhos e profissões; 5) percepções sobre o feminismo e a abordagem do tema “gênero” na escola; 6) o aborto<sup>[11]</sup>.

A pesquisa confirmou haver uma certa confusão em relação aos termos sexo e gênero e uma tendência de reprodução de uma ideia estereotipada da mulher no que se refere ao ideal feminino propagado pela sociedade patriarcal. A análise empírica mostrou que as questões relacionadas com a inserção das mulheres no mercado de trabalho e a divisão das atividades domésticas entre homens e mu-

---

10. Os dois campi totalizam aproximadamente 2.300 estudantes.

11. Encontram-se em anexo, um resumo dos resultados da pesquisa.

lheres é aceite maioritariamente pelas/os estudantes, tendo estas/es internalizado uma perspectiva de igualdade formal e jurídica entre homens e mulheres na sociedade. Entretanto, no que diz respeito à normatividade do comportamento feminino ainda persiste uma ideia de naturalização de características atreladas à passividade, emoção e inferioridade racional do feminino.

Alguns estudantes demonstram estarem presos a um padrão binário e fixo de género que acredita que “homens” e “mulheres” possuem características próprias, congénitas, inatas, orgânicas, puras. Sustenta-se ainda uma hierarquia entre os géneros, no sentido em que estes vão desenvolver comportamentos, atitudes e hábitos diferenciados.

Além da pesquisa quantitativa, foi organizada a exposição “o feminino: conquistas e desafios” na “Semana de Extensão do IFRJ”. A exposição apresentou a representação das mulheres em obras literárias e artísticas ao longo da história; a realização do projeto fotográfico “Isso não é quem eu sou”, que exibiu cartazes com 13 frases machistas de filósofos e escritores clássicos e renomados com objetivo de causar impacto e promover a reflexão; apresentação de estatísticas de género no Brasil (educação, mercado de trabalho, participação política, violência). Foi organizado em março de 2016 o “I Ciclo de Atividades no Mês das Mulheres”, onde a comunidade escolar assistiu palestras sobre “o protagonismo das mulheres na atualidade”, “mulheres negras”, “representação das mulheres em peças publicitárias” e cine debates.

### **Considerações finais**

As ações descritas promoveram uma maior reflexão da comunidade escolar sobre o poder da ideologia patriarcal e a consciencialização sobre a necessidade de mudança desse paradigma. A importância de trabalhar com a temática de género na escola visa formar jovens agentes/protagonistas na construção de relações mais respeitadas, de uma sociedade mais igualitária e de uma escola humanizada que respeite, valorize a diversidade e busque a igualdade.

A escola pode e deve promover uma cultura baseada na liberdade e democracia, construir uma base de pensamento e educação cidadã, combater as opressões de classe, género, etnia, sexualidade. A prática docente nos evidencia ser fundamental uma educação para a igualdade de género que traga para o ambiente escolar uma reflexão acerca da naturalização das desigualdades e as suas consequências sociais e da necessidade do empoderamento feminino para a superação da sua subalternização.

A importância de desenvolver uma epistemologia feminista que, além da racionalidade, inclua também o desejo, a empatia, afetividade, sentimentos, com uma linguagem mais subjetiva e pessoal é primordial (Louro, 1997). A pedagogia feminista pretende fortalecer formas de ensino que reflitam valores feministas de igualdade e solidariedade em oposição ao espírito de competição, dominação e agressividade, atrelados ao masculino. Não apenas valorizar e respeitar as diferenças, mas problematizá-las. Inserir ao lado do estudo das obras consideradas de excelência da produção científica ocidental, obras consideradas inferiores, produzidas por representantes de minorias (pessoas negras, homossexuais e mulheres). Incentivar a leitura e debate de textos sobre mulheres, desigualdade de gênero, dominação masculina, mas sobretudo, incentivar mais leituras pró mulheres. Perceber as mulheres como sujeitas sociais, políticas e do conhecimento. Uma pedagogia que complexifique e questione as relações de poder, que combata a linguagem sexista.

Assim, as ações pedagógicas desenvolvidas têm o objetivo de reflexão e intervenção na realidade das/os estudantes, bem como a desnaturalização de ideias e de comportamentos socialmente construídos que promovem subjugação, desrespeito e intolerância.

## Referências

- Adichie, Chimamanda (2015) *Sejamos todos feministas*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Beauvoir, Simone (2009) *O Segundo Sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Bourdieu, Pierre (2014) *A Dominação Masculina*. A condição feminina e a violência simbólica. Rio de Janeiro: BestBolso.
- Cerqueira, Daniel e Coelho, D. (2014). *Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde*. IPEA – Nota técnica. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5780/1/NT\\_n11\\_Estupro-Brasil-radiografia\\_Diest\\_2014-mar.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5780/1/NT_n11_Estupro-Brasil-radiografia_Diest_2014-mar.pdf) (acedido em 09/06/2016).
- Figueiredo, Luiz (2008) “O Gênero na educação tecnológica. Uma análise de relações na socialização de conhecimentos da área de Construção Civil do Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso”. *Dissertação de mestrado em Política Científica e Tecnológica*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.
- Furlani, Jimena. *Ideologia de Gênero – Parte 1/6. Quem criou, por que e para que?* 14/07/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5ro1O10l0v8> (acedido em 10/10/2016).
- Garcia, Leila Posenato. Freitas, Lúcia Rolim Santana. Silva, Gabriela Drummond Marques. Höfelmann, Doroteia Aparecida. (2013) *Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil*. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea. Disponível em: <http://>

[www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130925\\_sum\\_estudo\\_femicidio\\_leilagarcia.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130925_sum_estudo_femicidio_leilagarcia.pdf) (acedido em 10/09/2016).

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (2014) *Estatísticas de gênero: uma análise dos resultados do censo demográfico 2010*. Rio de Janeiro, IBGE.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea. (2010) *Relatório Nacional de Acompanhamento - ODM*. Brasília, mar.

Louro, Guacira (1997) *Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes.

Saffioti, Heleieth (2004) *Gênero, Patriarcado, Violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

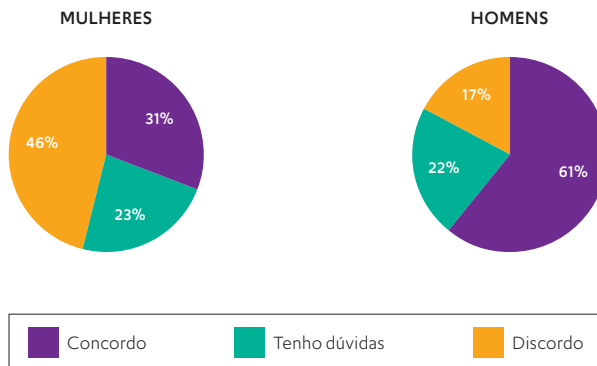
Silva, Tomaz (2000) *Currículo, universalismo e relativismo: uma discussão com Jean-Claude Forquin*. *Educação & Sociedade* 21(73): 71-78.

Waiselfisz, Julio (2015) *Mapa da Violência 2015. Homicídio de mulheres no Brasil*. Brasília. Disponível em: [http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2015\\_mulheres.php](http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2015_mulheres.php) (acedido em 10 de agosto de 2016).

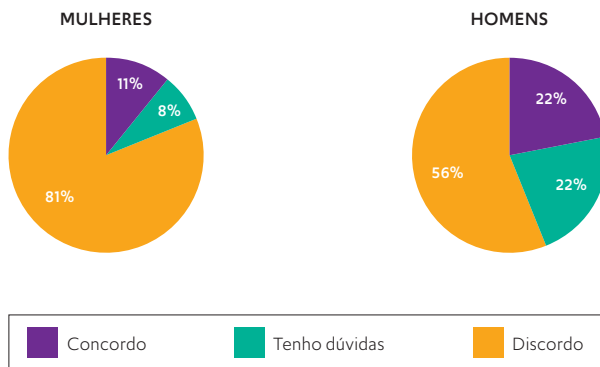
## ANEXO

### Resumo dos resultados do questionário

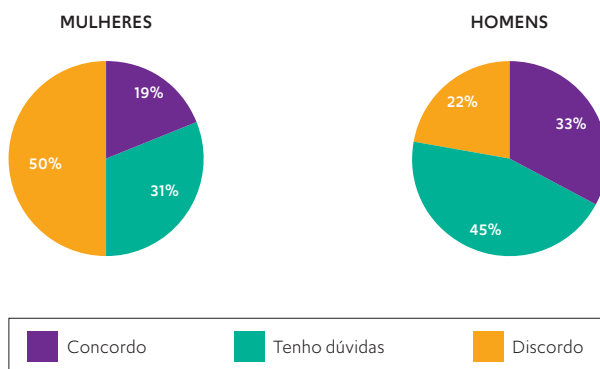
1. A mulher é naturalmente mais emocional, sensível e passiva. O homem é mais racional e ativo.



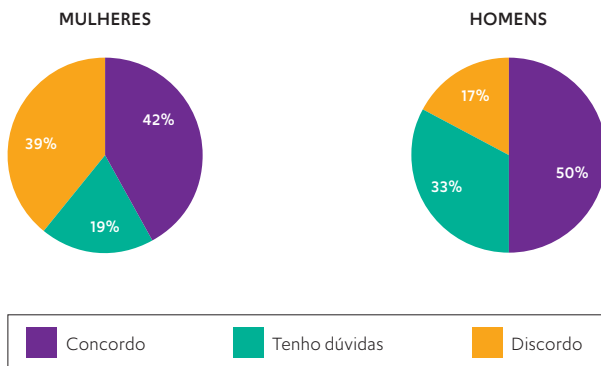
2. Por seu instinto materno, o cuidado com as crianças deve ser responsabilidade principalmente das mulheres.



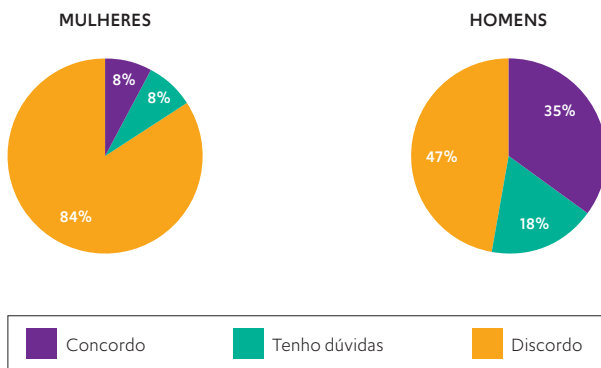
3. Os instintos masculinos fazem os homens possuírem mais necessidades sexuais do que as mulheres.



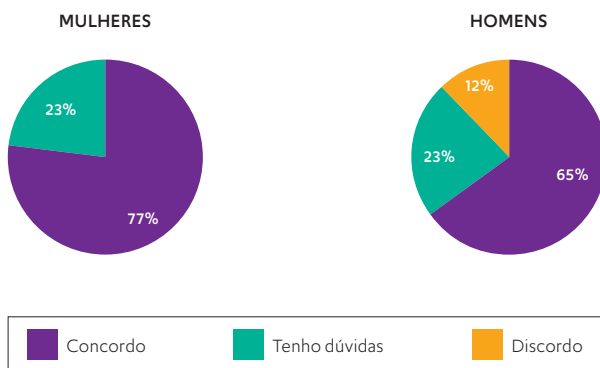
4. É preciso separar o sexo biológico dos comportamentos sociais.



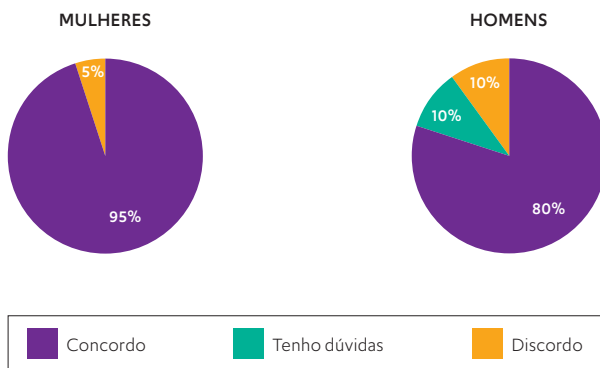
5. As mulheres se sentem mais realizadas no casamento e na maternidade, enquanto para os homens a realização mais importante é a profissional.



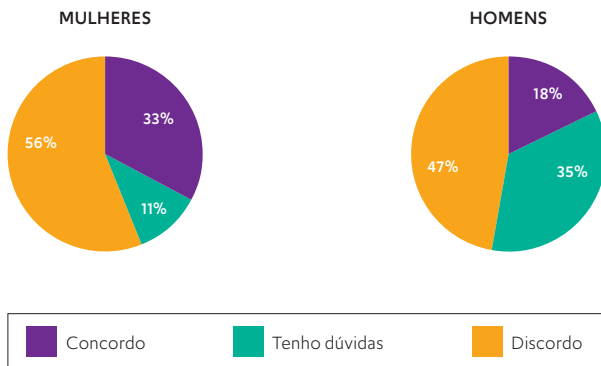
6. Mulheres devem escolher se, e quando, se tornarão mães.



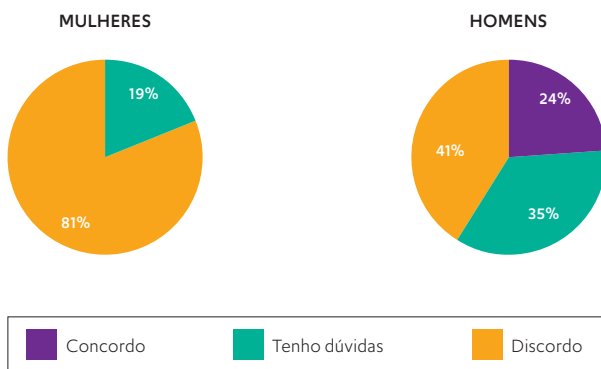
7. A mulher deve receber o mesmo valor que um homem para realizar o mesmo trabalho.



8. O aborto é um direito de autonomia reprodutiva e a mulher não deve ser criminalizada por realizá-lo.



9. O homem possui mais facilidade para as disciplinas de exatas, mais sintéticas e teóricas, enquanto as mulheres possuem mais facilidade para as disciplinas de humanas, mais analíticas e mais práticas.





# PARTE III

## **DEMOCRACIAS E INSTITUIÇÕES POLÍTICAS**



6.

## **“Pink quotas”: as solution of gender balance in the Italian political system. Is it enough?**

*Domenico Carbone  
Fatima Farina*

### **ABSTRACT**

Starting from the relationship between gender belonging and political representation role, the article focuses on political action of elected women in different Italian municipalities, analysing how their institutional role is solicited, or not, by equal opportunities issues. Without taking for granted that women political participation is addressed to equal opportunities goals, the paper try to understand if these goals are part of the personal political experience, which are the sense and meanings conferred to gender difference through the ideological and values orientations guiding the acted representation, if it is perceived as a commitment for equal opportunities or it takes the form of self-representation, totally free from aims of anti-discrimination claim and, at the same time, oriented to a wide and generic meaning of equal opportunities.

**KEYWORDS:** women political representation, gender quotas, equal opportunities, political agenda.

## RÉSUMÉ

En prenant des distances de l'unicité de la relation entre l'appartenance de genre et le rôle de représentation politique, l'article se concentre sur l'action politique des femmes élues dans les différentes municipalités italiennes, et aussi sur la façon dont leur rôle institutionnel est sollicité, ou non, par des questions d'égalité des opportunités. Sans prendre pour acquis que la participation politique des femmes soit orienté aux égalités des opportunités, le papier tente de comprendre si la poursuite de cet objectif est lié à l'expérience politique personnelle, le sens et la valeur attribuée aux différences entre les sexes à travers une orientation idéologique qui guide l'action politique, si elle est perçue comme un engagement à la réalisation de l'égalité des chances ou si elle prend la forme de l'auto-représentation féminine, dépourvue de corps anti-discriminatoires et de contenu de revendication, plutôt orientée vers un sens générique d'égalité des opportunités.

## Introduction

This article aims to analyse the relationship between the women representation in politics and the issue of equal opportunities in the relevant social context of Italian councilwomen. The gap between male and women in the formal political rights enjoyment and the low participation in active political life, even if it is common to the several western democracies, it is in Italy significantly wide<sup>[1]</sup>, due to the high gender inequality at different social and institutional level (Bonomi et al., 2013). The number of women on the Italian political scene tends to increase inversely to the centrality of the institutions, from national to local level (regional, provincial, municipal). This is the quantitative effect of "bringing politics to home" (Ortbals et al., 2011) through a process of decentralization of policies affecting females right and empowerment (labour market, education and health), particularly evident in Italy starting from 1970s and even more from 2000s, that brought to an increasing of female representation at meso-level institution. Starting from the unavoidable linkage between quantity and quality, the article will examine in depth the configuration of women representation at local

---

1. In the last Global Gender Gap report (2015) the higher gender difference is related really to the political participation. In the political empowerment sub-index Italy's position is at 24<sup>th</sup> place, up to 145 nations, with a very high inequality value of 0,331 (0 means total inequality, 1 means total equality).

level through the findings of a web-survey based on a national sample of councilwomen statistically representative at the territorial level. More precisely, this article aims to understand the equal opportunity system through representations, opinions and political practices of the elected women in their own territories. The analysis is focused on the importance given to the equality between women and men in different social spheres of experience, also considering how this issue permeates the political agendas of Italian elected councilwomen.

The relationship between perception/definition of equal opportunities, of politics and their representative role played, are also significant in the analysis of the results. Starting from the hypothesis of a not necessary neither univocal relationship between gender and representative political role played, we intend to reflect on women political action and on how the issue of gender equality advocates or not their institutional role. Through this analysis we should try to answer to a central question in the debate about women political representation: is it enough a greater presence of women in politics to solicit a more gender oriented political agenda? And then, can the gender quotas be the primary solution to the gender balance problem?

The article is divided in three parts. The first one describes the process and techniques adopted along the research process and the objectives of research in detail. The second part relates to the analysis of the main survey results. Lastly, in the conclusions, we discuss the finding by considering current literature and the public debate.

## 1. Research process and objectives

Moving from these premises, the article shows the findings of a survey carried out on a national sample of Italian councilwomen. Councilwomen are a considerable share of the Italian overall political representation<sup>[2]</sup>, although they are

---

2. In Italy gender quotas are established by law since 1993, at the different political institutional levels. By the way, very often they are not really applied neither penalties are imposed. At the municipal level the recent law 56/2014 establishes gender quotas in the composition of City Councils with more the 3.000 inhabitants, where none of the two sexes can be represented to an extent of less than 40%. Nevertheless, many are the municipalities that do not respect the law and also 968 Municipalities have a zero females representatives in their Councils after the elections of 2014 and in many others (almost 214) women elected are less than the 40% of the legal representation. Italian experience shows how law is necessary but not sufficient to modify the political system.

differently distributed among the several geographic areas<sup>[3]</sup>. Actually, in Italian municipalities, the women in charge in administrative positions are 25.109 (Cittaitalia, 2013), representing to 21.5% of the overall number of all the administrators<sup>[4]</sup>. Therefore, the municipalities are a privileged observation point of female political participation, thanks to both the higher number of elected women and the closer relationship with the population and the electorate. This is the main reason that led to conduct a survey about the relationship between women and politics in Italy, paying attention to the elected ones in the municipal councils.

The study was carried out through a web-survey on a representative sample of Italian municipalities, according to a project of random sampling stratified by geographic area and the number of inhabitants. From the sampling list including about 270 municipalities, we created a database of about 1.200 email addresses of the councilwomen elected in these municipalities. Via email, they received the request for participation in the survey with a covering letter showing the purposes of the research and describing how to complete the questionnaire.

The response rate was significantly high and it accounted for about 40% of the all contacts: 505 councilwomen have fulfilled the questionnaire. Although the self-selection process of respondents was influenced by their technological means possession and skills, all the contacted women appeared to be interested in and available to take part in the survey.

The questionnaire was divided in 4 different sections<sup>[5]</sup>, each one including standardised questions (single answer and multiple-choice) and some open questions in order to analyse more in deep the significant aspects for the study.

In this paper the analysis is strictly related to part one of the all survey findings (Farina, Carbone 2016), regarding gender equality and its connection with the political representation of the councilwomen. By considering the respondents point of view, one of the main goal of the research is to understand how and if the relation between being women and holding councilwomen elected office is

---

3. According to the last ANCI (National Association of Italian Municipalities) contribution in 2012, the territorial distribution of councilwomen is the following: North-West 40.5%, North-East 22.3%, Centre 13.3%, South and Islands 13.3%.

4. Women elected in Provincial Council are the 14%, those elected in Regional Council are the 12% of the total elected men or women. Over the past ten years, the percentage of women elected to Parliament has been gradually growing: 11% in 2001, 17% in 2006, 21% in 2008 and 31% in 2013 (Cittaitalia, 2013).

5. The first section is based on personal data, the second one on occupational status and experiences, the third one on political activity and the fourth and last one on equal opportunities.

related to equal or unequal opportunities, to the value and the meaning of diversity and how (or if) all these issues become political instances, informing the actions and the local agendas. In particular, this study intends to verify the relation between gender and councilwomen elective political role, without taking it for granted. The study will pay particular attention to the connections with the issue of equal opportunities between women and men. A further investigation is carried out into two relevant aspects. The first one is about the importance given by the elected women to equal opportunities, considered *tout court* a political matter or a problem in their personal experiences (family, education, workplace and politics). This is also put in relation to the social context and its characteristics, like the size of the municipality and geographic area, as well as the subjective variables describing the interviewees, like the social and biographical condition and political (party) affiliation.

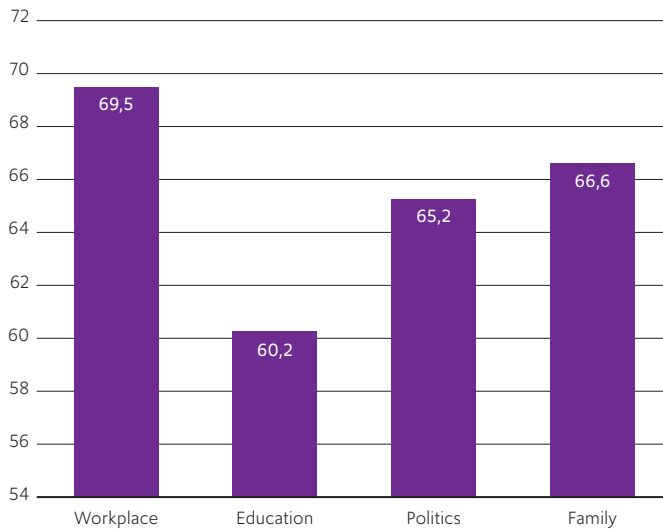
Closely linked to the previous aspect, the second one refers to the political agendas formulated by the interviewees for the local and national territory and including pro-women measures. According to a definition of political agenda as "the set of issues that are object of decision making and debate within a given political system at one time" (Baumgartner, 2001:288), the final goal of the analysis is to put in light the dynamics that give rise to ideas, political proposals and vision of the problems, bringing them to the attention of public decision makers (Borghetto and Carammia, 2010). In particular, the survey analyses how and whether gender issues, considered in a broad sense and related to equal opportunities between women and men, are included in the councilwomen's agendas. Furthermore, it wonders if it is possible, or not, to observe the effects of the claim for substantial equality arisen in western democracies, overall during the second wave of feminism (Donà, 2007). This study, closely related to the potential of social research, aims to pass the word to women, putting aside any prejudice and allowing them to express themselves on their ways to interpret and live their institutional role as political representatives and women.

## **2. The analysis of findings**

Regarding one's personal guidance, the survey has considered the importance given to the achievement of the conditions for equal opportunities between men and women as its first useful variable. The interviewees were asked to express the level of importance personally given to the necessity of achieving equal opportu-

nities in Italy in several field experience, i.e. labour market, education, politics and, last but not least, family<sup>[6]</sup>. Figure 1 shows the data related to the frequency rate of the level “strongly agree” for each of these four fields considered in the questionnaire. As it is illustrated, the absolute majority of the interviewees believes that the achievement of measures guaranteeing equal opportunities is in general very important. Going into detail, the issue is more relevant respectively in the areas of workplace, family and politics and, finally, education.

A synthetic index was created in order to analyse how this belief is distributed among the interviewees by considering some of their characteristics. This was obtained by summing the scores of each item attributed from the respondents answering the questionnaire<sup>[7]</sup> and then comparing the average scores with some their personal variables to the characteristics of their municipality (Table 1).



**Graph 6.1.** Importance given to equal opportunities (% of strongly agree)

6. The importance given to the different aspects of equal opportunities was reported on a “Likert” scale with 5 levels of agreement (1 Strongly disagree, 2 Disagree, 3 Don’t Know, 4 Agree, 5 Strongly agree).

7. Within a range from 0 to 20, the change in the index is between 7 and 20 (average 18.26, standard deviation 2.31). Cronbach Alpha value of 0.83 demonstrates the satisfactory internal coherence of the index.



First of all, the findings of this analysis underline that Italian councilwomen consider the issue of equal opportunities, between women and men, very important. This is validated by the index average value that is rather high and very close to the maximum score of 20 points. From these facts, it is possible to deepen in ever more detail the answer of interviewees. Table 1 shows all the differences described by considering personal variables, as age, educational qualifications and occupational status<sup>[8]</sup>. The councilwomen give a cross-cutting opinions on these variables, always enhancing the importance of all the aspects included in the synthetic index. Their opinions vary along the relational and family characteristics taken into account. Having or not children seems to affect the different level of importance attributed to equal opportunities. In fact, as expected, women with children are more sympathetic to the problem. As far as the marital status is concerned, the single councilwomen are at the lowest levels of the synthetic index. On the other hand, married or living like married respondents, but especially those separated or divorced, believe that the issue of equal opportunities is more important. The political orientation is also significantly related to a further "discriminant" variable. In this case, the centre-leftists councilwomen consider the achievement of equal opportunities particularly relevant.

Finally, the survey does not show significant differences among the councilwomen respect to the characteristics of the municipal council where they carry out their political activity. In short, therefore, the importance to achieve equal opportunities results to be especially related to personal subjective factors, as well as the women's political position, rather than contextual factors.

---

8. The statistical significance was proved by ANOVA tests.

		Mean	Standard deviation
Age	Up to 35	18,21	2,36
	36-45	18,03	2,60
	46-55	18,44	2,08
	Over 56	18,36	2,37
Educational qualification	Up to high school degree	17,9	2,31
	University or master degree	18,3	2,37
Children*	Yes	18,42	2,21
	No	17,95	2,55
Marital status**	Unmarried	17,71	2,76
	Married/Cohabiting	18,33	2,24
	Separated/divorced	18,86	1,66
Employment	Employed	18,11	2,43
	Unemployed	18,42	2,09
Political position*	Centre left	18,46	2,20
	Centre right	17,78	2,48
Geographic Area	North	18,11	2,32
	Centre	18,22	2,37
	South and Islands	18,63	2,29
Inhabitants	Under 5000	18,16	2,41
	5001-20000	18,28	2,26
	20001-50000	18,34	2,41
	500001-100000	18,62	1,88
	Over 100000	18,32	2,43
Existence of equal opportunities department/commission	Both	18,66	2,06
	Neither	17,95	2,49
	Only Commission	18,24	2,33
	Only Department	18,30	2,21
Total		18,26	2,31

\*p&lt;0,05; \*\*p&lt;0,001

**Table 6.1** Index related to the importance given to the achievement of equal opportunities. Average values and standard deviation by age, educational qualification, children, marital status, employment, political position, geographic area, inhabitants of the municipality and presence of an equal opportunities Department or Commission

We also have analysed how the index of the importance given to equal opportunity varies considering the relationship with previous experiences of the counsellors in groups and associations. The results show, in this case, that the importance given to equal opportunity is higher for respondents with social and associational participation experience. In fact, the respondents with a past in the unions, in the student movements, groups of women and, in particular, feminist groups, stand for a higher score, and statistically significant, synthetic index in question (Table 2) .

		Mean	Standard deviation
Trade Union*	Yes	18,73	2,01
	No	18,03	2,50
Environmental Organizations	Yes	18,28	2,45
	No	18,11	2,44
Peaceful Organizations	Yes	18,45	2,26
	No	18,07	2,49
Cultural Organization	Yes	18,20	2,28
	No	18,08	2,66
Student Movement*	Yes	18,70	2,19
	No	17,91	2,53
Religious Organizations	Yes	18,10	2,41
	No	18,19	2,44
Women Groups*	Yes	18,56	1,95
	No	18,01	2,55
Feminist Groups**	Yes	19,32	1,24
	No	18,01	2,51
Local Committees	Yes	18,17	2,44
	No	18,16	2,44
Category Organizations	Yes	17,78	2,83
	No	18,16	2,45
Total		18,26	2,31

\*p<0,05; \*\*p<0,001

**Table 6.2** Index related to the importance given to the achievement of equal opportunities. Average values and standard deviation by social and associational participation experiences of the councilwomen

So far we have seen how equal opportunity are believed to be important in the opinion of respondents, even within a differentiated framework in which the orientation towards gender equality issues are significantly influenced by individual biographical paths developed within specific ideological and political social contexts. However, what still has to be understood is whether and how these perceptions also originate political action planning that councillors would implement to face such problems.

To prove it, the interviewees were asked to frame their ideal political agenda choosing three priorities<sup>[9]</sup>. The answers obtained are gathered into 12 intervention areas and summarized in Table 3.

In the ideal political agenda of the Italian councilwomen the more recurring issues, collocated at the top of their list, are those related to the Economics and Labour area (29,4%). Then, among the issues collocated as first in order of importance, quite close to the previous ones, there are indications of intervention in the area of Welfare State. The 10% of the interviewees opts for the Environment area at the first place, while the 5,8% proposes interventions in the area of Education. In the councilwomen's political agenda only a 5,3% put at the first place issues included in Gender and Equal opportunities area, which means the sixth place in the priorities overall ranking, considerably far from the more relevant issues<sup>[10]</sup>. Therefore, in the overall survey, according to the interviewees, equal opportunities do not seem to be a particularly urgent issue. Actually, only one out of ten councilwomen considers the problem as one of the first three priorities of her ideal political agenda.

Definitively, this is a relevant datum enhancing the existence of a gap between the importance of equal opportunities and a wide perception of discriminations

---

9. The question was exactly: "Thinking about an ideal political agenda for Italy, being free to choose whatever you prefer, which are the three main issues you would face?" On the base of the priorities indicated from respondents, the answers have been grouped in the followings categories: The reduction of public debt, Youth employment, Equal opportunities between women and men, A new electoral law, The relaunch of public educational system, The relaunch of private educational system, The reorganization of local authorities, Investments and incentives in favour of renewables energies, Improvement of public healthcare system, Improvement of private healthcare system, Policies facilitating the purchase or rental of a house, The reduction of the Members of Parliament, The reduction of the costs of politics, The reorganizations of local government bodies. In the Table 3 are indicated, in each of the three columns, the issues as have been placed in the councilors agenda, respectively as 1<sup>st</sup>, 2<sup>nd</sup> and 3<sup>rd</sup> priority).

10. Gender and equal opportunities issues are also put at the second place of the political agenda by the 3,7% of the interviewees and at the third place by only the 3, 3%.

against women especially in politics, but also its underestimation in the councilwomen's political agenda.

However, in order to analyse who among the respondents consider equal opportunities an important point within the personal political agenda, we have calculated a series of association relationship (odds ratio) between some characteristics of the councilwomen and the probability of putting this problem at the top of their agendas.

Being a relative measure of the probability that something will occur, the odds ratio is thus specifically useful to compare the councilwomen's agendas. As it's known, the range of an odds ratio varies from 0 to infinite passing from 1, that represents the absence of the relationship between two binary variables. In our case, an odds ratio equal to 1, means that there are no differences between a specific characteristic of the councilwoman and the priority assigned to equal opportunities in her agenda. Otherwise, a value less than 1, means that a specific aspect decreases the propensity to put the equal opportunities first, and a value more than one means that this propensity is increased.

The results of the analysis, in Table 4, show that the propensity to put in first position the equal opportunity issues increases when the councilors work in an institutional context where there are equal opportunities Commissions or Departments. Here the association relationship shows that councilors elected in such contexts are twice (2.08) as likely than any other to place equal opportunities in top three positions. A similar result also emerges considering the previous councilwomen's experiences in the trade union or in a cultural organization. However, the main result of the analysis is related to the utterly increment of the propensity in considering the equal opportunities also a personal political target, when the councilwomen have had previous experience in women's groups (in this case, the probability is 3 times higher than those don't have had the same past experience) and in a feminist groups (here, their propensity is 4 times higher than of those who don't have experienced such militancy).

	1.º	2.º	3.º
Economics and Labour	29,4	15,8	11,6
Welfare State	22,4	26,1	26,7
Environment	10,0	13,1	10,9
Urban system	9,6	10,5	13,7
Education	5,8	7,9	5,1
Gender and equal opportunities	5,3	3,7	3,3
Culture and tourism	4,7	10,1	12,2
Taxation and Public finance	4,1	2,2	1,8
Institutional issues	3,6	4	6,8
Participation	3,6	4	4,2
Safety	1,3	2,2	2,4
Sport	0,2	0,4	1,3
Total	100,0	100,0	100,0

**Table 6.3** Priorities in the councilwomen's political agendas (%)

In synthesis, the results of the analysis show, from the point of view of the interviewees, an acquired crosscutting sympathy for gender equality, generated from that propagation in the public debate of the original feminist claim, which, however, has lost the dialectic and revenging accent by virtue of an occurred real value shift. Due to this shift gender equality appears predictable and, in any case, given for granted. As we can notice from the survey, the centre-leftists interviewees tend to attribute a major importance to gender equality issues and to their realization, even if in any case they are residual in the whole sample.

We can also say that equal opportunities maintain an ideological connotation, in terms of references and values; furthermore, they are strongly affected by the structural characteristics and the experiences of the interviewees. Therefore, on one hand the political position, on the other the individual one.

The political orientation appears more significant in terms of recognition of discrimination in the several experienced areas and in giving importance to equal opportunities.

	Odds ratios	Confidence intervals (95%)	
	$\Omega$	Min	Max
Age less than 45 years old	0,81	0,45	1,46
Secondary school degree or less	0,61	0,30	1,23
Mother	1,33	0,72	2,46
Married/Cohabiting	1,43	0,79	2,60
Employed	0,94	0,43	1,81
Elected in a centre-left party	0,96	0,50	1,87
Resident in a central or northern region	0,96	0,46	1,99
Resident in a municipality with less than 50.000 inhabitants	0,67	0,35	1,29
Presence within the municipality of an equal opportunities commissions or departments	2,08	1,08	3,99
Previous experiences in a trade union	1,75	0,84	3,65
Previous experiences in an environmental organization	1,15	0,44	2,51
Previous experiences in a cultural organization	1,81	0,85	3,87
Previous experiences in the student movement	1,48	0,73	3,01
Previous experiences in a religious organization	0,80	0,39	1,60
Previous experiences in a women group	3,23	1,69	6,18
Previous experiences in a feminist group	3,85	1,56	9,49
Previous experiences in a local committee	1,14	0,56	2,32
Previous experiences in a category organization	1,16	0,33	4,08

**Table 6.4** Odds ratios and confidence intervals (at 95%) related to the propensity to put the equal opportunities issues at the top of the councilwomen's political agenda

Once the analysis is focused on equal opportunities between women and men as perceived and defined from the point of view of the elected women, the most interesting aspect is the gap between the importance given to them in the different fields of the social actions and their collocation in the political agenda. The findings clearly show the heterogeneity of the councilwomen's role, also in individualizing the priorities towards action and political intervention. The councilwomen do not perceive their representative role as women, but mostly as single individuals. Equal opportunities between women and men are far from being claimed by the already quoted homogenous group of interest.

It is rather the heterogeneity to emerge *tout court* in the formulated agendas, in which equal opportunities do not appear as a political objective, although they are a recognized value variously important and discrimination are clearly identified. There is no connection between the condition of women and political action. Political action do not seem to be oriented towards the settlement of gender imbalances.

## Conclusions

In literature but also in public debate, female political representation is often identified with the issue of gender quotas or “pink quotas”, as they are called in Italy. This is an expression transversely and frequently used but not so often questioned. Quotas are the quantitative tool, by definition, of balancing gender composition, around which for and against take sides without necessarily going back to the causes of inequality and to the consolidation of the definable, by chromatic pendant, ‘light blue quotas’. These last do not split between those for and against, simply exist. In the face of a need to intervene with female quotas, this assumption, *de facto*, weakens the affirmation of the right to an equitable representation, due to the dependency on the derived colouring of a reserve. So, regulatory mechanisms of (male) homosociality are not discussed, so becoming the parameter of female participation itself.

In the debate on gender quotas, very often they are considered a necessary instrument to promote the substantive representation of women (Hughes, 2011). The consequence is a widespread expectation that elected women should promote and enact policies in line with their (ascribed by their gender belonging) interests. On the opposite side there is the opinion of whom consider as not automatic this relation. Here the doubt is that the “critical mass” is not enough to promote gender balanced policies without the capability of elected women of being “critical actress” (Lovenduski, 2001; Childs and Krook, 2006). The results of our research seem to point to this second direction. As shown through the analysis conducted over an important sample of political active women in Italy, there is no direct relationship between being a woman with an elective role and the political interest for the gender equality. Generally, if the importance for equal opportunity is very high for all the interviewed, it’s also evident that this sensibility significantly varies by considering the differences related to contextual and personal characteristics. The synthetic index of interest for equal opportunities



shows, for example, an higher score among the councilwomen with centre-leftist political orientation, among mothers and among those had previous experiences in some association traditionally and ideologically linked with these issues.

But overall, an high sensibility for equal opportunity do not necessarily imply a direct action, or a future interest in promoting political action focused on it. Only one councilwoman interviewed in ten of has located , explicitly, the equal opportunities at the first three position of her ideal political agenda.

This is pretty coherent also with the direction of more recent national and European public policies. It seems almost a paradox, being municipalities the local authority with the highest concentration of women, but certainly this is not a surprise, given the absence of dialectic that represents the *impasse* between theory and facts related to gender equality in the several contexts. Therefore, if inequality is really one of the problems, its overcoming is a political goal that is not achieved nor pursued through a higher participation of women in politics. Rather than quantity of presence it would require also a qualitative participation of women and men in the awareness of a social, economic and cultural "emergency", which should be treated like this (Cedroni, 2011).

Significance of the case now analyzed is in its regarding elective political representation of women, it is to say the municipality, in which the power dynamics seem to act in a less discriminant direction in terms of objective participation, according to the numerical proportions and where women's policy machinery (WPM) is considered most effective in engendering policymaking by promoting feminist instances (Stetson and Mazur, 1995).<sup>[11]</sup>

Therefore, if municipality has the major probability to include women political representation, according to the survey, WPM appears weak and territorially discontinuous. The study shows for example how the councilors propensity to deal with these issues, also by including these in their agendas, is double when they have the opportunity to act in context where pro-gender institutions are present. In fact, one important element emerged in the analysis is the gender oriented institutional sensitivity and the personal orientation to gender issues.

As already demonstrated in literature, the augmented female presence at institutional local level is not a "panacea" (Ortbals et al., 2011). Gender inequality it depends also from a cultural investment and willing to implement it, to focus it as

---

11. The authors define WPM as "any structure established by government with its main purpose being the betterment of women's social status" (Stetson and Mazur, 1995:3).

political goal, otherwise is not even recognized. Not only the presence of women but also the contextual characteristics define the political aim of equal opportunities, also thanks to a link within the institutions that contemplates it in its actions and commitments.

The issue of the necessary female presence for change, as such legitimated (Stevens, 2007), loses its sense by observing an apparently total disjunction between political representation and gender. It is clear from the survey that the gender dimension is neither very important as interpretative key nor as tool for deconstructing sexual stereotypes (Bellé, 2009).

Only women take care of women. In the reaffirmation of a necessary female presence sustaining a self-representation, there is the rigidity of sexed roles division, as well as an indirect legitimation of the absence of women and gender relationship in the political agenda. Emphasizing female role its downside, as an interrupting element that improves the existent male system, differently explained by literature as a difference marker from male one. It represents an implicit justification of the existing obstacles to achieve a better balance and, furthermore, hope to remedy the crisis and the *impasse* of political, working and economic world. For example, this is the case of the theory of Womenomics as development driving force for a system that is bridled (Matsui, 2005), stuck and plunged into crisis. Without bringing the male gender into question, women become the virtuous way in a system that does not change its coordinates, neither in its interpretation, entrusting them with a reserve role compared to the central male resource (Farina, 2012).

Male and female gender representations are not perceived from the interviewees as a product of power dynamics, social practices, cultural transformations that change as historical and social conditions. Rather, the common sense of different behaviors of men and women prevails because they are basically different (Connell 1995). Instead, an original prejudice remains and continues to place women and female gender in a non-political universe.

The increasing of female representation in political institutions is supposed to bring to change society and its structure in a democratic direction and to weaken gender stereotype. But most of interpretation of female political active participation is also based itself on gender stereotypes. The idea of a self-promotion operated through a higher presence of women in political system (Hughes, 2011) is rooted on the assumption of women as necessities to themselves: the female

otherness neither the whole gender system are considered. The concept of "substantive representation" it appears more connected to the expected results and weakly associated with the experience, supporting achieving goal and observed results (Paxton et al., 2007; Hughes, 2011). Some of unanswered question are very crucial and they have to do with validation of assumption of definition, role and meaning of female political commitment.

As suggested by Cedroni: "The mere (physical) presence of women in politics does not exhaust the problem of representation [...] The political representation is generally understood as the act of 'making someone or something present' and, in particular, to give voice and presence to the citizens that cannot physically take part in decision-making process. Therefore, the representative takes a vicarious role through which more issues come up: is the representative a delegate that acts on behalf of the interests of his/her constituents, or is a trustee who can make choices in favour of a larger number of citizens, once in charge? What may it mean for electors and elected women, from the gender point of view?" (2011:4).

Actually, if women presence is mainly caught for being functional to the self-representation, it becomes possible but not necessary, eventually concretized or denied. This is the prerequisite to a plural representation that does not include diversity, but rather conforms it to dominant parameter by virtue of male domination, that bases the reasons of the exclusion on pre-political factors (Bourdieu, 1998), on a construction of citizenship without women within public sphere (Saraceno, 2008), universal because forged on male uniform difference (Sarlo, Zajczick, 2012). This last represents one of the main arguments in favour of the increasing female representation in political institutions, with the essentialist assumption that the women's difference from men, especially for what concerns personal needs, behaviour and leadership, can better redirect political agendas (Chattopadhyay and Duflo 2004) and public spending (Rehavi, 2007; Funk and Gathmann, 2010), to improve quality of life of their community (Duflo and Topalova, 2004) and of public institutions (Epstein et al., 2005).

## References

- Baumgartner, Frank R. (2001) Political agendas. In: Smelser N. and Baltes P.B. (eds.) *International Encyclopedia of Social and Behavioral Sciences: Political Science*. New York: Elsevier Science, pp. 288-90.
- Bellé, Elisa (2010) *Genere della politica, politica del genere*, Naples: CIVIS s.n.c/Scriptaweb.eu.

- Bonomi, Genny, Brosio G. and Di Tommaso M.L. (2013) The impact of gender quotas on votes for women candidates: evidence from Italy. *Feminist Economics* 19(4): 48-75.
- Borghetto, Enrico and Carammia M. (2010) L'analisi comparata delle agende politiche: il «Comparative Agendas Project», *Rivista italiana di scienza politica*, 40 (2): 301-316.
- Bourdieu, Pierre (1998) *La domination masculine*. Paris: Seuil.
- Cedroni, Lorella (2011) *Le donne nelle istituzioni rappresentative in Italia e in Europa, Intervento al ciclo di seminari Chiacchierate sul genere*, Università degli Studi di Urbino.
- Chattopadhyay, Raghavendra and Duflo, E. (2004) Women as policy makers: evidence from a randomized policy experiment in India, *Econometrica* 72: 1409-1444.
- Cittaitalia (2013) *La rappresentanza di genere nelle amministrazioni comunali italiane*. Rome: Cittaitalia Fondazione Anci Ricerche
- Childs, Sarah and Krook M.L. (2006) Gender and politics: the state of the art. *Politics*, 26:18-28.
- Connel, Robert W. (1995) *Masculinities*. Cambridge: Cambridge Polity Press.
- Donà, Alessia (2007) Genere, politica e politiche pubbliche. Verso una ridefinizione di un paradigma? Alcuni spunti per un dibattito. *Rivista italiana di scienza politica*, 3: 459-470.
- Duflo, Esther and Topalova, P. (2004) Unappreciated service: performance, perceptions and women leaders in India, *MIT Economics Mimeo*.
- Epstein, Michael J., Niemi, R.G. and Powell, L.W. (2005) Do women and men state legislators differ?. In: Thomas, S. and Wilcox (eds.) *Women and elective politics: past, present and future*. New York: Oxford University Press.
- Fatima, Farina and Carbone D. (2016), *Oltre le quote: sguardi plurimi delle elette. Indagine nazionale sulle consigliere comunali*, Collana di Scienza Politica, Rimini, Maggioli.
- Farina, Fatima (2012) *La complessa tessitura di Penelope. Donne vita e lavoro: teoria e pratica sul territorio. Indagine sulle donne dell'entroterra pesarese*, Naples: Liguori editore.
- Funk, Patricia and Gathmann, C. (2010) Gender Gaps in policy making: evidence from direct democracy in Switzerland. *Universitat Pompeu Fabra Working paper*.
- Hughes, Melanie M. (2011) Intersectionality, quotas, and minority women's political representation worldwide. *American Political Science Review* 105(3): 604-20.
- Lovenduski Joni (2001) Women and politics: minority representation or critical mass?. *Parliamentary Affairs* 54(4): 743-758.
- Ortbals Candice D., Rinckery M. and Montoyaz C. (2011) Politics close to home: the impact of meso-level institutions on women in politics. *Publius: The Journal of Federalism* 42 (1): pp.78-107.
- Matsui Kathy (2005), *Womenomics: Japan's hidden asset*, Goldman Sachs Japanese Portfolio Strategy.

- Paxton, Pamela, Kunovich, S. and Hughes, M. M. (2007) Gender in politics. *Annual Review of Sociology* 33(1): 263–84.
- Rehavi, Marit (2007) Sex and politics: do female legislators affect state spending? *University of Michigan Mimeo*.
- Saraceno, Chiara (2008) *Tra uguaglianza e differenza: il dilemma irrisolto della cittadinanza delle donne*, Modena: Lettura Gorrieri. Available: [www.fondazionegorrieri.it](http://www.fondazionegorrieri.it).
- Sarlo, Assunta and Zajczyk, F. (2012) *Dove batte il cuore delle donne?* Bari: Laterza.
- Stetson, Dorothy and Mazur A. G. (1995) *Comparative state feminism*. London: Sage Publications.
- Stevens, Anne (2007), *Donne potere politica*, Bologna: Il Mulino.
- World Economic Forum (2015), *The Global Gender Gap Report*, 10<sup>th</sup> Anniversary Edition.



## **Os impactos da Marcha das Margaridas na visão do mundo e na prática social das mulheres do meio rural**

*Soraia Guimarães  
Raquel Quirino*

### **RESUMO**

O artigo tem origem na parte da pesquisa vinculada ao Mestrado em Educação Tecnológica, investiga as relações de gênero no meio rural e evidencia a Marcha das Margaridas como um movimento social organizado formado por um grande número de mulheres do meio rural para se reafirmarem como cidadãs. Apresenta-se, a origem da Marcha das Margaridas, seus objetivos de formar sujeitos políticos e sociais, contribuindo para uma alteração na visão do mundo e na prática social das mulheres da cidade de Porteirinha, norte do Estado de Minas Gerais. O movimento social contribui para a quebra de paradigmas e altera a forma de pensar, a visão do mundo e a prática social e trazem conquistas substanciais para as mulheres do campo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Relações de Gênero, Trabalho, Meio Rural.

### **ABSTRACT**

This article originates as part of the research linked to the Master in Technological Education, investigates gender relations in rural areas and highlights the Marcha

das Margaridas as an organized social movement formed by a large number of rural women to reaffirm themselves as citizens. It presents the origin of the March of the Daisies, its goals of forming political and social subjects, contributing to change in worldview and the social practice of the women of the city of Porteirinha, north of Minas Gerais. The social movement contributes to the break of paradigms and change the way of thinking, worldview and social practice and bring substantial gains to rural women.

**KEY-WORDS:** Gender Relationships, Labor, Country Place.

## Introdução

Este estudo vinculado ao Centro Federal de Educação Tecnológica, com base qualitativa, que deu origem ao presente artigo aborda a divisão sexual do trabalho no meio rural e destaca o movimento social rural feminino denominado “Marcha das Margaridas” na vida das mulheres lavradoras da cidade de Porteirinha, Estado de Minas Gerais, Brasil. Identifica e analisa, em seus limites, as contribuições do movimento na constituição da visão do mundo dessas mulheres lavradoras participantes da marcha.

Os dados empíricos foram levantados a partir de entrevistas semi-estruturadas com mulheres lavradoras participantes na Marcha e com a líder sindical do movimento. A base das construções teóricas para análise dos dados empíricos está fundamentada na Sociologia do Trabalho Francesa, fortemente influenciada pelos pressupostos marxistas. Basicamente os conceitos sobre Divisão Sexual do Trabalho, apresentados por Helena Hirata (Hirata, 1998, 2002, 2007, 2009) e Kér-goat, (1986, 1996, 2003, 2009).

A análise dos dados empíricos e dos discursos das entrevistadas foi realizada a partir de uma perspectiva crítica dialética, (Gamboa, 2010). Destaca-se neste estudo a utilização de técnicas da pesquisa etnográfica, (Velho, 1978). Também a Análise Crítica de Discurso Textualmente Orientada (ADTO), proposta por Fairclough (2001), foi utilizada como forma de se apreender o sentido dado à realidade pelas entrevistadas, após sua participação na “Marcha das Margaridas”.

A historicidade da mulher no campo e sua participação na produção e reprodução da força do trabalho vêm sendo marcadas pela exclusão e a disparidade econômica — presentes nos indicadores de renda — e a dificuldade de acesso da força



de trabalho feminina aos benefícios sociais, ao crédito, à assistência técnica e à formação profissional.

A realidade dos trabalhadores e trabalhadoras rurais no Brasil retrata uma extrema precarização, com salários e direitos muito desfasados em relação à sociedade industrial em geral. Diante disso, existe a defesa de melhorias e condições de trabalho do trabalhador(a) do campo.

Nesse contexto destacam-se as mulheres, presentes na atividade laboral no campo que vêm demarcando o espaço político, em busca da conquista de seus direitos e para a diminuição das desigualdades sociais no campo. Ressalta-se o movimento Social Marcha das Margaridas.

Diante do exposto, o presente artigo visa discutir as relações de gênero, a divisão sexual do trabalho no meio rural e evidenciar as contribuições do movimento social na vida das mulheres do campo. Colocam-se como objetivos analisar os discursos das mulheres participantes do Movimento Marcha das Margaridas, as alterações na prática social com base numa metodologia de pesquisa qualitativa com análise crítica de discurso de Fairclough (2001). Escolheu-se como unidade de pesquisa o meio rural da cidade de Porteirinha, situada no norte de Minas Gerais, por ser uma cidade com forte atuação na Marcha e pelo acesso dessa proponente às mulheres participantes do movimento. Pretende-se realizar um levantamento teórico-documental acerca deste movimento social: seu histórico, eventos realizados, número de participantes, a fim de evidenciar a sua importância na constituição das mulheres como sujeitos históricos do meio rural.

## **1. A Marcha das Margaridas e seu histórico**

Na luta pelos direitos das mulheres do campo destacou-se, nas décadas de 1970-1980, a produtora rural Margarida Alves, cuja história de lutas e morte trágica, inspirou, e ainda inspira, trabalhadoras rurais em todo Brasil. Margarida Alves nasceu em 5 de Janeiro de 1933, em Alagoas Grande, Estado de Pernambuco. Era sindicalizada e foi eleita como presidente do Sindicato Rural em 1973.

Em 12 de agosto de 1983, Margarida foi assassinada com um tiro no rosto, por um matador de aluguer, na porta de sua casa, diante do seu marido e filho, familiares e vizinhos. Este acontecimento comoveu a opinião pública de todo o país. A partir daí tornou-se o símbolo de luta das mulheres rurais e seu nome lembrado em todo o Brasil, pela “Marcha das Margaridas”, movimento de luta e reivindicações dos direitos das mulheres trabalhadoras rurais.

Segundo Fernandes (2012:31), a “Marcha das Margaridas” “[...] surgiu da grande necessidade que as mulheres trabalhadoras rurais do campo e da floresta têm pela igualdade de gênero”. Trata-se de uma ampla ação estratégica das mulheres do campo, da floresta e das águas, para conquistar visibilidade, reconhecimento social e político e cidadania plena.

Promovida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura CONTAG, Federações e Sindicatos, a Marcha firmou-se. “Aliou-se à Marcha Mundial das Mulheres, com razões para marchar contra a fome, a pobreza e a violência sexista” (CONTAG, 2015).

No seu primeiro ano, a “Marcha das Margaridas” articulada com a Marcha Mundial das Mulheres, contou com a participação de cerca de 20 mil trabalhadoras; em 2003 foram mais de 40 mil participantes.

A terceira “Marcha das Margaridas”, foi a maior manifestação pública rural ocorrida até aquele momento, com a participação de 50 mil manifestantes. Em 2011, a Marcha aconteceu com a participação de mais de 60.000 participantes. Já em 2015 participaram cerca de 70.000 mulheres num ato político. Esta grande ação coletiva teve a estratégia de unir mulheres vindas de diferentes lugares do país, diferentes raças e origens.

A partir de uma perspectiva feminista, o movimento apresenta, através das proposições, uma crítica ao modelo de desenvolvimento hegemônico. Contribuindo para a democratização das relações sociais no MSTTR e nos demais espaços políticos visa a superação das desigualdades de gênero e étnico-raciais, protesta contra as causas estruturantes da insegurança alimentar e nutricional daqueles/as que vivem distantes dos centros urbanos e busca avanços na construção da igualdade para as mulheres no meio rural. A cada ano, a “Marcha das Margaridas” atualiza e qualifica a sua pauta de negociações, propondo e negociando políticas para as mulheres do campo e da floresta e das águas, considerando as suas especificidades.

Ainda conforme a CONTAG (2015) “a Marcha das Margaridas está na agenda do Governo e vem demarcando e contribuindo para conquistas trabalhistas, sociais, segurança e a saúde da mulher do meio rural.”

## **2. As conquistas da “Marcha das Margaridas”**

Segundo a CONTAG (2015), “no decorrer das quatro manifestações da “Marcha das Margaridas” realizadas no Brasil, as trabalhadoras rurais conseguiram al-

gumas conquistas no campo de disputa da sociedade<sup>[1]</sup>.” Para garantir o acesso à terra e à sua documentação, dar apoio às mulheres assentadas e à produção da agricultura familiar, foi criado o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural – PNDTR (com unidades móveis em todos os estados), por meio do qual foram atendidas mais de um milhão de mulheres.

De entre as maiores conquistas das mulheres por meio da “Marcha das Margaridas”, destacam-se:

- Titulação Conjunta Obrigatória da Terra – Edição da Portaria 981 de 2 de outubro de 2003. Em decorrência, hoje, mais de 70% dos títulos de terra emitidos têm a mulher como primeiro titular;
- Revisão dos critérios de seleção de famílias cadastradas para facilitar o acesso das mulheres à terra;
- Edição da Instrução Normativa-IN 38 de 13 de março de 2007 – normas para efetivar o direito das trabalhadoras rurais ao Programa Nacional de Reforma Agrária, de entre elas a prioridade às mulheres chefes de família;
- Criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (PRONAF) Mulher e ampliação da participação das mulheres no PRONAF, e garantia da destinação de 30% por cento do total de recursos disponíveis para uso exclusivo das mulheres;
- Inclusão da abordagem de gênero na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e da ATER para Mulheres, passo importante para que na 2.<sup>a</sup> Conferência Nacional do Desenvolvimento Rural fosse deliberada a paridade, ou seja, 50% de atendimento para as mulheres, medida oficializada a partir do Plano Safra de 2014/2015;
- Garantia de inclusão de no mínimo 30% das mulheres como beneficiárias do Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER;
- Criação do Programa de Apoio à Organização Produtiva das Mulheres;

---

1. As conquistas da “Marcha das Margaridas” encontram-se disponíveis em: <<http://www.contag.org.br>>.

- Apoio para a realização de feiras para comercialização dos produtos dos grupos de mulheres;
- Criação e implementação da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO);
- Criação do Programa de Habitação Rural com Comitê Gestor que integra a participação efetiva das mulheres trabalhadoras rurais e garante moradias para as mulheres “chefes de família” e escritura conjunta do casal para imóveis rurais obtidos por meio do Programa;
- Luta pelo aperfeiçoamento e consolidação das políticas públicas voltadas às mulheres do campo, da floresta e das águas desde a esfera municipal, estadual e federal, contribuindo para que elas incidam no cotidiano das mulheres do campo, da floresta e das águas;
- As conquistas pelos direitos trabalhistas e Previdência Social com a manutenção da aposentadoria das mulheres aos 55 anos;
- A representação na Comissão Tripartite de Igualdade de Oportunidades do Ministério do Trabalho;
- A inclusão de ações específicas para a ampliação e garantia de direitos das mulheres empregadas rurais na Política de Empregados Rurais;
- Implementação do Projeto de Formação de Multiplicadoras (ES) em Género, Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos em convénio com Ministério da Saúde.
- Reestruturação do Grupo Terra, responsável pela construção da política de saúde para a população do campo.

Para a CONTAG (2015), “outra conquista importante foi a criação da Coordenadora e constituição do Grupo de Trabalho Interinstitucional para a Educação Infantil no Campo”, com o objetivo de definir as diretrizes para a elaboração da Política Nacional de Educação Infantil do Campo, que orienta a implementação de creches no meio rural.

Destaca-se também a criação e funcionamento do Fórum Nacional e Estadual de Elaboração de Políticas para o enfrentamento da Violência contra as Mulheres

do Campo e da Floresta e a elaboração e inserção de diretrizes na Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as mulheres voltadas para o atendimento das mulheres rurais. E por fim, a entrega de 54 unidades móveis de atendimento às mulheres em situação de violência em áreas rurais, incluindo unidades móveis pluviais para a região amazônica.

### **3. A divisão sexual do trabalho no campo**

No interior das sociedades pré-históricas, segundo Françoise Héritier (1997:24) havia um padrão de organização social baseado na repartição distinta de tarefas entre homens e mulheres. Tal divisão “[...] nasce de limitações objetivas e não de predisposições psicológicas de um ou outro sexo para tarefas que desse modo lhe são atribuídas.” A limitação das mulheres, pela falta de força física, principalmente durante a gestação e o parto, e a sua imobilidade durante a amamentação, a necessidade de vigilância e cuidado com as crianças pequenas as impediam de dedicar-se à caça. Na época, a mobilidade e a disponibilidade físicas necessárias ao caçador são atributos reconhecidos dos homens por oposição às mulheres. E esse confinamento espacial das mulheres as conduz a recolha de alimentos criando-se, assim, duas esferas de trabalho distintas: uma esfera de trabalho masculina externa ao meio doméstico e uma esfera de trabalho feminino limitado ao meio privado.

Segundo Quirino (2011:43),

[...] evidencia-se, ainda que não de forma declarada, certo determinismo biológico, pelo qual se deduziria que as mulheres no trabalho são inferiores por natureza e que a sua submissão na sociedade tem uma base concreta na sua conformação biológica. Portanto, difícil ou mesmo impossível de ser suplantada.

Corroborando Engels (1977:70-71) quando afirma que, “[...] a primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos.” E já ressalta a opressão de classes e de sexos:

(...) o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino (Engels,1977:70-71).

Portanto, Engels evidencia que a raiz material da opressão da mulher não tinha como causa básica a constituição do corpo, mas era fruto de determinadas relações sociais que se assentavam na divisão do trabalho e na exploração de uns pelos outros.

Contribuindo tal assertiva, Quirino completa que,

A questão da opressão da mulher deixa de ser do domínio da biologia e é inserida no domínio da história, da cultura, tornando possível assim vislumbrar a sua superação por meio da ação política, pois se não é algo natural, pode ser superada (Quirino, 2011:44).

Já Hirata e Kér goat definem a divisão sexual do trabalho como

[...] a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.) (Hirata e Kergoat, 2001:599).

Especifica-se que as atividades realizadas pelas mulheres no espaço privado não são consideradas como trabalho de grande importância e sem relevância econômica, visto como ajuda e, com isso a atividade de trabalho produtivo é algo que não lhe cabe.

No meio rural, nas explicações dos estudos de Schwendller (2002:2), evidencia-se a divisão sexual do trabalho, pois, desde muito cedo, os meninos e as meninas aprendem determinadas funções específicas.

A educação na família constitui-se num importante espaço de construção de gênero, onde os pais educam as meninas e os meninos para determinadas funções sociais, gostos, competências. Na cultura do campo, geralmente, a menina aprende com a mãe, as lidas de casa, os cuidados para com os filhos, o preparo da horta, aprendendo raramente, a discutir política, planejar a produção, negociar e comercializar o produto. Isto cabe ao filho homem, o qual também, muitas vezes, não aprende as lidas da casa e o cuidado com as crianças. (Schwendller, 2002:2).

Os papéis divididos entre homens e mulheres constroem-se assim, dentro dos lares por meio da divisão do trabalho, no qual as tarefas domésticas realizadas pelas mulheres não são reconhecidas como trabalho e, “[...] mesmo a mulher participando do trabalho produtivo, este é muitas vezes visto como uma ‘ajuda’”. (Schwendler, 2002:2).

Nas abordagens de Schwendler (2002), no meio rural a mulher possui uma presença participativa na esfera pública, trazendo sua contribuição nas esferas do trabalho, nos movimentos sociais e na educação.

Salvaro (2004) e Melo (2001) atestam que nos assentamentos destaca-se a dupla e/ou tripla jornada de trabalho da mulher assentada. Nesse contexto, a mulher trabalha o dia todo e no fim da tarde retorna ao seu lar com afazeres da casa e os cuidados das crianças. Isto quando não está inserida nos movimentos sociais, que por sua vez, leva a mulher a uma tripla jornada de trabalho.

Nessa divisão de trabalho, segundo Abramovay (2000:347-348), a mulher é responsável pela reprodução social do seu grupo familiar, tanto no trabalho doméstico, quanto na força de trabalho produtivo.

A mulher no meio rural exerce funções de adubação, capinação, colheitas, podas, secar, malhar, ensacar o feijão (e outros grãos), cuidar das pequenas criações, torna-se responsável por todo trabalho ao seu entorno etc., no entanto, não obstante sua relevância na produção agrícola, seu trabalho ainda permanece invisível (Abramovay, 2000:349).

Os estudos de Pacheco (2002) defendem a necessidade da mulher trabalhadora do campo de ter o reconhecimento do seu trabalho, pois, “[...] o paradigma dominante na economia reforça essas desigualdades duplamente: ignora o trabalho reprodutivo não pago, tornando invisível a maior parte do trabalho feminino, e ignora a divisão sexual do trabalho” (PACHECO, 2002, 143).

Para Abramovay (2000:351) na agricultura a divisão sexual do trabalho e as relações entre homens e mulheres não são construídas com base nas características biológicas, mas num produto social que legitima as relações de poder que se formam no processo histórico e pode ser transformado.

A autora cita algumas dificuldades enfrentadas pelas mulheres produtoras rurais, tais como,

Os padrões culturais e sociais limitam a contribuição das mulheres para a agricultura, sustentando normas de comportamento e va-

lores rígidos. Fatores que criam obstáculos ao acesso da mulher à terra, crédito, capacitação, assistência técnica e a comercialização dos produtos. (Abramovay, 2000:351).

Todas essas limitações, segundo a autora, favorecem a invisibilidade do trabalho feminino no meio rural, dificultam o seu acesso à educação e à formação profissional adequada, além de perpetuarem as diferenças entre homens e mulheres como naturais e imutáveis, criando nas mulheres um sentido de inferioridade e de limitação.

No entanto, diante do avanço científico e tecnológico que tem facilitado o acesso à informação e aos movimentos sociais rurais, sobretudo os que lutam pelos direitos femininos, a visão de mundo das mulheres lavradoras, vêm se alterando ao longo do tempo, fato que foi constatado na presente pesquisa.

#### **4. A visão do mundo das mulheres do meio rural**

As produtoras rurais no norte mineiro saíram no mês de agosto de 2015, rumo à quinta “Marcha das Margaridas” saindo da cidade de Porteirinha, situada na região norte do Estado de Minas Gerais, rumo a Brasília. Aproximadamente 40 mulheres seguiram de ônibus fretado pelo sindicato e viajaram cerca de 810 quilômetros até chegar à capital federal para mostrar sua força e determinação na luta pelos seus direitos sociais e para se constituírem como sujeitos protagonistas da própria história. Fato novo para muitas mulheres que, até então, tinham baixa autoestima, eram subjugadas pela sociedade sexista e patriarcal que as relegava a meras coadjuvantes e seres invisíveis no meio rural.

As afirmações de Abramovay (2000:351) evidenciam os limites atribuídos às mulheres, sobretudo em relação ao acesso à terra, ao crédito, à assistência técnica, à capacitação profissional e a outros direitos civis e sociais, são corroboradas por duas entrevistadas: Maria de Lourdes<sup>[2]</sup>, uma pequena produtora rural de 52 anos, casada e mãe de três filhos, e que desde o início participa da “Marcha das Margaridas” e Maria Socorro que tem 46 anos, viúva, mãe de três filhos e que participa há cinco anos no movimento. As entrevistadas relatam o quanto participar na Marcha contribuiu para a sua mudança de vida e dão pistas das profundas alterações que aconteceram nas suas visões do mundo. Os desabafos visivelmente críticos e politizados revelam mulheres conscientes dos seus direitos, atentas a

---

2. Os nomes apresentados são fictícios a fim de preservar as identidades das entrevistadas.



uma agricultura sustentável e ecológica, alertas à situação precária dos pequenos produtores rurais e à falta de políticas públicas eficazes para a agricultura familiar, além de uma consciência crítica dos seus direitos:

As coisas têm que mudar porque assim a mulher precisa de formação, formação e formação e não e assim. Primeiro a formação é muito importante, mas chega um momento naqueles grupos que foram capacitados precisam de investimento. Do que adianta você está capacitado se você não tem dinheiro pra investir na sua formação? No Rio Pardo aconteceu isso e Taiobeiras o coletivo lá se posicionou assim é por ai e é desse jeito mesmo. (Maria de Lourdes. Coordenadora do Coletivo de Mulheres)

Eu digo que já melhorou muito, sabe? Principalmente a luta das mulheres já melhorou muito a situação. Têm os empréstimos, acesso ao crédito... deu uma melhorada, mas ainda falta muita coisa. Enquanto o governo investe 20 milhões na agricultura familiar, ele investe 200 milhões no agronegócio e destrói tudo que a gente faz. Eles produzem pros outros comerem, e eles querem comer o que nós produzimos. Então o governo tinha que investir mais no projeto sustentável. Mas, eles investem mais no agronegócio que está provado que não é um projeto sustentável. Destrói a terra, a saúde do ser humano... (Maria de Lourdes. Produtora Rural - Coordenadora do Coletivo de Mulheres do Norte de Minas Gerais)

Também nesses espaços a gente cresce muito, tanto quanto na melhor qualidade de vida e renda. É uma discussão que a gente faz também na questão política, hoje não entendemos muito da política, mas antes a gente era muito pior. Aí, a gente tem acesso no âmbito da política brasileira. Ajuda a despertar quanto aos nossos direitos e ajuda também nos nossos deveres, isso graças ao nosso coletivo e nossas Marchas e aí nós conseguimos diferenciar uma coisa da outra. O direito de ser cidadão, o direito de ir e vir e o direito das políticas públicas que antes a gente não conhecia e hoje a gente tem mais conhecimento. Temos que melhorar muito, ainda desejamos muito mais, isso melhorou muito depois de nossa participação. (Maria do Socorro. Produtora Rural)

Maria do Socorro, fala também com orgulho de uma das colegas que, já idosa, rompeu com a opressão imposta pelo pai, pelo marido, pela própria sociedade, pelo exaustivo trabalho doméstico e cuidados com os filhos, filiou-se ao sindicato

e hoje participa do movimento, dos eventos da igreja e, ainda assim, continua no trabalho da lavoura:

Você pode ver olha a idade dela com 67 anos está aqui, não é pra todas as mulheres da idade dela, mas ela está aqui. O pai dela não deixava sair, o marido não deixava ela sair e ainda é mãe de 10 filhos. Então, pra gente do movimento é um orgulho, você precisa saber das histórias de vida que ela conta, as musicas que ela canta é um orgulho. Nós somos de um assentamento de reforma agrária, e lá tem uma associação e uma igreja Nossa Senhora das Oliveiras. Nós organizamos a novena que está acontecendo lá, hoje é o quinto dia, no sábado vai ter uma festa. Nós estamos aqui hoje, e depois quando a gente chegar lá, vamos pegar no batente. (Maria do Socorro, produtora rural)

O discurso de Maria do Socorro, ao retratar a situação de sua amiga, proibida de sair de casa pelo pai e pelo marido, revelam traços das relações sociais conflituosas e antagônicas entre homens e mulheres, demonstrando que, também no meio rural, “a educação na família constitui um importante espaço de construção de gênero, onde os pais educam as meninas e os meninos para determinadas funções sociais, gostos, competências”, (Schwendler, 2002:2). Também, ao cuidar da casa, do marido e de dez filhos e continuar na labuta com a terra, a lavradora tem o seu trabalho duplicado, confirmando a tese de Quirino (2015:07), quando afirma que:

[...] na sociedade capitalista atual a mulher padece de uma dupla carga: a *opressão*, traduzida no preconceito e na marginalização pela sua própria condição feminina e por outro lado, na exploração econômica, por estar inserida na dupla jornada de trabalho como trabalhadora assalariada e doméstica” (grifos da autora).

Tal assertividade também retrata o posicionamento de Toledo (2007:2) quando ressalta que as mulheres “[...]. mantêm uma dedicação tanto no trabalho remunerado como no trabalho doméstico, e vivem por isso, uma grande frustração, mal-estar, insatisfação. Não mudam de posição na estrutura social, mas como que ocupam duas posições ao mesmo tempo.”

No entanto, Ana Beatriz, 65 anos, casada, do movimento, revela que pouco a pouco, além da alteração da visão do mundo que lhe dá clareza de seus direitos e de protagonismo na vida do campo, também a prática social dessas mulheres lavradoras vem mudando. O mesmo discurso é revelado por Maria José, 60 anos,

casada, com filhos, que hoje se sente “empoderada” para “bater de frente” com quem quer que seja que coloque em risco seus direitos

Mudou muito, nossa! A gente não tinha direito a nada, era só trabalhar. Só os maridos que tinham direitos. Isso mudou por enfrentar a luta da Marcha e da vida. Hoje isso mudou. Eu mesma era uma que só sabia trabalhar e no fim o marido não dá valor. Oh, moça, ele vai ter que entender que nós temos que lutar pra vencer na vida, se Deus quiser! (Ana Beatriz. Produtora Rural)

Ah... Pra mim mudou muitas coisas! Tive um conhecimento muito “aproveitativo”. Muitas vezes a gente não conhecia e não sabia dos direitos que a gente tinha. Às vezes, a gente ficava calada diante das situações, a gente não tinha como responder. Hoje, a gente tem um conhecimento e pode “bater de frente” com a situação. (Maria José, produtora rural)

Evidencia-se nesses poucos relatos que a vivência no movimento e os conhecimentos advindos dessa experiência têm levado as mulheres participantes da “Marcha das Margaridas” a mudarem a sua prática social, posicionando-se mais criticamente diante da realidade que as cercam. Isso deve-se às ampliações realizadas nas suas visões de mundo diante da constatação das inúmeras possibilidades que o mundo oferece além dos muros de suas casas.

## 5. A prática social das mulheres do campo

A expressão Prática Social e *Práxis*, na visão de Marx, pode ser atribuída, “em geral, a ação, à atividade livre, universal, criativa e autocriativa, por meio da qual o homem cria, faz e produz transformando seu mundo humano e histórico e decorrente a isso transforma a si mesmo. (Bottomore, 2001:460)”. Assim, o ser humano torna-se um ser da *práxis*.

“A palavra *práxis* é de origem grega, refere-se a todos os tipos de atividade que o homem livre tem a possibilidade de realizar, em específico a todas as atividades políticas”, (Lobkowitz, 1967:9 apud Bottomore, 2001:460), a qual Aristóteles procurou dar um significado mais preciso:

A sugestão é feita no contexto de uma divisão das ciências ou do conhecimento, de acordo com a qual há três tipos básicos de conhecimento, o teórico, o prático e da *poiesis* (o “produtivo”), que se distin-

guem pela sua finalidade ou objetivo: para o conhecimento teórico, o objetivo é a verdade; para conhecimento da *poiesis*, a produção de alguma coisa, e, para o conhecimento prático, a própria ação. Este último é, por sua vez, subdividido em econômico, ético e político. Assim, tanto pela sua oposição à teoria e à *poiesis*, como pela sua divisão em econômico, ético e político, o conceito de práxis em Aristóteles parece estar situado e definido de maneira bastante estável e segura. (Bottomore,2001:460)

Aristóteles fez essa dicotomia entre o teórico e prático, dividindo a atividade humana em dois ou três campos. Mais adiante, Francis Bacon deu destaque ao uso da práxis como aplicação de uma teoria. Nesse sentido, insistiu o teórico que o verdadeiro conhecimento só dá frutos por meio da Práxis.

Para Kant apud Bottomore (2001:461),

(1) a práxis como a aplicação de uma teoria, “a aplicação aos casos encontrados na experiência”, e (2) a práxis como o comportamento eticamente relevante do homem. O primeiro sentido é particularmente evidente em seu ensaio sobre a sentença: “Isto pode estar certo em teoria, mas não na prática.” O segundo conceito, muito mais importante para Kant, é a base de sua distinção entre a razão pura e a razão prática e da correspondente divisão da filosofia em teórica e prática.(Bottomore, 2001:461)

Assim, a prática e a teoria são categorias filosóficas. A prática social por sua vez, retrata o saber que o ser humano acumula no decorrer da sua trajetória de vida. Nesse processo, o ser humano pratica ações no mundo de fenômenos materiais por meio de sua consciência e capacidade de refletir.

Para Triviñus,

(...) o tipo de prática desenvolvida frente a um determinado fenômeno material, origina o reflexo na consciência, relativamente, semelhante no nível de complexidade, ao da prática desenvolvida frente a determinado fenômeno material.(Triviñus, 2006:122)

Ainda conforme o autor a práxis, ou a prática social, é uma unidade da teoria e da prática. Desse modo, o desenvolvimento da existência do ser humano como ser racional é no mundo material social.

Todavia, se o ser humano desconhecer a teoria não compreenderá a prática, como relata a produtora rural Maria S.:

Nós participamos do “Projeto das plantas medicinais”, dos remédios caseiros, mesmo na comunidade e no município Riacho dos Machado. Não procuramos farmácia mais! Hoje, nós temos um espaço que nós trabalhamos com a planta medicinal com a ajuda dos companheiros. Hoje, nós fazemos capacitação pra trabalhar com as plantas e a saúde da mulher. (Maria S. Produtora Rural)

A prática neste caso, refere-se à produção de necessidades básicas do grupo ou da comunidade estabelecendo uma relação entre práxis e conhecimento.

O Projeto Plantar Água é pra agricultura familiar, pra garantir a sobrevivência, para produzir mais alimentos. E as grandes empresas são assim, você planta água por um ano e as grandes empresas consomem a água em um dia. Por isso, este debate é uma modalidade nova preservar a água que você tem, aí essa história. Maria de Lourdes (Produtora Rural – Coordenadora do Coletivo das Mulheres de Minas Gerais).

O discurso da produtora rural reproduz a prática com caráter social e realiza funções para atender as necessidades da sociedade local.

### **Considerações finais**

Esse artigo evidencia que nos estudos teóricos as relações de gênero e a divisão sexual do trabalho são construtos simbólicos, culturais e materiais que permanecem ao longo do tempo e trazem em seu bojo a dominação masculina e a desvalorização do trabalho da mulher, quer seja no espaço doméstico ou no espaço público, nos meios urbanos ou rurais.

Não tão diferente da dupla jornada de trabalho realizada pelas mulheres do meio urbano, a mulher do campo também tem seu trabalho duplicado e, muitas vezes, a sua contribuição produtiva e econômica torna-se invisível na trama das relações sociais.

Os discursos das entrevistadas, mulheres lavradoras, subsumidas nas relações de trabalho, revelam em seu labor diário um trabalho duplicado ao cuidar da casa, do marido e, quase sempre, de inúmeros filhos, além de trabalharem no serviço pesado da lavoura. Relegadas a apêndices dos maridos, pais e filhos, essas mulheres são oprimidas pela sua condição feminina e exploradas economicamente quando o seu trabalho no campo não é remunerado e os seus direitos sobre

a terra, à capacitação profissional, ao crédito e a outros direitos, são negados, perpetuando as relações conflituosas entre homens e mulheres na sociedade.

Todavia, as lutas dos movimentos sociais, sobretudo a “Marcha das Margaridas” têm oferecido a essas mulheres oportunidades de aprendizagem e de socialização, promovendo alterações definitivas na consciência coletiva e em suas visões do mundo. Também são perceptíveis em suas práticas sociais, quando rompem com estereótipos e costumes arraigados e partem para a marcha, conscientes dos seus direitos e do seu papel de protagonistas da própria história e mudam cotidianamente seu modo de viver.

## Referências

- Abramovay, Miriam & Silva, Rocicleide da (2000) As relações de gênero na Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais (CONTAG). In: Rocha Maria Isabel Baltar (Org.) *Trabalho de Gênero: mudanças, persistências e desafios*. São Paulo: Editora 34, pp. 347-375.
- Bottomore, Tom (2001) *Dicionário do Pensamento Marxista*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Engels Friedrich (1977). *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*. 3.ª Ed. Trad. Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Fairclough, N. (2001) *Discurso e Mudança Social*. (Coord Trad.) Izabel Magalhães. Brasília.
- Fazenda, Ivani (2010) *Metodologia da Pesquisa Educacional/Ivani Fazenda (org.)* 12.ª ed., São Paulo: Cortez.
- Fernandes, Alessandra do Patrocínio (2010) *A Reforma Agrária, a mulher e a exclusão feminina: a “Marcha das Margaridas”, um exemplo de luta pela igualdade*. Disponível em <[www.cdn.ueg.br](http://www.cdn.ueg.br)> (Acedido em: 6 Abril 2015).
- Héritier, Françoise (1997) *Masculin/Féminin: la pensée de la différence*. Paris: Ed. Odile Jacob.
- Hirata, Helena Leite, Sérgio Cilani (1999) *Escola Rural: urbanização e políticas educacionais*. São Paulo: Cortez.
- Hirata, Helena (2002) *Nova Divisão Sexual do Trabalho: Um Olhar Voltado para Empresa e a Sociedade*. São Paulo: Boitempo, p. 336.
- Kérgeat, Danièle (2007) *Novas Configurações da divisão Sexual do Trabalho*, (v. 37, n.º 132):595 In: *Caderno de Pesquisa*.
- Melo, Lígia A (s/d) Injustiças de Gênero: o trabalho da mulher na agricultura familiar, Fundação Joaquim Nabuco. Disponível em: [http://www.spm.gov.br/arquivos-diversos/arquivos/integra\\_estudo\\_trabalho\\_mulher\\_agricola](http://www.spm.gov.br/arquivos-diversos/arquivos/integra_estudo_trabalho_mulher_agricola) (Acedido em: 10.07.2015).
- Melo, Elisabete Josefa de (2001) Gênero e Jornada de Trabalho em Assentamentos Rurais. (V.2, n.º 2, outubro). In: *Revista Pegada Eletrônica*.

- Pacheco, M. E. (2002). Sistemas de reprodução: uma perspectiva de gênero. *Perspectivas de Gênero: Debates e questões para as ONGs*. Recife: *GT Gênero – Plataforma de Contrapartes Novib / SOS CORPO Gênero e Cidadania*.
- Quirino, Raquel (2011) *Mineração também é lugar de mulher! Desvendando a (nova?!) face da divisão sexual do trabalho na mineração de ferro. Tese de Doutorado Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerias – UFMG*.
- Quirino, Raquel (s/a) *Divisão Sexual do trabalho, gênero, relações de gênero e relações sociais de sexo: aproximações teórico-conceituais em uma perspectiva marxista*. Disponível: <http://www.portal.fae.ufmg.br//seer/index.php/trabedu/article/viewFile/2532/1622>. (Acedido em: 24/09/2015).
- Schwendler, S.F.(2002) *A construção do feminino na luta pela terra e na recriação social do assentamento*. Disponível em : <http://www.landless-voices.org>, University of Nottingham: Inglaterra. (Acedido em: 27.05.2015).
- Toledo, Cecília (2008) *Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide*, 2.ª Edição São Paulo: Sundermann.
- Triviñus, A. S. (2006) *A dialética materialista e a prática social*. (v.12, n.º 2, 121-142), Revista Movimento, Porto Alegre.
- Velho, G. (1978) Observando o familiar In: Nunes, Édson de Oliveira (org.). *A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro, Zahar., pp. 26-46).





## **A construção do conhecimento a partir de narrativas biográficas em militâncias queer-feministas**

*Fernando Rosa*

*Maria José Magalhães*

### **RESUMO**

Este artigo analisa oito entrevistas narrativas com ativistas queer-feministas em diferentes organizações. Partimos de uma grelha teórica e metodológica que cruza variáveis que influenciam a natureza do conhecimento produzido no ativismo, como a origem social, a diversidade de contextos de intervenção ou a articulação da militância com outras esferas da vida social. As narrativas enunciam que a forma como os/as ativistas avaliam a transformação social está relacionada com campos de controlo simbólico (Bernstein, 1990) que percecionam em determinado momento da sua militância, quer com a análise que fazem da mudança social. A partir das narrativas do percurso ativista podemos explicar como se dão as experiências indutoras de conhecimento, ou seja, as interações que entrevistados/as estabeleceram em contextos de militância representam disposições para pensar, sentir e agir que funcionam enquanto aptidões necessárias para integrar e transformar a comunidade a que pertencem.

**PALAVRAS-CHAVE:** Feminismo; Queer; Entrevista narrativa; Conhecimento; Movimentos sociais

### **ABSTRACT**

This article analyzes eight narrative interviews with queer-feminist activists in different organizations. We use a multivariate theoretical and methodological grid, that influence the nature of the knowledge produced in activism, such as social origin, the diversity of intervention contexts or the articulation of militancy with other spheres of social life. The narrative analysis states that the way activists evaluate social change is related to fields of symbolic control (Bernstein, 1990) that they perceive at a certain point in their militancy, as well as their analysis of social change. From the narratives of the activist course we can explain how the experiences that induce knowledge are given, that is, the interactions that interviewed established in contexts of militancy represent dispositions for thinking, feeling and acting that work as aptitudes necessary to integrate and transform the community to which they belong.

**KEYWORDS:** Feminism; Queer; Narrative interview; Knowledge; Social movements

### **RÉSUMÉ**

Cet article analyse huit entretiens narratifs avec des activistes queer-féministes des différentes organisations. Nous partons d'une grille théorique et méthodologique que traversent des variables qui influent sur la nature des connaissances produites dans l'activisme, comme l'origine sociale, la diversité des contextes d'intervention ou l'articulation du militantisme avec d'autres sphères de la vie sociale. L'analyse des narratives indique que la manière dont les activistes évaluent le changement social est lié aux champs de contrôle symbolique (Bernstein, 1990) qui perçoivent à un moment donné dans leur militantisme ou l'analyse qu'ils font du changement social. De la narration des routes activistes on peut expliquer comment arrivent des expériences de connaissances, à savoir, les interactions que les répondants se sont installés dans des contextes de militance représentent des dispositions pour penser, sentir et agir qui fonctionne comme compétences nécessaires pour intégrer et transformer la communauté qu'ils appartiennent.

**MOTS-CLÉS:** Féminisme; Queer; Entretien narratif; Connaissance; Mouvements sociaux

## Introdução

A sexualidade é o elo de questionamento e rutura entre dois conceitos que inicialmente se forçavam simétricos, referimo-nos ao sexo e ao género. O questionamento da natureza biológica do sexo como definidor do que é ser homem e do que é ser mulher, bem como da natureza cultural do género marcada por um forte determinismo dos papéis sociais e identitários sexualmente determinados surgiu no aprofundar do conhecimento científico sobre o social (Cascais, 2004; Tavares, 2008; Rosa, 2010). Nos anos 60 e 70 do século xx, os movimentos feministas lançaram para o espaço das lutas sociais e políticas o reconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos para mulheres bem como o seu reconhecimento e proteção no mercado de trabalho e na esfera pública. Também nos inícios dos anos 70, depois da revolta de Stonewall, a cultura gay e lésbica torna-se pública através da marcação de um conjunto de símbolos identitários e da reivindicação de um conjunto de direitos sociais e culturais que implicam o que Almeida (1996) chamou de “viver em comum”. Posteriormente, nos anos 90 do século xx, vive-se no campo ativista e académico o impulso que questiona o carácter fixo das identidades sexuais e de género reivindicados pelas lutas sociais dos anos 60/70, onde destacamos o referencial teórico de Butler (1990), impulsor da teoria *queer* que questiona, entre outras questões, nomeadamente a existência de uma relação linear entre género, sexo e orientação sexual.

A história dos movimentos feministas, LGBT e *queer* está marcada por um conjunto de agências e discursos que determinaram a construção de saberes que colocaram em causa noções teóricas de diversas áreas científicas, como a medicina, a sociologia, a política, a economia e a epistemologia entre outras (Magalhães et al. 2008). A negociação dos significados do sexo, segundo Haraway (1991), acontece num contexto de lutas sociais e simbólicas, nas quais se posicionam certos discursos dominantes reguladores das relações de poder também através das práticas sociais. Por sua vez, Connell (1987) remeteu para o facto dos estudos existentes não nos fornecerem conhecimento suficiente para compreender a formação de modelos de resistência, sendo a sua maioria focados na dominação dos grupos ou identidades sujeitas ao poder, numa aceção que nos parece ainda atual.

Estes mecanismos são regulados por um campo de controlo simbólico, que é onde “tem lugar a criação, distribuição, reprodução e mudanças legítimas da consciência através dos meios simbólicos, isto é, de princípios de comunicação” (Morais e Neves, 2007:13). Segundo Bernstein (1990) o campo de controlo simbó-

lico é ativado por um conjunto de agências e agentes que controlam os meios, contextos e possibilidades dos recursos discursivos, neste caso, presentes na intervenção dos movimentos *queer* e feminista. São exemplos de agências as seguintes: reguladoras (religiosas, legais); reparadoras (serviços médicos, sociais, clínicas de orientação); reprodutoras (sistema escolar); difusoras (agências de comunicação); modeladoras (universidades, centros de pesquisa, fundações privadas) e executoras (administração pública, governo).

Embora Bernstein analise o conceito de agência como um espaço institucional público ou empresarial, o mesmo conceito pode remeter para a ação em função do/da agente, “que age”, “que opera ou atua”. Hoje, as mulheres, as pessoas LGBT e *queer* são pensadas como agentes participantes ativos e passivos que agem para a transformação do papel histórico da sua subordinação (Magalhães, 2003: 189). Assim, faz-nos sentido acrescentar a esta conceptualização as agências feministas-*queer*-críticas que atuam no campo de controlo simbólico com uma perspetiva transformadora e emancipatória.

“A «autonomização» e o poder de algumas mulheres [e pessoas LGBT ou *queer*] pode assentar na opressão de outras, como negras ou pobres, empregadas domésticas, migrantes, lésbicas, com deficiência” (Magalhães, 2003: 193). Precisamos, deste modo, olhar para a forma como os/as feministas e ativistas *queer* agem em solidariedade com as outras pessoas que estão socialmente em desvantagem, desconstruindo a ideia pré-concebida que a prática feminista e *queer* dá primazia às variáveis género e sexualidade em detrimento de outras estruturas de opressão, como por exemplo a classe ou a etnia. A agência feminista-*queer*-crítica coloca-nos fora da vitimização e da determinação e empurra-nos para o necessário conflito entre estrutura e ação coletiva e individual do ser humano, que nos permite lutar pela transformação social, considerar a atividade das pessoas subordinadas ao poder e participar na definição das agendas políticas (Magalhães, 2003:196). Dar a oportunidade a comunidades desprivilegiadas de contar as suas histórias, na linha do que Plummer (1995) chamou de *storytelling*, pode ser um projeto político de agência que permite perspetivar o conhecimento como veículo de mudança social. Estudar a narrativa de um percurso biográfico de um/a ativista *queer* e/ou feminista permite-nos criar uma tensão com a presunção de neutralidade académica que inviabiliza o papel do corpo e da experiência genderizada na construção do conhecimento (Yañez, 2011). Conforme referiu Smith (2005), o relato das experiências vividas remete-nos para as relações sociais e para a organização

social em que a pessoa que narra está imersa. O nosso objetivo não é perceber a verdade sobre os factos narrados mas sim descrever o tipo de organização social e compreender as subjetividades de onde emergem as atividades narradas. Estudar a narração do percurso de resistência trata-se, em nosso entender, de dar conta dos saberes que foram sendo construídos através da consciência dos modelos de dominação e das várias formas de apropriação dos discursos. Dar voz aos/às agentes feministas, LGBT e *queer* recorrendo às suas memórias, que se materializam através do diálogo, é poder tornar a subjetividade das suas experiências em produto do conhecimento através do ato de narrar. Trata-se de trazer para o centro da discussão académica não só uma conceptualização teórica mas também uma metodologia feminista e *queer* que desvende a forma como a experiência genderizada e sexualizada se transforma em voz, que, mediada pela consciência e pelas práticas sociais, questiona e procura inverter as relações de poder e de dominação que as pessoas por nós entrevistadas procuram combater.

A interação e a ação que caracterizam as performances dos movimentos feministas e *queer* atualmente surgem mais como um espaço de construção da autonomia sexual e de género e não apenas como expressão de traços identitários, como sucedeu nos anos 60/70 do século passado (Butler, 2012). Tomamos como exemplo quatro reivindicações legais recentemente debatidas na sociedade portuguesa, para os direitos das mulheres e pessoas LGBT. No campo dos direitos reprodutivos, a reprodução medicamente assistida passou em 2016 a estar acessível a mulheres solteiras e casais de lésbicas. No que se refere a pessoas transexuais e transgénero, as reivindicações do movimento trans\* passam pela despatologização da identidade de género quer no enquadramento legal quer na prática clínica, tendo deixado a cirurgia de resignação do sexo de ser uma condicionante para a mudança legal do nome e do sexo nos documentos de identificação em 2011 (Saleiro, 2013). Quando falamos de violência doméstica ou no namoro, apesar de as mulheres serem referidas oficialmente como a categoria onde o número de vítimas é mais expressivo, dificilmente este tema é abordado pelo movimento feminista e/ou LGBT sem referir que esta realidade marca também os casais do mesmo sexo. No que se refere ao assédio sexual verbal sobre as mulheres no espaço público, dificilmente um/a ativista *queer* aborda o tema sem referir a especificidade da violência a que estão sujeitas as pessoas trans\* que é praticamente invisível nos discursos político-partidários ou na comunicação social, assim como o assédio sexual a gays e lésbicas sobretudo nos contextos de trabalho.

Apresentamos quatro exemplos da forma como o gênero, sexo e orientação sexual estão interseccionados nas novas reivindicações do movimento feminista e *queer*, mas também da resistência face às lógicas de produção dos discursos e das relações de poder que os medeiam, na medida em que onde existem vozes existem também silenciamentos. São também esses silêncios que nos importa significar através das narrações de ativistas *queer* e/ou feministas, mais precisamente a forma como, recorrendo à memória, vêem as suas vozes e os seus silêncios emergir e desaparecerem a partir das experiências da ação militante e das suas disposições sociais (Lahire, 2005; Nunes et al., 2016). As disposições sociais referem-se à forma como o indivíduo pode ser definido como uma realidade social, caracterizada por sua possível (provável) complexidade disposicional, que se manifesta na diversidade dos domínios e práticas onde inscreve as suas ações. Segundo Lahire (2002: 3), podemos entender o conceito de disposições sociais do seguinte modo:

(...) cada indivíduo é de qualquer modo o dispositivo de disposições para pensar, sentir e agir que são produto das suas múltiplas experiências socializantes, mais ou menos duráveis em diversos coletivos (...) o indivíduo não é reduzível ao seu protestantismo, à sua pertença de classe, ao seu nível de cultura ou ao seu sexo (...) ele [e ela] é definido por um contínuo de suas relações, compromissos, separações e propriedades, passadas e presentes.

Este trabalho procura responder às seguintes questões: Porque adere uma pessoa a ser ativista de um movimento social, por exemplo feminista e/ou *queer*? Como percebem os/as feministas e ativistas *queer* a transformação da experiência vivida em conhecimento que possa ser validado enquanto experiência pedagógica?

Para Trujillo (2008), que estudou 30 anos de mobilização lésbica no Estado Espanhol, é quase unânime que a mobilização ativista se relaciona com a necessidade de construção de uma identidade coletiva, partilha de interesses comuns, experiências e solidariedades entre os seus membros. Santos (2005; 2013), que estuda os movimentos LGBT e *queer* em vários países do sul da Europa, refere que os movimentos sociais surgiram para questionar os valores e as normas tradicionais através de formas de participação política não-convencional. Qualquer uma destas asserções remete-nos para o/a ativista feminista e/ou *queer* que está envolvido numa rede de relações onde são exercidas práticas e discursos que estimulam a construção de um conhecimento a partir da experiência quer individual quer coletiva (Rosa, 2013). Nos ativismos *queer* e/ou feministas, tornam-se relevantes

não só as interações que se estabelecem entre ativistas no movimento ou associação onde atuam, mas também os produtos que resultam dessa ação coletiva, ou seja as formas de agência que assentam num carácter dialógico com os recetores da mensagem, que podem ser, entre outros, os agentes de decisão política, outros movimentos sociais ou a opinião pública.

### **1. Metodologia: a entrevista narrativa para a reconstrução de memórias e experiências queer-feministas**

O projeto de pesquisa, de que este artigo faz parte, conjugou uma triangulação de métodos, que incluem: a) uma etnografia/observação participante no projeto Mudanças com Arte II, concebido pela UMAR e desenvolvido junto de jovens de escolas básicas e secundárias da área metropolitana do Porto, para a prevenção da violência de género e promoção de uma cultura para os direitos humanos; b) análise documental, que consiste na análise dos materiais pedagógicos e de intervenção produzidos para a intervenção do projeto Mudanças com Arte II, bem como os produzidos pelos jovens estudantes formados por esta intervenção; e c) dez entrevistas narrativas a ativistas queer e/ou feministas, baseadas numa grelha teórica e metodológica multivariada e interseccional (Crenshaw, 1993, Lahire, 2005) que permitiu cruzar várias variáveis, que influenciam a natureza do conhecimento produzido no ativismo, como a origem social, a diversidade de contextos de intervenção e a articulação da militância com outras esferas da vida social.

O trabalho aqui apresentado centra-se na dimensão biográfica da pesquisa, assentando na entrevista narrativa e na análise com base numa grelha teórico-metodológica multivariada e interseccional para, através da voz dos/as ativistas entrevistados/as, e sem pretensões de generalizações coletivas, poder extrair de cada voz um (ou mais) dispositivo(s) pedagógico(s) adquirido(s) pela experiência individual. Segundo Magalhães et al. (2012: 2):

(...) uma grelha teórica, epistemológica e metodológica multivariada e interseccional, que possibilite uma análise da influência do cruzamento de vários processos como a “raça”, o género, a classe, a sexualidade e a idade na vida das mulheres (...) evita o reduto biológico em que assenta o essencialismo, bem como a estereotipia das identidades (...) propondo uma leitura do género para além do género. Assim, a análise interseccional faz-se por via do reconhecimento da pluralidade dos processos que condicionam a discriminação, sendo o género apenas um desses processos.

Neste sentido, este trabalho socorre-se do método da entrevista narrativa como uma ferramenta não-estruturada que visa a profundidade de aspetos específicos a partir dos quais emerge o percurso biográfico de uma militância *queer* e/ou feminista. O objetivo da entrevista narrativa é estimular os/as entrevistados/as a reconstruírem o percurso de ação individual, desde que aderiram ao ativismo feminista/LGBT ou *queer*, tentando reconstruir os acontecimentos mais importantes a partir da memória (Magalhães, 2012; Muylaert, et al., 2014), que neste caso foi feito através da recolha de depoimentos com recurso ao áudio, ao qual se seguiu uma transcrição e edição antes de tornar público o produto final. Ricoeur (2004) distingue três fases na transformação da memória em história: i) a fase documental em que há uma declaração do que o narrador tem em arquivo; ii) a fase da explanação ou comparação, onde o narrador reflete porque as coisas aconteceram desse modo e não de outro; iii) a fase *représentance* em que há a construção do discurso que é oferecido aos leitores da história.

Neste caso, as entrevistas realizadas são usadas no âmbito de um projeto mais amplo que pretende analisar os papéis desempenhados pelos movimentos *queer* e/ou feministas enquanto agentes de produção de conhecimento na sociedade atual, bem como o tipo e modos de produção de conhecimento que protagonizam estes movimentos sociais.

Para este trabalho apenas dispomos de oito entrevistas, estando duas em agenda à data da comunicação que originou este trabalho. A partir das entrevistas, é possível a (re)construção de narrativas que nos permitem aceder às memórias (d)e experiências de produção de conhecimento nos percursos de ativismo. Partimos da noção que cada experiência individual é formada a partir das relações que estabelece no contexto da ação coletiva, conjugada com as várias disposições sociais onde o/a feminista ou ativista *queer* se posiciona (Lahire, 1998; 2002; 2005; Nunes, 2016). Cada ativista é visto/a no contexto da investigação como especialista, que partilha com o investigador a sua experiência individual sobre a ação feminista e/ou *queer*. A experiência de cada ativista é construída por meio de um dispositivo de ação que vemos simultaneamente como um dispositivo pedagógico onde se produz e reproduz saber, que na entrevista procuramos analisar através da voz do/a ativista que narra o seu próprio percurso biográfico.

Arnot e Reay (2007) distinguem voz e mensagem no discurso pedagógico, na medida em que a voz equivale à noção de gramática ou registo e a mensagem corresponde à fala, ou seja, aquilo que depois de conhecidas as regras da sua cons-



trução conseguimos entender e materializar. Conforme nos refere a teoria do código linguístico proposta por Basil Bernstein (1981), a voz representa as regras de reconhecimento do discurso pedagógico, enquanto a mensagem representa o uso dessas regras em contextos particulares, ou seja a realização. A voz de uma determinada categoria social, como o discurso acadêmico, as categorizações de gênero, a gíria profissional, entre outras, é constituída por regras discursivas que legitimam as formas de comunicação dentro da mesma categoria social e entre categorias sociais. São o que chamamos de regras de poder e regras de controle, onde as primeiras definem a distribuição do poder dentro da sociedade e as segundas os princípios onde assentam as relações sociais.

Pensamos neste sentido o conhecimento obtido no ativismo *queer* e feminista como sendo um conhecimento pedagógico uma vez que se identificam nos movimentos sociais regras de distribuição, de recontextualização e de avaliação que também atuam no aparelho educacional (Morais e Neves, 2007:11). Conforme indicámos acima, a história do movimento feminista, LGBT e *queer* tem-se pautado por um questionamento das categorizações biológicas e sociais que tem servido para definir o sexo, o gênero e a orientação sexual, bem a reivindicação que o Estado passe a reconhecer uma maior autonomia sobre o corpo e o gênero no que se refere aos direitos sexuais, reprodutivos e de identidade de gênero. Neste sentido a experiência vivida é norteadada por regras de poder e controle que são emanadas dos discursos institucionais e normas sociais que influenciam diretamente a forma como se dá a reprodução cultural. No entanto as normas sociais vigentes não influenciam exclusivamente a forma como se dá a reprodução cultural uma vez que o discurso educacional ou o discurso dos movimentos sociais acontece num contexto específico de conflito, resistência e inércia entre os agentes políticos acabando por sofrer uma recontextualização. A recontextualização no caso do discurso educacional está dependente do tipo de escola, de professor e de prática pedagógica e nos movimentos feministas ou *queer* podemos aferir que está dependente quer da própria identidade de gênero do ativista quer das áreas de atuação e dos modos como intervêm na sua militância.

O conhecimento das regras discursivas representam uma coisa e sua realização num contexto local podem representar outra, na medida em que conhecimento não implica o seu uso contextual. Segundo Bernstein (1990), o código reflete e regula as relações de poder dentro da sociedade, identificando os seguintes conceitos no discurso pedagógico:

- Código restrito, mais característico das classes trabalhadoras, é composto por estruturas gramaticais simples, poucos recursos de subordinação e/ou adjetivação, e simultânea integração com recursos não-verbais de expressão;
- Código elaborado, característico da classe média, composto por uma gramática complexa e precisa, orações subordinadas, verbos na voz passiva, diversidade de adjetivos e advérbios;
- Classificação, que representa o grau de manutenção de fronteiras entre categorias (professores, alunos, espaços, família, conteúdos, etc.);
- Enquadramento, que reflete as relações sociais entre categorias bem como a comunicação entre elas.

Segundo Bernstein (1981, 1990), o déficit de sucesso educativo tinha uma relação direta com a divisão social do trabalho e explicava o déficit educativo das crianças da classe trabalhadora com o fato das mesmas possuírem um código restrito e o currículo escolar oficial ser constituído por um código elaborado. Deste modo, fazendo uma transposição para o conceito de “códigos de género”, proposto por Arnot (2002), pretendemos distinguir, nas diferentes entrevistas narrativas, princípios de classificação de género, que reflitam sobre as regras de poder e de controlo a que cada pessoa na sua expressão individual e ação coletiva está sujeita. Presumindo que os/as ativistas feministas e/ou *queer* atualizam o seu código de género à medida que a narrativa da experiência narrada avança cronologicamente, pretendemos compreender se e quando existe a passagem de um código restrito para um código elaborado na conceção bernsteiniana, funcionando assim o ativismo como dispositivo de conhecimento pedagógico. A ação feminista e/ou *queer* pode ser atualizada e multiplicar as suas categorias na medida que em que a dimensão categórica do ativismo estabelece relações com outras dimensões da vida social dos/as ativistas, com os seus hábitos culturais, relações familiares e relações de trabalho.

Este artigo reclama assim da Educação a importância de se transporem os muros da escola, da família, do trabalho, do lazer e os ativismos feminista, LGBT e *queer* assumem-se como dispositivos pedagógicos que permitem articular a relação entre a experiência do género, da sexualidade ou da educação sexual com a sua exclusiva remissão histórica para os discursos da família, da igreja ou das

instituições médicas. O ser humano numa perspectiva crítica feminista e *queer* ao nos remeter para o seu percurso ativista passa a ser visto como um ser individual que faz parte de um “universo singular” (Magalhães *et al.* 2008) mas que nos descreve em síntese um sistema social sobre o qual evoluiu ativamente através do que reconhece da sua experiência de vida.

A arena de produção de significados no ativismo feminista ou *queer* ocorre num campo de controlo simbólico onde a língua, a linguagem e o texto são por norma sexistas, racistas e classistas, onde o género e a sexualidade existiam no domínio do privado e a escola atuava no domínio público. O conhecimento emergente neste contexto socorre-se de um discurso pedagógico na medida em que tal como na escola é um discurso que resulta da convergência de diferentes sujeitos, reconhecidos em sua individualidade mas que se diferencia do discurso pedagógico oficial por emergir do que Paulo Freire chamou de “os silenciados da história” (Magalhães *et al.* 2008:3).

As narrativas do percurso de vida em militâncias feministas, LGBT ou *queer* são neste sentido relatos de conhecimento pedagógico, mas um conhecimento pedagógico que é específico na subversão e desafio crítico às formas de conhecimento historicamente padronizadas, transpondo da arena privada para a arena política-pública as recontextualizações que operaram sobre os sentidos do género e da sexualidade na experiência vivida

## **2. Caracterização geral das narrativas feministas e/ou queer**

Neste trabalho, como atrás foi dito, recorreremos à entrevista narrativa de oito pessoas que participam ou participaram em uma ou mais associações ou movimentos sociais feministas, LGBT e/ou *queer*, com pelo menos 3 anos de atividade militante. Pretendemos traçar uma narrativa temporal que permite identificar perceções sobre as mudanças ao nível individual e no contexto de intervenção do seu ativismo. Entrevistamos 3 homens e 5 mulheres, sendo que um dos homens se identifica como transgénero e as restantes pessoas como cisgénero. Dentro das áreas específicas onde tem exercido o seu ativismo, as respostas foram sempre interseccionais, na medida em que, apesar de existir uma ou outra área de intervenção mais específica, acabam por se relacionar ativamente com outras reivindicações subjacentes ao posicionamento político em sentido mais amplo decorrente das alianças que vão estabelecendo ao longo do percurso ativista. No conjunto das pessoas entrevistadas, temos intervenientes em áreas de intervenção tão diversas

como: LGBT, *queer*, feminismos, poliamor, direitos sexuais e reprodutivos, direitos das mulheres, identidade de género e direitos trans\*, IST's, entre outras, que foram menos marcadas pelo discurso mas que também se cruzaram no percurso de intervenção destes/as feministas e ativistas *queer*.

Os/as ativistas foram selecionados de forma a tentar diversificar as associações onde intervém atualmente, mas também no que se refere ao fator geracional, pelo que o intervalo de idades das pessoas entrevistadas varia entre os 23 e os 60 anos de idade. No que se refere à profissão dos/as entrevistados/as, temos profissões como professor/a, tradutor/a, editor/a, estudante ensino superior, psicólogo/a, gestor/a. A profissão não foi um critério para a seleção das pessoas a entrevistar, tendo sido apenas desvendada no decorrer das entrevistas e algumas delas *a posteriori* por termos esse dado em falta para a caracterização da amostra. No entanto, podemos verificar, à partida, que acabamos por entrevistar pessoas com formação superior e que trabalham ou atuam dentro das chamadas profissões intelectuais e científicas.

Género	Homem Cis	Homem Trans	Mulher Cis	Homem Cis	Mulher Cis	Mulher Cis	Mulher Cis	Mulher Cis
Orientação Sexual	Gay	Bissexual	Lésbica	–	Bissexual	Heterossexual	Heterossexual	–
Áreas base de intervenção	LGBT Queer	Trans* Queer LGBT	LGBT Queer Lésbica	Poliamor Feminismo Queer	LGBT Queer IST's	Feminismo Mulheres LGBT	Feminismo Direitos das Mulheres	Feminismo Direitos das Mulheres
Tempo médio de ativismo	20 anos	5 anos	25 anos	10 anos	10 anos	15 anos	15 anos	40 anos

**Quadro 8.1** Caracterização social das entrevistas narrativas

### 3. As origens da militância *queer* e /ou feminista

Começámos por perguntar a cada entrevistado/a quais tinham sido as origens da sua militância, nomeadamente como viam, na época, o seu contexto familiar, cultural, político e identitário. A intenção era percebermos porque é que cada uma dessas pessoas discriminadas socialmente em função do género, identidade de género ou orientação sexual em determinado momento decide agir social e politicamente. Seguidamente, pedíamos que a/o nossa/o entrevistada/o narrasse o seu

percurso até à atualidade, referindo as mudanças mais marcantes na sua trajetória individual e nos seus contextos de intervenção, quer enquanto experiência pessoal quer enquanto experiência coletiva.

As entrevistas decorreram ao ritmo dos/das entrevistados/as, servindo o entrevistador apenas como mediador que procura recentrar a cronologia que caracteriza a narrativa. A duração das entrevistas variou entre uma e três horas. Resultou das entrevistas um material vasto e muito rico, na medida em que cada experiência narrativa é irredutível, tendo de ser analisada por si mesma, antes de serem levantadas hipóteses mais generalistas. Para esta comunicação, procuramos retirar das narrativas aquelas experiências individuais que nos permitam explicar as disposições para o ativismo enquanto dispositivo pedagógico, através de três pontos: a origem da militância; a experiência da mudança; a relação com outros contextos de intervenção como os hábitos culturais, família ou trabalho.

#### **4. Origens da militância**

Acerca das situações narradas identificadas como tendo estimulado a entrada num percurso de militância, destacamos as seguintes transcrições:

Ambos os meus pais provinham de contextos familiares conservadores (...) mas qualquer deles tinha, à altura, atividade e ideias de extrema esquerda, e claro que isso influenciou a minha educação - desde muito cedo tive noção da diferença entre esquerda e direita, interessava-me pela política, tentava formar opinião. (Homem, gay)

A minha mãe participou na JCP quando eu era criança. Portanto eu vivi ao pé livros (Lenine, Marx, etc) e ela sempre me foi dando um bocado disso. Por outro lado, a minha mãe era atea e eu o meu irmão não fomos batizados, mas vivíamos ao pé da igreja e sempre nos confrontamos muito com a questão igreja e com o sermos filhos do diabo. (Homem trans\*, bissexual)

Tive um final de adolescência muito complicado como lésbica, porque morava em Esposende. Fui sempre assumida junto dos meus amigos, desde o liceu. Foi no liceu que vi os primeiros filmes de temática gay e lésbica (nos anos 80). Na faculdade, mais tarde, senti-me integrada, apesar de não conhecer pessoas ou movimento associativismo gay e lésbica. Fui para a associação de estudantes, fui presidente e fui vice-presidente, e fiz um trabalho de sistematização de informação. (Mulher, lésbica)

Vim de uma família de testemunhas de jeová. Sempre me senti excluído, porque havia uma série de coisas ligadas a datas e feriados que não fazíamos na escola. Sempre me senti excluído, como se não fosse filho de Deus. Por outro lado, sempre fomos preparados para argumentar (...) tive momentos de avaliação sobre como comunicar, como colocar a voz, tive uma disciplina de métodos de trabalho. (Homem, poliamor)

Com 13 anos, já sabia que não era heterossexual, mas aos 15 anos tive uma vontade, não de ter militância política, mas de conhecer pessoas como eu. (...) Tinha uma sensação de isolamento e não pertença, e foi a partir de uma notícia sobre homossexualidade na televisão, em que aparece alguém do Clube Safo a falar sobre o associativismo LGBT, que decidi procurar uma associação. Enviei um email para lá, onde fui encaminhada para um fórum online. Era a “rede ex aequo”, onde me inscrevi e comecei a participar no fórum. (Mulher, bissexual)

Nunca tive qualquer participação política até vir para Portugal aos 20 anos. Comecei a participar nas Assembleias Magnas na Universidade de Coimbra, era um sítio onde se tomavam decisões políticas. Fui parar a Associação Não te Prives, por acaso, para ajudar uma amiga lésbica que se queria aproximar da associação (...) e, na altura, isso contagiou-me. Era o espaço que eu procurava para me envolver desde os meus 18 anos, e não tinha encontrado até àquela altura. (Mulher, heterossexual)

Vim para Portugal para encontrar uma vida melhor. Era formada em Gestão, mas cheguei a um outro país onde sofri violência institucional. Desempregada, tentei fazer um trabalho voluntário, em Universidades, mas fui recusada, mesmo de graça. Então eu sofri a perceção da violência. A violência para trabalhar, a violência de ser ilegal, uma experiência fortíssima que não conhecia, a violência de ter perdido a guarda do meu filho, que ficou no Brasil. E nessa perceção da violência comecei a me voluntariar para ajudar outras mulheres, na Igreja, que foi onde me deram uma sala e comecei a trabalhar, antes de fundar a Associação. (Mulher, heterossexual)

Despertei para a participação muito antes do 25 de Abril, porque tive uma participação muito ativa ligada a grupos de jovens, nomeada-

mente dos jovens não queriam ir para a guerra. O meu namorado decidiu desertar e eu acabei por ir também como refugiada política para a Bélgica. Quando regresssei, em setembro de 74, havia o anúncio de uma manifestação silenciosa de direita (...) Estas coisas acabaram por despertar em mim o interesse por essas coisas que se prendem com a discriminação das mulheres, as desigualdades, a mobilização das mulheres, porque diziam que elas não participavam. (Mulher)

Constata-se em todas as oito narrativas uma predisposição para o ativismo decorrente do contexto, nomeadamente: Formação política na família de origem; Participação religiosa que fomenta a argumentação e a experiência da diferença; Isolamento decorrente de uma perceção da diferença sexual ou de género; Participação em associativismo político decorrente da época e contexto pessoal;

Estas participações políticas, literárias, associativas e religiosas, permitiram aos/as ativistas perceberem, de forma individual, regras hierárquicas de poder e de controlo dentro da sociedade, bem como questionar as categorias sociais que definem essas regras — mulher, gay, lésbica, trans\*, imigrante, ilegal, minoria religiosa. Ou seja, a perceção de regras hierárquicas de poder e de regras classificatórias de controlo permitiu a cada uma destas pessoas transpor para a sua identidade pessoal a necessidade de intervir fora dos contextos onde eram oriundas e onde o seu género, a sua sexualidade, as suas formas de se relacionar afetivamente eram invisíveis ou marginalizadas. Esta experiência vai de encontro ao que Bernstein (Bernstein, 1996; Bernstein and Salomon, 1999; Bernstein, 2001, Neves et al., 2000, Mainardes e Stremel, 2010) chama de controlo simbólico. Neste sentido, controlo simbólico constitui o meio pelo qual o/a agente com a sua consciência se posiciona na arena da produção de significados, através de diferentes formas de comunicação que estão impregnadas de relações de poder e categorias culturais dominantes. Nestas narrativas, os códigos de género estavam restritos uma vez que a ação política era exercida noutros contextos, alguns deles incompatíveis com uma agência feminista ou *queer*. Segundo Bernstein (1981), a existência de um código elaborado à partida, que pode ser adquirido através da educação formal mas também da participação em organizações sindicais, políticas ou religiosas, permite o desenvolvimento de um código elaborado noutros contextos, uma vez que garante um maior questionamento das categorizações fixas apresentadas, o que explicava o sucesso educativo da classe média em comparação com a classe trabalhadora. Em outros casos, a ação política era apenas interior, fixada na vontade de saber, como

o caso da entrevistada que aos 13 anos tinha a necessidade interna de conhecer pessoas suas semelhantes.

As narrativas foram explanadas a partir da memória, o que nos permite identificar um cuidado na linguagem por parte dos/das narradores e narradoras que utilizam uma linguagem bastante precisa e de questionamento das categorias que definem o género, a sexualidade e as relações afetivas. O discurso dos/das ativistas apresenta uma clara redução das fronteiras entre as categorias definidoras do género, da sexualidade e dos afetos indo de encontro à fragmentação e interseccionalidade que caracterizam os feminismos-*queer*, aumentando o campo de intervenção e a necessidade de intervir nas margens das várias categorias e nas tensões que existem nas relações que estas estabelecem entre si.

## 5. Experiência(s) de mudança

A participação em movimentos sociais foi descrita como proporcionando diversas experiências de mudança. Das narrativas, destacamos as seguintes transcrições:

O meu ativismo foi-se diversificando com o tempo. Porque estava integrado num partido de extrema-esquerda, tinha ideias políticas abrangentes e muita capacidade de ligação entre causas, mas acabei por me interessar normalmente por questões que não estavam à partida resolvidas, minorias dentro das minorias, pontes que estavam por fazer. Empenhei-me na construção das primeiras associações e eventos públicos do movimento lgbt emergente. Tentei ligar os grupos lésbicos que existiam — Clube Safo, grupo de mulheres da ILGA, as lésbicas que participavam no GTH — com a UMAR. (Homem, Gay)

(...) estive em algumas reuniões da “rede ex aequo”<sup>[1]</sup>. Participei muito no fórum da “rede ex aequo”. Na altura, tinha grandes problemas de socialização e foi complicado dar esse passo. Mas a partir daí, comecei a investigar mais sobre trans\*. Foi uma altura em que fiz um trabalho sobre o que era ser transgénero. Descobri o que era a patologização e que havia a campanha pró-despatologização. Fui a

---

1. A rede ex aequo é uma associação de jovens lésbicas, gays, bissexuais, trans, intersexo e apoiantes com idades compreendidas entre os 16 e os 30 anos em Portugal. Tem como objetivo trabalhar no apoio à juventude lésbica, gay, bissexual, trans ou intersexo e na informação social relativamente às questões da orientação sexual e identidade e expressão de género. A associação tem grupos de jovens locais de apoio, dispersos pelo país.” (link para o site da associação: <https://www.rea.pt/>).



um evento das “panteras<sup>[2]</sup>” por causa da despatologização trans\* e percebi o que pretendiam porque já tinha pesquisado sobre as Panteras antes. (Homem, trans, bissexual)

Sempre me interessei mais pelo movimento *queer* e lésbico. Acho que atualmente há mais diálogo institucional entre as associações feministas e queer, tem havido mais gente a assumir-se como lésbicas e como feministas. E há um ponto que é importante em termos académicos, a grande teórica do género, a Butler, é lésbica, e também ajudou o movimento a juntar essas lutas. No entanto, acho que existe um movimento LGBT mais clássico que vai continuar a recusar-se a trabalhar com os desvios, por ser um movimento LGBT de classe, que não vai querer ser contaminado pelas margens. A burguesia pacificou-se com os direitos que conseguiu adquirir porque eles próprios já não se sentem discriminados. (Mulher, lésbica)

O primeiro desgosto que eu tive com a “rede ex aequo” foi por não tomar posições políticas sobre questões que não fossem exclusivamente LGBT. Neste caso concreto, foi não tomar posição sobre a questão do aborto. Eu queria fazer outras coisas, não queria estar condicionada por uma direção ou posições de uma direção, então aproximei-me das Panteras, comecei a participar num partido político, e fui para o GAT<sup>[3]</sup>. (Mulher, bissexual)

O poly<sup>[4]</sup> deu uma rede de apoio social em que não ouvia o que os meus amigos me diziam: “se estás com problema na relação passa a ser monogâmico que isso passa”, que não era o que eu queria ouvir. E a rede, o grupo, que foi constituída nos primeiros anos, então, aos

- 
2. “As Panteras Rosa (Frente de Combate à LesBiGayTransFobia) são um movimento coletivo e sem hierarquias, que aposta numa democracia radical e na acção directa contra as discriminações e agressões de que é alvo a comunidade LGBT. As Panteras Rosa denunciam o heterossexismo e o primado do patriarcado e da heterossexualidade como parte de um sistema político que cria diferenciações sexuais e de género binárias para determinar desigualdades sociais e opressões de todo o tipo, desde o racismo ao machismo, à opressão de classe.” (Link para o blog do coletivo: <http://panterasrosa.blogspot.pt/>).
  3. “O GAT - Grupo de Ativistas em Tratamentos, fundado em 2001, é uma estrutura de adesão individual e cooperação entre pessoas de diferentes comunidades e de diferentes organizações, afetadas pelo VIH e SIDA.” (Link para o site da organização: <http://www.gatportugal.org/>).
  4. “PolyPortugal é um grupo de discussão e apoio para pessoas que se interessam por e/ou praticam o Poliamor. Alguns dos membros interessam-se também por tornar ativamente a sociedade mais amigável para com o Poliamor em particular e para com a diversidade em geral.” (Link para o blog do grupo: <http://polyportugal.blogspot.pt/>).

poucos e poucos, os meus conhecimentos sobre ativismo e a minha capacidade de me envolver começou a crescer por pessoas já ligadas ao ativismo LGBT, que traziam a sua vivência para cá, porque tinha comigo pessoas que me proporcionavam a hipótese de participar. (Homem, poliamoroso)

Constatou-se, embora com as especificidades únicas de cada narrativa, uma passagem de um código restrito para um código elaborado (Bernstein, 1990) no que se refere aos conceitos associados à experiência *queer*-feminista de cada ativista, algo que não se verificava quando narraram a origem da militância. É usada terminologia mais diversificada e fica clara a necessidade de contextualizar politicamente as experiências e avaliações no contexto da agência política onde intervêm ou intervieram. Esta contextualização é mais evidente no entrevistado que teve a necessidade de estabelecer relações entre as várias associações que tratavam dos direitos das mulheres. A importância do diálogo entre categorias é bem evidenciada neste excerto, nomeadamente a partir daquilo que são duas categorias sujeitas a regras hierárquicas de poder, o conceito mais generalista do que é ser mulher, e, dentro deste conceito, a especificidade de se ser mulher e lésbica. Esta referência também é evidenciada pela entrevistada que refere a importância de mais mulheres a assumir-se como mulheres e como lésbicas, ou seja, a importância de trabalhar nas tensões entre as categorias está patente no percurso dos/das ativistas.

Várias agências foram encontradas de um ou outro modo no percurso biográfico da narrativa dos entrevistados e das entrevistadas e estão diretamente relacionadas com os contextos onde atuam. Assim, se foi a consciência do campo de controlo simbólico que impulsionou os/as ativistas a agir militantemente, foi a interação coletiva que impulsionou a formação da consciência de novas formas de controlo simbólico, como a agência feminista-*queer*-crítica, proporcionando ao/à ativista novas formas de ação que impulsionam a mudança em contextos e categorias para além das que estiveram subjacentes à origem da sua militância feminista e/ou *queer*. Ou seja, o desenvolvimento pessoal impulsiona a necessidade de desenvolvimento coletivo e vice versa. O código elaborado (mais categorias) vem acompanhado de uma necessidade de menor classificação e enquadramento das mesmas e do seu constante questionamento que produz conhecimento.

## **6. Relação com outros contextos de intervenção, hábitos culturais, família ou trabalho**

No que diz respeito à relação com outros contextos de intervenção e outras dimensões da vida social, destacamos os seguintes excertos das narrativas:

No trabalho, sempre senti uma discriminação subtil. Se eu quisesse fazer uma visita de estudo, sentia que havia uma maior preocupação sobre onde podia ir, por ser lésbica e não por ser ativista. No entanto, nas aulas sempre adotei uma postura neutra, porque achava que não devia doutrinar os alunos. De há uns dez anos para cá, achei que se os outros doutrinam em tudo, porque é que eu não posso doutrinar no meu, em questões mais *queer*?!” (Mulher lésbica)

No trabalho, nunca tive grandes dificuldades. Mas tive algumas dificuldades em transpor as questões feministas para mim. Sempre tive alguns complexos por não ter um corpo correspondente aos padrões. Não sinto que o feminismo tenha contribuído para me libertar em termos sexuais e amorosos. É horrível perceber o peso da educação. Percebi, enquanto militante feminista, que aquilo em que eu acredito é mais para os outros do que para mim. (Mulher heterossexual)

Os meus hábitos culturais passaram a ser os hábitos culturais dos meus amigos. Passei a ver cinema de autor, comecei a frequentar outros sítios, a descobrir o meio LGBT. Vivi um processo de romper com a classe. A minha pertença de classe foi sempre muito explícita na minha vida, mas permitiu-me a mim conhecer outro lado. (Mulher bissexual)

Já tive duas situações de transfobia no trabalho. Uma foi num trabalho no Centro Comercial. Acabei por ser despedido, ao fim de um mês de trabalho. Foi uma violência enorme, eu ter de assinar o nome legal em frente a uma colega e a duas pessoas com quem trabalho, que foram chamadas como testemunhas, quando assinei a carta de despedimento. (...) Neste último trabalho, o patrão já teve a atitude, digamos ‘capitalista’, tipo “nós queremos é um escravo, não queremos saber se ele é trans desde que trabalhe” (risos...). Aceitaram o meu nome social e usam-no nos documentos em que é possível. (Homem trans)

Num fim de semana em que trabalhei na redação do Jornal, depois de ter passado vários dias a deixar passar a ignorância de um superior e as perguntas absurdas sobre a minha orientação sexual (...) fechei o computador, levantei-me, caminhei até ele, mandei-o à merda e saí da redação. (...) e escrevi uma carta a demitir-me do jornal. Como o episódio coincidiu com a primeira Semana do Orgulho LGBT que se comemorou na cidade, tive oportunidade de publicar a estória, mas nem por isso tive alguma vez qualquer reação da parte dos meus restantes ex-superiores ou ex-colegas. Acho que, hoje em dia, um caso público invocando os motivos que invoquei já não seria analisado com a mesma ligeireza.” (Homem gay)

Identifica-se na relação com o trabalho ou a vida social o que Arnot e Reay (2007) chamam de distinção entre voz e mensagem no discurso pedagógico (equivalente a distinção entre gramática/registo e fala). O facto dos/as ativistas reconhecerem as regras de poder e de controlo sobre o seu corpo, a sua identidade de género e a sua sexualidade (a voz) e trabalharem consequentemente no sentido do seu enfraquecimento não significa que as consigam aplicar em determinados contextos. As pessoas que entrevistamos referiram que o grupo ou rede política de intervenção passou, ao longo do tempo, a abranger também os hábitos culturais dos ativistas, uma vez que a rede de relacionamentos e afetos, como o grupo de amigos, os locais que frequentam, e a partilha de interesses em comum, passam a ser, em vários casos, construídos em torno do ativismo.

O isolamento do/a ativista verificou-se no trabalho onde o/a ativista não está no espaço seguro da rede/grupo onde pertence e fica exposto ou exposta à discriminação e a regras de poder e de controlo legitimadas por outros discursos. Conforme refere Ladesma (1994), as formas não institucionalizadas de protesto são vistas pela opinião pública e pelos discursos políticos oficiais como marginais e marcadas por comportamentos desviantes. Este olhar que vê o protesto *queer* ou a agência feminista como marginal ou desviante, deve-se ao facto de socialmente existir um discurso político dominante de que o sistema político-democrático já dispõe de vias suficientes para combater as relações de poder e de dominação. Esta ideia do discurso dominante que afirma que a igualdade já foi conseguida transforma as vozes dos movimentos feministas e *queer* em ruídos cuja mensagem pode ser tornada ininteligível a menos que as respetivas agências venham transformar estas regras de poder e de controlo.

A distinção entre voz e mensagem proposta por Arnot e Reay (2007) é um equivalente da distinção de Bernstein (Bernstein, 1981; Morais e Neves, 2007; Mainardes e Stremel, 2010) entre reconhecimento e realização. A voz representa o reconhecimento das regras do discurso pedagógico, enquanto a mensagem representa o uso destas regras em contextos particulares, a sua realização. A voz de uma categoria social (discurso académico, género, profissão) é construída pelo grau de especialização das regras discursivas que legitimam as formas de comunicação. Deste modo, o conhecimento destas regras discursivas representam uma coisa e sua realização num contexto local podem representar outra. O conhecimento das regras não significa necessariamente conhecer o seu uso contextual. Segundo Bernstein (1990), a voz é uma consequência das relações entre categorias e a mensagem uma consequência da interação prática num determinado contexto. Ou seja, de certo modo, um ou uma ativista *queer* e/ou feminista, quando se encontra no espaço associativo do qual faz parte, está num espaço seguro para identificar as regras de reconhecimento mas também as regras de realização. Quando a sua agência individual ou coletiva, enquanto ativista, se dirige a um público específico através de uma ação política de intervenção está atuando ao nível da atualização da voz do público ao qual se dirige, sejam minorias oprimidas, agentes políticos ou instituições sociais, no sentido de combater as relações de poder. No entanto, o local de trabalho pode ser caracterizado como uma agência reguladora (Bernstein, 1996), e, como tal, representa um espaço não-seguro, ou seja, o espaço onde não existe a partilha do ativismo *queer*-feminista e o questionamento das categorias sociais e das regras de classificação e enquadramento são bastante fortes no que se refere à assimilação dos códigos de género dos/as ativistas. Todavia, é possível uma agência dos ativistas feministas e/ou *queer* individual quando questionam as regras hierárquicas de poder e os mecanismos de controlo subjacentes à expressão e visibilidade das suas expressões de género, identidade de género ou orientação sexual.

O/a ativista *queer*-feminista adquire, ao longo da sua experiência militante, um código de género mais elaborado, questionando as categorizações que lhe são subjacentes. No entanto, a abordagem dos campos de controlo simbólico ocorre melhor quando o ativista se encontra no espaço seguro onde partilha com o coletivo os mesmos códigos (como os espaços associativos ou grupos de pertença), intervindo nas tensões entre categorias sociais, do que quando integrado num contexto com códigos de controlo e regras de reconhecimento com dos códigos de género restritos.

## Considerações finais

O ativismo, partindo das narrativas analisadas, constitui-se como uma forma de produção e aquisição de conhecimento, que envolve partilha, investimento, relacionamento, crítica, informação e atualização individual e coletiva.

Podemos sistematizar as diversas formas de produção e aquisição de conhecimentos nas três dimensões analisadas neste artigo: contextos que originaram a militância; experiências de mudança e relação com outros contextos de intervenção, hábitos culturais, família ou trabalho. No respeitante aos contextos que originaram a militância, podemos destacar como aprendizagens: formar opinião que constitui um importante modo de produção de conhecimento na medida em que a pessoa (re)constrói a informação que recebe, a reestrutura e integra no seu esquema cognitivo; ter noção de alguma coisa (por exemplo, do que são a direita e a esquerda políticas) é outra aprendizagem acerca da dimensão político-social do mundo que nos rodeia; conhecer Lenine, Marx, é também aprendizagem importante ao mesmo nível de conhecer autores de literatura ou outros autores de filosofia; “fazer um trabalho de sistematização” consiste na aprendizagem de uma habilidade cognitiva, é produzir conhecimento; aprender a argumentar, a comunicar; aprender a tomar decisões; aprender a identificar a violência (“ter percepção da violência”, nas palavras de uma entrevistada); refletir criticamente sobre o discurso público (por exemplo, em relação à ideologia dominante de que as mulheres não participavam politicamente).

Verifica-se que os/as ativistas tinham já um código elaborado como ponto de partida, decorrente das disposições sociais que constituem os seus elementos de diferenciação de todos os outros, ainda que em contextos por vezes distintos daqueles onde viriam a exercer a sua militância feminista e /ou *queer*: filiações políticas, partidárias, religiosas, fóruns de discussão e a própria consciência do isolamento pela diferença.

O conhecimento das regras hierárquicas de poder e de controlo dentro da sociedade representam uma coisa e a realização dessas regras num contexto local podem representar outra (conhecimento não implica o seu uso contextual). A multiplicação do código linguístico ao nível das categorias sociais, bem como o enfraquecimento da sua classificação e enquadramento, permite aos/às ativistas estabelecer relações dialógicas mais espontâneas e manifestações discursivas mais críticas. Ao longo do percurso cronológico da narrativa, podemos identificar o que chamamos de experiência(s) da mudança, onde destacamos as seguintes apren-

dizagens: capacidade para articular diferentes questões de campos diversos (por exemplo, articular diferentes causas); investigar sobre uma problemática (por exemplo, sobre trans\*); perceber o que uma associação pretende; aprender sobre o que uma teórica (Butler) tem desenvolvido; construir um pensamento crítico sobre as organizações (± burguesas, ± acomodadas); ter uma perspectiva crítica em relação à sua pertença de classe; saber aproveitar (no bom sentido) do apoio social para melhorar o seu bem-estar.

No entanto, é necessário efetuar a ligação entre a base social do ativismo *queer-feminista* e as outras esferas da vida social, não só em termos discursivos mas também em termos contextuais, ou seja, é necessário alterar os campos de controlo simbólico pensando numa perspectiva de agência feminista-*queer*-crítica que impulse uma ação transformadora. Nas relações entre os contextos de intervenção e outras dimensões da vida social, outras aprendizagens podem ser identificadas: tomar decisões em relação aos dilemas éticos profissionais (“doutrinar” ou não os/as alunas/os); tomar posição em relação (enfrentar) às chefias no local de trabalho; ter uma perspectiva crítica em relação ao momento presente e olhar criticamente o passado.

Estas aprendizagens estão intrinsecamente articuladas com a passagem do código restrito para o código elaborado, onde o reconhecimento dos códigos de género pode ser contextualizado num modelo de (re)produção social e cultural, em que o/a ativista domina as regras de realização para uma agência política feminista-*queer*.

Os movimentos sociais em geral e feministas e/ou *queer* em particular agem a partir das interações que estabelecem no contexto onde estão inseridos, nomeadamente das disposições para pensar, sentir e agir que as mulheres, pessoas LGBT e *queer* experienciam a partir das suas militâncias. Este processo não é muito diferente do que ocorre no discurso pedagógico, onde o indivíduo assimila — quer de forma consciente quer inconsciente — conhecimentos e aptidões necessárias para se integrar e transformar a comunidade a que pertence.

## Referências

- Almeida, Miguel Vale (1996) *Os tempos que correm*. Oeiras: Celta Editora.
- Annot, Madeleine & Reay, D. (2007) A Sociology of Pedagogic Voice: Power, inequality and pupil consolation. *Discourse: studies in the cultural politics of education* 28:311-325.
- Bernstein, Basil (1981) Codes, modalities and the process of cultural reproduction: A model. *Language and Society*. 10: 327-363.

- Bernstein, Basil (1990) *Class, codes and control, vol. 4: the structuring of pedagogic discourse*. London: Routledge.
- Bernstein, Basil (1996) *Pedagogy Symbolic Control, and Identity: Theory, Research, Critique*. London: Taylor & Francis LTD.
- Bernstein, Basil (2001) From pedagogies to knowledges. In Morais, A et al. (eds.) *Towards a sociology of pedagogy: The contribution of Basil Bernstein to research*. Nova Iorque: Peter Lang.
- Bernstein, Basil & Solomon, J. (1999) Pedagogy, Identity and the Construction of a Theory of Symbolic Control: Basil Bernstein questioned by Joseph Solomon. *British Journal of Sociology of Education* 20:265-279.
- Butler, Judith (1990) *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Butler, Judith (2012) Sobre o anarquismo: uma entrevista com Judith Butler. *Política & Trabalho. Revista de Ciências Sociais* 36:19-27.
- Cascais, António Fernando (2004) Apresentação. In Cascais A. (eds.) *Indisciplinar a Teoria: Estudos Gays, Lésbicos e Queer*. Lisboa: Fenda, pp. 9-20.
- Connell, Raewyn (1987) *Gender and power: Society, the person and the sexual politics*. Cambridge. Polity Press.
- Crenshaw, Kimberlé (1993) Demarginalizing the interaccion of race and sex: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and anti-racist politics. In Weisberg D. Eds *Feminist legal theory: Foundations*. Philadelphia: Temple University Press, pp. 383-411.
- Haraway, Donna (1991) *Simians, Ciborgs and Woman: The Reinvention of Nature*. Londres: Free Association.
- Ladesma, Manuel Pérez (1994) Cuando lleguen los días de la cólera (Movimientos sociales, teoria e História). *Zona Abierta* 69:51-120.
- Lahire, Bernard (1998) *L'Homme Pluriel: Les Ressorts de l'Action*, Paris: Nathan, Essais & Recherches.
- Lahire, Bernard (2005) Patrimónios individuais de disposições: para uma sociologia à escala individual. *Sociologia, Problemas e Práticas* 49:11-42.
- Lahire, Bernard (2002) *Portraits Sociologiques: Dispositions et Variations Individuelles*. Paris: Nathan, Essais & Recherches.
- Magalhães, Maria José (2003) Em torno da definição do conceito de agência feminina. *Ex aequo* 7:189-198.
- Magalhães, Maria José (2012) Construção do sujeito mulheres: subjetividades das vozes e dos silêncios. In Magalhães, Maria José et al. *Pelo Fio se vai a meada*. Lisboa: Ela por Ela.
- Magalhães, Maria José et al. (2008). Os movimentos sociais enquanto espaços educativos: revelações e revoluções da história de uma vida feminista. In: *Cultura Escolar Mi-*



- grações e Cidadania – Actas do VII Congresso LUSO-BRASILEIRO de História da Educação*, Porto, PT, 20-23 de junho de 2008, pp. 1-12. Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Mainardes, Jefferson e Stremel, S. (2010) A teoria de Basil Bernstein e algumas de suas contribuições para as pesquisas sobre políticas educacionais curriculares. *Revista Teias* 11:31-54.
- Morais, Ana e Neves, I. (2007) A Teoria de Basil Bernstein: Alguns aspetos fundamentais. *Revista Praxis Educativa* 2:115-130.
- Muylaert, Camila et all. (2014) Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. *Revista da Escola de Enfermagem da USP* 48:193-199.
- Nunes, Nuno et all. (2016) Ação coletiva à escala individual e local: perfis e retratos sociológicos. *Sociologia, Problemas e Práticas* 81:95-113.
- Plummer, Ken (1995) *Telling Sexual Stories: Power, Change and Social Worlds*. London and New York: Routledge.
- Ricoeur, Paul (2004) *Memory, history, forgetting*. Chicago: University of Chicago Press.
- Rosa, Fernando André (2010) *A construção da visibilidade LGBT: Uma análise crítica do discurso jornalístico*. Dissertação de Mestrado em Antropologia, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, PT.
- Rosa, Fernando André (2013) Sexualidade e autonomia: a dimensão educativa do activismo queer-feminista. In: II European Geographies of Sexualities Conference, Lisboa, PT, 05-07 de setembro de 2013. Disponível em: [http://www.academia.edu/4423374/Sexualidade\\_e\\_autonomia\\_a\\_dimensao\\_educativa\\_do\\_activismo\\_queer-feminista](http://www.academia.edu/4423374/Sexualidade_e_autonomia_a_dimensao_educativa_do_activismo_queer-feminista).
- Saleiro, Sandra (2013) *Trans Géneros: Uma abordagem sociológica da diversidade de género*. Tese de Doutoramento em Sociologia, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, PT.
- Santos, Ana Cristina (2005) *A Lei do desejo – Direitos Humanos e Minorias Sexuais em Portugal*. Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, Ana Cristina (2013) *Social Movements and Sexual Citizenship in Southern Europe*. Houndmills: Palgrave Macmillan.
- Smith, Dorothy (2005) *Institutional Ethnography: A Sociology for People*. Toronto: Altamira Press.
- Tavares, Manuela (2008) *Feminismos em Portugal 1947-2007*. Tese de Doutoramento em Estudos sobre as Mulheres, Universidade Aberta, PT.
- Tugillo, Gacia (2008) *Deseo y resistência: Trienta años de movibilizacion lesbiana en el Estado español*. Barcelona: Editorial Egales, S.L.
- Yañez, Sabrina (2011) Develando la propuesta de Dorothy Smith: aportes epistemológicos y metodológicos para el abordaje de lo social. *Revista Científica de Psicología, Ciencias Sociales, Humanidades y ciencias de la Salud* 2:111-126.



# PARTE IV

## **FEMINISMOS E HISTÓRIA DAS IDEIAS FEMINISTAS**



# 9.

## **Antifeminism in the United States: Phyllis Schlafly against the constitutional equality between the sexes**

*Sandra Dufour*

### **ABSTRACT**

When one is studying the issue of women's rights, it is also crucial to examine the movement against it. In the United States, one woman has been particularly active in her fight against the feminists of the second wave: Phyllis Schlafly, and her crusade against the ratification of the Equal Rights Amendment (ERA) over the 1970s. Although this woman managed to reconcile her family life and her career, she advocated women not to do the same. She is the author of twenty-one books, she has six children, was a candidate at the House of Representatives in Illinois in 1970. Phyllis Schlafly has paradoxically constituted the main opponent to the feminists of the second wave and more particularly to the National Organization for Women (N.O.W. She was partly responsible for the failure of the ERA in 1982. Proposed for the first time in 1920, after women gained the right to vote, and finally voted by Congress in 1972, it should have been ratified by three-fourth of the states to become an amendment (38 states). For the N.O.W, the battle was easy, especially as Americans in the polls had expressed their will to vote for it. However, Phyllis Schlafly endeavored to make it fail, firstly by creating the organization "Stop ERA"

in 1972 (STOP meaning “stop taking our privileges”). According to her, it would force women to go to work, to be drafted, it would open marriage to homosexuals and even impose the desegregation of public restrooms. This woman’s strategy consisted in drifting the attention of the debate on questions that newspapers would love, emphasizing the disagreements between women and feminists themselves. Over the 1970s, real “catfights” — between feminists and their opponents and also between feminists themselves — would be covered by the media, contributing to discredit the movement and make the ERA fail. According to this author: “The catfight has become the dominant news peg about the progress of the women’s movement and the competition to ratify the ERA was cast as the catfight par excellence (Douglas, 1995: 226). This paper will tackle the content of the debate and also show how this woman, with her commitment to the opposite side, contributed to bury, while using the media, a major amendment in the crusade for the rights of women in the United States.

**KEYWORDS:** antifeminism; United States; Phyllis Schlafly; media; 1970s.

## RÉSUMÉ

Lorsque l’on s’intéresse à la question de l’engagement en matière de droits des femmes, il est également crucial de s’intéresser au mouvement qui s’est évertué à le contrer. Aux Etats-Unis, une femme a été particulièrement active et engagée dans son combat contre les féministes de la deuxième vague : Phyllis Schlafly et sa croisade contre la ratification de l’amendement des droits égaux (Equal Rights Amendment) au cours des années 1970. Bien qu’elle ait réussi à concilier vie de famille et vie professionnelle (mère de six enfants, auteure de vingt-et-un livres, candidate au Congrès américain en 1952 et à la Chambre des Représentants de l’Illinois en 1970) Phyllis Schlafly a paradoxalement constitué la principale opposante des féministes de la deuxième vague et de N.O.W en particulier et a été en partie responsable de l’échec de l’amendement pour les droits égaux en 1982 (ERA). D’abord proposé en 1920, au lendemain de la victoire du droit de vote des femmes, et finalement voté en 1972 au Congrès avec une majorité considérable, il devait être ratifié par les trois quarts des états, soit trente huit états, pour devenir loi. Pour N.O.W, le passage de cet amendement était simple, d’autant plus qu’il ralliait la majorité des Américains dans les sondages. Toutefois, Phyllis Schlafly a œuvré pour son échec, tout d’abord en créant l’organisation «Stop ERA» dès 1972 (Stop étant l’acronyme pour “stop taking our privileges”). À en croire Phyllis Schlafly, il allait forcer les femmes à travailler, à s’enrôler dans l’armée, ouvrir le mariage aux homosexuels et

même imposer la déségrégation des toilettes publiques. La stratégie de cette femme a ainsi consisté à détourner l'attention du débat sur des questions dont les journaux allaient s'emparer, mettant également en avant les différends entre les femmes et les féministes afin de discréditer l'ERA. Au cours des années 1970 et 1980, de véritables «catfights» (non seulement entre féministes et non féministes mais également entre les féministes elles-mêmes) faisaient les choux gras des médias qui les mettaient en exergue sous couvert des valeurs du journalisme américain (notamment celles d'objectivité et d'équilibre), la plupart du temps dans des proportions démesurées, et ont ainsi contribué à décrédibiliser le mouvement et à faire échouer l'ERA. Selon cette auteure: «The catfight has become the dominant news peg about the progress of the women's movement and the competition to ratify the ERA was cast as the catfight par excellence» (Douglas 1995: 226). Cet article sera s'intéresse à la teneur du débat, montre comment cette femme, par son engagement dans la cause adverse, a réussi à enterrer un amendement majeur dans le combat pour les droits des femmes aux États-Unis.

**MOTS-CLÉS:** Antiféminisme; États-Unis; Phyllis Schlafly; medias; années 1970.

In the 1960s, there was a revival of feminism and the beginning of what is called “the second wave” (Hole and Levine, 1971:17; Friedan, 2000:120). In 1966 the National Organization for Women (N.O.W) was founded by 28 women (Cohen, 1988: 138; Carabillo and al., 1993: VII). They were brought together under a common ideological belief that the Federal Government was not doing enough to enforce the new anti-discrimination laws (N.O.W, *Statement of Purpose*, 1966; Friedan, 1976: 95). They fought for many different cases involving women and pushed for several bills. In the 1970s, feminists won major victories, set up new groups and organized events regarding the rights of women: in 1970, the women's strike for equality was organized, in 1971, the *National Women's Political caucus* was created, in 1972, the *Higher Education Act* and *Equal Opportunity Act* were passed (Davis, 1991: 88). Its specificity was that it was not an organization excluding men but on the contrary accepting them to achieve “a fully equal partnership of the sexes” (N.O.W, *Statement of Purpose*, 1966; Friedan 2000: 184).

The N.O.W took part in various lawsuits to assist women but the most notable action the N.O.W took however, was their involvement for the ratification of the Equal Rights Amendment (Cott, 2000: 548-9).

## 1. The Equal Rights Amendment: the stakes and the fight for ideologies

As it would later be used and become the basis of contention between pro-ERA and ERA-factions, the wording of the amendment is important to be considered:

- Section 1: Equality of rights under the law shall not be denied or abridged by the United States or by any state on account of sex.
- Section 2: The Congress shall have the power to enforce, by appropriate legislation, the provisions of this article.
- Section 3: This amendment shall take effect two years after the date of ratification.

The amendment first introduced in 1923 by the National Woman's party of Alice Paul explicitly guarantees equal rights for women. For feminists, as Alice Paul suggested: "We shall not be safe until the principle of equal rights is written into the framework of our government" (Mansbridge, 1986). The ERA was introduced in every congressional session between 1923 and 1970, it was not until 1972 that its passage became likely. The N.O.W successfully revived and pushed the amendment through the House and Senate in 1972, and then focused its attention on states where they would need 38 out of 50 votes to ratify it where it faced heavy opposition (N.O.W Position Paper 1967; Mansbridge, 1986; Berry, 1986).

First of all, it will guarantee that the rights affirmed by the U.S. Constitution are held equally by all citizens without regard to sex. It will also provide a fundamental legal remedy against sex discrimination for both women and men. It will clarify the legal status of sex discrimination for the courts, where decisions still deal inconsistently with such claims. Finally, it will make "sex" a suspect classification, as race currently is, so that governmental actions that treat males or females differently as a class would have to bear a necessary relation to a compelling state interest in order to be upheld as constitutional ([www.equal-rightsamendment.org](http://www.equal-rightsamendment.org)).

What is to be noticed first is that this amendment was not a fight between men and women. It was a fight between ideologies. Many conservative, traditional women were in favor of traditional gender roles.



## 2. Phyllis Schlafly and the ERA

Ratification seemed all but certain to be achieved by the March 22, 1979 deadline. With only 8 more states to pass the ERA, Phyllis Schlafly entered the fray. Almost immediately, she took issue with the amendment, labeling it “anti-family and destructive”, she believed it was designed to “eliminate the role of the stay-at-home wife by making it socially disdained, economically disadvantaged, and legally shorn of traditional protections”.

In February 1972, she publicly declared war on the ERA via an article in the *Phyllis Schlafly Report*, ‘What’s Wrong with The Equal Rights for Women’. She directly challenged the assumptions made by Betty Friedan in the *Feminine Mystique*, and she took particular attention to the first 2 articles.

Article 1, she explained, would eliminate protections and make women subject to the draft, eliminate women’s right to alimony and child support, and leave in question the custody of a child in the event of a divorce.

She also insisted that the ERA and *Title VII* of the 1964 Civil Rights Act accomplished the stated goal of the ERA without opening up potential land mines of litigation. By concentrating on what the American women would lose under the ERA, Phyllis Schlafly hoped to appeal to those women in the margins who felt as though their voices were not being heard.

She tried to damage the movement by accusing it of wanting to destroy the family:

There are 2 types of women lobbying for the ERA. One group is the women’s liberationists. Their motive is radical. They hate men, marriage, children. They look upon their husbands as exploiters, children as an evil to be avoided (by abortion if necessary), and the family as an institution which keeps women in ‘second class’ citizenship or even in slavery (Schlafly, 1972: 4).

Apart from her monthly newsletter, she set up a counter-movement, the “STOP ERA”, which was born for the singular purpose of defeating the ERA. It was a classic counter-movement. STOP ERA was highly organized and had a charismatic leader at its head. Yet, it did not have the support of the Establishment, in fact, Republicans were divided as to how best proceed on this issue. But the main obstacle for STOP ERA was the access to the media. Phyllis Schlafly attempted to prevent ratification by going after the amendment at the state level. By early 1973,

STOP ERA existed in 26 states and were especially strong in states critical to the ratification of the ERA.

A few arguments were highlighted by the media in the 1970s during the debate around the ERA was taking place. The following are the main issues that were tackled and discussed: women and the draft, unisex restrooms and homosexual marriages.

When the ERA was passed in 1972, newspapers highlighted women and the draft, as the following headlines show: 'Right Amendment Subjects Women to Draft' (*Los Angeles Times*, 22 March 1972); 'Call to Action' (*New York Times*, 24 March 1972). Phyllis Schlafly exaggerated this argument and played with it to exacerbate the fear<sup>[1]</sup>.

For her also, the amendment would force the creation of desegregated restrooms: just as she exaggerated the arguments about the draft, the arguments for the restrooms ridiculed her; In *The Phyllis Schlafly Report* in November 1972, she started to analyze how the ERA would change things:

We must assume that restrooms segregated by sex would be prohibited by the courts just as the court prohibited color segregated restrooms.

Finally, she put forward the argument that the ERA would lead to homosexual marriages, it was at this point that she gained momentum. And that it was this voice that pro-ERA advocates attempted to silence in Houston in 1977.

### **3. 1977 Houston Conference and the media coverage**

It is considered as an important event of the second wave of feminism, it took place in 18-20 November 1977, it is considered as the most important feminist gathering, after Seneca Falls in 1848. Bella Abzug and Betty Friedan organized the event, and they wanted the conference to be beneficial to the ERA (Wellman, 2004: 237; Bradley, 2003: 269; Bird, 1978: 193-203).

Having been effective in slowing down ratification, Phyllis Schlafly's leadership was becoming known to the key players involved in trying to pass the ERA. Many within the pro-ERA movement were so convinced that women would support the amendment that no plans as how to address potential opposition were

---

1. The irony was that Congress put an end to compulsory call to draft in 1973 and that a lot of women decided to work in the army because the salaries were higher.

ever formulated. At the beginning, the coverage of the ERA by the media was simply a reflection of the general views held by society. The move towards ratification was initially swift. By 1973, 8 states ratified the ERA, in 1974, 4 more (Carabillo and al., 1993: 72). Gallop polls and surveys consistently indicated support for the ERA outpaced criticism by 2 to 1. Feminists attempted to ridicule Phyllis Schlafly at the beginning to undermine her voice. But when they realized that this strategy had the opposite effect, a new approach at silencing Phyllis Schlafly was adopted, so the pro-ERA forces would censor her. By preventing Phyllis Schlafly to speak in Houston, feminists hoped they would be able to present a unified proposal for equity to the American public that would be seen as being supported by the majority. And yet, the opposite happened, Phyllis Schlafly created a rival convention to take place simultaneously in Houston.

As she was not allowed to attend, so she organized her own counter conference and invited the press: she had attacked the convention in her newsletter:

Houston will finish off the women's movement. The conference will show the off for the radical, anti-family, pro-lesbian people they are (Schlafly, 1976: 6).

The media particularly insisted on three controversial questions at the Houston conference: ERA, abortion and homosexuality. Phyllis Schlafly took advantage of this, and although the question of ERA and abortion were not directly linked, she played on the confusion. The newspapers headlines titled:

'Women's Conference Approves planks on Abortion Rights and Rights for Homosexuals'; the journalist, Anna Quindlen, wrote that the two questions, ERA and abortion, were "both highly controversial national issues" and that "there were tears, jeers, bitter disagreement and radically polar speeches before the resolutions on reproductive freedom and sexual preference were passed"(Quindlen, 1977: 14).

Years later, Phyllis Schlafly still characterized Houston as "the occasion when the gender neutral feminists coalesced with the abortionists and lesbians to try to force the Equal Rights Amendment down our throats" (Schlafly, 1991: 1).

In her autobiography, Betty Friedan wrote that she was aware of that strategy: "It cannot be an accident that the lesbian issue arose stridently just as we needed maximum unity. It was coming from whoever was funding the enemies of the women's movement, those who wanted to discredit the women's movement, who wanted to prevent the passage of the ERA" (Friedan, 2000: 295).

Apart from focusing on controversial issues, the media highlighted the conflicts between women as a whole and between feminists and antifeminists. It is important to underline here that in journalism, in the United States, there are norms of objectivity and balance that are crucial and that need to be respected when writing an article. As a result, in the mind of the reader, the two sides were as equally important whereas the feminists outnumbered the advocates of Phyllis Schlafly. In other words, by emphasizing the opposition, the newspapers conveyed the message that the convention was useless, because women had already obtained everything they wanted, on top of that, they did not manage to agree on what they put forward. Some even characterized the convention as a “fraud” (*Chicago Tribune*, 18 November 1977). The historian Susan Douglas sums up well this media strategy of balance:

The media referees insist on putting feminism in one corner and antifeminism on the other, as if feminism could never be in the middle, but what they fail to recognize is that feminism is the middle ground. It may be filled with ambivalence and compromise, tradition and rebellion, but the space between the two categories — the space where the girls are — is what feminism is all about.

There was also a headline “Ladies, not Libbers, Antifeminists rally attracts 11,000”, opposing the word “ladies” (Chriss, 1977: 4), when speaking of antifeminists, to the word “libbers”, derogatory term to talk about feminists as a whole.

*Time* chose to highlight the counter conference, indicating that Phyllis Schlafly was the spearhead of US antifeminism” (*Time*, 28 November 1977) and concluded: “clearly there are innumerable challenges left for the women’s movement”, which gave the impression that had been accomplished was very little.

Not only did the media focus on the struggle between feminists and antifeminists but also on the dissensions between the feminists themselves. The historian Susan Douglas noted that “the catfight has become the dominant news peg about the progress of the women’s movement and the competition to ratify the ERA was cast as the catfight par excellence” (Douglas, 1991: 226).

Many newspapers believed the Houston conference might end up into a “show-down”, “women vs women” (*Newsweek*, 25 July 1977: 34).

Even before the conference took place, the media agreed the event would be a failure, either because the women did not agree, like this conservative journalist who wrote: “The libbers may compensate in notoriety and noise for what they lack

in numbers and national support. But be not deceived, the women's lib is on the wane and the conference at Houston knows it" (Buchanan<sup>[2]</sup>, 1977: B3).

Or because the feminists could not agree: "Inherent tension in women's meeting" (*Los Angeles Times*, 21 June 1977:A1); "Dissension in Houston" (*Chicago Tribune*, 18 November 1977: C2); "lack unity", "No consensus", "a bitter controversy"; "if that conference in Houston November 18-21 is supposed to unite women to work together to advance women's rights, it's probably a lost cause" (Beck, 1977: B2).

In fact, Betty Friedan had organized a press conference without letting Bella Abzug know. So, the newspapers titled: "Dissension. Rancor. Backbiting. The first cat fight. She was breaking with Bella Abzug and Gloria Steinem. She was going to dissent" (Quinn, 23 November 1977: B1).

A journalist from the *Chicago Tribune* wrote: "The ninnies who run N.O.W should admit that it is not coherently evil to support or oppose the ERA. Most of the strong arm-broads in N.O.W and other militant feminist outfits make think of Queen Elizabeth. With this kind of people, it's N.O.W or never, rule or ruin" (Thimmesch, 1977: C2).

The fact of emphasizing the dissension between feminists damaged the concept of "sisterhood", at the core of the second wave of feminism and of the women's movement of the 1970s, as the title of the book by Robin Morgan suggested: "Sisterhood is Powerful" (Morgan, 1970).

However, it is to be noticed that some journalists were positive about the conference:

There had been predictions that controversy and confusion characterize the entire conference, especially as delegates dealt with volatile issues as lesbian rights and abortion but there was little outward disharmony (Endicott, 1977: B1).

The conference also gave way to deeper reflections on journalism and its failure to convey the reality. The journalist Ellen Goodman wrote an article showing she was aware of Phyllis Schlafly's attitude and strategy and emphasizing that the norms of journalism were used as a justification whereas sometimes it does not work:

---

2. Patrick Buchanan is a journalist whose voice is considered to be one of the most conservative in the United States. He viewed the second wave of feminism as a threat to the Western civilization.

Schlafly's words are often quoted as if there were facts. Her opinions are often repeated as if they were based on research. This has been true since she first said that the equal rights amendment would mean coed toilets; it is an example of the problems inherent in the journalistic prejudice to portray opposing sides evenhandedly, as if there were not right or wrong. Now, I am sensitive to one sided presentation of the news, sensitive to bias. But we sometimes create a bias, contrary to truth by falsely portraying 'the other side' (Goodman, 1981: G5).

Another journalist wrote an article which was like a synthesis on how important the Houston conference was as it had put the issue of women's rights on the agenda of both political parties and could no longer be ignored: "The real significance of Houston was to bury the idea that so-called 'women's issues' are a sideshow to the center-ring concerns of American politics. They are swiftly moving into that center-ring debate on how big, how protective, how intrusive or how expensive the federal government should be" (Broder, 1977: D5).

The end deadline date of 1979 was approaching and supporters only had 35 out of 38 states needed to pass the amendment. Thanks to various boycotts organized by feminists, among them the N.O.W, in 1978, Congress extended the deadline date to June 30<sup>th</sup> 1982. However, while supporters kept pushing the amendment, it was in vain. They got quite the opposite: 5 of the 35 states rescinded their approval.

By June 1982, time was running out to pass the amendment. By visually appearing more mainstream, STOP ERA repositioned itself in the media, and by extension, the minds of Americans. In the end, despite an unprecedented three-year extension, Phyllis Schlafly and her pro-family movement defeated the ERA. For Phyllis Schlafly, victory against ERA was well as her early support of Ronald Reagan's political agenda made her a new center of the Republican party.

#### **4. Analysis of the failure**

It was thus a surprising failure, in a context of victories for the women's rights movement, when the ERA did not pass. What's more, the polls had regularly revealed a favorable public opinion: from 58 to 63% when Ronald Reagan was elected in 1980.

The opposition had been particularly fierce in the South, the feminists analyzed their failure: they had underestimated the opposing forces, among them,

an extreme right that was rising, the feminists were accused of having killed the amendment in the newspapers such as the *Washington Post* or the *Los Angeles Times*.

Phyllis Schlafly had managed to use the fear created by the amendment and the media strategies on her own account, in order to show the ERA was not only dangerous but unnecessary. She had managed to make the battle between women more interesting than the real debate implied by the ERA, such as the equality in the workplace which was rarely mentioned by the legislators. As a journalist wrote:

The N.O.W woman was combative, authoritative, and angry. Schlafly looked sure all the husbands out there in TV-land were thinking that her opponent was... well, unfeminine. Carefully choreographed performances like this have lifted Schlafly to her current eminence as a leader in the fight to prevent ratification of the Equal Rights Amendment (Wohl, 1974: 55).

The ERA was narrowly defeated, having only achieved ratification of thirty-five states, and five of those states had rescinded ratification. Experts agree that Phyllis Schlafly had been a key player in this failure. Political scientist Jane J. Mansbridge concludes, in her book about the history of the ERA:

“Many people who followed the struggle over the ERA believed — rightly in my view — that the Amendment would have been ratified by 1975 or 1976 had it not been for Phyllis Schlafly’s early effective effort to organize potential opponents (Mansbridge, 1986: 110).

Historians agree also on the role of her strategy to use the media coverage: “ERA was defeated when Phyllis Schlafly turned it into a war among women over gender roles” (Williams, 1999: 147).

As for feminists, they recognized they have undermined the power of antifeminists:

As moderates, we thought we represented the forces of reason and goodwill but failed to take seriously the power of the family values as argument and the single-mindedness of Schlafly and her followers. The ERA’s defeat seriously damaged the women’s movement, destroying its momentum and its potential to foment social change (Glazer-Raymo: 19).

Critics of Phyllis Schlafly see her advocacy against equal rights and her role as working professional as a paradox. Various feminists have noted what they consider irony in Schlafly's role as an advocate for the full-time mother and wife, while being herself a lawyer, editor of a monthly newsletter, regular speaker at anti-liberal rallies, and political activist.

## Conclusion

The N.O.W still continues to be active today in the struggle to make the ERA pass. One the website of the organization, we can read:

Equality in pay, job opportunities, political structure, social security and education will remain an elusive a dream without a guarantee of equality of the U.S. Constitution. The progress we made — and must continue to make - towards women's equality can be lost at any time because those advantages depend on legislation that can be (and has been) weakened or repealed by Congress. Although we did not succeed in ratifying the Equal Rights Amendment, winning a constitutional guarantee of equality for women remains of N.O.W.'s top priorities (www.now.org).

The fight initiated by Phyllis Schlafly was not that of an isolated woman but represented the beginnings of the new Right which was about to crystallize with the election of Ronald Reagan in 1980. At the beginning of the 1980s, newspapers such as *The Chicago Tribune* titled: "the death of feminism". The fight that Phyllis Schlafly had led made her famous and helped her shape the social movement that was about to win the 1980s elections and which was considered as a backlash, which started to appear when the feminists had won some victories. Under Ronald Reagan, a New Right, radical and hostile, emerged, ready to put up a counter revolution, a backlash, "an undeclared war to women", as Susan Faludi entitled her book (Faludi, 1991).

## References

### Primary sources

N.O.W Archives were accessible at the Elizabeth and Arthur Schlesinger Library, Radcliffe Institute for Advanced Study (Harvard University, Cambridge, Massachusetts) under the authorization of Lisa Bennett, N.O.W communications Director.

*Bill of Rights* (1968). Organization and Policy, 1966-1995 (Series I).

ERA ERA ERA YES YES YES (1980), N.O.W Pamphlet, Publications (Series XLII).



*ERA Position Paper* (1967). Tasks forces and Conference Implementation Committee, 1964-1994 (Series XIII).

*N.O.W ERA Press Kit* (1975), ERA public Relations Fact Sheet. Public Information Office Papers, 1970-1981 (Series VIII).

*Statement of Purpose* (October 29, 1966). Organization and Policy, 1966-1995 (Series I).

### Books

Berry, Mary Frances (1986) *Why ERA Failed. Politics, Women's Rights and the Amending Process of the Constitution*, Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press.

Bird, Caroline (1978) *The Spirit of Houston: The First National Women's Conference, An Official Report to the President, the Congress and the People of the United States*. Washington D.C.: National Commission on the Observance of the International Women's Year.

Bradley, Patricia (2003) *Mass Media and the Shaping of American Feminism: 1963-1975*. Jackson: University of Mississippi Press.

Carabillo, Toni, Meuli Judith, Bundy June, eds. (1993) *Feminist Chronicles*. Los Angeles: Women's Graphic.

Cohen, Marcia (1988) *The Sisterhood: The True Story of the Women Who Changed the World*. New York: Simon and Schuster.

Cott, Nancy (2000) *No Small Courage: A History of Women in the United States*. New York: Oxford University Press.

Davis, Flora (1991) *Moving The Mountain: The Women's Movement in America since 1960*. New York: Simon and Schuster.

Douglas, Susan (1995) *Where the girls are: Growing up Female with the Mass Media*. New York: Times Books.

Friedan, Betty (2000) *Life so Far*. New York: Simon and Schuster.

Friedan, Betty (1976) *It Changed My Life: Writings on The Women's Movement*. New York: Norton.

Glazer-Raymo, Judith (1999) *Shattering the Myth : Women in Academe*. Baltimore: John Hopkins University Press.

Hole, Judith and Levine Ellen (1971) *Rebirth of Feminism*. New York: Quadrangle Books.

Mansbridge, Jane J. (1986) *Why We Lost The ERA*. Chicago: University of Chicago Press.

Morgan, Robin (1970) *Sisterhood is Powerful: an Anthology of Writings from the Women's Liberation Movement*. New York: Vintage Books.

Williams, Joan (1999) *Unbending Gender: Why Family and Work Conflict and What to do about it*. New York: Oxford University Press.

Wellman, Judith (2004) *The Road to Seneca Falls*. Chicago: University of Illinois Press.

### Journal articles

- Phyllis Schlafly (1972). Take up Their Complaint with God. *The Phyllis Schlafly Report* vol. 6.
- Phyllis Schlafly (1972). The Right to be a Woman. *The Phyllis Schlafly Report* vol. 6: 4-7.
- Phyllis Schlafly (1976). 'The Ripoff of Tax Payers Known as The Commission on the International Women's Year, or Bella Abzug's Boondoggle'. *The Phyllis Schlafly Report* vol. 9:6.
- Phyllis Schlafly (1991). 'The Radical Goals of The Feminists'. *The Phyllis Schlafly Report* vol. 25: 1.
- Wohl Lisa C. (1974). The Sweetheart of the Silent Majority. *Ms*: 55-7; 85-9.

### Press and magazine articles

#### NEW YORK TIMES

- Quindlen, Anna (21 November 1977). Women's Conference Approves Planks on Abortion Rights and Rights for Homosexuals: 44.
- Quindlen, Anna (23 November 1977). Women's Conference: The Follow-up is Next: 14.
- Quindlen, Anna (18 November 1977). Anticipating a Historic Occasion, Women Stream to Conference: 63.

#### LOS ANGELES TIMES

- Broder, Davis S. (23 November 1977). *And Both Sides Join Political Mainstream*: D5.
- Chriss, Nicholas S. (20 November 1977). *Ladies not Libbers', Antifeminists Rally Attract 11,000*: 4.
- Endicott, William (22 November 1977). 'US Cabinet-Level Women's Department Voted Down': B1.
- Goodman, Ellen (3 May 1981). 'Of Truth and Lies - And The Chimera of Balance': G5.

#### WASHINGTON POST

- Quinn, Sally (23 November 1977). The Pedestal has crashed, Pride and Paranoia in Houston: B1.

#### CHICAGO TRIBUNE

- Beck, Joan (28 October 1977). Conference on Women Seems Likely to Lack Unity: B2.
- Buchanan, Patrick (15 November 1977). A Funeral for Women's Rights: B3.
- Dissension in Houston (18 November 1977): C2. Thimmesch Nick (18 November 1977). For the Boycotting of ERA Bullies, it's N.O.W or Never: C2.

TIME

Women March on Houston (28 November 1977).

After Houston, What next for U.S. Women (5 December 1977).

NEWSWEEK

*Women vs Women* (25 July 1977): 34.

WEBSITES

National Organization for Women. *Equal Rights Amendment*.

Available at [www.now.org](http://www.now.org) (accessed June 20, 2016).

Equal rights amendment. History.

Available at [www.equalrightsamendment.org](http://www.equalrightsamendment.org) (accessed June 20, 2016).



## **Idade Média: tempo privilegiado de memória feminina**

*Cláudia Costa Brochado*

### **RESUMO**

Os chamados “estudos sobre as mulheres” ou “women’s studies” constituem um campo acadêmico interdisciplinar, que ao analisar a experiência humana, examina a especificidade da contribuição das mulheres para a cultura. Nesses espaços nasceram importantes reflexões e teorias que questionaram a forma tradicional de organização das ciências sociais e humanas e suas implicações negativas para o conhecimento sobre as mulheres em sociedade. No que diz respeito à Idade Média, constatamos não só a existência de escritos femininos, mas de um conteúdo que explicita crítica à política sexual do período. Neste trabalho, se observará as condições que permitiram essa rica manifestação, revelando ser a Idade Média um tempo privilegiado para a constituição da memória feminina.

**PALAVRAS-CHAVE:** Memória feminina, Idade Média, Mística, Política sexual, Escritoras medievais

**SUMMARY**

The women's studies constitute an interdisciplinary academic field that, when analysing the human experience, examines the specific contribution of women to culture. Important reflections and theories that questioned the traditional form of organization of social and human sciences, and their negative implications for the understanding of women in society have risen. With regard to the Middle Ages we find not only the existence of women's writings, but also content that explicitly criticise the sexual politics of the period. In this work, we observe the conditions which allowed this rich manifestation, revealing the Middle Ages to be a privileged time for the establishment of women's memory.

**RESUMEN**

Los llamados "estudios sobre las mujeres" o "women's studies" se han constituido en un campo académico interdisciplinar que al analizar la experiencia humana, examina la especificidad de la contribución de las mujeres a la cultura. En esos espacios nacieron importantes reflexiones y teorías que cuestionaron la manera tradicional de organización de las ciencias sociales y humanas y sus implicaciones negativas para el conocimiento sobre las mujeres en sociedad. En lo que respecta a la Edad Media, se constata no solamente la existencia de escritos femeninos, pero de un contenido que explicita crítica a la política sexual del período. En ese trabajo, se va a observar las condiciones que han permitido esa rica manifestación, revelando ser la Edad Media un tiempo privilegiado para la constitución de la memoria femenina.

**Introdução**

Neste trabalho serão apresentadas algumas reflexões sobre a memória feminina na Idade Média, tema ao qual me dedico desde o doutoramento na Universidade de Barcelona, mais especificamente no *Duoda* – Centro de Pesquisa das Mulheres. A descoberta de uma memória feminina tão viva em um período tão menosprezado, como costuma ser a Idade Média, surpreendeu-me e desafiou-me a questionar a relação entre essa rica memória e o menosprezo por este período histórico. Sem querer sugerir, obviamente, uma relação de causa e efeito, fui percebendo que o desafio de pensar essa relação é necessário. O intuito neste trabalho é trazer algumas reflexões sobre as condições que permitiram a constituição de uma rica

memória feminina no medievo, reflexões que partem das minhas investigações, das trocas com colegas dos grupos de pesquisa dos quais participo, e também das discussões com alunas e alunos das disciplinas ministradas no curso de História da Universidade de Brasília.

Quero começar por realçar a enorme contribuição que os chamados *women's studies* têm dado à produção do conhecimento sobre a sociedade nas últimas décadas. Essa abordagem ampliou o campo de estudos, incorporou novos temas e formulou objetos de estudo próprios. Reuniões periódicas (congressos, seminários, encontros etc) realizadas nos diferentes continentes, além da criação de centros de pesquisa e de inumeráveis publicações confirmam a dimensão que esses estudos alcançaram. Nesses espaços nasceram importantes reflexões e teorias que questionaram a forma tradicional de organização das ciências sociais e humanas e suas implicações negativas para o conhecimento sobre as mulheres em sociedade. Com o intuito de transformar esse panorama, incorporaram-se aos estudos novos temas, questionaram-se paradigmas, introduziram-se novos conceitos, noções e categorias de análise que permitissem pensar as questões formuladas por esse campo de estudos.

## 1. Memória feminina

Parte dos trabalhos relacionados aos *women's studies* dedicou-se a apontar o problema da invisibilidade das mulheres na história, associando-o às relações de poder definidas por uma cultura patriarcal, pouco receptiva à expressão feminina nos seus mais diversos âmbitos. No entanto, superado esse esforço inicial de revelar um problema central, partiu-se para considerar as mulheres como sujeitos produtores de memória, esta obviamente ocultada muitas vezes pela dinâmica inerente à relação poder-memória, que desvalorizou a memória feminina.

As pesquisas ampliaram-se e enriqueceram-se, o que permitiu, por exemplo, uma aproximação às mulheres do passado por meio dos seus registros escritos, suporte fundamental para saber o que elas, há muitos séculos, pensaram sobre si, sobre o mundo, sobre a vida. É importante lembrar que esses registros não são poucos, apesar do esquecimento forçado a que foram submetidos - muitos deles conhecidos em seu tempo, mas obscurecidos principalmente a partir da modernidade. Assim, podemos fazer uma crítica a Michelle Perrot que há algumas décadas disse que “a memória feminina é verbo” (Perrot, 1999:15), observando que essa memória não é apenas verbo, mas também escrita.

Acreditamos que esses textos, esses registros, são fundamentais para a construção de uma genealogia feminina, uma “*continuidade*” vinculada a uma tradição feminina e que tenha referenciais que se ancoram no pensamento das mulheres do presente e do passado, através dos mais variados registros, escritos, orais, iconográficos.

## 2. Idade Média e autoridade feminina

No que diz respeito à Idade Média, constatamos não só a existência de escritos femininos, mas de um conteúdo que explicita crítica à política sexual do período. Podemos citar os textos de mulheres inscritos na chamada *querelle des femmes* — debate literário iniciado nos últimos séculos medievais, que surge em consequência da dialética presente nos textos a favor e contra as mulheres, que prolifera no período. A título de exemplo, citamos a mais conhecida mulher envolvida nesse debate, Christine de Pizan (1364-1430), que dedicou uma de suas obras especialmente a contrapor os textos misóginos, tanto de autores antigos quanto contemporâneos, idealizando uma cidade utópica, a sua *Cité des Dames*, como espaço simbólico de refúgio feminino. Ou a valenciana Isabel de Villena (1430-1490), que escreveu a obra *Vita Christi*, onde destacava as personagens femininas do Evangelho, imbuída do mesmo sentimento de inconformismo com os textos anti-femininos que se disseminavam ao final da Idade Média.

Embora existam trabalhos que tentam identificar esta genealogia feminina antes da Idade Média, é a partir desse período que encontramos um número significativo de escritos de mulheres. E mais para o final do período, de escritos femininos de defesa das mulheres. E por que as mulheres ganharam espaço na Idade Média? Houve mudanças substanciais no contexto histórico que certamente contribuíram para isso, que permitiram a constituição deste lugar de enunciação da palavra feminina (Rivera, 1990), como a confluência de novas culturas, a romano-germânica, e também a árabe, principalmente no espaço ibérico. Outra mudança fundamental foi a expansão do cristianismo e das instituições monásticas, que passam a ser espaço de refúgio de muitas mulheres, com a possibilidade concreta de acesso à escrita, mais difícil em outros espaços.

A medievalista Milagros Rivera estabelece uma relação entre o modelo feudal e a cultura feminina. Para ela, esse modelo de sociedade se assenta em noções como *fidelidade e relação*, criando espaços de maior liberdade feminina, uma liberdade não individualista, mas relacional, comprovada, por exemplo, no go-



verno de algumas rainhas castelhanas. O feudalismo contemplaria lógicas políticas associadas às mulheres, como a forma de governo da casa, baseado também na relação e na fidelidade. Mesmo que o modelo feudal tenha introduzido, como afirma Milagros Rivera, novos elementos, como o cálculo e a hierarquia:

[...] a fidelidade e a relação prevaleceram e, como consequência, o distanciamento das mulheres da política com poder foi surpreendentemente menor na Europa feudal do que no Ocidente capitalista. São exemplos disso, as abadessas e as senhoras feudais (Rivera, 2005: 93).<sup>[1]</sup>

As teóricas da diferença sexual Luisa Muraro, Milagros Rivera, Blanca Gari e Chiara Zamboni — vinculadas aos grupos *Duoda* (Universidade de Barcelona) e *Diotima* (Universidade de Verona) —, partem da “ordem simbólica materna”, para entendê-la como uma tradição vinculada à cultura feminina, que sofrerá um contínuo processo de cancelamento nas culturas patriarcais (Muraro, 1992; Zamboni, 2004; Gari, 2006; Rivera, 2006). E para apreender esse processo é fundamental apoderar-se do conceito de Política Sexual como fundamento da política, entendendo-o como relações de poder em função do sexo que estabelecem formas de subordinação das mulheres em função da sexualidade e da sua capacidade reprodutora, que terá formas variadas dependendo da cultura e da época (Allen, 1985; Rivera, 2005).

É importante observar que na Idade Média a memória feminina se inscreve fundamentalmente nos espaços de vivência da espiritualidade, institucionalizada ou não. Ao observar que, ao escrevermos seus textos, as mulheres inventam novos espaços de liberdade e de descoberta de si, Roger Chartier afirma que “em certos meios sociais e em certas circunstâncias” o monopólio dos homens sobre a escrita pôde ser subvertida (Chartier, 2003: 20). Apesar de Chartier se referir a autobiografias de mulheres do sec. XIX e início do sec. XX, pode-se constatar essa “subversão” também nos escritos de mulheres desse tempo a que chamamos de Idade Média. Quanto aos “meios sociais” que favoreceram essa “subversão” ao monopólio masculino sobre a escrita nesse período, destaca-se o meio religioso como espaço privilegiado para a produção feminina. Como bem observou Virginia Wolf, as condições de produção são fundamentais, ou seja, espaço e tempo para produzir literatura. O matrimônio, com as atividades inerentes à vida doméstica, que sempre sobrecarregou as mu-

---

1. Tradução nossa.

lheres, deixa pouco tempo para as atividades intelectuais. Assim, a possibilidade oferecida a um amplo contingente de mulheres na Idade Média de seguir uma vida religiosa, que valorizava a leitura e a introspecção, abriu essa possibilidade como nunca antes havia ocorrido.

Portanto, a Idade Média constituiu um espaço privilegiado de constituição da memória feminina, principalmente considerando que o período moderno não trará boas novas nesse sentido, como bem observou Joan Kelly no seu clássico artigo “Tiveram as mulheres um Renascimento?”, cujo título já é uma provocação (Kelly, 1977).

E para chegar a essa memória feminina no período medieval, é importante recorrer, como já dito, ao conceito de “ordem simbólica materna”, uma ordem de sentido do mundo que se vincula àquela com quem se estabelece a primeira relação, ordem fundadora, mediada pela língua materna (Muraro, 1992). A filósofa Luisa Muraro revela ter procurado para si mesma uma ordem de sentido a partir dos referenciais filosóficos tradicionais, algo que permitisse compreender a si mesma e a própria vida, mas constatou, no entanto, que essa ordem, a colocava constantemente contra a obra materna:

Quanto mais buscava a independência simbólica, mais crescia em mim um temor de me submeter à realidade [...] Minhas preferências filosóficas o confirmariam: se orientaram aos filósofos e a uma conceção da filosofia em transparente rivalidade, pelo menos na linguagem usada, com tudo o que se refere à matriz da vida. Basta pensar em Platão e na insistência com que opõe a busca do ser e da verdade ao “reino da geração” (Muraro, 1992:89).<sup>[2]</sup>

Para Milagros Rivera esse “cancelamento material e simbólico da genealogia materna” teve consequências extremamente negativas para a escrita da história das mulheres (Rivera, 1990:15).

A Idade Média, no entanto, possui componentes importantes dessa genealogia materna em manifestações político/literárias, como é o caso da mística medieval, cujo protagonismo feminino é indiscutível, sendo um material fundamental para a memória feminina.

O reconhecimento de autoridade feminina na mística não ficou circunscrito ao ambiente feminino, tendo sido afirmada por seus contemporâneos masculinos, no papel de autoridades reconhecidas. Como observam Blanca Gari e Alicia Padrós-Wolff no estudo que acompanha a tradução da obra da grande mística me-

---

2. Tradução nossa.

dieval, Marguerite Porete, queimada na fogueira no séc. XIV, é possível perceber a partir do século XIII a presença no Ocidente de uma “arte nova”, uma arte que autoridades do período reconhecem ter nascido entre as mulheres (Porete, 1995: 10). Essa “arte” é anunciada por Lamprecht von Regensbrug da seguinte maneira:

E assim que em nos nossos dias  
Em Brabante e na Baviera  
A arte nasceu entre as mulheres  
Senhor Deus meu, que arte é essa  
Por meio da qual uma velha  
Compreende melhor que um homem sábio?<sup>[3]</sup>  
(Epiney e Brunn, 1998:14)

O grande poeta Dante Alighieri também reconhece essa arte nova e a vincula a um talento propriamente feminino. Certamente inspirando-se em textos místicos femininos, provavelmente em Marguerite Porete, ele dirá: “*Donne ch’avete intelletto d’Amore / i’vó con voi de mi donna dire*”, ou seja, “Mulheres que têm entendimento de Amor/ Eu quero falar-vos da minha mulher”<sup>[4]</sup> (Rivera, 2005:4).

Há outro elemento que une o já citado poeta Dante à mística feminina, que é o uso da língua materna. Ele reivindica a língua vernácula como o melhor instrumento para a expressão poética em *De vulgari eloquencia* (apud Muraro, 1998:30) e também as mulheres encontram nela seu meio de comunicação ao colocarem por escrito sua experiência mística. Se inscrevem, também, no movimento de renovação espiritual, fortemente presente no Ocidente desse período, com vivências mais livres da espiritualidade que, muitas vezes, superam o regime de mediação.

Como observado acima, a possibilidade oferecida a um amplo contingente de mulheres na Idade Média de seguir uma vida espiritual, muitas vezes extremamente aberta ao mundo, mas que valorizava, ao mesmo tempo, a leitura e a introspeção, ofereceu a possibilidade a muitas delas de se dedicarem às atividades intelectuais. Propiciou a existência de mulheres como Hildegarda de Bingen (1098-1179), uma mulher bastante importante na Idade Média, uma autoridade reconhecida em seu tempo, apesar de ainda pouco conhecida na contemporaneidade, detentora de um vasto saber no campo da teologia, das ciências e das artes.

---

3. Tradução nossa.

4. Tradução nossa.

Os poderosos de seu tempo, como papas e reis, admiravam seu trabalho e a reconheciam como sábia e profetisa.

Assim como Hildegarda, muitas outras mulheres deixaram registros escritos na Idade Média e graças ao esforço e investigação das últimas décadas, o acesso e análise desses textos tem sido possível. Muitas outras mulheres foram também reconhecidas enquanto autoridade na Idade Média, inclusive no plano simbólico, e um exemplo disso é o reconhecimento do caráter mediador feminino na mística, uma mediação com o sagrado, chamada também de mediação carismática. É possível ver esse reconhecimento em textos de eclesiásticos que, como confessores ou na tarefa de redigir a experiência mística feminina, confirmam essa autoridade na mediação com o sagrado. Estabelece-se assim uma relação entre mediação carismática e mediação literária, que seria a forma autorizada da mística. Para Blanca Gari e Alicia Padrós-Wolff, aqui nasceria um problema que, por não ter solução, levará ao fim desse modelo literário (Porete, 1995, p. 17-8).

Gostaríamos de concluir essas reflexões, ao caminharmos para o final do período medieval, com melhores novidades. Afinal não são os tempos modernos que se avizinham? Porém, as notícias sobre o fechamento dos espaços de expressão feminina nos últimos séculos medievais impede-nos de trazê-las. No entanto, independentemente das consequências negativas que as mudanças ocorridas nesse período poderão trazer para a memória feminina — e que analisaremos em outra ocasião —, o que queremos enfatizar aqui é esse tempo, Idade Média, que com suas especificidades tem muito a dizer-nos. E aqui, não podemos esquecer a importância fundamental do cristianismo e seu *ordo clerical*, que inclui as mulheres em atividades distantes das tradicionais, vinculadas à maternidade, tão próprias do Contrato Sexual nas mais diversas culturas e tempos. Contrato que antecede o social, por mais que os séculos XIX e XX nos tenha ensinado o contrário ao organizar o conhecimento e as lutas sociais, mas deixando de lado as questões relacionadas com a Política Sexual. A violência contra as mulheres na atualidade, em todas as classes sociais, revela-nos o problema, problema que os Estados contemporâneos não conseguem resolver. Que antes essas luzes — e não trevas — que chegam da Idade Média e que permitem construir memória feminina, nos ajudem a repensar o nosso tempo.

## Referências

Allen, Prudence (1985) *The Concept of Woman. The Aristotelian Revolution (750 BC-Ad 1250)*. Montreal- Londres: Eden Press.

- Brochado, Cláudia (2014a) As pouco silenciosas monjas medievais. In: Stevens, Cristina et al. (org.). *Estudos feministas e de gênero: articulações e perspectivas*. Florianópolis: Editora Mulheres.
- Brochado, Cláudia (2014b) Evangelhos em feminino: interpretações de uma escritora medieval ibérica. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 42, jun.
- Chartier, Roger (2003) Prefácio: Mulheres de papel. In: Lacerda, L. *Álbum de Leitura: Memórias de vida, histórias de leituras*. São Paulo: Ed. Unesp, p. 17-24.
- Epiney-Burgard, Georgette e Zum Brunn, E. (1998) *Mujeres trovadoras de Dios* Paidós: Barcelona/Buenos Aires/ México.
- Gari, Blanca (2006) La vida del espíritu. In: Rivera Garretas, M. (ed.) *Las Relaciones en la Historia de la Europa Medieval*. Valencia: Tirant lo Blanch.
- Kelly, Joan (1977) Did women have a Renaissance? In: Renata Bridenthal e C. Koonz, (eds.) *Becoming visible: Women in European History*. Boston: Houghton Mifflin Co., pp. 175-201.
- Muraro, Luisa (1998) La alegoría de la lengua materna. *DUODA Revista d'Estudis Feministes*. Barcelona, n. 14.
- Muraro, Luisa (1992) *L'ordine simbolico della madre*. Roma: Riuniti, 1992.
- Perrot, Michelle (1989) Práticas da Memória Feminina. *Revista Brasileira de História*. 8: 9-18.
- Porete, Marguerite (1995) *El Espejo de las almas simples/ Anonimo Hermana Katrei*. Estudo e tradução de Blanca Gari e A. Padrós-Wolff. Barcelona: Icaria.
- Rivera Garretas, María-Milagros (2005) *La diferencia sexual en la historia*. Valencia: PUV.
- Rivera Garretas, María-Milagros (1990) *Textos y espacios de mujeres. Europa, siglo IV-XV*. Barcelona: Icaria.
- Rivera Garretas, María-Milagros (2006) La política sexual. In: Rivera Garretas, M. (ed.). *Las relaciones en la Historia de la Europa Medieval*. Valencia: Tirant lo Blanc, p. 139-204.
- Zamboni, Chiara (2004) Acción e inaudito en la política de las mujeres. *DUODA Revista d'Estudis Feministes* 27: 33-47.



# PARTE V

## **FAMÍLIA, SEXUALIDADE E RELAÇÕES DE INTIMIDADE**





## **Between polarization and opposition: contexts of constructing female and male sexuality in sexual education textbooks in Poland**

*Emilia Paprzycka*

*Joanna Dec-Pietrowska*

### **SUMÁRIO**

Este artigo diz respeito aos contextos de construção da sexualidade da mulher e do homem nos conteúdos de livros de educação sexual polacos. Os investigadores tentaram apurar como as mulheres e os homens são apresentados nos livros de educação sexual no contexto da sexualidade, e se os estes têm em conta a variedade de comportamentos da mulher e do homem. A análise inclui todos os manuais de educação sexual aprovados para o ensino pelo Ministério da Educação Nacional entre os anos 2013 e 2015. Foram aplicados métodos qualitativos na pesquisa. A análise às publicações mostrou a polarização de opiniões sobre necessidades sexuais e comportamentos das mulheres e homens, e a oposição específica à imagem apresentada sobre a vida sexual.

**PALAVRAS-CHAVE:** género, sexualidade, educação sexual, livros de educação sexual

### **ABSTRACTO**

Este artículo trata de los contextos de la construcción de la sexualidad de las mujeres y los hombres en los contenidos de los libros de texto de educación sexual po-

lacos. Los investigadores trataron de averiguar cómo las mujeres y los hombres se presentan en los libros de texto de educación sexual en el contexto de la sexualidad, y si los libros de texto tienen en cuenta la variedad de las maneras de ser mujer y de ser hombre. El análisis incluyó todos los libros de texto de educación sexual para el proceso de enseñanza aprobado por el Ministerio de Educación en los años 2013-15. Se aplicaron estrategias cualitativas en la investigación. Los análisis de los resultados presentaron la polarización de opiniones sobre las necesidades y comportamientos sexuales de las mujeres y de los hombres, y la oposición específica de la imagen que se presenta de la vida sexual.

**PALABRAS CLAVE:** género, sexualidad, educación sexual, libros de texto sobre educación sexual

#### **ABSTRACT**

This paper concerns the contexts of the construction of sexuality of women and men in the contents of Polish sex education books. The researchers sought to find out how women and men are presented in sex education books in the context of sexuality, and whether these books consider the variety of behaviours of women and men. The analysis includes all sex education manuals approved for teaching by the Ministry of National Education between the years 2013 and 2015. Qualitative methods were applied in the research. The analysis to the publications showed the polarisation of opinions about sexual needs and behaviours of women and men, and specific opposition to the presented image of the sexual life.

**KEYWORDS:** gender, sexuality, sex education, sex education textbooks

#### **Introduction**

The issues of teaching about human sexuality in Polish schools have always aroused much controversy, vagueness and numerous disputes (not only related to outlooks on life and ideology). The subject itself, now called “Family Life Education” is a result of the Act on Family Planning, Human Embryo Protection and Conditions of Permissibility of Abortion, of January 7, 1993. However, Section 4.1 thereof assumes merely a certain segment of human sexuality education by providing that “courses on the sexual life of an individual, principles of conscious and responsible parenthood, the value of family, life in the prenatal phase, as well

as on methods and measures of conscious procreation shall be introduced into school curricula”.[<sup>1</sup>]

The complexity of the issue is proved by its various names introduced in the past years, its obligatoriness in the education process, numerous ordinances and novelties of the act which regulate the questions, curricula, the approved and recommended textbooks and educational aids, and the questions of training teachers. The matter of the curriculum and textbooks approved by the Minister of National Education seems a key one here. Under the Ordinance of the Minister of National Education of 2012, the curriculum of “Family Life Education” provides the goals of the education and contents of the teaching process – detailed requirements at individual grades of education. It provides also the manner of teaching the subject (see Dec-Pietrowska, Długołęcka, Paprzycka, Walendzik-Ostrowska, Waszyńska, 2016:242-255). The Polish market currently offers an undiversified range of textbooks and workbooks for the subject. Most of them have been prepared by the same authors with a certain outlook on life, which leaves little choice for parents who would like their children to benefit from knowledge both reliable and adequate to the present stage of scientific development about human sexuality, beyond the Catholic spirit.

The objective of this paper is to analyse the messages related to the patterns of female and male sexuality included in selected textbooks for “Family Life Education”[<sup>2</sup>]. An attempt was made to determine how the analysed sexual education textbooks present women and men in the context of sexuality, and what meanings are ascribed to sexuality. The research was accomplished in the gender perspective and, by that, the assumption was made that its application is of fundamental significance in research on the present communities as it draws attention to the changeability of the notions of femininity and masculinity in time and space, patterns of the roles of man and woman, contents of the roles, and social expectations addressed to them. Thus, application of this perspective in the research makes it possible to increase and extend the knowledge about what has thus far been determined concerning the significance of gender for the social functioning of women and men and how it has been determined and if it has a cognitive

---

1. Act on Family Planning, Human Embryo Protection and Conditions of Permissibility of Abortion of January 7, 1993, at: <http://isap.sejm.gov.pl/DetailsServlet?id=WDU19930170078> (accessed 29 July 2016).

2. The paper is a part of the research project “Gender in textbooks” whose goal was a reconstruction and critical analysis of the contents of Polish textbooks and curricula as for the patterns of femininity and masculinity presented and promoted therein (see Dec-Pietrowska, Paprzycka, 2016: 127-174).

value and is useful for the development of knowledge within social sciences and widely understood humanities (Szacka, 2011:20). In cases of issues undertaken in the research, applying this perspective seems appropriate because, as claimed by Stevi Jackson and Sue Scott (2005:20-21) sexuality and gender are empirically interconnected. Sexuality is gendered in fundamental ways and sustained by sex division. Therefore, the use of a gender category as an analytical tool gives the opportunity of focusing on the difference between women and men in isolation from a naturalistic connotation.

### **1. Social construction of sexuality – the assumed perspective of analyses**

According to the World Health Organization, sexuality is a central aspect of the human being, and sex, gender, sexual identity, sexual orientation, eroticism, pleasure, intimacy and procreation are its constituents. As one of the components of human personality, it is shaped during all of life, and it is expressed via fantasies, desires, beliefs, attitudes, values, behaviours, roles and relations (WHO, 2006:6). In the biological dimension, it refers mainly to possessing the appropriate features ascribed to the given sex, attachment to the given sex and all the consequences thereof (Beisert, 2006:8). The biologised attitude is often reflected in publications within the scope of sexology and sexiatics, both in the older ones (Imieliński, 1985; Leiblum and Rosen, 2005; Beisert, 2006; King, 2009) and in the latest ones (Bancroft, 2011; Lew-Starowicz, 2011, 2012a, 2012b, 2013; Fausto-Sterling, 2012; Richardson, Smith and Werndly, 2013).

The present-day formulations include also the social context of sexuality. It is assumed here that sexuality and embodiment are subject to social and cultural construction, and the society shapes not only opinions on how the body should be perceived but also which parts of the body and which behaviours are of a sexual nature (Buczowski, 2005; Giddens, 2005; Seidman, 2012). They emphasise that sexuality is an integral sphere of human life in the psychological, social, and cultural dimensions. Understood as such, sexuality is related to all the aspects of experiencing gender, sex and interpersonal relations (Jackson, Scott 2005:20, Seidman, 2012:38). Such formulation of sexuality is included in the gender perspective. This constructivist orientation assumes that social practices make the body sexualised and, thus, gender is not determination but a situation in which the body is experienced (Connell, 1987). At the same time as being an identity and psychological structure, gender is subject to further determinacy in various so-

cial contexts which are changeable. Woman or man are more than mere biological and social-cultural constructs because age, sexual orientation, nationality, race, class, and personal experience are further categories which shape the experience of being a person of a given gender (Toril, 1999b:35, Jackson, Scott 2005:22).

How femininity and masculinity is constructed in the individual dimension depends on the patterns provided in the process of education and socialisation. Sexuality is understood and experienced similarly as sexuality and is a natural consequence of the world of two sexes. In the course of socialisation, “sexual scripts” are formed. They are a matrix of sexual behaviours internalised during the social process of learning. The scripts, formed during the entire life period, are a reflection of the messages which define a given behaviour as appropriate and desirable. At the same time, some emotions and desires acquire a sexual context (Seidman, 2012:70). This way, the normative system referring to sexuality and its manifestations is defined. Each society sets some limits of norms and pathology concerning human sexuality, which form a certain hierarchy. This means that some forms of sexuality, desires or behaviours are socially awarded whereas other ones are condemned similarly as is the case of socialisation for the roles of genders (Giddens, 2005:129-132). The category of gender induces some patterns of sexuality. However, classification and system of sexual rules refers to representatives of both sexes (Rubin, 2004:164-204, Jackson, Scott 2005:14).

According to Michel Foucault, social control of sexuality facilitates supervision over the human body and, thus, its actions. This results in discipline within the scope of practising and perception of corporality and sexuality. Owing to control of emotions, needs, and behaviours, the individual has a chance to understand the body (and, at the same time, to convert it into a socially useful and efficient object). On the other hand, such control favours maintaining order and the social system (Foucault, 2010). Thus, the experienced body is a social body, constituted by meanings and values, and it is — as Beverly Skeggs (2004:19) stresses it — via the body that an individual learns since their childhood to perceive deeper structural features which in turn are never solely an experience of a structure but are always linked with physical and sexual presence with its bodily reactions to others. According to this author, this is a dialectic process which results in objectivisation where some features become objectified in time, and form a habitus, as understood by Pierre Bourdieu (Chowaniec, 2012, Toril, 1999a). In this context, a human body is an important factor in the generating and reproduction of social

order. Thus, social control of the body and sexuality and ascribing social meanings to them are the two crucial elements of the process of socializing of the body (Leszniewski, 2009:142). So, in this process, individual corporeality and sexuality are disciplined by detailed instructions which organize and regulate daily practices and by that they constitute characteristic reflections of the manners of “corporal being” specific to a given culture and community. However, in the case of feminine corporeality, daily practices which control their compatibility with the currently valid and desirable canon are more rigorous (Garncarek, 2010:60).

Like race or gender, sexuality is a kind of identity. Not only do individuals define themselves but they also inform others that they are hetero-, homo- or bisexual, as many of us perceive sexuality as the essence of our own identity, and we are engrossed by sexuality of ourselves and others. That is why sex education plays an important role here as it is one of the contexts for the social construction of sexuality. In particular, the content, substance, and form of educational messages seem key ones to this end. They may directly induce self-perception of an individual who has a certain sex together with all its manifestations and attributes — sexual awareness, sexual identification. At a later time, they may affect directly acceptance of one’s own sex, accomplishment of one’s emotional and sexual needs as well as decisions on behaviours within this context, and creation of one’s femininity or masculinity. The analysis of such reaction within the scope of constructing sexuality and corporeality also seems important since it is of a long-term nature and, besides, it is a space for passing the so-called secret content which is not included in school curricula but which reflects social prejudice and stereotypes referring to sex, corporeality and sexuality (Buczowski, 2005:203).

## **2. Methodological assumptions and course of the research**

In the course of the research presented in this paper, the research perspective and analysis categories were defined by the gender concept, which was the condition of the manner of planning the research and analysing the findings. The research was carried out in line with the perspective of rejection of the masculinity-femininity opposition within the scope of behaviours and personality traits and of acceptance of the existing biological differences (Flax, 1987; Baber and Allen, 1992; Gould, 1997, following Titkow, 2011:38, Stanley 2005:31). As understood so, gender is not comparatively opposed to sex, personality, body, but is strictly linked with sex. Sex is a specific basis overlapped by social interpretations, defin-

ing some features and behaviours as feminine or masculine ones, and is socially conditioned and changeable with reference to time and culture (West and Zimmerman, 2002:3-25).

The subject of the analysis were the messages concerning feminine and masculine sexuality presented in textbooks for the subject “Family Life Education”. The research aimed at recognising which patterns of feminine and masculine sexuality are presented in the analysed textbooks. Another goal was to recognise the meanings ascribed to sexuality, and contexts of describing sexual behaviours defined as feminine and masculine ones.

The research procedure was determined by the following questions: 1) What meanings are ascribed to sexuality of women and men in the textbooks for sex education? and 2) In what contexts are sexual behaviours of women and men described?

The research was of a descriptive nature. It was carried out with a qualitative strategy with the use of the content analysis technique. The analysis covered all the current textbooks and workbooks for the subject of “Family Life Education” approved by the Ministry of National Education for all the levels of education in the years 2013-2015. The analysis was carried out, taking into consideration the assumption, that any narrative is always a reflection of the authors’ views functioning in a specific social, political, and cultural context (see Plummer 2013). Therefore, the analysis’ results can be rather interpreted as officially recognised, and a proper educational message in the Polish school system, which operates within the designated current political context.

The total of 11 books (3 textbooks and 8 workbooks) were analysed. The comparative analysis was defined by the research issues. The following categories were analysed: sexual behaviours, sexual pleasure, sexual satisfaction, sexual experiences, sexual urge, sexual initiation, forms of sexual behaviours, sexual orientation. All the analysed contents were encoded<sup>[3]</sup>.

---

3. Król, Teresa (ed.) (2013) *W drodze ku dorosłości. Wychowanie do życia w rodzinie. Ćwiczenia i materiały dla uczniów klasy V szkoły podstawowej*. Kraków: RUBIKON (P\_Ć5/2013); Król, Teresa (ed.) (2014) *Wędrując ku dorosłości. Wychowanie do życia w rodzinie. Ćwiczenia dla klasy V szkoły podstawowej*. Kraków: RUBIKON (P\_Ć5/2014); Król, Teresa (ed.) (2013) *W drodze ku dorosłości. Wychowanie do życia w rodzinie. Ćwiczenia i materiały dla uczniów klasy VI szkoły podstawowej*. Kraków: RUBIKON (P\_Ć6/2013); Król, Teresa (ed.) (2014) *Wędrując ku dorosłości Wychowanie do życia w rodzinie. Ćwiczenia dla klasy VI szkoły podstawowej*. Kraków: RUBIKON (P\_Ć6/2014); Król, Teresa (ed.) (2014) *Wędrując ku dorosłości Wychowanie do życia w rodzinie. Podręcznik dla klas V-VI szkoły podstawowej*. Kraków: RUBIKON (P\_P5/6); Król, Teresa (ed.) (2012) *Wędrując ku dorosłości. Wychowanie do życia w rodzinie. Ćwiczenia dla 1 klasy gimnazjum*. Kraków:

### 3. Meanings ascribed to sexuality and contexts of defining sexual behaviours

In the analysed textbooks both form and content of the messages clearly value positively the behaviours complying with the traditional model of roles of sexes, a Catholic outlook on life, and a conservative attitude to sexuality, whereas negative meanings are ascribed to sexuality understood to be in compliance with the liberal attitude. In a more or less direct manner, the books promote a heteronormativity perspective. The books present two opposite possibilities of realisation of one's sexuality, defined as two worlds: conservative and liberal. The former, a positive connotation, recommends and approves a conservative presentation of standards and morals within the sphere of sexuality, and it focuses upon love, marriage and family. The latter, a liberal attitude, negatively identifies sex with early sexual initiation, sex with no restrictions, unfaithfulness and separation. This message is reflected in each of the descriptions of sexual behaviours and activities presented in the textbooks. Seven examples of such antinomy found in the textbooks are presented below.

#### The value of sexual intercourse in marriage versus faults of other forms of realization of the sexual urge

Sexual contacts are considered here as an important indicator of the relation, but only the formal one — in marriage. According to the message, full sexual satisfaction is possible in marriage only: “The desire for mutual intimacy is expressed in full satisfaction through sexual contacts which are undoubtedly an important indicator of the relation in marriage” (ŚR\_P, R.2, S.59, A.1). Sexual intercourse, if with a spouse, is described in categories of expressing mutual love, most intimate contact, sexual intercourse and, eventually, erotic actions. On the other hand, other forms of satisfying sexual needs, i.e. extramarital sex and masturbation are shown in negative contexts as behaviours which emasculate human personality, a source of problems and dissatisfaction. “After copulation the soul is sad.

---

RUBIKON (G\_Ć1); Król, Teresa (ed.) (2012) *Wędrując ku dorosłości. Wychowanie do życia w rodzinie. Ćwiczenia dla 2 klasy gimnazjum*. Kraków: RUBIKON (G\_Ć2); Król, Teresa (ed.) (2012) *Wędrując ku dorosłości. Wychowanie do życia w rodzinie. Ćwiczenia dla 3 klasy gimnazjum*. Kraków: RUBIKON (G\_Ć3); Król, Teresa (ed.) (2015) *Wędrując ku dorosłości. Wychowanie do życia w rodzinie. Podręcznik dla klas I-III gimnazjum*. Kraków: RUBIKON (G\_P1-3); Król, Teresa (ed.) (2013) *Wędrując ku dorosłości. Wychowanie do życia w rodzinie. Ćwiczenia dla uczniów klas I-III szkoły ponadgimnazjalnej*. Kraków: RUBIKON (ŚR\_Ć); Ryś, Maria and Król, T. (eds.) (2013) *Wędrując ku dorosłości. Wychowanie do życia w rodzinie. Podręcznik dla uczniów klas I-III szkoły ponadgimnazjalnej*. Kraków: RUBIKON (ŚR\_P).



Young man experiences almost the same psychological feeling as after masturbation.” (ŚR\_Ć2, R.8-9, S.56-57, A.2).

### **Significance of “premarital purity” versus negative effects of early sexual initiation**

The analysed books include a clear message pertaining to sexual initiation which should take place with a spouse only: “The most proper place for sexual initiation is marriage” (G\_Ćw2, R.16, S.57, Zad.3.6). Early initiation is presented in the context of negative results. According to the message, starting sexual contacts in the beginning of the relation, before the bond is formed, may result in such negative consequences as unwillingness to get to know the partner better, absence of a critical view of the partner, inappropriate assessment of the partner’s features, and disappointment with the relation which lacks an emotional bond.

When people include eroticism in their relation too early, the paramount power of eroticism moves away the willingness of mutual learning about each other and being together in other spheres. It is more difficult to look critically at the partner’s behaviour, negative assessment of his/her attitude and behaviour may be smoothed-over, compensated by benefits arising from sexual relations, which are often followed by frustration that arises from a feeling that the sexual activity obliges us to stay with a person with whom we have not formed a deeper understanding and a bond in the emotional and spiritual spheres (ŚR\_P, R.2, S.66, A.3).

The textbooks also try to show the relation between early commencement of sexual activity and pathologies of social life: “There is a close relation between early initiation and low average of grades at school, drinking alcohol and use of drugs” (G\_P1-3, R.9.7, S.193, A.1). The youth is also warned against the calamitous influence of cultural permission and negative change of morals with relation to premarital sex: “Cultural permission and devaluation of principles and morals related to maintaining premarital purity many a time lead young people to making mistakes which victimise themselves” (ŚR\_P, R.2, S.67, A.3).

### **Heteronormativity versus other sexual orientations and preferences**

The sexual behaviours approved in the textbooks are defined solely in the context of heterosexuality. Each sexual intercourse, realisation of a sexual need is always referred to woman and man, and not to people who love and desire each

other: “Erotic activities are for woman and man, the deepest and most involving way of giving oneself” (ŚR\_P, R.2, S.65, A.5). The issues of homosexual orientation are only mentioned in the textbooks for junior and senior high school, and they focus merely upon defining the notion. The textbooks do not refer to the issues of functioning of homosexual women and men in society or problems of young people who discover their sexual orientation other than heterosexual ones. There are casual remarks on ceasing the homophilic phase in the period of adolescence, and more attention is paid to the conditions of the direction of sexual orientation.

### **Sex for procreative purposes versus sex for pleasure**

The textbooks define sexual urge as a biological power which is connected with love on the one hand, and on the other, a power which must be subdued and controlled: “Sexual urges may be silenced. Man can control the energy although it certainly requires a lot of effort. As opposed to animals, in human beings the energy is connected with love” (P\_Ĉ5, R.10, S. 39, A.4/2013). Sexual intercourse itself is strictly identified with procreation, and readiness of woman and man for being a parent is presented as a prerequisite for beginning sexual activity: “The specific feature of the most intimate contact is a chance to transfer life” (ŚR\_P, R.2, S.54, A.1). The matter of sexual satisfaction is not present here. There is no information either about acquiring sexual satisfaction from extramarital relations. The authors of the textbooks indicate rather that sexual activity aimed at realization of sexual needs may lead to such negative and aggravating consequences as premature sexual initiation, and addiction to sex: “One may as well emasculate oneself if he/she reduces the power [sexual urge] to physiology only” (P\_Ĉ5, R.10, S. 39, A.3/2013).

### **Virtues of natural methods of family planning versus harmfulness of contraception**

The analysed description proves an attitude which strongly emphasises positive sides and virtues of natural methods and, at the same time, it points to the harmfulness of the use of contraceptives, their inefficiency, and side effects. The description even suggests that contraceptives cause infertility and addiction: “Natural family planning brings freedom from self-sterilisation, from addiction. It accommodates the challenge of love, i.e. being a gift for another person and accepting a gift of him/her” (ŚR\_Ĉ2, R.16, S.74, A.2). Contraception is considered a requisite of sexual freedom, frequent change of partners. There is no information

at all about condoms and their function in HIV/AIDS prevention. The language of the message also draws one's attention. The information is presented in a persuasive, sometimes even manipulative manner. The good sides of natural methods of family planning are shown in opposition to hazards and faults of contraception which is, in addition to this, identified with emergency contraceptives.

### **Marital sexual intercourse versus in vitro**

Although the analysed books present the issue of infertility, it is shown in a selective manner. On the one hand, there is information about the *in vitro* method which is defined as “a form of technical replacement of marital sexual intercourse”, but solely in the context of formal relations. The method is described as discordant with the outlook on life — as one whose application does not respect human dignity. Moreover, it is defined with the use of such words as “selection”, “transfer”, “thawing”, “freezing”, “maintaining”, “destroying”. On the other hand, the textbooks present the method of NaProTechnology which is shown in a positive light, with good sides only and always successful: “Natural family planning brings freedom from self-sterilization, from addiction. It accommodates the challenge of love, i.e. being a gift for another person and accepting a gift of him/her” (ŠR\_Ć2, R.16, S.74, A.2). The notions of “infertility” and “sterility” are used interchangeably, which makes the contents vague, and the matter is presented unreliably.

To sum up, we may state that the form and content of the messages clearly promote a conservative presentation of the norms in the sphere of sexuality whereas the liberal attitude is illustrated with negative examples. In the analysed publications, such components of sexuality as desire, excitement, realisation of sexual needs are presented in the context of the only possible intimate relation, i.e. a heterosexual relation of a woman and man who love each other, and which may be accomplished in a marital relation oriented to procreation.

### **4. Feminine sexuality and masculine sexuality – separateness and complementarity of two “worlds”**

The publications for sex education depict two worlds, separate and different from each other — the world of sexuality of women and that of men. The differences between man and woman in the sexual sphere, development of feelings, and desire are defined in the textbook as something positive: “The sexual pleasure of

man and woman differ very much. It is certain. Anyway, it is crucial to distinguish these two types of pleasure. They are complementary but definitely different” (ŠR\_Ć2, R.8-9, S.56-57, A.2). Men are presented here as emotionally stable, responsive to visual stimuli, unwilling to talk about feelings, having problems with expressing the intimate sphere, reserved, with larger sexual needs, and as those who attach greater importance to sexual satisfaction. Women are shown as those who experience moods (which is related to the menstrual cycle), responsive to tactile stimuli, and more willingness to talk about feelings. The textbooks inform also that women’s sexual excitement grows and decreases more slowly. The polarization of the message refers to sexual satisfaction of women and men too.

In the analysed textbooks, feminine sexuality is presented as psychologically conditioned, with emotional consequences and requisites, different but dependent on man and controlled by him. It is defined in the categories of a task which requires control of both woman’s and man’s behaviours. It is presented primarily in the context of emotions and needs of a psychological nature. Described with such terms as “requires” and “needs”, feminine sexuality has a connotation of something that “does not come from a woman”, but that depends on man.

Feminine pleasure, as opposed to man’s pleasure requires many preliminary conditions. Principally, a woman achieves sexual pleasure slowly, much more slowly than man does. She needs to be overwhelmed by a state of great confidence, tenderness, peace and serenity. Woman’s organism and her psyche function like this indeed. For full bloom she needs great trust, feeling of safety, a quiet and peaceful atmosphere, all this that is not always necessary for man. Feminine pleasure does not come from woman only, but it arises from the manner in which man can give it to her and to himself at the same time (ŠR\_Ć2, R.8-9, S.56-57, A.2).

The messages inform clearly that it is marriage that forms the space for realisation of sexual needs. At the same time, the message referring to initiation of sexual life clearly indicates the necessity for abstemiousness and avoidance of any forms of sexual behaviour until the woman gets married. As women sexually develop earlier than men do, they become somehow responsible for a sexual situation. Thus, a conclusion appears that women should control man’s urges. Furthermore, women are subject to consequences of early extramarital sexual activity, i.e. “unwanted” pregnancy.

Masculine sexuality is presented as achieved, problematic, and inhibited sexuality, biologically conditioned and limited. It is presented mainly in the context of biology and physiology, i.e. realisation of a sexual need. It is shown as a situation of relieving sexual tension, which leads not only to pleasure but also to negative feelings when achieved beyond the context of marital relations. The sexual urge is defined as biologically conditioned but with psychological consequences, negative ones in the case of early initiation and autoeroticism. Man's sexual pleasure is presented in "technical" categories, realised and achieved via relieving sexual urges. Any forms of premarital sexual activity are stigmatised and identified with negative consequences for a teenager's psyche development, his masculinity and future relations with women. Achieving sexual pleasure may also lead to negative emotions and a feeling of embarrassment, to indifference to the partner and sexual frustration, and it may generate the problem of an instrumental attitude towards the partner.

How boys achieve sexual pleasure. As you know, sexual or sensual urge starts in their brain and it causes erection of the penis due to which boys may sometimes feel embarrassed. The pleasure appears as tension in all the sexual organs which may be relieved via ejaculation, i.e. a rapid emission of the male semen or sperm. What we call orgasm occurs together with ejaculation. This is when man achieves the greatest pleasure. In premature sexual relations it is manifested by expression of sadness, failure of the apparent masculinity. The boy does not feel very proud of himself because he has not shown himself to be a man: he was playing with the body of his girl for whom he had craved. A young man has a similar psychological sensation as if he had masturbated. He may even disregard what has just happened — he says he is going to play basketball or to prepare for lessons" (ŠR\_Ć2, R.8-9, S.56-57, A.2).

<b>FEMININE SEXUALITY VERSUS MASCULINE SEXUALITY</b>	
<b>FEMININE SEXUALITY</b>	<b>MASCULINE SEXUALITY</b>
<i>dependent, task-like, externally controlled, psychologically conditioned</i>	<i>achieved, problematic and inhibited, biologically determined</i>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Presented in the context of emotions and needs of psychological nature</li> <li>▪ Described with such terms as: requires, needs in the context of a relation with man, with connotation of something which “does not come from woman”, but depends on man</li> <li>▪ The messages clearly inform teenage girls that marriage is the space for realization of sexual needs, and that their task is “not to be caught by boys” until marriage</li> <li>▪ In the textbooks, girls shall control their own and boys’ sexuality - it is them who accept or not sexual contacts, provoke sexually or not</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Presented in “technical’ categories, achieved via relief of sexual urge</li> <li>▪ The urge is defined as biologically conditioned, but of social and psychological consequences</li> <li>▪ Sexual pleasure of teenage men is presented in the context of the need to relieve sexual tension</li> <li>▪ Sex beyond regular relation, early initiation, masturbation, homosexual contacts are presented in the contexts of negative consequences</li> </ul>

Source: our own elaboration.

**Table 11.1** Feminine sexuality versus masculine sexuality

The analysed textbooks define sexuality quite precisely and clearly. We have here a pattern of feminine sexuality entangled in emotions and dependent on man and on masculine sexuality dominated by the urge. The language of the description is valuating, opposing needs, sensations, pleasure and behaviours of representatives of “the opposite” sex to one another. Sexual needs and behaviours are shown as opposition but also interdependence. Satisfaction of young women depends primarily on men. The issue of girls’ sexual needs and reduction of sexual tension seems non-existent. On the other hand, masculine sexuality is shown as difficult to be subdued and sexual development of adolescent boys is presented from the perspective of impulsiveness and biologism. The textbooks seem to convince the reader that due to the fact that girls sooner grow up sexually, they are responsible for sexual situations and, thus, they should control man’s urges.

So, the authors persuade the readers that the power of women is in their sexuality, and virginity is of a huge value; girls lose boys' respect unless they control boys' sexuality.

### Summary

The contexts of sexual behaviours as presented in the analysed textbooks clearly show separation and valuation of two different perspectives on sexuality. On the one hand, we have here a “conservative world” where sexual needs are realised in matrimonial relations, it is an expression of love and oriented to procreation. Family planning is based only upon natural methods and in case of problems with getting pregnant, upon NaProTechnology. On the other hand, we find a “liberal world” with early initiation, masturbation, orientation of partners to satisfying their own sexual needs, acceptance of contraceptives and technical forms of remedying infertility (*in vitro*).

In Polish textbooks, “Family Life Education” appears also as an education for differences, not variety. Equal treatment and reinforcing the variety of boys and girls, so significant in the perspective of proper psychical and sexual development, seems absent here. Nowadays women and men differ from one another, but women differ from one another as men do. However, while reading textbooks for Polish sex education, we have a strong conviction that we differ — women from men — categorically. The heteronormativity message concerning feminine and masculine sexuality, inscribed in a traditionally-defined model of sexes is shown here as the only possible one. In case of masculinity, we face here a message, as Gierczak (2015:8) puts it, that makes men victims of biological essentialism and, archaic today, division into the roles ascribed to people with relation to the sexual organs they have. As researchers indicate (Kłonkowska, Bojarska, Witek, 2015:51), this model is becoming more and more outdated at least among members of middle class, western societies, i.e. the group which still expansively determines the standards of behaviour and attitudes. Apart from this, such a message is of a restrictive nature, it does not favour development free of tension and suppression but rather builds a constant feeling of guilt (Jagielski, 2013:107-109; La Cecla, 2014:15; Lis, 2015:58-60). The content of the analysed textbooks skip also new patterns of girls' sexuality and new socialisation contexts originating from pop culture (e.g. Melosik, 2013; Durham, 2010). The patterns, e.g. *power girl*, show teenage girls as those who may construct and reconstruct their identity themselves via

the world of consumable goods, and that they may treat boys instrumentally, to satisfy their own needs. According to this pop culture message, young women are not passive and withdrawn, but oriented to new experiences, sexual experiences too. Establishing relations, they enter a kind of “contract where they know how to separate love from sex” (Gromkowska-Melosik, 2010:205-239).

To sum up, one may state that textbooks and workbooks for “Family Life Education” are very well-written books for family life education but only for life in a nuclear family of traditional values; books which show life in a family of white, healthy, heterosexual people of medium social and economic status, of Catholic religion and conservative views. Young people with disabilities, those from single-parent families or without parents, non-heterosexual, those who have experienced early sexual initiation, irreligious ones, of other than Catholic beliefs and of other races will not “find themselves” here. The reality described in the books for sex education is not their experience. The contents offered in the textbooks do not take into consideration the entire spectre of the phenomena which are the consequence of the changes within the scope of private life that we observe in present-day societies, e.g. liberalisation of attitudes towards sex, variety of forms of private relations, diversification of sexual behaviours, changes in the patterns of men’s corporality, sexualisation of girls, and possibilities of realising one’s sexual life in the social space of the Internet. Thus, the educational offer within the scope of knowledge about sexuality included in the analysed textbooks is inadequate to the assumptions of present-day sex education.

## References

- Baber Kristine and Allen K. (1992) *Women & Families, Feminist Reconstructions*. New York-London: The Guilford Press.
- Bancroft, John (2011) *Seksualność człowieka*. Wrocław: Elsevier Urban & Partner.
- Beisert, Maria (ed.) (2006) *Seksualność w cyklu życia człowieka*. Warszawa: PWN.
- Buczkowski, Adam (2005) *Spółeczne tworzenie ciała. Płeć kulturowa i płeć biologiczna*. Kraków: Universitas.
- Chowaniec, Urszula (2012) Ciało jako sytuacja. Kultura i płeć w kontekście socjologii Pierre’a Bordieu. *Kultura i Historia*, Available at: <http://www.kulturaihistoria.umcs.lublin.pl/archives/2693>, (accessed 29 July 2016).
- Connell, Robert (1987) *Gender and Power. Society the person and Sexual Politics*. Cambridge: Polity Press.
- Dec-Pietrowska, Joanna, Długołęcka A., Paprzycka E., Walendzik-Ostrowska A. and Waszyńska K. (2016) Gender w edukacji seksualnej, in: Chmura-Rutkowska, I., Duda,



- M., Mazurek, M. and Sołtysiak-Łuczak, A. (eds.) *Gender w podręcznikach. Projekt badawczy. Raport. Tom 1. O projekcie. Metodologia badań. Wprowadzenie teoretyczne*, Warszawa: Fundacja Feminoteka, 242-255.
- Dec-Pietrowska, Joanna, Paprzycka E., (eds.) (2016) *Wychowanie do życia w rodzinie – raport przedmiotowy*. In: Chmura-Rutkowska, I., Duda, M., Mazurek, M. and Sołtysiak-Łuczak, A. (eds.) *Gender w podręcznikach. Projekt badawczy. Raport, Tom 3. Raporty przedmiotowe i rekomendacje*. Warszawa: Fundacja Feminoteka, 127-174.
- Durham, Gigi M. (2010). *Efekt Lolity : wizerunek nastolatek we współczesnych mediach i jak sobie z nim radzić*. Warszawa: Prószyński i S-ka.
- Fausto-Sterling, Anne (2012) *Sex/gender: Biology in a social Word*, New York, USA: Routledge.
- Flax, Jane (1987) Postmodernism and Gender Relations in Feminist Theory. *Signs. Journal of Women in Culture and Society* 12:21-643.
- Foucault, Michel (2010) *Historia seksualności*. Gdańsk: słowo/obraz terytoria.
- Garncarek, Emilia (2010) Kobięce ciało jako przedmiot kontroli społecznej. *Przegląd Socjologiczny* 59/3: 55-69.
- Giddens, Anthony (2005) *Socjologia*. Warszawa: PWN.
- Gierczak, Julia (2015) Męskie ciała, męskie kultury, czyli wokół strategii możliwych i nieobecnych. *Panoptikum* 14 (21): 6-11.
- Gould, Carol C. (1997) *Gender: Key Concepts in Critical Theory*. New Jersey: Humanities Press.
- Gromkowska-Melosik, Agnieszka (2010) Power girl i kontrowersje wokół (pop) kulturowej emancypacji kobiet współczesnych. In: Gromkowska Melosik, A., Melosik Z. (eds.) *Kultura popularna: konteksty teoretyczne i społeczno-kulturowe*. Kraków: Oficyna Wydawnicza Impuls.
- Imieliński, Kazimierz (1985) *Seksuologia biologiczna*. Warszawa: PWN.
- Jackson, Stevi and Scott, S. (2005) Introduction: The gendering of Sociology , in Jackson, S., Scott, S. (eds.) *Gender. A sociological reader*, London and New York: Routledge, 1-27.
- Jagielski, Sebastian (2013) *Maskarady męskości. Pragnienie homospołeczne w polskim filmie fabularnym*. Kraków: Universitas.
- King, Bruce M. (2009) *Human Sexuality Today* (6th ed.). Upper Saddle River, NJ, USA: Pearson Education.
- Kłonkowska, A. M., Bojarska, K., Witek, K. (2015) *O płci od nowa: Własna tożsamość oczami osób transpłciowych*. Gdańsk: Uniwersytet Gdański
- La Cecla, Franco (2014) *Szorstkim być. Antropologia mężczyzny*. Warszawa: Sic!.
- Leiblum, Sandra and Rosen, R. (eds.) (2005) *Terapia zaburzeń seksualnych*. Gdańsk: GWP.
- Leszniewski, Tomasz (2009) Uspołecznione ciało jako efekt oddziaływań wychowawczych. Inspiracje Pierrem Bourdieu w socjologii wychowania. *Acta Universitatis Nicolai Copernici Pedagogika XXV*: 131-149.
- Lew-Starowicz, Zbigniew (2011) *O kobiecie*. Warszawa: Wydawnictwo Czerwone i Czarne.

- Lew-Starowicz, Zbigniew (2012a) *O mężczyźnie*. Warszawa: Wydawnictwo Czerwone i Czarne.
- Lew-Starowicz, Zbigniew (2012b) *O miłości*. Warszawa: Wydawnictwo Czerwone i Czarne.
- Lew-Starowicz, Zbigniew (2013) *O rozkoszy*. Warszawa: Wydawnictwo Czerwone i Czarne.
- Lis, Bartek (2015) *Gejowskie (nie)męskości. Normy płciowe a strategie tożsamościowe gejów*, Gdańsk: KATEDRA
- Melosik, Zbyszko (2013) *Kultura popularna i tożsamość młodzieży. W niewoli władzy i wolności*. Kraków: Oficyna Wydawnicza Impuls.
- Plummer, Ken (2013) *A Manifesto for Social Stories*, in. Stanley, L. (ed.) *Narrative and Biographical Methodology for a 21<sup>st</sup> Century Critical Humanism*, London and New York: Routledge, 209-221.
- Richardson, Niall and Smith, C. and Werndly, A. (2013) *Studying Sexualities: Theories, Representations, Cultures*. London: Palgrave Macmillan.
- Rubin, Gayle (2004) Rozmyślając o seksie: zapiski w sprawie radykalnej teorii polityki seksualności. *Lewą Nogą* 16:164-204.
- Seidman, Steven (2012) *Społeczne tworzenie seksualności*. Warszawa: PWN.
- Skeggs, Beverley (2004) *Class, Self, Culture*. London: Routledge.
- Stanley, Liz (2005) Should 'sex' really be 'gender' – or 'gender' really be 'sex'?, In Jackson, S., Scott, S. (eds.) *Gender. A sociological reader*, London and New York: Routledge, 31-42.
- Szacka, Barbara (2011) Gender i płć. In: Slany K., Struzik J. and Wojnicka K. (eds.) *Gender w społeczeństwie Polskim*. Warszawa: NOMOS, 19-36.
- Titkow A. (2011), Kategoria płci kulturowej jako instrumentarium badawcze i Źródło wiedzy o społeczeństwie. In: Slany K., Struzik J. and Wojnicka K. (eds.) *Gender w społeczeństwie Polskim*. Warszawa: NOMOS, 36-57.
- Toril, Moi (1999a) Appropriating Bourdieu: Feminist Theory and Pierre Bourdieu's Sociology of Culture. In: Toril M., *What is a Woman? And Other Essays*. Oxford: Oxford University Press.
- Toril, Moi (1999b) *What is a Woman? And Other Essays*. Oxford: Oxford University Press.
- Ustawa o planowaniu rodziny, ochronie płodu ludzkiego i warunkach dopuszczalności przerywania ciąży, At: <http://isap.sejm.gov.pl/DetailsServlet?id=WDU19930170078> (accessed 29 July 2016).
- West, Candace and Zimmerman, D.H. (2002) Doing Gender. In: Fenstermaker, S. and West, C. (eds.) *Doing Difference, Inequality, Power & Institutional Change*. New York, London: Routledge, 3-25.
- WHO (2006) *Defining sexual health: Report of a technical consultation on sexual health*, 28-31 January 2002, Geneva.

## **O sentido dos direitos nas relações de intimidade ou a Caixa de Pandora?**

*Benilde Moreira*

### **RESUMO**

O presente estudo tem por objetivo lançar o debate público sobre o modelo de argumentação jurídica que está a ser utilizado pelos operadores judiciais no campo da violência doméstica, em particular, nas relações de intimidade. Para tal propõe-se a análise de três vetores fundamentais: a assimetria entre a esfera pública e privada, o desequilíbrio das relações de poder na intimidade e, finalmente, a análise de uma decisão judicial tradutora do discurso argumentativo. Neste âmbito defende-se que os atos de linguagem dos tribunais devem contribuir para a determinação de um sentido de direitos dando-se evidência à sua titularidade, exequibilidade e reivindicação, para obtenção de um resultado justo e equitativo.

**PALAVRAS-CHAVE:** violência doméstica; argumentação jurídica; relações de intimidade; sentido dos direitos.

### **ABSTRACT**

The purpose of the present study is to launch the public debate about the model of legal argument that is being used by the judicial operators within the field of do-

mestic violence, in particular, intimate relationships. For such it is suggested the analysis of three fundamental vectors: the asymmetry between the public and private spheres, the unbalanced power within the intimacy and, finally, the analysis of a judicial decision which reveals the argumentative discourse. In this extend it is argued that acts of language from courts should contribute to determine a sense of rights, giving evidence to its entitlement, feasibility and claim in order to obtain a just and equitable outcome.

**KEY-WORDS:** domestic violence; legal argument; intimacy relationships; sense of rights.

### RESUMEN

Lo presente estudio tiene por objetivo lanzar el debate público sobre el modelo de argumentación jurídica que está siendo usado por los operadores judiciales en el campo de violencia doméstica, en particular, en las relaciones de intimidad. Para tanto se propone la análisis de tres vectores fundamentales: la asimetría entre la esfera pública y privada, lo desequilibrio de poder dentro de relaciones de intimidad y, por fin, la análisis de una decisión judicial reveladora del discurso argumentativo. En ese ámbito se defiende que los actos de lenguaje de los tribunales deben contribuyere para la determinación de un sentido de derechos se dando evidencia de su titularidad, viabilidad y reivindicación para obtener un resultado justo y equitativo.

**PALABRAS-CLAVE:** violencia doméstica; argumentación jurídica; relaciones de intimidad; sentido de derechos.

### Introdução

Na história da mitologia grega Hesíodo relata em Teogonia o mito de Pandora. Zeus, enganado por Prometeu não lhe deu a conhecer o segredo do fogo. Mesmo assim, Prometeu, que era um titã de considerável astúcia, conseguiu burlar Zeus, escondendo o brilho do fogo num jarro e ofereceu-o aos homens. A centelha de Prometeu corresponde às alterações legislativas que foram introduzidas no campo da violência doméstica com a finalidade de promover medidas para a sua prevenção. O Estado, que nesta narrativa mitológica corresponde ao Olimpo, tardou a ter ini-

ciativa legislativa quer para a criminalização de condutas que tinham lugar na esfera familiar quer para a proteção das vítimas. Prometeu teve a intenção de ofertar à humanidade um instrumento propiciador de melhores condições de vida, maior tranquilidade, desenvolvimento material e justiça social. De igual modo, as inovações legislativas, no campo da violência doméstica, pretenderam construir um quadro de maior proteção e justiça social para as vítimas da violência doméstica, havendo uma inequívoca intenção de proteger os mais indefesos e vulneráveis. Zeus, que viu o brilho do fogo entre os homens, sentiu-se irritado com Prometeu e decidiu enviar, aos homens, um presente. Foi assim que ordenou a Hefesto a criação de uma donzela — Pandora, a “descendente da estirpe feminina” que viria a desposar Epitemeu. Esta personagem feminina representa o equilíbrio social. É o corpo jurídico cheio de virtudes, beleza e potencialidades. Porém, Zeus oferecera a Pandora um presente de casamento. Tratava-se de uma caixa fechada onde encerrara todos os males da humanidade. Ao mesmo tempo, recomendara à mulher divindade que jamais a poderia abrir. Porém, a curiosidade espicaçada de Pandora não resistiu a espreitar o conteúdo da caixa. Neste momento, deixou escapar todos os males da humanidade conseguindo, no entanto, vislumbrar os olhos da esperança no fundo da caixa, quando a voltou a fechar precipitadamente. Os discursos dos operadores judiciais são os males revelados pela caixa de Pandora que se repercutem na vida diária das vítimas da violência doméstica. Existe, no modelo da argumentação jurídica, uma falta de consenso generalizada que se pode aferir pelo diferente sentido de direitos que é atribuído ao regime jurídico da violência doméstica, quando aplicado ao caso concreto.

A violência doméstica não é um fenómeno recente. Trata-se de um flagelo social que, finalmente, mereceu a intervenção do legislador, no sentido de penalizar as condutas que são perpetradas no seio da família. Na abordagem que pretendemos expor, optamos por colocar a ênfase na realidade da violência que emerge no seio das relações de intimidade. Esta realidade é, apenas, uma das categorias de violência contra as mulheres. De facto, a Convenção de Istambul prevê, no seu artigo 3.º, alínea d) que “violência contra as mulheres baseada no género designa toda a violência dirigida contra uma mulher por ela ser mulher ou que afete desproporcionalmente as mulheres”. A violência doméstica consiste num conjunto de atos de violência física, sexual, psicológica ou económica que ocorrem no seio da família. As estatísticas da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (2015) mostram que é um fenómeno que continua a afetar, desproporcionalmente, as

mulheres. Em 2015 as vítimas de sexo feminino correspondem a 82,8% dos casos reportados. É neste sentido que procuramos encontrar uma *ratio* de aplicação do regime jurídico da violência doméstica no seio das relações de intimidade.

A história da mitologia grega que acabámos de relatar é um espelho das situações de violência doméstica nas relações de intimidade. Os instrumentos legislativos criados oferecem todos os mecanismos, à partida, adequados à proteção da vítima. No entanto, identificamos fatores exógenos e endógenos que se repercutem numa boa aplicação da lei. Quanto aos primeiros apontamos o papel da esfera pública. Esta, consciente do drama que muitas das vítimas são sujeitas, persiste em ou manter a indiferença/comiseração ou acentuar os estigmas e preconceitos radicados no popular ditado “entre marido e mulher ninguém mete a colher”. Quanto aos segundos encontramos um discurso público, legitimado por operadores judiciais, que se traduz através de atos de linguagem e símbolos.

O objetivo do presente artigo é demonstrar que o diálogo que transparece da argumentação jurídica da violência doméstica, nas relações de intimidade, retrata uma linha de mera subsunção silogística dos factos à norma jurídica, deixando de lado critérios de ponderação pragmática, moral e filosófica que são decisivos na mudança do paradigma estereotipado da violência doméstica. Para tanto propõe-se a análise de uma decisão judicial de acordo com o modelo de argumentação jurídica de Atienza. Daqui é possível identificar um discurso jurídico, através de atos de linguagem, que traduzem um modelo de sentido de direitos onde se cruzam, de forma inequívoca, as condutas de agentes da esfera pública e privada que, afinal, são os principais intervenientes para a mudança de diálogo de um verdadeiro sentido de direitos.

## **1. Violência doméstica: da esfera privada à esfera pública**

O crime de violência doméstica foi introduzido pela reforma penal da Lei n.º 59/2007, de 4 de Setembro através do artigo 152.º do código penal português. Desde logo a questão mereceu um debate académico aceso porquanto “é um fenómeno infelizmente ubíquo e comum, que afeta vítimas de muitos diferentes tipos” (Beleza, 2008: 284). Esta mesma autora defende que a redação desta norma do código penal foi redigida “tendo como alvo privilegiado as mulheres vítimas de violência por parte dos seus companheiros, atuais ou passados” (Beleza, 2008: 284). A sua regulamentação é, portanto, relativamente recente. Antes de se reconhecer, no plano legislativo, este tipo de crime, as condutas eram enquadradas dentro do tipo

de crime de agressões contra a integridade física. Qual a razão da demora de uma intervenção mais determinada do legislador neste campo tão sensível?

Na sociedade portuguesa existe um sentimento generalizado de brandos costumes. A sociedade portuguesa habituou-se, desde há décadas, a caracterizar-se por um modelo social pacífico, conciliador e resignado aos seus fados. Fado, aqui, utilizado como uma representação que constrói a ideia de tragédia com a qual o sujeito tem/deve resignar-se (Brito, 1994). Sabemos que as estatísticas indicam os números de casos reportados, no entanto, são muitas as vítimas que vivem em silêncio perante as agressões de que são alvo.

O que argumentamos, quanto à esfera pública, é que a história demonstra, até ao emergir do Estado Novo, que os brandos costumes que se convencionaram aceitar são um mito. (Barreto e Mónica, 2000). De facto o período liberalista desencadeou um conjunto de revoltas e contrarrevoltas lusitanas (Mattoso, 1998) que nada indiciavam o arquétipo dos bons costumes que viria a ser construído na época da ditadura. A expressão social de bons costumes veio a ser reforçada com a eclosão da revolução dos cravos, que fez transitar o regime ditatorial para o regime democrático sem a trágica guerra civil. Desde o período do Estado Novo que se consolidou uma ideia de brandura no povo lusitano que, na realidade, teve como consequência a ascendência da esfera pública (autoridade) sobre a esfera privada. No imaginário social lusitano o povo português é de uma admirável pacificidade (passividade?). Porém, quando analisamos, mais de perto, a esfera privada dos cidadãos, o seu reduto de liberdade plena, verifica-se que, já em democracia, o povo “matava por questões ligadas à propriedade das águas e aos ciúmes” (Andrade, 2008).

Há uma evidente assimetria entre estas duas esferas. Por um lado, o indivíduo surge resignado à autoridade pública e à forma como atuam os seus agentes onde se incluem os operadores judiciais. Por outro lado, na esfera privada constata-se a exaltação da liberdade do indivíduo, campo onde se revelam, naturalmente, inquietudes avassaladoras oriundas das relações familiares. É na dimensão da esfera privada que a violência doméstica tem lugar sobressaindo para a dimensão da esfera pública o flagelo social cada vez mais visível, não só pelas frequentes notícias dos media mas, também, pelo aumento das denúncias que acabam em tribunal. No entanto, como se referiu acima, o Estado evitou durante demasiado tempo a ingerência legislativa em situações de violência derivadas das relações íntimas. Esta delonga da intervenção da esfera pública derivou da evolução do

próprio conceito de violência e as suas diversas categorias. Neste sentido Leite (2010) descreve um multimodo de violências que tem emergido ao longo da história e que se foram tornando inaceitáveis. Desde a violência intrínseca do homem com o objetivo de conquistar, pela luta, aos homicídios, à violência intra-familiar chegando aos modelos mais contemporâneos de terrorismo e genocídio. No que diz respeito à violência no seio das relações de intimidade cremos que os mitos e estereótipos sociais da conjugalidade foram fatores mais influentes (CIG, 2016). Com a finalidade de entender a linha de argumentação jurídica que vem sendo fixada pela jurisprudência, vejamos brevemente a evolução legislativa deste tipo de crime.

## **2. Evolução legislativa do crime de violência doméstica**

O fenómeno da violência doméstica, complexo de repercussões sociais elevadas, (Greaves et al., 1995) enraizou na sua mecânica de funcionamento, preconceitos como “entre marido e mulher não se mete a colher”, “uma bofetada de vez em quando nunca fez mal a ninguém” ou “com aquele comportamento estava mesmo a pedi-las”, expressões, ainda hoje, preconizadas pelo “outro” alheio aos conflitos desencadeados no seio familiar. A tentativa de alteração destas concepções socio-culturais veio a traduzir-se numa extensa alteração do sistema jurídico-penal e judicial. Primeiro a Constituição da República Portuguesa veio consagrar o princípio da igualdade dos cônjuges e a direção conjunta da família. Segundo, com a Lei n.º 59/2007, de 4 de setembro (Código Penal), procedeu-se à separação entre violência doméstica (artigo 152.º), os maus-tratos (artigo 152.º-A) e a violação de regras de segurança (artigo 152.º-B). Neste movimento legislativo a natureza de crime público da violência doméstica atribuiu e bem, em definitivo, ao Ministério Público a prerrogativa de prosseguir com a investigação de tais condutas criminosas, quando denunciadas, independentemente da vontade da vítima.

Nos mais recentes anos este sistema jurídico-penal tem demonstrado uma atividade legiferante. Aqui se destacam os Planos Nacionais de Combate à Violência Doméstica, a Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro e, finalmente, a ratificação da Convenção de Istambul em 2013. Esta intensa produção legislativa demonstra o que Brandão (2010) designa de “necessidade político-criminal de reagir aos comportamentos retaliatórios (...) do ex-parceiro perpetrados por aquele que não se conforma com o fim da relação ou não suporta ver assumir um novo projeto de vida autónomo.” (p. 12). E foi com a visão posta na prevenção da violência e na proteção



das vítimas que foi adotada a Resolução do Conselho de Ministros n.º 102/2013 que aprova o V Plano Nacional de Combate à Violência Doméstica (2014/2017). As suas cinco áreas estratégicas (i) prevenir, sensibilizar e educar, (ii) proteger as vítimas e promover a sua integração, (iii) intervir junto dos agressores, (iv) formar e qualificar profissionais e (v) investigar e monitorizar definem metas de atuação, sobretudo, junto de entidades públicas. Quer dizer, a esfera pública avoca, para si, o papel de principal regulador, “no sentido de priorizar a prevenção e repressão deste flagelo” (Fernandes, 2016: 82).

Apesar da centelha de fogo de Prometeu é inegável que o sistema jurídico-legal (criminal e civil) revela deficiências nas respostas a uma eficaz proteção das vítimas. Falamos, aqui, daquelas que saem de uma relação conjugal marcada pelas agressões físicas e psicológicas, reiteradas ou não, onde existem filhos e que pretendem colocar um ponto final ao cenário de horror com que se confrontam. Para além das dificuldades que as diversas entidades oficiais enfrentam com o aumento das denúncias, deste tipo de crime, (APAV, 2015) ainda persiste um imaginário social de “família idealizada” (Dias, 2010: 2) ou como Sottomayor refere “Colocada perante um caso concreto (...) a sociedade quer, a todo o custo, ignorar as histórias de violência que muitas famílias encerram, para transformar a família pós-divórcio, numa ficção de família maravilhosa...” (2011: 1). O reduto da esfera privada mantém-se, assim, circunscrito à privacidade e intimidade do mito do padrão familiar, representado como um espaço seguro de troca de afetos e solidariedade, que protege os seus membros das agressões sociais do mundo exterior. Apesar de existirem, hoje, núcleos familiares de distintas categorias (Guerreiro, 2003) — as famílias monoparentais, as segundas famílias, as famílias unipessoais, as famílias de casais do mesmo sexo — a linguagem dos profissionais de justiça continua a revelar a persistência de papéis sociais estereotipados. Os agentes públicos e privados negam “que a família pode ser para muitas pessoas um lugar de opressão, de violência e de infelicidade.” (Dias, 2010: 3). Da evolução legislativa descrita fica evidenciado que a violência nas relações de intimidade foi adquirindo diferentes perspetivas ao longo dos últimos anos. A conceção de uma sociedade familiar deixou de ter na base a supremacia do homem para passar a defender o respeito, a tolerância, a assistência e cooperação entre os membros da família, promovendo-se a igualdade e a dignidade humana. No entanto, subsiste o desequilíbrio das relações de poder, na esfera privada, que dão, com frequência, origem aos episódios de violência.

### 3. Considerações da argumentação jurídica no crime de violência doméstica nas relações de intimidade

Da súmula dogmática e hermenêutica exposta é possível identificar uma prática judiciária que propomos analisar através do processo argumentativo das decisões dos tribunais. Esta tem por finalidade identificar, por um lado, a *ratio* normativa do crime de violência doméstica e, por outro lado, determinar se a sua aplicação tem resultado, efetivamente, no aumento da proteção da vítima ou em benefícios para o infractor.

Atienza (2013) começa por esclarecer que uma argumentação deve dar conta dos elementos formais, materiais e pragmáticos. A ideia fundamental consiste em explanar a argumentação como um fluxo de informação que vai desde a formulação de um (ou mais) problema até à indicação de uma solução final. Pode, assim, inferir-se que uma teoria da argumentação jurídica visa a fundamentação e a construção de decisões judiciais racionais, legítimas e justas. Atienza concebe a teoria da argumentação jurídica como um conjunto de procedimentos ordenados que são observados ao longo do processo argumentativo. O modelo proposto está assente num esquema sustentado por aspetos formais e materiais.

Quanto aos aspetos formais encontram-se representados por letras maiúsculas e minúsculas, bem como, por números. Estes elementos são conectados através de linhas ou setas e podem associar-se entre si, como por exemplo, uma letra maiúscula com uma minúscula ou um número com uma letra minúscula. Através da esquematização de um modelo formal podem inferir-se todos os passos da argumentação jurídica. As letras maiúsculas representam o tipo de ato de linguagem enquanto a letra minúscula corresponde ao conteúdo enunciativo, que pode assumir, um argumento normativo, fático, filosófico, moral, entre outros. A metodologia de análise começa por formular o problema que se representa pela letra **P**. A partir daqui e considerando a decisão judicial concreta vão sendo transcritos outros atos de linguagem que podem ser representados através de outras letras: **S** representativa da resposta, a solução final; **Q** que coloca questões quer seja de natureza aberta quer seja de natureza fechada; **SP** são as suposições cujo objetivo pode pretender introduzir indiretamente um argumento ou uma asserção para ser confirmada à posteriori; **A** que constitui o ato de linguagem da afirmação; **N** que constitui o ato de linguagem de negação. O critério da racionalidade de Atienza encontra-se plasmado nos elementos materiais. A componente material constitui o conjunto de enunciados identificáveis numa argumentação. Os enun-

ciados podem ser categorizados em enunciados do sistema jurídico (normas, por exemplo) e enunciados extra-sistemáticos (atos de linguagem, por exemplo). Sempre acrescentamos que os enunciados constituem as razões, argumentos em sentido estrito. Durante o processo argumentativo é, também, crucial distinguir os atos de linguagem dos argumentos. Neste sentido o esquema proposto por Atienza ajuda a perceber claramente, quanto ao aspeto formal, que as linhas unem o que se entende por ato de linguagem e as setas apontam para as razões (argumentos). Vejamos a aplicação do esquema a uma decisão judicial.

#### **4. Tribunal da Relação do Porto – Acórdão 413/11.2GBAMT.P1**

##### **Narração do caso**

Um Tribunal de 1.<sup>a</sup> instância proferiu sentença condenatória do arguido B pela prática de um crime de violência doméstica, previsto e punido pelo artigo 152.º, n.º 1, alínea a) do Código Penal, na pena de um ano de prisão. A execução da pena é suspensa por igual período e condicionada à total proibição de contactos ofensivos ou disruptivos com a ofendida. Desta decisão o arguido interpôs recurso alegando que dos factos provados não podia concluir-se que a sua conduta é subsumível ao crime de violência doméstica mas que integram, antes, o crime de ameaça e injúria, previstos e punidos pelos artigos 153.º e 181.º do Código Penal, invocando assim um erro notório de incriminação por parte do *tribunal a quo*. Ademais invoca, ainda, o recurso que as condutas do arguido não são suficientes ou idóneas para lesar o bem jurídico protegido pelo crime de violência doméstica, pois não constituem uma situação de maus tratos, da qual resultem riscos sérios para a integridade física ou psíquica, requerendo, portanto, a absolvição do mesmo quanto ao crime de violência doméstica. Esta fundamentação tem por base as condutas do arguido que, estando já divorciado da ofendida por período superior a um ano, em espaços públicos proferiu contra a mesma palavras injuriosas, ao mesmo tempo que tentava agredi-la.

##### **O problema**

O Tribunal da Relação vê-se confrontado com o problema de ajuizar um recurso que alega que condutas injuriosas e ameaças, entre ex-cônjuges, não são subsumíveis ao crime de violência doméstica tal como se encontra previsto no artigo 152.º do Código Penal. Está, por conseguinte, em causa analisar o silogismo subsuntivo à norma penal.

### **Análise da decisão judicial**

**Pa:** Há erro de interpretação na subsunção dos factos ao direito no caso de serem proferidas ameaças e condutas injuriosas reiteradas, por parte de ex-cônjuge, integrando aquelas o crime de violência doméstica previsto e punido pelo artigo 152.º do Código Penal?

**Ab:** O artigo 152.º, n.º 1, alínea a), do Código Penal prevê que “Quem, de modo reiterado ou não, infligir maus tratos físicos ou psíquicos, incluindo castigos corporais, privações da liberdade ou ofensas sexuais: a) ao cônjuge ou ex-cônjuge é punido com pena de prisão de 1 a 5 anos, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal.”

**1b:** O bem jurídico que a norma protege é a pessoa individual na sua dignidade humana;

**2b:** O bem jurídico é a saúde, bem jurídico complexo que abrange a saúde física, psíquica e mental que pode ser afetado por toda a multiplicidade de comportamentos.

**Qc:** A conduta do ex-cônjuge afeta a saúde física e psíquica da ofendida?

**1c:** O crime de violência doméstica pressupõe uma determinada relação entre os sujeitos ativo e passivo.

**2c:** O tipo objetivo de ilícito preenche-se com a ação de infligir maus tratos físicos ou maus tratos psíquicos.

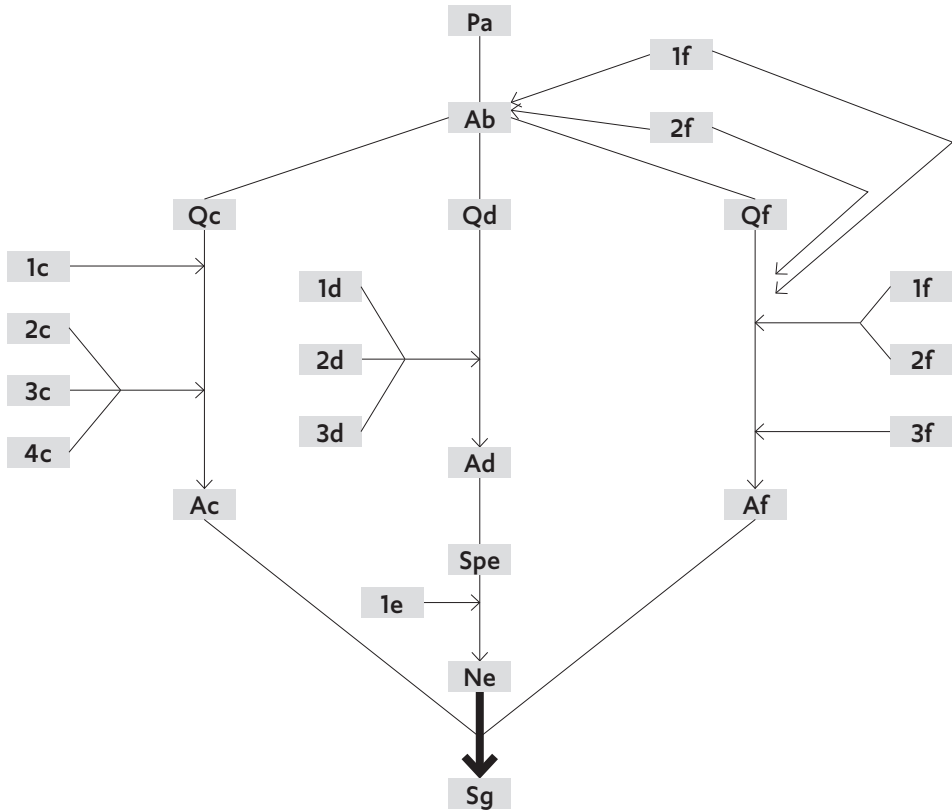
**3c:** Os maus tratos psíquicos consistem em humilhações, provocações, molestações e ameaças.

**4c:** Os maus tratos psíquicos são uma conduta de mera atividade bastando o dolo de perigo para afetar a saúde, o bem-estar psíquico e a dignidade humana do sujeito passivo.

**Ac:** O arguido não atinge a integridade física mas infligiu maus tratos psíquicos ao seu ex-cônjuge.

**Qd:** As condutas do ex-cônjuge são praticadas de forma reiterada contra a ofendida?

- 1d:** A 25 de abril de 2011 o arguido proferiu, num baile do quartel de Bombeiros Voluntários insultos e ameaças à ofendida, ao mesmo tempo que tentava agredi-la;
- 2d:** No dia 24 de abril de 2011 o arguido dirigiu-se ao automóvel onde se encontrava a arguida com o atual companheiro e ameaçou-a com uma navalha;
- 3d:** O arguido telefonou repetidamente à ofendida proferindo insultos e ameaçando a sua integridade física caso a encontrasse na rua.
- Ad:** O arguido dirigiu à ofendida, por diversas vezes, insultos e ameaças em espaços públicos e perante terceiros.
- SPe:** Suponhamos que o ex-cônjuge pratica, apenas, uma conduta de ameaças.
- 1e:** O crime em apreço também se preenche mesmo que não haja reiteração quando são infligidos maus tratos físicos ou psíquicos
- Ne:** Não é exigível para o preenchimento do tipo legal do crime a reiteração da conduta.
- Qf:** A conduta do arguido integra o conceito de maus tratos psíquicos?
- 1f:** O arguido causou, com a sua conduta, à ex-cônjuge medo e ansiedade para além de a humilhar e rebaixar diante de terceiros;
- 2f:** O arguido colocou em causa a honra e consideração da ofendida;
- 3f:** O arguido também violou a liberdade de determinação e decisão da ofendida
- Af:** A sua conduta configura a típica modalidade de infligir maus tratos psíquicos ficando claro que lesou o bem jurídico, saúde física e psíquica, protegido pelo crime de violência doméstica.
- Sg:** Não há qualquer erro de interpretação na subsunção dos factos ao direito integrando a conduta do arguido os pressupostos objetivos e subjetivos do crime de violência doméstica.



**Figura 12.1** Esquema de argumentação jurídica do Tribunal da Relação do Porto – Acórdão 413/11.2GBAMT.P1

### **Conclusões: o sentido dos direitos na violência conjugal nas relações de intimidade ou a caixa de Pandora?**

Os instrumentos legislativos internacionais e os nacionais deram um novo fôlego ao fenómeno da violência doméstica. Quer isto dizer que a esfera privada da intimidade familiar passou a estar mais visível à esfera pública. Esta dimensão pública da vida privada dos cidadãos acabou por revelar contextos preocupantes no seio das relações de intimidade. Nos últimos anos parece mesmo que o Estado ultrapassou um certo dogma que impedia a sua ingerência em assuntos de natureza privada, ainda que, dos mesmos pudessem derivar sequelas para a socie-

dade, em geral, e para os sujeitos passivos da violência, em especial. A violência doméstica é um comportamento enraizado na cultura social que ocorre no âmbito da esfera privada, local privilegiado para o estabelecimento de relações de poder no seio familiar. Giddens (2001) apontou para a secundarização do exercício do poder nas relações íntimas salientando que a democracia sempre se preocupou mais com a legitimação do poder na esfera pública do que na esfera privada. O baluarte da privacidade conjugal abre-se à interferência do setor público quando as inquietações das relações familiares emergem à tona e se revelam à comunidade, aos vizinhos, aos restantes familiares, aos colegas de trabalho, enfim, ao “outro”. A violência mostra-se sem pudor como uma “comunicação falhada” (Leite, 2010: 28). De acordo com Lewin (1998), citado por Leite (2010: 29), as inquietudes do resguardo familiar revelam-se através de uma violência “hard”, ou seja, “visível, consciente, indesejável, (...) aquela que, no fundo, cristaliza e projeta a nossa profunda angústia existencial e o medo da morte.”

Da linha de argumentação jurídica, traçada pelo Tribunal da Relação do Porto, no seu Acórdão 413/11.2GBAMT.P1, é possível constatar-se que o juiz nada mais faz que utilizar a técnica do silogismo subsuntivo à norma penal. O julgador limita-se a utilizar a metodologia do enquadramento do facto à norma sem ater-se a razões de ponderação. Estas razões podem e devem considerar o contexto social de onde provém a vítima, assim como, razões de ordem moral e filosófica. Um Tribunal, enquanto órgão legitimador de um discurso, deve ser capaz de ponderar sobre o desequilíbrio de poder que se verifica no seio das relações de intimidade, não tendo dúvidas de que, esse desequilíbrio resultou da assimetria entre a esfera pública e a esfera privada. Como ficou demonstrado pela decisão analisada, a violência doméstica pode ocorrer mesmo após a rutura do relacionamento amoroso e, por vezes, até com maior contundência por parte do agressor. É nesta fase que este se empenha em demonstrar a sua capacidade de intimidação, poder e controlo (Hampton e Coner-Edwards, 1993: 113). Está subjacente um “conceito de poder” (Leite, 2010: 29) que entende a privacidade (a esfera privada) como o último reduto onde o Estado deve ingerir-se, pelo que, a atuação punitiva da esfera pública implica uma “abertura do meio relacional” (Leite, 2010: 29) forçada e indesejada. A violência é, porém, um fenómeno que não se compadece com a indiferença do “eu” e do “outro”. Já Kempe (1985) demonstrou que abusos e maus tratos sobre crianças causam, não só, traumas psicológicos irreversíveis como também lesões e morte na infância.

A argumentação jurídica dos tribunais deverá considerar, na sua linha de argumentação jurídica, o sentido dos direitos. Este é um conceito que serve para designar o conjunto de crenças e sentimentos que as pessoas têm acerca dos direitos. O direito a usar os direitos corresponde à expectativa da sua utilização e reivindicação com base naquilo que é considerado justo e equitativo (Dulk e Pepper, 2007). Podem apontar-se, aqui, os instrumentos legislativos de proteção à vítima ou as políticas de promoção para facilitar o acesso aos direitos. Porém, fica demonstrado pela decisão judicial analisada que o juiz limita-se a incorporar o conjunto dos factos à norma o que tem contribuído para que o sentido dos direitos na violência doméstica, em concreto nas relações de intimidade, fique aquém do que é justo e equitativo. Não esqueçamos que, muitas vezes, a comunidade (esfera pública) assiste ao processo de violência conjugal duradouro sem que se verifique a sua denúncia à autoridade criminal competente por receio de se tornarem, igualmente, vítimas do agressor.

Numa linha de argumentação jurídica, em casos como o da violência doméstica em relações de intimidade, além do silogismo subsuntivo, o Juiz deve utilizar critérios de natureza moral ou filosófica. É bem conhecida a teoria da “síndrome de mulher batida” (Walker, 1979, 1984, 1989). As vítimas estão sujeitas a um ciclo de violência (e.g., fraca autoestima, tendência para se culpabilizarem pelas agressões de que são vítimas, sentimentos de culpa, medo pelos filhos, etc.) que coarta, indefinidamente, a própria autonomia da sua vontade. Num exercício de ponderação, a argumentação jurídica deve considerar que, ainda que se coloque em causa a autonomia da vontade da vítima com o início de um processo judicial que poderá não aceitar, deve entender-se que a proteção da sua dignidade humana, da sua integridade corporal, da sua saúde física e psíquica são bens que devem ser preservados no sentido de assegurar à vítima, em concreto, e à sociedade, em geral, sentimentos de justiça e equidade (Dias, 2007: 110).

Em modo de conclusão torna-se imperioso avaliar as potencialidades da argumentação jurídica da violência doméstica em relações de intimidade fixando-se um sentido de direitos que confira ao indivíduo um sentimento de confiança e segurança, não só quanto à sua titularidade como também à expectativa da sua justa reivindicação, utilização e conhecimento efetivo dos critérios normativos, morais e filosóficos que protegem o sujeito e, em última instância, a sociedade.



## Referências

- Andrade, Sérgio (2008). “Por onde andam os “brandos costumes”? *Jornal de Notícias*. 2 de setembro. P. 12.
- APAV – Associação portuguesa de apoio à vítima (2015). *Relatório Anual 2015*. Lisboa: Associação portuguesa de apoio à vítima.
- Atienza, Manuel (2013). *O direito como argumentação*. Lisboa: Escolar Editora.
- Barreto, António e Mónica, M. F., (coord.) (2000). *Dicionário de História de Portugal*. Volume VIII. Lisboa: Figueirinhas.
- Beleza, Teresa P. (2008). Violência Doméstica. In *Revista do CEJ*. 1º Semestre. Nº 8 (especial): Jornadas sobre a Revisão do Código Penal. Coimbra: Almedina.
- Brandão, Nuno (2010). A tutela penal especial reforçada da violência doméstica. In *Julgado Especial*. Coimbra: Coimbra Editora. PP 9:27
- Comissão para a Igualdade e Cidadania (2016). A violência doméstica. Caracterização do fenómeno e respostas à sua erradicação. In Paulo Guerra e Lucília Gago (Coord.) *Violência doméstica, implicações sociológicas, psicológicas e jurídicas do fenómeno. Manual pluridisciplinar*. (pp. 20-67). Lisboa: Centro de Estudos Judiciários.
- Dias, Augusto S. (2007). *Materiais para o estudo da parte especial do direito penal. Crimes contra a vida e a integridade física*. 2.ª edição. Lisboa: AAFDL.
- Dias, Isabel (2010) Violência doméstica e justiça. In *Sociologia*, Revista do Departamento de Sociologia da FLUP. Porto: Departamento de Sociologia da FLUP. Vol. XX, pp 245:262.
- Dulk, Laura D. e Peper, B. (2007), Working parent’s use of work-life policies. In *Sociologia, Problemas e Práticas*. 53. PP. 51:70.
- Fernandes, Catarina (2016). Evolução do conceito na ordem jurídica nacional. A violência doméstica. Caracterização do fenómeno e respostas à sua erradicação. In Paulo Guerra e Lucília Gago (Coord.) *Violência doméstica, implicações sociológicas, psicológicas e jurídicas do fenómeno. Manual pluridisciplinar*. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários. PP. 81:83.
- Giddens, Anthony (2001). *Transformações na intimidade*. Oeiras: Celta Editores.
- Greaves, Lorraine; Hankivsky, O. e Riechers, J. K. (1995). *Selected estimates of the costs of violence against women*. London: Centre for Research on Violence Against Women and Children.
- Guerreiro, Maria das Dores (2003). Pessoas sós: múltiplas realidades. In *Sociologia. Problemas e Práticas*. Vol. 43, PP. 31:49.
- Hampton, Robert L. e Coner-Edwards, A. F. (1993). Physical and sexual violence in marriage. In Robert l. Hampton et al. (eds.). *Family violence - prevention and treatment*. Newbury park, pp. 113:141.
- Kempe, Henry et al. (1985) The battered-child syndrome. In *Child Abuse & Neglect*. New York: Pergamon Press. Vol. 9, pp 143:154.

- Leite, André L. (2010). A violência relacional íntima: reflexões cruzadas entre o direito penal e a criminologia. In *Julgar. Especial*. Coimbra: Coimbra Editora. N.º 12, pp. 25:42.
- Lewis, Susan (1998). O sentido dos direitos a apoios para a conciliação entre o trabalho e a vida familiar: o caso do Reino Unido. In *Sociologia, problemas e práticas*. N.º 27, pp. 27:39.
- Mattoso, José (1998). *História de Portugal. Volume V – O Liberalismo*. Lisboa: Estampa.
- Monteiro, Rosa e Domingos, L. (2013). O sentido do direito à conciliação. Vida profissional, familiar e pessoal numa autarquia. In *Sociologia. Problemas e práticas*. N.º 73, pp. 59:77.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 102 (2013). V Plano nacional de prevenção e combate à violência doméstica e de género 2014-2017. In *Diário da República*. 1.ª série. N.º 253, pp. 7017:7027.
- Sottomayor, Maria C. (2011). A fraude da síndrome de alienação parental e a protecção das crianças vítimas de abuso sexual. *Conferência Internacional “O superior interesse da criança e o mito da síndrome de alienação parental”*. Porto: Universidade Católica do Porto.
- Walker, Lenore (1979) *The Battered Woman*. New York: Harper & Row.
- Walker, Lenore (1984), *The Battered Woman Syndrome*. New York: Springer.
- Walker, Lenore (1989), *Terrified Love: Why Battered Women Kill and How Society Responds*. New York: Harper & Row.

## Os novos pais/homens nas redes sociais

*Ângela Sartor  
Clara Araújo*

### RESUMO

Este artigo pretende apresentar parte de uma pesquisa de doutorado sobre homens/pais que romperam com padrões estereotipados de comportamento, e iniciaram uma transformação na sua maneira de vivenciar a paternidade. Na internet, mais especificamente nas redes sociais, é possível encontrar Blogs de Pais que se manifestam, buscando partilhar suas experiências. Embora existam páginas conservadoras, é grande o número de postagens defendendo posições igualitárias, de envolvimento afetivo e ativo no trabalho de cuidado. Analisando os comentários postados nos blogs dos pais com grande envolvimento na paternidade, é possível perceber que a maioria não é feita por outros homens/pais, e sim por mulheres, o que pode indicar que o público que está dialogando com esses “novos homens/pais das redes sociais” talvez sejam as mães em busca desses “novos pais”.

**PALAVRAS-CHAVE:** Paternidade, Participação no Cuidado, Mudanças, Redes Sociais.

**ABSTRACT:**

This article presents a part of a doctoral study on men/fathers who broke behavioral stereotypes and transformed the ways in which they experienced fatherhood. On the internet, more specifically on social media, blogs can be found by fathers who are seeking to share these experiences. Despite the existence of more conservative pages, numerous internet posts defend egalitarian roles in the emotional and active involvement in caring for children. By analyzing comments posted on blogs of fathers with considerable involvement in fatherhood, it is evident that most are not posted by other men/fathers but by women, which could indicate that the public is that is engaged in dialogue with such “new men/fathers of social media” may be mothers seeking these “new fathers”.

**KEY WORDS:** Paternity, Participation in care, Changes, Social Networks.

**RESUMEN**

Este artículo pretende mostrar parte de una investigación doctoral sobre hombres/padres que rompieron con los padrones estereotipados de comportamiento e iniciaron una transformación en su manera de vivenciar la paternidad. En internet, más específicamente en las redes sociales, se pueden encontrar Blogs de Padres que se manifiestan, buscando compartir sus experiencias. Aunque existan páginas conservadoras, es grande el número de posteos defendiendo posiciones igualitarias, de participación afectiva y activa en el trabajo de cuidar. Observando los comentarios posteados en los blogs de los padres con alta participación en la paternidad, es posible percibir que la mayoría no son hechos por otros hombres/padres, y sí por mujeres, lo que puede indicar que el público que está dialogando con esos “nuevos hombres/padres de las redes sociales” tal vez sean las madres en busca de esos “nuevos padres”.

**PALABRAS CLAVE:** Paternidad, Participación en el Cuidado, Cambio, Redes Sociales.

**Introdução**

Este artigo pretende apresentar parte da pesquisa que está sendo realizada para a tese de doutorado “Novos homens/novos pais: começam a serem rompidos os estereótipos de gênero?” O objetivo da tese é ouvir o discurso de homens/pais que romperam com padrões estereotipados de comportamento de gênero, e que estão

num período de mudanças, alterando sua maneira de estar no mundo e compartilhar a vida; é também observar as transições e os processos de transformação dos homens frente à paternidade, visando entender em que espaços se manifestam. Um desses espaços é a internet, mais especificamente as redes sociais.

Numa busca através do google e utilizando tags como pai, papai, paternidade, foi possível encontrar muitos blogs e fanpages no facebook. Blogs e fanpages de Pais que querem se expressar através de textos, desenhos e vídeos, buscando partilhar suas experiências. O que propomos é uma análise dessas manifestações: o que pretendem, qual o perfil que apresentam, valores que defendem, e receptividade dos internautas.

### **1. Divisão sexual do trabalho doméstico**

A sociedade contemporânea vivencia a passagem de um tempo histórico e um tempo diário, marcado por compromissos, responsabilidades, normas, e horários. Neste tempo diário é preciso atender as necessidades básicas de sobrevivência, desenvolvimento pessoal e social. O tempo, hoje considerado um recurso raro, tem que ser dividido, planejado e bem utilizado. Foi neste sentido que surgiram as pesquisas de uso do tempo, estudos que levam em conta a análise das tensões em torno do tempo (Ávila, 2010) utilizado para o trabalho produtivo, frequentemente associado ao trabalho remunerado e efetuado na esfera pública; e o trabalho reprodutivo, não remunerado e vinculado à esfera privada.

Arendt (2008) em sua análise sobre o trabalho faz uma distinção entre trabalho e labor. Para a autora o labor, além dos preconceitos embutidos, se diferencia pelo fato de não “deixar nada atrás de si: o resultado do seu esforço é consumido quase tão depressa quanto o esforço é despendido”. Assim o trabalho reprodutivo que também é consumido imediatamente, não pode ser acumulado, é desvalorizado ou no mínimo ignorado, sobretudo na sociedade capitalista, pois não permite a troca no mercado. É considerado improdutivo e invisível, desenvolvido na esfera privada, tradicionalmente vinculado à mulher e às experiências femininas. Já o trabalho produtivo, associado aos valores liberais masculinos continua inquestionável no senso comum de nossa sociedade (Bryson, 2007).

Por outro lado a literatura feminista não se cansa de destacar a importância do trabalho reprodutivo, da sustentabilidade da vida humana (Carrasco, 2003), das tarefas que garantem a alimentação, o abrigo, a vestimenta, a educação, a saúde e o aconchego (Ávila, 2010). Esta problematização também é abordada através do

debate sobre a Divisão Sexual do Trabalho, que de acordo com Kergoat (2009) tem dois princípios organizadores: a separação e a hierarquização; ou seja, existe trabalho de homens e trabalho de mulheres, e o trabalho dos homens possui um valor maior do que o das mulheres.

A assimetria radical e radicalmente invisível, entre o masculino e o feminino (Löwy, 2006), da Divisão Sexual do Trabalho (Crompton, 2007), é uma das causas maiores da persistência da “injustiça cultural” feita às mulheres nas sociedades ocidentais.

Esta é a realidade ainda, em maior ou menor grau, na maioria dos países. Os dados do *survey* Gênero, Trabalho e Família realizados em 30 países, inclusive no Brasil, conclui que no início do século XXI, sobretudo na Europa e Estados Unidos, constata-se a participação dos dois cônjuges no mercado de trabalho, mas com mais especialização dos homens no mercado de trabalho remunerado, e das mulheres nas tarefas domésticas (Rizavi e Sofer, 2008).

Okin (2008) estuda o trabalho de cuidado (*care*) e sustenta a ideia de que a família, nossa célula social mais íntima, é frequentemente uma escola de injustiça no cotidiano, já que reproduz num ciclo vicioso crenças e valores, que são transmitidos e reforçados entre as gerações. Diz ainda que, a menos que exista justiça na família, as mulheres não estarão em condições de alcançar a igualdade na política, no mundo do trabalho ou em qualquer outro domínio.

Porém, vale salientar, não existe solução simples, nem única, ao problema do desequilíbrio de poder entre homens e mulheres (Löwy, 2006). Mudança de *habitus*, comportamentos incorporados e reproduzidos há tanto tempo, só ocorrerão depois de muitos avanços e retrocessos. Mas desconsiderar os avanços é desperdiçar oportunidades de reflexões que contribuem para um melhor entendimento da situação atual e das possibilidades de mudanças.

A literatura já aponta para transformações nas percepções e apresentações de si masculina, em direção à destradicionalização e da democratização dos valores de gênero (Matos, 2005).

As pesquisas afirmam que a divisão sexual do trabalho doméstico no Brasil aponta para um importante campo de ambivalências, sugerindo a convivência de valores tradicionais e igualitários; sendo que as percepções mais igualitárias e menos hierarquizadas tendem a serem encontradas em indivíduos de áreas urbanas, com maior renda e escolaridade, e mais jovens (Araújo e Scalon, 2005; Sorj 2005; Araújo, Picanço e Scalon, 2008; Silva, Jorge e Queiroz, 2013).

Já Anália Torres (2001) comparando dados de pesquisas realizadas em 1996 e 2000, em Portugal, afirma que a assimetria entre homens e mulheres na divisão do trabalho doméstico permanecia, mas que em termos de mudança intergeracional notou-se uma maior participação masculina no cuidado com os filhos.

Araújo e Scalon (2005) analisando as percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho no Brasil, apontam que o cuidado dos filhos é o item sobre o qual há mais consenso entre os sexos.

Minha experiência pessoal de observação da vida cotidiana, assim como dos resultados da pesquisa realizada, apontam para a mesma conclusão de Anália Torres, ou seja, um movimento mais significativo dos pais em direção ao cuidado dos filhos, do que das demais tarefas domésticas.

## 2. Paternidade

O papel tradicional de pai marcado como provedor e por uma masculinidade viril, que afasta os homens da afetividade e das atividades consideradas femininas vai, lentamente é verdade, sendo substituído pelo que a mídia passou a chamar de novos pais, ou seja, homens que se envolvem na sustentabilidade de seus filhos em todos os sentidos: educação, saúde, lazer e afetividade.

O pai não é mais tão somente o provedor material distante, mas um indivíduo que pode ter uma maior aproximação e uma relação afetiva mais intensa, e que pode ter ou não a companhia de uma mulher, esposa, ou outro homem. Começam então a despontar os termos o “novo homem” — o “novo pai”.

O novo pai teria rompido com o paradigma tradicional de paternidade através de uma vivência do cotidiano, na intimidade e no encontro, das mais diversas formas de manifestação e de relações humanas (Freitas, Coelho e Silva, 2007; Sutter e Bucher-Maluschke, 2008; Silveira e Andrade, 2013).

É importante destacar, no entanto, que cada vivência humana pertence a um contexto sócio-histórico-cultural determinado. Porém os estereótipos de gênero pressionam e perpetuam crenças e valores padronizados, que buscam enquadrar as pessoas em modelos fixos, contrários à subjetividade e a singularidade de cada indivíduo. Assim a reprodução de comportamentos acaba determinando o que é certo e errado, o que é normal e o que é patológico. E neste sentido

A questão masculina parece estar mais fortemente impedida ou dificultada por este fenômeno, que vai além da comprovação de capacidade e competência como no caso das mulheres. A mulher pode ser vista como tentando ocupar um mundo do qual não teria condições

de dar conta, enquanto os homens estariam deixando de ser homens (Staudt e Wagner, 2008: 182).

Assim, nossas ações cotidianas, nossos comportamentos, decisões e posturas diante dos desafios que se apresentam estão frequentemente pautados por normas e conhecimentos culturais arraigados ao que é considerado certo ou errado para homens e para mulheres. Por outro lado resistimos e assumimos posições que desafiam a ordem estabelecida e mudamos. Porém até que ponto esta mudança está realmente consolidada?

Em “A vida familiar no masculino: negociando velhas e novas masculinidades”, estudo realizado em Portugal, embora possa persistir, em algum grau, a ideia de responsabilidade econômica pela família, o modelo de pai autoritário e “chefe de família” está definitivamente posto em causa (Wall, Aboim e Cunha, 2010: 470).

Pode-se observar também que algumas iniciativas de organizações governamentais e não governamentais mostram que este é um campo frutífero no que se refere à mudança, não só de perspectivas, como também de atitudes cotidianas, como por exemplo: as campanhas, como a promovida pelo Instituto Papai – “Dá licença eu sou Pai”, que busca a ampliação da licença paternidade; a Unidade de saúde Parceira do Pai da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro; o Instituto Promundo em conjunto com Sonker Gender Justice e com a colaboração da MenEngage Alliance que coordenam a Campanha MenCare; e o aparecimento de iniciativas de mobilizações e comunicação que vem surgindo através das redes sociais.

### **3. Os pais nas redes sociais**

Meu interesse em pesquisar sobre a Paternidade nas redes sociais iniciou-se a partir da participação no Seminário Nacional “Paternidade e Primeira Infância”. Na mesa que discuti especificamente “Paternidade e Primeira Infância”, e na mesa “Paternidade: Desafios para os meios de comunicação” participaram pais blogueiros que debatiam essas ideias nas redes sociais. A fala destes comunicadores despertou o interesse em acompanhar esta nova maneira de transmitir ideias, valores e visões de mundo. Passei a buscar na internet esses e outros blogs semelhantes. Numa pesquisa através do google e utilizando tags como pai, papai, paternidade, foi possível constatar que eles são muitos e diversificados. Existem blogs mais contemporâneos com visões igualitárias, e outros mais conservado-



res, que valorizam a família tradicional e os papéis fixos de gênero, outros com viés religiosos e/ou de autoajuda, temáticos — centrados em assuntos específicos, como viagens, filmes, fotos, etc. Ao ler os blogs e postagens no facebook percebe-se que o que todos eles têm em comum é a valorização da paternidade como uma vivência muito rica, importante e transformadora. Outro ponto constante na maioria deles é o desejo de partilhar as suas experiências, se expressando através de textos, desenhos ou vídeos.

Para a análise dessas manifestações foram escolhidos 11 perfis/autores que se comunicam, expressando opiniões, emoções e ideias, através das redes sociais. Grande parte deles tem blogs, canais no YouTube, e/ou estão no Twitter, porém todos têm uma página no facebook. Assim por estarem na mesma rede social, torna-se mais fácil a comparação entre eles. Buscou-se saber: como se auto descrevem; o que mostram (ideias, valores, conteúdos); e receptividade dos usuários/seguidores. Optou-se por não citar os nomes dos autores e de suas páginas, já que não foi possível conseguir a autorização de todos para publicar os dados e informações que constam de suas páginas.

A tabela abaixo mostra um resumo dos onze autores selecionados.

É importante esclarecer que os resultados apontados em Aceitação se referem à data da pesquisa, lembrando que são bastante dinâmicos, mudando cada vez que a página/arquivo é acessada.

QUEM	DESCRIÇÃO	ACEITAÇÃO	O QUE MOSTRA	A QUEM ATINGE	OBSERVAÇÕES
<b>PAI A</b>	Escritor e comunicador. Faz palestras e vídeos sobre temas que envolve criatividade e inovação tecnológica.	Aproximadamente 400.000 curtidas na página do facebook. Em um post sobre pais presentes no cotidiano dos filhos e mães solteiras: 18 mil curtidas; 15.726 compartilhamentos; 759.599 visualizações; 1801 comentários. Em outro post sobre o amor: 62.000 curtidas; 24.122 compart.; 3.956 comentários.	Autor de um livro sobre paternidade de muito sucesso, trata no facebook da paternidade abordando o tema através da vivência cotidiana com suas filhas. A partir de sua história pessoal expõe uma variedade de possibilidades de ser pai. Termina dizendo que não sabe o que é ter pai, mas sabe o que é ser pai, e agradece às mães solteiras. No post sobre o amor defende a importância de dizer 'eu te amo', partindo também de experiências pessoais.	Com uma linguagem direta e espontânea fala do cotidiano e das dificuldades e prazeres da paternidade. Com um conteúdo de menos "receitas" e mais vivências sobre a paternidade, atinge pessoas com nomes masculinos – homens, e com nomes femininos – mulheres, distribuídos de maneira homogênea. A diferença que se percebe é que enquanto as mulheres demonstram emoções em seus comentários; os homens marcam o nome de outras pessoas para indicar a leitura.	Seu livro vendeu mais de 50 mil exemplares. No site vende palestras sobre: 1. Processo criativo; 2. Inovação, tecnologia e oportunidades digitais. Não comenta sobre licença paternidade.
<b>PAI B</b>	Em sua descrição no facebook afirma que o seu objetivo é fazer comentários para papais espertos e descolados que estão presentes na vida de seus filhos*. Criado em 2015, não identifica o autor, apenas diz que é do sexo masculino.	Página teve 231.810 curtidas. Provavelmente o sucesso da fanpage é em função do número muito grande de postagens por dia – as curtidas são diluídas entre elas. Post sobre Licença paternidade foi uma das mais curtidas e compartilhadas.	Procura valorizar a paternidade, mas com comentários que re-metem para o modelo tradicional, com papéis de gênero bem separados. Postou frases contra o aborto e a favor de obediência sem questionamento a pai e mãe. Compartilhou um texto que coloca a mulher como um reflexo do tratamento que o homem lhe dá. São muitas postagens por dia, e todas produzindo fotos, textos e filmes de outros autores.	Os comentários são distribuídos entre homens e mulheres.	Embora as postagens tenham um viés conservador, foi o único a comentar sobre a Licença Paternidade.

QUEM	DESCRIÇÃO	ACEITAÇÃO	O QUE MOSTRA	A QUEM ATINGE	OBSERVAÇÕES
<b>PAI C</b>	Na descrição do facebook se identifica como um pai "nerd". Fala sobre tecnologia cinema, televisão, cultura pop, e todo o universo nerd.	Sua página no facebook alcançou: 109.796 curtidas.	Viagens, equipamentos e vídeos. Reproduz artigos sobre educação e alimentação saudável e faz alguns compartilhamentos. No artigo que fala do filme "Começo da Vida" que defende que é dever estar presente e participar.	De maneira geral são muito poucos os comentários. Quando faz uma postagem sobre cenas de filmes, sobretudo ligados a <i>Star Wars</i> os comentários são de homens e mulheres na mesma proporção.	Não comenta sobre políticas públicas e o pouco que fala sobre vivências pessoais quase não tem sucesso. Não comentou sobre licença paternidade.
<b>PAI D</b>	Na sua descrição no facebook se descreve como defensor da disciplina positiva e paternidade consciente. Se define como marido e pai, diz que também faz outras coisas, mas praticante mesmo, só marido e pai.	36.162 curtidas no facebook. 12.000 visualizações no Youtube em um vídeo.	Criou o blog para compartilhar suas vivências, numa visão de mundo que inclui a criação com apego e a disciplina positiva.  Fala sobre educação sem se dirigir a pai ou a mãe especificamente. Tem uma abordagem sem preconceitos, tratando de temas como sexualidade e homofobia.	Principalmente mulheres, que fazem comentários positivos, trocam ideias e fazem perguntas.	Mantem um blog e tem vídeos no YouTube.  Faz palestras e participa de eventos.  Não tocou no assunto da licença paternidade. Abriu espaço no blog para as mulheres #agoraéquesãoelas com abordagem feminista.
<b>PAI E</b>	Descrição no facebook: O Pai é o maior herói de todos os filhos.	31.000 pessoas curtiram no facebook.	Fotos de pais com os filhos.	Comentários na grande maioria de homens, sobretudo dos fotografados.	Não tocou no assunto licença paternidade.
<b>PAI F</b>	Se descreve no Blog com um pai que mudou de cidade e está preparando-se para a chegada de seu primeiro filho.	Estatística do Blog: 25.298 hits.	Aborda temas relacionados a: compras, viagens, alimentação, etc.  Não toca em assuntos polêmicos e reproduz textos e fotos de outras pessoas.	Atinge mais as mulheres.	Não tocou no assunto Licença Paternidade.

QUEM	DESCRIÇÃO	ACEITAÇÃO	O QUE MOSTRA	A QUEM ATINGE	OBSERVAÇÕES
<b>PAI G</b> (com a colaboração da mãe)	Descrição no facebook: Página voltada para dicas, review de produto, assim como tudo que envolve o mundo dos pais.	22.811 curtidas	Fotos, vídeos e textos de outros blogs.  Um exemplo que teve bastante repercussão foi o que exalta a paternidade:  "PAI é aquele que cria, assume, protege, ensina, ama, transforma, repreende, aconselha, se preocupa, ri e chora junto".	Os comentários são equilibrados entre homens e mulheres, em alguns maior a participação de pessoas com nome masculino, em outros feminino.	No site quase todos os textos são escritos pela mãe. Embora o nome do site evoque a paternidade, a comunicação é através da mãe. O site não tem sido atualizado desde 2015.  Não comentou sobre licença paternidade.
<b>PAI H</b>	Se descreve no facebook: como ilustrador que registra momentos do cotidiano de suas filhas.	14.536 pessoas curtiram a fanpage  São de 3 a 4 posts de desenhos/ilustrações por semana e cada um com no mínimo 250 curtidas. O da votação do impeachment teve 690 e o dele cuidando da esposa e filhas gripadas teve 713.	Desenhos/ilustrações que mostram sempre o autor envolvido com as filhas: passeios, brincadeiras, aprendizado, enfim vivência participativa da paternidade no cotidiano. No desenho sobre a votação no Congresso Nacional se desculpa com as crianças pelo que estava ocorrendo.	Comentários majoritariamente de mulheres	Fez um livro em conjunto com outro autor sobre o primeiro ano de nossos filhos.  Não comentou sobre Licença Paternidade.
<b>PAI I</b>	Trabalha com publicidade, tem 3 filhos e diz que foi a partir da chegada deles que houve uma transformação em sua vida, caminho sem volta.	Por ser uma fanpage não tem estatística de curtidas.  O autor tem 3580 amigos.  Todas as postagens são bastante curtidas, algumas com mais de 200, outras em torno de 100, e poucas com menos de 50.	Cartas escritas aos filhos em que mostra sua visão de mundo; reprodução de textos e vídeos; e assuntos relacionados ao seu trabalho remunerado. Na carta escrita ao filho no dia 08/03 diz que não existe motivo para comemorar em função do desrespeito, falta de liberdade e opressão que ainda sofrem algumas mulheres; que não quer que o filho esqueça que meninos e meninas são iguais; e que o dia de hoje é para lutar, como o de ontem e o de amanhã.	A grande maioria dos comentários são de mulheres.  Chama a atenção também que as postagens são sempre comentadas, por pessoas que gostam, fazem elogios e trocam ideias.	Tem o projeto de um livro e está arrecadando recursos para que se torne realidade.  Não comentou sobre Licença Paternidade.

QUEM	DESCRIÇÃO	ACEITAÇÃO	O QUE MOSTRA	A QUEM ATINGE	OBSERVAÇÕES
<b>PAI J</b>	Em sua descrição no facebook diz que é professor e pai solteiro. Diz ainda que a página é rotinas e dificuldades da paternidade: casos e legislação útil. É para aquele que é pai de verdade.	3100 curtidas na página desde 2013. Em um texto que aborda que Pai não é ajudante de Mãe teve 31 compartilhamentos.	Campanhas contra a alienação parental, sobre guarda compartilhada e valorização da paternidade em geral. Fala de filmes, vídeos e de suas participações em programas de TV e ou entrevistas.	Os comentários de seus posts são na maioria das vezes feito por mulheres.	Tem também um blog. Não comentou sobre Licença Paternidade.
<b>PAI L</b>	Descrição do blog: "Dia a dia de um pai solteiro e seu filho: as preocupações, alegrias, desa-bafo e fatos da família, além de conteúdo exclusivo para pais".	1899 curtidas na página do facebook.	Escreve sobre o seu cotidiano com o filho, sobre brincadeiras e passeios. Dá dicas de livros e filmes. Convidado a responder sobre o que é ser pai, respondeu: "É estar presente, educar com limites e afeto, mas lembrando que o filho é um indivíduo que pensa por si próprio e tem o seu próprio caminho para trilhar".	A grande maioria dos comentários são de mulheres.	Tem um blog e um canal no YouTube com dicas de livros. Não comentou sobre Licença Paternidade.

Fonte: Pesquisa da autora nas redes sociais realizada no mês de abril/2016.

### Quadro 13.1 Resumo dos perfis/autores selecionados

É importante verificar que nestas páginas do facebook os autores se descrevem sempre como pais, colocando ênfase especial na paternidade, muitas vezes como definidor de sua identidade, e como algo importante e prazeroso. Na descrição que fazem de sua página escrevem: que as filhas dão sentido à sua vida; que é pai de verdade; que é pai presente; pai praticante; preparando-se para a chegada do filho e assim por diante. De maneira geral todos se colocam como pais presentes, que convivem com os filhos no cotidiano, com afetividade e proximidade. A paternidade tradicional vinculada ao pai disciplinador, autoritário, temido e excluído das relações afetivas e emocionais, não aparece nos textos autorais e/ou reproduzidos.

Por outro lado pode-se perceber que existem diferenças entre estes autores selecionados:

- Alguns, como o Papai B, se aproximam do modelo mais tradicional da paternidade por defenderem papéis de gênero separados e definidos para homens e mulheres e a obediência sem questionamento ao pai e a mãe;
- Outros defendem valores igualitários, rompendo com os estereótipos de gênero, defendendo o respeito ao corpo, as opiniões e as decisões de cada um, como é o caso de:
- PAI I que escreve “...não te deixar esquecer que somos, sim, iguais: meninas e meninos. Que a sua voz não é mais importante que a de nenhuma menina. Que o espaço de uma mulher precisa ser respeitado...”, ou ainda defendendo as várias possibilidades de ser pai, a guarda compartilhada, e contra a alienação parental;
- PAI A que diz “Trocar a fralda é o básico. Quero ver pai faltar ao trabalho pra ficar com os filhos. Sair mais cedo do trabalho pra pegar os filhos na creche. Faltar na cerveja com os amigos. Não comparecer ao amigo secreto do escritório porque o filho está com dor de garganta. Levar os filhos pro trabalho em um dia de reunião importante. Dizer não pra uma promoção porque precisa ficar mais tempo com os filhos. Trocar a fralda é fácil”.
- PAI C argumenta, baseado no filme “Começo da Vida” que os pais não devem ajudar as mães, pois o pai faz parte da família e é seu dever estar presente e participar. Também comenta: o fato de um pai ter sido expulso do “espaço família” em um shopping, para que a mãe possa amamentar; e de pais que ficam com seus filhos enquanto a mãe trabalha.
- As maneiras de se expressarem também são diversas, algumas bastante criativas, como é o caso: do PAI H, através de desenhos; ou de outros que se manifestam através de fotos, ou ainda através de vídeos do YouTube;
- Também é possível notar que alguns têm uma preocupação em dar dicas de compras, viagens, e de compartilhamento de textos, reportagens e vídeos de outros autores, enquanto outros se preo-

cupam em partilhar suas experiências pessoais, dificuldades e conquistas, assim como suas interpretações dos fatos do cotidiano e suas visões de mundo;

- No que se refere à aceitação procurou-se escolher os que tivessem mais de 1000 curtidas, hits, ou amigos. O PAI A tem uma receptividade bem maior que os demais, com uma fanpage que tem quase 400.000 curtidas, com 759.000 visualizações no YouTube, e o seu livro teve uma vendagem de mais de 50.000. O segundo colocado, com pouco mais de 230.000 é uma página que tem uma visão de mundo diferente do primeiro, e com uma forma também diferente de se comunicar. Enquanto PAI A faz textos com conteúdos pessoais, numa linguagem direta e espontânea, sem receitas e mais vivências; o segundo PAI B reproduz/compartilha um número bastante elevado de textos, fotos e vídeos, e cada um deles tem pequenas manifestações (curtidas, compartilhamentos e comentários). Como o volume de reprodução é muito elevado, mesmo não tendo sucesso significativo em cada uma dessas reproduções, quando somadas atingem um patamar de curtidas, que dão maior visibilidade à página. O terceiro colocado se diferencia por estar vinculado a um universo próprio, como ele mesmo se descreve, no caso: “ser pai num mundo Nerd”. Utilizando um palavreado ligado ao filme *Stars Wars* ele reproduz textos e vídeos sobre assuntos variados, desde abuso sexual, até viagens e equipamentos. Num patamar um pouco menor encontramos o PAI D com aproximadamente 36.000 curtidas, que tem um foco central na defesa da criação com apego e na disciplina positiva, e trata de assuntos como sexualidade, homofobia e temas feministas;
- É interessante observar que um autor se manifestou sobre a situação política atual do Brasil através de desenho, se desculpando com os filhos, e com as crianças em geral, sobre o comportamento dos deputados na votação da admissibilidade do impeachment da Presidenta do Brasil;
- Mas o que realmente chamou a atenção é que apenas um comentou sobre a licença paternidade. Em abril deste ano (2016) foi sancionada a lei que aumenta a licença paternidade, nas empresas que

aderiram ao Programa Empresa Cidadã<sup>[1]</sup>, que estendeu o período de licença paternidade de 5 para 20 dias, e no dia 04/05/16 foi sancionado o decreto que estende esse benefício ao servidor público. Chamou a atenção que os demais homens selecionados para a pesquisa, que são defensores da paternidade ativa e presente, não comemorassem essa conquista. Muito provavelmente pelo fato de que os autores são trabalhadores autônomos, que não estão sujeitos à legislação trabalhista. E o que desperta mais curiosidade ainda, é que o que postou e comemorou a notícia, o PAI B, ainda conserva resquícios de um modelo mais tradicional de paternidade;

- Através do número de curtidas e compartilhamentos é possível avaliar aceitação, quantificando os amigos e seguidores, porém não é possível identificar se são homens ou mulheres. Já através dos comentários pode-se verificar se são homens ou mulheres, ou seja, se a pessoa que está comentando tem nome masculino ou feminino, ou ainda pela foto que coloca em seu perfil. Assim, analisando os comentários efetuados nas postagens dos autores selecionados, constatou-se que quanto mais orientados pela perspectiva feminista e de gênero, maior é a participação de comentários de mulheres. Já em postagens e páginas que são neutras em relação às demandas feministas e de gênero, os comentários são relativamente proporcionais entre homens e mulheres.

### Considerações finais

Através das redes sociais, sobretudo do facebook, foi possível estar mais próxima de homens/pais que romperam com padrões estereotipados de comportamento, e que estão se comunicando e mostrando ao grupo social que compartilham, as mudanças que estão vivenciando através da paternidade. A grande maioria dos pais que se aventuram a criar uma *fanpage*, um blog e/ou um vídeo no YouTube sobre paternidade, realmente alteraram a sua maneira de estar no mundo como pais, transformando o que o senso comum tradicional considerava ser a paternidade.

A literatura tem demonstrado, que as mudanças que estão ocorrendo nas relações de gênero na vida familiar têm colocado as dinâmicas da paternidade como

1. O *Empresa Cidadã* é um programa do governo. Ele foi criado em 2008, e já dava isenção de impostos para empresas que aceitem aumentar de quatro para seis meses a licença-maternidade de suas funcionárias.



foco central dos estudos sociológicos (Araújo e Scalon, 2005; Therborn, 2014; Wall, Aboim e Cunha, 2010). Isto pode ser constatado nesta pesquisa, sobretudo quando se depara com uma frase como a de PAI I que escreve “com você filho, desaprendi a ser homem, para tentar ser pai”. Assim a paternidade, para alguns homens, tem sido um impulsionador na busca de novas formas de se relacionar no ambiente familiar, questionando o modelo tradicional e rompendo com os estereótipos de gênero, ou ainda a destradicionalização e democratização dos valores de gênero (Matos, 2005). Deve-se lembrar, no entanto, que estes perfis referem-se a pais blogueiros selecionados, não sendo possível generalizar, ou melhor, inferir que este seja um comportamento padrão na sociedade brasileira contemporânea. Pode apenas indicar alguma tendência de mudança.

Pode-se perceber também que as mulheres, muito mais do que os homens, se comunicam, através dos comentários nos posts, mostrando estarem mais atentas ao assunto paternidade e explicitando suas emoções e opiniões. Essa presença mais efetiva de mulheres nas fanpages de pais com uma visão mais feminista, pode estar indicando que o público que está dialogando com esses “novos pais das redes sociais”, sejam as mães em busca desses “novos pais”; ou ainda mulheres valorizando e incentivando a participação masculina no trabalho de cuidado, na sustentabilidade da vida humana (Carrasco, 2003), e a diminuição da separação e hierarquização (Kergoat, 2009) entre trabalho de homens e de mulheres.

Finalizando, torna-se necessário destacar que a pesquisa nas redes sociais, sobre as relações de gênero e as demandas feministas, deve ser mais aprofundada, já que elas vêm cada vez mais se transformando na maneira contemporânea de comunicação e de defesa de pontos de vista e visão de mundo.

## Referências

- Araújo Clara e Scalon, C. (2005) Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. In: Araújo C. e Scalon C. (orgs.) *Gênero, Família e Trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 15-78.
- Araújo Clara, Picanço, F. e Scalon, C. (2008) Percepções e práticas de gênero em perspectiva comparada. In: Costa A. et al. (orgs.) *Mercado de Trabalho e Gênero. Comparações Internacionais*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 227-243.
- Arendt, Hannah (2008) *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- Ávila, Maria (2010) Divisões e Tensões em torno do tempo do trabalho doméstico no cotidiano. *Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. Tema: Trabalho e Gênero*. Brasília: Secretaria Especial de Política para as Mulheres, 67-76.

- Bryson, Valerie (2007) *Perspectives on gender equality*. In: Browne J. (ed.) *The future of Gender*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Carrasco, Cristina (2003) A Sustentabilidade da Vida Humana: um assunto de mulheres? In: Faria N. e Nobre M. *A Produção do Viver*. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 11-49.
- Crompton, Rosemary (2007) *Gender inequality and the division of labour*. In: Browne J. (Org.) *The future of Gender*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Freitas, Waglânia, Coelho, E. e Silva, A. (2007) Sentir-se pai: a vivência masculina sob o olhar de gênero. *Cadernos de saúde pública* 23(1): 137-145.
- Kergoat, Danièle (2009) Divisão Sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: Hirata H. et al. (orgs.) *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora UNESP.
- Löwy, Ilana (2006) *L'emprise du genre. Masculinité, féminité, inégalité*. Paris: La Dispute/SNÈDIT.
- Matos Marlise (2005) A democracia não deveria parar na porta de casa: a criação dos índices de tradicionalismo e de destradicionalização de Gênero no Brasil. In: Araujo C. e Scalon, C. (orgs.) *Gênero família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 89-122.
- Okin, Susan (2008) *Justice, genre et famille*. Paris: Flammarion.
- Rizavi Sayyid e Sofer, C. (2008) Trabalho doméstico e organização do tempo dos casais: uma comparação internacional. In: Costa, A. et al. *Mercado de Trabalho e Gênero. Comparações Internacionais*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 107-124.
- Silva Manuel, Jorge, A. e Queiroz, A. (2013) Divisão sexual do trabalho doméstico: entre representações e práticas. *Configurações Revista de sociologia* 9: 1-25.
- Silveira Catharina e Andrade, S. (2013) Homens-pais: o que as crianças têm a dizer sobre eles? Seminário Internacional Fazendo Gênero 10, Florianópolis.
- Sorj Bila (2005) Percepções sobre esferas separadas de gênero. In: Araújo C. e Scalon, C. *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 79-88.
- Staudt Ana e Wagner, A. (2008) Paternidade em tempos de mudança. *Psicologia: Teoria e Prática* 10(1): 175-185.
- Sutter Christina e Bucher-Maluschke, J. (2008) Pais que cuidam dos filhos: a vivência masculina na paternidade participativa. *Revista PSICO* 39(1): 74-82.
- Therborn, Göran (2014) *Sexo e Poder: a família no mundo 1900-2000*. São Paulo: Contexto.
- Torres Anália (2001) Casamento e Gênero: mudança na família contemporânea a partir do caso Português. *Interseções. Revista de Estudos Interdisciplinares* 3(2): 53-70.
- Wall Karin, Aboim, S. e Cunha, V. (2010) *A vida familiar no masculino: negociando velhas e novas masculinidades*. Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego: Lisboa.

# PARTE VI

## **REPRESENTAÇÕES, IDENTIDADE E CULTURA**



## **A representação das minorias sexuais nas notícias da imprensa (LGBT nas notícias)**

*Maria João Cunha*

*Carla Cruz*

### **RESUMO**

O objetivo deste estudo é compreender em que medida, e como, as minorias sexuais, nomeadamente os assuntos LGBT estão a ser representados nas notícias, porque um melhor conhecimento das representações mediáticas enquanto *outputs* sociais pode contribuir para repensar estratégias ativistas e posições académicas. Usámos um método misto, com abordagem indutiva, para analisar o produto noticioso dos maiores meios impressos Portugueses em 2014. Combinámos análise de conteúdo quantitativa para caracterizar a relevância e o destaque do tema com a análise interpretativa do discurso para medir os principais argumentos para compreender o sentido da imagem social que se pretende perpassar sobre o fenómeno, através dos media impressos. Os resultados revelam uma imagem social positiva das notícias sobre assuntos LGBT, ainda que muito sub-representados.

**PALAVRAS-CHAVE:** minorias sexuais, LGBT, representações mediáticas, análise de conteúdo, análise de discurso

**ABSTRACT**

Our goal is to understand to which extent and how sexual minorities, especially LGBT issues are being represented in the news, because a deeper knowledge of media representations as social outputs on sexual issues may contribute to rethink activist strategies and academic stances. By using a mixed method, by an inductive approach, we analysed news in Portugal from a corpus of major national print media in Portugal over 2014, through a quantitative Content Analysis e an interpretative Discourse Analysis to characterize the relevance and highlight of news with the major arguments to understand the meanings of the social image of news. Main results reveal a positive social image of LGBT news but very underrepresented, yet.

**RESUMEN**

Nuestro objetivo es comprender a qué punto y como las minorías sexuales y los asuntos LGBT son representados en las noticias, porque un mejor conocimiento de las representaciones de los media mientras resultados sociales puede llevar a repensar estrategias activistas y posiciones académicas. Elegimos un método mixto para analizar las noticias de los más grandes medios impresos en Portugal durante 2014. Combinamos análisis de contenido cuantitativa para caracterizar la relevancia y el destaque con análisis de discurso cualitativa de los principales argumentos para comprender la imagen social de las noticias. Los resultados enseñan una imagen social positiva de los asuntos LGBT en la prensa Portuguesa pelo sub representados.

**Introdução**

Nas sociedades contemporâneas os media são um potencial importante na mudança de mentalidades ao nível da marcação de agendas. Esta capacidade implica um papel de agência em todos os assuntos, quer em termos públicos como mais ligados à esfera privada, onde os movimentos sexuais costumavam ser incluídos. Contudo, hoje “as identidades LGBT têm vindo a ganhar atenção na esfera pública (...) com rápidas alterações na opinião pública no que concerne aos direitos LGBT” (Parent, DeBlaere e Moradi, 2013:641).

Em Portugal, as comunidades LGBT ou, ainda mais diversas, LGBTQPIA: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgénero, *Queer*, *Questioning*, Pansexual, Intersexuais,

Assexuais, *Ally* (Stringer, 2013) têm-se organizado em movimentos associativos como a ILGA, fundada em 1995 ou a AMPLOS, fundada em 2009, que assumem abertamente que orientação sexual e identidade de género são mais que assuntos da vida privada, na medida em que potenciam mudanças sociais e culturais contra uma heteronormatividade maioritária (Chambers, 2004; Warner, 1991).

Com o objetivo de compreender como minorias sexuais LGBT estão a ser representadas nas notícias, propomos analisar as notícias da imprensa escrita portuguesa ao longo de 2014. A análise da temática tem sido escassa em Portugal, existindo alguns trabalhos relevantes, designadamente o de Rosa (2010) que desenvolveu análise crítica do discurso às notícias dos diários *Correio da Manhã* e *Diário de Notícias*, abrangendo um período anterior e posterior à votação parlamentar do casamento entre pessoas do mesmo sexo, mas que não contemplam a representatividade do tema nem a sua caracterização em extensão e profundidade.

O *corpus* de análise do nosso estudo integra 413 notícias retiradas da Imprensa. Foram escrutinados oito jornais e revistas nacionais (diários, de 2.<sup>a</sup> a 6.<sup>a</sup> feiras: *Jornal de Notícias*, *Diário de Notícias*, *Correio da Manhã* e *Público*), semanários (*Expresso* e *Sol*) e revistas de informação (*Sábado* e *Visão*).

A escolha do ano de 2014 deveu-se a ser um ano relevante para as comunidades LGBT em Portugal pela votação, no Parlamento, para a realização de um referendo sobre a coadoção por casais homossexuais, num processo de garantias de direitos à comunidade homossexual que teve início em 1982, quando a homossexualidade foi permitida em Portugal. Em 1999 foi declarado que homossexuais e bissexuais poderiam ingressar nas forças armadas e em 2001 os casais homossexuais viram os seus direitos reconhecidos em união de facto. Assim, só a partir do ano 2000 é que medidas significativas para a comunidade LGBT têm sido aprovadas — e comentadas nos media — como a proteção da homossexualidade pela lei do código do trabalho, em 2003, a inclusão da orientação sexual no artigo 13.º do princípio da igualdade na Constituição Portuguesa em 2004, as alterações à lei no código penal para proteger os homossexuais da discriminação e ofensas à integridade física em 2007 (Lei n.º 59/2007 de 4 de setembro), a introdução do tema da homossexualidade na educação sexual escolar em 2009 e finalmente, em 2010, a promulgação da lei que permite o casamento entre pessoas do mesmo sexo, considerado um grande passo para a aceitação da homossexualidade em Portugal.

Nestes processos longos, como o da coadoção, os media têm desempenhado um papel muito ativo quer ao nível de esclarecimentos sobre os atores envolvidos,

apresentando diversas visões e representações da realidade que importa desconstruir, como também ao expor o desconhecimento das audiências relativamente a este tipo de matérias. Partindo da ideia que a representação é uma função normativa da linguagem que revela ou distorce o que é tido como verdade, que a nossa abordagem combina uma análise de conteúdo quantitativa com uma análise de discurso interpretativa sobre o que os meios veicularam sobre as comunidades LGBT ao longo de todo o ano de 2014, a nível nacional e internacional.

Com base num pensamento crítico e construtivista, defendemos que um conhecimento mais aprofundado sobre as representações mediáticas enquanto *outputs* sociais sobre assuntos LGBT pode contribuir para o repensar quer de estratégias ativistas como de posições académicas.

### **1. Formação e impacto das representações sociais na sociedade**

A teoria das representações sociais de Moscovici (1988, 1994, Moscovici e Duveen 2001) tem subjacente o conceito “Consciência coletiva” (Durkheim, 1893/1989), adquirida pela partilha de valores e normas coletivas por parte de quem convive em grupos sociais comuns ou numa mesma sociedade. Moscovici e Duveen (2001), no entanto, enfatiza a diversidade das ideias coletivas que se podem observar nas sociedades ditas modernas, cuja heterogeneidade resulta das assimetrias na distribuição e/ou acesso ao Poder, que levam a tensões e diferendos no sistema representacional de uma dada cultura, gerando novas representações sociais. Daí o autor preferir usar o termo “social”, ao invés de “coletivo” de Durkheim, por expressar melhor a noção de sociedade e de redes de pessoas em interação e em comunicação, através das quais se (re)constroem as representações sociais (Moscovici e Duveen, 2001).

Ainda Moscovici e Duveen (2001) distinguem três tipos de representações: (1) *Representações Hegemónicas*, partilhadas — simbólica e/ou afetivamente — pelos membros de uma qualquer macrounidade estruturada, seja grupo, partido político ou uma Nação; (2) *Representações Emancipadas*, prevaletentes em subgrupos que criam as suas próprias perspetivas do mundo, de si e dos outros, mantendo uma autonomia dos vários segmentos sociais com quem interagem; e (3) *Representações Polémicas*, emergentes de relações antagónicas entre vários grupos que estimulam o conflito e lutas sociais entre si. Todos estes tipos de representações têm a finalidade de tornar o desconhecido em familiar, através dos mecanismos da “ancoragem” e da “objetivação” (Moscovici, 1994; 1988). No primeiro caso, as no-



vas representações são ancoradas nas representações outrora vigentes. As ideias antes estranhas tornam-se gradualmente conhecidas e começam naturalmente a fazer parte dos quadros sociais de referência usadas no quotidiano das pessoas. Já na objetivação, o desconhecido torna-se familiar por via da experimentação, do concreto e do perceptível, sendo um processo mais ativo, pela sua materialidade, exigindo maior esforço aos indivíduos.

Os media são importantes instrumentos, quer para fomentar a ancoragem como a objetivação de novos “fenómenos” sociais, através da difusão incomensurável de informações que podem trazer transformações vitais nos sistemas de pensamento e de construção social de significados (Wagner & Hayes, 2005; Hoijer, 2011). Já Moscovici (1961) tinha aludido que os media também constroem modelos significativos de interpretação, que as sociedades usam para avaliar, organizar e integrar os novos fenómenos sociais, sejam eles do campo das ideias, das atitudes ou dos comportamentos.

## **2. As representações mediáticas das pessoas LGBT**

As minorias sexuais LGBT confrontam, desde os anos 60, a normatividade social no que respeita à sexualidade, à reprodução, à família e aos estilos de vida (Caldeira, 2005). Daí serem pessoas que convivem, tradicionalmente, com representações pouco abonatórias à sua condição de “marginais” (Nogueira e Oliveira, 2010; Herek, 2000, 2004). Os discursos sobre estas minorias — fossem de natureza social, cultural, político-institucional, mediático e/ou económico — assumiam um cariz heterossexual hegemónico altamente discriminatório, sendo apresentadas e difundidas como desviantes por quererem ser alternativas à norma identitária heterossexual (Richardson, 1998). Mesmo nas sociedades democráticas esse estatuto desviante tem condicionado a sociabilidade com pessoas de orientação não heterossexual como a aceitação dos seus estilos de vida (Lionço e Diniz, 2010; Caldeira, 2006). Estudos como o de Brandão (2007) têm mostrado que o género, o *habitus* de classe e a posição que lhe corresponde, a pertença geracional, a origem geográfica e a trajetória pessoal surgem como fatores particularmente discriminantes dos modos de fazer e representar a relação entre a identidade global do ator, a sua identidade de género e a sua identidade sexual.

Os *mass media* têm promovido variados e progressivos retratos da sexualidade (Brown, 2002), ao darem mais visibilidade às minorias sexuais, antes ocultas da agenda pública. A homossexualidade, a bissexualidade e a transexualidade fazem

parte de um tipo de realidade com a qual a maioria das pessoas teria dificuldade em aceder sem uma comunicação mediatizada. Neste contexto, a comunicação de massas, ao mediatizar experiências privadas e socialmente invisíveis, permite às sociedades o contacto com realidades, não só espaciotemporais longínquas, como socialmente distantes (Thompson, 1995) e/ou desviantes. O estatuto público concedido pelos media (Cunha, 2011) traz, inequivocamente, consequências ao nível da imagem social das pessoas LGBT, muito ligada à noção de desvio, em constante reformulação, por via da confrontação social (Caldeira, 2006).

Contudo, os media tanto podem influenciar a opinião pública positiva ou negativamente (Kellner, 2004). A produção noticiosa é sempre um discurso representacional, simbólico e significativo — consciente ou não — ao resultar de um trabalho ativo de selecionar (ou excluir), apresentar, estruturar, hierarquizar, valorar e moldar os factos. Daí, e como atenta Hall (1988), é relevante analisar a forma como os recursos específicos dos media são mobilizados para uma determinada forma de representar o real. Isto significa que os discursos dos media influenciam a forma como os indivíduos pensam e (re)constróem os seus significados sobre um dado fenómeno. Ristum e Bastos (2004) referem mesmo que os media atuam na construção de uma mentalidade que pode discriminar e excluir as parcelas menos favorecidas da população, ampliando opiniões negativas, preconceitos, estigmas e estereótipos no grande público. Nos poucos estudos sobre as representações mediáticas das pessoas LGBT nota-se ainda a prevalência de uma lógica representacional subordinada ao binómio homo/hetero (Caldeira, 2006) e a experiências de vitimação homofóbica (Araújo, 2014; Nogueira e Oliveira, 2010), o que indica que alguns estereótipos continuam ativos. Já a emergência do associativismo e de movimentos ativistas influenciam positivamente o agendamento das questões das minorias sexuais, representadas, ora pelo ângulo do estigma, ora por uma perspetiva liberal, de expansão dos direitos e garantias destas pessoas.

Conhecer a cultura das redações jornalísticas é também fulcral para perceber como a mediatização pode afetar a imagem dos LGBT. De acordo com Santos (2009:101,102) há três principais molduras para enquadrar as minorias sexuais: a) *Moldura de entretenimento*, onde se nota a valorização dos corpos LGBT na ótica do espetáculo e das audiências. É um enquadramento associado à grande visibilidade que os media dão a *dragqueens* durante as Marchas ou Paradas destes grupos; b) *Moldura de fonte credível* em que se dá voz apenas a quem pertence a uma hierarquia de credibilidade, grande parte das vezes ligadas a fontes oficiais (Her-

man e Chomsky, 1994). Esta moldura prejudica todas as minorias sociais (Barakso e Schaffner, 2006), onde as pessoas LGBT se incluem (Alwood, 1996). São raras as notícias que consideram pessoas LGBT como fontes credíveis de informação, mesmo aquando de iniciativas LGBT. Os jornalistas tendem apenas a procurar estas fontes para testemunhos autobiográficos ou confessionais; c) *Moldura homo-fóbica / transfóbica*, evidente em notícias com cariz tendencioso e manipulativo, onde subjazem a ignorância e o preconceito para com questões relacionadas com orientação sexual e identidade de género.

O movimento LGBT, consciente de como estas molduras mediáticas produzem enviesamento dos factos, têm procurado contra-atacar com estratégias de comunicação que visam aceder aos media, pelas vias da *visibilidade*, da *credibilidade* e da *empatia* (Santos, 2008; 2009). Assim, tentam alcançar maior visibilidade, através da produção de comunicados de imprensa, formatados de acordo com os cânones jornalísticos, para ficarem prontos a consumir. A organização de eventos provocatórios e/ou polémicos é outra forma de atuar para atrair o interesse mediático (Barakso e Schaffner, 2006), que usa a polémica como um dos principais critérios de noticiabilidade para elaborar a grelha de conteúdos (Shoemaker e Vos, 2009; Shoemaker, Vos e Reese, 2009). Por outro lado, o movimento procura obter maior credibilidade pela preparação e disseminação de mensagens “políticas” ou seja as mais adequadas para dizer ou enfatizar a cada momento. A participação direta nos espaços noticiosos com mensagens que subvertam a ideologia dominante é outra conquista importante a fazer, ainda que mais difícil de conseguir. Para facilitar esse acesso ao campo mediático, estabelecem relações de proximidade com os media pela empatia, como acontece com as atribuições de prémios a jornalistas e outras figuras mediáticas com grande reconhecimento público — os já clássicos prémios Arco-Íris e os prémios Media, atribuídos pela ILGA e pela rede *ex aequo*, desde 2003 e 2005, respetivamente, em Portugal, são exemplos disso. Esta estratégia, para ser bem-feita, exige uma monitorização dos media para identificarem, a cada momento, os melhores aliados para a causa LGBT (Santos, 2009).

### 3. Método

A partir do objetivo de compreender em que medida e como as designadas minorias sexuais, nomeadamente os assuntos LGBT estão a ser representados nas notícias, propusemos analisar as notícias da imprensa escrita portuguesa. O *corpus* de análise compreende os maiores meios impressos, com oito jornais e revistas

nacionais, incluindo diários (Diário de Notícias, Jornal de Notícias, Correio da Manhã e Público), semanários (Expresso e Sol) e revistas de informação (Sábado e Visão) no período de um ano (2014), com um total apurado de 413 notícias num universo de mais de 50.000 itens noticiosos publicados por aqueles meios.

Recorremos a uma metodologia mista (Creswell, 2014) para caracterizar as representações LGBT, usando a análise de conteúdo e análise de discurso. A análise de conteúdo é definida como análise quantitativa, sumária de mensagens com base no método científico (...) não limitada aos tipos de variáveis que podem ser mensuradas ou ao contexto em que as mensagens foram criadas ou apresentadas (Neuendorf, 2016). Partimos de acordo ainda com Neuendorf (2016), de um desenho apriorístico, em que decisões sobre variáveis, mensuração e codificação são feitas antes da observação, mas com a opção tomada de ser feito trabalho exploratório antes da codificação final, como uma combinação entre indutivo e dedutivo. Neste estudo justifica-se o seu uso pela construção de um corpus como um sistema aberto para detetar tendências e padrões em mudança (Krippendorff, 1980).

Assim, de acordo com Krippendorff (1980) e Neuendorf (2016), esta análise quantitativa foi usada para a) caracterizar a relevância e o destaque nas notícias sobre assuntos de natureza sexual e b) identificar género, protagonistas, fontes, vozes e direção da notícia, se positiva, negativa ou neutra (ver categorias de análise, Quadro n.º 1), enquanto a análise do Discurso foi o recurso para c) perceber a construção de “frames” significativos (Pan e Kosicki, 1993) subjacentes aos enquadramentos manifestos das notícias.

A análise de discurso tem uma vertente interpretativa (Cunha 2011, Neuendorf, 2016) e foi usada para explorar os principais argumentos para uma direção positiva ou negativa nas notícias, seguindo a lógica de produção noticiosa por parte dos media, de modo a compreender o sentido por trás da imagem social das notícias, que poderá influenciar a construção que as audiências farão dos acontecimentos.

<b>A) VARIÁVEIS BIBLIOGRÁFICAS</b>	Meio
Enfatização ( <i>highlight</i> )	Secção (lugar do jornal em que aparece a notícia)
Género jornalístico	Foto/ilustração
Proeminência (da referência ao público)	Contagem de palavras
Espaço	Local da história/Região
<b>B) PÚBLICO</b>	Género do/a protagonista
Idade do/a(s) protagonista(s)	Atributo (o que o/as fez aparecer nos jornais)
Assunto	Protagonismo
Continuidade (são histórias isoladas ou conhecidas?)	Fonte (principal fonte de informação sobre o público)
Voz (quem mais expressa o ponto de vista do protagonista)	Direção /Enfoque

**Quadro 14.1** Categorias da Análise de Conteúdo

#### 4. Resultados da análise de conteúdo

Quanto à análise de conteúdo, um primeiro resultado, e dos mais relevantes, é a ínfima representatividade das minorias sexuais no conjunto de notícias analisadas, com uma média inferior a 1% do total — 413 notícias em mais de 50 mil. Para além deste pequeno número de itens noticiosos relacionados com LGBT, são colocados em lugares de baixo destaque, como são as páginas pares (45%) ou em páginas ímpares (39%) que não a capa (8%), a contracapa ou nem sequer a página três (0,5%), que se sabe serem das mais importantes. Ainda em relação ao destaque (não dado), a maioria das notícias têm menos de 300 palavras (62%), sendo consideradas breves. Encontrámos 32% de notícias médias, até 999 palavras e apenas 6% com uma maior profundidade e destaque, com mais de 1000 palavras. Por aqui se vê as diferenças significativas no destaque dado ao tema pelos diferentes meios: entre os diários, o CM publicou mais itens noticiosos (33% do total) e o Público

menos (7% do total); entre os semanários, o Expresso publicou mais itens (8,5% do total) que o Sol (5% do total) e das revistas, em que a Sábado publicou mais que a Visão (11 e 3% do total, respetivamente). Curiosamente os géneros informativos mais utilizados são antagónicos a nível de destaque: Reportagem (44%) e Coluna/Breve (41%).

Já as variáveis de caracterização dos públicos em estudo (LGBT), verificámos que os assuntos mais focados nas notícias são os Casos Pessoais e a Criminalidade (14% cada), os Dramas Pessoais (12%) e os Partidos Políticos (11%), o que se compreende por 2014 ter sido o ano da votação pelo referendo no Parlamento. Os temas focados são na sua maioria casos isolados (58%), embora a questão do referendo tenha constituído um tema dito “quente” o que terá contribuído para a continuidade de 42% das histórias no ano em análise.

Em relação às fontes das notícias, identificámos que na maior parte das notícias (29%) a principal fonte é o próprio protagonista, seguido das Associações (16%). Mais do que fonte, quisemos ainda perceber de quem seria a principal voz das notícias, isto é se existem citações diretas de alguém ou quem é mais citado. Apurámos que também os protagonistas das notícias têm maior voz nas notícias (33%), embora em 39% das notícias não exista citação direta, o que se deverá ao tamanho reduzido das notícias (média= 355 palavras).

Aprofundámos ainda o conhecimento sobre o/as protagonistas das notícias, em termos de género, idade e qual o principal atributo que o/as levou a protagonizar as notícias. Apurámos que na maioria das notícias (49%) o masculino é o género mais referido. Em 31% dos casos não se encontrou nenhuma referência a género. O feminino protagoniza 17% das notícias e apenas 6% menciona transgénero. A idade média dos/as protagonistas é de 35 anos, mas com um intervalo de idades referidas entre os 10 e os 85 anos. Quanto aos principais atributos dos/as protagonistas das notícias destacam-se aqueles que foram alvo de preconceitos (25%), profissionais públicos (24%) e figuras públicas/mediáticas (18%).

Por fim apurámos a direção das notícias, se negativa, positiva ou neutra, para depois aprofundarmos e desconstruirmos esta questão com a análise do discurso. Como é habitual nas notícias, a maioria (42%) tem um carácter negativo e apenas 27% são positivas, mas a negatividade das notícias como critério de noticiabilidade não invalida que as audiências possam formar juízos positivos (Cruz, 2008).

Para além de uma análise descritiva cruzámos variáveis para apurar a existência de associações estatisticamente significativas ( $p \leq 0.05$ ):

- a) Encontrámos diferenças entre meios impressos, sobretudo a nível de ênfase, sendo que o DN dá maior destaque ao tema, incluindo-o por exemplo no verso de capa e o Sábado e Expresso são os meios que dão menor destaque, colocando-o maioritariamente em páginas pares; secção, já que o Público inclui mais notícias no Internacional, o JN em Sociedade e o Expresso em Política; género, tendo a Sábado mais entrevistas, a Visão mais opinião e o CM mais colunas ou breves; dimensão das notícias, tendo o Sol as maiores notícias e o CM quase todas breves e nenhuma notícia grande (>999 palavras) sobre o tema.
- b) Entre Direção das notícias e Género, com um tom mais positivo para transgénero e negativo para masculino; Atributo, sendo a notícia mais negativa para vítimas de preconceito e de violação, mais positiva para artistas;
- c) Entre Género e Atributo, na medida em que as pessoas transgénero só são identificado/as como vítima de preconceito e autor de crime, pobre, figura pública e profissional civil.

## 5. Resultados da Análise do Discurso das notícias

A imagem social das personagens é sugerida pela orientação como foram abordadas. Assim, tivemos em conta a análise do *script* noticioso e as intervenções das várias personagens que fizeram parte de cada uma das *estórias* noticiosas do nosso *corpus*. Através de uma caracterização direta (auto e hétero caracterização) como indiretamente feita pelo jornalista (Oliveira, 1995), procurámos perceber a intenção por detrás do que é referido pelas figuras mais presentes nas narrativas e que intervieram como protagonistas, ou não, da ação da *estória*. Por outras palavras, mais do que o ângulo noticioso, interessou-nos ver o efeito pretendido junto do público; *i.e.*, aquilo que pode ser depreendido no subtexto (Cruz, 2008; 2014). A análise das mensagens explícitas, onde apenas se avalia a direção do ângulo noticioso, é redutora, pois circunscreve-se a uma análise centrípeta da narrativa. Optamos antes pela abordagem centrífuga, onde o foco é colocado no que é subentendível, para o leitor, em toda a narrativa jornalística sobre os LGBT, quer seja em cada uma das peças como na sua articulação com o conjunto de informação sobre as minorias sexuais.

Na análise do Discurso seguimos o método indutivo geral que, de acordo com Thomas (2006: 238) deve condensar um extenso e diversificado texto em bruto num formato sintético e significativo por clara ligação com os objetivos de investigação e distinguir, através de algumas descrições literais, o conjunto de experiências ou processos com maior regularidade nos dados em bruto (cf. Jain e Ogden, 1999: 1597; Marshall, 1999: 419; Elliott e Gillie, 1998: 331; Miles e Huberman, 1994: 10-11).

Assim, e centrando-nos no terceiro objetivo desta pesquisa, identificámos no *corpus* noticioso uma clara construção maniqueísta (Cruz, 2008; Schudson, 2007; Anker, 2005; Harcup, 2005, 2009) da realidade LGBT narrada e numa perspectiva da “cosmologia social do ocidente” (Galtung, 1981; Galtung e Lynch, 2010). Ou seja, observaram-se definições padronizadas de indivíduos “bons” e “maus”, em que o lado “Bom” e/ou “Positivo” aparece recorrentemente próximo de um modelo normativo mais semelhante ao que vigora no sistema societário ocidental, democrático, liberal e promotor de direitos, liberdades e garantias a todos os cidadãos, enquanto o lado “Mau” e/ou “Negativo” é apresentado, consistentemente, como defensor de uma medida reguladora injusta, moralista, discriminadora e intolerante.

Apresentamos, no quadro abaixo, a síntese de alguns discursos relativos aos principais padrões maniqueístas identificados e reiterados no discurso analisado, desde os relativos a campos sociais mais amplos até aos mais ínfimos da ação humana.

Enfatizamos desde já a posição moral portuguesa, que oscila entre dois extremos: um mais retrógrado e centrado no discurso da direita parlamentar, no preconceito, na ignorância e na violência contra os LGBT e outro, mais liberal, suportado por uma ideologia de esquerda, que clama por uma mudança social e para o fim da discriminação social e institucional.



PAÍSES "ATRASADOS"	PAÍSES "EVOLUÍDOS"
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Presidente do Uganda promulga lei anti-gay, desafiando o Ocidente.</li> <li>▪ Dezenas de pessoas foram ontem detidas na Nigéria, em sequência da entrada em vigor de uma lei que criminaliza a homossexualidade.</li> <li>▪ Dois membros de uma associação homossexual presos no Zimbabué.</li> <li>▪ Estigmatizados, homossexuais na Rússia são tratados com violência. Jovem gay de 23 anos revelou a amigos a sua orientação sexual e foi morto a socos e pontapés. Putin não condena publicamente esse género de violência;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Há uma semana, o Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, advertiu o seu homólogo ugandês de que as relações entre os dois países podiam piorar se este aprovasse a lei anti-gay.</li> <li>▪ A Alemanha e Austrália criaram uma nova categoria: o género indeterminado; O mundo já não é só masculino e feminino;</li> <li>▪ Desde que a Holanda legalizou o casamento entre pessoas do mesmo sexo, há 12 anos, mais países seguiram o exemplo;</li> </ul>
PORTUGAL "ATRASADO"	PORTUGAL "EVOLUÍDO"
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Fui preso em Portugal, porque sou Gay! (rapper Mykki Blanco). Não me interessa se Portugal permite o casamento homossexual, um polícia homofóbico é um polícia homofóbico.</li> <li>▪ O duplo homicida explicou que matou Eduardo porque ele lhe chamou homossexual quando lhe disse que tinha ido jantar com um amigo.</li> <li>▪ Em Portugal ainda se olha para a homossexualidade como uma coisa contranatura associada a comportamentos perversos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Já há crianças confiadas a casais gay por ordem dos tribunais.</li> <li>▪ Lisboa está na moda e continua a ser o destino nacional mais procurado por gays e lésbicas.</li> <li>▪ Patrícia e Teresa trocaram alianças na prisão de Santa Cruz do Bispo (...) direção cedeu cela especial para viverem juntas.</li> </ul>
(-) POLÍTICOS / PARTIDOS / INSTITUIÇÕES (+)	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A direção da bancada do CDS não exclui a possibilidade de votar contra o projeto de lei do PS sobre a coadoção entre casais do mesmo sexo, impondo a disciplina de voto;</li> <li>▪ Parece que a moda "outing" (divulgação da homossexualidade de figuras públicas consideradas "hipócritas") chegou aqui (Parlamento). Recentemente começaram a correr nomes de políticos que votaram contra a lei da coadoção e supostamente são homossexuais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ BE: "Casais homossexuais enfrentam todos os dias dificuldades em ver reconhecidos os seus direitos e dos filhos."</li> <li>▪ O Senado norte-americano aprovou ontem por unanimidade a nomeação do primeiro juiz negro e homossexual do país.</li> <li>▪ Um novo partido defenderá os direitos dos homossexuais nas próximas eleições na África do Sul.</li> <li>▪ Felipe VI prometeu uma "monarquia renovada para um tempo novo" e sublinhando: "Na nossa Espanha cabemos todos."</li> </ul>

---

**(-) LEIS (+)**

---

- (Em Portugal): Em 2010 passou a ser permitido o casamento homossexual mas continuam sem poder adotar (...). É uma discriminação a favor da família monoparental com progenitor homossexual;
    - Na Rússia a lei que torna crime a "propaganda da homossexualidade" junto de menores não é apenas uma ideia do Presidente Vladimir Putin — é realmente apoiada pela população;
  - Referendos à parte, as famílias arco-íris existem e vão continuar a existir. Só querem tornar-se legais.
    - BE insiste: continua a ser essencial desbloquear as leis que impedem a adoção por casais do mesmo sexo, por casais em união de facto e de apadrinhamento.
    - Deliberação obriga países da UE a respeitar indivíduos que alegam perseguição por causa da sua orientação sexual.
- 

**(-) IGREJA (+)**

---

- (Cardeal Espanhol): "a homossexualidade é uma forma de deficiência sexual. No nosso corpo temos muitas deficiências. Eu tenho hipertensão. Vou ficar irritado quando me dizem que tenho? É uma deficiência que devo corrigir como posso".
    - Um ex-clérigo Russo chegou até a propor um holocausto gay.
  - (Papa): "Se alguém é homossexual, procura Deus e tem boa vontade quem sou eu para julgar?".
    - (Papa): "A bíblia não condena os gays ao inferno".
- 

**(-) CELEBRIDADES (+)**

---

- Holifield em programa Big Brother: "o ex-pugilista comparou a homossexualidade a uma deficiência".
    - Putin elogia Elton John "apesar" do músico ser gay.
    - Tamar Iveri (cantor de opera da Geórgia) escreveu no Facebook os homossexuais como lixo
  - Craque alemão (Hitzlsperger) assume que é homossexual e arromba a porta da homofobia do Futebol.
    - Ele (Jason Collins) tornou-se no primeiro atleta homossexual de uma grande liga desportiva dos Estados Unidos a sair do armário. "Sou um pivô da NBA de 34 anos. Sou negro. E sou gay"
- 

**(-) MEDIA (+)**

---

- "Recusaram-se a filmar um casamento gay realizado durante a tradicional Parada das Rosas...
    - Simbolicamente passou talvez por uma representação dos homossexuais, sempre reduzidos a clichés anedóticos pelos que dizem defender-lhes o direito à "diferença".
    - TVE criticada por fechar-se a homossexuais.
  - Esta vitória pode ser uma mensagem dos que viam na vitória de Conchita um símbolo da diversidade e tolerância".
    - Apresentador (Manuel Luís Goucha) foi galardoado pela ILGA pelo trabalho na luta contra a homofobia.
    - Os transexuais tornaram-se naquilo a que a revista Time chama de "a última batalha norte-americana pelos direitos civis".
-

(-) ANÓNIMOS (+)	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Estou completamente de acordo com Putin sobre os direitos dos homossexuais. Se fizessem um referendo mundial, 90% das pessoas também concordariam.</li> <li>▪ Estou em frontal desacordo com o referendo da coadoção gay;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ O que conta não é o tipo de relação. Se há estabilidade emocional, a vida está facilitada.</li> <li>▪ E pessoas boas do mesmo sexo poderão sempre ser melhores pais adotivos, do que pessoas más de sexo diferente.</li> <li>▪ Um grupo de ativistas transformou um conjunto de cartazes soviéticos vintage numa campanha de defesa dos direitos gay na Rússia”.</li> </ul>
PRECONCEITO / IGNORÂNCIA	LGBT
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ O homem, conhecido pelas suas tendências homossexuais, abusou de quatro crianças entre 2011 e 2012.</li> <li>▪ Suspeito de pedofilia foi questionado sobre as suas preferências homossexuais e negou ser gay.</li> <li>▪ A SIDA é uma epidemia misteriosa (...) associada aos homossexuais.</li> <li>▪ “Alguns chamavam-me paneleiro e gay”.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ “Nunca me senti envergonhado pelo que sou!”.</li> <li>▪ “Existem investigações que mostram terem as crianças educadas por lésbicas menos tendência para exercer bullying”.</li> <li>▪ Assumiu a sua orientação sexual para incentivar a tolerância social (...) “Somos todos iguais por dentro!”.</li> </ul>

**Quadro 14.2** Análise de discurso às notícias

Houve personagens que tiveram pouca participação direta nas notícias, como foi o caso das pessoas LGBT. Mas no pouco que apareceram foram apresentadas com uma imagem social positiva, mesmo quando o ângulo da notícia era eminentemente negativo, como constatámos na factualidade centrada na vitimação homofóbica; i.e., apresentar pessoas como vítimas de homofobia remete para a existência de um agressor homofóbico, associado a uma imagem social negativa, seja uma Nação, uma Instituição (política, legal ou religiosa), ou casos isolados de indivíduos anónimos.

Esta dualidade pode promover a *ancoragem* e subsequente objectivação de novas representações sociais (Moscovici, 1994; 1988) nas audiências. Como referimos, Serge Morcovici sublinhou, em várias obras, como as representações sociais centradas na polémica e no conflito de agentes antagónicos em interação podem

gerar um sentimento de querer pertencer ao lado dos “bons”, por ver a diferença tornada familiar por via da normatividade contextual que reconhece.

Julgamos desta forma permitir compreender como uma enorme negatividade dos factos, pode ser passada às audiências num sentido positivo, ainda que subjacente ao discurso manifesto nas notícias. A pessoa LGBT é associada a uma imagem social positiva nas notícias difundidas, quer pela valorização dos direitos — ainda não adquiridos por todos — como pela condenação de qualquer tipo de discriminação.

## 6. Discussão

Na discussão dos resultados seguimos o raciocínio indutivo, típico de uma análise de dados orientada pelos objetivos e centrada na identificação de domínios e tópicos delineados durante a própria pesquisa empírica, por via de um processo interpretativo, não carecendo, pois, de estabelecer relações nem testes com as expectativas hipotéticas ou modelos teóricos apresentados à priori (Thomas, 2006: 239). Ao invés, apresentamos aqui o conjunto de argumentos estabelecidas por via do método misto, muito em jeito de hipóteses teóricas emergentes dos dados quantitativos e qualitativos, numa abordagem analítica “Bottom-up” (Creswell, 2014); i.e., fruto de uma construção teórica feita de ‘baixo para cima’.

Assim, começamos por sublinhar que o processo simbólico inerente a qualquer interpretação — do jornalista e do público — integra juízos baseados em noções de “bem” e de “mal”, de “correto” e “incorreto”. Conceitos que emergem das “normas” — sociais, culturais, políticas, económicas, ético-morais, etc. — interiorizadas pelos sujeitos em interação, e que os ajudam a contextualizar, de forma inteligível, a realidade à sua volta (Reed, Turiel e Brown, 1996).

Identificámos várias categorias, cujos extremos antagónicos expressam dois tipos de imagem social: negativa num dos lados e positiva no outro. Esta abordagem permite a perceção pública de que há comportamentos e atitudes apresentados como maus e bons. Esta perspetiva maniqueísta de construção social da realidade noticiosa tem particular importância na renovação e/ou sustentação de representações sociais do “outro”. A perceção dessa “mensagem” implícita pode levar a que as pessoas não queiram fazer parte do lado negativo, ainda que possa ser o eixo maioritário, por não querer estar representada nos modelos normativos de intolerância para com a diferença.

Contudo, a imagem social positiva construída através desta dualidade maniqueísta pode ter grande dificuldade em ser reconhecida e interiorizada pelo público, devido a outros elementos do conteúdo noticioso identificados:

1. Não há uma noticiabilidade consistente sobre os factos relativos aos LGBT. Verificámos com a análise de conteúdo que há uma enorme sub-representatividade deste tema, não atingindo 1% das notícias. Aliás, a teoria da invisibilidade do privilégio de Kimmel (Kimmel e Ferber, 2010: xviii) poderá ajudar a compreender porque, nas notícias, o grupo dominante não carece de ser nomeado, sobretudo no que respeita ao crime. As consequências desta invisibilidade é que o privilégio permanece invisível e é difícil gerar uma política de inclusão a partir da invisibilidade. Para além disso, a descontinuidade pode dificultar a interiorização da imagem social construída na imprensa por parte do público (Fisher, Hill, Grube e Gruber, 2007). No segmento temporal do nosso *corpus* encontramos dois grandes *frames*: um, mais presente e conotado com aquilo que se designa por acontecimento mediático (Dayan e Katz, 2006), relacionado com a discussão e votação parlamentar sobre a realização de um referendo para a legalização da coadoção por casais homossexuais e outro, constituído por *estórias* ocasionais ligadas à criminalidade e às celebridades;
2. Uma enorme falta de contextualização das temáticas pelo grande desequilíbrio entre géneros factuais e de análise ou de opinião. As breves e notícias curtas não permitem uma perceção profunda sobre as temáticas o que dificulta a transformação das suas mensagens em forma de “conhecimento”, no sentido mais lato, sobre o mundo e os outros (McQuail, 2010). Essa dificuldade é acrescida pelo facto dessas notícias terem um lugar muito pouco destacado na organização da paginação dos jornais (Noblat, 2006), o que os torna ainda mais “invisíveis”;
3. Uma certa ambiguidade, sobretudo, nas notícias difundidas pela Imprensa de cariz popular que, recorrentemente, relacionam crimes de pedofilia com a homossexualidade masculina. Apesar de serem maioritariamente *estórias* isoladas, atraem a atenção pública pela emoção que suscitam (Brayne, 2008), podendo refor-

çar a discriminação social pela confusão conceptual gerada entre homossexualidade e pedofilia. De acordo com Santos (2009), esta moldura homofóbica ou transfóbica pode derivar de jornalistas que permanecem ignorantes para com questões relacionadas com orientação sexual e identidade de género, gerando uma violência simbólica, por via das palavras que estigmatizam e destroem psicologicamente o “outro” (Schilling, 2009).

## **Conclusões**

Com a realização deste estudo procurámos colmatar uma lacuna existente em Portugal relativamente à caracterização da temática LGBT nas notícias com um método misto, quer em extensão, quer em profundidade.

Através da análise de mais de 400 notícias publicadas na imprensa escrita portuguesa em 2014 verificámos uma subvalorização noticiosa relativa às pessoas LGBT, muito pouco contextualizada (na maioria, breves com menos de 300 palavras) e com baixo destaque na paginação. As personagens das estórias são predominantemente do género masculino em idade jovem. A razão que as leva a serem alvo de protagonismo nas notícias é possuírem atributos de profissionais públicos, de vítimas de preconceito e de celebridades mediáticas, os quais continuam a ser catalisadores quer do interesse público, como do interesse humano. Por outro lado, o facto de as estórias serem contadas como peças isoladas e sem profundidade pode comprometer o sentido crítico dos leitores.

Outra conclusão muito importante é que a imagem social que subjaz nas notícias sobre LGBT possui um sentido positivo, apesar da negatividade do ângulo noticioso. As estórias negativas reforçam uma imagem social positiva, pois a maioria das histórias são muito cruéis, não causando identificação com as pessoas.

Pode, pois, inferir-se que o enquadramento maniqueísta das notícias publicados na imprensa diária e semanal portuguesa, no ano em análise, tiveram subjacente a intenção de criar uma maior proximidade com as minorias sexuais e potenciar um debate público centrado na tolerância à diferença e no repúdio à discriminação preconceituosa. A construção significativa das representações sociais escrutinadas na díade “bom” / “mau” sugere uma tentativa de influência da opinião pública, que viesse a favorecer a votação parlamentar para a realização do referendo da coadoção por casais homossexuais, em defesa dos direitos desta minoria.

A partir das conclusões deste estudo, as comunidades e organizações LGBT poderão repensar estratégias de divulgar e potenciar uma visibilidade mais positiva também nos conteúdos manifestos, e não apenas subjacentes, do discurso noticioso. Poderá ser uma via de trazer à esfera pública a noção de diversidade de orientações sexuais e de delimitações de género que não cabem na normatividade heterossexual que ainda prevalece nos sistemas mediáticos *mainstream* por semelhança ao que já vai acontecendo no *online* (Boyle e Schmierbach, 2009; Kahn e Douglas, 2005; Gillett, 2003).

## Referências

- Alwood, Edward (1996), *Straight News. Gays, Lesbians, and the News Media*, New York: Columbia University Press.
- Anker, Elisabeth (2005). Villains, victims and heroes: Melodrama, media, and September 11. *Journal of Communication*, 55 (1). 22-37.
- Araújo, Cátia D. (2014). *Os discursos sociais sobre os crimes e a violência perpetrados contra pessoas LGBT nos media*. (Tese de Doutoramento: repositório ISMAI)
- Barakso, Maryann and Schaffner, B. F. (2006). Winning Coverage: news media portrayals of the women's movement, 1969-2004, in *The Harvard International Journal of Press/Politics*, 11(4): 22-44.
- Boyle, Michael P., and Schmierbach, Mike (2009). Media use and protest: The role of mainstream and alternative media use in predicting traditional and protest participation. *Communication Quarterly*, 57(1), 1-17.
- Brandão, Ana M. (2007). "E se tu fosses um rapaz?" *Homo-erotismo feminino e construção social da identidade*. Dissertação de doutoramento. Braga: Universidade do Minho
- Brayne, Mark (2008). Emoções, trauma e bom jornalismo, in *Cadernos de Estudos Africanos*, 15, 31-46.
- Brown, Jane D. (2002). Mass media influences on sexuality. *Journal of sex research*, 39(1): 42-45.
- Caldeira, Clara R. P. (2005). A representação das minorias sexuais na informação televisiva portuguesa—uma questão «territorial». *Caleidoscópio: Revista de Comunicação e Cultura*, (5/6), 87-95.
- Caldeira, Clara R. P. (2006). *A representação das minorias sexuais na informação televisiva portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Chambers, Samuel A. (2004). Giving up (on) Rights? The Future of Rights and the Project of Radical Democracy. *American Journal of Political Science*. Vol. 48, No. 2 (Apr.): 185-200. DOI: 10.2307/1519877.
- Creswell, John W. (2014). *Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches*. 4<sup>th</sup> edition. Los Angeles, London, New Delhi, Singapore, Washington DC: SAGE

- Cruz, Carla (2008). *A telerealidade. Uma abordagem hermenêutica da Construção Social da Realidade pela Informação Televisiva de Actualidade*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Cruz, Carla (2014). *A Decisão Editorial em Televisão. O Caso do Telejornal da RTP*, Tese de Doutoramento em Ciências da Comunicação (especialidade em Sociologia da Comunicação), Repositório da Universidade Aberta.
- Cunha S., Maria João (2011). *Sociologia da Comunicação*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Dayan, Daniel e Katz, Elliot. (2006). *A história em directo: os acontecimentos mediáticos na televisão*. Coimbra: Minerva.
- Durkheim, Émile (1893/1989). *A Divisão do Trabalho Social*, Vol. I., Lisboa: Editorial Presença.
- Elliott, Susan J., and Gillie Joan (1998). Moving experiences: A qualitative analysis of health and migration. *Health & Place*. 4(4). 327-339.
- Fisher, Deborah A., Hill, Douglas L., Grube, Joel W. and Gruber, Enid L. (2007). "Gay, Lesbian, and Bisexual Content on Television: A Quantitative Analysis Across Two Seasons", *J Homosex*. Vol. 52, N.3-4: 167-188. doi: 10.1300/J082v52n03\_08.
- Galtung, Johan. (1981). Social cosmologies and the concept of peace. *Journal of Peace Research*. 18 (2). 183-199.
- Galtung, Johan. and Lynch, Jake (2010). *Reporting Conflict: New Directions in Peace Journalism*. St Lucia, QLD. Australia: University of Queensland Press.
- Gillett, James (2003). Media activism and Internet use by people with HIV/AIDS. *Sociology of health & illness*, 25 (6), 608-624.
- Hall, Stuart (1988). The rediscovery of «ideology»: return of the repressed in media studies, in M. Gurevitch et al (orgs). *Culture, Society and the Media*, London, Routledge: 56-90.
- Harcup, Tony (2005). 'I'm doing this to change the world': Journalism in alternative and mainstream media. *Journalism Studies* 6: 361-374.
- Harcup, Tony and O'Neill, D. (2009). News values and selectivity. In: Wahl-Jorgensen K and Hanitzsch T (eds) *The Handbook of Journalism Studies*. New York; London: Routledge, pp. 161-174.
- Herek, Gregory (2000). Sexual Prejudice and Gender: Do Heterosexuals' Attitudes Toward Lesbians and Gay Men Differ? *Journal of Social Issues*, 56(2): 251-266.
- Herek, Gregory (2004). Beyond "homophobia": A social psychological perspective on attitudes toward lesbians and gay men. *Journal of Homosexuality*, 10 (1): 1-21.
- Herman, Edward S. and Chomsky, Noam (1994). *Manufacturing Consent. The Political Economy of the Mass Media*. London: Vintage.
- Højjer, Birgitta (2011). Social Representations Theory: A New Theory for Media Research. *Nordicom Review*, 32, 3-16.



- Jain, Ashok and Ogden, Jane (1999). General practitioners' experiences of patients' complaints: Qualitative study. *BMJ*. 318. 1596-1599.
- Kellner, Douglas (2004). The media and social problems. In G. Ritzer *Handbook of social problems: A comparative international perspective* (pp. 209-225). Thousand Oaks, CA: SAGE Publications Ltd.
- Kahn, Richard e Kellner, Douglas (2005). Oppositional politics and the Internet: A critical/reconstructive approach. *Cultural Politics*, 1(1), 75-100.
- Kimmel, Michael S. e Ferber, Abby (eds.) (2010). *Privilege: a reader*. 2<sup>nd</sup>. Ed. Boulder, Colorado: Westview Press.
- Krippendorff, Klaus (1980). *Content analysis*. Beverly Hills. California: Sage Publications.
- Lionço, Tatiana and Diniz, Débora (Orgs.). (2010). *Homofobia & Educação. Um desafio ao silêncio, Estudos Feministas*, 18(3): 962-964.
- Marshall, Martin. N. (1999). Improving quality in general practice: Qualitative case study of barriers faced by health authorities. *BMJ*. 319. 164-167.
- McQuail, Dennis (2010). *McQuail's Mass Communication Theory*, 6<sup>th</sup> edition, London: SAGE.
- Miles, Mathew B., and Huberman, A. Michael (1994). *Qualitative data analysis* (2nd ed.). London: Sage Ltd.
- Moscovici, Serge (1961). *La Psychanalyse, son Image et son Public*, Paris: PUF.
- Moscovici, Serge (1988) 'Notes Towards a Description of Social Representations', *European Journal of Social Psychology*, 18, 211-250.
- Moscovici, Serge (1994). Social Representations and Pragmatic Communication, *Social Science Information*, 33(2): 163-177.
- Moscovici, Serge e Duveen, G. (eds.) (2001) *Social Representations: Explorations in Social Psychology*, New York University Press: New York.
- Neuendorf, Kimberly A. (2016). *The content analysis guidebook*. Thousand Oaks: Sage.
- Noblat, Ricardo (2006). *A arte de fazer um jornal diário*. São Paulo: Editora Contexto.
- Nogueira, Conceição e Oliveira, J. M. (Eds.) (2010). Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e da identidade de género. Lisboa: CIG.
- Oliveira, Henrique J. C. (1995). Gramática da Comunicação. Vol. 2. Aveiro: ISCIA.
- Pan, Zhongdang, and Kosicki, Gerald M. (1993). Framing analysis: An approach to news discourse. *Political communication*, 10 (1), 55-75.
- Parent Mike C., DeBlaere C., Moradi B. (2013). Approaches to research on intersectionality: Perspectives on gender, LGBT, and racial/ethnic identities. *Sex Roles*, 68, 639-645.
- Reed, Edward, Turiel, E. and Brown, T. (1996). *Values and Knowledge*, Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum.
- Richardson, Diane (1998). Sexuality and citizenship. *Sociology*, 32(1): 83-100.

- Ristum, Marilena, & Bastos, A. C. S. (2004). Violência urbana: uma análise dos conceitos de professores do ensino fundamental. *Ciência e Saúde Coletiva*: 9(1), 225-239.
- Rosa, Fernando M. A. (2010). *A construção da visibilidade LGBT: Uma análise crítica do discurso jornalístico*. Dissertação de Mestrado em Antropologia, com especialidade em Imagem e Comunicação. Lisboa: ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.
- Santos, Ana C. (2008). *Enacting Activism. The political, legal and social impacts of LGBT activism in Portugal*, Tese de Doutoramento, Centre for Interdisciplinary Gender Studies, University of Leeds.
- Santos, Ana C. (2009). Molduras públicas de performatividade queer e representação mediática em Portugal. *Ex aequo*, (20), 97-112.
- Schilling, Flávia I. (2009). Direito à vida, liberdade e segurança, in Matsuda, F., Graciano, M., Oliveira, G. (Eds). *Afinal o que é a segurança pública?* São Paulo: Global.
- Schudson, Michael (2007). The Anarchy of Events and the Anxiety of Story Telling. *Political Communication*. 24 (3), 253-257.
- Shoemaker, Pamela J. and Vos, Tim P. (2009). *Gatekeeping theory*. London: Routledge.
- Shoemaker, Pamela J., Vos, T. P. e Reese, S. D. (2009). Journalists as gatekeepers. In Wahl-Jorgensen, Karin e Hanitzsch, Thomas (eds.) *The handbook of journalism studies*. New York: Routledge. pp: 73-87.
- Stringer, JAC (2013). *Trans\* and Queer/LGBTQPIA Terminology*. Heartland Trans\* Wellness Group. <http://www.TransWellness.org>.
- Thomas, David R. (2006). A general inductive approach for qualitative data analysis. *American Journal of Evaluation*, 27, 237-246.
- Thompson, John B. (1995) *The Media and Modernity: a Social Theory of the Media*, Cambridge: Polity Press.
- Wagner, Wolfgang and Hayes, N. (2005) *Everyday Discourse and Common Sense: The Theory of Social Representations*, New York: Palgrave Macmillan.
- Warner, Michael (1991). Introduction: Fear of a Queer Planet. *Social Text*, 9 (4) [29], 3-17.

15.

## **“As public as the dinner table and governed by the same rules of formal confrontation”: food and the construction of gender identity in contemporary advertising**

*Sonia Maria Melchiorre*

### **ABSTRACT**

*“As public as the dinner table and governed by the same rules of formal confrontation”:* food and the construction of gender identity in contemporary advertising tries to demonstrated, that advertisements are not only a way of selling products but they also helps construct ubiquitous models and patterns of behaviour. Until very recently, research had mainly concentrated on general issues overlooking the relationship between food and the construction of gender identities. According to the present investigation, since the 1950s in particular, advertising has been used to (in)form women and set up unfavourable comparisons with unattainable ideals.

**KEYWORDS:** Food, Advertising, Gender, Identity

### **RESUMO**

*“Os jantares comuns e aqueles públicos regidos pelas mesmas regras formais de confronto”:* a comida e a construção da identidade de género na publicidade contemporânea. O contributo prova que os anúncios não são apenas uma maneira de vender produtos, mas também um auxílio para construir modelos e padrões de comportamento

onipresentes. Muito recentemente, as pesquisas concentraram-se principalmente em questões gerais com vista para a relação entre a alimentação e a construção de identidades de género. De acordo com a presente investigação, desde os anos 1950, em particular, a publicidade foi empregue para (in)formar mulheres e construir comparações desfavoráveis com ideais inatingíveis.

## RESUMEN

*“Tan pública como la mesa de la cena y se rige por las mismas reglas de enfrentamiento formal”: la alimentación y la construcción de la identidad de género en la publicidad contemporánea* trata de demostrar, que los anuncios no son sólo una forma de vender productos, sino que también ayuda a construir modelos onnipresentes y los patrones de comportamiento. Hasta hace muy poco, la investigación se ha concentrado principalmente en los problemas generales con vistas a la relación entre la alimentación y la construcción de las identidades de género. A la presente investigación, ya que la década de 1950 en particular, la publicidad se ha utilizado para (en)formar las mujeres y establecer comparaciones desfavorables con ideales inalcanzables.

## 1. Food and gender identity in advertising

David Gauntlett opens his discussion in *Media, Gender and Identity* with a question: “Why we explore the relationship between media, gender and identity”, and provides the following answer:

Media and communications are central element of modern life, whilst gender and sexuality remain at the core of how we think about our identities. With the media containing so many images of women and men, and messages about men, women and sexuality today, it is highly unlikely that these ideas would have no impact on our sense of identity. At the same time, though, it’s just as unlikely that the media has a direct and straightforward affect on its audiences. (Gauntlett, 2008: 1)

Advertising represents “an effective and pervasive medium of influence and persuasion, its influence is cumulative, often subtle, and primarily unconscious” (Kilbourne 1999: 67). In other words, it does not only represent a way of selling products but it also constructs and provides ubiquitous models and patterns of

behaviour. It goes without saying that advertising is also dominated by heterosexual-heteronormative models that fly in the face of other gender or sex-variant relationships.

Although advertising has received considerable critical attention in the last decades, the available research has mainly concentrated on general issues.<sup>[1]</sup> As a matter of fact, studies focusing on the relationship between food and gender in commercials are scanty, and only few of these investigations have interrogated the connection, despite their close relationship, between gender structures and the social processes of food purchase, preparation and eating.

[I]t now seems that eating brings together a cacophony of feelings, hopes, pleasures and worries, as it orchestrates experiences that are at once intensely individual and social. [...] food and eating continually branch into areas that may at first seem unconnected, yet in their rhizomatic logic are deeply intertwined. (Probyn 2000: 3, 8)

Food advertisements have not usually been perceived as gender related and have been mostly approached and analysed in reference to habits. As a consequence, these spots continue to emphasize the existence, and persistence, of stereotypes and traditional sex roles, mostly ignoring social change occurred in recent years. No wonder then, when women are still represented as "modern", or "very modern", housewives and continue to be shown in domestic settings as wives and mothers. (Furnham and Mak 1999)

We have learned that the development of a taste, even for general issues in cultural development, doesn't occur in a vacuum, but it rather takes place in a lived context of social representation. "But what is all this foodism about?" (Probyn 2000: 3)

Food is an exceptional tool for this project because it is immanent to everyday life. Food offers a concrete way to trace the discursive through the body, to recognize the gaps in what is known (or knowable) in regard to the ways that bodies deal with discourses. (Hayes-Conroy and Hayes-Conroy 2008: 469)

Ahead of his time, Goffmann in the late 1970s anticipated later critical approaches, pointing out how advertising put forward traditional and stereotyped

---

1. See Heldke 1992; Dixey 1996; Iggers 1996; Epstein, 1996 Garst J. and Bodenhausen 1997; Schroeder and Borgeson 1998; Ganahl, Prinsen and Netzly 2003; Coveney 2006.

social models and images of both masculinity and femininity, and illustrates the relationship between the sexes and gender roles in general. (Goffmann 1977). Goffmann's representation of the construction of gendered identities in advertising also illustrated all possible themes that could be traced and analysed in advertisements: the use of body parts, feminine activity or passivity in interaction, family portrayals, ritualisation of subordination, and licensed withdrawal, explaining all aspects of pose, touch, smile and gaze, all devices usually adopted in the representation of women in advertising. (Ferguson 1978: 107).

In the same years, Roland Barthes, in his study on food consumption, claimed that food "has a constant tendency to transform itself into situation", pointing out that this peculiar signifying system shift registers and represents the most common and elusive of matters. (Barthes 1979).<sup>[2]</sup> The same opinion has been more recently expressed by Elspeth Probyn who has investigated the intersection food-gender identity:

Like a schizophrenic line that always turns into something else, the vector of food soon leads into other areas [...] without doubt food is a hugely powerful system of values, regulations and beliefs: in short a system of representation that hides its nature in appeals to immediacy, and non-mediation.<sup>[3]</sup> (Probyn 1999: 216).

In this essay she has also suggests that male cooks are often presented as today's rock stars. Likewise, according to the perspective offered in the present discussion, women feature in these messages as their groupies, and are usually pictured as the Man's conquest, and *par force*, young and sexy.

Two different trends can be identified among the many studies investigating the relationship between commercials and gender roles appeared in the last two decades: if on one hand, research conducted before the 1990s were aimed at revealing the existence of stereotypical images of men and women, on the other, the investigations appeared in the following years presented less explicit models. "To a certain extent", Gauntlett observes, "programme makers (tv) arrived at comfortable, not-particularly-offensive models of masculinity and femininity, which a majority of the public seemed to think were OK." (Gauntlett 2008: 65).

---

2. According to both Barthes and Deleuze food is always linked to values of power. See also Derrida 1991.

3. Gilles Deleuze defined this system "the alimentary-sexual regime" in his *Foucault* 1986:102.

## 2. Representation the food-gender relationship in Western Culture

The existing relationship between food and gender identity has been more clearly stated and analysed in recent studies as a sign of

life and death, profanity and sacredness, an intoxicating aphrodisiac and an addiction, abjection. Food refers to material and spiritual experience, embodies the most covert fantasies, fears, and passions. It signifies interaction, mutual bonds, and communality but at the same time is a sign of division. It transgresses the outside/inside body limits, but serves as a signifier of clean defined, own/alien, me/other that also has gender connotations. (Jankauskait 2003: 73).

As a cultural signifier, food contributes, in fact, to the construction of values of masculinity and femininity, and performs different roles in the process of representation and self-representation of human beings.

For example, if we focus our attention on the food-female body relationship, the first image that pops into our minds when we consider is that of a baby sucking the breasts of her/his mother. The most obvious response to this is that babies recognise in the body of the mother the first source of nourishment. But this body, or better, this section of the body, of a woman seems to have lost all its sexual connotations. Advertising tends to represent the female form in broken, separate parts each of which can be easily associated with a separate commodity. This "dismemberment" of the woman's body is always accompanied by a "learning process whereby readers come to accept the part as standing for the whole" (Goldman 1992: 117). As Julia Kristeva has observed in her essay *Women's Time*, the ideal woman in Christianity, the Madonna, has helped propagating the denial of erotic pleasure and has finally turned maternity into a melancholy and ecstatic performance of father's will. (Kristeva 1986: 187). As a matter of fact, breasts in any other context would have stood for something sexually charged. Additionally, Gamman and Makinen have pointed out that in Western civilization the female body has turned into "a fetish" and has been reduced to the breast motif, and identified with food and food consumption. (Gamman and Makinen, 1995: 159).<sup>[4]</sup> The feminine body is always related by means of mass media to food products so becoming a product itself. In turn, food in Western culture has become an inseparable

---

4. Gamman and Makinen analyse the correlation between food and concepts of femininity in Western culture and observe that traditionally masculinity is constructed as "he who fucks", and femininity as "she who cooks".

arable part of modern feminine identity, taken on unconsciously. To be a woman means to consume, to be consumed and to constantly fight off her extra weight. Therefore to be a woman also means to create using food and food motifs.

Women come to be consumed and seduced by food, then, the way a man is seduced by pornographic images. As a matter of fact, in Western cultures the image of Eve has become inseparably mixed from the apple, the forbidden fruit. Through this representation, that we have more or less unconsciously introjected and will never forget, we start associating the figure of a naked woman to something that is going to be eaten. We also learn from the same “tale” that Adam eats the apple and that the Original Sin is not directly ascribable to his gullibility, but it rather derives from Eve’s act of insubordination. Men, we are told, cannot resist temptation, especially when it is performed by a naked woman! Publicists, mostly white, well-educated, smart men, still rely on this simple association in their highly creative and innovative messages, as they are, more or less unconsciously, aware of the fact that also modern Adams cannot resist temptation.

Fairy-tales have also been instrumental in consolidating the feminine stereotypes. In them the association of female identity and food is clearly demonstrated and analysed in works by Angela Carter’s *The Bloody Chamber* (1979), and Jeanette Winterson’s *Sexing the Cherry* (1989), among the others.

The tendency to consider certain foods special and endowed with magic is as ancient as humanity. In traditional belief, potions and decoctions can heal illness and arouse love; certain foods, for example apples, may bestow the eater with youth, beauty, or immortality.” (Andrievskikh 2014: 141).

The role of mythology in these processes of creation of models has also been central. For instance, the myth of Persephone-Proserpina is related to harvesting activities. In the beautiful representation given by the Pre-Raphaelite painter Dante Gabriel Rossetti in the XIX century, Proserpina is holding a pomegranate. Again, like in Eve’s case and the “evil” queen in *Snowwhite*, the association with food, fruit in particular, does not work out positive connotations because a reference to the underworld. According to the Victorian canon, in fact, the representations of such female figures meant to convey all the aggressiveness of women’s sensual power — the absolute evil! — that men, again, could not resist.

As for history, that we have learned from post-structuralism is just another way of telling stories, offers several specimen of gender roles. One example is



the interesting story of a female character who has come to be associated with a fruit. After the sacred fig, the apple and the pomegranate, in eighteenth-century England the fruit of passion suddenly turned into an orange. "Orange seller" was the term used to define prostitutes who, in order to avoid incarceration, hanged around London carrying baskets full of oranges while looking for clients willing to taste their forbidden fruits. That woman, named Nell Gwynn, and who was a famous actress who eventually became lover of King Charles II, is still represented as a prostitute holding a basket of oranges in the subway of the Tube station in Trafalgar Square. <sup>[5]</sup>

Female domestication has always been a source of preoccupation for patriarchy and androcentric cultures. The invention of periodical publications, exclusively aimed at "the fair sex", precisely in eighteenth-century England, started to represent women more and more engaged in domestic situations. The public and the private spheres occupied, respectively, by men and women, started to feature in the advertising included in these publications proposing new, and more modern, models of femininity. Still, by the end of the XIX century women couldn't walk around the city by themselves without being named and shamed, and must be accompanied by a male member of their family- any man would do.

A new occasion for women's emancipation, just before the Suffragettes gained the vote for women, was offered by the shopping malls, considered an extension of the domestic milieu. In these "enclosed" spaces middle-class women could meet their female friends, while their servants continued to buy food on their behalf.

It is only in the 1950s, though, that women of the middle-classes start to be represented in pictures and advertising parading around with trolleys and buying food for their families. During World War II women had fought with men, and had occupied those workplaces traditionally reserved to men, because they were "out there" fighting for their country. When men were back they soon realized that society had changed, that many women had turned into workers. How could these "aliens" be sent back to their beautiful and comfortable houses? A politically correct way to perform this strategy was needed. Advertising came along and had a central role in the restoration of the *status quo* and even the advent of electric

---

5. <http://www.dailymail.co.uk/news/article-1028510/The-orange-seller-Royal-mistress-squeezed-thousands-taxpayer.html> last accessed on 11 June 2016.

appliances, the symbols of social progress represented in commercials, concealed “non-positive” consequences for women.<sup>[6]</sup>

According to the present investigation, if in the eighteenth century a male-dominated system performed the education of women publishing and widely disseminating conduct manuals, this operation was paralleled in the 1950s, that is two centuries later, by advertising messages proposed in magazines, tv and radio broadcasting devised to “instruct” women. Increasingly often, women were represented in the kitchens of their beautiful homes, looking after their children and welcoming their elegant husbands back from work.

Today there is a well-known, comical stereotype of the ways in which women magazines and adverts used to address women as simpering housewives whose dream was to impress their authoritative, working husbands by using the latest kitchen accessory or washing powder. (Gauntlett 2008: 54).

Betty Friedan’s *The Feminine Mystique* (1963) offered a critique of women’s magazines and represented the first major assault on these images of “the happy housewife heroine”. As a former contributor to women’s magazines, Friedan had become troubled by the image of blissful domesticity she was helping to propagate.

The image of woman that emerges from this big pretty magazine [McCall’s] is young and frivolous, almost childlike; fluffy and feminine; passive; gaily content in a world of bedroom and kitchen, sex, babies, and home. The magazine surely does not leave out sex; the only goal a woman is permitted is the pursuit of a man. It is crammed full of food, clothing, cosmetics, furniture, and physical bodies of young women, but where is the world of thought and ideas, the life of the mind and spirit? (Friedan 1963: 32).

### **3. The glorification of thinness and eating disorders**

Although in the 1970s and 1980s portrayals of women in advertising would become more realistic, with women depicted in a broader range of contexts, sexism and gender stereotyping persisted. In the 1980s, in fact, food advertisers and

---

6. “With Nigella Lawson, about the realm of the kitchen: “our growing equation of competence in the kitchen with ability to be part of life”. Lawson 1999: 154.

publicists "moved beyond trumpeting the merits of particular products and suggested that their products would help a woman fulfill her gender roles." (Parkin 2006: 5-6; Grosz 1994; bell hooks 1993).

Food advertising has become even more and more targeted at women, responsible for the food purchase and preparation, worried about health and personal image.<sup>[7]</sup> If on one hand, in the early 1940s Sheldon had found that ectomorphic individuals were perceived by others as nervous, submissive and socially withdrawn, by the end of the 1980s the meaning of the same message had been completely reversed: thin, lean and fragile bodies were considered to be the most sexually appealing. (Stephens and Hanson 1994)

Some studies have produced consistent evidence that the dissemination of negative messages about the female body creates unfavourable responses. In tandem with previous research, Wilson and Blackhurst have observed that, "[f]ood advertisements reflect and contribute to the primary precursors of eating disorders". (Wilson and Blackhurst 1999: 111). Commercials stress on physical attractiveness related to thinness can lead, in fact, to unhealthy behaviours on the part of young girls, and women in general. Even though over the last decades the scale of feminine beauty has widened to include more variables of age and ethnicity, the prevailing model still remains an emaciated young woman.

It is more than evident that food advertisers target female subjects almost exclusively, relying on women's magazines as one of the primary venues to promote their products." (Silverstein, Perdue, Peterson, Kelly 1986: 519; Greishaber 1997). The most unbearable aspect of the matter is that, after all, the picture hasn't changed that much from the time when the education of young women totally relied on conduct books written by religious men. Only today's advisors are not priests anymore but men trying not to look too heterosexual, that is aggressive.

Specific strategies are adopted and simultaneously enacted in advertisements in order to promote body dissatisfaction and food advisers tend to normalise this dissatisfaction. They, therefore, contribute to set up unfavourable comparisons with thin ideals, so evoking guilt and shame in women about their body shape, and tend to increase anxiety about the possible consequences of uncontrolled eating. More important, when women fail to achieve their ideal, advisors "gracefully" suggest that the failure is due not only to a lapse in willpower, but reveals

---

7. "What regulates the obligatory, necessary, or permitted intermingling of bodies is above all an alimentary regime and a sexual regime." Deleuze and Guattari 1988: 90.

a weak character, or even moral inadequacy. As a consequence, this cultural glorification of thinness ends up creating and propagating unfair standards leading women, in particular, to equate thinness with success and happiness.

By normalizing body dissatisfaction and weight preoccupation, glorifying thinness, perpetuating unrealistic and unattainable standards of beauty, and encouraging a rigid diet mentality, food advertisements contribute to social norms that place girls and women at risk for the development of eating disorders [...] these advertisements both shape and reinforce damaging sex-role stereotypes, social expectations, and normative behaviors. (Wilson and Blackhurst 1999: 120).

According to what I have just stated in this paper, contemporary advertisers can undeniably be held responsible for creating and propagating wrong ideals of femininity. But the main point in the present contribution is not to answer question but rather to raise doubts about the cultural context in which such messages originate. Nothing is created in a vacuum. On the contrary, when it comes to gender and women's cultural depictions, the context becomes the first place where we have to turn to find answers to our questions.

To conclude with, one may wonder if such stereotypical depictions of women could ever be opposed or, rather, if there exist any other possible way to bypass the negative influence of media messages on women. Undoubtedly, the education they receive since they are very young doesn't help, oriented as it is towards the construction of absolutely passive subjects.

Therefore, a cultural shift is needed more than ever, something which would help women feel less targeted by media messages, possibly creating networks able to exert a powerful influence on the production of those very messages. That this change can be enacted is demonstrated by examples such as the Gena Davies's network which has been monitoring and revising the production of new models of femininity in the media aimed at children and young adults.

## References

- Andrievskikh, Natalia (2014) Food symbolism, sexuality, and gender identity in fairytales and modern women's bestsellers. *Studies in Popular Culture* 37/1: 137-53.
- Barthes, Roland (1979) Toward a Psychology of Contemporary Food Consumption. In: Counihan C. and Van Esterik P. (eds.) *Food and Culture*. New York: Routledge, 28-35.
- Carter, Angela (2006) *The Sadeian Woman: An Exercise in Cultural History*. London: Virago.

- bel hooks (1993) *Eating the Other: Desire and Resistance*. In: bel hooks. *Black Looks: Race and Representation*. Boston: South End Press, 21-39.
- Coveney, John (2006) *Food, Morals and Meaning: The Pleasure and Anxiety of Eating*. New York: Routledge.
- Deleuze, Gilles (1986) *Foucault*. Paris: Editions the Minuit.
- Deleuze, Gilles and Guattari, F. (1988) *A Thousand Plateaus*. London: Athlone Press.
- Derrida, Jacques (1991) 'Eating Well', or the calculation of the subject: an interview with Jacques Derrida. In Cadava E., Connor P. and Nancy J.L. (eds.) *Who Comes After the Subject*. London and New York: Routledge, 96-119.
- Dixey, Rachael (1996) Gender perspectives on food and cooking skills. *British Food Journal* 98/10: 35-41.
- Epstein, Marcy J. (1996) Consuming Performances: Eating Acts and Feminist Embodiment. *The Drama Review* 40/4: 20-36.
- Ferguson, Marjorie (1978) Imagery and Ideology: the cover photographs of traditional women's magazines. In Tuchman G., Kaplan Daniels A. and Benet J. (eds.), *Hearth and Home: Images of Women in the Mass Media*. New York: Oxford University Press, 97-115.
- Friedan, Betty (1963) *The Feminine Mystique*. London: Penguin.
- Furnham, Adrian and Twiggy M. (1999) Sex-role stereotyping in television commercials: a review and comparison of fourteen studies done on five continents over 25 years. *Sex Roles* 41/5-6: 413-37.
- Gamman, Lorraine and Makinen M. (1995) *Female Fetish*. New York: New York University Press.
- Ganahl, Dennis J., Prinsen T.J. and Baker Netzly S. (2003) A content analysis of prime time commercials: A contextual framework of gender representation. *Sex Roles* 49/9-10: 545-51.
- Garst, Jennifer and Bodenhausen G.V. (1997) Advertising's effects on Men Gender Role Attitudes. *Sex Roles* 36/9-10: 551-72.
- Gauntlett, David (2008) *Media, Gender and Identity. An Introduction*. London and New York: Routledge.
- Goffmann, Erving (1977) *Gender Advertisement*. London: Macmillan.
- Goldman, Robert (1992) *Reading Ads Socially*. London: Routledge.
- Greishaber, Susan (1997) ealtime rituals: power and resistance in the construction of mealttime rules. *The British Journal of Sociology* 48/4: 649-666.
- Grosz, Elizabeth (1994) *Volatile Bodies: Toward a Corporeal Feminism*. Crows Nest: Allen and Unwin.
- Hayes-Conroy, Allison and Hayes-Conroy J. (2008) Taking back taste: feminism, food and visceral politics. *Gender, Place and Culture: A Journal of Feminist Geography* 15/5: 461-473.

- Heldke, Lisa M. (1992) Food politics, Political Food, in *Cooking, Eating, Thinking: Transformative Philosophies of Food*. In: Curtin D.W. and Heldke L.M. (eds.) *Cooking, Eating, Thinking: Transformative Philosophies of Food*. Bloomington: Indiana University Press, 203-29.
- Iggers, Jeremy (1996) *The Garden of Eating: Food, Sex, and the Hunger for Meaning*, New York: Basic Books.
- Jankauskait, Margarita (2003) Food, Gender and Representation. *Anthropology of East Europe Review* 21/1: 73-76.
- Kilbourne, Jean (1999) *Deadly Persuasion: Why Women and girls must fight the addictive power of advertising*. New York: The Free Press.
- Kristeva, Julia (1986) Women's Time. In: Moi T. (ed.) *The Kristeva Reader*. New York: Columbia University Press: 187-213.
- Lawson, Nigella (1999) *Gastroporn*. *Talk* Oct.: 153-4.
- Parkin, Kathrine J. (2006) *Food is love. Advertising and gender roles in modern America*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Probyn, Elspeth (1999) Beyond Food/Sex: Eating and and Ethics of Existence. *Theory Culture Society* 16: 215-28. Nottingham Trent University. [http://pages.vassar.edu/fren380/files/2013/05/Probyn\\_Beyond-Food.Sex\\_.pdf](http://pages.vassar.edu/fren380/files/2013/05/Probyn_Beyond-Food.Sex_.pdf). (accessed 13 July 2016).
- Probyn, Elspeth (2000) *Carnal Appetites: Food, Sex, Identities*. London and New York: Routledge.
- Schroeder, Jonathan E. and Borgeson J.L. (1998) Marketing images of gender: a visual analysis. *Consumption, Markets and Culture* 2/2: 161-201.
- Silverstein, Brett, Perdue L., Peterson B. and Kelly E. (1986) The role of the mass media in promoting a thin standard of bodily attractiveness for women. *Sex Role* 14/9-10: 519.
- Stephens, Debra L., Hill R.P. and Hanson C. (1994) The Beauty Myth and Female Consumers: the Controversial Role of advertising in Female Consumers. *Journal of Consumer Affairs* 28/1: 137-153.
- Tuchman, Gaye (1978) Introduction: The Symbolic Annihilation of Women by the Mass Media. In: Tuchman G. et al. (eds.) *Hearth and Home: Images of Women in the Mass Media*, New York: Oxford University Press: 3-38.
- Williams-Forson, Psyche and Cognard-Black J. (2014) Where are the women in contemporary Food Studies? Ruminations on teaching gender and race in the Food Studies classroom. *Feminist Studies* 40/2: 304-32.
- Wilson, Nona L. and Blackhurst A.E. (1999) Food advertising and eating disorders: marketing body dissatisfaction, the drive for thinness, and dieting in Women's Magazines. *Journal of Humanistic Counselling, Education and Development* 38/2: 111-122.

## **A imagem violenta gera violência: viagem através da representação destorcida do corpo feminino na publicidade italiana**

*Débora Ricci*

### **RESUMO**

Partindo da hipótese de Sapir-Whorf (1956 e 1958) segundo a qual a língua influencia o nosso pensamento, a reflexão sobre a maneira de nos exprimirmos do ponto de vista do gênero, leva inevitavelmente à conclusão de que a língua seja ainda e absolutamente sexista. A linguagem e as práticas linguísticas, baseadas num princípio de tipo androcêntrico, aparecem como veículos privilegiados para a afirmação e a reiteração de certos valores e códigos culturais. O artigo focaliza-se na análise da linguagem (falada e visual) nos media, principalmente na linguagem publicitária, mostrando como esta é responsável pela formação e a conservação dos estereótipos identitários sexuais e de gênero e como uma natural consequência da reiteração possa ser a passagem de uma visão objetivada da mulher à violência física e psico-

---

**NOTA:** Todas as imagens que aparecem no texto foram tiradas da internet ou são fotografias de minha autoria. Todas as imagens se encontram ou já se encontraram expostas em espaços públicos (ruas, paragens de autocarros, meios de transporte públicos, revistas, jornais, internet) por isso não têm direitos de autor.

lógica contra ela. Vamos analisar imagens que aparecem em revistas, na televisão e em cartazes de rua, com a intenção de refletir sobre algo que na maioria das vezes nos passa despercebido.

**PALAVRAS-CHAVE:** imagens publicitárias, Itália, violência de gênero, objetificação, corpos femininos.

#### **ABSTRACT**

Gender violence and discriminant language in advertising images: the Italian case. From the Sapir-Whorf hypothesis (1956 e 1958) according to which the language influences our thinking, reflection on how to express ourselves from a gender point of view, inevitably leads to the conclusion that language is still and absolutely sexist. The language and linguistic practices, based on androcentric type principles, appear as a privileged vehicle for the claim and the reiteration of certain values and cultural codes. This paper focuses on the analysis of language (spoken and visual) in the media, especially advertising language, showing how this is responsible for the formation and preservation of sexual identity and gender stereotypes and as a natural consequence of reiteration can be passage of an objectified view of women to physical and psychological violence against her. We are going to analyze images that appear in magazines, on television and billboards, with the intention to reflect on something that most often passes us unnoticed.

#### **RESUMEN:**

La violencia de género y el lenguaje discriminante en las imágenes publicitarias: el caso italiano. A partir de la hipótesis de Sapir-Whorf (1956 e 1958) según la cual el lenguaje influye en nuestro pensamiento, la reflexión sobre la forma de expresarnos desde el punto de vista de género, inevitablemente lleva a la conclusión de que el lenguaje es aún y absolutamente sexista. Las prácticas del lenguaje y lingüísticas, con base en el principio androcéntrico, surgen como un vehículo privilegiado para la afirmación y la reiteración de ciertos valores y códigos culturales. El artículo se centra en el análisis del lenguaje (oral y visual) en los medios de comunicación, especialmente en el lenguaje publicitario, mostrando cómo éste es responsable por la formación y conservación de los estereotipos de la identidad sexual y de género, y como una consecuencia natural de la reiteración puede ser la transición de una visión objetivada de las mujeres a la violencia física y psicológica contra ella. Analizaremos las imágenes que aparecen en las revistas, en la televisión y vallas publicitarias, con la intención de reflexionar sobre algo que normalmente nos pasa desapercibido.



“Our use of language embodies attitudes as well as referential meanings. ‘Woman’s language’ has as foundation the attitude that women are marginal to the serious concerns of life, which are pre-empted by men. The marginality and powerlessness of women is reflected in both the ways women are expected to speak, and the ways in which women are spoken of. In appropriate women’s speech, strong expression of feeling is avoided, expression of uncertainty is favored, and means of expression in regard to subject-matter deemed ‘trivial’ to the ‘real’ world are elaborated. Speech about women implies an object, whose sexual nature requires euphemism, and whose social roles are derivative and dependent in relation to men. The personal identity of women thus is linguistically submerged; the language works against treatment of women, as serious persons with individual views” (Robin, 1973: 45).

### **1. Sobre a metodologia: para uma análise (socio)semiótica visual feminista**

A abordagem à qual recorri para analisar os elementos que compõem a imagem publicitária é a da análise semiótica que nos permite compreender “*como uma sociedade produz os estereótipos que depois consome*” (Codeluppi, 2002: 177). No caso específico, a metodologia utilizada baseia-se na sociosemiótica visual figurativa, uma interpretação crítica que, como afirma Umberto Eco (1990: 29), tenta explicar por quais razões estruturais um texto possa produzir diferentes interpretações semânticas. Porém, à diferença da semiótica clássica, a sociosemiótica ocupa-se também “*das questões de poder e da função ideológica das imagens que não se limitam a refletir a realidade mas constroem-na*” (Jewitt, 1996: 7). A imagem é vista como uma verdadeira atividade que deve ser estudada no seu contexto social e nos efeitos que esta produz na sociedade, principalmente ao nível cultural.

Uma das figuras mais influentes no campo dos *Media and Cultural Studies*, Judith Williamson, elaborou uma teoria e uma metodologia analítica para os estudos sobre a publicidade. No seu livro *Decoding Advertisements* (1987), a autora estuda o processo de transformação do significado e do significante e, seguindo Saussure, afirma que o sentido expresso nos anúncios publicitários está nas diferenças que significado e significante estabelecem. A publicidade é um sistema de comunicação no qual se cria uma diferença através da justaposição de imagens retiradas de contextos diversos. Com este método pode-se transferir o sentido de um sistema com uma significação familiar (que ela define *referent systems*), a um

outro sistema, o do produto e da marca. Para Williamson (1987) a ideia chave é que se justapõem entidades aparentemente incompatíveis com o objetivo de criar um terceiro significado

Ads position us as consumers and as people who have a need or desire for certain products and the social meanings which these products have. There is a subjective identity which ads require us to take on. Positioning the individual subject in such a way as to naturalise a dominant ideology of consumerism (1987: 70).

Portanto, o texto publicitário fornece uma colocação ao espetador/leitor, mas ao mesmo tempo organiza o seu desejo e conseqüentemente a sua ideologia. Mas o espetador/leitor absorve a publicidade e aceita passivamente o significado proposto? Segundo Stuart Hall (1997), isso depende do ambiente cultural e da classe social aos quais ele/ela pertence. O significado de um texto que se interpõe entre quem o produz e quem o lê/vê é estruturado de uma certa forma pelo produtor, mas o leitor decifra a mensagem do texto de maneira diferente consoante o *background* pessoal e a sua capacidade de interpretação. A publicidade pós-moderna adula o seu público deixando-o crer que pode escolher a própria imagem e construí-la sozinho. Mas é uma ilusão, trata-se, na realidade, de manipulação.

Partindo desta base teórica, tendo que analisar imagens específicas que vêm como protagonistas as mulheres, torna-se necessário acrescentar à análise descrita uma abordagem de género e feminista através da qual podemos investigar a maneira como a desigualdade de género é reproduzida e construída nos anúncios publicitários. Trata-se de uma investigação politicamente posicionada que permite um olhar mais crítico em relação à imagem, que permite desvendar as relações de poder aí representadas, percebendo como o poder é exercido.

As publicidades configuram-se como forma de propaganda das relações de poder dominante e é por essa razão que desde os anos 70, principalmente nos Estados Unidos, começam as investigações feministas sobre as influências que as imagens exercem no desenvolvimento psicológico das crianças e dos adolescentes, demonstrando como estas afetam os comportamentos e as linguagens ao mesmo nível do ambiente familiar e escolar.

Utilizar a sociossemiótica visual feminista significa “*destacar uma preocupação específica com as relações de género no contexto da sociossemiótica*” (Pinto-Coelho e Mota-Ribeiro, 2012).

Se a representação do feminino acontece através de uma narrativa visual e escrita sexista e degradante, de que maneira esta narrativa chega a influenciar a realidade do espectador/leitor? Como estas imagens veiculam os papéis e as imposições de género? Uma análise sociossemiótica visual feminista ajuda a dar resposta a todas essas perguntas, como veremos mais à frente, mas sem esquecer que se trata sempre de uma abordagem interdisciplinar na qual entram, além da semiótica, também os estudos de género, culturais, sociológicos e sobre a comunicação.

## 2. Sexismo e poder das Tecnologias de género



**Figura 16.1** O que aparece no Google quando digitamos a palavra Mulher (Woman)?  
Campanha da United Woman – junho 2016.

As publicidades comerciais representam um importante espelho multidirecional para quem queira estudar as nossas sociedades do ponto de vista das desigualdades e das hierarquias de maneira interseccional, ou seja, considerando como as diferenças de classe, raça/etnia, idade e sexualidade desempenham um papel relevante se bem que, por vezes, invisível. As publicidades refletem e reforçam os estereótipos sociais, em particular de género, nos quais encontra a sua máxima expressão o sexismo em relação às mulheres. Nas tentativas de transformar as mercadorias em objetos de desejo, os cânones dominantes e heteronormativos de masculinidade e feminilidade são sexualizados para atrair a atenção de formas e maneiras diferentes.

Nos vários processos de *genderização*, as publicidades desenvolvem também uma função pedagógica a nível social: propõem e impõem modelos de comportamento e relações de poder.

As publicidades não refletem os nossos sonhos mas constroem-nos. Se o mundo representado na publicidade se torna na nossa mente real, o perigo está em projetar naquele mundo ideal o próprio mundo, a própria vivência e o próprio corpo, tentando de todas as maneiras a imitação do que nos é proposto.

No mundo dos meios de comunicação, que inclui os programas televisivos e as imagens publicitárias, a presença da mulher é fixa e massificada, contudo, numa maneira desviante e distorcida. Uma visibilidade excessiva concentrada na presença de jovens mulheres, brancas, bonitas, magras, formosas e normalmente mudas ou ocas. Poucas profissionais, poucas apresentadoras, poucas jornalistas e poucas *pivots* às quais, de igual forma, o que é principalmente pedido é um aspeto exterior agradável.

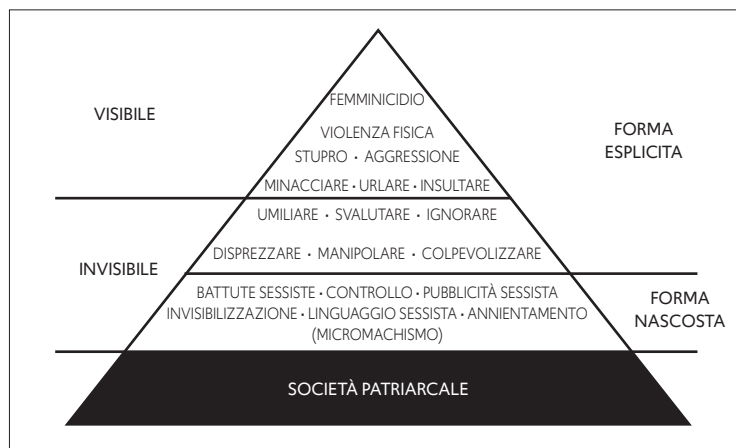
A esta visibilidade distorcida, que propõe um único modelo do feminino ao qual principalmente as adolescentes gostariam de se assemelhar, corresponde uma invisibilidade em todos os outros campos da vida social e laboral. Um número muito baixo de mulheres no Parlamento, uma ausência de cientistas, artistas, escritoras nos livros escolares, poucas praças, ruas, avenidas, lugares de cultura intitulados às mulheres famosas, uma rara presença de mulheres em posições de prestígio.

Esta existência de um modelo único *versus* uma ausência de outros modelos femininos provoca um silêncio estridente, um terreno onde o machismo e a cultura patriarcal perduram.

Por último, mas não menos importante, relembramos a função negativa do sexismo linguístico.

À resistência em Itália, muitas vezes por parte das mulheres, em adotar o uso do feminino para nomear as profissões de prestígio (*la Ministra Luisa Rossi* e não *il Ministro Luisa Rossi* como ainda agora se diz!) junta-se um vasto vocabulário de insultos só no feminino (quase 200 sinónimos da palavra “prostituta” e nenhum para a palavra “cliente”), provérbios e frases idiomática ou ditados misóginos.

A imagem publicitária, sobre a qual se concentra este trabalho, é um veículo poderoso para reiterar todas as formas de sexismo e de machismo fortemente radicadas na cultura italiana.



**Figura 16.2** A pirâmide do Sexismo

Todos os dias somos expostos a um número elevado de *spots* que nos querem vender este ou aquele produto. Na maioria das vezes através da presença de uma mulher. Normalmente esta mulher é jovem e bonita, pouco vestida ou completamente nua.

Somos manipulados e usados através de mecanismos que acedem à nossa memória. Como todos os dispositivos de controlo, as publicidades condicionam não só as nossas mentes mas também os nossos corpos, especialmente, o da mulher, objeto de uma política do olhar *genderizada*.

Continuamente sob o olhar masculino, as mulheres estão condenadas a provar constantemente a diferença entre o corpo real, do qual sentem-se prisioneiras, e o corpo ideal ao qual se esforçam de aproximar-se sem descanso (Bourdieu, 1998: 81)<sup>[1]</sup>

Teresa de Lauretis (1987) define os *media tecnologias de género*<sup>[2]</sup>, instrumentos, externos a nós, que nos influenciam contribuindo para a construção e definição da nossa identidade de género.

1. A tradução em português do texto em italiano (*Il dominio maschile*) é minha.

2. Usa pela 1.ª vez a expressão "tecnologias de género" a filósofa italiana Teresa de Lauretis no livro *Technologies of Gender: Essays on Theory, Film, and Fiction* (1987). Ela afirma que o género é uma construção artificial que se repete graças a contínuas representações visuais e discursivas. Estas representações, definidas tecnologias de género, acabam por ser interiorizadas pelos sujeitos. Veja-se também da mesma autora *Figures*

A construção da nossa identidade (de gênero), como já lembrado, passa também através da imprensa, da televisão, da publicidade e das imagens que estes meios de comunicação difundem. E é sem dúvida o lugar mais poderoso, mais persuasivo e mais articulado onde se efetua a distribuição dos conhecimentos e as mudanças sociais.

O imaginário não é um esquema intelectual: é composto por imagens, fotografias, histórias, material que chega até nós através dos meios de comunicação e que nós transformamos em representações mentais.

Mesmo não mudando totalmente a personalidade, a mentalidade e a cultura, os meios de comunicação contribuem amplamente à mudança social. Os efeitos mais incisivos são aqueles chamados “cumulativos”.

Fala-se pela 1.<sup>a</sup> vez das questões de gêneros nos *media* na Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres, realizada em Pequim em 1995.

Foi então aprovada a *Declaração e Plataforma de Ação para os direitos das mulheres nos meios de comunicação* com a obrigação de aumentar a participação nos processos de decisão e de promover uma imagem equilibrada e não estereotipada da mulher. Na realidade, desde então, poucas coisas mudaram.

Gaye Tuchman (1978) formula a hipótese de que os *media* não refletem a realidade, mas os valores e as ideias dominantes presentes na sociedade. As imagens mostradas nos meios de comunicação correspondem aos valores ideais e escondem intenções comerciais e ideológicas.

Tuchman denuncia uma intenção de *anulação simbólica* (*the concept of symbolic annihilation*)<sup>[3]</sup> das mulheres por parte dos meios de comunicação, convencendo-as que a vida delas deve limitar-se aos afetos familiares e ao cuidado da casa excluindo-as, assim, das forças produtivas. “*Representation in the fictional world signifies social existence; absence means symbolic annihilation*” (Gerbner e Gross, 1976: 182).

---

*of Resistance: Essays in Feminist Theory* (2007). Pode ser interessante o confronto com a teoria do gênero como ato performativo da qual fala Judith Butler em *Gender Trouble* (1990 e 1999).

3. O primeiro a utilizar o conceito de *symbolic annihilation* foi, na realidade, George Gerbner no artigo, *Communication and Social Environment* (publicado na revista *Scientific American* em setembro de 1972) para descrever nos *media* a ausência ou a presença negativa/estereotipada de alguns grupos de pessoas por causa da raça, religião, sexo, orientação sexual, status econômico-social. Tuchman repropõe o conceito dividindo-o em três aspetos: *omission, trivialisation* e *condemnation*.

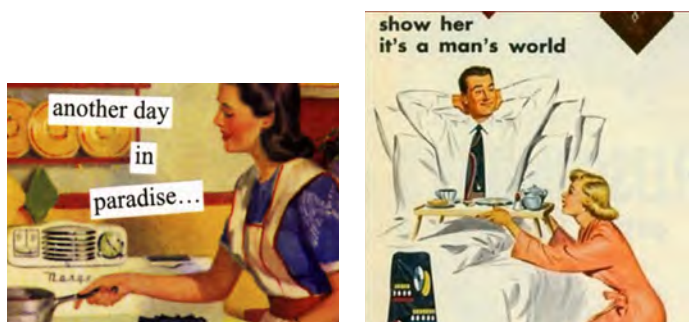


Figura 16.3 e Figura 16.4 Publicidade USA dos anos 50

Consequentemente, na cultura capitalista, anula-se a importância da presença das mulheres no mundo (do trabalho). Os *media*, ao anular simbolicamente as mulheres, são acusados de obstaculizar a emancipação feminina, propondo sempre como modelo dominante o tradicionalista.

A representação feminina é estereotipada e discriminante; não lhe é atribuído um papel social variado ao contrário do que acontece no mundo real. Geralmente, são mães e esposas em papéis tradicionais e raramente de prestígio; as mulheres são sub-representadas numericamente em relação aos homens.

Os modelos mediáticos, como já dissemos, não se limitam a vender produtos mas, potencialmente, reforçam valores e ensinam estilos de vida.

Se um meio de comunicação apresenta constantemente a imagem feminina só como dona de casa e nunca como profissional ou, pior, com um papel sexual degradado e sem dignidade, os comportamentos entre os dois géneros serão fortemente influenciados.

### 3. A produção publicitária em Itália: misoginia e voyeurismo

No estudo comparativo de 2006 *Women and media in Europe*, Itália aparece nas últimas posições, juntamente com a Grécia, para a presença de uma cultura sexista. Trata-se de um traço antropológico tão radicado que nem se pensa em contrastá-lo com políticas evolutivas. Para nos convencermos desta situação, basta só ler o último *Gender Gap Report*<sup>[4]</sup> onde o País ainda se encontra nos últimos lugares em relação às outras Nações europeias.

4. <http://www3.weforum.org/docs/GGGR2015/cover.pdf> (geral). <http://reports.weforum.org/global-gender-gap-report-2015/economies/#economy=ITA> (Itália) (acedido em 10 de Junho de 2016).

Em Itália, as mulheres são representadas na maioria das imagens publicitárias como objetos sexuais. A publicidade poderia ser arte e cultura e quem decide usar certas imagens tem uma grande responsabilidade perante da sociedade.



**Figura 16.5** Grande cartaz publicitário de um ginásio numa das ruas mais importantes da cidade de Viterbo (2016, foto minha)

Estima-se que cada ano, em Itália, nos *mass-media* “tradicionais” (imprensa, tv, cartazes, rádio, cinema) e na internet, sejam criadas entre 80-100 mil campanhas publicitárias diferentes.

Uma recente investigação sobre a publicidade televisiva<sup>[5]</sup> (Guastini et al., 2015) chegou às seguintes conclusões:

- Em 2750 spots publicitários analisados, as mulheres são representadas:
  - 46% como donas de casa enquanto fazem trabalhos domésticos (normalmente a sorrir);
  - 14% em ocupações de trabalho sempre inferiores às masculinas;
  - 20% como mulheres-objeto com a característica de serem pouco inteligentes.
- As atitudes com as quais as mulheres são representadas parecem aquelas das crianças: seres fracos que necessitam de um guia e de proteção (masculina).
- A voz *over* – que indica autoridade – é masculina em 93% dos casos.

5. (2015) *Come la pubblicità racconta le donne e gli uomini, in Italia*, investigação conduzida por Massimo Guastini do Art Directors Club italiano em colaboração com a Universidade de Bologna Alma Mater.



A publicidade não mostra o comportamento real de homens e mulheres, mas como este deveria ser segundo os rituais convencionais aprovados pela sociedade: assistimos, portanto, a uma standardização, simplificação e exagero das identidades de género.

Erving Goffman (1979), “*the most influential American sociologist of the twentieth century*” (Fine e Manning, 2003: 35), afirma que a publicidade difunde o fenómeno da híper-ritualização dos papéis dos homens e das mulheres, facto que não tem nada de natural.



**Figura 16.6** Como são representados homens e mulheres na publicidade italiana

Observando os resultados da investigação na ilustração 6, podemos constatar como 81% das mulheres são representadas como modelos (corpo ideal), *grechine* (elemento decorativo), disponíveis, fragmentadas, com uma expressão no rosto pré-orgásmica contra o 30% dos homens. Encontramos só um 9,16% de mulheres num papel profissional contra o 50,87% dos homens. Cerca de 8% tem o papel de mães e esposas, emotivas e apaixonadas contra o 0,68% dos homens representados só como maridos.

Antes de chegar a esta obsessão pelo corpo feminino, concentrada essencialmente nos seios e nos rabos, as imagens publicitarias com mulheres eram muito diferentes.

Como se chegou a este ponto e porquê? O corpo feminino inicialmente, na publicidade, assume uma função poética e é proposto como elemento gráfico e pictórico. É um corpo abstrato, um conjunto de linhas e cores, desenhos que refletem a influência de correntes artísticas da época como Jugendstil, Futurismo, Bauhaus.



**Figura 16.7, 16.8, 16.9 e 16.10** Publicidades de vários produtos segundo os estilos pictóricos da época. Anos 30 e 40

Nos anos 60, o renascer do País e o *boom* económico com as consequentes mudanças sociais (a mulher entra em massa no mercado de trabalho) mudam ao mesmo tempo as representações publicitárias. À mulher dona de casa acrescenta-se também a imagem da mulher que trabalha. Nos anos 70 começam as primeiras transgressões e duplos sentidos...



**Figura 16.11, 16.12 e 16.13** Publicidades dos anos 60 e 70. Começa a ser representada, além da mulher “fada do lar”, a mulher sedutora (com claras alusões sexuais)

É digno de ser mencionado neste brevíssimo *excursus* histórico, o caso da Cerveja Peroni (Ilustrações 14, 15 e 16). A saga começa em 1965 com o *spot* acompanhado pela frase “*Loira sim, mas Peroni*” que depois foi substituída com “*Chama-me Peroni, serei a tua cerveja*”. A modelo é uma rapariga com uma beleza nórdica: loira e sensual. Pela 1.ª vez os italianos espantam-se em frente de uma imagem muito erótica com uma mulher bonita que pronuncia uma frase alusiva. O sucesso da publicidade e nas vendas do produto foram enormes. Começou-se assim a perceber que o corpo erotizado da mulher vendia e entrava nas fantasias dos homens italianos. As feministas protestam contra esta comercialização mas sem nenhum resultado. A análise da publicidade feita por Pasquale Barbella (2008) põe em evidência uma série de equívocos intencionais que atingem os simbolismos motivacionais e o *spot* transforma-se no exemplo explícito da mulher que se torna produto.

Em primeiro lugar, a mulher é identificada com o produto representado na garrafa que é claramente um símbolo fálico. A identificação da mulher com o produto acontece através da cor quer do cabelo quer da bebida (loira) e a sua sexualização através da espuma da cerveja que se associa à ejaculação. Além disso, a frase escrita que convida a chamar a mulher/cerveja é um claro convite de ordem sexual.

A análise da linguagem visual e escrita neste cartaz publicitário mostra, além da sexualização e objetificação da mulher, como o uso da ambiguidade erótico-sexual está na base da comercialização do produto.



**Figura 16.14, 16.15 e 16.16** Cartazes publicitários da cerveja Peroni com várias *testimonials* “loiras”

O processo de comercialização do corpo feminino já tinha começado no 2º pós-guerra com a imagem da mulher e mãe feliz: cozinheiras amáveis e lavadeiras entusiasmadas. Mas só a partir dos anos 70, é que o corpo começa a ser usado para

transformar um objeto qualquer num objeto sensual que todos querem ter/possuir. Daqui a representação do corpo nu, fragmentado, acompanhada por posições e olhares sedutores. Hoje em dia, qualquer produto pode ser vendido utilizando esta estratégia com a diferença de que as imagens se tornaram obscenas e pornográficas. A mutilação simbólica que acontece no âmbito publicitário, usando o corpo como se fosse carne do talho inanimada e vendida num balcão de supermercado, é um processo ontológico ao qual se acrescenta o poder erótico que a situação consegue produzir. Juntamente com o produto são vendidos pedaços de mulher: seios de silicone, rabos gigantes, olhos tristes, lábios falsos e inchados.

Tornou-se normal a associação sexo e violência, a exploração sexualizada de adolescentes e crianças que neste panorama horrorífico consegue ser o mais grave.

A ação progressiva de desnudar o corpo feminino é vista como parte de um necessário processo de modernização: o neoliberalismo (e neocolonialismo) dos produtos atinge a sociedade primeiro a nível semiótico, através das imagens, e só depois com as guerras comerciais.



**Figura 16.17, 16.18 e 16.19** O corpo nu. Exemplos de publicidades (na Figura 19 joga-se com a ambiguidade do termo “patata” que quer dizer batata, o tubérculo, mas também “vagina”, na linguagem coloquial)

O corpo é o depósito do imaginário social e a experiência do nosso corpo é tão plasmada pela maneira como ele é visto e pensado que é impossível separar as duas coisas.

Vivendo hoje na sociedade da imagem e da aparência, o corpo é exposto, manipulado e tem um papel determinante na construção da nossa identidade. O corpo está em contínua construção e adapta-se à definição social do que é considerado atraente. Um corpo conforme um modelo estético consolidado torna-se instrumento de comunicação.

O gosto masculino, o poder do olhar de género, no passado tinha várias possibilidades mesmo tendo cada época o seu ideal erótico. Hoje impôs-se uma modalidade monodimensional de beleza, um ideal de perfeição. O corpo global é branco, muito magro mas com seios e rabo grandes, rosto sujeito desde cedo às leis da cirurgia estética sob o ideal da atriz pornográfica ou da boneca insuflável. O cabelo é loiro e cumprido, os lábios inchados, os olhos grandes com longas pestanas. Este corpo nunca envelhece e é sempre sensual. A ditadura da beleza, conforme se foi impondo sem nos darmos conta, transformou a nossa maneira de olhar para os corpos com o conseqüente desprezo em relação àqueles não conformes (*bodyshaming, fatshaming, thinshaming*).

Esta constante exposição de modelos idealizados e irreais do corpo feminino pode ter conseqüências negativas na saúde físico-psíquica principalmente das adolescentes, como a perda de autoestima, distúrbios alimentares, sintomas depressivos. As raparigas, de facto, têm a tendência a fumar mais e a desenvolver problemas na esfera sexual e recorrem cada vez mais cedo à cirurgia estética para se assemelhar aos modelos propostos<sup>[6]</sup>.

---

6. Sobre a influência negativa do bombardeamento mediático nas adolescentes, vejam-se as publicações de Garfinkel e Garner, (1980) que definem os *media "fatores de riscos socioculturais"*; de Stice et al. (1994) que individua nos *media* a responsabilidade, juntamente a outros fatores, de distúrbios alimentares graves principalmente em pessoas de género feminino. Outro estudo importante é de Ann Becker (2002; 2004). Este foi desenvolvido partindo da observação do comportamento alimentar das raparigas das ilhas Fiji antes e depois a introdução da televisão por satélite. Uma das mudanças mais evidente foi a do aumento de problemas com a comida e com o corpo, da adesão a dietas rígidas para emagrecer e da convicção que só com um corpo magro se pode ter sucesso na vida. Existe portanto uma relação direta entre patologias alimentares, operações estéticas e exposição aos *media*, como podemos ler também em Utter et al. (2003).



Figura 16.20 As possibilidades da cirurgia estética no corpo feminino



Figura 16.21 Ao comprar o tal produto é possível ganhar uma cirurgia estética na parte do corpo escolhida pela consumidora

O sujeito masculino é imaginado como observador implícito que olha do exterior e tem um papel ativo. A mulher define-se, portanto, por efeito deste olhar como sujeito passivo (Mulvey, 1999)<sup>[7]</sup>.

7. Sobre a questão do olhar do espectador masculino veja-se o artigo *Visual Pleasures and Narrative Cinema* da teórica feminista Laura Mulvey. Ainda que este fale especificamente de cinema, podemos aplicar a teoria também ao âmbito publicitário. Mulvey, através do uso político que faz das teorias psicanalíticas de Freud e Lacan, distingue duas maneiras de olhar por parte do espectador masculino (olhar que ela define *the gaze male*): *narcisistic* (o espectador identifica-se com o protagonista masculino e desta visão traz prazer) e *fetishistic* (onde a falta do pênis da mulher é substituída por objetos que se transformam em objetos erotizados) ambos estritamente ligados ao medo de castração.

A mulher representada anula-se como pessoa e assume o papel do objeto observado, vendido, comprado e consumido.

Quando as mulheres são objetificadas são também tratadas como corpos que existem para o uso e o prazer dos outros. O corpo é despojado de individualidade e personalidade. O primeiro passo em direção da objetivação sexual é o olhar objetificador.

O conceito de *objectification* (sobre o qual já tinham falado Catharine MacKinnon e Andrea Dworkin) foi aprofundado pela filósofa Martha Nussbaum (1999). De acordo com a mesma, as dimensões da objetificação manifestam-se através de sete características:

1. Instrumentalização: o objeto é um instrumento usado pelos outros;
2. Negação da autonomia: o objeto é uma entidade sem autonomia e autodeterminação;
3. Inércia: o objeto é uma entidade que não conhece a capacidade de agir e de ser ativo;
4. Intercambiabilidade: o objeto é intercambiável com outros objetos da mesma categoria;
5. Violabilidade: o objeto é uma entidade não íntegra, portanto, é possível reduzi-lo em pedaços;
6. Propriedade: o objeto pertence a alguém e pode ser vendido ou emprestado;
7. Negação da subjetividade: o objeto é uma entidade cujas experiências e cujos sentimentos são trascuráveis.

Se as mulheres são objetos sexuais, conseqüentemente podem ser tratadas como tais, portanto violadas, abusadas, maltratadas.

O controlo sobre o corpo da mulher e sobre a sua reprodução social continua a constituir um importante ponto não resolvido na sociedade capitalista e androcêntrica, daí a sua objetificação.



**Figura 16.22 e 16.23** Campanhas contra a violência de gênero

Adriano Zanicchi (2010) explica estes fenômenos ao comparar o homem a um inseto, o *consumidor barata*: passado algum tempo o mesmo inseticida já não funciona e é necessário recorrer a produtos sempre mais fortes e eficazes.

Assim acontece com a publicidade: imagens de natureza sexual sempre mais explícitas onde a mulher está sempre nua e submissa, ou simula relações sexuais, autoerotismo, relações sexuais lésbicas, estão a aumentar exponencialmente e chegam, por vezes, ao limite da representação pornográfica.



**Figura 16.24** Publicidade de uma agência de viagem (o cartaz está no meio de uma rua muito transitada)

E não é só: simulações de estupro, de violência, são também imagens que ocupam o espaço publicitário.





Figura 16.25 - Campanha publicitária de tintas para paredes

Os estereótipos que encontramos nas imagens publicitárias, ou nos programas televisivos, modelos absolutamente irreais e construídos, são lesivos não só para a mulher assim como para o homem, reduzido a uma representação animal e machista. O homem é visto, entendido e sentido como alguém com um desejo sexual bulímico e incontrollável.



Figura 16.26 e 16.27 Publicidades para o canal televisivo FX com a escrita "O homem não vê outra coisa". Melão metáfora visual dos seios. Batata metáfora visual da vagina (em italiano coloquial)

Porque é que os homens aceitam ser representados desta forma?

#### 4. Imagens e categorias: a narrativa publicitária. Alguns exemplos

No livro *Porno di massa* (2004), o estudioso de História Contemporânea Pietro Adamo fala de uma Itália em primeira linha na representação da degradação e da submissão da imagem feminina usando uma expressão inequívoca “*guerra contra as mulheres*”. Ele mostra como a partir dos anos ’90 começa um processo, já impossível de deter, de aumento de imagens violentas nas publicidades. Estas imagens fazem alusão ao estupro de grupo ou individual, à violência doméstica, às práticas sexuais explícitas reproduzindo nos gestos, na posição do corpo, nas expressões do rosto das mulheres as representações próprias da pornografia que, enquanto descontextualizadas, se tornam degradantes.

De seguida alguns exemplos (já encontrados ao longo do texto) de imagens que reproduzem práticas sexuais, nudez, violência, fragmentos de corpos (rabos, seios), através duma sexualização dos corpos femininos que não poupa nem as crianças.

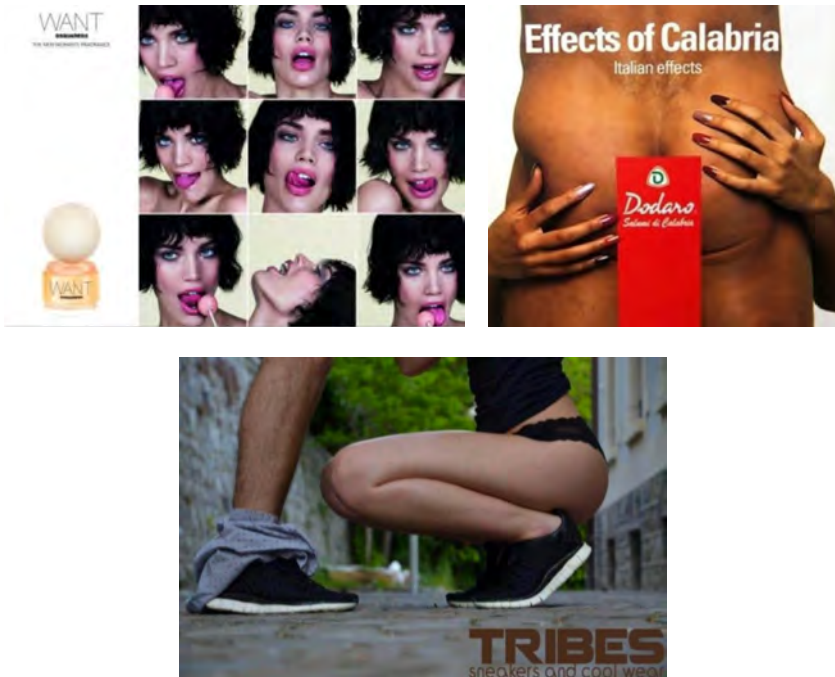


Figura 16.28, 16.29 e 16.30

#### 4.1 Pornografia: simulação de sexo oral, sexo lésbico

Muitas imagens, de matriz pornográfica, têm como temática o sexo oral, obsessão dos homens italianos. As vezes simulado, como na fig. 28, outras vezes realístico, como nas figuras 29 e 30.



Figura 16.31 e 16.32

Nesta viagem entre as fantasias sexuais dos italianos, bem explícitas na publicidade encontramos a reprodução da ejaculação masculina.

#### 4.2 A dona de casa tradicional e/ou sexy

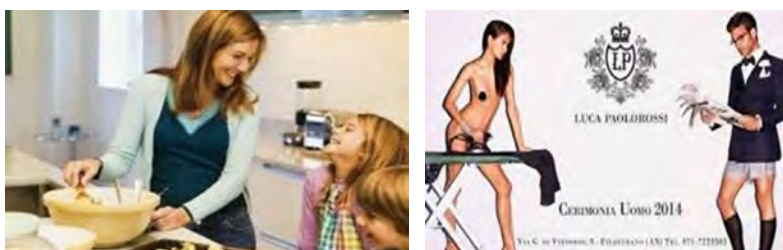


Figura 16.33 e 16.34

As mulheres nas tarefas domésticas são sempre alegres, com um grande sorriso na cara. Felizes por limpar, cozinhar, felizes por serem mães e esposas. Até as filhas são incrivelmente felizes com a mãe a preparar um bolo. Mas as mulheres de casa podem ser muito *sexy*, passando a ferro nuas enquanto olham em maneira sedutora o homem que está à espera das calças engomadas, que nem digna de um olhar a sua “doméstica”. É o homem que nunca deve pedir nada... Elas estão sempre prontas...

### 4.3 Violência e a cultura do estupro



Figura 16.35 e 16.36



Figura 16.37

A 1.<sup>a</sup> foi uma campanha publicitária muito contestada e retirada dos circuitos quase de imediato. Na cena está um homem que usa um pano de cozinha tão bom que consegue eliminar num instante os vestígios de um assassinato, um femicídio neste caso. A mulher na sua cama é um objeto...

Na figura 36, uma nota campanha de Dolce & Gabbana, temos uma verdadeira representação de um estupro de grupo minimizando o ato dando-lhe até um *allure glamour*.

A fotografia 37 é recentíssima (agosto 2016). Uma loja de sapatos, sem falar com a marca, publica na rede esta imagem publicitária na qual é representada uma mulher violada ou até morta. Graças aos protestos a foto foi retirada e desapareceu da net.



Figura 16.38

Campanha publicitária de 2015 que teve uma exposição massificada. Em autocarros, táxis, TV, revistas e cartazes de rua. Trata-se da campanha feita para a abertura de um *website* feminino. Aqui a imagem é completada pela didascália. Um saco de boxe representa o corpo da mulher e evoca a violência, cuequinhas de renda lembram-nos que a mulher tem que ser sempre *sexy* e pronta. A escrita que acompanha a imagem diz “como ficar em forma e como manter um marido”.

#### 4.4 O corpo da mulher à venda no talho



Figura 16.39 e 16.40

Nas publicidades italianas recorre-se muito ao binómio mulher-carne. Esta representação de mulher vendida em pedaços como se fôssemos num talho, de mulher que pode ser vista como comida, refeição, de mulher/vaca, ser mitológico com a cabeça de animal e o corpo de humana, serve para publicitar restaurantes mas também bifes, almôndegas, asas de frango, peito de frango etc.

#### 4.5 Seios e rabos: complexo de Édipo não resolvido?



Figura 16.41, 16.42, 16.43 e 16.44

Seios grandes e rabos redondos servem para vender tudo. Da tecnologia às motas, das viagens em ferryboat ao gelado.

#### 4.6 Sexualização das crianças

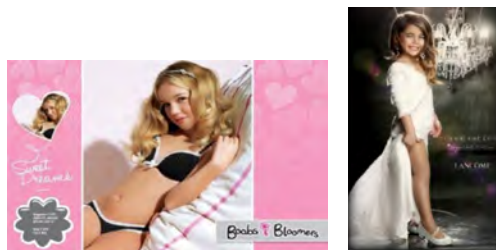


Figura 16.45 e 16.46

Publicidade para crianças com meninas sexualizadas e em poses sensuais e sedutoras. A primeira é a campanha para sutiãs *push-up* para meninas de 7/8 anos.

#### 4.7 Campanhas eleitorais



Figura 16.47

Campanha para as eleições regionais de 2015. Manifesto do Movimento *Veneto Libero*. A mulher com seios grandes representa a abundância que a Região teria sem o Governo de Roma, o governo Central. A mulher anorética representa a carência, a falta de riqueza que a região tem agora que é controlada pelo Governo Central. Exploração dos corpos mas também da doença, do sofrimento.

## Conclusões

A função do feminino na economia do desejo sobre a qual se funda o capitalismo, tinha sido já apresentada por Walter Benjamin quando, explicando o nexos entre desejo e consumo, afirma que a atração pela mercadoria reflete a atração sexual “(...) a publicidade moderna revela quanto o poder de sedução da mulher possa confundir-se com o poder da mercadoria: a sexualidade é estimulada pela potência do capital” (1982, trad. it 1986: 447/48). Para Benjamin, a mulher é uma figura essencialmente visual, centro da cultura capitalista. A repetição de corpos estandardizados propostos na cultura visual contemporânea forma, portanto, o fetiche da mulher que é mercadoria e desejo ao mesmo tempo. Uma mulher sem humanidade e dignidade que tem paradoxalmente o papel de dar dignidade e tornar desejável o objeto que o seu corpo ajuda a vender<sup>[8]</sup>.

Na análise semiótica e sociopolítica das publicidades é claro como não só o género constituía um elemento de coerção social e performativo (Butler, 1999). Também a raça, a classe social, a orientação sexual, a idade (*ageism*: a ditadura da juventude a todos os custos e o medo de envelhecer porque, envelhecendo, principalmente as mulheres, tornam-se invisíveis), são coercitivos e são expressões materiais das desigualdades sociais.

Quando analisamos num plano semiótico uma publicidade efetuamos uma espécie de operação cirúrgica interpretando as imagens e o texto: dividimos a imagem em partes para compreender como estas foram construídas e associadas, qual contexto produzem, a alquimia que criam, ou seja, percorremos o processo de significação ao contrário.

---

8. Ver a este propósito o documentário *Il corpo delle donne* (versão portuguesa) de Lorella Zanardo que teve e ainda tem um papel fundamental no debate sobre o sexismo em Itália. Este explica e explicita como a relação entre imagem e desejo, imagem e identidade de género, imagem e sexualidade é uma questão política. Se a única representação possível é de uma mulher irreal, grotesca, escrava da cirurgia estética, isto quer dizer que a realidade dos sujeitos femininos foi ocultada, considerada como algo de obsceno e/ou perigoso <http://www.ilcorpodelledonne.net/versao-em-portugues/>.

Fazendo isso — desconstruindo a publicidade — contribuímos para a sua ressignificação crítica, deciframos os dispositivos dominantes, os códigos opressivos escondidos.

O trabalho de desconstrução é um trabalho de responsabilidade social. Significa deixar de ser passivo e começar a ter uma relação recíproca com a imagem. A geografia do corpo feminino é apresentada como colonizada porque a este e às suas partes são atribuídos significados que remetem para sua opressão secular. Temos portanto o dever — para connosco mas principalmente para com as gerações futuras — de interromper este processo despótico de significação desconstruindo, como já dito, tais significados que passam a ser ineficazes.



**Figura 16.48** Ilustração do livro de Lewis Carroll, *Alice Through The Looking Glass*.

*Em vez de se olhar para o espelho  
da narração dominante (hipnótica, sedutora, confortável)  
é possível virar o espelho e mudar as regras do jogo.*



## Referências

- Adamo, Pietro (2004) *Porno di massa: percorsi dell'hard contemporaneo*. Milano: Raffaello Cortina Editore.
- Barbella, Pasquale (2008) *Confessioni di una macchina per scrivere. La pubblicità tra visione di marca e visione del mondo*. Napoli: Liguori.
- Becker Anne et al. (2002) Eating behaviours and attitudes following prolonged exposure to television among ethnic Fijian adolescent girls. *British Journal of Psychiatry* 180: 509-14.
- Becker Anne (2004) Television, disordered eating, and young women in Fiji: negotiating body image and identity during rapid social change. *Culture, Medicine and Psychiatry* 28(4): 533-559.
- Benjamin, Walter (1982) *Das Passagen-Werk, Suhrkamp, Frankfurt am Main*, trad. it (1986). *Parigi capitale del XIX secolo*. Torino: Einaudi.
- Bourdieu, Pierre (1998), *La Domination Masculine*. Seuil: Paris.
- Butler Judith (1990), *Gender Trouble*. New York: Routledge.
- Codeluppi, Vanni (2002) *Consumo e Comunicazione, Merci, messaggi e pubblicità nelle società contemporanee*. Milano: Franco Angeli.
- Eco, Umberto (1990) *I limiti dell'interpretazione*. Milano, Bompiani.
- Fine Gary e Manning, P. (2003) Erving Goffman. In: Ritzer, G. (ed.) *The Blackwell Companion to Major Contemporary Social Theorists*. Malden: Blackwell Publishing.
- Garner David e Garfinkel, P. (1980) Socio-cultural factors in the development of anorexia nervosa. *Psychological Medicine*, 10(4): 647-656.
- Gerbner George (1972) Communication and Social Environment. *Scientific American*, 227(3): 153-160
- Gerbner George e Gross, L. (1976). Living with television: The violence profile. *Journal of Communication*, 26: 172-199.
- Goffman, Erving (1979) *Gender Advertisements*. London: McMillian.
- Guastini Massimo et al. (2015) *Come la pubblicità racconta le donne e gli uomini, in Italia*. Milano: Art Directors Club Italiano e Universidade Alma Mater de Bologna.
- Jewitt Carey (1996) Images of Men: Images of Male Sexuality in Sexual Health Leaflets and Posters for Young People. *Sociological Research Online*, 2(2): 1-18.
- Lakoff Robin (1973) Language and Woman's Place. *Language in Society*, 1(2): 45-80.
- Lauretis Teresa (1987) *Technologies of Gender: Essays on Theory, Film, and Fiction*. Bloomington: Indiana University Press
- Lauretis Teresa (2007) *Figures of Resistance: Essays in Feminist Theory*. Urbana e Chicago: University of Illinois

- Mulvey Laura (1999) *Visual Pleasures and Narrative cinema*. In: Braudy, L. e Cohen, M. (eds.) *Film Theory and Criticism: Introductory Readings*. New York: Oxford University Press, 833-844.
- Nussbaum, Martha (1999) *Sex and Social Justice*. Oxford: Oxford University Press.
- Pinto-Coelho Zara e Mota-Ribeiro, S. (2012) *Género e Heretossexualidade. Discursos e Imagens na Publicidade e nos Media*. Volume Monotemático da Revista *Comunicação e Sociedade*. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho.
- Sapir Edward (1958) *Culture, Language and Personality*. Berkeley: University of California Press.
- Stice Eric et al. (1994) Relation of media exposure to eating disorder symptomatology: an examination of mediating mechanisms. *Journal of Abnormal Psychology*, 103(4): 836-840.
- Stuart, Hall (1997) *Representation: Cultural Representations and Signifying Practices*. London: SAGE Publications.
- Tuchman, Guye (1978) *Making News: a Study in the Construction of Reality*. New York: The Free Press.
- Utter Jennifer, Neumark-Sztainer D., Wall M. e Story M. (2003) Reading magazine articles about dieting and associated weight control behaviours among adolescents. *Journal of Adolescent Health*, 32(1): 78-82.
- Whorf, Benjamin (1956) *Language, Thought and Reality*. Cambridge: MIT Press.
- Williamson, Judith (1987) *Decoding Advertisements. Looking on: Images of Femininity in the Visual Arts and Media*. London: Pandora Press.
- Zanacchi, Adriano (2010) *Il libro nero della pubblicità*. Milano: Iacobelli.

### **Documentário**

Zanardo, Lorella (2010) *Il corpo delle donne*.

Disponível em: <<http://www.ilcorpodelledonne.net/versao-em-portugues/>> (acedido em 10 de Junho de 2016).

## **“Gender wars in videogames”: a representação de protagonistas femininas em videogames**

*Joana Freitas*

### **RESUMO**

Com a crescente centralidade de personagens femininas no panorama internacional em videogames e a expansão da área dos estudos de género neste meio, é possível notar a escassez de literatura académica que aborde a musicologia e representações de género em produtos audiovisuais interativos. Este artigo analisa a construção a nível físico e psicológico de três personagens femininas principais em videogames, observando o imaginário musical que as acompanha como um veículo de representação da sua integração e papel nas narrativas em que se inserem: *Quiet de Metal Gear Solid V: Phantom Pain* (Konami, 2015), *Aveline de Grandpré de Assassin’s Creed III: Liberation* (Ubisoft, 2012) e *GladOS de Portal e Portal 2* (Valve, 2007 e 2011).

**PALAVRAS-CHAVE:** videogames, personagens femininas, estereótipos, Musicologia, Estudos de género

### **ABSTRACT**

With the growing centrality of female characters in video games on an international level and the expansion of gender studies in this medium, one may notice the

lack of academic literature that addresses musicology and gender representations in interactive audiovisual products. This article analyzes the physical and psychological constructions of three main female characters in video games, examining the musical imagery that accompanies them as vehicle of representation of their integration and role in the narratives in which they operate: Quiet from *Metal Gear Solid V: Phantom Pain* (Konami, 2015), Aveline de Grandpré from *Assassin's Creed III: Liberation* (Ubisoft, 2012) and GLaDOS from *Portal* and *Portal 2* (Valve, 2007 and 2011).

**KEYWORDS:** videogames, female characters, tropes, Musicology, Gender studies

### RÉSUMÉ

Malgré une centralité croissante donnée aux personnages féminins dans les jeux vidéo au niveau international et l'expansion des études de genre dans ce genre, on constate l'existence de peu de littérature académique qui porte sur la musicologie et les représentations de genre dans les produits audiovisuels interactifs. Cet article analyse la construction physique et psychologique des trois principaux personnages féminins, Quiet de *Metal Gear Solid V: Phantom Pain* (Konami, 2015), Aveline de Grandpré de *Assassin Creed III: Liberation* (Ubisoft, 2012) et GLaDOS de *Portal* et *Portal 2* (Valve, 2007 et 2011), en analysant dans ces jeux vidéo l'imaginaire musicale qui les accompagne comme un véhicule de représentation de leur intégration et de leur rôle dans les narratives dans lesquelles ils opèrent.

**MOTS-CLÉF:** jeux vidéo, personnages féminins, stéréotypes, Musicologie, Études de genre

### Introdução

De acordo com as últimas estatísticas realizadas pela ESA (*Entertainment Software Academy*) na indústria dos videogames e de computadores nos Estados Unidos da América (realizadas no mês de abril deste ano), de 155 milhões de utilizadores americanos 44% destes são mulheres. As jogadoras com 18 anos ou mais representam uma maior porção da população jogadora no geral (31%) do que jogadores masculinos com 18 anos ou menos (ESA, 2016).

É interessante referir estas estatísticas relacionadas com os estudos realizados no livro editado em 2008 – *Beyond Barbie & Mortal Kombat: new perspectives*

on *gender and gaming* — 10 anos após o seu primeiro volume da autoria de Henry Jenkins e Justine Cassel, *From Barbie to Mortal Kombat* (1998). Na publicação mais recente, os/as autores/as observam o modo como o género é cruzado com os diversos e amplos contextos da jogabilidade e produção de jogos disponíveis atualmente, colocando em destaque o aumento da população jogadora feminina na cultura *gaming* e a pertinência da investigação dos vários contextos em que o género é representado na mesma:

Enquanto o número de raparigas e mulheres tem aumentado significativamente, permanece central o quão extensas são as diferenças de género no que os/as jogadores/as querem, se as raparigas e mulheres estão a encontrar experiências *gaming* que sejam atrativas para elas, e se papéis de género equilibrados estão a ser representados. (...) Necessitamos de mais informação de como é que as raparigas e mulheres estão a inserir-se em *gaming* e porque é que outras não estão. E temos ainda de tomar nota dos modos nos quais o género tanto é desempenhado como forçado (Kafai et al., 2008: xviii)

Os estudos de géneros têm sido também abordados de uma forma mais incisiva no campo dos *game studies*: dentro de literatura académica, jornais e revistas online, o volume digital *Feminist Game Studies* (integrado no *Journal of Gender, New Media and Technology*) inclui 8 artigos que abordam a emergência desta área, discutindo desde a feminização de videojogos, propostas alternativas de *game design*, até feminismo e narrativas de jogabilidade inclusivas.

O que é que os estudos de *media* feministas podem oferecer? Como é que os académicos interessados em jogos e na cultura *gamer* assim como no tratamento igualitário de mulheres neste espaço podem contribuir? Creio que esta é uma oportunidade para demonstrar a utilidade da pesquisa e particularmente de como a mesma pode ajudar a fornecer uma base sólida onde assentar de forma a esclarecer a persistência de problemas particulares, apontar para soluções históricas de modo a ultrapassar dificuldades semelhantes, e assim incentivar uma cultura de jogos mais acolhedora para todos/as – não apenas raparigas e mulheres jogadoras. Da mesma forma, académicos/as podem construir arquivos, bases de dados e histórias deste tipo de eventos como uma forma de encorajar perspetivas e sistemas de análise que vão para além de relatórios baseados em problemas e observações que se focam apenas em um ou dois pontos, divorciados de um contexto mais amplo (Consalvo, 2012: 3).

No artigo introdutório do primeiro volume desta revista<sup>[1]</sup>, Mia Consalvo desafia esta área de estudos a confrontar a toxicidade da cultura *gamer*, tendo mencionado diversos exemplos de abuso *online* a jogadoras em plataformas e fóruns (principalmente no Youtube e Twitter), assim como assédio a *game developers* e jornalistas em conferências de *game design* e eventos inseridos neste meio.

Um dos casos que N. Huntemann menciona na introdução do segundo volume da revista já referida é a série *Tropes vs Women in Videogames* de Anita Sarkeesian, uma série *online* de vídeos no Youtube que examina motivos recorrentes de gênero nos videogames aliados à representação de personagens femininas (Huntemann, 2013: 1). Este projeto foi financiado através de *crowdfunding* na plataforma Kickstarter, tendo pedido um orçamento inicial de 6000 dólares; em 24 horas, atingiu o objetivo, e até junho de 2015 teve o apoio de 6968 utilizadores/as que providenciaram 158 922 dólares.

A criação deste projeto e a sua rápida popularidade originaram uma campanha de discussões e assédio misóginos por parte de diversos segmentos de utilizadores/as inseridos/as na *gamer culture*. Sarkeesian recebeu ameaças de violação e morte, foi vítima de *hacking* nas suas páginas de *social media* e até um pequeno jogo foi desenvolvido no qual o objetivo seria espancar a cara da autora, surgindo ferimentos e marcas de sangue progressivamente (Klee, 2014).

Esta onda de críticas e assédio a Sarkeesian durante o ano de 2012 culminou na formação de um movimento *online* controverso em torno de questões de ética e corrupção no jornalismo de videogames e da própria comunidade e identidade “*gamer*” com a criação do *hashtag* no Twitter *#gamergate* em 2014, potenciado pela exposição da vida sexual da *developer* Zoë Quinn, autora do jogo *Depression Quest* (Zoë Quinn, 2013) em várias entradas no blog do ex-namorado (um jornalista de uma revista *online* de jogos). Todo este movimento é dividido em diversas perspetivas e não é um objetivo primário explorar a diversidade de utilizadores/as e posições dentro deste fenómeno. É possível resumir, contudo, que muitos/as afirmam que são “*#gamergaters*” pois apoiam as mulheres na indústria — tanto jogadoras como *designers* — e condenam ameaças pessoais, apoiando o jornalismo ético e sem corrupção, ou seja, a “verdadeira” iniciativa do *Gamergate*; outro segmento, de maiores proporções, focou-se em ameaças e ataques pessoais principalmente a mulheres dentro da indústria, defendendo que a identidade “*gamer*” estava a ser criticada por jornalistas considerados corruptos e por conspirações feministas (Stuart, 2014).

---

1. *Ada: A Journal of Gender, New Media, and Technology*, No. 1.

No contexto deste trabalho, os aspetos mais importantes que se podem aferir a partir deste fenómeno são os tipos de reacções despoletadas pelas propostas de diversos *designers* na indústria: a ideia de um meio e comunidade mais inclusivos que ilustrassem diversos segmentos da sociedade ou de representação de personagens originou principalmente a criação e fomento de comunidades contra a ideia de “mudança”, ou simplesmente por apresentarem uma análise e um olhar críticos sobre o que esta forma de expressão oferece. Contudo, de acordo com Sarkeesian, todos estes eventos contribuíram para sensibilizar a questão de sexismo nos jogos num espectro mais alargado (Valenti, 2015).

Segundo H. Jenkins, os/as jogadores/as são dos/as utilizadores/as mais críticos/as e socialmente ativos/as e associados/as dentro do seu relacionamento com formas de *media* inseridas nos videojogos, promovendo a circulação de múltiplos conteúdos de *media* disponibilizados pelas próprias empresas e/ou criado/modificado pelos utilizadores (Jenkins, 2006). A emergência de cibercomunidades dentro da cultura *gaming* e a promoção de circulação de conteúdo de *media*, de acordo com o conceito de cultura convergente proposto pelo autor, contribuiu para a criação e utilização de plataformas como as já referidas, assim como fóruns e sites sobre representações de género dentro dos videojogos, focadas largamente nas personagens que os jogos apresentam.

O *blog Geek Feminism* tem como objetivos dinamizar a discussão de questões ligadas a mulheres e pessoas de identidades não-binárias em comunidades intituladas *geek*, nomeadamente relacionadas a tecnologia, ciência, *gaming*, fandom, entre outras e está também associado a uma *wiki* homónima. Esta *wiki* tem em destaque permanente uma lista de personagens femininas em videojogos na qual convidam qualquer utilizador/a a adicionar mais categorias e personagens<sup>[2]</sup>. Até ao momento, propõem quatro grupos subdivididos em várias categorias (nos quais os/as utilizadores/as não atribuem critérios muito definidos de organização) e das quais se podem ligar aos motivos que Sarkeesian analisa:

1. *Iconic characters* (personagens icónicas) — que definem como personagens femininas pioneiros em jogos icónicos, divididas em:
  - *Strong characters* (personagens “fortes”, com representação das suas capacidades, habilidades e construção de personalidade)
  - *Sexualized characters* (personagens alvo de sexualização)

2. <[http://geekfeminism.wikia.com/wiki/List\\_of\\_Women\\_Characters\\_in\\_Video\\_Games](http://geekfeminism.wikia.com/wiki/List_of_Women_Characters_in_Video_Games)> (acedido em 20 de junho 2016).

- *Damsels in distress* (personagens reduzidas ao estado de dama em perigo, vítima, incapaz)
- 2. *Positively portrayed characters* (personagens representadas positivamente): consideradas fortes, capazes, confiantes, sem hipersexualização, não estando reduzidas a um interesse romântico, *damsel in distress*, ou protagonista sexualizada
- 3. *Female Options for Lead Characters in Role-Playing Games* (opções de personagens femininas para protagonistas em jogos RPG (*role-playing games*))
- 4. *Miscellaneous* (diversos)
  - Lista não definida de personagens
  - Antropomórficas e tipo-humanas
- 5. *Villains* (vilãs)

Na série que já apontei de Sarkeesian, a autora propõe, até agora, três dos motivos mais comuns de representação de personagens femininas:

1. *Damsel in distress*
2. *Women as reward* (mulheres como recompensa):

Quando as mulheres (ou mais frequentemente os corpos delas) são empregues como recompensas para as ações do/a jogador/a em videojogos. Este estereótipo enquadra os corpos femininos como colecionáveis, manuseáveis ou consumíveis e coloca as mulheres como símbolos de estatuto desenhados para validar a masculinidade de jogadores assumidamente masculinos e heterossexuais (Sarkeesian, 2015).

3. *Women as background decoration* (mulheres como recurso ou decoração de fundo):

[É] o subconjunto de personagens femininas não-jogáveis em grande parte insignificante cuja sexualidade ou vitimização é explorado como um meio de infundir uma atmosfera viva, enérgica ou atrevida em universos de jogos. Estes corpos femininos objetificados sexualmente são desenhados para funcionar como uma textura ambiental enquanto atraem jogadores assumidamente masculinos e heterossexuais (Sarkeesian, 2014).



Neste artigo, serão exploradas três personagens femininas protagonistas ou com um papel principal em cada jogo a que estão associadas, todas muito distintas entre si, verificando a sua representação e construção a nível físico-psicológico dentro do seu contexto. Examino também a partir de uma perspetiva ludomusicológica que características integram e moldam o acompanhamento musical que possuem na sua narrativa e como é que este as pode definir. A musicologia e os estudos de género apresentam, no seu cruzamento, referências muito importantes a partir da década de 90, representadas por nomes como Susan McClary, Elizabeth Wood, Philipp Brett e ainda Jodie Taylor, os quais providenciam literatura relevante para estabelecer uma ligação entre a musicologia e os estudos de *media*.

Para além da musicologia em meios audiovisuais interativos — nomeadamente os videojogos — ser um subcampo académico muito recente, os estudos de género em jogos são também um campo ainda por explorar, mesmo com as várias referências aqui discutidas. É necessário manter uma abordagem multidisciplinar e interligar diversas ferramentas metodológicas — ou estabelecê-las — de forma a observar estes objetos de um modo crítico e fundamentado, desde literatura académica inserida na musicologia, no género, nos estudos de feministas e *new media*, até debates entre utilizadores/as inserido/as na rede e plataformas *online* deste meio (*Youtube*, *facebook*, artigos e revistas de jogos, fóruns e outras redes sociais). Cada personagem insere-se num videojogo específico, com diversas cibercomunidades e segmentos de utilizadores/as que participam não só na sua jogabilidade como na discussão em torno do que este meio lhes proporciona, o que providencia também informações pertinentes sobre a própria visão de quem interage na cultura *gaming* e como estes/as observam (ou não) a integração e políticas de representação de género em videojogos.

### 1. Aveline de Grandpré – *Assassin's Creed III: Liberation* (Ubisoft, 2012)

Aveline de Grandpré é a primeira personagem jogável da franchise *Assassin's Creed*, no capítulo *Assassin's Creed III: Liberation*, cuja narrativa se insere na segunda metade do século XVIII. Ao consultar a *wiki* oficial ou um dos *trailers* oficiais do jogo, é posta em destaque a sua associação a uma herança cultural africana através da sua mãe e o meio privilegiado aristocrata do seu pai<sup>[3]</sup>. Philippe de Grandpré compra a mãe de Aveline, Jeanne, como noiva *placée*, casando mais tarde com Madeleine de l'Isle, a sua madrasta, que investe na educação de Aveline.

---

3. <[http://assassinscreed.wikia.com/wiki/Aveline\\_de\\_Grandpr%C3%A9](http://assassinscreed.wikia.com/wiki/Aveline_de_Grandpr%C3%A9) (acedido em 20 de junho 2016)>.

Esta personagem não é alvo de hipersexualização, e utiliza vestuário e equipamento apropriados para os objetivos do jogo; de acordo com a sua caracterização oficial e debates entre utilizadores/as em diversas plataformas, é considerada determinada e de forte caráter, tendo em conta as circunstâncias negativas do seu passado. Aveline de Grandpré recebeu diversas críticas positivas a nível da sua inclusão na franchise do jogo, bem como da sua construção individual, mesmo com alguns artigos a discutir negativamente a sua herança cultural, contextualização histórica para a sua integração no meio dos assassinos, ou pelo simples facto de ser uma mulher (Evan, 2012).

A possibilidade de experienciar a narrativa em diversos universos — o meio familiar privilegiado, a escravatura e como assassina — permite explorar a versatilidade desta personagem (Headline & Global News (2014)). De acordo com a compositora do jogo, Winifred Phillips, Aveline equilibra-se entre dois mundos — o aristocrata europeu do pai e madrasta e a herança cultural africana da mãe — pelo que a música que acompanha a sua personalidade e o mundo em que vive deveria refletir este tipo de fusão cultural.

Como Aveline viveu na Nova Orleães do século XVIII, [eu] ouvi muita música datada desse período, especificamente música barroca francesa. (...)

Aveline foi educada num ambiente cultural do barroco francês, e queria que essa sensação de delicadeza informasse a música do jogo mas, simultaneamente, Aveline nunca se esquece do seu direito de nascimento africano, e não queria que o/a jogador/a também se nunca esquecesse disso.

Assim, pesquisei música e danças tribais africanas, instrumentos tradicionais de África do Oeste, como o jambé, tambor, a flauta *tambin*, e também técnicas vocais e corais africanas (Phillips, 2013).

A banda-sonora, de acordo com Phillips, constrói o ambiente geral ao jogo e reflete a personalidade de Aveline durante o mesmo ao criar uma ligação entre as suas duas heranças culturais. Considerando a série *Assassin's Creed* como uma sequência narrativa ao longo de vários séculos que cruza elementos histórico-factuais com ficção e que tenta proporcionar um sentido de realidade ao/à jogador/a e possíveis justificações para eventos representados na mesma (principalmente

focada no meio ocidental), é possível observar as escolhas de Philips como uma tentativa de corresponder ao meio musical da época em que *AC III: Liberations* se insere. W. Phillips recorre a códigos musicais veiculados principalmente a partir do cinema inserido na estética de *Hollywood* nas décadas de 30 e 40, associando o ritmo e sonoridades “tribais” a um imaginário cultural africano e o timbre das cordas de uma orquestra “europeia” num contexto barroco francês. Embora anacrónico e, até uma certa extensão, redutor, é uma prática compositiva comum em diversos meios, principalmente o cinema e os videogames, os quais se assemelham em vários aspetos com o meio fílmico, reforçando este tipo de estereótipos já referido e muito presente na cultura popular (especialmente norte-americana) cinematográfica, televisiva e interativa, perpetuando esta familiaridade musical com o meio a que está associada.

## 2. *GlaDOS – Portal (Valve, 2007) e Portal 2 (Valve, 2011)*

Os jogos *Portal* e *Portal 2* compreendem principalmente as personagens Chell (a protagonista) e GlaDOS, uma inteligência artificial e o núcleo das instalações Aperture Science que controla e supervisiona uma série de testes que o/a jogador/a tem de executar para avançar na narrativa. Decidi focar-me na GlaDOS uma vez que, para além de ser categorizada como vilã, é também uma das personagens “femininas” mais apreciadas e consideradas positivas por utilizadores/as na cultura *gaming* (Preston, 2014). Durante o primeiro jogo, o/a jogador/a é acompanhado/a pela presença vocal de GlaDOS, com a sua personalidade — ou programação — manipuladora, sarcástica e cruel, mas ao mesmo tempo, humorística e que forma uma interação quase simpatética. No final de *Portal*, ela revela as suas verdadeiras intenções — assassinar Chell — o que possibilita um confronto final entre o/a jogador/a e esta personagem. Nesta secção final do jogo, é possível notar a transição entre a voz robótica já mencionada para uma voz menos computadorizada e mais aproximada a um timbre humano (com a intenção subjacente de sedução), devido à extração do componente de moralidade<sup>[4]</sup>.

Diversos artigos analisam e opinam sobre a construção de GlaDOS ou como ela forma e integra os jogos. Relativamente à sua associação ao género feminino:

Tecnicamente, GlaDOS não é uma rapariga. Ela é um programa. Mas a sua voz, que é obviamente feminina, leva aos/às jogadores/as a

4. Recomenda-se a visualização do vídeo/*walkthrough* que ilustra este exemplo logo nos primeiros dois minutos de vídeo: <https://www.youtube.com/watch?v=4CdoufQuiko> (acedido em 20 de junho 2016)

identificá-la como uma construção feminina, por isso penso que ela ainda conta. (...)

GLaDOS ganhou vários prêmios pela sua personagem, e alguns/as consideram-na uma das melhores personagens de videogames alguma vez criada. Inicialmente, pode parecer irritante ter alguém a balbuciar enquanto tu jogas, mas ouvir os insultos de GLaDOS nunca fica realmente cansativo e providencia ao jogo uma urgência espetacular (admin, 2011).

É possível considerar GLaDOS como feminina pois a sua voz, embora robótica, tem um timbre considerado feminino. É uma presença constante no jogo e que contribui na construção da narrativa ao acompanhar o/a jogador/a e compreende diversas camadas que a constroem como personagem que vão desde a sua passivo-agressividade, ironia, humor até a um sentido quase maternal de guia para Chell. É uma personagem considerada forte, independente, sem uma forma corpórea humanoide que recorra a estereótipos sexuais para a definir. A nível musical, cada nível de *puzzle* do jogo tem o seu próprio acompanhamento cuidadosamente estruturado na banda-sonora, enquanto situações pontuais com um papel relevante no arco narrativo têm temas e/ou motivos musicais diretamente associados. GLaDOS, como personagem ativa na narrativa de ambos os jogos, está ligada a três canções — cantadas por ela — em três contextos distintos: os créditos de cada jogo e a peça de despedida em formato operático antes do final do segundo jogo<sup>[5]</sup>. Ambas as músicas dos créditos empregam instrumentos acústicos e eletrónicos, para além da voz de GLaDOS timbricamente robótica. No caso de *Portal 1*, a música final contém apenas guitarra acústica, elétrica, bateria e outros elementos de percussão. Já em *Portal 2*, há mais componentes eletrónicos, principalmente sintetizadores e efeitos sonoros deste caráter, assim como um reforço tímbrico na voz de GLaDOS. O outro momento musical é apresentado como um operático principalmente devido a vários motivos musicais e cénicos utilizados na curta cinematográfica (o coro de *turrets*, a colocação de um *turret* com maior volume corporal apresentado como *Soprano Turret* em destaque, o tipo de ambiente espacial e adereços) e também à forma de vocalização da peça por parte de GLaDOS – mesmo

---

5. Recomenda-se a visualização deste vídeo que compila as três canções interpretadas por GLaDOS: <https://www.youtube.com/watch?v=B9RIHOnGGsg> (acedido em 20 de junho 2016)

com o timbre robótico, a música é cantada de um modo aproximado à tradição operática de *bel canto* e com uma linguagem próxima ao italiano<sup>[6]</sup>.

Estas músicas apresentam componentes pertinentes para serem observadas a partir de uma perspectiva semiótica embora não seja um dos objetivos nem um dos campos de estudo a integrar neste trabalho. É possível aferir, contudo, que estas peças contribuem para as características já mencionadas que definem GLaDOS como uma personagem dialética entre humanidade e tecnologia, interligando elementos eletrónicos e/ou sintetizados, assim como acústicos, que podem ser associados a reminiscências humanas da mesma: dado que, durante a narrativa de *Portal 2*, é deixado em aberto a hipótese de que GLaDOS é, na realidade, a consciência que ficou em robô de uma das funcionárias da Aperture Science e também mãe de Chell, a protagonista. Considerando que ambos os jogos se inserem no género de ficção científica, esta dualidade entre ser humano/robô veiculada pelo timbre da voz, programação de “personalidade” e acompanhamento musical pode ser colocada em paralelo com códigos composicionais de representação tecnológica e futurista nas bandas-sonoras de filmes de ficção científica, associando instrumentos e sonoridades orquestrais/acústicas à realidade, à humanidade e ao familiar, enquanto acompanhamentos eletrónicos são associados ao futuro, ao estranho e ao tecnológico (Deleon, 2010).

### 3. Quiet – Metal Gear Solid V: Phantom Pain (Konami, 2015)

Quiet integra o jogo *Metal Gear Solid V: Phantom Pain* (doravante referido como *MGSV*), e é das principais personagens como *companion* para o protagonista que o/a jogador/a controla, Snake. Quiet deu origem a diversos artigos e debates sob várias perspetivas acerca da sua aparência supostamente sexualizada ou exposta. Ao questionarem o diretor do jogo, Hideo Kojima, sobre a escolha desta representação, ele afirma que funciona como uma antítese às personagens demasiado expostas em jogos anteriores, e que os/as jogadores/as que a julgarem pela sua aparência sentir-se-ão culpados/as quando descobrirem a verdadeira razão do seu equipamento reduzido<sup>[7]</sup>.

A razão pela qual *Quiet* está vestida assim [quase nua] é por causa de estar afetada por um parasita que a força a respirar através da sua pele através das suas entradas mais tradicionais. Quanto mais pele

6. Esta sequência foi analisada noutra contexto académico, nomeadamente sobre a representação de estereótipos operáticos em videojogos. Para mais informações, contactar a autora deste artigo.

7. Tweet do diretor Hideo Kojima a 7 de julho de 2013.

está tapada, mais difícil é para ela respirar, daí o fato limitado. Kojima afirma que nós como audiência deveríamos estar “envergonhados” se olhamos para ela com desejo [sexual], porque ela está certamente envergonhada da sua quase-nudez constante e nós também devíamos. E se isso não é o raciocínio mais absurdo para vestir uma perita feminina em combate em “armadura de biquíni”, eu não sei qual será (Tassi, 2015).

Deste modo, a condição que Quiet sofre e que a força a realizar uma espécie de fotossíntese de forma a respirar e a absorver nutrientes para sobreviver é uma justificação, de acordo com o estúdio de desenvolvimento do jogo, para o seu equipamento muito reduzido, o que, no contexto do seu papel na narrativa de *MGSV*, não seria minimamente adequado para combate.

Para além disto, este fator também não impediu aos *designers* de desenvolverem cinemáticas e ações no jogo que promovessem vários meios de *male gaze*, tornando Quiet um objeto sexualizado consumível e desejável. Tomando secções semi-interativas entre missões como um exemplo, Quiet “interage” de diversas formas com o/a jogador/a — através da realização de certos movimentos que colocam em foco partes específicas do corpo, como os seios, pernas ou glúteos, ou a aproximação da mesma à própria personagem que o/a utilizador/a controla (sempre na perspetiva de primeira pessoa) de um modo propositado e sensualizado.

Quiet possui e executa funções relevantes no jogo, ao manter o/a jogador/a protegido/a contra inimigos e providenciando ajuda ao longo das missões. Pode enquadrar-se numa personagem representada positivamente, no entanto, é alvo de exposição corporal excessiva ou sexualizada. Esta personagem não fala no geral por escolha própria, mas descobre-se, posteriormente na narrativa, que o parasita que traz em si apenas se reproduz ao falar inglês — no final do jogo, Quiet comunica neste idioma a sua localização e a de Snake para o salvar, podendo ser observado como uma forma de sacrifício e ato altruísta. A personagem desaparece no final, ficando incerto o que realmente aconteceu.

Na cinemática representativa do final do jogo, a qual é iniciada com uma cena de captura e tentativa de abuso sexual de Quiet, o tema musical desta personagem surge nesta situação e posteriormente quando a mesma se consegue libertar e consegue reunir-se com Snake para finalizar a última missão<sup>[8]</sup>. Não só nesta

---

8. Recomenda-se a visualização da cinemática referida para observar a utilização do tema musical nestas duas situações contrastantes: de captura/abuso e libertação: <https://www.youtube.com/watch?v=hEGgl33S26s>

cinemática como no resto dos vários momentos não-interativos e jogabilidade ativa<sup>[9]</sup> por parte dos/as jogadores/as, o tema de Quiet é utilizado em qualquer situação associada à mesma, não sendo explorado nem modificado na sua forma inicial, mantendo-se sempre como uma melodia curta, destacada e entoada. Este tema é também utilizado pela própria Quiet — durante as missões, quando a personagem observa um inimigo através da sua arma, o jogador ouve este motivo que pode ser considerado como uma deixa ou aviso de que pode entrar em perigo ou combate. O tema mencionado é híbrido a nível diegético e não-diegético — representado em cinemáticas ou pela própria Quiet em ação direta — mas nunca é transformado nem adaptado ao contexto em que se insere.

TEMA MUSICAL DE QUIET TEMA HÍBRIDO NA DIEGESE SONORA		
Motivo musical presente no acompanhamento musical de cinemáticas	Associado à sua narrativa e <i>cutsscenes</i> ; sempre entoado vocalmente ( <i>humming</i> )	Utilizado pela personagem e ouvido pelo/a jogador/a <i>Sound cue</i> para perigo ou combate

**Quadro 17.1** Tabela de organização esquemática dos papéis funcionais do tema musical de Quiet

Ao verificar a banda-sonora oficial de *MGSV*, a faixa *Quiet's Theme* tem o início idêntico à célula melódica empregue durante o jogo e desenvolve-se em torno da mesma com texto cantado, piano e orquestra de cordas num modo muito ligado e num andamento e ritmo constantemente moderados.

(acedido em 20 de junho de 2016)

9. Num resumo muito simplista, momentos não-interativos estão associados a cinemáticas e a outros momentos em videogames nos quais não é exigido ao jogado um *input* direto (carregar num botão do teclado, comando de consola ou mover o rato) para avançar com a narrativa ou manipular um aspeto importante na mesma. A jogabilidade ativa, por outro lado, está associada à ação direta/física do/a jogador/a com o videogame, como, por exemplo, controlar a personagem, avançar numa certa secção narrativa. Recomenda-se a consulta da obra de Katie Salen e Eric Zimmerman (2003) sobre os princípios fundamentais de game design sobre estes aspetos.



**Figura 17.2** Transcrição pessoal da célula melódica temática de Quiet no programa Finale 2014

É interessante notar a diferença entre a construção física e psicológica de Quiet e o tipo de acompanhamento musical desenvolvido para a sua representação. Segundo Susan McClary:

(...) [T]eóricos de música frequentemente traem uma confiança explícita em metáforas de género (“masculinidade” vs. “feminilidade”) e sexualidade nas suas formulações. (...) As duas são diferenciadas com base na força relativa, com a oposição binária masculino/feminino mapeada para forte/fraco. Para além disto, esta definição particular trai ainda outros quadros importantes: se a versão masculina é (“tem de ser considerada”) normal, então a implicação é que a feminina é anormal. Isto é tão evidente que o autor Willi Apel não considera que mereça uma menção explícita. Invés disso, ele emprega outro binário: se o feminino é preferido em “estilos mais românticos”, então o masculino tem de ser (e, claro, que é) identificado com o mais objetivo, mais racional dos discursos musicais. O “feminino” é fraco, anormal e subjetivo; o “masculino” forte, normal e objetivo. (McClary, 1991: 10).

Quiet, como já foi referido, executa missões e tarefas muito importantes e torna-se uma personagem crucial para o protagonista do jogo e, naturalmente, para o/a jogador/a que o controla. Mesmo com a sua representação sexualizada e consequente objectificação, Quiet demonstra habilidades sobre-humanas, como força, rapidez, agilidade e técnicas de combate, não correspondendo aos estereótipos e modelos típicos de personagens femininas em videojogos pré-Lara Croft (protagonista que apenas surgiu no fim da década de 90, também alvo de sexualização). Por outro lado, o seu tema musical pode ser considerado (mais um) veículo de características e significados associados a um imaginário feminino delicado, representado através de vocalizações entoadas, piano e cordas muito ligadas e calmas – sonoridades presentes não só em outras personagens femininas em videojogos como em filmes, que contrastam com temas “masculinos” compostos por percussão acentuada, sopros e outros timbres e ritmos destacados.



## Considerações finais

Este trabalho é uma proposta de exploração da diversidade de perspectivas e motivos utilizados na representação de personagens femininas em três jogos com bastante visibilidade comercial, bem como as cibercomunidades por trás dos debates que estão presentes nestas questões.

A variedade de meios, tecnologias, jogos e públicos permite a criação e representação de personagens específicas e, por vezes, cuidadosamente construídas. A fluidez das categorias de representação de protagonistas femininas demonstra também a necessidade de observar as várias características que, neste caso, *Aveline de Grandpré*, *GlaDOS* e *Quiet* assumem, e como é que as mesmas integram e definem, até a uma certa extensão, a narrativa em que estão inseridas. A principal característica a referir relativamente ao seu acompanhamento musical é a escolha de instrumentário e sonoridades específicas para cada personagem, estando principalmente associado ao contexto histórico-narrativo que define o jogo, reforçando nomeadamente a herança cultural de *Grandpré* através de códigos musicais estereotipados da cultura africana contrastando com o barroco europeu, especificamente o francês; o imaginário tecnológico de *GlaDOS* e a oposição acústica associada à humanidade intrínseca do robô; e a mudez de *Quiet* veiculada por um tema musical apenas entoado como uma oposição “feminina” simbólica às suas capacidades e papel cruciais de combate na sua narrativa.

Casos de personagens masculinos seriam um outro assunto muito pertinente a explorar, uma vez que, tal como em muitas personagens femininas, os homens são alvo de sexualização ou considerados veículos de estereótipos corporais e comportamentais, promovendo uma representação de masculinidade tóxica dominada pela força, agressividade e até homofobia.

No início deste artigo, foram discutidos fenómenos e discussões nas cibercomunidades de videogames em torno da representatividade e inclusividade de segmentos da sociedade marginalizados e não binários. É possível acrescentar ainda que se pode observar uma crescente inclusão de personagens e vivências não-normativas em cada vez mais jogos principalmente de estúdios independentes (*indie*) embora as grandes empresas (AAA) estejam também a tentar corresponder às comunidades LGBT e *Gaymer* que interagem com os seus títulos e que eram autoras da maior parte das críticas à falta da representação de personagens e diálogos não-binários. Um dos casos mais recentes é a última instalação da saga já referida aqui, *Assassin's Creed*, denominada *Syndicate*, que decorre em Inglaterra durante o

século XIX, em que os protagonistas são dois gémeos, um homem e uma mulher, e o jogo representa uma personagem *trans* e outra homossexual durante os eventos da Revolução Industrial.

A inclusividade é algo super importante para nós como equipa. Fizemos uma boa aproximação à diversidade e na abordagem de temas diferentes no jogo.

Eu tive a possibilidade de trabalhar com mais de doze escritores diferentes em *Syndicate*. Numa certa altura, um deles abordou-me e afirmou que não estávamos a acolher a diversidade suficientemente. (...) Revi todo o diálogo do público [as personagens não-jogáveis], eu estava satisfeito com os nossos dois protagonistas, mas eles estavam a falar sobre a afirmação no início do jogo — que era exclusiva de algumas pessoas. Assim, pedi-lhes para propor uma nova afirmação (Philips, 2015).

Segundo Sarkeesian, é possível — e até necessário — apresentar um olhar crítico sobre o que este meio de expressão nos oferece, não nos impedindo de o apreciar à mesma<sup>[10]</sup>. Com cada vez mais propostas de inclusão, representatividade e igualdade nesta indústria tão grande e diversificada, assim como o papel crescente dos/as utilizadores/as e comunidades na construção da mesma, esta pode considerar-se uma forma de expressão progressivamente inclusiva, aberta e capaz de integrar as múltiplas narrativas cada vez mais complexas que são propostas por empresas, estúdios e até jogadores/as.

## Referências

- Admin (2011) *Girls in Games: Chell and Glados*. In: Gamertag Radio. Disponível em: <http://www.gamertagradio.com/2011/05/girls-in-games-chell-and-glados/> (acedido em 20 de junho 2016).
- Brett, Philip, Wood, E. e Thomas GC (eds) (1994) *Queering the Pitch: The New Gay and Lesbian Musicology*. New York: Routledge.
- Cassell, Justine e Henry J. (1998) *From Barbie to Mortal Kombat: gender and computer games*. Cambridge, Mass: MIT Press.
- Consalvo, Mia (2012) *Confronting Toxic Gamer Culture: A Challenge for Feminist Game Studies Scholars*. *Ada: A Journal of Gender, New Media, and Technology*, No.1.

---

10. A autora sugere esta visão no início de todos os seus vídeos.

- Deleon, Cara Marisa (2010) *A Familiar Sound in a New Place: The Use of Musical Score Within the Science Fiction Film*. In: Bartkowiak, Matthew (ed.) *Sounds of the Future: Essays on Music in Science Fiction Film*. Londres: McFarland & Company, 10-21.
- Entertainment Software Association (2016) *Essential Facts about the Computer and Video Game Industry*. Disponível em: <http://essentialfacts.theesa.com/Essential-Facts-2016.pdf> (acedido em 20 de junho 2016).
- Evan (2012) *People Are Upset About Aveline de Grandpré [What Else is New?]*. In: *culture war reporters*. Disponível em: <https://culturewarreporters.com/2012/09/01/people-are-upset-about-aveline/> (acedido em 20 de junho 2016).
- Geek Feminism Wiki (2013) *List of Women Characters in Video Games*. Disponível em: [http://geekfeminism.wikia.com/wiki/List\\_of\\_Women\\_Characters\\_in\\_Video\\_Games](http://geekfeminism.wikia.com/wiki/List_of_Women_Characters_in_Video_Games) (acedido em 20 de junho 2016)
- Headline & Global News (2014) *'Assassin's Creed' : 5 Things to Know About Aveline de Grandpré's Personas in 'Liberation HD' (TRAILER)*. Disponível em : <http://www.hngn.com/articles/21966/20140114/assassins-creed-5-things-to-know-about-aveline-de-grandpr%C3%A9s-personas-in-liberation-hd-dlc-trailer.htm> (acedido em 20 de junho 2016).
- Huntemann, Nina (2013) *Introduction: Feminist Discourses in Games/Game Studies*. *Ada: A Journal of Gender, New Media, and Technology*, No.2.
- Jenkins, Henry (2006) *Convergence Culture: Where Old and New Media Collide*. New York University Press.
- Kafai, Yasmin B. et al (2008) *Beyond Barbie and Mortal Kombat: new perspectives on gender and gaming*. Cambridge, Mass: MIT Press.
- Klee, Miles (2014) *Creator of 'Beat Up Anita Sarkeesian' says #Gamergate is anti-harassment*. In: *The Daily Dot*. Disponível em: <http://www.dailydot.com/geek/creator-beat-up-anita-sarkeesian-says-gamergate-is-anti-harassment/> (acedido em 20 de junho 2016).
- Konami (2015), *Metal Gear Solid V: Phantom Pain*.
- McClary, Susan (1991), *Feminine Endings: Music, Gender and Sexuality*, University of Minnesota Press.
- Philips, Tom (2015) *Assassin's Creed Syndicate takes a leap towards inclusivity with the series' first transgender character*. In: *Eurogamer*. Disponível em: <http://www.eurogamer.net/articles/2015-09-18-assassins-creed-syndicate-takes-a-leap-towards-inclusivity-with-the-series-first-transgender-character> (acedido em 20 de junho 2016).
- Phillips, Winifred/Youtube (2013) *Assassin's Creed Liberation: How to Write Thematic Music for Games*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=-CS3Nc2qFOo> (acedido em 20 de junho 2016).

- Preston, Dominic (2014) *The Women that Gaming got Right: Portal's Glados*. In: *Artistry in Games*. Disponível em: <http://artistryingames.com/the-women-that-gaming-got-right-portals-glados/> (acedido em 20 de junho 2016)
- Quinn, Zöe (2013), *Depression Quest*.
- Salen, Katie e Zimmerman, E. (2003) *Rules of Play: Game Designs Fundamentals*. Cambridge, Mass: MIT Press
- Sarkeesian, Anita/Youtube (2014) *Women as Background Decoration: Part 1 - Tropes vs Women in Video Games*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4ZPSrwdvsg> (acedido em 20 de junho 2016).
- Sarkeesian, Anita/Youtube (2015). *Women as Reward - Tropes vs Women in Video Games*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QC6oxBLXtkU> (acedido em 20 de junho 2016).
- Stuart, Keith (2014) *Zoe Quinn: 'All Gamergate has done is ruin people's lives'*. In: *The Guardian*. Disponível em: <https://www.theguardian.com/technology/2014/dec/03/zoe-quinn-gamergate-interview> (acedido em 20 de junho 2016)
- Tassi, Paul (2015) *Quiet's Sexiest 'Metal Gear Solid V' Scenes Are Much Better With Revolver Ocelot Instead*. In: *Forbes*. Disponível em: <http://www.forbes.com/sites/insertcoin/2015/09/11/quiets-sexiest-metal-gear-solid-5-scenes-are-much-better-with-revolver-ocelot-instead/#1e3551932892> (acedido em 20 de junho 2016).
- Taylor, Jodie (2012) *Playing It Queer: Popular Music, Identity and Queer-World Making*. Suíça: Peter Lang
- Ubisoft (2012), *Assassin's Creed III: Liberation*
- Valenti, Jessica (2015) *Anita Sarkeesian interview: 'The word "troll" feels too childish. This is abuse'*. In: *The Guardian*. Disponível em: <https://www.theguardian.com/technology/2015/aug/29/anita-sarkeesian-gamergate-interview-jessica-valenti> (acedido em 20 de junho 2016).
- Valve (2007), *Portal*.
- Valve (2011), *Portal 2*.

## A identidade da mulher negra

*Amanda dos Santos Lemos*

### RESUMO

Ao falarmos sobre identidade, falamos sobre a forma como nos vemos e queremos ser vistos. Assim, podemos projetar uma imagem de nós mesmos de acordo com anseios e valores construídos social e historicamente, com o objetivo de sermos aceitos, de pertencermos ou de nos reconhecermos enquanto sujeitos sociais. Ao falarmos em identidade, etnia e gênero unimos temáticas profundas, que dizem muito sobre a história de um povo, da formação social e histórica de uma sociedade, dos rótulos e estereótipos alimentados ao longo dos tempos. Nesse sentido, o presente artigo traz reflexões produzidas a partir da realização do projeto de pesquisa “Queens of Africa” ou Barbies?, que tocou sujeito e objeto com a força avassaladora do conhecimento.

**PALAVRAS CHAVES:** Identidade, Etnia, Gênero, Estereótipos

### RÉSUMÉ

Lorsque nous parlons d'identité, on parle de la façon dont nous nous voyons et que vous voulez voir. Ainsi, nous pouvons projeter une image de nous-mêmes selon les

souhais et les valeurs construites socialement et historiquement, pour être accepté, d'appartenir ou de nous reconnaître en tant que sujets sociaux. Quand on parle de l'identité, l'origine ethnique et le sexe unissent thèmes profonds, disent-ils beaucoup de choses sur l'histoire d'un peuple, le développement social et historique d'une société, les étiquettes et les stéréotypes nourris au fil du temps. En ce sens, cet article apporte des réflexions produites à partir de l'achèvement du projet de recherche « Queens of Africa » ou Barbies?, Qui a touché le sujet et objet à la puissance écrasante de la connaissance.

**MOTS CLÉS:** Identité, Etnia, Genre, Stéréotypes

## Introdução

(...) Eu escrevia peças e apresentava aos diretores de circo.

Eles me respondiam-me: — É pena você ser preta.

Esquecendo ele que eu adorava a minha pele negra, e o meu cabelo rústico. Eu até acho o cabelo de negro mais educado do que o cabelo de branco. Porque o cabelo de preto onde põe fica. É obediente. (Jesus, 1960, p.58)

Discutir, levantar questões e, mesmo partir para uma problematização acerca da construção da identidade da mulher negra na Zona Oeste — do Rio de Janeiro — é desafiador e, esse mesmo processo, mostra-se emblemático quando a indagação é levantada dentro do Campus Realengo, campus sede da maior universidade privada daquela localidade.

Sentindo a necessidade de problematizar, no seio da Universidade, a questão de gênero e de raça, extremamente acirradas na nossa sociedade tão arcaica, elitista, racista e machista e tão pouco exploradas naquele espaço, o curso de Serviço Social, da Universidade Castelo Branco (RJ), propôs a criação do projeto de iniciação científica “*Queens of Africa*”<sup>[1]</sup> ou *Barbies? A formação da identidade da mulher negra moradora da Zona Oeste*.

---

1. *Queens of Africa* são bonecas bonitas que servem como um objeto de afeto para as crianças em todos os lugares. As bonecas foram criadas especialmente para meninas de ascendência africana se identificarem. O projeto “*Queens of Africa*” foi desenvolvido pelo empresário nigeriano Taofick Okoya, para mostrar às crianças africanas que “*Black is Beautiful*”, permitindo-lhes brincar com bonecas que refletem sua cultura e patrimônio (disponível em: <<http://www.queensof africadolls.com/about-us.html>>, acessado em 15 de maio de 2016).

E porque falar sobre elas? Por que no atual momento histórico, há uma superexposição e, conseqüente valorização da cultura negra, mas não das pessoas negras. No caso das mulheres, há uma dupla desvalorização, pois além de mulheres, são negras, inseridas em uma realidade social marcada pelo patriarcado e eurocentrismo.

A nossa proposta inicial, no projeto ‘Queens of África ou Barbies?’, foi criar um grupo com alunos em formação e, outros já formados pela Universidade Castelo Branco, para desenvolver uma discussão sobre a identidade da mulher negra na Zona Oeste e, em cima de que signos sociais são construídas essas identidades. Particularmente, essa foi a oportunidade que eu precisava, enquanto mulher negra, para deixar para trás muitas inseguranças e estereótipos que me cercavam desde o meu nascimento. No fundo eu sabia que esse projeto era também sobre mim, sobre como eu me enxergava e como sempre lidei com o racismo no decorrer da minha vivência social. Meu primeiro movimento no meio científico foi buscar em outras mulheres negras a explicação e a força que seriam necessárias para desenvolver uma grande contribuição acadêmica. O projeto foi para mim, antes de mais nada, um acontecimento que veio de dentro para fora. Começamos a ler artigos e materiais que abordavam temas relacionados a mulher negra e também obtivemos experiências externas, como por exemplo, a participação em eventos [científicos]. Dali, reunimos nossas ideias e começamos a avaliar e ter um senso crítico mais aguçado para questão em si. E de repente ‘caiu a minha ficha’ que nunca na vida, eu tivesse lido uma mulher negra e muito menos uma [autora] mulher negra e periférica. Em um país que foi sustentado pela mão de obra das negras, que exerceram múltiplas funções de trabalho, desde o período da escravidão, eu não poderia ser uma pesquisadora [negra] sem ter lido, não ter tido contato com nenhuma dessas escritoras em especial.

Foi aí, que então conheci a escritora Carolina Maria de Jesus e, de quem depois da leitura tive um olhar muito mais crítico da questão de gênero e raça.<sup>[2]</sup>

Observamos no dia a dia, que muitas mulheres negras passam por um processo de “embranquecimento”, ou seja, renegam as características e comportamentos que remetem a sua ancestralidade negra, questionamo-nos então se essas mulheres não estariam formando uma identidade equivocada, alicerçada sobre

---

2. Depoimento de uma das alunas pesquisadoras.

signos sociais equivocados, mascarando a sua essência, tentando descaracterizar-se como mulheres negras que são.

Nós, mulheres negras, vivenciamos em nosso cotidiano múltiplas formas de violência: física, psicológica, sexual e simbólica; maior vitimização no tráfico de mulheres e de drogas. Estamos mais expostas à violência produzida por atores armados da polícia [agentes do Estado brasileiro!] e da marginalidade.

Não será por outras razões que vivenciamos emoções e sentimentos de baixa autoestima, rejeição, medo, raiva, desilusão, tristeza, impotência, dor, insegurança, frustração e perda de identidade. (Werneck, Iraci e Cruz, 2012: 14)

Iniciamos assim, um processo de resgate histórico e descobertas, permeado por emoções, reflexões pessoais e interiores e, especialmente, pelo amadurecimento teórico e posicionamento ideológico de docentes e discentes.

## 1. Considerações iniciais

Inicialmente cabem algumas considerações que fundamentam as nossas impressões. Já é sabido que diversos agrupamentos sociais sendo eles ocidentais ou não, convencionam formas de discriminar baseada em tradições, credos, cor/raça e ocupação. Um exemplo disso é a sociedade de castas, configuração social de que se tem registo em diferentes tempos e lugares, mas é na Índia que está a expressão mais acabada desse sistema. No Japão, também, apesar de toda modernização e tecnologia ainda permanece o sistema de castas:

Oficializada no período Edo (1600-1868) e foram abolidas em 1871. Sistema discriminatório que dava maior importância aos Samurais, seguida em ordem decrescente, pela dos agricultores, artesões, comerciantes. Havia ainda a dos párias (os desclassificados) — Entre eles, os hinis, aqueles que eram considerados ‘não gente’, como mendigos, coveiros, mulheres adúlteras e suicidas fracassados, e os burakumins, pessoas encarregadas de matar, limpar e preparar os animais para o consumo. (...). Os descendentes dos burakumins, cerca de 3 milhões de pessoas ainda vivem segregados e dificilmente conseguem empregos que não sejam de lixeiros, limpadores de esgotos ou de ruas. Quando revelam sua ascendência, a vida deles é sempre investigada, seja no ato de pedir emprego, seja na tentativa de se casar. (Tomazi, 2010: 73-74)



No Brasil, a discriminação racial se dá pela cor e podemos afirmar que o sistema de segregação brasileiro é bastante similar ao sistema de casta, porém, no caso brasileiro a classificação não é inapelável, dá a oportunidade ao sujeito de se auto classificar ou incorporar elementos da classe dominante para ser classificado. Aqui existe subterfúgios, lançados pelos sujeitos tidos como inferiores, para fugir de um sistema rígido e desumano que impulsiona os indivíduos a preencherem “lugares pré-estabelecidos socialmente” e, assim se aproximarem do grupo dos mais favorecidos e privilegiados pela sociedade, os “mais claros”. “Raça é inapelável, mas a cor (faz parte de um sistema de aparências) permite toda a sorte de negociações”. (Damatta, 2014: 11)

Os governos brasileiros, assim como o indiano e o japonês, criaram programas voltados para combater essas discriminações; entretanto, isso (a questão do racismo e das desigualdades ocasionadas por ele) não se resolve com Decretos, pois as questões culturais são mais fortes que Decretos Governamentais. No Brasil, a sociedade em que todos gozam legalmente da igualdade, a cor da pele serve de instrumento de ordenação social diferenciada.

À distinção entre senhor e escravo sucedeu a discriminação dos brancos em relação aos negros. Por que essa forma racista? Colocar a questão já é, por outro lado, resolvê-la: a essência da distinção era jurídica; suprimindo-a, favoreceu-se a transformação de seu atributo racial em substância racista. Para que fosse diferente teria sido necessário vencer a própria distinção. (Dumont, 1970: 255)

É importante ressaltar que as causas para a discriminação, no caso feminino, se somam: mulher e negra, são duas formas de classificação aviltantes em uma sociedade machista e racista.

As ideologias dominantes tendem a condicionar tanto dominados quanto dominadores, assim o homem branco condicionado, se sente dotado de uma superioridade natural, quase divinal e, o homem negro estando condicionado, acredita que seu estado de subalternidade é perene, talvez fruto de uma ordem divina, talvez uma ordem social e moral, impossível de ser subvertida, que faz com que o negro permaneça no lugar subalterno que lhe foi dado nos indos da escravidão. Agora, imagine, se é difícil para o homem forte, viril e provedor emergir da penúria moral imposta pelo racismo, o quanto será para a mulher negra conviver e sobreviver nessa sociedade.

No livro “Carnavais, malandros e heróis”, de Roberto Damatta (1997), o autor descreve os nossos ritos e mitos como peça central para a compreensão de nossas relações. Para Damatta (1997) o mito e o ritual seriam, assim, dramatizações ou maneiras cruciais de chamar a atenção para certos aspectos da realidade social normalmente submersos por rotinas, interesses e complicações do cotidiano. Assim, aponta dois domínios básicos de nossa sociedade: a *casa* e a *rua*. A casa está relacionada com a ordem, um universo controlado onde as coisas estão em seus devidos lugares, onde todos conhecem o seu lugar, onde as relações são regidas naturalmente pelas hierarquias de sexo e idade, com os homens mais velhos tendo precedência; ao passo que na rua, muitas vezes é necessário algum esforço para se descobrir essas hierarquias. A rua está relacionada com a falta de ordem, um ambiente hostil, onde não se deve confiar em ninguém, onde as relações são imprecisas, pois a regra básica do universo da rua é o engano. “Essa arte brasileira de usar o ambíguo como instrumento de vida” (Damatta, 1997: 97)

A rua é o lugar onde se passa o carnaval em blocos e desfiles. É nesse momento que impera a “desordem”, onde tudo sai de seu lugar. Durante o carnaval é proibido proibir. O carnaval engendra a igualdade que não existe no cotidiano e é nesse momento onde os “inferiores estruturais” ganham visibilidade. As mulheres e homens vestidos com fantasias com forte apelo sexual são peças fundamentais da festa. Exibem o que mais tem de valor com movimentos que lembram o coito. O corpo que antes servia como ferramenta de trabalho, passa a ser a razão da inveja dos mais abastados. Assim, como toda festa tem um dono, o carnaval é a festa do povo e, por aqui a expressão “povo”, se torna sinônimo de “gatinha”. Povo são os trabalhadores assalariados, “os negros e ignorantes, que não sabem votar”, “os ocupantes da rua”. Durante o carnaval cada um pode ser o que quiser, pobre vira nobre e homem vira mulher.

Fazendo a devida alusão ao carnaval, o que percebemos é que a rua, ou seja, o imoral, inadequado ruim é propriedade do negro, que ocupou a rua com a abolição da escravatura, onde foi jogado sem ter trabalho ou condições dignas de subsistência. E as casas, lugares privados e decorosos, propriedade dos brancos, onde se encenam as relações mais morais e puras. O que acontece então no carnaval? Por ser uma festa hipersexualizada, profana e, até imoral há uma superexposição do povo negro. A estética negra, os corpos negros, o ritmo negro, tudo vira espetáculo, é comercializado e valorizado. Durante dias a rua invade as casas e traz para elas as “pessoas de bem”, mas basta observarmos criteriosamente o que acontece na 4.<sup>a</sup> feira de cinzas para percebemos o quão perverso é todo esse processo.

Num sistema com esse tipo de dinamismo, não há dúvidas de que existem obstáculos muito grandes na individualização das classes sociais, entrecortadas pelas suas possibilidades de múltipla interação e classificação social em eixos variados, já que ninguém se fecha em torno de uma só dimensão classificatória (Damatta, 1997: 201).

Quando observamos na totalidade a dinâmica e a formação da sociedade brasileira fica mais fácil entender porque mulheres e homens negros tentam, muitas vezes, renegar suas origens e parecerem mais “aceitáveis”, dignos de pertencerem a casa.

## **2. Sobre nossas impressões**

Além das pesquisas bibliográficas e da nossa observação participante diária nos corredores da Universidade e, em outros espaços de negros/as, aplicamos 150 questionários, com perguntas abertas e fechadas. Realizamos ainda, cerca de 20 entrevistas com mulheres negras, que acreditamos já ter alguma compreensão sobre nossa discussão e que entendemos serem referência num processo de militância, no que tange nosso objeto, afim de compreendermos um pouco de suas trajetórias sócio históricas e da constituição de suas identidades.

Partimos da hipótese que mulheres negras têm suas identidades constituídas sobre signos e códigos equivocados, vivem na tentativa de clarearem suas peles e suas almas e, assim, alcançarem a aceitação social, o direito de serem felizes, de serem dignas e respeitadas. Na sua conceituação sobre identidade e construção da mesma, Berger (2014) afirma que:

A identidade é evidentemente um elemento-chave da realidade subjetiva, e, tal como toda realidade subjetiva, acha-se em relação dialética com a sociedade. A identidade é formada por processos sociais. Uma vez cristalizada é mantida, modificada ou mesmo remodelada pelas ações sociais. Os processos sociais implicados na formação e conservação da identidade são determinados pela estrutura social. Inversamente, as identidades produzidas pela interação do organismo, da consciência individual e da estrutura social reagem sobre a estrutura social dada, mantendo-a, modificando-a ou mesmo remodelando-a. As sociedades têm histórias no curso das quais emergem particulares identidades. Estas histórias, porém, são feitas por homens com identidades específicas. (p.221)

Isso seria o mesmo que dizer que nós, enquanto seres sociais, construímos e moldamos a sociedade e, somos construídos e moldados por ela, ou ainda, que somos seres frutos de um processo social que abrange tanto a percepção individual quanto a percepção coletiva.

Já Gonçalves (2010) aborda a questão de identidade de dois ângulos diferentes: o sociocultural e o psicossocial, onde o “eu” vai sendo formado não somente pela forma como os outros nos veem, mas também pela nossa percepção individual e nossa percepção coletiva juntamente com o conjunto de imagens primordiais originadas de uma repetição progressiva de uma mesma experiência durante muitas gerações, armazenadas no inconsciente coletivo, os arquétipos.

Quanto ao processo de análise dos dados coletados, as respostas obtidas (em especial nos questionários) foram bastante inesperadas, quase surpreendentes. Mulheres lidas socialmente como negras, muitas vezes não se reconheciam como tal, usando de eufemismos tais quais, “morena”, “mulata”, “morena clara”, “quase branca”, entre tantos outros, para se descreverem, num processo já conhecido de negação e desvinculação da identidade negra. Outro quesito que nos chamou atenção foi o momento em que as questionamos se já haviam sofrido racismo. Nessa hora vem à tona uma série de emoções, mas, todas envoltas em uma grande confusão sobre o que realmente é o racismo, talvez seja mais fácil não o entender para não o identificar.

Uma ideologia [o racismo] baseada na superioridade de uma raça ou etnia sobre outra. Enquanto outras formas de preconceito inferiorizam, o racismo desumaniza. A violência racial resulta muitas vezes em prejuízos irreversíveis, pois trata-se de uma violência gratuita, cruel, repetitiva e intencional. (Brito e Nascimento, 2013: 20)

As respostas sobre um possível não reconhecimento enquanto mulher negra, aconteceu num número maior do que esperávamos entre as mulheres que responderam os questionários. Observamos que as mesmas não têm ideia da batalha diária que travam por reconhecimento e inclusão, não tem ideia do quanto sua inserção social, especialmente, no meio Acadêmico, representa luta e resistência, superação em meio a uma cultura racista e sexista.

Você que nos lê, assim como muitas das nossas informantes, pode estar se questionando, mas o que é ser mulher negra? Talvez a citação a seguir possa dirimir essa dúvida e, subsidiar a continuidade de nossa argumentação:

O fato de ser mulher e negra condicionou a forma como uma parcela da população brasileira conseguiu se inserir na sociedade no período pós-abolição. Se no período da escravidão o papel fundamental da mulher negra esteve ligado aos afazeres domésticos e à questão sexual, no período pós-abolição uma das primeiras soluções para ela se inserir no mercado de trabalho foi justamente a realização de atividades domésticas, especialmente nas grandes cidades.

Dessa forma, manteve-se um dos papéis que a etapa da escravidão tinha atribuído para a mulher negra: o cuidado para com a família branca da classe dominante. Isto ajudou a configurar a imagem da mulher negra na sociedade pós-abolição até os dias de hoje. No caso, se misturam duas ideologias que a classe dominante usou e ainda usa como instrumentos de controle e de conservação do poder: o machismo e o racismo. O trabalho doméstico e o cuidado dos filhos são atribuídos historicamente ao feminino. Na sociedade escravista, além de ser obrigação das mulheres, essas tarefas eram consideradas servis, portanto indignas das mulheres brancas. Por isso, passavam a ser um dever das escravas negras (ABREU, 2015)

Quando fomos para as entrevistas, imaginávamos que, por já terem problematizado a questão da raça, as nossas entrevistadas trariam outros elementos para análise. Porém, foi percebido também nas mulheres negras entrevistadas, não uma negação de sua condição racial, mas uma postura combativa, quiçá reativa, fruto de um misto de atributos culturais, mentais, intelectuais, morais e psicológicos, como é visível nos seguintes excertos:

Não temos nada garantido. Não posso me basear no que o sistema projeta pra mim. Eles nos querem mortas! Mas seguimos resistindo de diferentes maneiras, proliferando ideias e ideias. E com esse tiro/golpe o sistema não estava esperando. (Entrevistada J)

Sabemos que ainda temos muito a conquistar. A conjugação do racismo e do sexismo nos coloca nos extratos mais inferiores. Porém o presente nos autoriza a ter esperança. A duras penas vimos mudando o quadro sócio racial brasileiro. (Entrevistada R)

Para mim, ser negro é ser uma pessoa diferente de uma pessoa branca. Poderia filosofar aqui e dizer de forma muito subjetiva o significa ser negro pra mim, mas no fim das contas penso que ser negro é não ser branco e essa diferença não foi colada pelo povo negro, mas sim, pelos próprios brancos. Numa abordagem mais subjetiva, ser negra pra mim, é lutar todos os dias para se afirmar, para viver,

sabendo que tenho que cuidar e muito da minha cabeça, porque se não o racismo não mata de morte “matada” ele pode matar em vida.  
(Entrevistada S)

Mesmo essas mulheres (negras) que hoje temos/vemos como referências para outras (como conscientes de sua história e da importância de suas posturas autênticas), foram em algum momento de suas trajetórias, atravessadas pelo racismo, seja querendo modificar os seus traços fenotípicos, como cabelo e nariz, seja negando qualquer tipo de ligação com símbolos que as remetessem a algum grupo ou raça que não a hegemônica.

Na formação do processo identitário, o racismo é fator determinante de desestabilização e de afastamento, pois é um processo reconhecidamente de desumanização. A identidade é construída a partir de uma diversidade contextual, não podendo ser apartada do fator histórico, linguístico e psicológico. A construção da identidade está intrinsecamente ligada à questão de direitos básicos e a sua complexidade se dá quando esbarramos no estado de negação, quando as suas particularidades enquanto sujeito são diminuídas, reduzidas à coisa, portanto, a desumanização está posta, suas subjetividades negadas e sua percepção sobre si e sobre os seus estilhaçada. O desejo de ser outro, de ser aceito, falará mais alto do que sua origem.

A construção da identidade negra se torna mais difícil, quando é perpassada pela miscigenação racial no Brasil, um processo que se iniciou no século XIX por motivos políticos e ideológicos (Carneiro, 2011) e que dá suporte ao mito da democracia racial, na medida em que as relações afetivas entre negros, brancos e índios seria o principal indicativo da tolerância racial no país. Carneiro (2011: 67) afirma que:

A miscigenação tem constituído um instrumento eficaz de embranquecimento do país por meio da instituição de uma hierarquia cromática e de fenótipos que tem na base o negro retinto e no topo o “branco da terra”, oferecendo aos intermediários o benefício simbólico de estar mais próximo do ideal humano, o branco. Isso tem impactado principalmente os negros brasileiros, em função do tal imaginário social, que indica uma suposta aceitação social dos mais claros em relação aos mais escuros, o que parece ser o fator explicativo da diversidade de expressões que pessoas negras ou seus descendentes miscigenados adotam para se definir racialmente, tais como, moreno-escuro, moreno-claro, moreno-jambo, mulato, mestiço, caboclo,

ou seja, confusos de tal maneira que acabam todos agregados na categoria oficial do IBGE: pardo! Algo que ninguém consegue definir como raça ou cor. Talvez o termo “pardo” se preste apenas a agregar os que, por terem a sua identidade étnica racial destrozada pelo racismo, pela discriminação e pelo ônus simbólico que a negritude contém socialmente, não sabem mais o que são ou, simplesmente não desejam ser o que são.

Geovanilda Santos (2009: 17) nos convida à seguinte reflexão:

Imagine o que é construir a identidade em uma sociedade que discrimina, quando ser jovem negro no Brasil não é o mesmo que ser jovem branco. Sabemos que toda e qualquer identidade é construída socialmente. A identidade negra, por ser um produto social, é resultante de uma situação de conflito envolvendo discriminação, exclusão social, exploração e por fim, opressão individual e coletiva.

Em nossas análises preliminares, observamos que muitas das mulheres/informantes, quando perguntadas sobre o sentimento de ser negra, apesar de todo o contexto do racismo nas questões anteriores, responderam que se sentem lindas ou maravilhosas ou a combinação das duas expressões. Isso precisa ser analisado com cautela. Ora, linda é uma mulher bela, já maravilhosa é a mulher desejável. Uma mulher maravilhosa é compreendida popularmente como uma mulher mais que “gostosa”, uma mulher muito prazerosa e desejável sexualmente. Linda e maravilhosa é a bela desejável que poderá usar desses atributos para vencer as dificuldades imposta pela vida social, confirmando assim que a concepção é materialista e se refere a estética. Percebemos aí três, maneiras de se reconhecer sendo mulher e negra: 1) a mulher que reafirma os estereótipos atribuídos a ela por ser negra; 2) outra que reafirma o estereótipo de ser mulher do lar, notadamente relacionado as que se julgam pardas; e 3) e as que se reconhecem como sendo negras, indicam familiares como referências na infância e juventude, e se dizem consciente dos desafios a serem superados.

Embora, sejam considerações preliminares consideramos que o reconhecimento de sua condição, enquanto mulher e negra, da maioria das informantes seja extremamente frágil, produto certamente de uma sociedade racista, sexista e desigual. O que observamos é uma tentativa de se “embranquecer”, parecer mais clara, mais aceitável, talvez motivadas pelo desejo de pertencimento e aceitação, a ausência de representatividade desde da infância, só tende a agravar esse pro-

cesso. Fato é que as mulheres negras não têm consciência de sua trajetória sócio histórica, ou pelo menos, não a reconhecem, de sua relevância político-econômica, contribuindo arduamente para a vida econômica do país, não percebem o quanto são vítimas do sistema e como assumem e reproduzem, naturalmente, os papéis a que estão historicamente predestinadas.

### **Considerações finais**

A identidade da mulher negra já foi roubada, anulada, questionada e falar sobre isso ainda é delicado, embora, já tenhamos avançado muito nas discussões sobre a raça e a historicidade do povo negro.

Vivemos hoje um movimento maior de pessoas preocupadas em lutar em prol de igualdade, tanto de gênero quanto de raça e, esse campo é rico para descobertas e discussões sobre o tema de nossa pesquisa, afinal, como a mulher negra da Zona Oeste conseguiu formar sua identidade, pensada como uma das regiões mais empobrecidas da cidade, com grande número de desigualdades sociais e escassez de espaços e eventos que promovam a cultura?

O interessante do trabalho de pesquisa é que ele não nos permite somente conhecer cientificamente uma determinada realidade/objeto, mas, ele pode ajudar o pesquisador a (re)conhecer a sua própria realidade, repensando suas crenças, valores e concepções. O depoimento de um dos pesquisadores, ratifica isso:

Ao início da pesquisa, não encarei o tema com a importância que ele merecia, já que só tinha observado com olhar macro, sem o detalhamento necessário. Por ter crescido em uma família que é 99% negra, sempre olhei para todos como semelhantes, aprendi coisas incríveis com todos e sempre tive um olhar de admiração por cada um deles.

Confesso que, no ponto que a pesquisa se encontra e, depois de conversas sobre o assunto em casa, passei a admirar muito mais as mulheres negras da minha família, por que não fazia ideia do quanto elas já suportaram. Eu ainda não tinha suportado muita coisa como a minha família por ter nascido com o tom de pele mais claro. Meu pai, branco, me coloriu com um tom de pele diferente do da minha mãe. Infelizmente, parecer esteticamente com o meu pai, fez com que eu e minha mãe vivêssemos situações constrangedoras, com pessoas que não aceitavam que nós tivéssemos vínculo familiar. Me doeue acharem que minha mãe não tinha condições de me colocar no mundo.



Apesar disso, as mulheres negras que me rodeavam sempre foram bem-sucedidas, conseguiram seus espaços profissionais, todas trabalhavam fora, sem relatar maiores problemas para conseguir trilhar esse caminho. Porém, através da coleta de dados da pesquisa, percebi que minha família era privilegiada por tal feito. Eu vivo no mundo onde pessoas não são admitidas no emprego por sua pele escura, em contrapartida, outras são contratadas, exclusivamente, por sua beleza caucasiana, celestial. Não acreditei<sup>[3]</sup>.

Os depoimentos e relatos coletados na investigação são, quase sempre, impregnados de sofrimento e mágoas, marcas gravadas nas almas e nos corpos de pessoas cerceadas no desejo de serem quem realmente são e moldados para atendimento de um padrão socialmente aceito. Se considerarmos as condições concretas de vida dessas pessoas, talvez elas não tivessem tempo e nem oportunidades para serem essencialmente quem são.

Também é notório que a cor da pele é determinante na maneira como as pessoas se percebem, voltamos ao ponto em que é claramente perceptível que as pessoas buscam clarear suas almas e histórias, fugindo do escuro de sua pele, que remete a solidão, a marginalização e ao flagelo de seus ancestrais. Ter a pele mais clara, traços, hábitos e comportamentos mais “finos” representa ser mais “aceitável”, logo mascara-se sua identidade original, tenta-se ser o que não se pode, assume-se uma identidade que histórica, cultural e geneticamente não pode ser sua, porém, socialmente é a que é que esperada. Quem não quer ser linda? Quem não quer ser aceite?

Pensar na questão da identificação tem sido uma tarefa mais que querida, apesar de cansativa. Entender como uma pessoa visivelmente negra, acusa firmemente não ser é algo que tem nos exigido muita dedicação, apropriação da cultural brasileira e, principalmente, resiliência, para seguirmos com o estudo de algo tão perverso, subjetivo e naturalizado em nossa realidade.

---

3. Depoimento de uma das alunas pesquisadora voluntária.

## Referências

- Abreu, Janys (2015). *Os desafios de ser mulher e negra no Brasil*. Disponível em: <http://mulhereseemluta.blogspot.com.br/2015/07/os-desafios-de-ser-mulher-e-negra-no.html>. Publicado em julho de 2015. Acessado em: 20 de maio de 2016.
- Berger, Peter L. (2014). *A construção social da realidade: Tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes.
- Brito, Benilda e Nascimento, Valdecir (2013). *Negras (in)confidências. Bullying não. Isto é racismo*. Belo Horizonte: Mazza edições.
- Carneiro, Sueli (2011). *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro.
- Damatta, Roberto (1997). *Carnavais malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Damatta, Roberto (2014). Preconceitos, delitos e chacinas. *Jornal O Globo*: 45.
- Dumont, Louis (1970). *Homo Hierarchicus: o sistema de castas e suas implicações*. São Paulo: EDUSP.
- Gonçalves, Maria das Graças (2010). Subjetividade e negritude. *Revista do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira*, volume 12: 18-26.
- Nitahara, Akemi (2015). *Mulheres negras enfrentam problemas semelhantes na América Latina*. Disponível em: <http://www.ebc.com.br/cidadania/2015/07/mulheres-negras-enfrentam-problemas-semelhantes-na-america-latina>. Acessado em 15 de maio de 2016.
- Santos, Gevanilda (2009). *Relações raciais e desigualdades no Brasil*. São Paulo: Selo Negro.
- Santos, Gislene Aparecida dos (2004). *Mulher negra, homem branco*. Rio de Janeiro: Pallas.
- Tomazi, Nelson Dácio (2014). *Sociologia para o Ensino Médio*. Rio de Janeiro: Ed. Atual.

# PARTE VII

## **VIOLÊNCIA DE GÊNERO, SAÚDE E CORPO**



## **O enfrentamento à violência contra mulheres – universidade e redes**

*Rita Freitas*

*Nivia Barros*

### **RESUMO**

Esse artigo parte da pesquisa ativista e analisa o processo de revitalização da rede de enfrentamento à violência contra mulheres no município de Niterói, RJ, BR. Busca apresentar como o enfrentamento a esta violência encontra-se implicado à luta e organização das mulheres. Parte-se da noção de uma ecologia dos saberes, considerando que a universidade — a partir do Projeto de Extensão UFF Mulher — tem importante papel no estabelecimento de relações horizontais com a comunidade mais ampla. Pensar em um sistema de políticas para mulheres significa aprimorar formas de implementação, monitoramento e avaliação de políticas. Neste sentido, esse artigo visa contribuir para este debate, a partir do lugar que ocupamos: a universidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Violência contra Mulheres, Universidade, Redes, Ecologia dos Saberes

### **ABSTRACT**

This article is part of an activist research project to analyze the revitalization process of the network to fight violence against women in the municipality of Niteroi,

Rio de Janeiro, Brazil. This project seeks to show that the fight against such violence is associated with the struggle of women in creating organizations aimed at this purpose. In the philosophy of “the ecology of knowledges” —quoting the Project “UFF Mulher”— it is of crucial importance in establishing relationships with the community at large. Developing a system of policies for women could be crucial to improve the implementation, monitoring, and evaluation of such policies. This article aims at intensifying this debate from the perspective of graduate professionals who are actively in dealing with this issue at the university environment.

**KEY WORDS:** violence against women, university, networks, ecology of knowledges

### RESUMEN

Este artículo parte de la investigación activista para analizar el proceso de revitalización de la red de enfrentamiento de la violencia contra mujeres en el municipio de Niterói, RJ, BR. Busca presentar cómo el enfrentamiento de esta violencia se encuentra implicado en la lucha y organización de las mujeres. Partiendo de la noción de ecología de saberes, se considera que la universidad — a partir del Proyecto de Extensión UFF Mulher — tiene un importante papel en el establecimiento de relaciones horizontales con la comunidad más amplia. Pensar en un sistema de políticas para mujeres significa mejorar formas de implementación, monitoreo y evaluación de políticas. En este sentido, este artículo pretende contribuir para este debate desde el lugar que ocupamos: la universidad.

**PALABRAS-CLAVE:** Violencia contra Mujeres, Universidad, Redes y Ecología de Saberes

### Introdução

Este texto tece reflexões acerca da rede de enfrentamento à violência contra mulheres no município de Niterói — Rio de Janeiro, Brasil. Pauta-se em perspectiva da pesquisa ativista e origina-se de nossa inserção na Universidade Federal Fluminense (UFF). A pesquisa ativista pressupõe a não neutralidade, o comprometimento com os elementos estudados e a responsabilidade de devolutiva dos estudos e pesquisas junto a sociedade. Neste texto, nosso olhar se volta para o processo de revitalização da rede de enfrentamento a violência contra a mulher, buscando-se pensar nosso próprio engajamento nesse processo.

Niterói apresenta contradições notórias: possui uma estrutura das classes mais abastadas, mantendo, contudo, bolsões de pobreza; convive com a representação de ser uma cidade provinciana, mas também possui a peculiaridade de ser uma cidade com intensa mobilização e participação política tanto no viés conservador quanto no de vanguarda política. Na questão dos direitos das mulheres possui uma história de intensa mobilização que fez com que a cidade fosse uma das primeiras, no Brasil, a possuir uma Delegacia Especial de Atendimento à Mulher Vítima de Violência (DEAM), nos anos 1980. Contudo, ao mesmo tempo em que mantém um forte movimento de mulheres, por outro lado, encontra-se ações de mulheres conservadoras das camadas médias e altas atreladas a grupos de elite cristãs.

Além disso, podemos dizer que Niterói é uma cidade que conta com um aparato razoável de proteção à mulher em decorrência exatamente da pressão desses movimentos progressistas. Em 2003, tivemos a criação da Coordenação dos Direitos das Mulheres de Niterói (CODIM) que tem como objetivo, promover políticas públicas de atenção às mulheres. Em 2008, conseguimos reorganizar o Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres de Niterói. O município já teve um Fórum de Mulheres e conta ainda na Ordem dos Advogados do Brasil, a sessão “OAB Mulher”, Programa SOS Mulher (no Hospital Universitário Antônio Pedro), um Centro de Atenção à Mulheres Vítimas de Violência, o Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, o Departamento de Supervisão Técnica- Metodológica (DESUM) e outras instituições na área da saúde e da assistência – que não podemos enumerar todas. Porém todo esse aparato não dá conta, é verdade, das demandas de um município com uma população estimada em 487.562 habitantes, sendo destes, 225.838 mulheres.

A rede de enfrentamento e atendimento à mulher em situação de violência possui uma história que data dos anos 1980. Contudo, passou por momentos de refluxos. Fomos convidadas para participar de sua reconstrução e de construção de um fluxo de atendimento para o município. Avaliamos, de acordo com a perspectiva de uma pesquisa ativista, que seria importante acompanhar esse processo. Nesse sentido, não se traz aqui exatamente o resultado de uma pesquisa, mas reflexões advindas de um caminhar conjunto entre a universidade e a sociedade. Nesse sentido, nossa participação se dá a partir de nossa inserção como professoras da UFF. Partindo da noção de uma ecologia dos saberes, no sentido descrito por Santos (2007), considera-se que a universidade tem importante papel

a contribuir no estabelecimento de relações mais horizontais com a comunidade mais ampla. Por outro lado, temos como pressuposto que a complexidade dos processos de violência contra as mulheres, só pode ser compreendida a partir de uma prática e atuações interdisciplinares, interseccionais e intersetoriais. Nesse sentido, a participação da UFF nesses caminhos, a partir das ações do Programa UFF Mulher<sup>[1]</sup> — que envolve práticas extensionistas e de pesquisa — reitera a importância dessa troca de saberes e da perspectiva ativista na pesquisa. Busca-se assim perceber a presença de canais de comunicação e interação entre a sociedade e as instituições envolvidas; assim como a abertura para a participação e controle social das políticas e programas, conforme é preconizado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM). Entendemos que pensar em políticas para mulheres significa aprimorar formas de implementação, monitoramento e avaliação de políticas. Neste sentido, esse artigo visa contribuir para este debate, a partir do lugar que ocupamos: a universidade.

Para este texto, além do aprofundamento bibliográfico, realizamos pesquisa documental e buscamos ouvir os participantes dessa rede, onde nós mesmas, enquanto representantes de uma instituição — mas também como mulheres e feministas — nos inserimos, enquanto pesquisadoras. Esse processo contou com a participação em reuniões e conferências, assim como o contato com mulheres militantes das diversas instituições que compõem a rede. Nunca é demais ressaltar que essa participação e envolvimento se, por um lado nos facilita e abre caminhos; contudo, faz com que tenhamos sempre a preocupação em proporcionar distanciamento para que possamos olhar de forma crítica a realidade analisada. Para a construção desse texto, optamos, num primeiro momento, por tecer algumas considerações mais gerais para, depois, nos debruçarmos mais especificamente no município estudado.

## **1. Adentrando no tema e conhecendo um pouco mais a sociedade brasileira**

O debate sobre gênero tem sido fundamental em nossos estudos e deve ser entendido, conforme Louro (1996), como uma construção histórica que supõe pluralidades. Gênero pode ser entendido enquanto um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e também como uma forma primeira de significar as relações de poder (Scott, 1990). É preciso não per-

---

1. O programa iniciou suas atividades em 2010 e conta com o apoio do Edital Proext Mec/Sesu.



der de vista a afirmação de Michel Foucault (1986) de que o poder circula; este não atua apenas oprimindo ou dominando, mas opera de forma imediata em sua construção. Como afirmam Aran e Peixoto Júnior (2010, p. 132), “não haveria uma regulação anterior ou autônoma em relação ao gênero, pois, ao contrário, o sujeito gendrado só passa a existir na medida de sua própria sujeição às regulações”.

Como propõe Judith Butler (2003) é imprescindível recuperar a perspectiva relacional que deve caracterizar os estudos de gênero. Este não pode ser entendido como um estudo sobre a mulher. Butler (2003) problematiza, também, a distinção entre sexo e gênero; para esta autora, o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza. Dessa forma, nega uma visão naturalizante também do sexo; para se compreender analiticamente o gênero é imprescindível que se entenda o corpo e sexo como construção — fato também enfatizado por Louro (2008).

Outra dimensão importante de ser destacada diz respeito às discussões possibilitadas pela teoria *queer*<sup>[2]</sup>. Uma questão central nessa teoria é a contestação não apenas da divisão binária de gênero, mas de uma heteronormatividade compulsória que marca nossa sociedade, que tem como sua representação máxima o indivíduo homem, branco, ocidental e jovem. Importante nesse pensamento para este estudo é a contextualização dessa heteronormatividade que tem como corolário, a homofobia, mas também a misoginia — e, portanto, as formas de violência contra mulheres.

Uma de suas principais vantagens teórico-metodológica na utilização do conceito de gênero está na necessária transversalidade que o caracteriza. Fazer uma análise a partir do gênero significa abertura para uma ampla gama de variações culturais buscando captar as vozes de mulheres e homens, negros, brancos, indígenas, jovens, crianças e velhos, ricos, pobres, camadas médias, heterossexual ou homossexual. É neste sentido que a transversalidade — ou a interseccionalidade — deve caracterizar o conceito<sup>[3]</sup>.

Duarte e Oliveira (2012) vão afirmar também que a violência doméstica não deve ser analisada tendo em conta somente a categoria gênero ou mesmo a luta contra o patriarcado. Sem questionar a importância desses aspectos, as autoras contestam sua exclusividade. Partindo da teoria de interseccionalidade, argumentam que as mulheres são vítimas de diferentes formas de opressão (como a raça, a etnia, a classe social, o gênero e a orientação sexual). Dessa forma, Duarte

2. Para uma melhor aproximação a essa teoria, cf. Roseneil (2006) e Louro (2008), entre outros.

3. Cf. Topa (2010).

e Oliveira (2012), seguindo a linha de estudos traçadas por Nancy Fraser afirmam que além do apoio, da busca de fortalecimento das mulheres, seria necessária também uma política de reconhecimento cultural, pois as mulheres “são confrontadas, não apenas com discriminação com base na desigualdade de gênero, mas também com barreiras étnicas e racistas da sociedade de acolhimento” (p. 234). Por isso, a necessidade de uma “política de reconhecimento cultural”<sup>[4]</sup>.

No âmbito da violência contra mulheres, a contribuição de Bourdieu (1999) a respeito da dominação masculina e da violência simbólica também nos ajuda a compreender como, através do processo educativo, as construções sociais se inscrevem no corpo e se tornam sistemas de disposições, daí a noção de “habitus”. A dominação masculina enquanto um processo que atinge homens e mulheres é central para entendermos a violência de gênero. Com este termo nos referimos à ações violentas (contra homens ou mulheres) praticadas por homens e mulheres que tenham origens em uma discriminação a partir dos papéis de gênero. Essa violência é fruto de uma sociedade que tem a heterossexualidade compulsória como referência.

Vale ressaltar que esse tipo de violência visa calar o diferente; aqueles que fogem aos padrões socialmente construídos e, que por isso, não pode ser entendida apenas enquanto violência doméstica, pois muitas vezes (principalmente no caso de prostitutas e população LGBTQ) ocorrem nos espaços públicos. Contudo, umas das maiores tensões — e motivo de sua invisibilidade — da violência contra as mulheres é que esta ocorre na maior parte das vezes dentro de casas. Waiselfisz (2012) nos mostra que nos últimos 30 anos foram assassinadas no Brasil acima de 92 mil mulheres, 43,7 mil só na última década. O número de mortes nesse período passou de 1.353 para 4.465, o que representa um aumento de 230%, mais que triplicando o quantitativo de mulheres vítimas de assassinato no país. Vale destacar que entre os homens, só 14,3% dos incidentes acontecem em suas casas — para as mulheres essa proporção sobe para 41%, o que mostra a forma “privatizada” dessas mortes (Waiselfisz, 2012). Contudo, temos que ter clareza que esses números apresentam uma pequena parcela — a ponta de um iceberg — que chega a denunciar a violência sofrida.

---

4. Fraser enfatiza, em suas reflexões que as políticas de redistribuição e de reconhecimento não devem ser mutuamente excludentes: “não há nenhuma necessidade de apresentar uma escolha entre a política da redistribuição e a política do reconhecimento” (2007, p. 136).

Contudo, ainda que a violência de gênero aconteça, na maioria dos casos, nos espaços domésticos, isso não pode obscurecer sua face pública (Saffioti, 1999). Por outro lado, a violência doméstica abarca também, a violência contra crianças e adolescentes (da qual as mulheres são as maiores protagonistas), bem como a violência contra idosos e mesmo aos homens — embora a violência sofrida pelas mulheres numericamente se destaque. Optamos por trabalhar com o conceito de Violência contra Mulheres porque compreendemos que este tem a positividade de enfatizar o alvo contra o qual a violência (de gênero) é mais potencialmente dirigida — ou seja, as mulheres (hetero ou homossexuais) que deveriam ser os sujeitos fundamentais na hora de se pensar mecanismos de proteção social à violência contra estas. A compreensão é de trabalhar com esse conceito não para enfatizar o “objeto”, mas um dos sujeitos dessa relação — tendo por pressuposto seu entendimento enquanto violência de gênero, e as dimensões domésticas, íntimas e intrafamiliares que pode adquirir.

O que se pretende é exatamente insistir nessa dimensão: não se trata de um problema individual, de um problema psicológico, ou de responsabilidade das famílias ou das próprias mulheres. E uma das principais dificuldades é romper a marca da naturalização dessas desigualdades que preside as práticas e discursos dentro das próprias instituições criadas para lidar com essas mulheres, já profundamente vulnerabilizadas. O fato é que, como afirma Pateman (2010, p. 30), “tem sido mais fácil concretizar reformas jurídicas e políticas — embora ainda haja um longo caminho a percorrer em termos globais — do que mudanças nas práticas sociais, nas crenças e atitudes e nas concepções de masculinidade e feminilidade”.

É importante enfatizar também que não trabalhamos numa perspectiva dicotomizante e, neste sentido, evitamos cair nos estereótipos do homem como agressor e das mulheres como necessariamente vítimas — é importante retirar a exclusividade da violência do âmbito das relações afetivas heterossexuais como também do polo masculino. Mesmo reconhecendo que estatisticamente é mais alto o número de mulheres vítimas de violências, tal perspectiva nos possibilita perceber a mulher como um sujeito ativo na relação, e reconhecer as violências praticadas também por mulheres.

A violência contra mulheres é definida como “qualquer ato ou conduta baseada no gênero que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher” (Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher — Convenção de Belém do Pará, 1994, Artigo I). Essa mesma de-

finição está presente na Lei 11.340 de 7 de agosto de 2006 — conhecida como “Lei Maria da Penha<sup>[5]</sup>”, que em seu artigo cinco, amplia essa definição ao incluir que essas condutas ou ações podem ocorrer no âmbito público ou privado.

Importante destacar o modo como podemos visualizar na construção e implementação dessa lei a importância dos movimentos e organizações de mulheres:

Assim como as Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres surgiram por proposição do movimento feminista e de mulheres, a Lei Maria da Penha é também originária desse mesmo movimento, que há muito criticava o tratamento legal dispensado pelo sistema de justiça às mulheres em situação de violência doméstica (Brasil, 2010, p. 15).

Esta lei foi iniciativa de um consórcio de ONGs feministas (Advocaci, Agende, Cepia, Cfemea, Cladem e Themis), responsável pela elaboração do anteprojeto que foi entregue à SPM e discutido com a sociedade civil antes de ser encaminhada ao Congresso Nacional.

É importante enfatizar que esta Lei inova também ao definir os tipos de violência doméstica e familiar contra mulheres: além da violência física, psicológica e sexual, acrescenta, ainda, a violência patrimonial e a violência moral. Contudo, poderíamos acrescentar a perspectiva da violência institucional. A prática profissional prestada no atendimento de qualidade à população exige, no mínimo, que essas mulheres não sofram novas vitimizações. Isto significa que os serviços devem ser prestados de maneira coordenada, para que haja atendimentos adequados e não se permita que as mesmas fiquem perambulando por diferentes instituições até que sejam atendidas. O Ministério da Saúde (Brasil, 2003) define violência institucional como aquela praticada nas instituições prestadoras de serviços públicos (como hospitais, postos de saúde, escolas, delegacias, judiciário) perpetrada por agentes que deveriam proteger as mulheres vítimas de violência

---

5. Esta lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar. Recebeu o apelido de Maria da Penha em homenagem à biofarmacêutica que foi vítima de violência doméstica, praticada por seu próprio marido. Este foi julgado duas vezes pela justiça brasileira e apenas vinte anos após a denúncia é que foi preso. Em 1998, Maria da Penha denunciou o caso junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos — órgão da OEA. O Brasil foi condenado por aquele tribunal. A criação desta lei e o nome de Maria da Penha como uma forma de homenagem foi a maneira como o Brasil respondeu a essa condenação e às reivindicações dos movimentos feministas brasileiros.

garantindo-lhes uma atenção humanizada, preventiva e também reparadora de danos<sup>[6]</sup>.

Não se pode negar o avanço na intervenção governamental no tocante ao desenvolvimento de políticas que atuam na eliminação das desigualdades de gênero — meta também existente nas “Metas do Milênio” da ONU, mas tais avanços sofrem, neste último ano, sério refluxo<sup>[7]</sup>. Assim reafirmamos que a implementação de políticas eficazes de combate e enfrentamento à violência contra a mulher requer interesse político, organização e a consolidação de uma rede de atendimento à essa mulher.

Até a criação da SPM, em 2003, a política de proteção à mulher vítima de violência era centrada nas DEAMs e Casas-Abrigos. O advento da SPM deu um novo impulso com a proposta de criação de uma Rede de Atendimento e a criação de novos serviços. Além disso, tivemos a realização de Conferências Nacionais e Planos Nacionais de Políticas para Mulheres<sup>[8]</sup>. Outro marco, neste sentido, foi a já referida Lei 11.340.

O Documento “Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres” (Brasil, 2011b) define rede de enfrentamento como uma atuação articulada envolvendo a comunidade e instituições e serviços, públicos ou não, “visando ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção e de políticas que garantam o empoderamento das mulheres e seus direitos humanos, a responsabilização dos agressores e a assistência qualificada às mulheres em situação de violência”. Ou seja,

- 
6. A violência institucional não atinge apenas as mulheres, devemos enfatizar, mas a forma como atinge essa população tem nitidamente presente a noção de gênero. Basta pensar nos dados da violência obstétrica, ou ainda, na saúde das mulheres negras (articulando, dessa forma a questão do gênero e raça).
  7. É importante salientar que essas políticas tiveram impulso e expansão nas gestões governamentais do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva (na gestão de 2003/2006 e na de 2007/2010) e da ex-presidenta Dilma Rousseff (que teve início em 2011). O recrudescimento de uma política ultra neoliberal teve seu auge em 2016 com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff e a posse de Michel Temer. O o atual momento de crise econômica e política e as recentes medidas governamentais de ajuste fiscal apontam para um cenário de grande incerteza e de novos direcionamentos às políticas sociais brasileiras. Por isso, entendemos que pesquisas mais aprofundadas sobre os caminhos percorridos (e a serem percorridos) pelas políticas sociais no Brasil sejam de extrema importância e relevância no atual cenário – especialmente em relação a proteção social à mulheres e população LGBTT. Neste momento, a interlocução e a mobilização envolvendo diferentes instituições, movimentos e indivíduos se fazem ainda mais necessário
  8. Que tem como corolário, o estabelecimento das conferências estaduais e municipais e seus respectivos planos.

essa rede vai trabalhar na perspectiva de articulação entre as esferas primárias e secundárias<sup>[9]</sup>, incluindo neste sentido ações estatais e não estatais.

A justificativa para a constituição de uma rede de enfrentamento se encontra no entendimento da complexidade e do caráter multidimensional da violência contra as mulheres, uma vez que este problema perpassa por diversas áreas: saúde, educação, segurança pública, assistência social, justiça, e cultura, entre outros. Para o enfrentamento da violência contra a mulher destacam-se as seguintes instituições: as DEAMs, os Núcleos de Atendimento à Mulher nas delegacias comuns, os Centros de Referência de Atendimento à Mulher, as Casas-Abrigos, os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, as Varas Adaptadas de Violência doméstica e Familiar, as Promotorias Especializadas ou Núcleos de Gênero do MP (Ministério Público), os Serviços de Responsabilização e Educação do Agressor, os Núcleos ou Defensorias Especializadas de Atendimento à Mulher.

Contudo, na construção dessa rede, o que cabe a universidade? Partimos do pressuposto que a universidade deve ser um sujeito nesse processo e que tem uma contribuição a partir de seu lugar específico. Aprendemos com Foucault (1986) que o saber é poder. É neste sentido que entendemos que nosso saber, o conhecimento produzido pela universidade deve estar calcado na sociedade mais ampla, em suas demandas, e que este conhecimento tem que ser devolvido à esta sociedade. É sobre essas questões que nos voltaremos no próximo item.

## **2. E a Universidade? Pensemos nosso papel e a experiência da cidade de Niterói**

É importante falar sobre a relação universidade e sociedade — um tema central neste texto. A universidade é estruturada em cima do tripé ensino-pesquisa-extensão e para que se mantenha de pé, é fundamental que esses pés estejam devidamente estruturados. O que, lamentavelmente, às vezes não acontece e a gente tem visto que as universidades como um todo tem priorizado mais a pesquisa e o ensino, ocupando a extensão um lugar secundário. Mas é essa “perna” que dá “vida” a universidade, e possibilita a construção e o repasse do saber acumulado, podendo ser um canal de escuta de suas demandas. Dessa forma, a extensão deve ser vista como um trabalho necessariamente interdisciplinar, pois congrega não apenas diferentes perspectivas teóricas, mas também a possibilidade de uma interface entre o saber acadêmico e o saber tido como popular.

---

9. Acerca dessas definições de redes secundárias e primárias, cf. Castel (1998).

Aqui nos aproximamos da reflexão acerca da ecologia de saberes, tal como definida por Santos (2007). Deve-se entender tal conceito tendo por pressuposto o necessário reconhecimento da pluralidade de conhecimentos — e práticas sociais — existentes (e não vinculados apenas à ciência moderna ou a universidade). Dada a inesgotável diversidade — inclusive epistemológica — que caracteriza o mundo, o conhecimento também só pode ser alcançado por tipo de conhecimento/saber que busque estabelecer diálogos entre diferentes saberes e diferentes sujeitos.

A UFF é uma das universidades mais imersas na cidade que a acolheu. E vemos isso como uma de suas virtudes: esbarrar aqui e ali com prédios da universidade, com a casa do estudante, com seus campi, com os estudantes imersos nesses prédios e nos barzinhos ao redor... Mas essa relação já foi mais forte e entendemos como uma de nossas prioridades a retomada desse espaço e de um diálogo — e ações — conjuntos.

Podemos dizer que a história da cidade não está descolada desta universidade. Analisando o histórico das lutas sociais Arruda (2005) aponta que mesmo que a UFF não estivesse presente diretamente nos movimentos sociais que eclodiram na cidade, o fato de professoras da instituição estar presentes nesses movimentos, fez com que a Universidade tivesse uma representação significativa na luta dessas mulheres.

As professoras e pesquisadoras da Universidade participam da construção da rede de enfrentamento a violência no município, pois essa rede é fruto do intenso movimento protagonizado pelas mulheres de forma local, mas que se inscreve em uma luta mais geral construída historicamente. Pensar nas questões das mulheres (tudo necessariamente no plural, pois são muitas as questões e muitas as mulheres) é pensar numa temática extremamente complexa. O entendimento — e enfrentamento — dessa complexidade envolve saberes e práticas diferenciadas e a pesquisa ativista. Requer que recorramos ao envolvimento de diferentes esferas governamentais e diferentes áreas de intervenção.

Podemos, a princípio, definir redes sociais como a articulação de diferentes atores a partir do estabelecimento de valores e objetivos comuns<sup>[10]</sup>. Depende do ambiente onde se forma e atua, da cultura política dos membros e, em especial, da cultura política dos facilitadores e dos objetivos compartilhados. Buscando evitar

---

10. Muitas vezes, o termo redes aparece como uma espécie de panaceia universal que pode ser utilizada para tudo. Nesse sentido, o perigo é as redes funcionarem também como uma cilada. A mesma rede que protege pode nos prender.

práticas de controle social, a construção de redes de atendimento é importante para a elaboração e operacionalização de políticas por aglutinar diversos atores na arena da discussão. Essas redes podem se espalhar de diversas formas: geograficamente, tematicamente, institucionalmente, de forma informal ou formal, ou uma mistura destas. Entendemos que as redes sociais não devem possuir um centro hierárquico, caracterizando-se como uma realidade horizontalizada composta por uma multiplicidade de elos e centros. É um tipo de articulação que envolve instituições, movimentos, ações globais e locais e indivíduos — são estes que dão “vida” a essa realidade. Talvez essa seja uma de suas principais dificuldades, considerando que existimos numa sociedade marcada pela fragmentação dos saberes e o fortalecimento das diferentes disciplinas como fontes de saber e de poderes<sup>[11]</sup>. Essa perspectiva está conseguimos observar na realidade observada<sup>[12]</sup>, onde as mulheres conseguem dialogar a partir de suas demandas — mulheres da saúde, da assistência, da cultura, mulheres negras, brancas, pobres, ricas, acadêmicas, de comunidades, homossexuais e heterossexuais.

Freitas (2002) entende redes de solidariedade e reciprocidade como “a formação de uma agenda de valores”. Entendemos que a noção de solidariedade (desde que pensada como um componente político) atuou como uma representação social arquitetada por muitas mulheres, que em nome de algumas questões (como a maternidade, a violência contra as mulheres, a saúde, trabalho, política, etc.) conquistaram a esfera pública para dar visibilidade a suas causas, politizando os seus cotidianos.

O Estado é um sujeito fundamental. A intersetorialidade precisa ser um elemento central na hora de pensarmos políticas para mulheres. Uma vez que essa área abrange diferentes temáticas, o seu enfrentamento também só é possível abrangendo ações interdisciplinares e intersetoriais — que envolve não apenas o diálogo ou o trabalho simultâneo entre os atores, mas também a busca por resultados integrados e a troca de saberes. Esquemáticamente, isso significa, minimamente, a presença de canais de comunicação e interação entre as instituições envolvidas; a abordagem complexa dos problemas e relações sociais; abertura para a

---

11. Cf. Castells (1999). Neste livro, o autor estuda a sociedade atual, mapeando um cenário repleto de tecnologias de informação e comunicação. As redes podem atuar como instrumentos que conectam ou desconectam indivíduos, grupos, regiões, ou países. Se isso pode possuir — e de fato, possui — um alto grau de centralização e de controle social, pode ser também, contraditoriamente, um mecanismo de construção de resistências e lutas.

12. Numa perspectiva de observação participante.



participação e controle social das políticas e programas; existência de definições claras e flexíveis sobre as ações a serem desenvolvidas e os responsáveis primários e secundários por elas.

Pensar num sistema de políticas para mulheres significa pensar em aprimorar formas de implementação, monitoramento e avaliação de políticas — e, neste sentido, a universidade pode ter um importante papel a cumprir. Dessa forma, outra dimensão que destacamos é a possibilidade de criação de dados acerca da vida das mulheres — outro espaço que temos muito a contribuir. A Conferência Municipal de Políticas para mulheres (da qual fomos representantes da academia) definiu como estratégia exatamente a retirada da violência contra as mulheres da invisibilidade e para isso, dados são elementos cruciais. Na verdade, não apenas a violência contra as mulheres, mas também a saúde das mulheres, as condições de trabalho, as formas como se inserem na política, o enfrentamento das formas de homofobia.

A 4.<sup>a</sup> Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres teve como um de seus objetivos “o fortalecimento dos organismos governamentais de políticas para as mulheres e dos movimentos feministas e de mulheres nos estados e municípios”. O próprio documento que referenciou as conferências municipais e estaduais desse ano apontou para a necessidade de construção de mecanismos nas três esferas de governo.

É algo que temos que ter bem claro: a necessidade de ações horizontais envolvendo a realidade mais próxima e o município é efetivamente o lugar onde as coisas acontecem. E devemos pensar aqui numa horizontalidade que se estabeleça em rede envolvendo os diferentes atores; mas também de que tenhamos ações verticalizadas, envolvendo a aproximação e a pactuação entre as diferentes esferas do governo. As questões das mulheres perpassam diferentes campos e políticas. É um tema que envolve a secretaria de assistência, mas também da saúde, educação, cultura, habitação, e outras que devem sentar para conversar<sup>[13]</sup>. Trata-se de uma questão necessariamente transversal e que demanda respostas transversalizadas.

Mas não adianta traçar projetos ou criar legislações sem preparar os profissionais para lidar com essas temáticas, desnaturalizando a violência ou os papéis familiares e de gênero introjetados no nosso dia a dia — por isso, a importância da

---

13. O Enfrentamento da Violência contra as mulheres se consolida como um eixo intersetorial e prioritário no campo das políticas voltadas para as mulheres (Brasil, 2011).

formação política/profissional (e aqui a participação da UFF tem sido fundamental em nosso município). Tais considerações sinalizam uma mudança de enfoque em relação à necessidade de se definir novas formas de gestão, onde a intersectorialidade possa se exercer de forma plena, mas que também contemple a construção de canais de comunicação com a sociedade civil.

A existência de reuniões no interior do município de Niterói, organizada pelo seu principal órgão, a CODIM, é um elemento diferencial, pois entendemos que esse órgão tem a função de ser catalisador — o que não caracteriza uma hierarquia. É o órgão que mais capacidade tem de coordenar as ações. O fato de haver o desejo de estruturar essa rede, por parte das mulheres é fundamental. Tais reuniões envolvem diferentes setores municipais, mas também universidades e movimentos organizados. Lidar com essas diferentes demandas não é uma tarefa fácil. Trata-se de um campo em disputa; este é um campo de lutas — ainda que partamos de um objetivo comum. O fato de se estar construindo práticas afetuosas e respeitadas é altamente positivo, mas não vai impedir a disputa de poder que caracteriza esses processos. Aprender a lidar com isso é um aprendizado a ser partilhado por todas nós e as divisões se fazem presentes: geracionais, político-partidárias, e mesmo alguns preconceitos podem ser percebidos.

Pensando nos espaços institucionais, é crucial entender que num cotidiano conflituoso e também marcado por relações de poder, reservar um espaço para o estabelecimento dessas reuniões — que demandam tempo — não é uma atividade fácil. Ainda mais num tempo onde o produtivismo e a burocracia aparecem como a moeda corrente — e a cobrança em cima das profissionais é constante. Não temos dúvida que as redes sociais funcionam graças às instituições que as compõem; mas essas instituições ganham vida a partir das pessoas que a constroem diariamente. Cuidar dessas pessoas — assim como capacitá-las para essa discussão de gênero, mas também para a abertura para um diálogo entre elas e com a sociedade civil organizada — é outro desafio.

Entendemos ser importante existir uma interação entre o governo e a sociedade para a formulação das políticas públicas. Estas são conceitualmente decisões de governo, e traduzem ideias de valor, alocação de recursos, distribuição de bens ou serviços como também regulam as relações entre as pessoas. A articulação Estado e movimentos sociais é uma demanda atual, mas temos que ter a preocupação de não misturar a ação entre esses dois setores. O Estado tem uma parte importante na formulação e implementação das políticas públicas, mas este não

é capaz de manter a rede sem a sociedade civil. Freitas (2013, p. 65) aponta três grandes preocupações neste sentido:

Esse tipo de financiamento e gestão pode trazer grandes problemas: primeiro, por agregar diversas instituições nem sempre partícipe de referenciais não estereotipados; segundo porque retira a autonomia dessas mesmas instituições, uma vez que o Estado passa a ser o empregador; além disso, o fato das políticas com mulheres terem se transformado em objeto de financiamento, faz com que muitas instituições sem capacidades entrem nessa área.

Essas são questões que nos preocupam e que merecem ser alvo de discussão. Contudo, não podemos deixar de apontar como positivo o fato de que em Niterói estamos conseguindo sentar para discutir. A cidade tem uma história e, neste momento, se escreve outra fase. Os efeitos desse fenômeno só poderão ser analisados de forma plena com o correr do tempo, mas analisar esse momento inicial já nos traz algumas questões que, se não podem ser generalizadas, servem para repensarmos esse processo.

### **Considerações finais**

Sempre enfatizamos que preferimos o termo considerações à conclusão, pois entendemos que essas reflexões embora estejam terminadas, não estão — talvez nunca estejam — concluídas. Nosso projeto vem, historicamente, não apenas estudando essa temática, mas também tecendo vínculos com a luta e organização das mulheres na cidade<sup>[14]</sup>; por isso, foi fundamental pensar em termos de uma ecologia dos saberes. A violência contra as mulheres só pode ser enfrentada a partir de uma prática e atuações interdisciplinares, interseccionais e intersetoriais. E a participação da Universidade Federal Fluminense nesses caminhos, a partir do cotidiano que vivenciamos pode proporcionar o diálogo e o trabalho conjunto, bem como a construção de resultados integrados, promovendo a troca entre os diferentes tipos de saberes, “acadêmicos” e “populares” e a consolidação de uma pesquisa ativista — com todas as dificuldades que essas relações podem trazer.

---

14. O reconhecimento adquirido por nosso grupo é perceptível ao avaliarmos as atividades que somos convidadas a participar, como por exemplo, a organização da Conferência Municipal, onde também participamos como delegadas. Fomos representantes, igualmente, na Conferência Estadual. E, é importante destacar que fomos convidadas para participar da organização da Conferência Livre das Mulheres Negras, em Niterói, e do Movimento de Mulheres de São Gonçalo, cidade vizinha.

Acreditamos que a igualdade de gênero é, antes de tudo, um direito humano. As dificuldades de enfrentamento são muitas. Profissionais de diversas áreas se deparam cotidianamente com esta dura realidade e, além de sofrerem o impacto que a situação de violência provoca, se defrontam com a precariedade de recursos em seu serviço. Neste momento de grandes retrocessos sociais e políticos, estar em rede tem significado também um espaço de fortalecimento num cotidiano de grande desânimo. Estar junto a esses profissionais tem significado a possibilidade de um aprendizado fundamental. Não se trata, é importante ressaltar, de falar por eles ou de dar a voz. Elas falam e falam muito e falam com propriedade, pois vivenciam no seu dia a dia os impasses e conflitos cotidianos para a construção dessa rede. Apostamos, assim, na importância de um estudo — e práticas sociais — que se volte para captar o olhar, ouvir as vozes dos diferentes sujeitos, agentes da formulação e da implementação das políticas. Tem sido um grande exercício para nos repensar como professoras e militantes. Nossa observação aponta que, neste tempo de adversidades, essas mulheres (onde nos incluímos) estão conseguindo sentar para pensar a construção de políticas para mulheres, políticas que sejam marcadas por viés de gênero. É um avanço que se encaminhará, acreditamos, para um aprendizado cada vez maior em repensar prioridades e práticas de negociação com outras mulheres, outras demandas.

## Referências

- Arán Márcia e Peixoto, C. (2007) Subversões do desejo: sobre gênero e subjetividade em Judith Butler. *Cadernos Pagu* 28: 129-147.
- Arruda, Aparecida (2005) “Mulheres e violência: memórias e lutas na cidade de Niterói”. *Dissertação de mestrado em Política Social*. Niterói: Universidade Federal Fluminense.
- Bourdieu, Pierre (1999) *A dominação masculina*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Brasil Ministério da Saúde (2003) *Violência Intrafamiliar. Orientações para a Prática em Serviço*. Cadernos de Atenção Básica, nº 8.
- Brasil (2010) Norma Técnica de Padronização das Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres-DEAMs. Brasília: Ministério da Justiça.
- Brasil (2011) Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres/Presidência da República.
- Brasil (2011b) Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres/Presidência da República.

- Butler, Judith (2003) *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- Castel, Robert (1998) *As metamorfoses da questão social: a crônica do salário*. Petrópolis: Vozes.
- Castells, Manuel (1999) *O Poder da Identidade*. São Paulo: Paz e Terra.
- Duarte Madalena e Oliveira A. (2012) Mulheres nas margens: a violência doméstica e as mulheres imigrantes. *Sociologia Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 23: 223-237.
- Foucault, Michel (1986) *Microfísica do poder*, Rio de Janeiro: Graal.
- Fraser Nancy (2007) Reconhecimento sem ética? *Revista Lua Nova* 70: 101-138.
- Freitas Rita (2002) Em nome dos filhos, a formação de redes de solidariedade – algumas reflexões a partir do caso Acari. *Revista Serviço Social e Sociedade* 1 (71): 80-101.
- Freitas Rita (2013) Relatório Final do Projeto de Pesquisa “Famílias, violência contra as mulheres, gênero e proteção social”. Coimbra: Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.
- Louro, Guacira (1996) Nas redes do Conceito de Gênero. In Lopes M. et al (orgs.) *Gênero e Saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Louro, Guacira (2008) *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Pateman Carole (2010) Garantir a cidadania das mulheres: A indiferença e outros obstáculos. *Revista Crítica de Ciências Sociais* 89: 29-40.
- Roseneil Sasha (2006) Viver e amar para lá da heteronorma: Uma análise queer das relações pessoais no século XXI. *Revista Crítica de Ciências Sociais* 76: 33-51.
- Saffioti Heleieth (1999) O estatuto teórico da violência de gênero. In: Santos J. (org.) *Violência em tempo de globalização*. São Paulo: Hucitec.
- Santos, Boaventura (2007) Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Revista Novos Estudos* 79: 71-94.
- Scott Joan (1990) Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade* 16(2): 5-22.
- Topa Helena (2010) No arco-íris também há roxo: Violência conjugal nas relações lésbicas. *LES Online* 2(1): 13-21.
- Waiselfisz, Júlio (2012) *Mapa da Violência 2012. Atualização: Homicídio de Mulheres no Brasil*. Rio de Janeiro: CEBELA/FLACSO.

### Legislação consultada

- Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm) (acedido em 14 de julho de 2016).



## **Relações de gênero e violência: estratégias de resistência por parte de um grupo de mulheres da favela da Mangueirinha na Baixada Fluminense**

*Antonio Carlos de Oliveira\**

*Luciana Moreira de Araujo\*\**

### **RESUMO**

Este artigo apresenta uma análise de estratégias de resistência por parte de mulheres em situação de violência de gênero, moradoras de território periférico no Rio de Janeiro/Brasil. O acesso a suas histórias se deu por meio de entrevistas narrativas, analisadas a partir da tríade de conceitos *habitus* — capital cultural — campo, e estudos de gênero, violência e família. Os resultados denotam a existência de formas de enfrentamento à violência de gênero, a partir de estratégias construídas pelas mulheres no contexto sociocultural de que fazem parte, possibilitando o questionamento de explicações essencialistas, binárias e judicializantes.

**PALAVRAS-CHAVE:** relações de gênero, violência, estratégias de resistência, mulheres, favela.

---

\*Psicólogo (UERJ); Mestre em Psicologia Clínica (PUC-Rio); Doutor em Serviço Social (PUC-Rio); Professor do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio; email: antoniocarlos@puc-rio.br.

\*\*Assistente social (UFF); Especialista em Gênero, Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/IMS/UERJ); Mestre em Serviço Social (PUC-Rio); Doutoranda em Serviço Social (PUC-Rio); e-mail: lma17rj@gmail.com.

**ABSTRACT**

This paper presents an analysis of resistance strategies by women in gender violence situation, who are residents of peripheral territories in Rio de Janeiro/Brazil. The access to their stories was made by narrative interviews, analyzed through the concept triad of *habitus* — cultural capital — field, and studies of gender, violence and family. The results show that there are ways of coping with gender violence, as from strategies built by women in the sociocultural context they belong to, allowing the questioning of essentialist, binary and judicializing explanations.

**KEYWORDS:** gender relations, violence, resistance strategies, women, slum.

**RESUMEN**

Este trabajo presenta un análisis de las estrategias de resistencia de las mujeres en situación de violencia de género, residentes en el territorio periférico de Rio de Janeiro/Brasil. El acceso a sus historias ocurrió por medio de entrevistas narrativas, analizadas desde la tríada de conceptos de *habitus* — capital cultural — campo, y estudios de género, violencia y familia. Los resultados muestran que hay maneras de hacer frente a la violencia de género, por medio de estrategias construidas por mujeres en el contexto sociocultural al que pertenecen, lo que permite el cuestionamiento de explicaciones esencialistas, binarias y judicializantes.

**PALABRAS CLAVE:** relaciones de género, violencia, estrategias de resistencia, mujeres, barrios marginales.

**Introdução**

O presente artigo apresenta a análise das estratégias de resistência (Ferrer, 2011)<sup>[1]</sup> acionadas por mulheres moradoras de uma favela da Baixada Fluminense, frente às situações de violência de gênero<sup>[2]</sup> presentes em seus relacionamentos afetivossexuais com seus parceiros íntimos.

- 
1. O conceito de estratégias de resistência visa a caracterizar o processo através do qual mulheres em situação de violência avaliam os riscos assim como o controle, recursos internos e externos de que dispõem para lidar com a referida situação desafiando o poder masculino, seja na família, nas instituições ou na sociedade.
  2. Diferentes autoras dedicaram-se a nomear a violência que envolve as mulheres e seus parceiros (ver Gregori, 1993; Saffioti, 1995, 2002 e 2004; Santos e Izumino 2005). Almeida (2007) destaca a incompletude das diferentes terminologias: violência contra mulher, violência doméstica ou violência de gênero. Neste artigo trabalharemos com a terminologia violência de gênero por entender que ela aponta a ocorrência da violência dentro das relações produzidas socialmente, daí o seu caráter relacional.



O cotidiano profissional descortinou o objeto de pesquisa ao longo de quatro anos de trabalho como assistente social em um território vulnerabilizado, atravessado pela violência estrutural e outras formas de violência. Tendo como ponto de partida um grupo reflexivo com mulheres em situação de violência de gênero, acessamos suas histórias e questionar a violência que surge e circula na dinâmica relacional com seus parceiros.

Por meio de entrevistas narrativas, foi possível conhecer como mulheres pobres<sup>[3]</sup>, alijadas do mercado de trabalho formal, com grau de escolaridade situado no nível fundamental (que no Brasil corresponde a oito anos) ou abaixo deste avaliavam e lidavam com suas experiências frente à violência de gênero, já que dentre as entrevistadas nenhuma denunciou seu parceiro nos serviços públicos formalmente instituídos para tal finalidade, a despeito de conhecimento acerca da lei 11.340, também conhecida como Lei Maria da Penha.

As entrevistas permitiram a aproximação dos recursos de que dispõem ou do capital cultural<sup>[4]</sup> que acionam para construir suas estratégias de resistência no contexto em que se inserem. A análise das narrativas denota a existência de formas de enfrentamento à violência de gênero por parte das mulheres, a partir da sua capacidade de agência com o *quantum* de capital cultural de que dispõem, possibilitando o questionamento de explicações essencialistas, binárias e judiciais na compreensão das relações por elas estabelecidas.

No Brasil, há expressivo quantitativo de trabalhos dedicados a discutir a violência de gênero com recortes voltados para a análise da legislação, de políticas públicas (ou ausência delas) e ainda da rede de atendimento à violência contra a mulher (Suárez e Bandeira, 2002; Romeiro, 2009; Moraes e Gomes, 2009; Cortizo e Goyeneche, 2010; Pougy, 2010). Nosso interesse se concentra em pensar nos sujeitos que experienciam a violência de gênero a partir de suas próprias perspec-

- 
3. O conceito de pobreza adotado neste artigo baseia-se em (Telles, 1992). Trata-se de um fenômeno complexo, multicausal, heterogêneo, que sofre interferências de elementos qualitativos e quantitativos representados por um acúmulo de deficiências socioeconômicas e culturais. Não se norteia somente pela renda financeira aquém das necessidades materiais, mas por um processo de exclusão também de ordem política, social e cultural que agrega problemas de saúde, moradia, desemprego, educação.
  4. O conceito de capital não se restringe à esfera econômica. A posição no campo é determinada pela quantidade de capital cultural que o agente possui e o *quantum* também favorece acesso a mais capital. O conjunto dos capitais cultural, social, simbólico, econômico, aumenta a possibilidade de influência e a mobilidade do agente no campo, visto que o capital se refere a toda matéria ou bem que pode ser negociada num embate social (Bourdieu, 1972).

tivas, histórias e recursos — denominados aqui estratégias de resistência — que acionam para gerenciar suas vidas.

Deste modo analisamos a violência de gênero e as estratégias de resistência geradas no âmbito cotidiano das relações afetivossexuais de mulheres inseridas em determinado contexto sócio-histórico, com práticas de sociabilidade definidas (Bilac, 1995) que, por sua vez, reproduzem e reificam *habitus*<sup>[5]</sup> pertinentes àquele campo de relações objetivas<sup>[6]</sup>.

O fato de não registrarem ocorrências de violência constituiu a principal questão da pesquisa, e partindo do suposto de que tal “opção” não lhes conferia passividade ou vitimização. O estranhamento daquele cotidiano foi o ponto de partida para revisitar singularidades à luz de uma abordagem qualitativa, que privilegia os sujeitos sociais, suas relações, valores, crenças e os processos da vida humana.

Os instrumentos utilizados para produção de dados foram o diário de campo e a entrevista narrativa com a questão gerativa “Mulher gosta de apanhar...” (instrumento provocativo para evocar ideias e reflexões, embora constituindo uma assertiva de que discordamos totalmente). Partes de seus depoimentos estão transcritos na próxima seção, a partir dos seguintes marcadores: (a) comentários entre parênteses são esclarecimentos sobre o trecho da entrevista; (b) o aumento do tom de voz está demarcado pelo recurso à grafia em caixa alta; (c) cortes de trechos são indicados por reticências entre parênteses; e (d) segmentos merecedores de destaque são apresentados em negrito. As mulheres são identificadas pelas letras A, B, C, D e E.

No campo das relações de gênero, os agentes envolvidos e aqui identificados — como as mulheres, seus parceiros, familiares e instituições locais (igrejas, projetos sociais, delegacias especializadas, unidades de polícia pacificadoras, integrantes do tráfico de drogas) — compõem o contexto estudado, com suas posições hierárquicas e historicamente definidas e a contribuição de cada um/uma na produção e reprodução do *habitus* constitutivo da violência de gênero.

5. *Habitus* é caracterizado como um “sistema de disposições duráveis, estruturas e estruturantes, isto é, como princípios de geração e de estruturação e de representações que podem ser objetivamente ‘reguladas’ e ‘regulares’, sem ser, de forma alguma, o produto da obediência às regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los, sendo tudo isso, coletivamente orquestrado sem ser o produto da ação organizadora de um regente” (Bourdieu, 1972: 175).

6. Campo é aqui entendido como o conjunto de relações históricas objetivas e concretas estabelecidas entre agentes e/ou grupos de dada sociedade, o que implica numa constante administração de conflitos de interesses dos diversos segmentos e/ou indivíduos que o compõem (Oliveira, 1999: 3).

## 1. Violências e resistências

A conflitualidade interpessoal e a violência muitas vezes são tratadas como um código da sociabilidade, expresso por *habitus* incorporados, reproduzido por agentes que disputam posições ancoradas no campo. De acordo com a lógica patriarcal — influenciada pela perspectiva feminista e marxista — a mulher estaria submetida ao poder do macho, onde a violência, naturalizada e compreendida como uma expressão desta lógica, adviria do processo de socialização dentro da cultura machista. A mulher, ainda que compreendida como sujeito social autônomo, estaria historicamente vitimada pelo controle social masculino.

Não obstante a relevância de tais contribuições, não contemplam a dimensão relacional da violência de gênero, uma vez essencializados os lugares de vítima e agressor. A violência de gênero envolve relações de poder, mas de um poder que circula, ainda que desigualmente, entre homens e mulheres. Não se trata de negar a vulnerabilização feminina. Antes disso, reconhecer as desvantagens sócio-históricas agregadas também à sua capacidade de agência implica no cuidado para não produzir lugares estanques, destituídos de tensões e ambivalências.

É preciso assinalar que a figura de uma mulher vítima de violência, tiranizada, destituída de qualquer possibilidade de enfrentamento acabou por se tornar um molde para avaliar todos os casos de violência de gênero. Entretanto, o papel de vítima também pode ser apreendido como uma construção histórica, se pensarmos na legitimação moral e no reconhecimento social dado ao sofrimento. Existe uma forma, um código de manifestar e expressar sofrimento que o torna inteligível ao outro, estabelecendo uma linguagem, referenciada a um sistema simbólico, que é atravessada por uma tensão de ordem moral<sup>[7]</sup>. Até que ponto pessoas envolvidas em situações de violência podem expressar o teor dos seus sentimentos se estes não estiverem dentro do esperado para o lugar aceite socialmente como o da vítima? O que pode ser trazido à luz e o que será relegado considerando quem está na posição de ouvinte? Por que muitas mulheres em situação de violência não reconhecem a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) e outros serviços instituídos como espaços de escuta para o quadro que vivenciam? Principalmente para aquelas que não decidem, sem hesitação, pela separação do companheiro? No contexto atual há uma limitação constituída por dois rótulos para as

7. Há uma lógica social que engendra a noção de vítima e está presente nas ações sociais e nas políticas públicas. Denominado por Sarti (2011) de enclausuramento epistemológico, reduz o debate e impede o estranhamento das nossas próprias referências de sentido.

mulheres em situação de violência: se não é qualificada como uma vítima, corre sério risco de ser classificada como ‘sem-vergonha’, no caso de decidir permanecer na relação afetiva em que se constata ocorrer violência.

A questão “Por que permanecer?” é inquietante. Respostas como medo, vergonha, desconhecimento dos direitos, falta de apoio das pessoas mais próximas, crença em uma mudança de comportamento, proteção aos filhos, dependência financeira e emocional são recorrentes quando se trata de apontar os motivos pelos quais as mulheres permanecem com companheiros violentos. Estudar a violência no âmbito da conjugalidade implica em considerar a categoria violência simbólica<sup>[8]</sup> como aquela exercida na cumplicidade tácita dos que a sofrem e dos que a praticam, numa repetição de papéis que oscila entre dor e amor (Grossi, 1998) e ultrapassando, em muito, os elementos referentes aos atos juridicamente tipificados como passíveis de ação penal.

Existem componentes que tangenciam a questão da violência de gênero que não podem ficar restritos simplesmente a uma ação criminosa a ser punida. Ao observar de perto essas dinâmicas relacionais, motivações de toda ordem despontam na fluidez do relacionamento, como condutas não cumpridas, papéis não correspondidos, disposição para conflitos (Gregori, 1993).

Os relatos de nossas interlocutoras na pesquisa mencionam o desejo, a convivência, a incerteza sobre seus sentimentos, o patrimônio construído em conjunto e a constatação de que sempre viveram relacionamentos atravessados pela violência como relevantes marcadores de sua permanência na relação. Há uma conjunção entre fatores individuais e coletivos na manutenção do relacionamento.

**Eu gosto muito dele!** Às vezes, a gente dorme junto. Às vezes, rola um clima bom. Ele diz que eu sou o amor da vida dele. A gente não transa sempre. Eu podia procurar coisa na rua. O outro eu traía. Ele, eu nunca traí. Eu não olho para o lado. Eu não tenho mais aquele negócio de ficar agarrada, abraçando, beijando. **Eu acho que é mais o costume**, a convivência. **Eu devo gostar dele um pouco.** Eu não sei se é porque a gente fica numa disputa por causa da casa ou se é porque eu não quero me relacionar mais com outra pessoa. Para bater cabeça com outra pessoa, continuo com ele (Mulher B).

---

8. “Como adversários cúmplices, dominantes e dominados reproduzem a estrutura, e a violência simbólica, historicamente construída, age suave favorecendo a interiorização coercitiva do externo. Ato de imposição simbólica que tem a seu favor toda a força do coletivo, do consenso, do senso comum, porque ela é operada por um mandatário do Estado, detentor do monopólio da *violência simbólica legítima*” (Bourdieu, 1989: 146).

Este outro trecho ressalta a importância de manter a convivência familiar:

Até onde eu pude aguentar, com toda droga, ele era um ótimo pai. Tinha os momentos de brincadeira, se eu saísse, quando voltava, tava de banho tomado, dava comida. Isso que prendia por quê? Aí eu volto no passado: toda minha história da minha mãe ter morrido no parto, de ter sido criada por outra família, apanhava, minha mãe (adotiva) não gostava de mim, só o meu pai era um amor comigo. Eu olhava aquilo, ele com as crianças, pensava, vou me anular, mas vou aguentar mais um pouquinho, elas naquela agarrão com o pai. **Principalmente por eles permaneci e saí. Meu sonho é ter uma família** (Mulher C).

A ideia de ter uma casa, formar uma família com a presença dos filhos, e a predefinição das funções do homem e da mulher incluem um eixo moral sobre a noção de família, que se funda em um princípio de obrigação e estrutura relações (Sarti, 2005). Apesar dos distintos arranjos familiares, este modelo idealizado, da família pensada (Szymanski, 1998) funciona como um parâmetro para homens e mulheres.

As declarações abaixo indicam que o gesto de denunciar está diretamente associado à disposição para uma ruptura ‘definitiva’. E, para tal, as entrevistadas ratificam a necessidade de serviços públicos de proteção eficazes como contrapartida desta decisão.

As pessoas me encorajam a denunciar, mas não vai dar nada. **Uma outra mulher dele já fez registro uma vez, não vai mudar nada na minha vida.** Para dar queixa, você tem que ter uma atitude de vez na sua vida. Eu já tô como sem vergonha mesmo nessa história (gargalhadas). **Não sei se vale a pena denunciar, tem a medida protetiva, mas como é que vão saber se o cara vai ficar longe mesmo? Vai ficar alguém com ela o tempo todo? Se o cara se aproximar e matar? Se eles não tomarem uma medida séria, não funciona** (Mulher B).

Não dei parte porque não adianta! Você faz denúncia, exame de corpo de delito. Sai de lá o cara te mata! **Isso porque ele não pode chegar nem perto de você. Adianta?** Ele não vai preso. Agora se tivesse uma medida que o cara fosse preso... **Quantas mulheres tão morrendo?** Eu acho que se você dá parte, tem que ser uma vez. Você tem que saber muito bem o que você quer. Se não ele vai te bater de novo (Mulher C).

Denunciar seria pôr fim ao *modus operandi* de um jogo de provocações, condições psicológicas e até erotismo. É fundamental salientar que não estamos culpando as mulheres pela violência sofrida, senão provocando indagações sobre os significados que a violência pode assumir na relação.

Muitas são as formas de apropriação de uma lei. A queixa pode representar o gerenciamento de uma crise, uma forma de negociação na correlação de forças entre um casal (Romeiro, 2009). A Lei Maria da Penha propiciou algum nível de reorganização do campo das relações de gênero e violência, aumentando o cacife das mulheres ao se constituir como um recurso possível. Concomitantemente, ao criminalizar a violência, muitas situações que decorrem de contradições das relações sociais e de gênero ficam esquecidas no tratamento judicializante (Rifiotis, 2008).

Na objetividade das estruturas sociais e na subjetividade dos agentes reside a questão de tentar encontrar a mediação entre o agente e a sociedade. O *habitus* conduz o agente a interiorizar a exterioridade, como estrutura estruturante que opera para manutenção da estrutura estruturada. A estrutura que ratifica a situação é tomada como natural porque ‘esqueceu’ que foi construída, da sua origem histórica e social. E é estruturante à medida que orienta a ação, a visão e o pensamento de todos os agentes em todas as posições do campo. Como adversários cúmplices, guiados por certo nível de convergência, os agentes contribuem para a reprodução do *habitus*.

Como num jogo, os agentes apostam e quem dispõe de menos capital demanda mais estratégia para mudar as posições no campo. No processo de socialização, valores, crenças, atitudes e comportamentos podem ser revisitados e, em conjunturas favoráveis, novos *habitus* também podem ser inculcados, estabelecendo a dinâmica do campo e direcionando a apreensão do mundo.

No entanto, a resistência também está presente no campo. Como uma contrapartida do poder, ela é exercida onde o poder é exercido. Onde a violência está presente, a resistência também está, desde que não se a análise de forma binária, como resistência/não resistência. Ressaltamos que as estratégias de resistência consistem no ato perene composto de esforços constantes, como parte de um processo, constituindo-se como mais abrangente do que o enfrentamento, próprio à reação a um evento pontual. Resistência e enfrentamento se firmam na fase da consolidação, onde a mulher, após perceber a violência instaurada, também se dá conta de que possui algum nível de poder. Resistir e enfrentar comportam desde a busca de apoio em outras mulheres nas mesmas circunstâncias, pessoas da sua

família, amigos, a aparente submissão ao poder do companheiro, a regulação das emoções mantendo a aparência de normalidade, o silêncio, a omissão de informações e até mesmo o enfrentamento corpo a corpo em defesa dos filhos no momento em que eles são o alvo da violência do marido. Se em um caso extremo de violência ocorre um assassinato, o poder foi extinto junto com o objeto do seu exercício.

As narrativas apresentadas a seguir traduzem as estratégias de resistência construídas pelas mulheres envolvidas na pesquisa.

A mulher C, após um casamento de nove anos, três filhos, está separada há quatro anos. Conheceram-se e sempre moraram na localidade. Assistiu a seu parceiro aumentar gradativamente o uso de drogas até chegar ao *crack*, compartilhando o próprio quintal com outros usuários. O principal elemento que valorizava em seu relacionamento era o fato de ter uma família e ver na figura do companheiro um bom pai:

Eu falei, pode me bater, mas bate mesmo, porque se eu levantar vai ficar ruim pra você. ‘Por que você tem que me peitar na frente dos outros?’ E eu peitava mesmo porque se não, eu iria apanhar dia e noite. Da última briga ele me deu um soco que eu fiquei um mês com dor. A gente saiu no tapa, só não rolou no chão porque eu tava com a bebê no colo. Ele começou a trazer uns amigos para fumar no quintal. Eu acordava às 6 horas da manhã com aquela falação. Aí eu levantei, tirei a calcinha, coloquei só o short do babydoll, sem sutiã e fui tirar roupa da corda, sem calcinha e sem sutiã. Quando ele viu, falou: “vamos embora que essa mulher tá maluca!” “MALUCA NÃO, EU NÃO FALEI PRA VOCÊ QUE EU NÃO QUERO NINGUÉM NO MEU QUINTAL? MINHA CASA NÃO É BOCA DE FUMO! BATE POLÍCIA AÍ VAI TODO MUNDO PRESO E EU AINDA PERCO A GUARDA DAS MINHAS CRIANÇAS!”

É possível observar a escolha da estratégia de resistência de acordo com o momento, avaliando no conjunto das formas possíveis aquela que lhe parece mais apropriada. O momento do revide, do confronto, partindo em defesa própria ou dos filhos.

(...) eu não dava muita confiança. Eu tinha que sair pra rua. Quanto mais tempo eu ficasse na rua era melhor. No dia que ele tava agitado, tava drogado, geralmente de madrugada, ele achava que tinha gente dentro de casa, falava, falava e eu deixava, depois dizia acabou? Não tô a fim de discutir, volta pra rua, ele voltava. Então, quando eu via que ele tava muito assim, eu não discutia.

Tendo iniciado seu relacionamento ainda na adolescência, a mulher D, com 34 anos e atualmente viúva, refere-se ao companheiro como o maior amor da sua adolescência. Excelente marido e pai, conheceram-se em outra favela da cidade. Ele era integrante do tráfico, querido por todos e visto como ótimo vizinho. Tiveram três filhos. Ele morreu assassinado numa briga de bar sob o efeito de drogas.

Não lembro a primeira vez que bateu, mas foi nova, bem antes do primeiro filho. Eu encarava ele também. Muito! Eu caía pra dentro dele, ele caía pra dentro de mim. Me deixava roxa, me deixava marca. Ele tava drogado, batia, uma vez ele viu um homem em cima de mim e eu dormindo. Ele apertou o meu pescoço, quando eu olhei no espelho, eu disse: “olha o que você fez comigo!” “Infelizmente, eu vi um cara em cima de você!” Não tinha cara nenhum. Ele pegou a pomada. Eu compreendia, porque a droga que fazia isso, entendeu?

O depoimento abaixo apresenta a resistência por meio da supressão das emoções e o recurso à família como rede de apoio, porém não sem ambiguidades, visto que não poder expressar sentimentos como raiva, tristeza ou medo pode ser muito angustiante.

Eu tenho família pra pedir socorro, só não mora aqui perto, mas a minha mãe amava e admirava ele como genro. Dizia que ele era ótimo pai, ótimo genro, que o que estragava ele era só o vício. No dia que ele tava de ovo virado não tinha ninguém pra recorrer, todo mundo tinha medo dele. Ficava no silêncio, aguentando tudo, pedindo a Deus que me libertasse daquilo tudo, mas não dessa forma. Eu boto na minha cabeça que ele procurou a morte dele. Se tu sabe que aqui é uma favela, como tu vai agir daquela forma?

A mulher B, com 41 anos, reside com o atual companheiro há 11 anos e possuem um filho de seis anos. Do relacionamento anterior, onde permaneceu também 11 anos, tem quatro filhos adolescentes e adultos. Narrando histórias recorrentes de violência, exemplifica as estratégias de resistência desenvolvidas na relação atual. Chama-nos a atenção a sua disposição para ‘fletar’ com uma reação mais drástica às violências vivenciadas, remetendo à reflexão já trazida sobre o jogo relacional onde não cabe uma explicação dual agressor *versus* vítima.

Eu já aprendi o macete. Ele grita e eu fico na minha. Quanto mais você falar mais ele vai pegar no seu pé. Então, eu canto, fico jogando no meu celular, finjo que não é comigo. Vou para cozinha fazer a comida. A pressão dele vai a 20, a 18. A minha está normal, eu não



vou infartar por causa de ninguém. Uma vez eu quase enfiei a faca nele. Eu tenho mais medo de mim do que dele. Se eu quisesse matar eu já tinha matado. Porque uma vez eu botei a arma na cabeça dele, e ele dormindo. Tambor cheinho. E se eu quisesse?

As histórias narradas pela Mulher B nos seus dois relacionamentos apresentam traços em comum, indicando um padrão, com um tom naturalizado que remete à ideia da dominação masculina (Bourdieu, 2002), como expressão do *habitus*.

“O primeiro batia. O segundo (um namorado que não chegou a morar junto) batia. O terceiro batia. Se eu arrumar o quarto, vai ser a mesma coisa. Então, é melhor ficar do jeito que está.”

Por outro lado, a aparente normalidade perante situações abusivas também corresponde a uma estratégia de resistência, visto que consiste no seu ato perene de resistir constituído de um esforço constante, porque houve momentos em que mobilizou recursos externos, acionando familiares e amigos. Interessante notar que B sai dos relacionamentos por sua própria decisão, sem qualquer oposição dos parceiros, sendo notória sua capacidade de agência.

Tem uma época que eu vou enjoando, junto meus panos de ‘bunda’ e vou embora, que nem eu fiz com o pai dos meus filhos. Peguei minha roupa, ‘garrei’ meus quatro filhos, pendurei tudo na bicicleta e saí.

Por fim, se questiona quanto ao padrão mantido nos relacionamentos:

De vez em quando eu me pergunto, eu me pego falando sozinha. “Gente, será que é minha sina? Eu que gosto?” Não sei (risos).

A mulher E e seu companheiro estão juntos há 10 anos. Afirma que, no início do relacionamento, ele representava uma oportunidade de ascensão financeira e social, mas o uso abusivo de álcool o fez perder boas chances de emprego. Em sua opinião, os desentendimentos com sua sogra são o principal disparador da violência no seu relacionamento. A narrativa abaixo nos permite refletir acerca dos lugares e papéis esperados de acordo com as convenções de gênero. Ao agir em consonância com o padrão, o homem exerce uma ‘boa autoridade’ (Sarti, 2005) sobre a família, se tornando digno de ser obedecido. Se o seu lugar de provedor é abalado, há consequências para o seu lugar de respeito.

Agora quem manda naquela casa sou eu, porque eu trabalho, eu sustento, então mando. Consegui o Bolsa Família. Ele abandonou os estudos. Podia ser mecânico da Marinha, mas hoje é quebra-galho lá no morro. E agora é alcoólatra mesmo.

A mulher quando não tem carinho em casa, busca na rua. Eu me apeguei a um cara aí. Eu cheguei à conclusão de que homem não presta. Mas desse eu recebo carinho, ele me dá atenção. Eu não tenho nada com ele. Nunca transei. Nem beijei. Mas é o jeito de tratar. E esse cara me trata feito um bibelô e em casa mete a porrada na mulher.

O depoimento da mulher E parte da existência de uma casa como locus da realização de viabilizar uma família e estruturar idealizações como: o homem provedor e a mulher dona de casa. As narrativas abaixo ilustram a importância da presença masculina em casa.

Eu aprendi isso: quando você tem um homem, você é casada, você é mais respeitada, ninguém mexe contigo. Quando você é sozinha, todo mundo quer humilhar, abusar, fazer e acontecer, principalmente vizinho. Muitas mulheres acham que você quer tomar o marido delas, entendeu? Qualquer homem que vai na sua casa você tá saindo com ele, você fica mal vista perante a comunidade. Você não tem respeito, só quando tem um homem (Mulher C).

Ele me respeita. Nunca trouxe problema, se ele fez, fez longe de casa e fez muito bem feito. Nunca mulher nenhuma debochou da minha cara ou falou gracinha pra mim no meio da rua. **Eu ando na rua de cabeça erguida. Nunca me desrespeitaram aí na localidade e isso pesa muito. Por mais que ele tenha esse lado ignorante, ele me respeita nesse ponto.** O único problema dele é mandar demais, achar que por ele ser o homem eu tenho que fazer tudo que ele quer (Mulher B).

Sobre a máxima popular que mulher gosta de apanhar, as palavras da mulher A, 66 anos, casada por 39 anos até descobrir que seu companheiro tinha uma relação paralela há 23 anos, traduzem a reação de afirmar com ênfase para si mesma o quanto ela não aceita a agressão física, que de fato nunca vivenciou, o que não a impediu de viver inúmeras situações de violência psicológica.

Eu não gosto não! Eu não gosto de apanhar! Não gosto mesmo. Porque eu apanhei muito da minha mãe. Do meu pai só me bateu uma vez, mas eu não gosto de apanhar. A gente vai empurrando com a

barriga até enquanto dá. (Risos) Quando não dá aí a gente larga, no meu ver é assim, mas eu não gosto de apanhar. Não gosto não.

A mulher A apresenta suas estratégias para redefinir seu relacionamento após a descoberta da traição, somadas ao contexto onde se sentia humilhada pelo companheiro e pelos familiares dele.

(Ele) tem muita culpa. Eu falei: “agora eu não preciso de você. Preciso de Deus, de você não.” Tenho aqui (refere-se ao projeto social na comunidade). Graças a Deus! Agora eu posso tudo e ir embora. Eu só não vou porque eu ajudei muito ele a conseguir o que ele tem, nós temos. Por isso que eu não deixo. Eu falei pra ele: “você vai dividir tudinho que é meu, tudo que eu tenho direito”.

Não sei porque nós voltamos, porque ele... muita gente fala: “Por que você voltou?” Não sei! E não é amor não! O bom é que ele não me deixa faltar nada. É isso, companhia! É isso! Eu acho que eu fiquei com ele para não ficar sozinha (Mulher A).

E continua:

Pra eu não fazer nada com ele, quando eu descobri tudo, eu fiz assim: “você vai sair daqui da minha casa”. Botei ele pra correr daqui. “Se você não sair eu vou colocar veneno na sua comida”. Se ele voar em mim, o que eu tiver, eu jogo nele. Eu jogo! Já joguei. Ele voltou pra mim porque ele quis.

## 2. À guisa de conclusão

Não obstante a importância em buscar e firmar direitos políticos, civis e sociais, alvo das ondas do movimento feminista, ainda se luta pela superação de uma violência motivada e expressa por uma hierarquização estruturada em posições de dominação (masculina) *versus* subordinação (feminina).

Na trajetória da vida em sociedade, muitos foram e são os paradigmas permeados por valores culturais que vêm regendo práticas sociais distintas, inclusive as discriminatórias, seja no mundo do trabalho, no público, na lógica da produção, seja nas relações familiares, no âmbito privado, no campo da reprodução e nas diversas instituições. Do mesmo modo, também se observa a busca de dispositivos que estabeleçam propostas mais igualitárias, engendrando a vida social, entre rupturas e permanências.

Os estudos de gênero possibilitaram a análise dos elementos historicamente constitutivos acerca das diferenças que contribuem para gerar desigualdades. Permitiram problematizar ‘nós’ culturalmente estabelecidos que reafirmam, ainda hoje, discursos naturalizados que oprimem. Discursos restritos aos lugares e papéis de homens e mulheres no campo das tarefas cotidianas, sendo necessário ampliar o debate para a esfera política, jurídica e social.

Importante pensar em relações mais equânimes para além de estabelecer legalidades igualitárias que, na prática, são insuficientes como barreiras a discriminações e violências fundadas nas diferenças. Refletir acerca da dialética entre a igualdade e a diferença, onde “temos o direito a ser iguais, sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito de ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza” (Santos, 2006: 462) prossegue tarefa a se perseguir e fomentar. É deste raciocínio que depreende a Lei Maria da Penha, posto que a sua maior contribuição e relevância consiste em criar mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Uma legislação específica, baseada em iniciativa equânime e necessária, posto que a igualdade entre homens e mulheres, já juridicamente garantida com base no artigo 5.º da Constituição Federal de 1988, constitui algo ainda a ser efetivado em nosso país.

Ainda assim, é importante salientar que o mote central da Lei Maria da Penha por vezes é interpretado principalmente no viés criminalizador, desta forma sendo transmutado de recurso protetivo em instrumento judicializante.

Perante o desejo punitivo sustentado por muitas vítimas de violência<sup>[9]</sup>, por profissionais (da assistência, do judiciário, da saúde), por militantes, pela mídia, confunde-se justiça com vingança, responsabilização com punição, reduzindo-se o potencial autônomo dos envolvidos em encontrar recursos outros para superar situações de violência. Não se pretende aqui, de forma alguma, minimizar os graves efeitos da violência de gênero, esvaziando a importância da responsabilização e/ou a necessidade de intervenções direcionadas a quem a pratica, mas sim refletir que existem elementos — como a intensidade, a forma e o contexto — que interferem no grau das violações e que deveriam ser considerados na resposta ao enfrentamento da violência praticada.

---

9. Neste caso é justificável, pois a violência é constituída de um vetor para um grupo mais vulnerabilizado, que historicamente experimenta na própria pele.

Nas medidas contidas na Lei 11.340<sup>[10]</sup>, a mulher em situação de violência acaba por ficar tutelada pelos agentes do Estado, reproduzindo assim a lógica patriarcal, onde sua capacidade de agência e sua autonomia se encontram significativamente reduzidas. Donde a necessidade de pensar em linhas de atuação que incluam questionar a desigualdade de gênero, dialogar sem moralismos sobre relações hierarquizadas, e igualmente sobre as especificidades contidas nas categorias masculino e feminino.

As estratégias de resistência desenvolvidas pelas mulheres sujeitos da presente pesquisa permitem lançar luzes sobre elementos que escapam à lógica legislativa e jurídica, traduzidos em especificidades de uma população feminina de um campo com agentes que demonstram *habitus* de classe e maior acúmulo de capital (Bourdieu, 1989) que os representantes dos equipamentos de proteção do Estado.

Outro elemento importante, que pode ser observado nas declarações das entrevistadas, é a naturalização da violência em articulação com a questão de gênero como premissa de que ser alvo de violência é parte integrante do mundo feminino e uma lei não tem condições de resguardá-las. Seja por influência de fatores culturais ou psicológicos, existem aquelas que não acreditam na mudança do cenário. A situação de opressão feminina não se modifica apenas pela tomada de consciência (Gregori, 1993); não se constrói um novo comportamento da noite para o dia. As mulheres, em suas especificidades de contexto, desenvolvem maneiras distintas de lidar com a situação de violência, e ter isto em conta não contradiz todos os avanços obtidos em décadas de luta por direitos e equidade.

As mulheres sujeitos desta pesquisa não agem aleatoriamente. Foi possível observar que as estratégias de resistência por elas acionadas compõem um conjunto adequado ao momento, englobando vasto repertório: a hora de ficar calada, de colocar um limite, de evadir ou sugerir/impôr que o companheiro volte para rua, o enfrentamento corpo a corpo em defesa da sua integridade ou dos filhos, e ainda situações planejadas para um revide, até que possa efetivar a ruptura ou a redefinição da dinâmica do relacionamento no qual se encontram. Os relatos indicam que a cada evento, situação ou etapa da relação conjugal surgem novas indagações: a) se perguntam sobre suas participações nos episódios de violência, b) avaliam a manutenção da relação em prol dos filhos, ou como garantia da sua proteção e

---

10. Por exemplo, a possibilidade de registro de uma queixa realizada por qualquer pessoa, independente da vontade da vítima; a possibilidade do encarceramento do autor da violência; e a proibição da retirada da queixa até o momento da audiência perante o juiz.

respeito diante da comunidade, c) reconhecem sentimentos de amor, dependência e medo como elementos presentes na (in)decisão pelo fim do relacionamento, d) ponderam a relevância de uma denúncia, demonstrando algum nível de conhecimento e de avaliação sobre a legislação vigente. Desta forma, perante tantos recursos próprios para negociar e administrar conflitos, é necessário questionar se o termo ‘mulher passiva’ corresponde à realidade das mulheres entrevistadas.

Donde a importância de se ampliar as linhas de investigação interessadas em aprofundar as transformações no nível macro que operam mudanças no nível micro. Assim como das inúmeras motivações — com a contribuição dos diferentes campos do saber — que envolvem duas pessoas numa relação de violência.

As relações sociais de gênero se dão entre homens e mulheres e entre mulheres com outras mulheres, que por sua vez geram uma sucessão com muitos matizes do que é ser mulher, não se restringindo, portanto, a características unificadas, ou ainda binárias (tradicionais ou ‘modernas’), evidenciando a impossibilidade de uma única interpretação sobre suas experiências. Neste processo, os homens também não podem ser vistos como únicos, finalizados, integrantes de um bloco homogêneo, pois assim eles também estão aprisionados num estereótipo dominador, impedidos de manifestar sensibilidade, e que só expressam sua insatisfação por meio da violência, configurando uma armadilha que pode gerar conflitos e sofrimento para todos.

O profissional que atua na mediação das relações sociais muito tem a ganhar ao agregar tais preocupações a sua escuta, sua observação, sua prática e suas pesquisas, a fim de superar um olhar estigmatizante, censurador, que culpabiliza uma mulher que não denuncia um parceiro violento ou ainda a vitimiza, não reconhecendo suas potencialidades para lidar com a situação de violência. Valorizar as experiências de quem vive a violência constitui dimensão relevante para fortalecer as mulheres, reconhecer e ressaltar suas potencialidades, identificar em conjunto alternativas, estratégias criativas e a força para resistir.

As mulheres se fortalecem entre si, então reuni-las para trocas de experiências pode ser mais que um mero desabafo. Teria sido no amadurecimento das conversas nas reuniões do grupo reflexivo que originaram a questão de pesquisa que poderíamos construir novas percepções? Oportunidade esta para reconhecermos dores, experiências, fortalezas e estratégias? Não que elas não possam produzir rupturas por si mesmas, mas a possibilidade de acompanhar os seus processos, entender contradições, é um privilégio para o pesquisador e profissional que deseja enriquecer o seu saber.

Valorizar suas estratégias e ao mesmo tempo questionar determinados valores, *habitus* reproduzidos, estabelecendo uma relação com a dimensão cultural cotidiana das relações pessoais, interpessoais e sociopolíticas (Ferrer, 2011) para, em um contexto mais amplo, em uma conjuntura apropriada, movimentar as posições dos agentes no campo e instituir novos *habitus*, no sentido de construção de relações mais equânimes.

## Referências

- Almeida, Suely (org.) (2007) *Violência de gênero e políticas públicas*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- Bilac, Elisabete (1995) Sobre as transformações nas estruturas familiares. Notas muito preliminares. In: Ribeiro I. e Ribeiro A. (org.) *Famílias em processos contemporâneos: inovações culturais na sociedade brasileira*. São Paulo: Loyola, 43-61.
- Bourdieu, Pierre (1972) *Esquisse d'une théorie de la pratique*. Genève-Paris, Librairie Droz.
- Bourdieu, Pierre (1989) *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomáz, 3ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Bourdieu, Pierre (2002) *A Dominação Masculina*. Trad. Maria Helena Kühner, 2ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Cortizo, Maria e Goyeneche, P. (2010) Judicialização do privado e violência contra a mulher. *Revista Katálysis*, 13(1): 102-109.
- Ferrer, Diana Valle (2011) *Espacios de libertad: mujeres, violencia domestica y resistencia*. Buenos Aires: Espacio Editorial.
- Gregori, Maria (1993) *Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. São Paulo: Paz e Terra.
- Grossi Mirian (1998) Rimando amor e dor: reflexões sobre a violência. In: Grossi M. e Pedro J. (orgs.). *Masculino, feminino e plural: gênero na interdisciplinaridade*. Florianópolis: Editora Mulheres, 293-314.
- Moraes, Aparecida Fonseca e Sorj, Bila (orgs.) (2009) *Gênero, violência e direitos na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: 7 Letras.
- Moraes, Aparecida e Gomes, C. (2009) O caleidoscópio da violência conjugal: instituições, atores e políticas no Rio de Janeiro. In: Moraes A. e Sorj B. (orgs.). *Gênero, violência e direitos na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 75-108.
- Oliveira, Antonio (1999) "(Des)Caminhos na implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente". *Dissertação de Mestrado em em Psicologia*. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- Pougy, Lilia (2010) Desafios políticos em tempos de Lei Maria da Penha. *Revista Katálysis* 13(1): 76-85.

- Rifiotis, Theophilos (2008) Judicialização das relações sociais e estratégias de reconhecimento: repensando a ‘violência conjugal’ e a ‘violência intrafamiliar’. *Revista Kátalisis*. 11(2): 225-236.
- Romeiro, Julieta (2009) A Lei Maria da Penha e os desafios da “violência conjugal” no Brasil. In: Moraes A. e Sorj B. (orgs.). *Gênero, violência e direitos na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 49-74.
- Saffioti, Heleieth e Almeida S. (1995) *Violência de Gênero: poder e impotência*. Rio de Janeiro: Revinter.
- Saffioti, Heleieth (2002) Violência contra a mulher e violência de doméstica. In: Bruschini C. e Unbehaum S. (org.) *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Editora 34, 321-338.
- Saffioti, Heleieth (2004) *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Santos, Boaventura (2006) *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez.
- Santos, Cecília e Izumino, W. (2005) Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil. *Revista Estudios Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe. E.I.A.L.* 16(1): 147-164.
- Sarti, Cynthia (2005) *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. São Paulo: Editora Cortez.
- Sarti, Cynthia (2011) A vítima como figura contemporânea. *Caderno CRH* 24(61): 51- 61.
- Suárez, Mireya e Bandeira, L. (2002) A politização da violência contra a mulher e o fortalecimento da cidadania. In: Bruschini C. e Unbehaum S. (org.) *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Editora 34, 295-320.
- Szymanski, Heloisa(1998) Significados de família. In: Loch G. e Yunes M. (org.) *A família que se pensa e a família que se vive*. Rio Grande: Fundação Universidade do Rio Grande, 1998, 9-17.
- Telles, Vera da Silva (1992) Pobreza e cidadania: dilemas do Brasil contemporâneo. *CADERNOS CHR* (19): 8-21.

### **Legislação consultada:**

- Brasil. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. *Presidência da República*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm) (acedido em 25 de março de 2015)
- Brasil. (1996) *Constituição da República Federativa do Brasil*, promulgada em outubro de 1988. São Paulo, Saraiva.



## **Actitud de las víctimas de violencia de género a la hora de interponer denuncia y de testificar en juicio**

*Fernando Vázquez-Portomeñe Seijas*

### **RESUMO**

O objetivo deste trabalho é analisar a atitude das mulheres vítimas de violência de género na hora de apresentar denúncia e testemunhar no processo. Para a sua elaboração examinámos os relatórios da Procuradoria de Santiago de Compostela. A investigação incluiu um total de 580 relatórios. Os casos de estudo analisados permitem concluir que a decisão de denunciar a violência vem influenciada, em grande parte, por variáveis sociodemográficas e que o facto da vítima ter recusado testemunhar influencia e condiciona grandemente a decisão final a ser adotada pelo tribunal.

**PALAVRAS-CHAVE:** Violência de género, vítimas, denúncia, testemunho

### **ABSTRACT**

The aim of this work is to present some questions relating the penal prosecution of the crimes of violence against women, and specifically with regard to the attitude of the victims when reporting the aggressions and to their participation as witnesses at trial. A total of 580 files, classified as IPV from the prosecutor office

of Santiago de Compostela, were analysed with the statistical package SPSS. The period under study extended from January 2005 to December 2012. We found that personal and social factors generate distortions, both in terms of content and expression of victim's testimony, and that their refusal to testify has a determining influence on the decision to acquit the accused.

**KEYWORDS:** Violence against women, victims, report, testimony

### **RESUMEN**

El objetivo de este trabajo es analizar la actitud de las víctimas de violencia de género a la hora de interponer denuncia y de testificar en el juicio oral. Para su elaboración hemos analizado los expedientes de la Fiscalía de Área de Santiago de Compostela relativos a delitos de violencia contra la mujer. 580 expedientes correspondientes a los años 2005 a 2012 se incluyeron en la investigación. Nuestro estudio permite concluir que la decisión de denunciar el maltrato se halla mediatizada por determinadas circunstancias socio-demográficas y que el que la víctima se negara a declarar influye, como dato estadísticamente significativo, en la decisión final del órgano judicial de absolver al acusado.

**PALABRAS CLAVE:** Violencia contra la mujer, víctimas, denuncia, testimonio

### **Introducción**

La finalidad de esta ponencia es presentar y analizar algunas cuestiones relativas a la persecución penal de los delitos de violencia contra la mujer, concretamente, la actitud de las víctimas a la hora de denunciar y su participación como testigos en el correspondiente proceso. Para ello, se emplearán los resultados de distintos análisis empíricos.

Como es sabido, la denuncia reviste una extraordinaria importancia en estos delitos, teniendo en cuenta que las reticencias o la negativa de las víctimas a la hora de interponerla dificultan su visibilidad y entorpecen su persecución. De hecho, junto con la conveniencia de mejorar los instrumentos para prevenir e identificar la violencia y la necesidad de reajustar los criterios de intervención que pueden conllevar un riesgo de re-victimización, uno de los elementos centrales en las estrategias internacionales en esta materia es la implicación de la mujer desde el comienzo mismo del proceso (Naciones Unidas, 1993; Unión Europea, 2008; Consejo de Europa, 2011). Ese será, por todo ello, el primer aspecto que tocaré.

Seguidamente consideraré el papel de la víctima como testigo, haciendo alusión a los criterios aceptados por la jurisprudencia española para validar su declaración (frecuentemente, la única prueba directa con que se contará en el proceso). Finalmente, haré referencia a algunos de los límites que presenta la dispensa del deber de declarar (art. 416 del Real decreto de 14 de septiembre de 1882, por el que se aprueba la Ley de Enjuiciamiento Criminal, en adelante LEGrim), de la que muchas mujeres hacen uso tras haber presentado denuncia.

### **1. Papel de las víctimas a la hora de denunciar**

A pesar de que sistemas legales como el español condicionan el acceso a los recursos previstos para las mujeres maltratadas, justamente, a la interposición de denuncia, la realidad es que un número significativo de víctimas resuelve no hacerlo. De hecho, una de las ideas que se ha venido poniendo en solfa a lo largo de los últimos años es la de que la sociedad española, en general, y la mujer en particular, es cada día más consciente de la necesidad de denunciar estos delitos. Ello se pone de manifiesto en los datos aportados en la última macroencuesta realizada por la Delegación del Gobierno para la Violencia de Género, en 2015, en la que se recoge el dato de que, de las mujeres que dijeron haber sufrido violencia de género alguna vez, un 65% reconocieron no haber denunciado nunca al maltratador. Por otra parte, aunque en 2015 se presentaron 129.123 denuncias en los juzgados de violencia sobre la mujer, y ello supuso un incremento del 1,9% con respecto a las denuncias presentadas en 2014 (126.742), dichas cifras siguen lejos de las registradas en 2008 (142.125), 2009 (135.540), 2010 (134.105) y 2011 (134.002), tal y como indica el Observatorio de la Violencia de Género.

Las circunstancias y factores que parecen hallarse detrás de esa actitud reticente han dado pie a no pocos estudios y reflexiones, teóricos y empíricos (Medina, 2002: 569; Larrauri, 2003: 276; Ferreiro, 2005: 307; Quintero, 2011: 29; Roig, 2012: 18). Así, con arreglo a algunos de ellos, esa actitud podría reflejar el miedo a padecer un trato inadecuado, poco respetuoso o sensible para con su situación, y a tener que revivir los hechos — con toda la carga de sufrimiento que ello implica y bajo la atenta mirada de los funcionarios de la Administración de Justicia — con motivo de la presentación y ratificación de la denuncia y de la declaración en las diligencias previas y en el juicio oral. En otros casos parece reflejar, más bien, su percepción negativa de la Administración de Justicia y de su operatividad y funcionamiento; una percepción, por cierto, que las propias víctimas contribuyen a

alimentar, considerando que su decisión de no denunciar dificulta considerablemente el conocimiento de buena parte de estos delitos (coadyuvando, por lo tanto, a la inoperancia de los órganos judiciales en relación con ellos). Un tercer grupo de factores vendría compuesto por el estado psicológico de shock o angustia en que se hallan las mujeres tras la realización del delito, el entorno de privacidad familiar o de convivencia afectiva (frecuentemente cerrado, secreto) que lo rodea y, en relación con ello, la presión ejercida por terceros (familiares, allegados, compañeros) para que no denuncien un conflicto “al fin y al cabo, familiar, privado”. Entre los motivos que interfieren en la decisión de no denunciar se cuentan asimismo, finalmente, el temor a no ser creídas ante la ausencia, escasez o complejidad de pruebas que puedan confirmar su declaración, el miedo a sufrir represalias y a perder su seguridad económica y, por último, su deseo de proteger a los allegados y familiares e incluso al propio agresor, al que no se desea, en no pocas ocasiones, perjudicar obligándolo a cumplir una pena que puede traer consigo gravísimas consecuencias económicas, laborales y familiares.

Debemos advertir que hay muchas víctimas que no denuncian a sus agresores, por motivos de diversa índole. Por ello, las estadísticas en este ámbito deben utilizarse con suma cautela, so pena de desconocer o minusvalorar el gravísimo problema de la cifra negra de criminalidad existente. Además, y sin desconocer sus muchos aspectos de interés, hay que conceder que la mayor parte de ellas no proporciona información sobre indicadores tan valiosos, desde el punto de vista criminológico, como el lugar de interposición de la denuncia por parte de la víctima (Morillas et al., 2006).

El primero de los datos que queremos resaltar en este trabajo es el relativo al significativo número de expedientes iniciados tras la intervención directa de la víctima, esto es, con denuncia o con atestado acompañado de denuncia. En concreto, según los datos del Observatorio de la Violencia de Género, en 2005, de cada 10 expedientes concluidos entre los años 2005 y 2012, casi 7 (6,89 en concreto) responden a ese esquema. Una primera aproximación a estas cifras permitiría sostener el acierto de las estrategias implementadas en España para propiciar las denuncias de los actos de violencia de género, incluidas las medidas de endurecimiento de las penas y de protección a las víctimas contenidas en la LVG. Hay que seguir dando crédito, no obstante, a quienes sostienen que en la sociedad española impera, todavía, una cierta presión difusa para mantener estos comportamientos en la intimidad. Eso es lo que se deduce de la Macroencuesta de Violencia contra

la Mujer, realizada, también en 2015, a una muestra de 10.171 mujeres representativa de la población femenina residente en España de 16 y más años, y a cuyo tenor un 26,56% de las encuestadas decidieron no denunciar por miedo, un 21,08% por vergüenza y un 3,92% por disuasión por parte de la propia pareja o de un tercero.

Como se ha avanzado, el hecho de que sea la propia víctima la que haya acudido a comisaría a interponer la correspondiente denuncia ofrece lecturas e interpretaciones muy variadas. Puede deberse a su voluntad de buscar activamente una vía de salida al “conflicto”, de encontrar protección contra futuros actos de violencia, de alcanzar una cierta satisfacción moral — al tener la sensación de que, por fin, se va a reaccionar contra el agresor y sus actos — o, simplemente, de obtener mejoras en su situación o una reparación económica (Felson et al., 2002). Sea como fuere, lo que interesa destacar en este momento es que todas y cada una de esas variables son compatibles con la idea, avanzada por criminólogos y sociólogos, de que el mantenimiento o incluso incremento de la tasa de denuncia a lo largo de un determinado período de tiempo no es un fenómeno ajeno al grado de confianza que el sistema de justicia penal, en sentido amplio, le merece a las víctimas ni, por consiguiente, a sus propias posibilidades de éxito (Buzawa y Buzawa, 2003: 177 ss.; Albertín et al., 2009: 111 ss.; Douglas, 2012: 121 ss.).

Teóricamente, la afirmación de la naturaleza de delito público de la violencia de género lleva aparejado un mensaje simbólico muy relevante, dirigido, entre otros, a los integrantes de las Fuerzas y Cuerpos de seguridad, para que siempre presenten atestado, al margen de lo que pueda indicar o desear la víctima. El prácticamente irrelevante porcentaje de causas iniciadas (de forma unilateral) por la intervención directa de aquellos parece confirmar, sin embargo, que, en la práctica, no parece sencillo que la policía dé curso a los incidentes en los casos en que la mujer manifiesta su voluntad de no denunciar. Muy poco significativa es, igualmente, la proporción de procesos que tienen su origen en la denuncia de un familiar de la víctima, a pesar de que estos delitos se producen, normalmente, en el entorno familiar y que aquellos pueden ser perfectamente, por consiguiente, testigos directos de los hechos o de otros que guardan relación con ellos (por ejemplo, del estado emocional y físico de las partes, de la presencia de vestigios o signos de la agresión...). A la hora de interpretar ese dato, habrán de traerse a colación, junto con los aspectos socio-culturales a que se ha hecho referencia, factores como el de los costes que acarrearán las sanciones penales para toda la familia o el temor a producir una desestructuración familiar (Hoyle y Sanders, 2000: 15; Blay, 2014: 385).

## 2. Intervención de las víctimas como testigos

El progresivo incremento del número de denuncias no ha servido para atajar, ni mucho menos, todos los problemas que presenta la persecución penal de los delitos de violencia de género.

Una de las peculiaridades de estos procesos penales estriba en los considerables obstáculos probatorios a que deben enfrentarse la fiscalía y el juez (para alcanzar su convicción). Al producirse los hechos, en la gran mayoría de los supuestos, en el hogar familiar, la única que los conoce es, frecuentemente, la propia víctima, lo que significa tanto como los únicos elementos de prueba directa y personal con que podrá contarse serán las declaraciones realizadas por el imputado — habitualmente en sentido exculpativo — y las manifestaciones de aquella — en este caso, de carácter incriminatorio, consideradas por los artículos 109 y 110 de la LECrim como declaración de parte (Chinchilla et al., 2001: 18; Corcoy, 2010: 152 ss.; Olaizola, 2010: 279 ss.).

Parece imprescindible, en consecuencia, que las víctimas de la violencia declaren durante la instrucción y testifiquen y ratifiquen dichas declaraciones en el transcurso del juicio oral. El patrón al que suelen responder sus comportamientos y actitudes es, no obstante, todo menos convencional. La existencia de vínculos personales, vitales y afectivos con el agresor (en ocasiones simultáneos, incluso, al desarrollo del proceso), por una parte, y el deterioro en la autoestima y el sufrimiento continuado, por otra, se traducen, en muchas ocasiones, en actitudes, conductas y declaraciones incoherentes y hasta contradictorias. Se trata de víctimas que se retractan, se niegan a declarar, rechazan las sentencias, facilitan el quebrantamiento de las que prohibiciones de alejamiento... (Larrauri, 2007: 102 ss.; Laurenzo, 2008: 356 ss.; Fuentes, 2009: 127). Quizá, por ello, el legislador español ha resuelto “desconocer” drásticamente su propia voluntad en ciertos procedimientos o trámites, al permitir, por ejemplo, que sean otros quienes soliciten (para ellas, se entiende) la orden de protección, excluir que sus cambios de opinión sean causa de revocación de dicha orden o imponer de manera obligatoria determinadas reglas de conducta, como la prohibición de aproximación y las órdenes de alejamiento. Este *modus operandi* parece dar la razón a quien observa que el sistema español de protección frente a la violencia de género se orienta al cumplimiento de fines “más elevados” que el de ser un mero instrumento de lo que buscan las víctimas, de sus temores y dudas (Laurenzo, 2008: 328 ss.).

La Ley 1/2004 ha previsto algunas medidas para poner a disposición de las víctimas, por medio de los correspondientes equipos técnicos de ayuda, un sistema de apoyo continuado, desde el momento de la denuncia hasta el de la celebración del juicio oral. Técnicos y especialistas coinciden, sin embargo, en destacar su insuficiencia, insistiéndose en la necesidad de mejorar, con carácter general, los sistemas de protección, información y asistencia social y letrada, así como de garantizar la coordinación de las actividades de todos los profesionales que intervienen en la fase de investigación del proceso. La reivindicación de la utilidad y operatividad de los “protocolos de actuación” — y la exigencia de su seguimiento — a la hora de elaborar los expedientes instructorios es lugar común, en este sentido, en la literatura y en la praxis. En cambio, las recomendaciones de algunos fiscales de recurrir al art. 420 LECrim para imponerle una multa a la víctima-testigo que no acuda a declarar o, incluso, a los artículos 463, 456 y 458 del Código penal para procesarla como responsable de obstrucción a la justicia, acusación y denuncia falsas o falso testimonio, respectivamente, han hallado escaso eco (Medina, 2002: 534; Larrauri, 2007: 103; Lorenzo, 2008: 335).

También se ha llamado la atención sobre el dato de que, generalmente, entre el momento de interposición de la denuncia y el de celebración del juicio oral transcurrirá un período de tiempo generoso, que puede precipitar el riesgo de inasistencia al acto del juicio oral o de modificación de lo declarado en la fase de instrucción — cuando no de que se haga uso de la facultad de dispensa prevista en el artículo 416.1.º de la LECrim. Frente a ello se han venido presentando diversas fórmulas y propuestas dirigidas a favorecer sistemas de captación del testimonio que, con pleno respeto a las garantías procesales, permitan su recogida inmediata y minimicen, en la medida de lo posible, el peligro de que se produzca una modificación del relato de los hechos y la angustia provocada por la espera del día fijado para el juicio oral: reducir las comparecencias, evitar todo contacto visual directo entre las partes, empleando medios audiovisuales; la interposición de una mampara; la eliminación de los datos relativos a la identidad o a la localización de la víctima-testigo en los autos; el establecimiento legal de su domicilio en la sede del propio juzgado, etc. (Corcoy, 2010: 159; Fernández-Figares, 2012: 36 ss.; Ibáñez, 2015: 70). Todas ellos cuentan con cobertura legal en la Ley Orgánica 19/1994, de 23 de diciembre, de Protección a Testigos y Peritos en Causas Criminales, y en la LO 14/1999, de reforma de la LECrim en materia de protección a las víctimas de malos tratos. Esta última sanciona la posibilidad de extender el régimen de excep-

cionalidad de los careos y de la confrontación visual entre el testigo y el acusado a todos los casos en que se acredite una situación de especial dependencia psíquica o de temor racional y justificado, entre ambos, aunque el primero (la primera) sea mayor de edad.

La valoración de la suficiencia y aptitud del testimonio de la víctima compete al juez sentenciador, en el bien entendido de que, de cualquier modo, supondrá un elemento probatorio más, o sea, sin virtualidad para desvirtuar de forma automática la presunción de inocencia del imputado. Conviene recordar, a este respecto, que el Tribunal Supremo ha venido determinando los parámetros mínimos a los que debe ajustarse la declaración de la denunciante para constituirse en (única) prueba de cargo: el de la ausencia de incredulidad subjetiva, el de la constatación objetiva de la existencia de los hechos (verosimilitud de la declaración) y, por último, el de la persistencia en la incriminación. El segundo de los extremos podrá establecerse con ayuda de las llamadas corroboraciones periféricas de naturaleza objetiva — como las conclusiones del informe médico, así como de un adecuado conocimiento sobre el estado de capacitación de la víctima (tanto en el momento en que sucedieron los hechos, como en el de prestar testimonio en el juicio oral. Por su parte, la persistencia en la incriminación, o, lo que es lo mismo, la ausencia de contradicciones y ambigüedades en ella y su carácter prolongado en el tiempo, podrá acreditarse a través del correspondiente interrogatorio y de las preguntas formuladas durante el plenario.

Comentario aparte merece el problema de la retractación, en el juicio oral, del relato realizado durante la instrucción del procedimiento y del valor probatorio de estas últimas. De acuerdo con la jurisprudencia mayoritaria, no hay nada que impida que dichas declaraciones se introduzcan en el plenario mediante su lectura en virtud del artículo 714 LECrim. Una vez sometidas a los requisitos de oralidad, inmediatez, contradicción y publicidad, el órgano judicial que ha de dictar la sentencia tendrá libertad para ponderar ambos relatos y decidir a cuál le otorga mayor credibilidad (STS 25/01/2008; De Hoyos, 2008: 446-449; Fuentes, 2009: 136). Mayores problemas suscita la valoración de la declaración policial de la víctima en los casos en que se retracta de su primer relato en el acto del juicio oral. Esta cuestión excede, no obstante, de los límites de este trabajo.



### 3. El ejercicio del derecho a no declarar

De acuerdo con los arts. 416 y 707 LECrim, y con independencia de que haya interpuesto o no denuncia, la mujer se halla dispensada de cumplir con el deber de declarar en fase de instrucción y de juicio oral, respectivamente, siempre que medie relación conyugal o — tras la Ley 13/2009, de 3 de noviembre, de reforma de la legislación procesal para la implantación de la Nueva Oficina Judicial — de hecho análoga a la matrimonial. A tenor del art. 416.1 LECrim, en concreto, la dispensa asiste a “los parientes del procesado en línea directa ascendente y descendente, su cónyuge, o persona unida por relación de hecho análoga a la matrimonial, sus hermanos consanguíneos, o uterinos y los laterales consanguíneos hasta el segundo grado civil, así como los parientes naturales a que se refiere el número 3 del artículo 261”.

El régimen legal que acaba de exponerse — sucintamente — es objeto de controversia entre los operadores jurídicos. Las cifras sobre renunciaciones de las mujeres a la continuación de los procesos penales en los que son víctimas, es decir, al legítimo derecho de ejercer su acción penal contra su agresor, son muy significativas. Los estudios estadísticos y de campo insisten en que la negativa a declarar propicia una cascada de sentencias absolutorias y de sobreseimientos, lo que significa tanto como que el silencio de la víctima termina por prestar cobertura — y facilitar la huida del proceso — al agresor (Gudín, 2009: 8-9; Miranda, 2009: 458; Serrano, 2010: 153). Se ha sostenido, por ello, la necesidad de proceder a su reforma, sugiriéndose al respecto diversas líneas de intervención, orientadas todas ellas, de una manera u otra, a acotar o reducir la “excesiva” discrecionalidad judicial que parece presidirlo (Magro, 2005: 1697-1699; Pelayo, 2009: 507-508; Sibony et al., 2011: 18).

Una de esas propuestas, no exenta de críticas, por cierto, procede del grupo de expertas y expertos en violencia doméstica y de género del Consejo General del Poder judicial, que apuesta por distinguir los casos en que la testigo es víctima de violencia de género de aquellos otros en que los delitos y faltas en cuestión no proceden de personas vinculadas a ella por las relaciones de parentesco descritas en el art. 416 LECrim. Al objeto de evitar fraudes de ley, dicha propuesta prevé que la exención de la obligación de declarar por razón de parentesco “no será aplicable cuando las personas... hayan aceptado declarar durante el procedimiento después de haber sido debidamente informadas de su derecho a no hacerlo”.

En cualquier caso, hay que conceder que la relación existente entre los principios de autonomía de la voluntad de las víctimas de violencia de género y de tutela

legal de quienes sufren situaciones de dominación es todo menos pacífica y que se abre a tensiones y discordancias para las que no cabe soluciones únicas ni, mucho menos, sencillas.

Desde luego, a la hora de proceder a un análisis del tema deben tenerse presentes diversos aspectos. Así, por una parte, parece claro que si la participación de la víctima en la maquinaria procesal se dejase totalmente a su arbitrio, se estaría sancionando la no penetración del Derecho penal en el ámbito familiar, incluso cuando se estuviese delitos públicos o semipúblicos. Por otra parte, sin embargo, parece que forzar a la denunciante a deponer testimonio en el acto del juicio podría conducir a su imputación como autora de un delito de desobediencia o de falso testimonio, por causa de la divergencia de las declaraciones que pueda realizar en la fase de instrucción y en el juicio oral (Miranda, 2009: 460; Pelayo, 2009: 508-509; Serrano, 2010: 138). Tampoco puede pasarse por alto, en fin, el dato de que la exclusión de plano de las víctimas de violencia de género del campo de aplicación de la dispensa del art. 416 generará dudas razonables de inconstitucionalidad, sobre todo si es que, efectivamente, se parte de la base de que el principal fundamento de aquella se halla en el art. 24. 2 de la Constitución.

Otra de las cuestiones que debe ser examinada es la relativa a la determinación del momento en que las víctimas pueden acogerse a la dispensa, teniendo en cuenta que las circunstancias o situaciones que hacen posible su ejercicio no tienen por qué estar vigentes durante toda la duración del proceso penal. Es muy posible, por ejemplo, que la víctima sí sea cónyuge del agresor en el momento en que se interpone la denuncia o en que se produce la declaración ante el juez de instrucción, pero que al tener lugar la declaración en el juicio oral ya sea firme la sentencia de divorcio o no subsista el vínculo afectivo o la situación de pareja de hecho.

Las opiniones sobre este punto no son, de nuevo, unánimes. Tratando de sistematizarlas, diré que para un sector es imprescindible que la circunstancia o situación que da fundamento a la dispensa subsista en el momento de declarar, debiendo radiarse del precepto, en consecuencia, los casos de quiebra definitiva de la misma. En cambio, las quiebras temporales — en las que finalmente se produce una reconciliación de la pareja — si deberían enervar su aplicación, so pena de dar al traste con el derecho a la tutela judicial efectiva, por privar al Ministerio Fiscal (ilegalmente) de una prueba que podría ser esencial para acreditar la existencia del delito objeto de acusación. Mayor flexibilidad exhibe la Senten-

cia de la Audiencia Provincial de Madrid, Sección 27, de 26 de julio de 2012 (ROJ: SAPM12983/2012), que lleva a cabo un interesante análisis de las sentencias interpretativas del Tribunal Supremo sobre la figura de la dispensa. A título de conclusión, la sentencia señala que los vínculos de parentesco deben existir al realizarse la declaración, salvo cuando el testimonio pueda comprometer la intimidad familiar existente en el momento de producirse la agresión, en cuyo caso también procederá reconocerle a la víctima la facultad de hacer valer lo previsto en el art. 416.

Menos polémica es la imposibilidad de hacer revivir las declaraciones sumariales una vez que se ha hecho uso de la dispensa en el juicio oral. Ciertamente, la víctima puede haber prestado, en fase de instrucción, una declaración claramente inculminatoria, para decidir acogerse posteriormente a la dispensa en el plenario, si es que conserva su relación matrimonial (o casi matrimonial) con el agresor. Pues bien, tanto la doctrina como la Jurisprudencia del Tribunal Supremo se han pronunciado en contra de la posibilidad de incorporar la declaración testifical prestada en el sumario a la actividad probatoria del juicio oral por la vía de los artículos 714 ó 730 LECrim (Miranda, 2009: 458-459; Pelayo, 2009: 516; Sibony et al., 2011: 20; STS 129/2009, de 10 de febrero). Dos son los argumentos que se traen en apoyo de esta postura: el del efecto desvirtuador que supondría, para el derecho a la dispensa, la lectura de las declaraciones sumariales ante el silencio del testigo-víctima en el juicio oral; y el del perjuicio irrogado al derecho a la defensa del inculpado, al que se privaría de la facultad de interrogar a un testigo esencial, con las necesarias garantías derivadas de la publicidad, oralidad, contradicción e inmediatez.

#### **4. Comportamientos procesales de las víctimas y prueba indiciaria**

Los casos en que la fuente originaria de conocimiento de los hechos denunciados, en esta clase de procedimientos, proviene de alguien distinto de la propia víctima son escasos, poco representativos. Teniendo en cuenta ese dato, y a la vista de los comportamientos procesales de buena parte de las víctimas-testigos, parece esencial disponer, en el acto del juicio oral, de un cuadro indiciario lo suficientemente sólido como para permitir recurrir, en su caso, al método de la prueba indiciaria.

Ahora bien, y sin necesidad de traer a colación supuestos especialmente problemáticos (como los de denuncias de agresiones sexuales sufridas por menores o personas dependientes en el medio doméstico o de maltrato psicológico continuado), es preciso apuntar que la violencia de género es tan compleja en sus cir-

cunstances y factores que la construcción de la prueba siempre aparecerá, a la fuerza, como una tarea interdisciplinar, en la que a la Medicina Legal le corresponde un rol muy significativo (Serrat, 1999: 44; Chinchilla et al., 2001: 14 y 15; Cobo, 2006: 183).

El que con frecuencia se produzca en la intimidad del ámbito doméstico, la inexistencia de huellas visibles de la violencia psicológica, la incomparecencia de la víctima, la retractación de la denuncia por el temor a represalias y la dependencia psicológica y económica del agresor son factores que hablan, en efecto, en favor de la importancia de la prueba pericial o forense, cuyo sentido es el de reconstruir los hechos determinando de modo concluyente (y no por exclusión) el nexo causal (Asensi, 2008: 15 ss.; Rodríguez y Concheiro, 2013: 157 ss.). Los factores clave en esa reconstrucción serán, entre otros, junto con la valoración de la lesión, la estimación de la compatibilidad entre las lesiones que se hayan podido comprobar y los mecanismos empleados para lesionar y la valoración de la situación emocional en que se halla la víctima después de los hechos, llevada a cabo por la asistencia sanitaria convencional cuando interviene para tratar las posibles lesiones físicas (Chinchilla et al., 2001: 14 y 15; Cobo, 2006: 236 ss.; Casas y Rodríguez, 2010: 112 ss.). Además, y pensando fundamentalmente en la recreación del “clima violento” eventualmente objeto de denuncia, habrá de contarse con testimonios y datos periféricos (como el testimonio de vecinos o amigos o los daños causados en el domicilio) (Casas y Rodríguez, 2010: 114).

En suma, debido a su ya aludida complejidad, y a que debe producirse en el marco de un procedimiento legal, es imprescindible que la prueba en los procesos por violencia de género se aborde con una perspectiva interdisciplinar y vertebrada. A la primera de las vertientes responde la creación del denominado equipo forense (Unidades de Valoración Integral), formado en principio por los propios médicos forenses, psicólogos y trabajadores sociales (García, 2010: 108; Casas y Rodríguez, 2010: 111 y 112). La segunda nota guarda relación, en cambio, con los guiones o protocolos de trabajo diseñados al efecto, a modo de códigos de buenas prácticas. Su correcto seguimiento debería traducirse en la incorporación a todos los procedimientos de una serie de documentos, entre ellos, el parte de lesiones de comunicación al juzgado, el parte de asistencia inicial de lesiones o documento que contenga una descripción pormenorizada de las lesiones y la actuación asistencial efectuada (Serrat, 1999: 44; Cobo, 2006: 236; García, 2010: 96 ss.). Al margen de ello, también debe tratar de convencerse a las víctimas y familiares o

allegados para que traigan todos los documentos que pudieran ser importantes para conocer las circunstancias y aspectos vinculados a los hechos, como los antecedentes documentados de otras agresiones a la misma persona o a otras personas del mismo medio doméstico. La aportación de todos estos materiales adquiere un especial protagonismo a la hora de ayudarle al juez a hacerse una idea de la violencia sufrida.

Obviamente, la correcta producción de la prueba pericial habrá de enfrentar un cúmulo de obstáculos, que van desde la propia dificultad para lograr la presencia de ese equipo forense interdisciplinar en los juicios rápidos (por las limitaciones a la hora de disponer de equipos y por la incompatibilidad entre la complejidad de la valoración pericial psicosocial y lo ajustado de los períodos de tiempo de los juicios rápidos), hasta su excesiva carga de trabajo, derivada del encadenamiento de valoraciones penales y civiles (Cobo, 2006: 185). Todo ello sin perder de vista las dudas y reticencias manifestadas por no pocos profesionales a la hora de emitir el parte de lesiones y enfrentarse, en consecuencia, a conflictos médico-legales difíciles de solventar (Lorente, 2008: 196; García, 2010: 94).

## Referencias

- Albertín, Pilar, Cubells, J. y Calsamiglia, A. (2009) Algunas propuestas psicosociales para abordar el tratamiento de la violencia hacia las mujeres en los contextos jurídico-penales. *Anuario de psicología jurídica* 19: 111-123.
- Asensi, Laura (2008) La prueba pericial psicológica en asuntos de violencia de género. *Revista Internauta de Práctica Jurídica* 21: 15-29.
- Blay, Ester (2014) “Voy no no voy”: el recurso a la policía en el caso de la violencia de género. Perspectivas de las víctimas. *Estudios Penales y Criminológicos* 33: 369-400.
- Buzawa, Eva y Buzawa C. (2003) *Domestic Violence. The Criminal Justice Response*. Thousand Oaks, London, New Delhi: SAGE.
- Casas, Juan y Rodríguez, M. (2010) Valoración médico-forense de la mujer maltratada. *Revista Española de Medicina Legal* 36: 110-116.
- Chinchilla, María, Gascón E. y Otero M. (2001) Construcción de los hechos desde la prueba en procedimientos de violencia doméstica. En: García A. y Lombardo E. (eds.) *Género y derechos humanos*. Zaragoza: Mira, 1-20.
- Cobo, Juan (2006) El juez y la prueba forense en la violencia de género. *Cuadernos de Derecho Judicial* 4: 179-252.
- Consejo de Europa (2011) *Convention on preventing and combating violence against women and domestic violence CETS No. 210*.

- Corcoy, Mirentxu (2010) Ley y violencia de género. Problemática jurídico-penal y político-criminal de la regulación de la violencia de género y doméstica. *InterseXiones* 1: 137-177.
- De Hoyos, Montserrat (2008) Nuevas tendencias en la investigación y prueba de los delitos de violencia doméstica y de género. En: Arangüena C. y Sanz Á. (eds.) *La reforma de la justicia penal*. Valladolid: Lex Nova, 433-462.
- Douglas, Heather (2012) Battered women's experiences of the criminal justice system: Decentring the law. *Feminist Legal Studies* 20: 121-134.
- Felson, Richard, Messner, S. F., Hoskin, A. H. y Deane, G. (2002) Reasons for reporting and not reporting domestic violence to the police, *Criminology* 40: 617-647.
- Fernández-Figares, María (2012) La fuerza probatoria del testimonio de la víctima en la condena por delitos de violencia contra la mujer. *Revista Internauta de Práctica Jurídica* 28: 25-38.
- Ferreiro, Xulio (2005) *La víctima en el proceso penal*. Madrid: La Ley.
- Fuentes, Olga (2009) *El enjuiciamiento de la violencia de género*. Madrid: Iustel.
- García, Laura (2010) *Estudio médico-forense de la violencia de género: análisis de la calidad de los partes de lesiones*. Madrid: Universidad Complutense.
- Gudín, Faustino (2009) El silencio procesal de las víctimas: ¿caballo de troya para futuros maltratos? *Actualidad Jurídica Aranzadi* 769: 1-9.
- Hoyle, Carolyn y Sanders A. (2000) Police Response to Domestic Violence, *The British Journal of Criminology* 40: 14-36.
- Ibáñez, Paula (2015) La declaración de la perjudicada en los procedimientos de Violencia de Género: una aproximación crítica desde el ejercicio de la abogacía. *Journal of Feminist, Gender and Women Studies* 1: 63-71.
- Larrauri, Elena (2003) ¿Por qué retiran las mujeres maltratadas las denuncias? *Revista de Derecho Penal y Criminología* 12: 271-307.
- Larrauri, Elena (2007) *Criminología crítica y violencia de género*. Madrid: Trotta.
- Laurenzo, Patricia (2008) La violencia de género en el Derecho penal: un ejemplo de paternalismo punitivo. En: Laurenzo P., Maqueda M. y Rubio A. (eds.) *Género, Violencia y derecho*. Valencia: Tirant lo Blanch, 329-362.
- Lorente, Miguel (2008) Violencia y maltrato de género (I). Aspectos generales desde la perspectiva sanitaria. *Emergencias* 20: 191-197.
- Magro, Vicente (2005) La imposibilidad de conceder a las víctimas de la violencia de género la dispensa de declarar contra sus agresores (artículo 416 LECrim): ¿es necesaria una reforma legal? *La Ley* 4: 1697-1708.
- Medina, Juan (2002) *Violencia contra la mujer en la pareja. Investigación comparada y situación en España*. Valencia: Tirant lo Blanch.

- Miranda, Manuel (2009) Particularidades de la prueba en los delitos de violencia de género. En: De Hoyos M. (ed.) *Tutela jurisdiccional frente a la violencia de género: aspectos procesales, civiles, penales y laborales*, Valladolid: Lex Nova, 449-474.
- Morillas, Lorenzo, Jiménez M., Luna J., Miranda M., Morillas D. y García I. (2006) *Estudio empírico sobre el maltrato a la mujer: una serie de 338 casos*. Madrid: Dykinson.
- Naciones Unidas (1993) *Resolución 48/104 de la Asamblea General "Declaración sobre la eliminación de la violencia contra la mujer"* A/RES/48/104.
- Olaizola, Inés (2010) Violencia de género: elementos de los tipos penales con mayor dificultad probatoria". *Estudios penales y criminológicos* 30: 269-316.
- Pelayo, Marta (2009) ¿Es necesaria una reforma del art. 416 L.E.Crim. para luchar contra la violencia de género?. En: De Hoyos M. (ed.) *Tutela jurisdiccional frente a la violencia de género: aspectos procesales, civiles, penales y laborales*. Valladolid: Lex Nova, 505-520.
- Quintero, María (2011) La realidad jurídico-social de los delitos de violencia de género. *Intervención psicoeducativa en la desadaptación social* 4: 25-32.
- Rodríguez, María y Concheiro L. (2013) La violencia de género: aspectos médico-legales de la práctica clínica. En: Rodríguez M. y Vázquez-Portomeñe F. (eds.) *La violencia de género: aspectos médico-legales y jurídico-penales*. Valencia: Tirant lo Blanch, 157-183.
- Roig, Cristina (2012) La víctima como testigo en los procesos penales por violencia de género: especial referencia a la Jurisprudencia de la Comunidad Valenciana. *Revista del Instituto Universitario de Investigación en Criminología y Ciencias Penales de la Universidad de Valencia* 8: 67-118.
- Serrano, Gregorio (2010) Sobre las posibles conductas procesales de la mujer víctima de delitos de violencia de género. *Anuario de la Facultad de Derecho de la Universidad de Extremadura* 28: 117-162.
- Serrat, Dolores (1999) Violencia doméstica y de género: aspectos médico-legales. *Derecho y Salud* 38: 39-45.
- Sibony, Ruby, Serrano M. y Reina O. (2011) La prueba y la dispensa del deber de declarar por la testigo-víctima en los procesos de violencia de género. *La Toga* 182: 13-22.
- Unión Europea (2008) *Directrices sobre la violencia contra las mujeres y la lucha contra todas las formas de discriminación contra ellas PESC 1549 COHOM133*.





# PARTE VIII

## **TRABALHO, ECONOMIA E AMBIENTE**



## **Gender of prestige? Experiences of male and female members of high prestige occupational groups**

*Olga Czeranowska*

### **RESUMO**

O prestígio ocupacional é um dos assuntos mais pesquisados na Sociologia, mas na maioria dos estudos sobre gênero é “invisível”. A pesquisa que realizei para a minha tese de doutoramento focou-se nos grupos ocupacionais de alto prestígio. Utilizei uma abordagem sequencial explicativa com método misto, na qual os dados do primeiro estágio quantitativo foram utilizados como base para pesquisa qualitativa — entrevistas com membros de profissões de alto prestígio. A entrevista incidiu nas experiências dos entrevistados homens e mulheres de grupos ocupacionais de alto prestígio, questionando-os sobre as diferenças entre mulheres e homens em termos de carreira e de prestígio, tanto no campo profissional como no mercado de trabalho em geral.

**PALAVRAS-CHAVE:** prestígio, gênero, trabalho, grupos ocupacionais

### **RESUMEN**

El prestigio laboral es uno de los temas más examinados en Sociología, pero en la mayoría de las investigaciones el género es ‘invisible’. La investigación para mi tesis

de doctorado se concentró en las ocupaciones de alto prestigio. Utilicé un modelo explicativo secuencial de investigación con metodología mixta. Los resultados de la primera etapa cuantitativa fueron usados como bases para la segunda etapa — las entrevistas con los miembros de ocupaciones de alto prestigio. El escenario de la entrevista consistía en preguntas sobre las experiencias de mujeres y hombres mientras miembros de grupos ocupacionales de alto prestigio. Les pregunté sobre diferencias entre carreras profesionales y prestigio laboral de los hombres y las mujeres (ambos en su profesión y en el mercado laboral en general).

**PALABRAS CLAVE:** prestigio, género, trabajo, grupo ocupacional

#### **ABSTRACT**

Occupational prestige is one of the most researched topics in Sociology, but in most existing studies on gender, it is ‘invisible’. The research I have conducted for my PhD thesis was concentrated on the occupational groups of high prestige. I used a mixed-method explanatory sequence design, in which the findings of the quantitative stage served as the basis for qualitative research — interviews with members of high prestige occupations. The interview concerned interviewees’ experiences as male and female members of high prestige occupational groups. I asked them about the differences between women’s and men’s careers and prestige, both in their own professional field and on the labour market in general.

**KEY WORDS:** prestige, gender, work, occupational group

#### **Introduction**

Occupational prestige has been one of the most researched topics in sociology (Domański, 1991). It is mostly because of the unique meaning that the occupational division of work has in modern societies as a basic scheme of transforming costs of gaining position into benefits connected with it (Domański et al., 2007).

It is also noteworthy that differences between members of society and their acting in different spheres are, according to Émile Durkheim, the basis of organic solidarity (Durkheim, 1999).

In the personal dimension, occupation has a bearing on behaviours and attitudes, because work takes a considerable amount of time on both the micro level (daily or weekly) and macro level (biography). In addition, it influences economic

status, and therefore consumption (Domański, Sawiński, 1991). Max Weber wrote even that occupational groups are the modern equivalents of states, as they base their claims for respect mostly on lifestyle factors (Weber, 1975).

According to the functional theory of stratification, occupational prestige is one of the rewards that society attributes to certain positions to ensure that they are filled with properly qualified individuals. The prestige level (and other rewards, both material and immaterial) of the position relates to two factors. The first is the functional meaning of the occupation for the society, and the second relates to the number of individuals who have or can gain required competences (Davies and Moore, 1945). Therefore, occupational prestige hierarchy is a valuable source of information of the society's normative system and beliefs.

It must be underlined, however, that despite a long and rich tradition of research concerning occupational prestige, there is not much data available concerning gender differences in that area. An important methodological issue is the fact that in some languages (among them Polish) not all occupations have even female grammatical forms (or that those forms, being relatively new, are regarded as controversial). Nevertheless, some exceptions can be found, one of them extremely valuable and interesting: the study of Professor Irena Reszke from the early 1980s (Reszke, 1984).

This 'invisibility of gender' inspired me to include differences between men and women as a horizontal research problem in my doctoral thesis. In this article, I will present an analysis of qualitative interviews with members of high prestige occupational groups.

## **1. Methodology**

In order to achieve complex answers for my research questions in the research plan for my doctoral thesis I decided to combine quantitative and qualitative methods of gathering and analysing the data. I have chosen sequential explanatory research design in which qualitative research is used to explain and deepen initial findings obtained by using quantitative methods (Creswell, 2014). I therefore began with auditory questionnaire and quantitative media content analysis (press). I also carried out desk research, based mostly on results of previous studies on occupational prestige. Results from this first stage helped me to develop the methodology in the next stage of the research. The results of this second stage of the research are presented in this article.

## 2. Data collection and analysis

I have chosen semi-structured interviews technique — every conversation was based on the same scenario (that included main subjects related to the research question), but the course of each interview was different, adjusted to the individual.<sup>[1]</sup>

All interviews were recorded and transcribed to enable further analysis. I decided to use qualitative content analysis inspired by a methodology of systematic text condensation (Maltreud, 2012), based on phenomenological analysis used by Amadeo Giorgi in psychology (Giorgi, 2003). I used the procedure that consisted of four stages and started with finding main threads — topics that are most visible, important and connected with the goals of my research. Some of them were assumptive (based on the research questions) while others appeared during interviews or initial reading of the transcriptions. Next step was arranging these threads into coding keys that consisted of various codes organized into groups connected with main threads. For the coding procedure, I used OpenCode software. I coded natural meaning units (fragments of conversations) that are important for research questions. After this, I identified the condensed meaning of each code by cumulative analysis of units to which it was prescribed. Last stage was the description of obtained meaning along with finding authentic quotes to illustrate them.

## 3. Interviewees

I was aiming at gathering experiences and opinions of people with high occupational prestige. I wanted this group to be diverse, in order to show various possible meanings of occupational prestige and its possible sources. Therefore, I used results of my quantitative research, as well as data from previous research on occupational prestige to choose four occupational groups:

- State Fire Service – choice based on auditory questionnaire and on a Public Opinion Research Centre nationally representative study from 2013 (CBOS, 2013).

---

1. I was also trying to use unexpected chances — two of my interviews had a dyadic interviewing character (it was my interviewees' initiative to invite other person: in one case a co-worker, and in the second case a fiancée) and I thought that this could create the possibility of gathering interesting data.

- High education professors – choice based on the auditory questionnaire and Public Opinion Research Centre nationally representative study from 2013 (CBOS, 2013).
- Elderly care assistants – choice based on the auditory questionnaire.
- Popular culture artists – choice based on quantitative media analysis.

After first twenty interviews and initial analysis of the data, I decided to add a fifth group - medical doctors, as this occupation was perceived as prestigious by my interviewees. I found this group interesting also considering my desk research on existing data — although it is still one of the most respected, its prestige has visibly fallen — from second place in the first Polish study in 1958 (Weśółowski & Sarapata, 1962) to eighth in 2013 (CBOS, 2013).

In every group, I was using a non-probability snowball sampling technique. I was trying to achieve in-group differentiation in terms of age, career path, specialization, place of employment, etc. The total number of interviews was thirty (six from each of the five groups).

Because of the horizontal meaning of gender in my research plan, I included an equal number of male and female incumbents from every group (regardless of real feminization/masculinization of the occupation). It is noteworthy that all occupational groups included in the study have particular characteristics from the gender perspective.

National Fire Service is one of the most masculinized occupational groups in Poland. According to data from May 2016, women consisted only of 3,96% from 29.653 National Fire Service members.<sup>[2]</sup>

The term 'high education professor' has two possible meaning in Polish. The first is the academic degree, while the second is the job position in high education.

The President of the Republic of Poland confers academic degrees after proposition of the State Commission for Scholarly Degrees (Dz.U. 2014 poz. 1852). They are therefore connected with academic and didactic achievements. According to the Polish Science Database internet site, managed by the National Information Processing Institute, in April 2016 there were 21.257 professors and females con-

---

2. Data obtained from The National Headquarters Of The State Fire Service.

sisted of only 25,74% (5472). As for professors, in terms of job positions there is a division between professors (with professor degree) and associate professors (who can be academics without professor degrees). Polish Central Statistics Office data shows that in the academic year 2014/2015 there were 22.752 people employed in professor positions — 26,6% (6059) of them were women. The proportion of women was smaller among associate professors — 16% compared to 25,7% among professors with degrees (GUS, 2015).

There are no confinable statistics available for elderly care assistants' groups, mostly because a considerable part of care work is performed without any kind of formal contract (on the grey market). Feminization of this group can however be assumed because of traditional cultural patterns according to which care is a natural woman's role (Daly, 2001). Also, in my own research experience, I found it difficult to find male assistants.

The pop culture artists group is even harder to define. I based my choice of interviewees on the results of my quantitative media content analysis; therefore, I was interested in people who may appear in press articles in their artistic work context. Unfortunately, it is not possible to evaluate gender proportions in this group – however my media content analysis showed that the numbers of articles concerning male and female artists were similar.

The added medical doctors' group is also quite gender balanced. Data from the Republic of Poland Register of Physicians and Dental Practitioners show that in the end of 2015, in the Polish Chamber of Physicians and Dentists there were 37,74% female members (41,9% physicians, 22,6% dentists and 55,2% with double license).

## **4. Results**

Gender was a horizontal issue in my interviews' scenario. It appeared on three levels: the general labour market situation, the interviewee's occupational group situation and the individual situation of every person to whom I talked. In this text, I will analyse those levels, starting with the broadest understanding of gender-prestige relation.

### **4.1 Gender and prestige on the labor market**

In one of the interview's first questions, I asked about the most important factors that can affect the labour market prestige level. The answers I received concerned



mostly work quality, personality and competences but also fame and income. However, gender was not spontaneously mentioned in any interview. Nevertheless, when I asked additional questions about this issue, a significant number of people taking part in the interviews agreed that men and women situations on the labour market are different. What is interesting is that men, more frequently than women, see the problem of discrimination as already solved. *“I think that, in Poland, it is changing, the female role had changed, and it went the other way. Sometimes there are men in feminine occupations.”* (Popular culture, M, 52).

The differences perceived by my interlocutors were strongly connected with stereotypes and traditional cultural patterns, according to which every woman's main role is to be a wife and mother. In consequence, women occupational activities are of secondary importance at all levels: for themselves (which influences their ambitions and level of engagement into occupational activities), for families (because it is men who should be main providers, which may justify pay discrimination) and for society. *“It is because of the tradition, for the various... you know, that women are all... home, kids, kitchen.”* (Higher education, W, 61)

One of the female high education professors also noted that both men and women share this kind of attitude. This may lead to the lack of female solidarity on the labour market, as well as to the internalization of the stereotypes. *“There is still a more ‘male perspective’, even among women. Women don’t so obviously appreciate other women who succeed.”* (Higher education, W, 53)

Stereotypes also affect the division of work, because according to them, gender (in this case — consistent with biological sex) relates to certain competences and qualifications. Women should therefore have more communication competences, be caring and empathetic. In contrast, rational thinking, physical strength and stamina relate to masculinity. The consequence is a division between ‘male’ and ‘female’ occupations according to what are the required competences. There is therefore an assumption that the quality of work is, at least to some degree, determined by in-born competences. *“It is hard to say, it depends on the profession, but I’ve heard that, for example in modelling, women have better chances, they are better paid in modelling, and also, because of that they have more possibilities of achieving prestige.”* (Popular culture artist, M, 30) *“You know, well, it would be really difficult for women to be miners, let’s be serious... but, you know nursing, or education, especially primary education, well... it would be difficult to put a man there, to play with children.”* (Medical doctor, M, 52)

It is noteworthy that my interviewees were mostly talking only about difficulties that women encounter in a male-dominated occupation, however it may be assumed that men's situation in female-dominated kinds of employment should equally be unfavourable. Nevertheless, they may also be a sub-group, separated from feminized occupation. This kind of difference may relate to higher prestige, which is very visible in one of my interlocutor's statement about male and female nurses: *"They are more like paramedics... working in ambulances, surgeries... more intensive, harder work."* (Medical doctor, M, 52)

#### **4.2 Gender and prestige in the occupational group**

My interviewees belonged to five occupational groups, and every one of them has very particular characteristics that affect whether and how their members perceive their prestige. As previously mentioned, my sample included both members of masculinized and feminized professions (National Fire Service and elderly care assistants) — and the gender proportions of remaining three were more balanced. Despite strong specificities of each one, some common tendencies were also possible to observe, which I think may be considered universal (i.e. occurring in all occupational groups). The first of such 'general conclusions' is tasks division and specializations inside the occupational group, corresponding to the stereotypes concerning 'in-born', natural competences of men and women. Situation is therefore the same as on the labour market general level. Femininity relates to emotional skills and sensitivity, while competences like the rational thinking ability, decisiveness and physical strength are seen as masculine. This leads members of an occupational group to perceive some of their responsibilities as more appropriate for male and others for female incumbents. This work division seems to be rational as it allows the group to achieve optimal results. *"In this medical world there is this division... surgical disciplines are more masculine, and paediatrics - is practically all women"* (medical doctor, W, 67). *"Well, in the fire brigade, you know, men would be better, because a man will be fitter, more trustworthy as a partner during action, but in the office, one tends to see rather women, because, for example, they are better organized, ordered, they can plan and organize their work and they can multitask"* (National Fire Service, W, 27). In some cases, the 'masculinity/femininity' of certain specialization, although obvious and completely natural for occupational groups' members, may be quite surprising for the outsider without professional knowledge. This may be interpreted as a proof that stereotypes

are really a construct that is rooted in culture (in that case — occupational culture), not some mythical men's or women's nature. "(...) *cause chemistry is varied, you know? There can be chemistry that is, well, 'heavy', not even synthesis, I think... but this industrial chemistry, well, those are more... polymers, explosions, these things are more masculine*" (higher education, W, 53).

Sometimes, this kind of specialization may be strictly connected with in-group prestige differences. There are two possible explanations for this situation: first, interpreting higher prestige of some specializations as the result of its masculinization, and the other as its cause. It is probably best to assume a reciprocal action between men who, being free to choose, would prefer high-prestige career paths and the fact that, in the labour market, men-dominated sectors job positions are more prestigious.

This division may also assume a vertical form, which is a form of discrimination called 'glass ceiling'. It means that women have lesser chances of being promoted for the highest and most prestigious positions in an organization. "*It is easier for men, definitely. You can see, for example, that these managerial positions are rather taken by men: they are directors, deans, rectors, so...*" (higher education, W, 53).

Another form of discrimination is called 'glass walls'. It means that women are concentrated in organization or specialization sectors that do not give progression possibilities. Women career paths are therefore from the beginning destined not to lead to the top management or other job positions that relate to particularly high prestige or best employment conditions. This kind of situation occurs in the National Fire Service, where women are generally accepted as office workers but not as members of fire brigades. Office work, though very important and with a high degree of responsibility, is regarded as less prestigious. What is more, the lack of practical experience (in fire brigade actions) would be regarded as a problem for a person holding a top position at the 'office hierarchy'. This means that even in the feminized part of the National Fire Service, top positions of the hierarchy are mostly occupied by men who attain them after having served in the fire brigade. One of my interviewees told me about his female predecessor: "(...) *she was respected, but still, she had this one deficiency, it wasn't her fault actually. She hadn't practical experience in the fire brigade, and that is a problem*" (National Fire Service, M, 44).

A second universal phenomenon was the difference between the impact of family life on mothers' and fathers' careers. It may be stated that children are

quite neutral for men's occupational life, while they constitute a crucial issue for women's careers. It may seem quite shocking from a biological point of view, but on the labour market it seems that it is women who have children, but not men. "... well, women in some age simply have children, families, and this is a choice" (higher education, W, 61).

Family life may therefore hamper women's occupational development, and in consequence their chances to achieve most prestigious positions or respect in the eyes of the occupational group members. Maternity is also a problem for women's employer or institution. "(...) I think that still men have it easier to be on the make of their career, to invest more time for gaining qualifications, for some research projects, or to spend more time working, because it is mostly on the woman's shoulders to care for the household" (medical doctor, K, 37). "When I went to him <director of the theatre> to tell that I'm pregnant so that he would know in advance and have time to find some good substitute or... and he says 'Oh Lord, you see, it is how it is with you women, Kobuszewski <distinguished Polish actor> was never pregnant', and I said 'But you know, director, someone had to give birth to Kobuszewski'" (popular culture, W, 46). "And it is not easy to connect this. I have this PhD student, she had her first child, now she is pregnant again, with second child, and I think that this is good, really, but she is still PhD student, and we have this ongoing research, so someone else has to do it, right?" (higher education, W, 61).

Especially striking was for me the example of my interlocutor whose husband belongs to the same occupational group (medical doctor). Despite their similar career situation, it was her who held responsibility for their children, giving their father the occupational development possibility. "One has to find balance, but it's true that I'm trying not to spend too much time working, even though there is always work to be done, but I'm trying to go home to children. So, my husband knows, that I will pick them up from school, spend time with them, so he is able to fulfil his work-related ambitions more" (medical doctor, W, 37).

I found it especially interesting to compare situations of men and women in two groups of opposite sex-ratio, such as National Fire Service (highly masculinized) and elderly care assistants (highly feminized).

Men working in elderly care had the opinion that it is easier and more natural for women to perform duties of this occupational group. They were therefore aware that they are exceptions proving the rule. "Maybe men are a bit shy, they are more introverted. (...) It's, I think that women are naturally caring. A woman gives birth

to a child, she is naturally so caring, yes, so understanding, and men would rather look for other occupation". (elderly care, M, 26).

On the other hand, some members of the group (both male and female) were aware that care is not only about empathy and interpersonal skills but may also mean hard physical work, therefore requiring strength (traditionally connected with masculinity). They described some situations in which a mixed team would be better for the care receivers (if the belief that all men are strong is supported). *"Even there, in the Centre, if there is a situation where a person needs to be placed in the bed or lifted, two assistants have to do this. And a man could do this by himself"* (elderly care, W, 55).

Personal experience of male elderly care assistants showed the presence of stereotypes concerning a gendered division of work. In their private life's, outside the occupational group, they met with belittlement and rather low-level humour concerning their occupational choice. *"It happened, with my friends, they said that this work is more for women"* (elderly care, M, 26).

On the other hand, male incumbents interpreted this kind of reactions as a sign of emotional immaturity. They also relate it with poor attitudes towards the elderly, as the people who do not respect old age in general are not able to see the value of their work. *"To be honest I also had friends that used to laugh 'oh, you are working with grannies'. But I think this is because of lack of knowledge."* (elderly care, M26).

*"<work of elderly care assistant> is respected by people over 35 years old, it's respected. But by those between 18 and 29 not so much (...) it may be because they don't have experience themselves. For example, their grandmother or grandfather died early, or they didn't have grandparents at all. Because those who had, they see it in another way."* (elderly care, M34)

They were also underlining the fact that they are respected in their work environment. They were content to work mostly with female co-workers. *"I feel good here. I am the only man, in this unit. But I really feel good, there is no possibility of any form of discrimination. So, I really feel good working with women"* (elderly care, M, 26)

They also felt admired for taking up duties that are outside their gender role. Therefore, it may be said that being a male member of highly-feminized occupational group is seen as very noble, because the work performed may be considered unworthy of men's time and attention. *"I think that they have higher prestige. This is*

*because it is really rare that man would like to care for the elderly person. As I said, this work may be really ungrateful*” (elderly care, W, 35).

*“They look differently at me, that I’m not afraid... of this, sort of feminine work”* (elderly care, M, 34).

Interviews with members of the National Fire Service were the ones in which the gender topic was most visible. The idea of women being firefighters (especially taking part in actions) is fairly controversial. The main reason seems to be the need of very high standards of physical strength and stamina required from the fire engine team — any shortage in this field may result in danger for victims or firefighters themselves. However, I think that cultural factors can also be taken into consideration, especially stereotypes concerning women’s emotionality and psychological weakness. Some people may also find situations of women (especially if they are mothers) taking such high risk as problematic and opposed to social norms according to which women should be protected. *“(...) you know, there are some people, maybe of the older date, that think that women are weaker, so she shouldn’t be a firefighter. Well, it may be all based on the stereotypes”* (National Fire Service, W, 27).

As a result, women who enter the fire service must work harder to be considered as good as their male colleagues. It may therefore be said, that women in a highly masculinized group (contrary to the situation of male elderly care assistants) have it more difficult to gain in-group respect. *“I think that all ‘skirts’, as they call us all ‘skirts’, both in the front line and in the office, need, from the beginning to do three times more”* (National Fire Service, W, 33).

The situation is especially difficult when it comes to the interpersonal relations in the fire engine team, where the factor of needed mutual trust comes into play. However, as a history of one of my interviewees proves, after ‘breaking the ice’ and proving her competences, women may be treated on equal terms with men. In addition, strong emotional bonds can be founded in a mixed team. *“I simply needed to prove that I’m not a weak doll, that weak doll who would only sit and do her nails, that if I have to, I can take shears, fire extinguisher or alternator, I can do what they do, and I don’t whine.”* (National Fire Service, W, 33).

I found it interesting that even if male interviewees saw this kind of behaviours in their colleagues, they underlined their own positive attitude towards women. They were even taking actions for the gender equality in National Fire Service. *“(...) <Commandant> didn’t want, he was anti-girls, but I began ‘Maybe we can*

*take one little step? This girl is pretty clever. Maybe she not a hero, super-strongmen, but maybe...?’ and he agreed and there were 7 or 8 girls afterwards” (National Fire Service, M, 44).*

This may be interpreted as pluralistic ignorance syndrome — a psychological phenomenon implying the assumption that one’s beliefs, however true and just, are contrary to popular opinion. Of course, social desirability bias should be also taken into consideration, as the interviews were conducted by a female.

### **4.3 Gender and personal prestige**

The perception of personal prestige is strictly connected with the situation of each interlocutor occupational group. It must nevertheless be underlined that a visible in-group differentiation also appeared.

The groups where members were most aware of their prestige were firefighters and high education professors. In both cases perceived prestige was mostly institutional — interviewees were connecting it with being member of a prestigious institution and a strong feeling of group identity. *“Previous generations worked for where we are now, for the social opinion about firefighter’s work, that was in the last years on the top of the <prestige> hierarchy” (National Fire Service, M, 51).*

Medical doctors also saw their occupational prestige as high, but on the contrary considered it more of a personal achievement. They were quite aware of their occupational group’s fall of prestige in last decades and blamed it on inefficient health care system. *“(…) it comes from the fact that people are overworked, this system is still the same, it is being run in the socialist way, it was not reformed, and this affects the degree of bureaucracy connected with the fact that there is this free market in other sectors, but here it is still how it used to be 20-30 years ago” (medical doctor, M, 40).*

The difference of opinions between male and female incumbents was not very clear. Generally, it may be said that men were more positive about occupational prestige of their position — women were more prone to deny their prestige or to give more ambiguous answers. It may suggest that occupational groups female members are feeling more obliged by the cultural norm that deplores pride. Henryk Domański wrote that, despite some similarities between ‘prestige exchange’ and economy, the first open claims would give the contrary results. Individuals on high-prestige positions are therefore expected to be humble (Domański 2012: 27).

On the other hand, women were more likely to see the impact of occupational life (successes and being members of high prestige occupational groups) as important for their general self-assessment. Overcoming obstacles in the occupational biography can be seen as the source of general confidence and sense of agency. *“Also, I kind of felt peace, when It comes to my self-assessment, it is like, I’ve already done something, I succeed, so I am able to do things”* (medical doctor, KW, 24). *“When everything goes right work-wise, all objectives are realized, then it obvious that it makes you feel amazing”* (medical doctor, W, 37).

Another important issue is perceived in my interviewee’s difficulty to combine high prestige positions with femininity. In some cases, it may be of course connected with stereotypes concerning masculinized high-prestige occupational groups (as firefighters). *“It may be that I don’t look like a firefighter, because firefighter is associated with this huge, sweaty bearded man with crowbar and axe.”* (National Fire Service, W, 33)

The story of one interviewee (a high education professor) shows, however, that even if the occupational field is not so strictly connected with traditional gender roles, there is an assumption that it is not possible to link success and high prestige with traits of traditional feminine role (as physical attractiveness). *“(…) it was a conference (…) and I noticed that I didn’t have this laser pointer (…) but there was this older professor and I saw that he was holding this kind of laser, so I asked him kindly ‘Professor could you please lend me this pointer, I am going to give lecture and I just forgot mine’, ‘You should have thought about it’ (…) he just threw himself ‘Please, have this pointer’. It shows, that I didn’t look like... you know I was younger, thinner, I looked like rather like a sort of person... not the one that could know something”* (higher education, W, 61)

The last question of the interviews concerned a hypothetical person of the opposite gender, having the same qualifications, educational status and occupational biography as my interviewee. I wanted them to evaluate whether this person would have higher, lower or the same level of prestige. Most of my interlocutors was convinced that it would be the same. They consider ‘prestige exchange’ rules in their work environment as meritocratic — based on the assessment of work quality, personal engagement and character. It may be something positive as long as it is not a result of avoiding seeing oneself as victim of discrimination (in case of women) or someone who is getting unjustified profits from it (men). *“Patients are flexible, they get used to their caregivers, caregivers they have, they get,*



but if it is man or woman, I think that it doesn't make a difference for them." (elderly care, W, 55)

"Maybe I'm wrong, maybe I don't really know my university, but I think that it shouldn't matter, because on my university there are many women with very high prestige and holding very responsible positions." (higher education, M, 57)

"Generally, this rock and roll world had become emancipated a long time ago, and over the world it is not only boys' domain. Prestige of female artists... there is no patriarchy whatsoever. Gender doesn't matter." (popular culture, M, 52).

Only a few of my interlocutors saw differences between their prestige and their hypothetical counterparts of the opposite gender prestige. The answers for this question tend to be blurred, but generally it may be assumed that the situation of male incumbents of the occupational position would be better. "I think that would be higher. (...) It is that men generally have higher prestige. Especially when it comes to managing. Around men there is always this aura, he has more authority, just because he is a man" (National Fire Service, M, 33).

One of my interlocutors noticed however that it is women who should be more valued, because of their double role. What is especially interesting in his opinion is that it does not negate traditional differences in mothers and fathers' responsibilities but draws a conclusion from it that can be regarded as opposite to the one prevailing in the society. "She should have higher prestige, because those girls frequently have kids, so she would also have to reconcile work and things connected with, well, being a young mother (...) it doesn't mean that they are single mothers (...) but, in this surgical world, sort of, some men have higher prestige (...) women should have higher prestige, I mean, because they are not only active as medicine doctors but also as young mothers" (medical doctor, M, 38).

### **Summary**

In the interviews, the qualitative stage of the research for my doctoral thesis, I was aiming at describing experiences and feelings of members of high prestige occupational. The gender influence on the career and prestige was the horizontal research problem, and during the interviews it appeared on three levels: macro (labour market), mezzo (occupational group) and micro (personal prestige of my interviewees). On the most general level, in the descriptions of the labour market situation, gender was not spontaneously named as one of the factors influencing level of prestige. With the additional questions however, I was able to discover

that most of my interlocutors saw the differences between the labour market situation of men and women. There seems to be a strong connection between stereotypes concerning gender roles and processes on the labour market. One of the very important tendencies is the division between ‘male’ and ‘female’ occupations according to the character of skills required. Breaking social norm (by trying to achieve success in occupation prescribed to the opposite sex) relates to certain sanctions, mostly for women. Moreover, women are generally considered more focused on family life, while work is for them a second importance issue. This kind of perception framework may lead to hampering women’s chances of achieving high prestige positions.

Despite strong differences between the character of occupational groups (especially as one of them is very strongly feminized, while another very strongly masculinized) there is a possibility of noticing some common tendencies. The first is the different influence of family life on the career of mothers and fathers. The birth of a child seems quite neutral from the male’s career point of view, while it may be a serious barrier in female’s occupational development. There is also a separation of tasks and specializations considered suitable for men and women — similarly, at the macro level of the labour market this division relates to stereotypes concerning inborn skills associated with gender.

On the personal level, women were less convinced of their high prestige positions. It is possible that the social norm concerning humbleness is affecting them more strongly. At the same time, successes and occupational prestige seem to influence their self-esteem more than men’s. My interlocutors were generally convinced that their environment is using a rather just and meritocratic system of judgment in which the prestige level corresponds to personal characteristics but not gender.

## References

- Creswell John (2014) *Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches*, SAGE, Los Angeles-Londyn-New Delhi-Singapur-Waszyngton.
- Daly Mary (2001) *Care policies in Western Europe* [in:] Daly Mary (ed.) *Care work. The quest for security*, International Labour Office, Geneva.
- Davis Kinsley and Moore W. (1945) Some principles of social stratification. *American Sociological Review*, Vol. 10, No. 2, 242-249.
- Domański Henryk, Sawiński Zbiginiew (1991) *Wzory prestiżu a struktura społeczna*. Ossolineum: Wrocław.

- Domański, Henryk (1991) *Klasy społeczne, grupy społeczno-zawodowe, organizacje gospodarcze. Struktura społeczna w krajach rozwiniętego kapitalizmu*. Warszawa: Wydawnictwo IFiS PAN.
- Domański, Henryk, Sawiński, Zbiginiew, Słomczyński, Kazimierz (2007) *Nowa klasyfikacja i skale zawodów: socjologiczne wskaźniki pozycji społecznej w Polsce*. Warszawa: IFiS PAN.
- Domański, Henryk (2012) *Prestiż*. Toruń: Wydawnictwo Naukowe Uniwersytetu Mikołaja Kopernika.
- Durkheim, Émile (1999) *O podziale pracy społecznej*. Warszawa: Wydawnictwo Naukowe PWN.
- Giorgi, Amedeo (2003) *Fenomenologia i badania psychologiczne*. Białystok: Transhumana.
- Maltreud, Kirsti (2012) Systematic text condensation: A strategy for qualitative analysis. *Scandinavian Journal of Public Health*, vol. 40: 795-805.
- Reszke Irena (1984) *Prestiż społeczny a płeć. Kryteria prestiżu zawodów i osób*, Wrocław, Zakład narodowy im. Ossolińskich, Wydawnictwo PAN.
- Weber Max (1975) *Klasy, stany, partie* [in:] Derczyński Władzimirz, Jasińska-Kania Aleksandra, Sztompka Jerzy (ed.) *Elementy teorii socjologicznych*, Warszawa, PWN.
- Wesołowski Włodzimierz, Sarapata Adam (1962), *Hierarchia zawodów i stanowisk* [in:] *Studia Socjologiczne* 2(6).
- Dz.U. 2014 poz. 1852, Obwieszczenie Marszałka Sejmu Rzeczypospolitej Polskiej z dnia 2 grudnia 2014 r. w sprawie ogłoszenia jednolitego tekstu ustawy o stopniach naukowych i tytule naukowym oraz o stopniach i tytule w zakresie sztuki. Available at: <http://isap.sejm.gov.pl/DetailsServlet?id=WDU20140001852>
- GUS (2015) Szkoły wyższe i ich finanse w 2014 r. Available at: <http://stat.gov.pl/obszary-tematyczne/edukacja/edukacja/szkoly-wyzsze-i-ich-finanse-w-2014-r-,2,11.html> (accessed 22.11.2016).
- CBOS (2013) *Prestiż zawodów. Komunikat z badań*. BS/164/103, Warszawa.



## A “invisível” anatomia política do cancro... uma análise cruzando gênero, trabalho e saúde

*Michelle Paiva\**

### RESUMO:

Diferentes mecanismos participam à invisibilização<sup>[1]</sup> dos riscos cancerígenos nas atividades de trabalho de mulheres. Estas, encontram dificuldades específicas para pensar e fazer reconhecer o fato de que seus trabalhos podem ter participado ao desenvolvimento de seus câncros. Assim sendo, o presente artigo tem por objetivo de mostrar que um desses mecanismos de invisibilização resulta do androcentrismo do-a-s pesquisadore-a-s, particularmente no campo da saúde. A utilização do termo “sexo” nas pesquisas não corresponde a uma variável meramente biológica. A anatomia é de fato pensada a partir do referencial masculino, de forma que o corpo das mulheres é descrito apenas por aquilo que as distingue dos homens, ou seja seu aparelho reprodutivo. Consequentemente, quando trata-se das origens dos câncros,

---

1. Se trata de um processo que documentamos e tentamos conceituar em nossa tese de doutorado (Paiva, 2016).

---

\*Doutora em sociologia, pesquisadora associada a Equipe Genre, Travail, Mobilité (GTM) do Centre de Recherches Sociologiques et Politiques de Paris (CRESPPA – CNRS) e do Groupement d'Intérêt Scientifique sur les Cancers d'Origine Professionnelle – GISCOP93/Université Paris 13.

as pesquisas tendem a sobre-visibilizar, tanto as causas relativas a uma “natureza” (predisposição) feminina, quanto os órgãos do aparelho reprodutivo. Os demais órgãos e as demais possíveis causas à origem dos cânceros são assim invisibilizados. Enfim, a fronteira entre os termos sexo e gênero se revela permeável e trazendo consequências políticas importantes para as mulheres, quanto ao acesso ao direito de reconhecimento e indenização de cânceros de origem profissional.

**PALAVRAS CHAVE:** cancro de origem profissional, mulheres, trabalho, invisibilização.

### RÉSUMÉ

Différents mécanismes participent à l’invisibilisation des risques cancérogènes dans le travail des femmes. Celles-ci rencontrent des difficultés spécifiques pour penser et faire reconnaître le fait que leur travail a pu participer au développement de leur cancer. Ainsi, le présent article a pour objectif de montrer qu’un de ces mécanismes d’invisibilisation résulte de l’androcentrisme des chercheur-e-s, particulièrement dans le champ de la santé. L’utilisation du terme «sexe» dans les recherches ne correspond pas à une variable simplement biologique. L’anatomie est en effet pensée à partir du référentiel masculin de sorte que le corps des femmes n’est décrit que par ce que les distinguent des hommes, soit leur appareil reproductif. Par conséquent, quand il est question des origines du cancer, les recherches ont tendance à sur-visibiliser autant les causes relatives à une «nature» (predisposition) féminine que les organes jouant un rôle dans la reproduction. Les autres organes et les autres causes possibles sont ainsi invisibilisées. Enfin, la frontière entre les termes sexe et genre est perméable et implique des conséquences politiques importantes pour les femmes, notamment dans l’accès au droit à la reconnaissance et indemnisation des cancers d’origine professionnelle.

### ABSTRACT

A wide range of mechanisms is taking part in the invisibilization of carcinogenic risks in women’s work. Women are facing specific difficulties to obtain recognition of the fact that their workplace may have contributed to the development of their cancer. This paper aims at showing that one mechanism of invisibilization results from researchers’ androcentrism, particularly in health field. In researches, the use of the term “sex” doesn’t corresponds to a simply biological variable. Anatomy is in fact thought from a masculine referential; women’s body is then described by its differences from men’s body, mainly its reproductive system. Consequently, when we talk about cancer origins, researches tend to over-visibilize feminine “nature”

(predisposition) and reproductive organs. Other possible causes and organs are then invisibilized. Finally, the frontier between the terms "sex" and "gender" is permeable and involves important political consequences for women, particularly in the access to the right to recognition and compensation of occupational cancers.

## Introdução

A questão que trataremos no presente artigo decorre de um conjunto de questões levantadas durante pesquisa de doutorado em sociologia realizada na França. Nós abordaremos aqui algumas das dificuldades que se apresentam às mulheres, quando se trata de considerar o trabalho como um fator de exposição a riscos cancerígenos. Mais especificamente, trata-se de aspectos que tornam difícil se pensar no papel do trabalho no desenvolvimento de alguns tipos de cancro e consequentemente dificultando o reconhecimento social desta doença. Em se tratando de homens ou de mulheres, a invisibilidade social do cancro de origem profissional priva as pessoas doentes do acesso a direitos, deixando muitas das vezes os empregadores livres de qualquer responsabilidade. Vale lembrar que trataremos desta problemática apenas no âmbito da França.

Assim sendo, concentramos aqui nossa análise na mobilização que é feita, em pesquisas sobre o cancro, do *sexo* como sendo uma *variável biológica*. Ou seja, a utilização do *sexo* como sendo apenas uma variável binária, descritiva de diferenças estritamente naturais entre categorias.

De fato, o que pudemos constatar em algumas publicações institucionais que têm por objetivo esclarecer a problemática do cancro, é que mesmo quando elas se limitam a uma descrição meramente anatômica, o tratamento que é dado aos órgãos em função do *sexo*, mobiliza representações que extrapolam o âmbito anatômico, indo no sentido da diferenciação entre um gênero feminino e outro masculino. Ora essa permeabilidade entre o *sexo* anatômico e o *sexo* social não é anódina. No caso dos cancros que têm origem no trabalho, ela participa no processo de invisibilização<sup>[2]</sup> das mulheres.

Como veremos mais a frente, nossa análise converge com aquelas desenvolvidas por algumas pesquisadoras feministas no sentido da crítica a uma suposta distinção entre os conceitos de *sexo* e de *gênero*. De acordo com a antropóloga e

---

2. Se trata de um processo que tratamos de conceituar em nossa tese de doutorado (Paiva, 2016).

feminista francesa Nicole-Claude Mathieu o interessante é irmos além do que se avança como diferença entre os sexos para pensar o processo através do qual os sexos são diferenciados (Mathieu, 1973). Tecendo um paralelo com a discussão trazida por Nicole-Claude Mathieu num outro de seus artigos (Mathieu, 1991), a diferenciação entre homens e mulheres tem consequências importantes, participando na *invisibilização* das mulheres enquanto atrizes sociais. O que pretendemos demonstrar neste artigo é que a diferenciação dos sexos pode participar a invisibilização das mulheres enquanto trabalhadoras potencialmente expostas a riscos cancerígenos nas atividades de trabalho.

Para tanto, nós procederemos primeiro a uma breve apresentação da problemática da nossa pesquisa sobre cancro de origem profissional em mulheres. Em seguida, trataremos da questão central do presente artigo, ou seja, das consequências para a problemática do cancro em mulheres de uma mobilização da variável sexo que se vê meramente anatômica. Daremos para tanto os exemplos do cancro da mama e do cancro do pulmão.

### **1. A invisibilidade da contribuição do trabalho para a epidemia de cancro**

O cancro é uma doença crônica e a primeira causa de mortes na França, sendo o pulmão, a localização ou o órgão responsável pelo maior número de mortes: 21.326 entre os homens e 8.623 entre as mulheres (INCa, 2015). Os estudos sobre as desigualdades sociais de saúde constataam que os operários são mais penalizados por esta doença que os trabalhadores executivos. Esses estudos revelam, assim, a relação entre o cancro e a posição ocupada pelos indivíduos na sociedade (Aïach e Fassin, 2004).

Na França é possível reconhecer e indenizar o cancro como doença causada pelo trabalho desde 1931. A partir dessa data também foram criados os primeiros quadros estipulando as modalidades de acesso a esse direito. Desde então, os apenas 22 quadros de doença profissional dedicados ao cancro revelam que os novos conhecimentos científicos são dificilmente integrados ao quadro institucional, atrasando com isto o acesso de trabalhadores(as) ao reconhecimento dos danos causados pelo trabalho.

A questão da invisibilidade do papel do trabalho no desenvolvimento de diferentes doenças se revela assim multidimensional. Ela implica desde a construção dos conhecimentos científicos sobre as doenças, sobre sua etiologia, até à cons-



trução do aparato médico-administrativo responsável pelo reconhecimento das doenças originadas pelo trabalho<sup>[3]</sup>.

Sem se delimitar ao estudo de uma doença específica, os trabalhos de Karen Messing (2000) e Laurent Vogel (2003) constituem bases fundamentais para o tratamento da questão da invisibilidade do impacto do trabalho na saúde dos trabalhadores. É numa perspectiva de gênero que esses dois autores se interessam particularmente ao caso das trabalhadoras. Annie Thébaud-Mony (2003, 2008) se interessando especificamente ao caso do cancro, distingue quanto a ela um processo triplo de invisibilidade do "cancro profissional"<sup>[4]</sup>:

1. A invisibilidade física, que decorre das condições particulares dos agentes cancerígenos presentes no ambiente de trabalho e que são geralmente invisíveis, inodoros ;
2. A ignorância tóxica – que implica a existência de um *déficit* de conhecimento sobre o potencial nocivo das novas moléculas produzidas em relação ao volume de produção e de comercialização alcançados a cada ano.
3. A invisibilidade social – ou seja o *déficit* de reconhecimento dos cancros profissionais, ou seja, dos cancros reconhecidos como resultando de intoxicações no quadro do trabalho e assim indemnizados após procedimento médico-administrativo junto da segurança social.

Assim, segundo a pesquisa Francesa SUMER (Surveillance Médical des expositions des Salariés aux Risques professionnels), 2.370.000 trabalhadores teriam sido expostos a pelo menos um risco cancerígeno durante as suas trajetórias profissionais (Sandret et Guignon, 2005). Ainda de acordo com a pesquisa SUMER, a

---

3. Para uma análise em termos das diferentes relações sociais e atores envolvidos no processo da invisibilidade do papel do trabalho no adoecimento de populações, ver por exemplo os livros de Annie Thébaud-Mony (1991) e de Laurent Vogel (2003).

4. Os trabalhos de Annie Thébaud-Mony não ignoram que o cancro é uma doença multicausal, correspondendo mesmo a uma "dupla história": «(...)aquela das agressões, simultâneas e/ou repetidas, provocadas por agentes tóxicos, (poeiras, substâncias químicas, radiações) durante múltiplos eventos da vida profissional, residencial, do meio ambiente e do estilo de vida; a outra é, face a estas agressões, aquela das reações de defesa do organismo, elas mesmas extremamente variáveis de acordo com os indivíduos» (Thébaud-Mony: 2014:129; nossa tradução do original francês). Por "cancro profissional" designa-se então uma categoria médico-administrativa concedida à pessoa doente de um cancro, uma vez que a presunção da imputabilidade do trabalho foi reconhecida pela segurança social.

maior parte destes trabalhadores são homens (84%) e operários (70%), os profissionais intermediários da indústria e da saúde vêm em segundo lugar (20%).

Enquanto as pesquisas revelam o grande número de trabalhadores expostos atualmente aos riscos cancerígenos, as estatísticas da segurança social francesa mostram que desde os anos 80, o número de cancros reconhecidos e indemnizados como doença profissional continuou estável, não ultrapassando 2 mil casos por ano. Os relatórios do Tribunal de Contas francês também sustentam que um *déficit* importante existe entre o número de cancros que devem ser atribuídos ao trabalho (estimados entre 14 mil e 30 mil) e o número de casos de facto reconhecidos e indemnizados. De forma que as despesas relativas a esta doença continuam, inúmeras vezes, incumbindo ao regime geral da segurança social, ao invés de serem cobertos pelo regime de seguro financiado pelos patrões e empresários.

## **2. A mobilização do sexo como variável meramente anatômica e sua contribuição para a invisibilidade do aspecto político do cancro em mulheres**

Depois da Cúpula mundial de luta contra o Cancro de 4 de fevereiro de 2000 é que uma missão ministerial do governo de Jacques Chirac<sup>[5]</sup> foi incumbida deste objetivo. Desde então planos quadrienais de luta contra o cancro são propostos e o Instituto Nacional do Cancro (INCa) foi criado por lei n.º 2004-804 relativa à política de saúde pública.

Desde então, inúmeras pesquisas são financiadas e documentos são publicados para informar e guiar as diferentes instâncias envolvidas na luta contra o cancro, ou seja, pesquisadores, profissionais de saúde, legisladores e enfim, a população em geral.

Nós utilizamos aqui o exemplo de um destes documentos que nos parece o mais evidente da maneira como a mobilização do sexo, como variável meramente anatômica, não reflete somente evidências naturais. Pelo contrário, ela implica representações ideológicas quanto ao que é feminino e masculino. Neste sentido a mobilização do corpo, enquanto lugar onde o cancro vai se desenvolver, acaba influenciado aquilo que será visto ou não sobre esta doença.

---

5. Presidente da França de 1995 à 2007.

O exemplo em questão vem do “*Atlas da mortalidade por cancro na França Metropolitana. Evolução 1970-2004*”<sup>[6]</sup> (INCa, 2008), onde desde seu sumário a dissimetria entre homens e mulheres é acentuada.

O sumário do Atlas indica os diferentes capítulos relativos aos órgãos afetados pelo cancro. Um capítulo, sendo assim intitulado “*todos os cancros*”, um outro denominado “*os cancros das vias aero-digestivas superiores*”, os “*cancros digestivos*”, os “*cancros broncopulmonares e os cancros da pleura*”, os “*cancros da bexiga*”, e em seguida um intitulado de “*os cancros femininos*”, depois um capítulo sobre os “*cancros da próstata*”, outro para os “*tecidos linfáticos*”, os “*cancros dos rins*”, os “*melanomas*”, os “*cancros da tireoide*” e enfim os “*cancros do sistema nervoso*”. De forma que a descrição feita pelo atlas designa um corpo geral no qual a próstata, órgão pertencente exclusivamente à anatomia masculina é presente. E um outro corpo específico às mulheres, resumido as localizações do aparelho reprodutivo feminino ou seja aos cancros dos ovários, da mama e do útero.

Os estudos feministas já abordaram amplamente esta questão da utilização do referencial masculino para ilustrar o que seria de ordem geral e comum, e do feminino para ilustrar o que seria específico. Contudo, nós insistiremos sobre a idéia desenvolvida por Nicole-Claude Mathieu afim de mostrar que a dissimetria introduzida pelos pesquisadores traz consequências fundamentais sobre o plano político. Na coletânea dos seus artigos intitulada: “*Anatomia política. Categorização e ideologias do sexo.*”<sup>[7]</sup>, publicada em 1991, esta antropóloga feminista francesa traz um artigo particularmente interessante, no qual ela questiona o androcentrismo da pesquisa, abordando para tanto questões polêmicas como a distinção entre os conceitos de sexo e gênero.

Esta temática introduzida por feministas anglo-americanas nos anos 1970 perdeu aos poucos o seu teor polêmico, à medida que o conceito de gênero também perdeu sua conotação, outrora demasiado militante e ideológica, sendo atualmente amplamente adotado por diferentes instituições europeias (Löwy et Rouch, 2003). A definição que se tornou popular elimina a polêmica quanto à ordem cronológica dos conceitos — a saber se é o sexo que precede o gênero ou o inverso — onde o sexo designa variáveis biológicas e o gênero a construção social do sexo. Uma distinção simplista criticada tanto por Nicole-Claude Mathieu (1973,

6. Nossa tradução do original francês: «*Atlas de la mortalité par cancer en France Métropolitaine. Evolution 1970-2004.*»

7. Nossa tradução do original francês: «*Anatomie politique. Catégorisations et idéologies du sexe.*»

1991), Colette Guillaumin (1979), Danielle Juteau (2010) entre outras autoras e cujo seguinte paragrafo de Joahn Scott (2009) pode resumir a ideia:

(...) o sexo, como o gênero, deveria ser apreendido como um sistema de significação fabricado e colado. Nem o sexo, nem o gênero tem a ver com a natureza, um e outro são produzidos pela cultura. O sexo não era um fenômeno transparente, ele adquiriu seu status natural retrospectivamente, para justificar a atribuição dos papéis de gênero. (Scott, 2009: 10)<sup>[8]</sup>

Para estas pesquisadoras, nenhum desses termos é neutro ou natural, de forma que historicisá-los se torna uma etapa essencial para dar conta das relações sociais operando à diferenciação (ideológica) e não simplesmente a diferença (natural) entre homens e mulheres.

Voltando ao exemplo do Atlas, de fato nós poderíamos supor que o reducionismo na problemática do cancro em mulheres seria justificado em razão da predominância dos cancros ginecológicos nesta população. No entanto, se os dados sobre a epidemia de cancro na França mostram que a mama continua sendo a principal localização, em termos de incidência e de mortalidade entre as mulheres (48 800 novos casos e 11 900 mortes em 2012), são dois órgãos não estritamente femininos, que ocupam o segundo e terceiro lugar como responsáveis pelo maior número de vítimas entre as mulheres. São eles: o pulmão (11 300 novos casos e 8 600 mortes em 2012) e o colon-rectal (18 920 novos casos e 8 400 mortes) – (INCa, 2015).

Ou seja, ainda que os cancros ginecológicos mereçam a atenção dos pesquisadores, seria problemático que, em se tratando da temática do cancro em mulheres, toda a atenção se concentre sobre localizações estritamente femininas, quando outras localizações comuns à anatomia dos homens fazem cada vez mais vítimas entre as mulheres.

E precisamente no capítulo “Crítica epistemológica da problemática dos sexos no discurso étno-anropológico.”<sup>[9]</sup> do livro *Anatomia Política* que Nicole-Claude Mathieu (1991) procede, nós a citamos:

8. Nossa tradução do original francês: «(...) le sexe, à l'instar du genre, devait être appréhendé comme un système de significations fabriquées et plaquées; ni le sexe, ni le genre n'ont à voir avec la nature, l'un et l'autre sont produits par la culture. Le sexe n'était pas un phénomène transparent; il a acquis son statut naturel rétrospectivement, pour justifier l'assignation des rôles genrés.»

9. Nossa tradução do original francês: «Critiques épistémologiques de la problématique des sexes dans le discours ethno-anthropologique.»

(...) a desmontagem precisa dos mecanismos do androcentrismo da pesquisa, na qual os dois princípios são a sobrevisibilização das mulheres à partir de explicações a tendência naturalista, e ao mesmo tempo a invisibilização das mesmas enquanto atrizes sociais. (Mathieu, 1991: 83)<sup>[10]</sup>

Neste sentido, nos parece importante questionarmos o que a antropóloga denomina a « simetria e dissimetria dos corpos sexuados » (Mathieu, *idem*) nas pesquisas.

### 3. O exemplo do cancro de mama

Ilana Löwy (2010, 2013) mostra através da própria história da cancrologia que a visibilidade do cancro da mama resulta também do fato que, num período onde não se dispunha de tecnologia em imagem, os tumores da mama permitiam a observação do funcionamento celular a olho nu. É por esta razão que só a partir de meados do século xx, uma vez que os avanços tecnológicos permitiram o diagnóstico de tumores internos, é que o cancro começou a deixar de ser considerado uma doença de mulheres. De forma que durante todo o século xix e começo do século xx as explicações formuladas pelos médicos sobre o cancro, insistiam sobre uma disposição moral (desvios de conduta sexual) ou sobre uma tendência hereditária das mulheres a desenvolverem tumores.

Segundo Ilana Löwy, as políticas de prevenção ainda carregam o estigma deste longo período, durante o qual as representações naturalistas fundamentavam a maior parte das explicações sobre o cancro (cancêr) da mama. Consequentemente, a maior parte das políticas de prevenção visam conscientizar as mulheres quanto à responsabilidade que elas têm em fazer o teste do cancro de mama, mas também do colo do útero. Ou seja, a prevenção resume-se massivamente ao teste, de forma que não é incoerente constatar que as técnicas invasivas e radicais se impõem como terapia proposta a cada 2 de 5 mulheres.

Por outro lado os estudos que mostram a relação entre trabalho e cancro de mama são raros, mas eles existem e indicam o papel das radiações ionizante (in-

10. Nossa tradução do original francês: «(...) au démontage précis des mécanismes de l'androcentrisme de la recherche, dont les deux principaux sont la sur-visibilisation des femmes par les explications à tendance naturaliste, et leur invisibilisation en tant qu'actrices sociales.»

clusive em homens)<sup>[11]</sup>, do trabalho noturno<sup>[12]</sup>, ou ainda o papel de alguns produtos químicos no aumento do cancro de mama em populações<sup>[13]</sup>. Ainda assim, apesar destes estudos, o cancro de mama permanece sendo tratado como uma fatalidade, natural e inevitável.

#### 4. O exemplo do cancro do pulmão

Ainda que os homens sejam o maior número de vítimas, é entre as mulheres que o cancro de pulmão está em constante progressão desde os anos 80. Entre os homens a incidência de cancro do pulmão permanece estável e a mortalidade tende a baixar desde os anos 1990. Enquanto isso, entre as mulheres o número de novos casos foi multiplicado por 7 (1 526 novos casos estimados em 1980 e 11 284 novos casos em 2012) – (INCa, 2015).

Durante o mesmo período, o cancro de mama evoluiu de forma positiva. A incidência dobrou entre 1980 e 2000 o que pode ser ligado às políticas de detecção precoce. Em todo o caso, a partir de 2005 os números do cancro de mama não pararam de baixar. A mortalidade diminuiu cerca de 0,6% ao ano entre 1980 e 2000 e cerca de 1,5% ao ano entre 2005 e 2012.

Vale também lembrar que, segundo estudos recentes realizados em França (Coëtmeur et al., 2014) e nos Estados Unidos (Pelosof et al., 2015), nos últimos dez anos o número de cancro do pulmão também não parou de progredir entre pes-

- 
11. Em 2011 uma investigação foi realizada por especialistas em exposições a agentes cancerígenos a pedido do Comitê de higiene, segurança e condições de trabalho (CHSCT) da empresa France Telecom. Sendo constatada assim a existência de casos de cancro de mama em técnicos afetados na desmontagem de para-raios. O especialistas descobriram que durante estas atividades os técnicos guardavam uma pequena peça radioativa dos para-raios e a acomodavam no bolso da camisa, da calça ou ainda entre os lábios. Ver a entrevista realizada por Geneviève De Lacour, no dia de 20 setembro de 2011 e acessível no site do Journal de l'Environnement (<http://www.journaldelenvironnement.net/article/de-la-radioactive-sur-toute-la-ligne-chef-france-telecom,25059>)
  12. A pesquisa CECILE realizada na França mostrou que o risco de desenvolver um cancro de mama é mais importante em mulheres que trabalharam em período noturno por mais de 4 anos antes de terem tido filhos (Guénel et al. 2010). Em 2007 o *International Agency for Research on Cancer* reconheceu o trabalho noturno como provavelmente cancerígeno para o homem. Desde então, o governo dinamarquês tornou possível, de acordo com algumas condições, o reconhecimento e indemnização do cancro de mama de mulheres que trabalharam durante a noite (EUROGIP, 2010).
  13. Ver como exemplo a pesquisa realizada por Brophy et al (2012) no Canadá ou ainda a entrevista de Pascal Guénel de 2011 sobre a pesquisa CECILE, na qual ele cita a aumento do risco de cancro de mama entre trabalhadoras da fabricação de têxteis e plásticos, provavelmente em razão de exposições a solventes orgânicos e pesticidas. Acessível no <http://www.inserm.fr/actualites/rubriques/actualites-societe/cancer-du-sein-l-environnement-professionnel-pointe-du-doigt>, acessido em 22/06/2016.

soas não fumadoras (de 7 para 11% em França e de 10 para 15% nos USA) e são mais frequentemente as mulheres que se encontram nesta situação. Segundo o estudo americano, elas têm 63% de chance de fazerem parte de não fumadores sofrendo de um cancro do pulmão.

Ainda assim o discurso que encontramos nos relatórios institucionais e informativos sobre os números do cancro continuam insistindo de forma demasiada sobre o papel do tabagismo na progressão dos novos casos de cancro. Consequentemente, mesmo se estes relatórios não omitem que o cancro é uma doença multifatorial, todas as outras causas potenciais acabam sendo minimizadas em favor do tabagismo. Quanto ao peso deste discurso monocausal, cabe ressaltar que na maior parte dos casos estes relatórios também introduzem uma dissimetria entre homens e mulheres.

Neste sentido, podemos mais uma vez nos referir ao exemplo do "Atlas da mortalidade por cancro na França Metropolitana"<sup>[14]</sup>. Nele notamos que a dissimetria de representações entre corpos sexuados (da qual falámos anteriormente) se prolonga também no texto do tal relatório. Precisamente, quando os autores (geógrafos e epidemiologistas) explicam as disparidades entre o número de homens e mulheres diagnosticados com cancro do pulmão que se encontram concentrados em diferentes regiões de França, é que percebemos nitidamente esta dissimetria:

- No que diz respeito aos homens, o Atlas explica que « pode notar-se em França o peso da industrialização e da urbanização na distribuição do cancro do pulmão, com fortes concentrações nas antigas vilas industriais, mineradoras e siderúrgicas ou portuárias. Trazendo estas os vestígios das condições de trabalho passadas e da sua organização social e cultural específicas.
- No que diz respeito às mulheres, o Atlas explica que diferentemente dos homens, as mulheres diagnosticadas com cancro do pulmão não se encontram concentradas em zonas geográficas específicas. Elas estão mais distribuídas em diferentes zonas urbanas.

Assim, enquanto os autores evocam o passado das zonas onde estão concentrados os homens e mencionam, neste sentido, tanto o papel do trabalho quanto a cultura que o acompanha (consumo de álcool e cigarro entre estes trabalhadores)

---

14. *Atlas de la mortalité par cancer en France Métropolitaine.*

no desenvolvimento destes casos de cancro, a história do trabalho das mulheres não é sequer mencionada. A única explicação evocada para as mulheres é o “comportamento tabagístico das cidadinas”.

## **Conclusão**

Nós esperamos assim ter mostrado a importância de se levar em conta o peso das representações dissimétricas dos corpos sexuados e do androcentrismo de alguns estudos. Este interesse não se resume ao trabalho dos sociólogos, pelo contrário, estende-se a um quadro pluridisciplinar das pesquisadoras e pesquisadores trabalhando sobre temas da saúde pública e da saúde do trabalho. Mesmo os trabalhadores e trabalhadoras têm a ganhar se se questionarem sobre o que as pesquisas revelam das suas próprias experiências.

Mesmo quando as pesquisas tratam de algo tão objetivo quanto a anatomia humana a fronteira entre o sexo (enquanto variável biológica) e o gênero (enquanto sexo social) se mostra ilusório. A distinção que é feita entre os corpos dos homens e os corpos das mulheres é assim carregada de representações quanto ao que cabe ao ser masculino e ao ser feminino. Estas representações trazem consigo consequências políticas a nível local e internacional, como é o caso das estratégias de prevenção adotadas no quadro da luta contra o cancro.

No exemplo do cancro do pulmão, nós mostrámos que estas representações contribuem para inviabilizar o papel do trabalho no desenvolvimento do cancro entre as mulheres. Isto porque as mulheres continuam sendo sistematicamente invisibilizadas enquanto atrizes sociais. Ou seja, enquanto trabalhadoras tendo um papel na sociedade produtiva como um todo e não somente na reprodução. A visibilidade demasiada das doenças tidas como exclusivamente femininas também acarreta consequências políticas. No exemplo do cancro da mama, nós vimos que ela introduz a ideia de fatalidade ligada a natureza feminina, não permitindo pensar plenamente as políticas de prevenção, nem mesmo o papel do trabalho na progressão desta doença.

Estas implicações políticas repercutem-se também no âmbito económico. Os cancros não reconhecidos como doença do trabalho, continuam sendo tratados às custas da segurança social ou dos próprios doentes, enquanto que os patrões não são responsabilizados.

As implicações são também no âmbito da saúde pública. Inúmeras exposições aos produtos cancerígenos, inclusive durante as atividades de trabalho (remu-



nerado ou não)<sup>[15]</sup>, continuam sendo ignoradas e pessoas sendo assim expostas aos riscos. Com a falta de políticas de prevenção autênticas e eficazes, os câncros continuam sendo remediados com tratamentos caros e agressivos como radioterapias, quimioterapias e cirurgias de amputação de parte ou integralidade dos órgãos afetados.

## Referências

- Aïach, Pierre e Fassin, D. (2004) L'origine et les fondements des inégalités sociales de santé. *La Revue du Praticien*, vol 54: 2221-2227.
- Brophy, James, Keith M., Watterson A. et al. (2012) Breast cancer risk in relation to occupations with exposure to carcinogens and endocrine disruptors: a Canadian case - control study. *Environmental Health*, 32 p.
- Coëtmeur, Daniel et al. (2014) Lung cancer characteristics in 762 never- and 6,246 ever-smoker patients: Study KBP-2010-CPHG. *Communication in the ASCO Meeting*.
- EUROGIP (2010) Cancer d'origine professionnelle: quelle reconnaissance en Europe?, rapport d'enquête. <http://www.eurogip.fr/fr/produits-information/publications-d-eurogip/111-cancers-d-origine-professionnelle-quelle-reconnaissance-en-europe> (acedido em 13/02/2016).
- Guénel, Pascal, Anger, A. Bachelet, D. et al. (2010) Facteurs de risque professionnels et environnementaux des cancers du sein: l'étude CECILE. INSERM, accessible sur [http://www.agence-nationale-recherche.fr/fileadmin/user\\_upload/documents/uploaded/2009/SEST2005/23guenel.pdf](http://www.agence-nationale-recherche.fr/fileadmin/user_upload/documents/uploaded/2009/SEST2005/23guenel.pdf)
- Guillaumin, Colette (1979) Question de différence. *Questions Féministes*, no. 6, Les dits-faits-rances (septembre 1979), p. 3-21.
- INCa (2015) Les cancers en France. Editions 2014. <http://www.e-cancer.fr/Expertises-et-publications/Catalogue-des-publications/Les-cancers-en-France-en-2015-L-essentiel-des-faits-et-chiffres> (acedido em 07 de janeiro de 2016).
- INCa (2008) Atlas de la mortalité par cancer en France Métropolitaine. Evolution 1970-2004. <http://www.e-cancer.fr/Expertises-et-publications/Catalogue-des-publications/Atlas-de-la-mortalite-par-cancer-en-France-metropolitaine> (acedido em 07 de janeiro de 2016).

---

15. Na nossa pesquisa, nós insistimos também sobre a atenção que deve ser dada às atividades mais comumente não remuneradas e/ou associadas ao trabalho doméstico. Por exemplo, é preciso lembrar que durante muitos anos vários utensílios domésticos, como o ferro de roupa, coadores e sanduicheiras foram fabricados em amianto, mineral altamente cancerígeno. Tem-se também o exemplo das atividades de limpeza, durante as quais há contato com diferentes produtos químicos. O efeito do cocktail entre alguns deles pode ser extremamente tóxico, como no caso da água sanitária com o ácido. Ora, poucos estudos epidemiológicos se interessam sobre os riscos aos quais as mulheres são mais expostas (Saurel-Cubizolles et al., 1996), questão que não poderemos desenvolver no presente artigo.

- INSERM (2011) Cancer du sein : l'environnement professionnel pointé du doigt. <http://www.inserm.fr/actualites/rubriques/actualites-societe/cancer-du-sein-l-environnement-professionnel-pointe-du-doigt>, (accedido em 22/06/2016).
- Juteau, Danielle (2010) «Nous» les femmes : sur l'indissociable homogénéité et hétérogénéité de la catégorie, *L'Homme et la société*, n.º 176-177, p. 65-81. DOI : 10.3917/lhs.176.0067
- Löwy, Ilana (2013) Le genre du cancer, *Clio. Femmes, Genre, Histoire [En ligne]*, 37: 65-83.
- Löwy, Ilana (2010) *Preventive Strikes: Women, Precancer, and Prophylactic Surgery*, Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- Löwy, Ilana e ROUCH H. (2003) Genèse et développement du genre: les sciences et les origines de la distinction entre sexe et genre. *Cahiers du Genre*, n.º 34, p. 5-16.
- Mathieu, Nicole-Claude (1991) *L'anatomie politique : catégorisations et idéologies du sexe*, Paris: Côté- femmes.
- Mathieu, Nicole-Claude (1973) « Homme-culture et femme nature?». *L'Homme*, tome 13 n.º 3. pp. 101-113.
- Messing, Karen (2000) *La santé des travailleuses : la science est-elle aveugle ?* Québec : Les Editions du remue-ménage.
- Paiva, Michelle (2016) De l'invisibilité des cancers d'origine professionnelle à l'invisibilisation des risques cancérigènes dans le travail des femmes. Une analyse à partir de l'enquête permanente du GISCOP93. *Tese de doutorado em sociologia pela Universidade Paris 8*, defendida no dia 17 de novembro, sobre a direção de Régine Bercot e a colaboração de Danièle Kergoat e Annie Thébaud-Mony. [www.theses.fr/2016PA080064.pdf](http://www.theses.fr/2016PA080064.pdf)
- Pelosof, Lorraine Cheryl et al. (2015) Increasing Incidence of Never Smokers in Non Small Cell Lung Cancer (NSCLC) Patients (ID 707). *Communication présentée au 16TH World Conferece on lung cancer*, September, Denver, Colorado, USA
- Sandret, Nicolas e Guignon, N. (2005) SUMER 2003 : Les expositions aux produits cancérigènes, mutagènes et reprotoxiques. *DMT études et enquêtes*, 104: 471-483.
- Saurel-Cubizolles, Marie-Josèphe, Messing, K e Lert, F (1996) Activité professionnelle et santé des femmes. Risques et bénéfices, effets d'une dynamique sociale, in Saurel-Cubizolles, Marie-Josèphe e Blondel, B. *La santé des femmes*. Paris: Flammarion -Médecine-Sciences, p. 326-349.
- Scott, Joahn W. (2009) Le genre : une catégorie d'analyse toujours utile ? *Diogène* /1 (n.º 225), pp. 5-14.
- Thebaud-Mony, Annie (2014) *La science asservie. Santé publique: les collusions mortifères entre industriels et chercheurs*. Paris: Editions La Découverte, p.309.
- Thebaud-Mony, Annie (2008) Construire la visibilité des cancers professionnels. Une enquête permanente en Seine-Saint-Denis. *Revue Française des Affaires Sociales*, 2-3 (avril-septembre): 237-254.

- Thebaud-Mony, Annie et al. (2003) Parcours-travail et cancers professionnels. Recherche-action en Seine Saint Denis (France), *Perspectives interdisciplinaires sur le travail et la santé*, 5-1. <http://pistes.revues.org/3346> (acedida em 7 de janeiro de 2016).
- Vogel, Laurent (2003). *La santé des femmes au travail en Europe: des inégalités non reconnues*. Bruxelles: Bureau Technique Syndical Européen pour la Santé et la Sécurité - BTS.



## **Training technopreneurs: potential solutions for improving female technopreneurs' self efficacy in Switzerland**

*Pete Freeman*

### **ABSTRACT**

While Switzerland hosts a nearly equal number of male and female entrepreneurs, female founded ventures in Switzerland are reportedly less successful than male founded ventures as measured by output and growth. The relationships between sex, gender, technological literacy and motivation to internationalize businesses were examined for one sample group: male and female Swiss entrepreneurs in Zurich's tech sector. Similar effects on technological literacy and business internationalization are shown for all participants and support earlier research. Implications for educators and policy makers were discussed, and areas for future research were outlined.

### **RESUMEN**

Mientras que Suiza es la sede de un número casi igual de hombres y mujeres empresarias, las empresas fundadas por mujeres en Suiza suelen tener menos éxito que empresas fundadas por hombres según medidas de producción y crecimiento. Las relaciones entre el género y la alfabetización tecnológica fueron examinadas para

el grupo de una muestra: empresarios suizos masculinos y femeninos en el sector tecnológico. Efectos similares en la alfabetización tecnológica y la internacionalización empresarial se muestran para todos los participantes y apoyan investigaciones anteriores. Implicaciones para los educadores y los políticos responsables se discutieron y áreas para la investigación futura se esbozan.

## RESUMO

A Suíça alberga um número equivalente de empresários do sexo masculino e empresárias do sexo feminino. No entanto, empreendimentos fundados por mulheres têm menor sucesso do que aqueles fundados por homens, conforme medido por produção e crescimento. As relações entre sexo, género, literacia tecnológica e motivação para internacionalizar as empresas foram examinadas a partir de uma amostra de empreendedores suíços, homens e mulheres, do setor da tecnologia, em Zurique. Todos/as os/as participantes mostram efeitos similares relacionados com literacia tecnológica e internacionalização dos seus negócios, suportando a pesquisa anterior. Discutimos implicações para educadores e decisores políticos, e apontamos áreas para investigação futura.

## Introduction

Switzerland is known for fostering and promoting gender equality in the entrepreneurship space. One explanation for equal participation among male and female Swiss entrepreneurs is that in 2014 (Kelley & Singer, 2014:29), 70 percent of Swiss women reported seeing entrepreneurial business opportunities compared with 66 percent in 2013 (Brush, 2013). Over the last ten years, the trend of more and more females perceiving business opportunities has steadily increased. Yet, female-founded ventures in Switzerland are less successful than male-founded ventures as measured by output and growth. According to a Global Entrepreneurship Monitor study in 2013, male-founded Swiss startups are significantly more successful than female-founded Swiss startups (Kelley & Ali, 2013:21).

## 1. Background

Male and female entrepreneurs are active to different degrees. Activity, as measured by TEA (Total Early-Stage Entrepreneurial Activity), is defined as the percent of working age population (18-64 years old) both about to start an entre-

preneurial activity and that have started one for a maximum of three and a half years. TEA quantifies early stage entrepreneurship and is used by the GEM as its measurement of entrepreneurial activity for the 2012 and 2013 studies referenced in this paper. TEA is usually highest for factor-driven economies, and lowest for economies with high GDPs. Qatar (16.4 percent TEA), the United States (13.8 percent TEA), Australia (13.1 percent TEA) and Canada (13.0 percent TEA) hold the highest TEA rates for innovation-driven economies. On the other hand, Japan (3.8 percent TEA) and Italy (4.4 percent TEA) rank last in early-stage entrepreneurs. Recent data suggests that men are up to 75 percent more likely than women to be active entrepreneurs in middle-income countries compared with 33 percent in high-income countries and 41 percent in low-income countries (Minniti et al., 2005:12). In other words, male entrepreneurs typically participate more actively in their respective entrepreneurial ventures than female entrepreneurs. While Switzerland, a high-income country, hosts a nearly equal number of male and female entrepreneurs, its' entrepreneurial activity is relatively low compared with the EU and particularly the United States.

Entrepreneurs engaged in Switzerland's research and development technology sector experience higher profits and output than those engaged in other sectors. In the Swiss economy, about two-thirds of the funds for Swiss research and development (R&D) are supplied by industry and the rest by federal and cantonal governments, a high proportion by world standards. In 2000, the most recent year for which data is available, expenditures for R&D totaled \$5,316.302 million, or 2.63 percent of GDP, of which the business sector accounted for 69.1 percent ("The Heritage Foundation", 2015). And because only 28 percent of female Swiss entrepreneurs' ventures are tech-related (Simard, 2005:1-2), men are engaged in a more 'active' industry — the tech sector — as measured by the 2013 GEM women's report (Kelley & Ali, 2013:29).

Another explanation for the gap between successful male-founded businesses and female-founded businesses in Switzerland can be found by looking carefully at perceptions of opportunity by gender. Young men 18 to 24 years old are the most likely age group to perceive opportunities out of all males. But this male tendency to perceive opportunity drops significantly after the age of 35 (Rossi et al., 2013:954). These findings were published in 2012. But for women, the perception of opportunities, while lower for the 18-24-year-old age group, remains steady and for the 45 and over group even exceeds men (Hughes & Jennings, 2012:1).

These opportunity perceptions are directly related to the fear of failure, Hughes argues. Women in the younger age groups have a much higher fear of failure, which drops across older age groups. For men the opposite is true: their fear of failure rises by age group. In other words, young women are less likely to see opportunities, have a higher fear of failure, and are therefore less likely to engage in entrepreneurship than men. And in a youth-dominated entrepreneurial industry, this gives Swiss men the upper hand over their female counterparts.

Why are female Swiss entrepreneurs in the tech sector seeing fewer opportunities and experiencing a more elevated fear of failure than male Swiss entrepreneurs in this same sector? Karen Hughes and Jennifer Jennings argue that it is due to socialization - women are less often socialized to be economically independent, or to be entrepreneurial. In their 2012 book *Global Women's Entrepreneurship Research: Diverse Settings, Questions and Approaches*, both claim that women face barriers to success in entrepreneurial pursuits that men do not. These barriers could be rooted in anything from their education to the social treatment received from other entrepreneurs. Similarly, the GEM report shows that while participating in the same entrepreneurial activities as men, such as startup camps, business meetups, and entrepreneurship conferences, female-founded businesses perform worse than male-founded businesses as measured by earnings per year.

At the same time, societal attitudes about entrepreneurs might play a role in discouraging younger women. Barbara Bird, author of the 2002 work "A Gendered Perspective on Organizational Creation," claims that the myth that entrepreneurs are heroic, risk taking, independent, innovative individuals who are born with these traits is still pervasive. She writes about asking her class at Babson College to name the first entrepreneur they can think of. Unanimously, her students will shout out the names of Bill Gates, Jeff Bezos, or Mark Zuckerberg, she writes. From this, Bird gathers that the characteristics of entrepreneurs — heroic, risk taking, independent, innovative — are nearly always associated with male entrepreneurs. And so, the combined effect of younger women being socialized away from entrepreneurship along with the role modeling of entrepreneurs as male heroes might just discourage younger women. This discouragement can cause a higher fear of failure, lower perceptions of capabilities and lower likelihood of seeing opportunities (Bird & Brush, 2002:62). Very possibly, these factors



lead to a more passive participation in entrepreneurship in the tech sector than male participation, as measured by TEA.

For this study, I will be focusing on the effects of this passivity in female Swiss entrepreneurs as it relates to the success of their tech-oriented businesses.

- *Hypothesis 1:* Swiss women in the tech sector will display less entrepreneurial self-efficacy than their male counterparts.
- *Hypothesis 2:* Swiss women in the tech sector perceive fewer opportunities for starting a business in the next six months than their male counterparts.
- *Hypothesis 3:* Swiss women in the tech sector are less active in their pursuit to internationalize their businesses than their male counterparts.

## **2. Methodology**

### **2.1 Overview and Participants**

In order to test my hypotheses, I analyzed data gathered in my study conducted between December 27th, 2014 and January 10th, 2015 with varying age groups representing different points in entrepreneurial careers within the Swiss tech industry. Twelve Swiss men and women answered questions on their attitudes, skills, career perceptions, and technological literacy. A total of twelve surveys and interviews were analyzed.

### **2.2 Sample Limitations**

For practical purposes, a non-probability sampling method was used, and the results are not representative of the whole population of entrepreneurs in Switzerland's tech sector. Six participants were recruited from an initial invitation to participate. The other six participants were recruited from snowballing.

All twelve participants were involved in entrepreneurial ventures that involved technology. Eight were female and four were male. Though I intended to have a more representative sample population across fields of entrepreneurship, my subjects ended up mostly in the field of technology.

Due to my two weeks stay in Switzerland, my sample size for subjects was limited by a time constraint. Additionally, entrepreneurs aged 20-35 were more accessible than entrepreneurs aged 36-65. The 20-35 age group was more accessible

because more entrepreneurs in this age range responded to my initial recruitment email. However, I was not seeking out entrepreneurs within this specific age group of 20-35. Additionally, by happenstance, I did not plan for this and I was not expecting this to happen. Because of this, my sample size experienced an age constraint.

## **2.3 Results**

### **Hypothesis 1**

My first hypothesis was conclusively proven false - all female Swiss entrepreneurs in the tech sector displayed more self-efficacy than their male counterparts. Not only did female Swiss entrepreneurs believe in their capacities to produce specific performance-drive results but also, they displayed confidence in their abilities to control motivation, behavior, and social environment.

However, many of the female entrepreneurs interviewed described a peer community of less active female entrepreneurs. For example, Katrin described the female tech entrepreneurship space as separate from the male tech entrepreneurship space in Switzerland and stated that ‘to be successful means to think like a male.’ She continued by stating: “The successful entrepreneur mindset fits male behavior. You need to be bold, take risks, and be determined to prove people wrong who tell you that you can’t start a business. But females are more trained to behave passively.” Melanie shared her perspective in terms of success and ‘dreaming big,’ explaining that “Women hold themselves back mentally, and don’t dare to dream that their business could be as big as they could be. Success has to do with how big you think, and men typically think ‘bigger’ than women. Generally, Swiss women are not risk-taking. We are more traditional. We prefer working in small groups or being among familiar coworkers.”

This idea of entrepreneurship as a male activity continued to be expressed throughout my interviews. Every female I spoke with displayed positive entrepreneurial self-efficacy but stated that the whole female Swiss entrepreneurship culture lacked self-efficacy due to women behaving passively regarding founding and growing their businesses.

### **Hypothesis 2**

My second hypothesis proved true. Swiss women perceived fewer opportunities for starting a business in the Swiss tech sector in the following six months

than their male counterparts. The cause for fewer opportunities' perception was rooted in the lack of both networking and technical skills. All female entrepreneurs interviewed reported feeling disadvantaged in a networking situation. This feeling stemmed from discomfort from being a woman networking among men in a male-dominated industry. Interviewed subjects listed female characteristics including vocal tone and body shape as factors that differentiated them from their male counterparts at networking events.

The female entrepreneurs I interviewed consistently reported perceiving less opportunities than male entrepreneurs in the tech sector due to their lack of 'presence' at networking events. One entrepreneur, Melanie, noted that "Female entrepreneurs are not at networking conferences. They prefer working in small groups maintaining networks with people they are already familiar with." Another, Jan, explained that, "Men and women have different kinds of networks. Men have more powerful networks. Women are physically disadvantaged because their voices are higher and not as trustworthy, they are smaller in height, etc." Yet again, a male entrepreneur shared that "When a girl first comes up with an idea and pitches it, the first inclination is to laugh. So, women especially need to network with younger and older people. I say to women specifically: persist! Women need to talk about their business ideas over and over so that they are taken seriously."

### **Technological Literacy**

An unanticipated finding that impacts both the success of female founded businesses and the opportunities seen by female entrepreneurs is the technological literacy level of the average female Swiss entrepreneur. In general, female Swiss entrepreneurs were described as lacking technological literacy by my subjects, as mentioned previously in my discussion of Hypothesis 2. My subjects indicated that it is due to the disparity in technological literacy among male and female Swiss entrepreneurs in the tech sector that female Swiss entrepreneurs experience less entrepreneurial opportunities than men. For example, Thomas noted that "There are 95 percent men and five percent women in information technology in Switzerland. Less than 15 percent and some years below 10 percent of women study technology fields at ETH Zurich. The gender issue is in the education field, not in the entrepreneurship space. Some female students have been told by math and physics teacher that they cannot study computer science." Yet

another entrepreneur, Carole, explained “I think women can bring a lot to a business’s board if they have the right skills, besides their gender. But not for every business and position you find enough female candidates. For smaller companies I see no problem finding female candidates, whereas for big companies with technical products the number of female candidates is very limited.” Jan nuanced the previous two excerpts by sharing: “I try to have women in sales positions because women are more likely to get appointments in a male-dominated business world. For sales, I need people to get appointments to sell whatever they need to sell. Women have easier access to men because they’re so unusual that it’s still surprising if a woman asks you for a business appointment, she’s more likely to get that appointment. However, there is a disadvantage of hiring women. Both businessmen and businesswomen are less likely to believe in the technical competence of a woman because of certain gender roles and stigmas. I use women to get first contacts with cold calling and then pass the job over to men as soon as things become very technical and very specific because my customers believe that men are more competent with technical stuff.”

Across the board, female business women are perceived as being less technologically literate than their male counterparts. Because of this, male entrepreneurs tend to look for other male entrepreneurs when founding startups that involve technology. By choosing males to fill technology-oriented positions, male entrepreneurs increase the number of men in the technology sector while decreasing the number of women. Men gain more experience with technology through this process and become naturally more technologically competent. Women, on the other hand, are indirectly denied access to the technology sector and fall behind in technical competency relative to men entrepreneurs.

Indeed, interviewed women expressed feeling less technologically literate than their men counterparts. In addition, women reported little to no exposure to computers and electronic toys during their childhood. These women claim that their lack of exposure led them not to select technology-oriented courses when in high school and college. These findings are consistent with Amy Bix’s findings in her 2014 book *Girls Coming to Tech!*, in which Bix argues that engineering and technological education have for a long time been regarded as “masculine territory,” and that women who work in this field are still regarded as oddities, outcasts, or masculine. Bix writes that in the 1950’s women made up less than one percent of students in American engineering programs. In 2010 and 2011, women

had 18.4 percent of bachelor's degrees, 22.6 percent of master's degrees, and 21.8 percent of doctorate degrees in science, technology, engineering, and math areas (Bix, 2014:34).

A similar phenomenon is occurring in Switzerland, according to my interviewed subjects. Melanie shared that "The startup scene in Switzerland is geared towards technology. The number of women studying computer science is really low. As a boy you are encouraged and exposed to technology much more than girls are. Boys use computers in their homes, girls don't. There are no intro tech classes in Switzerland, but professors assume basic proficiency in technology courses. So, boys have a much easier time continuing with technology in university than girls." Moreover, Rahel related the following insight: "The vast majority of Swiss tech companies are spin-offs of other tech-based companies. Technology is something that mainly men do. Entrepreneurship is encouraged in the tech sector. Tech is an area where you can easily expand. If your business goes well, you go international, produce more output, and make a lot of money." Thomas expounded on the IT sector when explaining: "For information technology, your competition is not local, it's international. There you have people that don't have family, that have much more money than you, that have access to much more knowledge, and that have access to greater networks than you have. So, if you're a woman considering tech, you either don't have a family and go all-in or you don't go into technology at all. And because Switzerland culture emphasizes family, the man does most of the work and the woman stays at home. If you're not a strong character, you don't pursue technology or entrepreneurship. And most women do not have that strong male character."

Those interviewed consistently mentioned technological literacy as an important skill for starting a business in the tech sector and sustaining that business. Female participants discussed inclinations toward business ventures that involved less technology as a part of day-to-day operations. Furthermore, female participants expressed a lack of technological training while in school. From elementary school through college, Swiss women are less exposed to computer technology — specifically computer programming, word processing, and electronic spreadsheets — than their male counterparts. Because of this, female participants reported feeling unwelcome when working for a technology-driven startup and overwhelmed when starting a venture that involves technology.

### Hypothesis 3

My third hypothesis proved true. Swiss women are less active in their pursuit to internationalize their businesses in the tech sector compared to their male counterparts. From my interviews, I observed that women participate in entrepreneurial ventures that, compared to their male entrepreneur counterparts' ventures, employ less workers. Furthermore, female entrepreneurial pursuits are often local. For this reason, the number of employees needed ranges from one to 15, rarely exceeding 20, according to my interviewed subjects. Melanie explained: "I assume there are more one-woman businesses like hairdressers. These businesses do not grow as much as tech startups and tech companies. There's a saying, "What you can't see, you can't be." If you see from a young age that entrepreneurs are being celebrated in society, then you will think 'that is something I could or want to be!'. Male-founded startups are bigger by nature because of tech and men's drive to succeed." Paul, an entrepreneur and former editor of a high-tech magazine, related that "All the Swiss entrepreneurs are men — which has to do with the high-tech market here in Switzerland. Now, I'm biased because I work in the tech market. But I see no women! There might be small flower shops owned and operated by women, but I don't know these women. Female entrepreneurs work more in the service industry: gastronomy, beauty salons. You're always reading about restaurants closing here or changing management. The new management is usually female."

Both male and female participants spoke of flower shops, beauty salons, and restaurants when asked about Swiss ventures founded by female entrepreneurs. Each of these three businesses types are typically local. Flower shops and beauty salons are often not franchised and do not have multiple locations. Restaurants are rarely internationalized, especially in Switzerland. Because Switzerland's economic freedom score is 80.5, making its economy the 5th freest in the 2015 economic freedom index, Swiss businesses are much more likely to be sole proprietorships and partnerships, not corporations ("The Heritage Foundation", 2015).

Additionally, female Swiss entrepreneurs have different motivations for starting and operating businesses. Subsequently, these women have different standards for measuring business success and output. For example, women may feel compelled to start an entrepreneurial venture to fill a need within their community. Smaller, community-based businesses are easier to manage than multinational corporations with large numbers of employees. Building personal rela-

tionships with customers may compel entrepreneurs to limit the size and scope of their venture. Furthermore, the type of product being sold may not require a business to nationalize its product.

### **3. Discussion**

Because Switzerland's economy is so reliant on technology-driven businesses, entrepreneurial ventures are becoming increasingly dependent on the integration of technology in their products, according to my interviewed subjects. In addition to the product, day-to-day operations of Swiss businesses, and businesses worldwide, are relying more and more on computers and technology. But because the opportunities seen by female entrepreneurs are to some extent limited by the level of technological literacy of the female entrepreneur, female-founded businesses do not often sell a product that relies on technology.

As my interviewed subjects indicated, Swiss women are much more inclined to start businesses in cosmetics, retail, or food industries. These industries, as stated above, are not typically pushed for internationalization. Because female founders in these industries often cap their number of employees at 20, according to my interviewed subjects, these businesses are smaller in size relatively to male-founded businesses that almost always employ more than 20 employees. This size difference, combined with the lack of female technological literacy, is one explanation for the lack of active female Swiss entrepreneurs.

### **4. Implications for Technology Education**

Increasing the activity of female Swiss entrepreneurs starts with education. Educating Swiss girls for technological literacy to see opportunities in all industries and particularly the technology industry begins by increasing access to technology education before the collegiate level. Judy Wajcman, a Sociology Professor at the London School of Economics and Political Science, supports a similar theory.

According to Judy Wajcman (1991), author of *Feminism Confronts Technology*, the identification between men and machines is not immutable but is the result of ideological and cultural processes. After surveying sociological and feminist literature on technology, Wajcman (1991) concluded that, broadly speaking, there is male bias in the way technology is defined as well as developed. She claims that starting in the 1970's, males' monopoly on technology became a source of their power and female's lack of technological skills became an element in their de-

pendence on men. Wajcman (1991) suggests that greater access to technology for women is key in bridging the power gap between male and female entrepreneurs and employees. One such way, she suggests, is through education.

Having specialized knowledge in certain tech fields would allow Swiss students to enter college with a leg up as entrepreneurs. Requiring that both male and female students enroll and participate in technology classes is crucial for developing equal technological literacy among Swiss men and women. While the effectiveness of this education would largely depend on teachers, pedagogy, school boards and student interest, the availability of this education should be widespread. Young women should not be discouraged, as many of my subjects reported, from engaging in technological activities and pursuing technology courses. These required courses will hopefully eliminate the stigma of young men dominating technology and bring more gender equality to technology education.

## **5. Directions for future research**

The outcomes and effectiveness of these tech-based courses, as well as a better understanding of technological literacy for girls, can and should be given further attention. Future research might explore a single primary school's implementation of basic technology courses and follow students for six years as they progress through this technology education. After completing certain grade levels, male and female students' technological literacy may be measured by a test that asks students to perform various tasks on a computer by using the mouse, keyboard, word processor and internet. Scores of boys and girls should be compared, and interviews should be conducted to identify gender-specific reasons for successes and failures within the class.

The disparity in male and female technological literacy is still a widely unexplored subject. While research in the United States has been conducted in this area for roughly forty years, many parts of the world are only now identifying and attempting to understand gender disparity in the technology space. Further research should be conducted to identify methods of measuring technological literacy and which technology components are most relevant to certain fields. The areas of technology relevant for entrepreneurs are no doubt very different than areas relevant for engineers or those involved in the film industry.

Measuring technological literacy is a difficult task. My research in Switzerland proved that there is a dramatic difference in technological literacy between



men and women, and that researching methods of educating for technological literacy should take precedence over researching or measuring current disparities in technological literacy. Improving the technological literacy of female Swiss entrepreneurs and future Swiss entrepreneurs is crucial for entrepreneurial and economic equality.

However, there is still the larger problem of business, and entrepreneurial ventures in the tech sector, being male dominated. My findings for Hypothesis 1, based in the input of my interviewed subjects as a whole but particularly Melanie and Katrin, confirm this problem and echo the sentiments expressed by Bird. In short, Melanie and Katrin expressed that, culturally and socially, Swiss women think of male entrepreneurs when they think of entrepreneurs in the Swiss tech sector. Bird states that these societal attitudes about entrepreneurs are likely to discourage younger women from engaging in tech entrepreneurship because they see no outstanding same sex entrepreneurs. In looking for solutions and ways to engage women in entrepreneurship, Bird describes gender-balance as an ideal solution to the problem of male-dominated organizations. Gender balance, a term that describes the equal representation of women and men in businesses' decision-making positions, should level the playing field between male and female 'ownership' of the tech entrepreneurship space.

While Bird's proposal is sound, the stigma of male-dominated entrepreneurship will persist despite the balance of decision-making power. Considering this, I propose that more female entrepreneurs become role models for young girls by directly reaching out to young female entrepreneurs. If a female tech entrepreneur is interested in stopping the stigma of male-dominated entrepreneurship, she should bring her message of equality directly to young girls and young women.

Yet, women as role models creating a movement to stop the stigma of male-dominated entrepreneurship is not enough. The bottom line is this: entrepreneurship in the tech sector is a risk-taking venture. Why Swiss women do not want to partake in tech entrepreneurship and why they are discouraged are questions with a variety of answers.

Additionally, different ideas about what a successful business looks like may differentiate how men and women approach entrepreneurship in the Swiss tech sector. Success, as proposed by Rahel and later expounded upon by other interviewed subjects, can be measured by output, growth, social impact, or any

number of factors. Thus, the “success” of male and female founded businesses in Switzerland differ, but this is not because women or men are inherently better or worse at starting or actively operating businesses. Rather, the success of each Swiss business differs because, very likely, each business defines success differently. Thus, the stigma of male-domination as it applies to entrepreneurship is likely to be perpetuated by male and female business owners measuring success differently.

Entrepreneurs like Mark Zuckerberg begin and grow service-based businesses that millions of people recognize and use but create very little social impact. Conversely, the businesses that generate social impact — namely social ventures — typically affect less people and may be relatively less heard of regarding Zuckerberg’s esque ventures. Generally, women seem to gravitate towards more social ventures, as 38 percent of the world’s social ventures were led by women in 2013 and more than twice as many men as women led businesses in 2013 (Kubski & Skodova, 2013:1). Thus, through the lenses of social impact, women around the world seem much more ‘successful’ than men regarding operating businesses. So, the first step to reframe entrepreneurship as neither male- nor female- dominated is understanding ‘successful’ entrepreneurs as a subjective label that depends on the measurement of success. Reframing Swiss tech entrepreneurship as dominated by sex begins with reframing how we measure entrepreneurial success.

## References

- Bird, Barbara and Brush, C. (2002) A Gendered Perspective on Organizational Creation. *Entrepreneurship Theory and Practice* 26: 41-65.
- Bix, Amy. (2014) *Girls Coming to Tech!: A History of American Engineering Education for Women*. Massachusetts: MIT Press.
- Brush, Candida. (2013) *Women Entrepreneurs and the Global Environment for Growth: A Research Perspective*. Northampton: Edward Elgar.
- Hughes, Karen and Jennings, J. (2012) *Global Women’s Entrepreneurship Research: Diverse Settings, Questions and Approaches*. Northampton: Edward Elgar.
- Kelley, Donna and Ali, A (2013) *Global Entrepreneurship Monitor*. Available at: [www.babson.edu/Academics/centers/blank-center/global-research/gem/Documents/GEM%20US%202011%20Report%202.pdf](http://www.babson.edu/Academics/centers/blank-center/global-research/gem/Documents/GEM%20US%202011%20Report%202.pdf) (accessed 22 October 2014).
- Kelley, Donna and Singer, S. (2014). *GEM Global Report 2012*. London: Global Entrepreneurship Monitor.

- Kubski, Jasmine and Skodova, M (2013) *Why Are More Women Leading Social Businesses?* Available at: [www.theguardian.com/social-enterprise-network/women-in-leadership-blog/2013/oct/23/why-more-women-leading-social-business](http://www.theguardian.com/social-enterprise-network/women-in-leadership-blog/2013/oct/23/why-more-women-leading-social-business) (accessed 24 October 2014).
- Minniti, Maria, Arenius P., and Langowitz N. (2005) 2004 Report on Women and Entrepreneurship. *Global Entrepreneurship Monitor* 12:12.
- Rossi, Mathias, Borter S., and Sansonnens, M. (2013) Gender Differences in Entrepreneurship: Situation, Characteristics, Motivation and Entrepreneurial Behavior of Women Entrepreneurs in Switzerland. *World Academy of Science, Engineering and Technology* 7:954.
- Simard, Caroline. (2005) The state of Women and Technology Fields around the World. *Anita Borg* 1:1-2.
- The Heritage Foundation (2015) *Switzerland: Economy: Population, GDP, Inflation, Business, Trade, FDI, Corruption*. Available at: [www.heritage.org/index/country/switzerland](http://www.heritage.org/index/country/switzerland) (accessed 24 March 2015).
- Wajcman, Judy. (1991) *Feminism Confronts Technology*. University Park: Pennsylvania State UP.



# PARTE IX

## **MIGRAÇÕES, GLOBALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO**



25.

## **As migrações como espaços de desigualdade na vida pessoal, familiar e profissional das mulheres imigrantes**

*Estefânia Silva  
Conceição Nogueira  
Sofia Neves*

### **RESUMO**

O texto apresenta e discute alguns dos resultados de uma investigação de carácter qualitativo e inserida no paradigma crítico oferecido pelo construcionismo social e feminismo. Procurando articular as questões de género e conciliação com o fenómeno das migrações, esta investigação teve como objetivo central caracterizar e analisar as vivências e os discursos de mulheres imigrantes acerca da conciliação da vida pessoal, familiar e profissional. As evidências encontradas neste estudo são um ponto de partida para a compreensão de como o poder político e económico do país recetor acentua a feminização dos papéis tradicionais de género onde configura uma desigual conquista das mulheres em relação aos homens no espaço familiar e profissional.

**PALAVRAS-CHAVE:** Imigração feminina, conciliação da vida pessoal, familiar e profissional, desigualdade

**ABSTRACT**

This chapter presents and discusses some of the results of one qualitative research inserted in the critical paradigm offered by social and feminism constructionism. Trying to articulate the issues of gender and the reconciliation with the phenomenon of migrations, the main objective of this research was to characterize and analyze the immigrant women experiences and speeches about their private, family and professional life reconciliation. The findings of this study are a starting point for understanding how the political and economical power of the receiving country aggravates the feminization of traditional gender roles where we can see an unequal achievement of women relative to men in professional and family spaces.

**KEY-WORDS:** Women's immigration; private, family and professional reconciliation; Inequality

**Introdução**

Sensivelmente, nos últimos 30 anos, o fenómeno social das migrações tem assumido uma importância crescente colocando as questões da diversidade, heterogeneidade e complexidade no seio académico e científico (Neves, 2007). Ainda que a partir da década de 80 do século xx, a publicação de Mirjana Morokvasic, declarasse que *“the birds of passage”* também eram mulheres, assistindo-se assim a um resgate das migrações femininas, está por desenvolver um campo bem mais alargado de investigações que espelhem de que modo o género influencia e/ou é influenciado pelo processo migratório (Lawson, 2002) e que contribua efetivamente para o real conhecimento do papel das mulheres na migração (Marques e Góis, 2012; Velasco, 2013; Neves et al., 2016). A pesquisa tem surgido, quase sempre, diluída em análises mais amplas, e quando se direciona para a conciliação entre o trabalho e a vida familiar e pessoal, pouco retrata como as mulheres imigrantes organizam as suas vidas familiares e quais as suas modalidades de ação em termos de conciliação. Esta patente invisibilidade das mulheres imigrantes nos estudos migratórios e nos estudos de conciliação, tem contribuído, não só em Portugal mas também noutros países, para a construção de considerações enviesadas sobre a realidade das mulheres migrantes e para a limitação no desenvolvimento de políticas e de programas de intervenção efetivos (Silva, 2015).

Este texto, integrado numa investigação que resulta da tese de Doutoramento: *“Vivências de Conciliação pessoal, familiar e profissional de mulheres imigrantes resi-*



*dentos no distrito de Braga”* (Silva, 2015), pretende fazer cruzar dois grandes propósitos. Se por um lado, e tal como defende Tavares (2008), as histórias são um produto de posições assumidas, dar a oportunidade às mulheres imigrantes de fazerem ouvir as suas vozes permitirá o aprofundar do conhecimento das suas realidades e contribuirá para o debate em torno da relação entre imigração, género e conciliação. Por outro, pretende-se dar visibilidade a um fenómeno que tem sido remetido para “pano de fundo” numa tentativa de superar a obscuridade, mas não só, do ainda não realçado.

Com base na investigação empírica produzida pela autora, este texto terá uma secção dedicada aos referenciais teóricos, onde são elencadas algumas vulnerabilidades que denunciam as implicações que as migrações acarretam para a vida laboral, familiar e pessoal das mulheres imigrantes e que podem condicionar uma resposta eficaz na resolução da conciliação. Após esta breve aproximação ao fenómeno, passaremos à apresentação dos pressupostos epistemológicos e metodológicos que nortearam a investigação. A sessão seguinte descortina os resultados das entrevistas realizadas às mulheres imigrantes, donde se coloca a descoberto as desigualdades vivenciadas pelas mulheres imigrantes no espaço familiar e profissional. Termina com a reflexão final.

### **1. Imigração e conciliação: uma breve aproximação ao fenómeno**

A imigração revestida de uma densa complexidade e caracterizada como um fenómeno diverso, multifacetado e multidimensional (Papademetriou, 2008) tem contribuído para que Portugal seja hoje uma sociedade mais plural e diversificada, tendo-se vindo a confirmar um crescimento sustentado de fluxos migratórios após a Revolução dos Cravos (Pires, 2002), o que torna a sua análise de extrema relevância para a compreensão das dinâmicas migratórias.

Nesta recente reconfiguração, é notável a presença cada vez mais expressiva de mulheres imigrantes no nosso país (200.086 em 2015), verificando-se, atualmente, uma ligeira predominância do sexo feminino, com a diferença a situar-se em cerca de 3,0% (SEF, 2016), o que justifica um conhecimento mais aprofundado sobre a especificidade das mulheres imigrantes e das suas realidades sociais. Muito embora se assista a um crescendo de estudos que caracterizam a realidade das mulheres imigrantes em Portugal (Albuquerque, 2005; Peixoto et al., 2006; Miranda, 2009; Malheiros et al., 2010), são ainda escassos os estudos que se debruçam sobre as dinâmicas de conciliação entre a vida pessoal, familiar e

profissional das mulheres imigrantes. Na verdade, as perspectivas teóricas e metodológicas pela qual se estuda a conciliação faz com que, muitas das vezes, a compreensão deste fenômeno não reconheça a diversidade, conduzindo frequentemente a leituras homogêneas e que mascaram as assimetrias da realidade em estudo (Alcãiz, 2008).

No que às mudanças da reconciliação entre o trabalho, a família e a vida pessoal diz respeito, as investigações dão conta da vulnerabilidade das mulheres imigrantes (Marques e Góis, 2012; Monteiro e Portugal, 2013) para responder eficazmente a este problema. A ausência ou a limitação de uma rede e/ou suporte familiar e social aliada a uma distribuição assimétrica na organização e responsabilidade da vida doméstica contribui para sensações de maior sobrecarga e para um cotidiano preenchido pelo trabalho e cuidados à família, o que condiciona a participação social das mulheres imigrantes para compartilhar experiências e problemas que reduzam os custos e os riscos existentes no processo migratório (Moreno-Jiménez e Hidalgo, 2011; Silva e Neves, 2011).

A falta de informação, a insuficiência, as dificuldades no acesso às estruturas de apoio e acolhimento aos cuidados das crianças, pelos horários praticados e pelas prestações exigidas, entrelaçadas com as dificuldades de integração no mercado de trabalho, bem como, pela incompreensão das entidades patronais para as ausências ao trabalho para cuidados dos/as filhos/as, obriga as mulheres imigrantes a colocarem a carreira profissional para segundo plano e a assumirem a prática e guarda destes cuidados (Perista, 1998). Em alternativa, as crianças também podem ficar sozinhas nos horários pré e pós escolar e ao fim de semana (Wall e São José, 2004).

A questão da vinculação a áreas de trabalho desvalorizadas, mal pagas e tipicamente femininas, em condições que se caracterizam pela precariedade, pelos baixos salários, pelas longas e intensas jornadas, por uma ausência generalizada de vínculos contratuais (Peixoto et al., 2006; Abranches, 2007; Moreno-Jiménez e Rodriguez, 2012) é muitas das vezes uma via adicional para diferentes formas de opressão, dominação e subordinação (Velasco, 2013). Também no espaço laboral, a perda de status e o não reconhecimento das suas qualificações, sentida pelas mulheres imigrantes como um forte constrangimento, contribui para o originar de reações desadaptativas com manifestações de índole depressiva e emocional (Moreno-Jiménez e Rodriguez, 2012), cujos efeitos as levam a sentir que o direito a conciliar lhes está vetado (Parella, 2009). Estas fragilidades, para além de colaborarem, em simultâneo, para inviabilizar um potencial *empowerment* (ILO, 2008),

contribuem para alterar a própria concepção da identidade profissional nestas mulheres e destituem o direito à integração efetiva no país recetor (Fernandes, 2013). Esta situação ocorre, pois, parafraseando Berger-Roulleau (2010:80) “L’origine culturelle, en venant se combiner à l’origine sociale, au sexe et à la position générationnelle, participe activement à définir des formes d’accessibilité différenciées et hiérarchisées aux marchés de l’emploi”.

A situação de regularidade e/ou irregularidade, a necessidade de garantir a sua subsistência e a da sua família associada ao desconhecimento de um estatuto legal que as protege enquanto trabalhadoras, impede-as muitas vezes de denunciar situações de discriminação, exploração e vitimação ocorridas em contexto laboral, o que exacerba a sua fragilidade e desproteção (IOM, 2004; Silva et al., 2010), agudizando-se esta situação nas mulheres que não dominam a língua do país recetor e se sentem desenraizadas em termos culturais.

De facto, as práticas desiguais que marcam as suas experiências migratórias, desqualificando as suas habilitações, competências, valores e, assim desqualificando-as como cidadãs e como pessoas, têm implicações que resultam na reestruturação de um novo modo de ser, sentir, viver e estar na família, no trabalho mas também na sociedade, o que fortalece a sua invisibilidade, subordinação e a sua perceção de impotência (Machado, 2007; Fernandes, 2013). Multiplicando-se os marcadores de exclusão e opressão, e afetando as vivências de conciliação das mulheres imigrantes, se somarmos à categoria género outras categorias, como a nacionalidade, mobilidade, classe social, segregação laboral (Neves, 2010).

Se a deslocação para um novo país bastante distante cultural e geograficamente pode, por um lado, promover os direitos das mulheres (UNFPA, 2006), por outro, pode representar experiências migratórias marcadas pelo género que robustecem a desigualdade, a discriminação e a dominação (Velasco, 2013). Fazendo nossas as palavras de Menjívar (2003:103, tradução nossa), “a migração permite mudanças nas relações de género com efeitos complexos e desiguais, que pode oferecer às mulheres simultaneamente oportunidades e restrições, pois, normalmente, o ganho numa esfera resulta numa perda de outra”.

Os desafios de renegociar a vida pessoal, familiar e profissional, após a imigração, assumem para as mulheres imigrantes uma nova configuração que reafirma e acentua os papéis tradicionais de género (Pipper, 2005). Continua a assistir-se a uma feminização na migração, que coabita com a feminização da pobreza e do trabalho (Silva et al., 2010; Silva, 2015) e que torna evidente não só que a desigual-

dade ainda persiste mas também como as singularidades migratórias femininas se entrecruzam com o género e outras pertenças identitárias (Neves, 2010). Compreender as necessidades mais complexas das comunidades imigrantes em toda a sua diversidade exige, por isso, um olhar interseccional (Nogueira, 2011).

Sendo a tónica dominante nos documentos de compromisso político para a promoção da igualdade entre mulheres e homens, a conciliação entre o trabalho, a família e a vida pessoal também se destaca do Plano Estratégico para as Migrações - PEM (2015-2020) como uma das medidas de intervenção prioritárias na integração de imigrantes, o que revela um sinal claro de preocupação no combate à discriminação dos e das migrantes, com as políticas de emprego e a um melhor acesso a uma cidadania comum.

Entende-se, neste texto, a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional como uma articulação saudável e equilibrada entre as atividades pessoais e familiares com as atividades profissionais em benefício comum das mulheres e dos homens (Laufer, 1995). No entanto, a investigação neste domínio revela que, no duelo diário de homens e de mulheres, as práticas de conciliação se revestem de especificidades assimétricas ao nível do espaço familiar e do espaço profissional, com maior prejuízo para as mulheres (Matias et al., 2010; Perista et al., 2016).

É longo o caminho a percorrer até que a equidade seja alcançada nos espaços em que estas mulheres se movimentam. Deste modo, o reconhecimento destas e de outras vulnerabilidades tornam-se essenciais na definição de um plano interventivo que possa responder adequadamente às necessidades das mulheres imigrantes.

Se os percursos protagonizadas pelas mulheres nas migrações carecem de desocultação e afirmação, conhecer e aprofundar os seus percursos e as suas especificidades, no âmbito da conciliação, torna-se crucial pois incluir na história das migrações e da conciliação as trajetórias de vida das mulheres imigrantes é produzir uma ciência diversa, inclusiva e igualitária.

## **2. Enquadramento epistemológico e metodológico do estudo**

Este estudo ancorado epistemologicamente dentro da perspetiva feminista crítica e construcionista social, posiciona-se criticamente face a um discurso universal e dominante para as mulheres, pretendendo assim ter um olhar contextualizado e localizado da realidade feminina imigrante em Portugal e que se oriente para uma mudança social no sentido de favorecer a igualdade e justiça (Neves e Nogueira, 2004).

Tendo em consideração que a migração, para algumas mulheres, pode e constitui um reforço das suas vulnerabilidades familiares, laborais e sociais (Crenshaw, 1991; Peixoto et al., 2006; Miranda, 2009; Neves et al., 2016), esta investigação teve como objetivo caracterizar e analisar as vivências e os discursos de mulheres imigrantes em Portugal no que concerne à conciliação da vida pessoal, familiar e profissional.

Nesta investigação participaram 30 mulheres imigrantes, 10 de nacionalidade brasileira com uma média de idades de 38 anos, 10 de nacionalidade cabo-verdiana com uma média de idades de 36 anos e 10 de nacionalidade ucraniana com uma média de idades de 35,1 anos. Optou-se por incidir a nossa investigação nestas três nacionalidades por apresentarem ser as mais representativas no nosso país (SEF, 2012). Consideramos, assim, como critérios de seleção e inclusão para este estudo, mulheres imigrantes provenientes do Brasil, Ucrânia e Cabo-verde; residentes no distrito de Braga; que entendessem e falassem a língua portuguesa; que exercessem uma profissão; e, que fossem mães de filhos/as com idade dependente, existindo, por isso, uma relação de cuidado com estes/as.

De modo a conhecer os significados e vivências de conciliação presentes no quotidiano das mulheres imigrantes, optou-se por seguir uma metodologia qualitativa e reflexiva, elegendo para a coleta de dados a entrevista qualitativa semiestruturada, uma vez que esta permite adquirir uma compreensão detalhada da realidade a estudar partindo da análise dos discursos das mulheres imigrantes.

O guião desta entrevista versou sobre doze tópicos de análise: a) Caracterização sociodemográfica da participante; b) Motivação para a imigração; c) Vida familiar; d) Relacionamento Conjugal; e) Situação Laboral; f) Perceção do trabalho próprio e do cônjuge; g) Uso dos tempos; h) Perspetivas de integração ou fixação; i) Cenas significativas; j) Desafios; k) Ideologia Pessoal; l) Tema de vida.

De complemento às entrevistas qualitativas, foi utilizado também, como técnica de recolha de dados o registo individual de utilização do tempo, que permitiu identificar e caracterizar os diferentes usos do tempo para as mulheres imigrantes e seus companheiros, conferindo particular visibilidade aos modos de vida das mulheres imigrantes e às formas diferenciadas como mulheres e homens se posicionam face a estes.

Os dados recolhidos foram analisados segundo uma metodologia de análise temática de Braun e Clarke (2006).

### 3. As vivências de conciliação pessoal, familiar e profissional de mulheres imigrantes

Dada a diversidade dos resultados obtidos apresentaremos apenas alguns dados que nos pareceram ser os mais relevantes, apresentando estes semelhanças às três nacionalidades participantes em estudo.

Ao descortinar as vivências do quotidiano mais “privado” das mulheres imigrantes verificamos que no espaço doméstico, a assimetria e a reduzida divisão conjugal das tarefas domésticas são realidades que pontuam os discursos destas mulheres, sendo estas as maiores responsáveis pelas tarefas de carácter rotineiro: “Grande parte das tarefas em casa é assumida por mim. O meu marido cozinha uma vez por ano. Ele pode até ajudar na arrumação, mas nas coisas dele, a minha parte, tipo, pegar uma loiça, lavar, cozinhar, isso não” (Maria<sup>[1]</sup>, 32 anos de idade, cabeleireira).

Apesar de encontrarem na vida familiar mais motivos de regozijo, sentindo-se realizadas pessoalmente, todas as mulheres evidenciam, no país recetor, um aumento das suas responsabilidades e uma sensação de maior sobrecarga do que no país de origem, agudizando-se esta pela acentuação da dupla jornada de trabalho e pela ausência de suporte familiar, social e económico: “Sinto-me sobrecarregada, sim. É naquela questão de não ter apoio da família e não conseguir ter os mesmos serviços que tinha lá” (Joyce, 31 anos de idade, vendedora de loja). Revelam, ainda, sem exceção, no que ao trabalho doméstico diz respeito, não se verificar o mesmo sentimento de sobrecarga nos homens: “Marido sente-se cansado, porque ele trabalha muito, mas em casa não” (Ludemila, 32 anos de idade, operária têxtil).

Perante a organização e gestão do trabalho doméstico, assumida como uma área de preocupação, as mulheres imigrantes referem sentir dificuldades relacionadas com o cansaço físico excessivo e a falta de tempo para a execução de todas as tarefas, respondendo com manifestações de índole depressiva e emocional, como ansiedade, irritação e nervosismo: “Por vezes, tenho dores de cabeça. Um dia, aconteceu-me de estar tão cansada e enervada por causa do trabalho que fui trabalhar e deixei o fogão ligado” (Filomena, 43 anos de idade, operária têxtil). Porém, também se verificam discursos genderizados que legitimam a sua submissão pelo facto de serem mulheres, levando-as a uma não reivindicação desta prática assimétrica. Consideram, a execução deste trabalho, um dever das mulhe-

---

1. Os nomes indicados na secção de análise são fictícios, de modo a preservar as identidades das participantes.

res e que este já constitui um hábito nas suas vidas: “Não é difícil, porque estou habituada e preparada. Para nós, isto é vida normal. É vida de mulher” (Axana, 39 anos de idade, operária têxtil). Este não questionar culmina claramente numa posição conformista que acentua e nega a desigualdade (Amâncio, 2003).

Para fazer face às dificuldades colocadas pela conciliação, verifica-se que estas mulheres desenvolvem um conjunto de estratégias de conciliação influenciadas pelo padrão migratório das suas famílias. Consta-se que são as mulheres com maiores recursos económicos e de escolaridade, as que mais frequentemente recorrem ao serviço doméstico pago. Porém, dado que o recurso ao serviço pago não é comportável para o orçamento familiar da maioria destas mulheres, verifica-se o uso de estratégias de planificação, preparação prévia e delegação na realização do trabalho doméstico para as mulheres com baixos recursos económicos:

Tento sempre deixar a casa arrumada. Se eu tirar alguma coisa do lugar, eu ponho logo no sítio de volta para estar tudo mais ou menos organizado. Tipo cozinhei, eu só vou dormir se a cozinha estiver limpa. A roupa eu vou passando, conforme vai saindo da máquina. Tenho um método que funciona para não estar todos os dias com a casa bagunçada. Acho que é uma questão de disciplina (Jacquelina, 42 anos de idade, promotora de vendas).

Os relatos destas mulheres demonstram também que a experiência migratória é marcada pela vivência da maternidade e, com esta, as tarefas de cuidados e acompanhamento dos/as filhos/as que, nem sempre para estas mulheres, é vivida e partilhada com igual responsabilidade com os seus cônjuges. Os seus discursos revelam ainda que, na prestação de cuidados às crianças, continuam a ser as mulheres, as principais cuidadoras: “Todo esse trabalho é feito por mim, o banho, dar de comer, sempre foi, porque ele nunca se ajeitou” (Lisete, 36 anos de idade, operária têxtil).

O nascimento de uma criança e tomar conta dela representou, para estas mulheres, uma interrupção no trajeto profissional de modo a conseguirem conciliar as responsabilidades familiares. Verifica-se que seguem o padrão predominante dos seus países de origem, ficando com as crianças até aos 2,3 anos de idade. É recorrente, também, nos seus discursos evidenciarem que, no que respeita à prestação de cuidados às crianças, e com exceção da avó materna, não confiam na competência de outras pessoas, uma vez que não lhes reconhecem a mesma qualidade de desempenho da mãe: “Para além de mim, a única pessoa em quem

eu confio inteiramente a minha filha é a minha mãe” (Ariana, 33 anos de idade, administrativa), valorizando assim o papel insubstituível da mãe.

A desconfiança relativamente aos cuidados prestados à criança, a frequência do contágio de doenças e a dificuldade adicional de encontrar uma vaga na creche ou no infantário são algumas das desvantagens apontadas pelas mulheres imigrantes, que as levam a não optarem por outra solução:

Na Ucrânia a mulher tem 3 anos de licença e não temos problema em colocar depois a filha no infantário. Aqui são 4 meses e depois tens que entregar para alguém. Deixei a minha filha com uma senhora, mas não a conhecia, não sabia se ela faria bem ou mal à minha filha e ficava muito preocupada. Marquei infantário, mas precisa mais ou menos um ano para ela entrar no infantário, está à espera (Viktorya, 39 anos de idade, empregada de balcão).

Estas mulheres, revelam ainda, a inflexibilidade das entidades patronais para ausências ao trabalho para acompanhamento dos/as filhos/as como um dos aspetos da vida familiar que interfere na vida profissional: “Se faltava um dia, mandava-me embora. Ninguém percebia que criança estava doente e não tem ninguém aqui da família para olhar. Precisava de tratar da menina e patrões não queriam” (Lúcia, 39 anos de idade, vendedora de loja).

Um dos constrangimentos colocados pela maternidade é a distribuição e limitação do tempo pessoal, evidente na transcrição que se segue:

Não tenho tempo. Quero ter tempo para mim, fazer coisas que gosto, como crochet e não faço. Estou sempre a correr. Às vezes chego a casa e a minha vontade é sentar, pôr as pernas para cima e descansar. E os meus filhos cheios de energia não me deixam ter tempo sequer para pensar (Eveline, 43 anos de idade, operária têxtil).

E, sendo a maternidade considerada como uma das grandes mudanças das suas vidas pessoais, a solução encontrada por estas mulheres para cumprir a duplicidade de papéis e funções é silenciar as suas necessidades e priorizar as dos/as seus/as filhos/as, aqueles/as que são significativos/as e importantes nas suas vidas:

Eu para os filhos estou sempre. Quando saio, venho sempre com eles. Tempo sozinha, sozinha, já não me lembro de ter. Quando o meu filho mais velho começou a crescer um bocadinho a ser um pouco mais autónomo, eu inscrevi-me num ginásio, mas depois tive



que arranjar um atestado médico para desistir, era impensável, ou ia muito cedo ou então estava fora de questão (Neusa, 38 anos de idade, mediadora de seguros).

Constata-se que nas famílias de baixos rendimentos e com a existência de horários mais longos, atípicos ou noturnos, os horários e custos de funcionamento dos serviços públicos e privados condicionam a escolha destas mulheres. Assim, e como forma de conciliarem a vida familiar com a profissional, estas mulheres autonomizam os/as filhos/as em idade ainda jovem, onde, por vezes, são deixados/as a sós nos horários pré e pós escolar.

Outro dado saliente nos discursos destas mulheres é que, após a vinda para Portugal, inserem-se em mercados de trabalho não qualificados, nas áreas da restauração, comércio, atendimento ao público, limpeza e no setor têxtil: “Quando eu vim para cá, fui trabalhar num restaurante, depois trabalhei numa empresa de alarmes, como rececionista, depois fui para a rua trabalhar com vendas, depois trabalhei num salão como manicure e fiquei nessa área sempre” (Taciana, 46 anos de idade, esteticista).

As mulheres imigrantes descrevem nas suas experiências de trabalho um não reconhecimento das suas habilitações: “A única pena, a maior que sinto, ainda não consegui repor esta mágoa é conseguir recuperar o meu trabalho. Embora agora esteja neste programa ocupacional na escola, não é a mesma coisa do que dar aulas” (Olga, 44 anos de idade, auxiliar de educação), em que muitas vezes, a situação de vulnerabilidade económica empurra estas mulheres para o exercício destas ocupações e leva a que tenham de omitir as suas qualificações para conseguir obter um trabalho, como refere a entrevistada: “Quando cheguei cá, foi muito difícil encontrar trabalho, lembro até hoje que mandei quase 150 currículos. Foi então que comecei a mentir nos meus currículos que eu tinha habilitação superior, porque senão não havia hipótese de trabalho” (Vera, 36 anos de idade, engenheira).

As participantes no estudo salientam, nos seus discursos, a carga e o regime de horário laboral atípico, de fim de semana e/ou por turnos como a maior interferência do trabalho relativamente à família e à vida pessoal, pois impede-as de estarem, habitualmente, presentes nos momentos de convívio familiar, o que as faz sentir que perdem o crescimento dos/as seus/as filhos/as, como se verifica no discurso da participante:

O horário que tenho não me permite estar o tempo que queria com a minha filha. Só estou com ela nas minhas folgas e a folga que tenho à

semana de manhã, ela fica na escola. Às vezes, ela faz coisas que eu fico espantada, mas, quando falo com a professora apercebo-me que ela já tinha feito isso e então sinto que perco os primeiros momentos (Domingas, 33 anos de idade, vendedora de loja).

Deparam-se, também, com horas excessivas de trabalho ou com solicitações das entidades patronais para realizarem horas extraordinárias que, por vezes, não são pagas: “Inclusive, agora onde estou, trabalho imenso e as horas extras não são remuneradas. Quando tenho contentores para sair, equivale a 15 dias antes trabalhar a mais uma hora por dia” (Renata, 28 anos de idade, administrativa).

Algumas mulheres imigrantes no exercício das suas funções, com maior expressão para as trabalhadoras do setor têxtil, são acompanhadas por sensações de cansaço físico e por sentimentos de nervosismo, pressão e stress profissional devido a todo o contexto e tipo de trabalho em que estão inseridas, sendo muito frequente a transferência destas emoções para a esfera familiar:

O nosso trabalho é muito difícil, porque tem muito nervoso, patroa está sempre a berrar, tem que se estar sempre a trabalhar, estão sempre a dizer “Não interessa família, não interessa filhos, aqui tem que trabalhar. Se você quer comer sopa, eu também quero e por isso vai trabalhar!”. E, quando chego a casa, já venho cansada de ouvir isto e passo este nervosismo para eles (Luz, 38 anos de idade, operária têxtil).

Consideram que a multiplicidade de papéis que assumem atualmente e o desempenho profissional potenciam a invasão da esfera profissional na vida familiar, desgastando as suas vidas: “Todas lutam muito para tentar conciliar tantas facetas, tantos papéis e há uma exigência grande da sociedade que interfere muito... Digamos, são muitas facetas que acabam por criar um certo stress, desgaste na vida da mulher, das mulheres em geral” (Josefina, 54 anos de idade, professora).

No que ao cumprimento dos seus direitos legais, diz respeito, verifica-se, pelos discursos das mulheres imigrantes, a violação destes ou a sua não proteção em algumas situações pelo facto de serem imigrantes e por serem mulheres, como se constata, pela execução de trabalhos que exigem bastante esforço físico: “Estava grávida e sempre carreguei sacos grandes e pesados. Eu falava só que não queriam saber, depois filha nasceu prematura. Mesmo quando não podia dar horas, patrão dizia estás grávida, mas podes trabalhar” (Rosa, 38 anos de idade, operária têxtil).

Assiste-se, também, a situações de despedimento fácil por estarem grávidas: “Quando veio homem, eu engravidei e fui à fábrica e contei à patroa. Eu pensei que a patroa ia ouvir-me, mas, quando patroa soube que estava grávida, mandou-me embora” (Fátima, 39 anos de idade, vendedora de loja) ou a não autorização de dispensa de horário para amamentação: “Não tive direito a amamentação...o meu chefe sabia que estava a amamentar e não me deixou” (Renata, 28 anos de idade, administrativa).

São, ainda, visíveis situações como a não atribuição de horas para se dedicarem ao estudo ou a fuga ao pagamento de segurança social, que pelo desconhecimento dos seus reais direitos e pela sua condição não acreditam que possam ser respeitadas como cidadãs de pleno direito, dando lugar à resignação: “A nível de ser trabalhadora-estudante, temos direito ao dia, quando temos provas, mas eu nunca beneficiei disso, senão no trabalho ainda me mandavam embora” (Eveline, 43 anos de idade, operária têxtil).

### **Considerações finais**

Aproximando-nos do fim deste texto, queremos neste espaço, refletir acerca dos discursos e vivências das mulheres imigrantes que conosco partilharam as suas histórias de vida. A discussão em torno dos dilemas e desafios suscitados pela articulação entre a vida pessoal e familiar com a profissional tem-nos fornecido uma leitura da realidade literalmente oposta para homens e mulheres, considerada, portanto, como uma prática inconciliável para as mulheres imigrantes.

Pelo exposto nos momentos anteriores, podemos concluir que o espaço familiar se reveste, para estas mulheres, de fragilidades e desigualdades perante a partilha de responsabilidades domésticas e parentais, sendo da sua inteira responsabilidade a execução destas tarefas em simultâneo com o exercício de uma profissão. A redução destas tarefas para as mulheres não ocorre pela maior participação dos homens na esfera familiar, mas pelo recurso ao serviço pago, sendo este condicionado pelas condições socioeconómicas e nível de escolaridade das mulheres. Quando procuram alcançar uma autonomia financeira, não quebram com a fronteira das paredes de casa e da família, constituindo-se este um dos principais espaços de ocupação de tempo para as mulheres, o que condiciona e limita o acesso a outros círculos de socialização (Silva, 2015).

A maternidade e a existência de filhos/as pequenos/as no agregado revelam também ser aspetos sensíveis e preocupantes pela ausência de apoios a que estas

mulheres estão sujeitas no país recetor, dependendo, por isso, totalmente de serviços escolares que assegurem os cuidados e a guarda das crianças, e que coloca as mulheres imigrantes em situações em que se sentem obrigadas a recuar na vida profissional. Neste sentido, a criação e o alargamento de meios de apoio imediato é essencial, de forma a garantir a possibilidade de conciliação e de prevenir um dos fatores potencialmente mais discriminatórios para estas mulheres.

Os percalços e a imprevisibilidade do espaço laboral camuflados pelo silêncio das suas vozes e pelo desconhecimento dos seus reais direitos potenciam o aumento da vulnerabilidade a que estão sujeitas nas diferentes esferas das suas vidas, não se verificando uma maior autonomia nem uma transformação nas relações sociais de género. De facto, o cenário que encontramos no presente, revela que as migrações e a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional encontram dados que apontam claramente as visões genderizadas, não se tornando, para as mulheres imigrantes, espaços de reconfiguração das tarefas e dos papéis individuais e familiares mas espaços mascarados e encobertos de desigualdade.

Reencontrar um equilíbrio só se consegue com políticas públicas. Assim, ensaiar uma resposta para a conciliação, obriga previamente a conhecer a realidade das modalidades de conciliação das mulheres imigrantes, a desvendar os espartilhos de vida que as encarceram, a denunciar silêncios e exclusões sob pena das políticas existentes não serem ajustadas e acarretarem consequências para as sociedades, empresas, famílias, homens e mulheres.

Continuar a considerar a resolução da conciliação da exclusiva responsabilidade das famílias, em particular, em escolhas individuais das mulheres, é sonegar a existência de mecanismos de discriminação e opressão e omitir que as mulheres continuam a ser interpeladas, mais do que os homens, a conciliar a vida profissional com a familiar.

Não esquecendo que cada um/a de nós como cidadão/ã assume um papel ativo na promoção de uma sociedade inclusiva e justa, a reinvenção dos discursos e a reinvenção do espaço privado e público devem operar na sociedade no sentido da plena integração das mulheres imigrantes na esfera profissional e social mas também para que a cidadania e as migrações ganhem novos contornos e novas significações.

## Referências

Abranches Maria (2007) *Pertenças Fechadas em Espaços Abertos. Estratégias de (re)Construção Identitária de Mulheres Muçulmanas em Portugal*. Lisboa: ACIDI.

- Albuquerque Rosana (2005) Para uma análise multidimensional da situação das mulheres: as relações entre género, classe e etnicidade. In: SOS RACISMO (eds.) *Imigração e Etnicidade – Vivências e trajetórias de mulheres em Portugal*. Lisboa: SOS Racismo, 37-49.
- Alcañiz Mercedes (2008) Las Políticas de conciliación entre el ámbito laboral y el familiar. Cambio o continuidad en el sistema de Género?. *Ex aequo*18:85-102.
- Amâncio, Lígia (2003) O género no discurso das ciências sociais. *Análise Social* 168:687-174.
- Berger-Rouleau Laurence (2010) *Migrer au féminin*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Braun, Virginia and Clarke, V. (2006) Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology* 3:77-101.
- Crenshaw Kimberlé (1991) Mapping the Margins: Intersectionality, Identity, Politics and Violence Against Women of Color. *Stanford Law Review* 43:1241-99.
- Fernandes Danubia (2013) Representações da diferença: a mulher brasileira migrante na mídia impressa da Europa. *Anuario Americanista Europeo* 11:217-237.
- ILO – International Labor Organization (2008) *Women and men migrant workers: Moving towards equal rights and opportunities*. Genebra: ILO.
- IOM – International Organization for Migration (2004) *Glossary on Migration*. Geneva:IOM.
- Laufer Jackeline (1995) Conciliation vie familiale/vie professionele. In: Institut National de la Statistique et des études économiques *Les femmes*. Paris: Service de Droits de Femmes/Isee, 163-165.
- Lawson Victoria (2002) Book Review: Gender and International Migration in Europe: employment, welfare and politics. *Progress in Human Geography* 26:419-421.
- Machado, Igor (2007) Reflexões sobre a imigração brasileira em Portugal.
- Malheiros, Jorge, et al. (2010) *Mulheres Imigrantes Empreendedoras*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- Marques, José e Góis, P. (2012) *A Emergência das Migrações no Feminino – Feminização das migrações de (e para) Portugal e suas consequências sociopolíticas*. Cascais: Princípia.
- Matias, Marisa et al. (2010) *A conciliação trabalho-família em casais de duplo-emprego*. Atas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia. Braga: Universidade do Minho.
- Menjívar, Cecília (2003) The Intersection of Work and Gender. In: Hondagneu-Sotelo, P. (Eds.) *Gender and U.S. Immigration: Contemporary Trends*. Berkeley: University of California Press, 101-126.
- Miranda, Joana (2009) *Mulheres Imigrantes em Portugal: Memórias, Dificuldades de Integração e Projectos de Vida*. Lisboa, ACIDI.
- Monteiro, Rosa e Portugal, S. (2013) As políticas de conciliação nos planos nacionais para a igualdade: Uma análise dos quadros interpretativos. *Ex aequo* 27:97-111.

- Moreno-Jiménez, Pilar e Hidalgo, C. (2011) Medición y predicción de la satisfacción con la vida en inmigrantes empleados en España. Diferencias según su situación administrativa. *Anales de Psicología* 27(1):179-185.
- Moreno-Jiménez, Pilar e Rodríguez, L. (2012) “Sin nosotras el mundo no se mueve”- Mujeres inmigrantes en el context laboral español. *Athenea Digital* 12(2):3-31.
- Morokvasic, Mirjana (1984) Bird of Passage are also Women. *International Migration Review* 18 (4):886-907.
- Neves, Sofia (2007) Psicologia, Diversidade Social e Multiculturalidade: Caminhos cruzados. *Psychologica* 45:125-145.
- Neves, Sofia (2010) Tráfico de mulheres brasileiras para fins de exploração sexual em Portugal e Interseccionalidade: Um estudo de caso. *Psicologia* 2 (XXIV):177-196.
- Neves, Sofia et al., (2016) Mulheres Imigrantes em Portugal: uma análise de género. *Revista Estudos de Psicologia* 33(4).
- Neves, Sofia e Nogueira, C. (2004) Metodologias Feministas na Psicologia Social Crítica: a ciência ao serviço da mudança social. *Ex-aequo* 11:123-138.
- Nogueira, Conceição (2011) Introdução à teoria da Interseccionalidade nos Estudos de Género. In: S. Neves (eds.) *Género e Ciências Sociais*. Castelo da Maia: Edições Ismai, 67-78.
- Papademetriou, Demetrious (2008) *A Europa e os seus imigrantes no Século XXI*. Lisboa: Fundação Luso-Americana.
- Parella, Sònia (2009) Políticas públicas de género y mujer inmigrante. In: Zapata R. e Mirret A. (Coord.) *Políticas y gobernabilidad de la inmigración en España*. Madrid: Ariel, 207-226.
- Peixoto, João, et al. (2006) *Mulheres Imigrantes: Percursos Laborais e Modos de Inserção Socioeconómica das Imigrantes em Portugal*. Lisboa: Instituto Superior de Economia e Gestão - Universidade Técnica de Lisboa.
- Perista, Heloísa (1998) Mulheres em Diáspora na União Europeia: percursos migratórios e trajectórias profissionais e familiares. *Revista Crítica de Ciências Sociais* 50:153-164.
- Perista, Heloísa (1999) *Os Usos do Tempo e o Valor do Trabalho - uma questão de género*. Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade.
- Perista, Heloísa et al., (2016) Os usos do tempo de homens e mulheres em Portugal - Policy Brief. Lisboa: CITE.
- Pipper, Nicola (2005) *Gender and Migration*. Global Commission in International Migration.
- Pires, Rui (2002) Mudanças na imigração: uma análise das estatísticas sobre a população estrangeira em Portugal, 1998-2001. *Sociologia: Problemas e práticas* 39: 151-166.
- SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2012) *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo - 2011*. Lisboa: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

- SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (2016) *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo - 2015*. Lisboa: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.
- Silva, Estefânia (2010) (RE) Conciliação dos usos do tempo: Imigração, Género e Trabalho-Família. *Psico* 41:455-461.
- Silva, Estefânia e Neves, S. (2011) Vivências de Amor e de Intimidade em Mulheres Imigrantes. In: Strey, M., Piason, A. e Julio, A. (Orgs.) *Vida de mulher: gênero, sexualidade e etnia*. Brasil: EDIPUCRS, 207-247.
- Silva, Estefânia (2015) *Conciliação pessoal, familiar e profissional de mulheres imigrantes residentes no distrito de Braga* (Tese de Doutoramento). Braga: Universidade do Minho.
- Spencer, Sarah (2008) O desafio da integração na Europa. In: Papademetriou D.(Coord.) *A Europa e os Seus Imigrantes no Século XXI*. Lisboa: Fundação Luso-Americana, 1-34.
- Tavares, Manuela (2008) *Feminismos em Portugal (1947-2007)* (Tese de Doutoramento). Lisboa.
- UNFPA (2006) State of World Population 2006. A Passage to Hope: Women and International Migration. UNFPA State of World Population. Retirado de [http://www.unfpa.org/upload/lib\\_pub\\_file/650\\_filename\\_sowp06-en.pdf](http://www.unfpa.org/upload/lib_pub_file/650_filename_sowp06-en.pdf)
- Velasco, Diana (2013) Cruce de fronteras y género: subordinación, transgresión y liberación en el circuito migratório de Axochiapan a Minneapolis. *Anuario Americanista Europeo* 11: 109-126.
- Wall, Karin e José, S. (2004) Managing Work and Care: A Difficult Challenge for Immigrant Families. *Social Policy & Administration* 38(6):591-621.





## **Translocal subjectivity and gender in the narratives of Indian immigrant women**

*Himabindu Timiri*

### **ABSTRACT**

Despite education and skills to participate in the global market, immigrant women from India become trailing spouses of high-skilled guest workers in the global high-tech industry. In the US, immigration policy problematically constructs these women as 'dependent' immigrants. Recent advocacy efforts ensured work authorization for a limited number of these immigrant women, yet large numbers of dependent immigrant women still face social isolation and an uncertain future. This paper is based on data from an ethnographic study of a community of immigrant high-tech workers from India in the city of Atlanta. It examines agentic, translocal, and gendered subject-making processes in the migration narratives of 'dependent' immigrant women.

**KEYWORDS:** migration, translocal, subjectivity, narrative

---

### **ACKNOWLEDGEMENTS**

I am grateful to my participants for the trust they placed in me throughout this study. I am thankful to my advisor, Dr. Joan DeJaeghere, for her guidance and feedback on this manuscript.

**RESUMO**

Apesar da educação e das capacidades para o mercado global, as mulheres imigrantes da Índia casam-se por arrasto com trabalhadores convidados altamente qualificados na indústria global de alta tecnologia. A política de imigração nos EUA caracteriza estas mulheres como imigrantes “dependentes” de trabalhadores convidados do sexo masculino no setor de alta tecnologia. Recentemente, a defesa deste grupo de imigrantes garantiu que um número limitado mulheres tenha o direito de procurar trabalho. Contudo, todas as mulheres imigrantes dependentes recém-chegadas continuam a enfrentar um futuro incerto e isolamento socioeconómico. Este artigo baseia-se em dados de um estudo etnográfico de uma comunidade de trabalhadores no setor da alta tecnologia imigrantes da Índia na cidade de Atlanta. Examina o processo de agêntico translocal e o processo de criação de assunto conforme o género nas narrativas de migração de mulheres imigrantes dependentes.

**PALAVRAS-CHAVE:** migração, translocal, subjetividade, narrativa

**RÉSUMÉ**

Bien qu’elles possèdent des qualifications pour le marché global, des immigrantes qui viennent de l’Inde suivent leurs époux, travailleurs étrangers en industrie globale de l’informatique. Aux États-Unis elles deviennent immigrantes dites ‘dépendantes.’ Récemment, l’activisme politique a assuré qu’un certain nombre d’immigrantes ‘dépendantes’ auront l’autorisation de travail. Pourtant plusieurs sont encore exclues de cette réforme. Cet article s’appuie sur une étude ethnographique menée à Atlanta auprès d’une communauté de travailleurs en informatique qui viennent de l’Inde. L’auteure trace la construction de la subjectivité translocale et du genre dans les récits migratoires des immigrantes.

**MOTS-CLÉS:** migration, translocal, subjectivité, récit

## **1. Translocal subjectivity and gender in the narratives of Indian immigrant women**

Scholarship on gender and migration has drawn from interdisciplinary perspectives to examine the role of gender norms and structures in the daily lives of migrants and immigrants (Hondagneu-Sotelo, 1992; Le Espiritu, 1999; Man, 2004; Datta et al., 2009; Meares, 2010). Meanwhile, scholars in anthropology and geography have argued for a more complex understanding of the different scales

of migration and their interconnections (Massey, 1994; Appadurai, 1995, 1996; Escobar, 2001). This paper examines the migration narratives of a specific group of immigrant women by drawing on an interdisciplinary translocal and gender-based perspective (McKay, 2001, 2006; Peleikis, 2003; Lachenmann, 2009). As part of high-skilled and family reunification migration to the United States (US), women from India migrate with their partners who work in the global high-tech industry. Though the women are as skilled and educated as their spouses, they are not allowed under current immigration policy to seek employment on arrival for an uncertain period. These middle-class immigrant women are subject to the socio-legal structuring of so-called 'dependent immigration,' and consequently, are legally and economically tied to their partners by their immigration status (Purkayastha, 2005; Chang, 2013). This paper examines the specific form of gendered subjectivity that emerges in the migration narratives of middle-class Indian immigrant women who become 'dependent' immigrants. It finds evidence to suggest that these immigrant women assume a translocal subjectivity with a multi-scalar yet grounded and localized sense of belonging. Such gendered translocal subjectivity can be seen as agentic in the context of their 'dependent' immigration status.

## **2. Theoretical approach: Transnational, translocal subjects**

This paper approaches the subjectivities of immigrant women through the lens of translocalism. Translocal studies emerged from the larger theoretical work of transnationalism. The analytic framework of transnationalism denotes a specific theoretical approach for the study of migration within globalization. Transnationalism studies focus on a fluid sense of belonging for immigrants, without overlooking the continued relevance of nation-states and their borders in immigrant experiences (Smith and Guarnizo, 1998; Vertovec, 1999; Basch et al., 2005). Transnationalism therefore complicates the study of immigrant identities to match the material, cultural and social flows of a globalized world.

Transnational migration is the process by which immigrants forge and sustain simultaneous multi-stranded social relations that link together their societies of origin and settlement. In identifying a new process of migration, scholars of transnational migration emphasize the ongoing and continuing ways in which current-day immigrants construct and reconstitute their simultaneous embeddedness in more than one society. (Schiller et al., 1995:48)

In a modified global context, immigrants feel less secure to establish roots in their country of residence and behave as transmigrants who “maintain, build and, reinforce multiple linkages” (Schiller et al., 1995:52) with their places of origin. They maintain transnational identities in two or more countries, evidenced by daily activities and social networks in multiple countries. Hence, transnationalism scholarship describes transmigrants as being materially and socially invested across national borders, while simultaneously subject to the constraints imposed on them by nation-states (Kearney, 1995; Faist, 1998).

More recently, studies on translocal processes have argued for a renewed emphasis on the local in order to balance the discourse on globalization and a borderless world (Appadurai, 1996; Dirlik, 2001; Escobar, 2001; Oakes and Schein, 2006). For mobile subjects, translocal scholars describe a multi-local, material and affective dimension of being and belonging (McKay, 2001, 2006; Conradson and McKay, 2007; Freitag and Von Oppen, 2009). Therefore, these studies emphasize the production of the local and its boundaries by multiple actors, both local and non-local, in processes that operate on multiple scales (Appadurai, 1996; Escobar, 2001; Brickell and Datta, 2011). Some studies also suggest that transnationalism ought to be seen as a subset of the translocal framework (Frietag and Von Oppen, 2009), while others find that translocal studies contribute to a “grounded transnationalism” (Brickell and Datta, 2011:3) approach. Therefore, a translocal approach to immigrant subjectivities can be seen as one that prioritizes the situated and multiply-produced local context of transmigrant experiences, over the workings of free-flowing and global space-based processes (Greiner and Sakdapolrak, 2013).

### **3. Gender in migration**

Feminist migration scholars have done research with the specific mandate of bringing gender issues into focus within global migration flows (Pedraza, 1991; Hondagneu-Sotelo, 1992, 1994, 2000; Donato et al., 2006; Piper, 2013). To this end, they have studied intersectional social relations and gender inequalities as experienced by immigrant women at home and at work (Man, 2004; Raghuram, 2004; Meares, 2010). Social relations are seen in these studies as a matrix of gender, race, social class and culture that operates in the lives of immigrant subjects. Thus, categories such as race, gender and class tend to mutually reinforce each other for immigrant women as for women of color (Le Espiritu, 1999).

Within transnationalism studies, scholars have noted disengagement with gender-related issues (Pessar and Mahler, 2003). In an effort to provide a model for transnational gender analysis, Fournon and Schiller (2001) explored the operation of dual gender hierarchies in two countries for immigrant women. They examined how Haitian nation-state building and gender hierarchies were deeply imbricated in the lives of transmigrants in the US. Gender hierarchies were transformed or reinforced in women's narratives and daily lives, as much in the homeland as in the new country. Likewise, a range of studies have taken a cue from gender in migration research to call for greater attention to gender within transnationalism studies (Fournon and Schiller, 2001; Yeoh and Willis, 2005; Boehm, 2008; Datta et al., 2009). Similarly, studies also brought together translocalism and gender in migration, and have offered insights into how translocality operates in the daily lives of immigrant subjects (McKay, 2001; Peleikis, 2003).

Drawing from these interdisciplinary and feminist studies, this paper examines immigrant women's narratives using a translocal subjectivity framework. It highlights the discursive self-making processes of gendered translocal subjects in the case of so-called 'dependent' immigrant women from India residing in the US. Translocal studies are particularly attentive to grounded place-based processes over the de-territorialized and free-flowing aspects of immigrant subjectivity (Greiner and Sakdapolrak, 2013). Hence, translocality is defined in this paper after Brickell and Datta as "situatedness during mobility" (2011:3). For dependent immigrant women, such groundedness within movement translates to an agentic form of belonging in an otherwise persistent state of uncertainty.

#### 4. Dependent migration

Most 'high-skilled'<sup>[1]</sup> jobs in the US high-tech sector are performed by foreign workers who reside in the country on H-1B<sup>[2]</sup> visas (Chakravartty, 2006). Political rhetoric characterizes the H-1B visa system as abusive and one that displaces American workers in favor of cheap international labor (Hira and Hira, 2005). The majority of these high-skilled workers, approximately 65%, are male immi-

---

1. Gender and migration scholars problematize the notion of work being low or high-skilled and call for an equal valuation of unpaid labor such as domestic work and care work (Raghuram, 2004). Since the terminology of skills is widely used for official immigration categories, it is used in these studies in lieu of class-based distinctions among immigrants.

2. The H-1B and the H-4 are alpha-numeric categories in the US visa classification system.

grants from India (Department of Homeland Security [DHS], 2014). In the long run, most H-1B workers migrate to the US with their families, and become permanent residents and American citizens (Chakravartty, 2006). Unlike other categories and classes of immigrants, these are middle-class immigrants, described as ‘technomigrants’ who can trade their education and skills for global citizenship (Ong, 2006). They are backed by the political lobbying efforts of multinational corporates that argue H-1B workers are indispensable to maintain global high-tech competence (Banerjee, 2010).

In contrast, little is known about the families of these techworker immigrants. Since the workers are primarily men from India, their spouses, mostly women from India, migrate with them to the US on H-4 visas as ‘dependent’ immigrants (DHS, 2014). As ‘dependents,’ these middle-class immigrant women cannot seek employment on arrival, and in some states, neither can they obtain a driver’s license, open a bank account, or own credit cards (Bragun, 2007; Lodhia, 2010). Activists and scholars have argued from a legal reform perspective that legal and economic dependence on their lead migrant partners creates conditions for higher rates of domestic violence among this population (Abraham, 2000; Lodhia, 2010; Chang, 2013; Balgamwalla, 2014). From a gender and migration perspective too, it has been found that dependent immigrant women are frequently as skilled and educated as the lead migrant; they abandon careers and employment opportunities in India in order to follow their high-skilled partners (Purkayastha, 2005). Last year, steps towards immigration policy reform partly addressed the issue of dependent immigrant women by granting work authorization to a limited number of them, provided they met certain immigration criteria (USCIS, 2014). Still, these provisions exclude the majority of dependent immigrant women for an uncertain period of time when they must remain unemployed and at risk.

## **5. Methodology**

This paper is based on a yearlong ethnographic study of a group of dependent immigrant women from India in the metropolitan area of Atlanta. Atlanta, located in the Southern United States, has seen a spurt in its Indian immigrant population over the last decade (US Census Bureau, 2014). The study included five focal participants with a total of twelve participants. Focal participants were interviewed on various (six to eight) occasions about their migration and educational experiences, while non-focal participants and some techworker spouses were in-

interviewed on one or two occasions. Participants ranged in age from twenty-one to forty-five years, and comprised both recent arrivals as well as those who had been dependent immigrants for about a decade. Field notes were maintained from stays at participants' homes and visits to Indian community events in the city. Interview data were analyzed in conjunction with field notes through memoing and open coding. Through a close reading of the discursive self-making strategies in the women's migration narratives, this paper highlights the processes by which a multi-scalar and agentic translocal gendered subjectivity is negotiated, despite their dependent immigrant status.

## 6. Place and belonging

On migration, dependent immigrant women who are Indian citizens become 'Non-Resident Indians' (NRIs) — a term used in legal and migration parlance that implies a gain in social capital for the Indian emigrant. However, the precarity of the dependent immigrant status makes the NRI identity problematic for these women. If the high-skilled partner and lead migrant were to lose his job, or if they were to divorce, the dependent immigrant woman faces deportation (Chang, 2013; Balgamwalla, 2014). In their migration narratives, study participants echoed concerns about this precarious condition. Neena<sup>[3]</sup>, a former IT professional from Bengaluru, described this sense of insecurity during an interview in her apartment located in an Atlanta neighborhood. Like with a few others in the study, her apartment had makeshift furniture: an air mattress that passed for a guest bed and packing boxes that were being used as side tables.

Whenever I go to buy something for the house, I think what if I go back to India, I sure cannot take all this. So I don't like to spend a lot. So whatever I can get for least price, what is must, I get just that. I don't want to decorate a lot. End of the day you either have to sell or you have to throw away. Everybody has that in mind because if you're going to leave what's the use of simply buying. We wouldn't have bought this airbed but when my parents came, we needed something for them to sleep on, so we bought it. Airbed was the cheapest option. It is a little difficult on the back but fine for a few days. So for everything you think what is the use of doing it in the short term. (Neena, 21 October 2015)

---

3. Pseudonyms used for study participants.

There are two gendered subject positions that Neena assumes in her narrative — one is the gendered role of decorating their home as a dutiful immigrant wife, and the other is that of the rational but equally gendered consumer subject. It is important to recognize that Neena considered herself a knowledgeable and aware consumer. She had plans to start an online accessories and merchandise store for women's clothes and shoes. In her narrative, the heightened uncertainty of her immigration status curtailed this gendered performance in numerous material and economic ways. Yet, Neena expands this regulated gendered subject into a general “everybody” that considers and weighs options before making the decision to buy cheaper utilitarian furniture. While this latter consumer self may at first appear to be a masculine, neoliberal and rational subject, Neena's narrative interrupts this reading as well. She describes how she fulfilled a daughterly responsibility of hosting her parents at her home as a direct result of her decisions about spending. So, while she began by posing her future as a question (“what if I go back to India”), Neena stopped short of surrendering agency in her daily material decisions.

Other participants too echoed Neena's concerns about their immigration status along the lines of “I don't know what is going to happen next year” or “nothing is certain” or “we are not sure what is in store for us.” But these statements about insecurity as immigrants were embedded in descriptions of a deep sense of being rooted in their neighborhoods in Atlanta. Translocal subjects experience “tensions between movement and order” (Freitag and von Oppen, 2009:7) in dealing with the transgressions of “transient, non-permanent and unordered spaces” (2009:8). The neighborhoods, where most participants including Neena lived in Atlanta, were precisely such transient spaces with a floating population of Indian guest workers and families, arriving and departing to other cities every few months. Despite their location within these communities, study participants sought out permanence/order in their localities. Indeed, just prior to describing their uncertain life in the excerpt above, Neena had described neighborhood events that she frequented and enjoyed:

We have a Halloween party here that the apartments organize. This apartment management does all that, they do Christmas, a pool party in summer, almost every month they manage to have one party. They don't have meetings or anything but they did cooking classes last year. It was Americans teaching their own cuisine, no Indian dishes at all. Ninety-five percent attending were Indians. It's nice, I like the



apartments the way they are organizing all this. And we have every Wednesday breakfast available in the apartments. Normally no one talks. You just go grab breakfast and come that's it [laughs]. Even we go get it and eat it at home. (Neena, 21 October 2015)

Participants were seldom active in their neighborhood associations, even where such groups were present. The management at Neena's apartments was not community-based or one that held regular resident meetings, partly due to the transient population of residents. However, Neena lays claim to a sense of community through the events in her neighborhood. At first, her account of these events appears to underscore a hybrid and/or transnational sense of belonging. But a closer reading divulges her material and affective interest in these events. Thus, she stresses on their ease and accessibility — she appreciates the loose (“no one talks”) yet reliable (every month, every Wednesday) and congenial (“it's nice, I like the apartments”) network offered by these activities.

As a mode of cultural translation too, the neighborhood events afford Neena an opportunity to negotiate her hybrid diasporic subjectivity on multiple scales. She stresses on the fact that the cooking classes were not meant for learning Indian cuisine. On the one hand, the demographic make-up and accessibility of these events allowed Neena to claim a form of rooted Indianness; on the other, she could renegotiate the strictly gendered and cultural performance of learning to cook Indian food as a young Indian immigrant homemaker. In fact, on previous occasions, Neena had disavowed the traditional gendered performance of cooking Indian food at home, stating that she was inept at Indian cooking in particular. Gender and migration research has shown that as tied immigrants, highly-skilled women go through a process of ‘re-domestication’, a turning towards the housewife role that is imperatively assigned to them in the interlocking matrix of marriage, migration and market (Yeoh and Willis, 2005; Meares, 2010). Neena too felt pressure to assume these homemaking duties, be it in decorating their apartment or in cooking Indian food. But she was able to transform this gendered performance, first through the logic of spending and utility, then through the multi-scalar negotiation of her national and local identities.

Translocal belonging was evident as well when participants described their places of origin and residence. They drew their identity-markers from the specific suburb where they had lived in India, such as Thane or Vashi rather than simply the city of Mumbai. Similarly, none of the women lay claim to being ‘Atlantans’

at any point in the study. Instead, various suburbs where they were currently located would be points of narrative focus and identity, for instance, their move from one suburb to another in Atlanta, or their move to Alpharetta (an Atlanta suburb) from Chicago (or other city in the US), or that Dunwoody (another Atlanta suburb) had been a great choice for them, and so on. Moreover, this localized sense of belonging was not quite a bounded identity either, marked as it was by the insecurity that characterized much of their experience as dependent immigrant women.

This fluid, translocal belonging among participants was most evident in Mili's case. As a typical example of the mobility that characterized these immigrant women's lives, Mili had relocated from Pune (a city in Western India) to Amsterdam, from Amsterdam to Atlanta, from Atlanta to New Jersey (in the Northeastern US), and finally back to Atlanta along with her husband and daughter. Now residing in the suburb of Alpharetta, Mili described how she had felt about the family's move from Atlanta to New Jersey:

I was very reluctant to go from Atlanta to New Jersey. I had a very good group of people around here and my daughter had friends of her age. That's why I was reluctant to move because you have to start everything from scratch. Getting to know the people, making friends for my daughter, I didn't like going there. When I went there I didn't feel any different staying in Pune and staying in New Jersey. It was like I was staying there [raised hand gesture to denote 'back in Pune']. But here in Alpharetta where we are now living I don't feel any difference between staying here and Hoofddorp where we lived in Netherlands. This area is good too, a suburb area. The county school is good, everything is accessible. (Mili, 14 August 2015)

Mili's narrative uses a multi-scalar lens and shifts with ease between city and suburb, local and international boundaries. She uses "there" and "here" to refer to two international cities, a state and a suburb interchangeably. Translocality is particularly evident in multi-scalar experiences and social relations that are also always rooted in a local context (Brickell and Datta, 2011). Despite the fact that New Jersey had a larger Indian population than Atlanta, Mili feared losing her local neighborhood networks. She valued the networks that her daughter and she had developed in their Atlanta neighborhood, more than the potential of a new and relatively densely populated Indian-American location.

Conradson and McKay (2007) have argued that within studies on global migration, physical and embodied presence is largely discounted. They contend that transmigrants desire such physical presence as an essential condition of maintaining social relations and to nurture a deeper sense of belonging. Thus, the materiality and realized potential of the local and her locality assume more value for Mili than the potential of wider networking offered by a new location. It is significant to note here that in expressing her reluctance, Mili successfully aligned her concerns with being a mother, who is apprehensive about her daughter's friends and education. The move to a different city may have been dictated by the changes at her husband's work place, but Mili was able to express her resistance to it as a concerned mother. While she did not prevail in the short-term and the family did move to New Jersey for a while, her material-maternal rationale is unequivocal in her narration of the events. Mahler and Pessar (2001) have recommended that cognitive initiative and resourcefulness should be included as agency in the self-making processes of immigrant subjects. Much like other scholars in gender and migration as well as in translocal research (Datta et al., 2009), Mahler and Pessar contend that agency should be seen as both "corporeal and cognitive" (2001:447). Mili's narrative manifests such cognitive agency when she positions herself as resisting the family's move since it placed her daughter and herself at relative disadvantage.

## 7. Recreating the local

Since place and the local are seen as "important arenas of scale-transcending interaction" (Greiner and Sakdapolrak, 2013:378), translocal scholars dispute the idea of the bounded local, while reiterating the need for groundedness in the study of global flows. They seek to understand how borderless spaces and bounded local places are mutually constituted (Escobar, 2001; Brickell and Datta, 2011). One aspect of translocal subjectivity that was discernible in this study was when participants used overlapping and interchangeable spatial metaphors. For example, with regard to real estate investments they would describe a 'town-home' construction in India, or a '2 BHK'<sup>[4]</sup> or a 'bungalow' in Atlanta. These real estate terms are common in the Indian context but not in the North American

---

4. BHK, an abbreviation for bedroom-hall-kitchen, is widely used real estate terminology in India and other countries. In the US, the number of bedrooms and square footage are more commonly used to indicate residential living space.

one. Brickell and Datta (2011:4) underscore the need to research the concurrently grounded and connected nature of transmigrants' everyday sense of space and time. The mixed use of spatial metaphors by participants was meaningful when considered in the context of the dual material and emotional investment of these dependent immigrant women in both localities — their hometown in India and their suburb in Atlanta. Some women spoke of sending remittances to pay for home loan payments in India. Others supervised rental properties through daily conversations with extended families in India. Still others expressed long-term desires to build their own 'bungalow' in the US if and when they became permanent residents. As dependent immigrants, such translocal material, affective, as well as imagined forms of investment in 'home' gave them a means to express some form of control over their future (Datta et al., 2009). While they could not otherwise perform a productive immigrant subjectivity, they could engage in managing real estate 'back home' and/or imagining 'home' in their new locality.

Yet another, more immediate mark of translocalism was the recreation of Indian festivals at home in Atlanta. For instance, in order to celebrate religious festivals, the women bought festive materials at a local Indian grocery in their suburb. These goods enabled the recreation of festive spaces at home, which in turn contributed to the material and affective recreation of festivities similar, if not identical, to those in their hometowns. In one instance, during the Hindu festival of Diwali, one of the participants, Lila, was dressed in a sari. She was invited to give a talk about Diwali in her neighbor's son's first grade classroom. Later that evening, Lila invited Indian guests from her husband's workplace to help celebrate the festival in their apartment, decorated brightly for the evening with candles and string lights. At the end of the evening, Lila addressed everyone to say she was deeply touched that she had been able to recreate the same festive "feeling" as "back home" during Diwali. The economy of emotions and affect can offer a means to understand translocal subjectivities, for instance through the pride, guilt, shame and sense of obligation that follow transmigrants on their journeys (Conradson and McKay, 2007). Throughout that day, Lila's family social media groups circulated a video of her talk at the school, as well as images from the evening, all of which garnered more praise for her efforts from the extended family network.

For Tara, another participant and mother of two young children, translocal subjectivity manifested in the material recreation of food and tradition, including in her friendship with her American neighbor, Kathy:

For Kathy one day I just prepared a plastic ziploc. I packed some snacks like *chiwda*, *laddoo*, everything and gave it to her. She said she liked the puffed rice. In India too the custom is that you give to neighbors especially what you prepare on Diwali. This is actually my mother's and my *ajji* my grandmother's their tradition. Whatever they prepare they give. They just love to share. Nowadays it's becoming less common but we try to maintain our tradition. (Tara, 20 November 2015)

Tara narrates how she effectively transposed a familial and cultural tradition of festive food sharing. She recreates this tradition locally and cross-culturally, and as a result, contributes to reshaping her locality into a place where neighbors share festive food. Tara underscores the matrilineality of her translocal practice; the “we” in her narrative has a clear matrilineal origin (her mother and her grandmother). Along these lines, Brickell and Datta (2011) have argued that agentic translocality is quite different from the restrictive locality of patriarchy. Tara was able to alter her compliance with a traditional gendered role. She recreated a festive tradition in her new locality, but at the same time, she was able to build on her friendship with her neighbor and friend Kathy. Soon after this episode, Tara stated that Kathy had reciprocated her gesture with an invitation to see Christmas decorations at Kathy's home.

While their migration trajectories appear arbitrary and largely subject to the needs of global capital, the immigrant women in this study constantly traced material and affective connections between their former and current lives. During the same visit to Tara's home, she offered food that she had prepared for the festival to her guests, the researcher and a neighbor, another study participant. One of these was *patra*, a western Indian dish made of leaves from the *arbi* or taro plant. The two neighbors discussed at length about the toxicity of the wrong kind of *arbi* leaves, and how knowledge about edible leaves was often passed from mother to daughter during the preparation of the dish. They noted that one of their neighbors appeared to have planted *arbi* in her garden as an ornamental plant. They decided to ask her about the plant and if they could borrow some of the leaves. They considered jokingly how they would explain to her that the leaves were edible. Such material connections between their former and current localities were frequent and consistent throughout the women's narratives about their migration experiences.

## Conclusion

This paper is inspired by interdisciplinary gender and migration research and drew on a gender and translocalism framework. There is much to explore in combining the framework of translocalism with a gender-based approach to immigration. Studies using a translocal and gendered approach demonstrate that a grounded yet multi-scalar analysis of migration gives deeper insights into the production of gender for immigrants (McKay, 2001; Peleikis, 2003).

In studying the global flows of people and capital, transnationalism studies sought to complicate the study of migration and immigrant identity. They theorize immigrant lives as resisting dominant and hegemonic constructions in both the country of residence and origin (Kearney, 1995; Faist, 1998; Basch et al., 2005). Translocal studies emerged from work on 'transnationalism from below' (Smith and Guarnizo, 1998; Brickell and Datta, 2011) and answered the call for greater situatedness of migration experiences in the everyday practices of immigrants (Conradson and McKay, 2007; Freitag and von Oppen, 2009; Greiner and Sakdapolrak, 2013). Meanwhile, gender and migration scholars also argued that gender is differently produced in the daily lives of immigrant women and men (Donato et al., 2006; Boehm, 2008). Therefore, gender hierarchies and norms ought to be more closely studied as they operate in the daily lives of mobile subjects.

This paper sought to examine how gendered subjectivities are re-negotiated in a multi-scalar context by a specific group of immigrant women. Though knowledge workers are seen as flexible labor in the global high-tech industry (Ong, 2006; Luthra, 2009), their individual stories reveal the uneven terrain of global migration, particularly as it operates along gendered lines as in the case of dependent immigrant women. The narrative self-making processes of the immigrant women in this study could be described on occasion as hybrid, diasporic or transnational. But what made them truly and consistently translocal was the primacy of the material, the affective and a fluid multi-locality in their daily lives and experiences. Neena, Mili, Lila and Tara, like others in the study, were aware of their tenuous immigration status — they were residing in the US as marriage migrants to techworkers, whose jobs were far from guaranteed even for a year. But this sense of prevailing uncertainty did not deter them from claiming a form of localized and multi-scalar rootedness — in their suburb in Atlanta and their locality in their hometown in India. The agentic and discursive renegotiation of

their gendered selves was at times cognitive but it acted as a narrative counterweight to the changes imposed on them as dependent immigrants.

Within the general population of immigrants from India in the US and the wider Indian diaspora around the world, the case of dependent immigrant women offers some interesting findings for a richer understanding of gendered immigrant subjectivities. The negotiation of a translocal gendered subjectivity, as seen in the narratives of these middle-class Indian immigrant women, stands testimony to the multi-scalar nature of immigrant experiences, particularly for immigrant women who must negotiate dual gender hierarchies after migration. Finally, the specificity of their case underscores the need to study immigrant women's lives in the deep context of their location within market, marriage and migration rather than as a broad-based demographic or cultural group.

## References

- Abraham, Margaret (2000) *Speaking the Unspeakable: Marital Violence among South Asian Immigrants in the United States*. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press.
- Appadurai, Arjun (1995) The production of locality. In: Fardon R. (ed.) *Counterworks: Managing the Diversity of Knowledge*. New York: Routledge, 204–225.
- Appadurai, Arjun (1996) *Modernity at Large*. Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Balgamwalla, Sabrina (2014) Bride and prejudice: How US immigration law discriminates against spousal visa holders. *Berkeley Journal of Gender, Law and Justice* 29(1): 25-71.
- Banerjee, Payal (2010) Transnational subcontracting, Indian IT workers, and the US visa system. *WSQ: Women's Studies Quarterly* 38(1): 89-110.
- Basch Linda, Schiller, N. G., and Blanc, C. S. (Eds.) (2005) *Nations Unbound: Transnational Projects, Postcolonial Predicaments, and Deterritorialized Nation-States*. New York: Routledge.
- Boehm, Deborah A. (2008) 'Now I am a man and a woman!': Gendered moves and migrations in a transnational Mexican community. *Latin American Perspectives* 35(1): 16–30.
- Bragun, Magdalena (2007) Golden cage: How immigration law turns foreign women into involuntary housewives, *Seattle University Law Review* 31: 937-972.
- Brickell Katherine and Datta A. (Eds.) (2011) *Translocal Geographies*. Burlington, VT: Ashgate.
- Chakravartty, Paula (2006) Symbolic analysts or indentured servants? Indian high-tech migrants in America's information economy. *Knowledge, Technology and Policy* 19(3): 27-43.
- Chang, Stewart (2013) Dreams of my father, prisoner for my mother: The H-4 nonimmigrant visa dilemma and the need for an immigration-status spousal support. *UCLA Asian Pacific American Law Journal* 19: 1-28.

- Conradson David and McKay, D. (2007) Translocal subjectivities: Mobility, connection, emotion. *Mobilities* 2(2): 167-174.
- Datta Kavita, McIlwaine, C., Herbert, J., Evans, Y., May, J., and Wills, J. (2009) Men on the move: Narratives of migration and work among low-paid migrant men in London. *Social and Cultural Geography* 10(8): 853-873.
- Department of Homeland Security (2014) *Nonimmigrant Temporary Worker Admissions by Region and Country of Citizenship: Fiscal Year 2013*. Available at: [http://www.dhs.gov/sites/default/files/publications/immigration\\_statistics/yearbook/2013/NI/table32d.xls](http://www.dhs.gov/sites/default/files/publications/immigration_statistics/yearbook/2013/NI/table32d.xls) (accessed 11 August 2016)
- Dirlik, Arif (2001) Place-based imagination: Globalism and the politics of place. In: Prazniak, R. and Dirlik, A. (eds.) *Places and Politics in an Age of Globalization*. Lanham, MD: Rowman and Littlefield, 15-51.
- Donato Katharine M., Gabaccia, D., Holdaway, J., Manalansan, M. and Pessar, P. R. (2006) A glass half full? Gender in migration studies. *International Migration Review* 40(1): 3-26.
- Escobar, Arturo (2001) Culture sits in places: Reflections on globalism and subaltern strategies of localization. *Political Geography* 20(2): 139-174.
- Faist, Thomas (1998) Transnational social spaces out of international migration: Evolution, significance and future prospects. *European Journal of Sociology* 39(2): 213-247.
- Fouron Georges and Schiller, N. G. (2001) All in the family: Gender, transnational migration, and the nation-state. *Identities: Global Studies in Culture and Power* 7(4): 539-582.
- Freitag Ulrike and von Oppen, A. (Eds.) (2009) *Translocality: The Study of Globalising Processes from a Southern Perspective*. Leiden, The Netherlands: Brill.
- Greiner Clemens and Sakdapolrak, P. (2013) Translocality: Concepts, applications and emerging research perspectives. *Geography Compass* 7(5): 373-384.
- Hira Ron and Hira, A. (2005) *Outsourcing America*. New York, NY: Amacom.
- Hondagneu-Sotelo, Pierrette (1992) Overcoming patriarchal constraints: The reconstruction of gender relations among Mexican immigrant women and men. *Gender and Society* 6(3): 393-415.
- Hondagneu-Sotelo, Pierrette (1994) *Gendered Transitions: Mexican Experiences of Immigration*. Berkeley, CA: University of California Press.
- Hondagneu-Sotelo, Pierrette (2000) Feminism and migration. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science* 571(1): 107-120.
- Kearney, Michael (1995) The local and the global: The anthropology of globalization and transnationalism. *Annual Reviews in Anthropology* 24(1): 547-565.
- Lachenmann, Gudrun (2009) Globalisation in the making: Translocal gendered spaces in Muslim societies. In: Ulrike F. and von Oppen, A. (eds.) *Translocality: The Study of Globalising Processes from a Southern Perspective*. Leiden, The Netherlands: Brill, 335-368.



- Le Espiritu, Yen (1999) Gender and labor in Asian immigrant families. *American Behavioral Scientist* 42(4): 628-647.
- Lodhia, Sharmila (2010) Constructing an imperfect citizen-subject: Globalization, national "security", and violence against South Asian women. *WSQ: Women's Studies Quarterly* 38(1): 161-177.
- Luthra, Renee R. (2009) Temporary immigrants in a high-skilled labour market: A study of H-1Bs. *Journal of Ethnic and Migration Studies* 35(2): 227-250.
- Mahler Sarah J. and Pessar, P. R. (2001) Gendered geographies of power: Analyzing gender across transnational spaces. *Identities: Global Studies of Culture and Power* 7(4): 441-459.
- Man, Guida (2004) Gender, work and migration: Deskillling Chinese immigrant women in Canada. *Women's Studies International Forum* 27(2): 135-148.
- McKay, Deirdre (2001) Migration and masquerade: Gender and habitus in the Philippines. *Geography Research Forum*, 21: 44-56.
- McKay, Deirdre (2006) Translocal circulation: Place and subjectivity in an extended Filipino community. *The Asia Pacific Journal of Anthropology* 7(3): 265-278.
- Massey, Doreen (1994) *Space, Place and Gender*. Cambridge: Polity Press.
- Meares, Carina (2010) A fine balance: Women, work and skilled migration. *Women's Studies International Forum* 33(5): 473-481.
- Oakes Tim and Schein, L. (Eds.) (2006) *Translocal China: Linkages, Identities and the Reimagining of Space*. New York: Routledge.
- Ong, Aihwa (2006) *Neoliberalism as Exception: Mutations in Citizenship and Sovereignty*. Durham, NC: Duke University Press.
- Pedraza, Silvia (1991) Women and migration: The social consequences of gender. *Annual Review of Sociology* 17: 303-325.
- Peleikis, Anja (2003) *Lebanese in Motion: Gender and the Making of a Translocal Village*. Bielefeld: Transcript.
- Pessar Patricia R. and Mahler, S. J. (2003) Transnational migration: Bringing gender in. *International Migration Review* 37(3): 812-846.
- Piper, Nicola (2013) *New Perspectives on Gender and Migration: Livelihood, Rights and Entitlements*. New York: Routledge.
- Purkayastha, Bandana (2005) Skilled migration and cumulative disadvantage: The case of highly qualified Asian Indian immigrant women in the US. *Geoforum* 36(2): 181-196.
- Raghuram, Parvati (2004) The difference that skills make: Gender, family migration strategies and regulated labour markets. *Journal of Ethnic and Migration Studies* 30(2): 303-321.
- Schiller Nina G., Basch, L., and Blanc, C. S. (1995) From immigrant to transmigrant: Theorizing transnational migration. *Anthropological Quarterly* 68(1): 48-63.

- Smith Michael P. and Guarnizo, L. E. (Eds.) (1998) *Transnationalism from Below*. Piscataway, NJ: Transaction Publishers.
- US Census Bureau. (2014). *State and Country Quick Facts: Atlanta (City), Georgia*. Available at <http://quickfacts.census.gov/qfd/states/13/1304000.html> (accessed 11 August 2016).
- USCIS (2014). *Employment Authorization for Certain H-4 Dependent Spouses*. Available at: <http://www.regulations.gov/#!documentDetail;D=USCIS-2010-0017-0001> (accessed 11 August 2016).
- Vertovec, Steven (1999) Conceiving and researching transnationalism. *Ethnic and Racial Studies* 22(2): 447-462.
- Yeoh Brenda S. A. and Willis, K. (2005) Singaporeans in China: Transnational women elites and the negotiation of gendered identities. *Geoforum* 36(2): 211-222.

PARTE X

**ESTUDOS CULTURAIS  
E ARTÍSTICOS DE GÉNERO**



## **Corpos vulneráveis e Sororidade nas *Novas Cartas Portuguesas*: a dimensão ética do *Care* na luta social e política do *gênero* no *gênero literário***

*Adelaide Gregorio Fins*

### **RESUMO**

As *Novas Cartas Portuguesas* transmitem uma pluralidade de leituras em relação às problemáticas dos estudos de gênero. Preservar o corpo feminino da violência doméstica e sexual é afirmar a necessidade de romper com o paradigma patriarcal, universalista para construir um paradigma diferente: ser mulher é defender uma identidade outra, é resistir ao modelo normativo através da escrita feminina que combate a sociedade que fabrica desigualdades e injustiças. Obra de gênero literário híbrido e fragmentado com estética subjetiva e imaginário próprio à experiência feminina, ela transmite-nos valores éticos: uma moralidade que não é concebida em termos de imparcialidade e racionalidade, mas em termos de afetos, solicitude e empatia. Tópicos que fazem eco às teorias do *Care*.

**PALAVRAS-CHAVE:** Identidade, Desigualdades, Escrita feminina, Ética

### **ABSTRACT**

The *Novas Cartas Portuguesas* [New Portuguese Letters] convey a plurality of readings regarding Gender Studies. Protecting the female body from domestic and sex-

ual violence is to assert the need to break with the patriarchal and universalist paradigm in order to create a different one: to be a woman is to defend another kind of identity, to resist the normative model through the feminine writing which struggles against a society of inequalities and injustice. Work of literary genre, hybrid and fragmented with a subjective aesthetic and an imaginary world that is unique to the female experience built on ethics: a morality that is not conceived in terms of impartiality and rationality, but rather in terms of affection, concern and empathy. Topics that echo the Care theories.

**KEYS WORDS:** Identity, Inequalities, Feminine writing, Ethics

### RÉSUMÉ

Les *Novas Cartas Portuguesas* [Nouvelles Lettres Portugaises] transmettent une pluralité de lectures en ce qui concerne les études sur le genre. Préserver le corps féminin de la violence domestique et sexuelle, c'est affirmer le besoin de rompre avec le paradigme patriarcal et universaliste pour construire un paradigme différent : être femme, c'est défendre une identité *autre*, c'est faire résistance au modèle normatif par l'écriture féminine qui combat la société productrice d'inégalités et d'injustices. Oeuvre de genre littéraire hybride et fragmenté avec une esthétique subjective et un imaginaire propre à l'expérience féminine qui s'adosse à un référentiel éthique: une moralité qui n'est pas conçue en termes d'impartialité et de rationalité, mais plutôt en termes d'affection, de sollicitude et d'empathie. Des *topoi* qui font écho aux théories du *Care*.

**MOTS-CLÉS:** Identité, Inégalités, Écriture féminine, Éthique

Onde reaprender a ser, onde reinventar o modelo, o papel, a imagem, o gesto e a palavra quotidianos, a aceitação e o amor dos outros, e os sinais de aceitação e amor?

*Novas Cartas Portuguesas* (2010), p. 199.

## Introdução

Ao denunciarem os estereótipos culturais relacionados com o destino das mulheres, as *Novas Cartas Portuguesas*, de Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa, publicadas em abril de 1972, com a noção de «resistência feminina»<sup>[1]</sup> que procura conquistar direitos cívicos, igualdades, liberdade e autonomia, funcionaram em Portugal como um ato político de alto valor simbólico o qual provocou uma feroz censura por parte do regime fascista. Frequentemente apelidadas o livro das «três Marias», trata-se de uma obra híbrida e fragmentária, composta por cento e vinte textos (cartas, poemas, relatórios, narrativas, ensaios e citações), que interrogam o poder da literatura, das palavras e da linguagem. Partindo desta ideia, pressupomos que a identidade humana está intimamente ligada à narração, que a literatura veicula, portanto, valores e, por isso mesmo, comporta uma dimensão ética. Sublinhar o papel das mulheres escritoras, na interrogação da sua alteridade e diferença incita-nos a descobrir as implicações políticas e éticas presentes na literatura (Seixo, 2001). Razão pela qual criaremos um debate em torno destes problemas, de modo a obter uma resposta para a seguinte questão: será possível desvelar nas *Novas Cartas Portuguesas* um interesse especulativo da literatura, bem como um estilo de escrita e de pensamento que revele a existência de uma ética feminina criadora de *care* e de solicitude?

A presente análise das *Novas Cartas Portuguesas*<sup>[2]</sup> comporta dois eixos de reflexão: no primeiro eixo interrogaremos a vulnerabilidade do feminino, vítima de precaridade, de desigualdade e de violências físicas e psicológicas da sociedade patriarcal, e que a «escrita da mulher» como escrita do diferente denuncia. No segundo eixo interrogaremos a capacidade de «sororidade», uma solicitude com a humanidade relacionada com a ética da solicitude na hermenêutica de Paul Ricoeur e das teorias do *care*.

A narrativa apresenta uma escrita fragmentada que anula a ideia de unidade, conduzindo-nos para um tempo e um espaço fragmentados, próprios do género epistolar<sup>[3]</sup>, deixando supor uma dupla enunciação onde se cria, entre o epistoló-

- 
1. Apesar da censura fascista do Estado Novo, as três autoras desmitificam vigorosamente a ordem normalizadora, desvelando o sentido de uma revolta no feminino, estreitamente ligada aos combates feministas dos anos 70, do século xx.
  2. A presente análise utiliza a seguinte edição: Barreno Maria Isabel, Maria Teresa Horta, Maria Velho da Costa 2010. *Novas Cartas Portuguesas*, Edição Anotada, org. Ana Luísa Amaral, Lisboa, Dom Quixote.
  3. O género epistolar foi à partida um género literário menor porque atribuído à escrita feminina.

grafo e o destinatário, um espaço de permuta, de «sororidade» e onde a identidade narrativa procura um espaço hospitaleiro de fraternidade humana.

A redação das «três Marias» vai tomar como exemplo o mito cultural (Klobucka, 2006a) desenvolvido em torno da figura de Mariana Alcoforado<sup>[4]</sup>, a religiosa de Beja, das *Cartas de uma religiosa portuguesa*, ou *Cartas Portuguesas* (Guilheragues, 1669). Esse palimpsesto (Genette, 1982)<sup>[5]</sup> deixa transparecer traços da versão dita das *Cartas Portuguesas*, revelando assim uma intertextualidade<sup>[6]</sup>, que aliás continua na obra com o poeta e escritor Luís de Camões e também com textos jurídicos.

Esta escolha de analisar as *Novas Cartas Portuguesas*, sabendo que as *Cartas Portuguesas* são a obra mais conhecida, explica-se pelo facto de as *Novas Cartas Portuguesas* transmitirem um momento de criação e um esforço crítico da sociedade e do saber sobre si mesmos.

Além de se tratar de uma literatura que põe em causa o poder, rejeitando a ideia do autor como autoridade, a obra convoca a ideia de uma singularidade humana sob duas abordagens: um deslocamento identitário entre a progressão de ideias individual e a coletiva por um lado, e um andamento espacio-temporal entre Portugal e o mundo, por outro (Amaral e Freitas, 2014). Com efeito, o «eu» sofredor da clausura de Mariana Alcoforado nas *Cartas Portuguesas*, que descreve a sua condição de mulher alineada do séc. xvii, dupla vítima de um amor-paixão e da ordem patriarcal, deslocar-se-á através das diferentes camadas do espaço e do tempo até ao séc. xx, isto é, até que o fio do discurso das «três Marias», lance uma ponte entre o «eu» isolado e o «nós» de outras «Marianas» (sinal de multiplicidade e de diferença).

O amor-paixão é também um tema importante que atravessa esta narração, e provoca debate desde a primeira parte do livro, onde as três primeiras *Cartas* interrogam a vivência e a experiência do amor como felicidade, sensualidade,

---

4. A religiosa Mariana Alcoforado vai servir de arquétipo da mulher em clausura, mas transgressiva, capaz de exprimir os seus desejos mais profundos a um militar francês que a seduzira e abandonara. Publicadas de forma anónima em 1669, as *Cartas Portuguesas* tiveram um grande sucesso na Europa, inaugurando assim o romance epistolar.

5. Segundo o autor, o palimpsesto revela a presença efetiva de um texto dentro de outro texto.

6. Esta noção aparece em França no seio do grupo *Tel Quel* em 1960, onde Julia Kristeva a define como «interação textual» de um texto literário que se transforma e se combina com um outro texto anterior, esta reflexão apoia-se igualmente no dialogismo de Mikhaïl Bakhtine.



prisão, doença ou loucura. O amor é, pois, uma tentativa para atingir o outro e ao mesmo tempo evidenciar a alteridade que trabalha sobre si mesma.

A escrita das «Três Marias» vai muito mais longe do que a representação romanesca da intimidade e a perturbação da paixão amorosa feminina das *Cartas Portuguesas*. Impõe-se aí uma reescrita literária pós-moderna (Lyotard, 1979) de pretensão crítica e polémica contra a sociedade hierarquizada, entre a hegemonia violenta do patriarcado e a ideologia fascista do «Estado Novo».

As autoras propõem uma visão da feminilidade confrontada com a violência do mundo, um sentimento de fraternidade no feminino através de um conceito de «sororidade». Questionando a consciência individual e social, a noção de autoridade, tal como a de autor (nenhum texto está assinado), este prosseguimento vai promover a construção de uma humanidade comum, uma emancipação feminina e novas pistas de raciocínio, que denunciam os conflitos, a discriminação, a feminização da pobreza, a ausência de liberdade e de igualdade no seio da sociedade e do núcleo familiar; experiências da vida que propõem variações sobre os temas do amor, da educação, da dominação masculina e do poder em geral; e um debate moral sobre as relações da esfera privada e da esfera pública.

Todavia, não se trata somente de uma história de mulheres, mas sim de uma rede de determinações culturais onde homens e mulheres se misturam no interior de uma ideologia, cuja multiplicação das representações, das imagens, dos reflexos, dos mitos e das identificações, transforma o imaginário de cada um.

As «três Marias», utilizam a literatura como um instrumento político e uma forma de combate inscrito na noção de «resistência feminina», mobilizada para adquirir direitos cívicos.

A liberdade de expressão busca a valorização no âmbito de um direito que tente promover o relacionamento feminino no mundo pelo exercício de uma escrita ligada à condição das mulheres (Amaral e Macedo, 2005) e que se encontra na base de uma tomada de consciência e de um conhecimento de si mesma. Com efeito, a crítica apresenta a obra como um livro-chave do feminismo tradicional<sup>[7]</sup>. Assim pelo seu militantismo, as três autoras realizam esta narração da afirmação existencial da mulher que anuncia a reapropriação das suas emoções, dos seus desejos, dos seus corpos, da sua sexualidade e da sua linguagem a fim de desfazer vários tipos de alienação. Uma análise que comporta toda uma reflexão sobre a

7. A escrita feminina das “Três Marias” pertence em Portugal à fase do militantismo feminino de transgressão e construção do género, muito ligado ao movimento parisiense de Simone de Beauvoir.

diferença dos sexos ou dos gêneros na sociedade e a função que ela exerce na constituição do pensamento humano e das suas categorias.

A obra interrogará então a escrita como combate existencial (Sartre 1946; 1948; 1969; 1998) e forma de resistência implicada que aspira pela liberdade e igualdade, e nisso esta literatura ajuda-nos a sair de qualquer tipo de ideologia.

Dando lugar a uma dimensão crítica, esta escrita interroga a condição feminina e recusa toda a essência desta, para se tornar numa escrita feminina diferenciada.

Apresentando-se como uma desconstrução que utiliza instrumentos críticos da filosofia, da psicanálise, do estruturalismo e do desconstrutivismo, e abrindo assim a via à suspeita em relação aos conceitos éticos.

E é interrogando a vulnerabilidade humana, que poderemos nesta narrativa construir pontes com a ética da solicitude e com a ética feminina do *care*.

### **1. Do discurso hegemónico à reconfiguração de uma consciência crítica: a escrita feminina introduz no espaço literário a voz da diferença e a alteridade**

O primeiro eixo pretende sublinhar o papel das mulheres escritoras, na interrogação da sua alteridade e diferença. Interrogação que nos permite questionar a aproximação da escrita feminina das «três Marias» com o movimento designado por *l'écriture femme*, a «escrita feminina» do qual faz parte Luce Irigaray e Hélène Cixous, entre outras autoras. Debruçar-nos-emos sobre o modo como a questão da mulher e da conflitual natureza feminina e masculina foi legada pela tradição filosófica grega à sociedade patriarcal ocidental. Se as autoras da «escrita do corpo» assumem posições individualizadas e diferentes, existe uma linha comum nestes pensamentos femininos com a escrita das «três Marias», um combate comum às instituições, à linguagem estabelecida, à própria medicina e educação que impõem à mulher uma desigual, uma inferioridade e por consequente uma discriminação, à qual a «escrita do corpo» responde, revelando e assumindo o facto de que a mulher pensa e escreve com o seu corpo e com a sua dimensão poética maternal.

Num contexto sociocultural marcado pelo que o filósofo Derrida chama de «falocentrismo» (Derrida 1967; 1972) a escrita tornou-se para as «três Marias» uma forma de afirmação identitária. A obra comporta três tendências: a reflexiva histórico-ideológica, a erótica libertária, e a dramático-verbal. Encontramos

abertamente, temas desde sempre ocultados como o corpo e o erotismo feminino, questões tabu como o aborto e o adultério, os grandes mitos da tradição misógina, a dominação masculina e a ideia de fatalismo relacionada com o conceito de «natureza feminina». Ou seja, um discurso de três vozes femininas com «palavra pesada», que anunciam a desmistificação da mulher onde inevitavelmente «passamos de amor à história e à política» (Barreno, Horta e Costa 2010).

Na obra, o estatuto da mulher é definido pela marginalização e domesticação; dependente e submissa, vítima do amor, sendo durante séculos o outro do homem, o «continente negro» como dizia Freud. Ao mergulhar no livro o leitor descobre uma escrita ousada revelando figuras femininas marcadas por condicionalismos, maltratadas e enclausuradas, caminhando no entanto em busca de desclausura, tomando consciência da sua identidade e afirmando que «Ninguém nasce mulher: torna-se mulher» como dizia Simone de Beauvoir (Beauvoir, 1987). Num discurso subversivo, as autoras reescrevem as cartas de Sórora Mariana Alcoforado, que servem de arquétipo da natureza e alienação essencialmente feminina, passando por tantas outras gerações de Marianas, de Marias e Anas Marias, isto é mães, filhas e sobrinhas, vítimas da sociedade patriarcal e da injustiça.

Enquanto instituição social, a família e seu núcleo tradicional é alvo de desconstrução, particularmente através de uma sátira ligada às relações familiares enquanto redes de poder e de afetos na voz de Maria Adélia, jovem narradora de uma composição intitulada «As Tarefas»<sup>[8]</sup>. Este texto é particularmente interessante para pensar a função da educação na sociedade patriarcal portuguesa, visto que a família é o lugar de socialização das crianças, e por esse meio, de reprodução dos papéis sexuais.

A narradora não começa com a questão existencial: quem sou eu? Mas antes ainda com a interrogação: quem poderei ser em função da «tarefa», da profissão ou seja da atividade que vou desempenhar na família e na sociedade?

Imaginando um horizonte de emancipação feminina, este discurso infantil vai questionar a condição da mãe, e da mulher, o lugar que ela ocupa na família e na sociedade, e finalmente a sua identidade. Maria Adélia apresenta-nos uma tipologia das tarefas de tipo patriarcal onde eles são e elas têm — expressiva dicotomia *ser/ter*. Ao assumirem determinadas «tarefas» ou funções no espaço público e no

---

8. Barreno, Horta e Costa 2010. *Novas Cartas Portuguesas*, Edição Anotada, org. Ana Luísa Amaral, Lisboa, Dom Quixote. 225-228.

espaço privado, desencadeia-se nas personagens uma série de atitudes relativas à submissão, a qual origina desigualdades e injustiças na sociedade portuguesa.

De que maneira as diferentes funções sociais desempenhadas através das «tarefas» masculinas e femininas são precursoras de dominação (Bourdieu, 1998) e de hierarquias do homem sobre a mulher nesta narrativa?

Eles são através das tarefas masculinas, a coragem, a força e o seu mando. Esta tríade permite aos homens «serem presidentes, generais, juízes, etc.»; isto porque «Deus deu ao homem a tarefa de velar e mandar»<sup>[9]</sup>. Opostamente, elas têm por tarefa principal «ter filhos, guardá-los e tratá-los nas doenças, dar-lhes educação em casa e o carinho»<sup>[10]</sup> isto porque «tarefa da mulher é ser virtuosa»<sup>[11]</sup> diz no texto o senhor Prior. A referida oposição *ser/ter* tem correspondência com a diáde de género (*masculino/feminino*) a que equivale a antítese espacial e social *público/privado*. Assim, eles são chefes e o poder, elas têm a submissão e a clausura. Maria Adélia parece ser uma personagem inovadora ao reivindicar o direito de querer ser Outra. Resistir é uma maneira de não se deixar submeter ao jogo dominante. Neste movimento Maria Adélia aprende a redefinir-se em relação à consciência que ela vai construindo em busca de alteridade. Existindo pela escrita ela resiste, constrói o seu próprio imaginário e conhecimento e subverte a hierarquia patriarcal. O movimento de transformação de Maria Adélia tem a ver com a reflexão de Simone de Beauvoir (Beauvoir, 1987). Mais ainda, compreendemos nesta desconstrução que o corpo e o desejo feminino, demasiado tempo negados, vão fazer corpo com a escrita feminina como escrita da diferença. Reflexão que nos aproxima do pensamento de Hélène Cixous que abriu a brecha a este debate (Cixous, 1975).

Se a mulher é «um outro do homem», quer dizer que a mulher é uma identidade outra que a construção social e cultural nos inculca desde a infância. Não existe um homem nem uma mulher, o género constrói-se e é por essa razão que devemos abolir a ideia de uma natureza feminina. Por outro lado, este sistema dicotómico masculino/feminino, representa um bipolarismo onde o masculino está sempre do lado positivo e dominador. Assim o homem é ativo, perde sangue frio na guerra. Vem depois o feminino do lado negativo, onde a mulher é passiva, frágil, perde sangue quente no período menstrual, o que a leva a ter medo do seu próprio corpo e por todas essas razões é dominada pelo masculino. Esta análise

---

9. Op. cit., p. 225.

10. Op. cit., p. 225.

11. Op. cit., p. 228.

apoiar-se no conceito que a antropóloga francesa, Françoise Heritier, designa: «valência diferencial dos sexos» (Heritier, 1996), e que permite observar até que ponto o masculino e o feminino são construções sociais e culturais da sociedade hetero-normativa que impõe a lei do pai. Este conceito mostra claramente as astúcias do masculino para controlar o feminino impedindo e privando a mulher de dispor do seu corpo, impossibilitando-lhe o acesso ao saber, às funções prestigiosas, à política, à economia e à educação. Até porque, durante muitos séculos, alimentou-se a ideia de que a mulher que tem sabedoria é perigosa. Esta sociedade «faloconcentrionada», segundo Michel Foucault (Foucault, 1975; 1976-84) possui um «bio-poder», que se exerce tanto sobre os indivíduos como sobre o coletivo e as populações, assegurando assim a sua submissão. Este conceito traduz a maneira como a sociedade fabrica os seus «corpos dóceis», controlando os indivíduos e impedindo-os de poderem ser e pensar livremente.

Esta divisão sexual do masculino/feminino que diferencia os seres humanos tem origem nos filósofos Platão e Aristóteles e foi a partir deles que se estabeleceu um cânon, uma norma que escolheu um polo dominante e regulador, nomeadamente no *Teeteto* (150b) e livro V da *República* de Platão. Mas é Aristóteles na *Geração dos animais* (de 726 b 33 a 729b 12-14) o grande promotor da diferença, tomando como ponto de partida a oposição dualista masculino/feminino. Esta anulação e inferiorização da mulher teve continuidade no pensamento europeu, e é uma situação que se mantém por exemplo em Freud. O paralelo entre a teoria freudiana da sexualidade feminina como ausência de um órgão — o pénis, com o modelo aristotélico da falha ou da falta de calor e de fluidos é enorme. A esta lógica da falta ou da falha, onde a sexualidade feminina foi sempre pensada a partir de parâmetros masculinos, podemos opôr as teorias da escrita feminina contemporâneas, centradas na diferença, que procuram uma subjetividade que postula que homem e mulher devem aprender a relacionar-se um com o outro, como «diferentes» em vez de funcionar numa lógica hierárquica de superior/inferior.

Só assim, poderemos afirmar que a identidade não é algo de fixo, mas algo que muda, e por isso é necessário desmascarar esse fascismo interiorizado através da linguagem, sem que nós estejamos conscientes disso.

Abordando a questão da identidade, as «três Marias», interessam-se pela afirmação de um corpo e de uma voz suscetíveis de afirmar uma identidade e uma outra escrita que se deve desenvolver fora da ordem simbólica do conhecimento masculino, reflexão que faz eco com a teoria de Luce Irigaray. Partindo da «teo-

ria da diferença» da filósofa, psicanalista e linguista Luce Irigaray (Irigaray, 1974; 1977; 1997), a qual desenvolve todo um trabalho sobre as diferenças sexuais entre gêneros, podemos defender a existência de uma diferente subjetividade feminina face à análise centrada na teoria do falocentrismo. A autora explica que, embora a sociedade tenha dois gêneros, na verdade, esta baseia-se em apenas um, o masculino, que surge como a única e universal referência, e que Irigaray contrapõe com a sua teoria defensora da diferença, insistindo sobre o feminismo da diferença: «nasce-se, é-se mulher». Ao contrário de Beauvoir que partiu do pressuposto da existência de uma hierarquia do outro, pretendendo transpor essa desigualdade através do seu oposto a igualdade, Irigaray convida-nos a conquistar uma subjetividade livre e autónoma para pôr fim ao universalismo implícito no sistema falocêntrico e raciocínio binário. Assim, Irigaray desmonta e refuta a teoria freudiana e lacaniana sobre a sexualidade da mulher que segundo ela fica dentro do binarismo masculino/feminino, e afirma que a sexualidade feminina é irredutível à identidade.

Continuando nesta linha de reflexão, as teorias da psicóloga americana Carol Gilligan (Gilligan, 2008) e de Joan Tronto (Tronto, 2003) contribuem também para salientar uma voz diferente nas mulheres, nomeadamente no que diz respeito à temática da solicitude e do *care* como instrumento ético e político do pensamento contemporâneo.

Compreendemos assim através das *Novas Cartas Portuguesas* que, ser mulher é muito mais que representar um papel que o patriarcado obriga a representar. É resgatar a dignidade através de um trabalho narrativo de identidade e de consciencialização, uma vez que a dignidade nem é feminina nem masculina, mas de todos, é inerente à condição humana. É cuidar do ser humano, e o cuidado não deve ser uma relação de domínio mas antes de «Sororidade», conceito que implica segundo as «três Marias», amor, afeto, cumplicidade, solicitude, cuidado e atenção. Esta dimensão humanista face à vulnerabilidade humana, revela a necessidade de afirmar um horizonte ético.

## **2. Uma identidade literária e narrativa de ressonância ética**

A escrita das «três Marias» é profundamente habitada por uma atenção particular à vulnerabilidade do outro, onde a imaginação e o conhecimento de si-mesmo são necessários para poder pensar a ética. Esta reflexão nas *Novas Cartas Portuguesas* está relacionada com o pensamento de Paul Ricœur e de Martha Nuss-

baum, através de uma análise sobre a imaginação narrativa, a identidade através da história de uma vida e a *ipseidade*.

De facto, as *Novas Cartas Portuguesas*, como forma de linguagem em ação, questionam-se. Este questionamento sobre si mesmo ou sobre a identidade pessoal transporta-nos para a discussão filosófica sobre a relação entre nós e a narração, fazendo surgir o que Ricoeur chama «teoria de identidade narrativa» (Ricoeur, 1983-85; 1990). Ricoeur distingue aí três componentes da identidade pessoal: *identidade-idem* ou *mêmeté* (conjunto de dispositivos psicossociais pelos quais se pode reconhecer um indivíduo como sendo o mesmo no tempo), *identidade-ipse* ou *ipséité* (conservação de si mesmo pela palavra dada) e identidade narrativa (capacidade de narrar de forma verídica os acontecimentos heterogêneos da nossa existência). Esta “identidade narrativa” que Ricoeur tematiza no âmbito de uma hermenêutica de si, resume-se a: “sou aquele-a que digo”.

Narrando o singular e o múltiplo, as *Novas Cartas Portuguesas*, aperfeiçoam a nossa percepção de leitor e contribuem para o nosso desenvolvimento moral. Agindo sobre as nossas emoções, a narrativa afirma que o valor mediático do texto é capaz de estimular as nossas faculdades morais com a multiplicidade dos casos concretos propostos ao nosso julgamento de leitores, levando-nos a pensar no singular e no universal, permitindo-nos compreender o interesse moral da obra literária. No que se refere ao postulado, segundo o qual o privado é político, este processo de migração entre o singular e o universal, vai enraizar o pensamento no vivido e identificar o vivido com o corporal para fazer dele um tema coletivo trabalhado pelo desejo de emancipação, tão importante para o questionamento feminino, que deseja outra forma de viver, outra política e por conseguinte uma outra ética.

Ao ler as *Novas Cartas Portuguesas*, entramos em relação com a perspetiva que afirma que a literatura funciona como um veículo das emoções morais (Nussbaum, 1991; 1995; 2010) uma vez que através dela desenvolvemos sentimentos de empatia que nos levam acolher a condição do próximo. Esta ideia aproxima-se também da filosofia hermenêutica ricoeuriana, onde a dialética «idem» e «ipse» traça o percurso da *identidade narrativa*, demonstrando claramente que não existe uma identidade mas várias, revelando também que a fecundidade da imaginação narrativa vai a par com a fecundidade da linguagem.

Compreendemos através destes dois filósofos a presença da solicitude na literatura das *Novas Cartas Portuguesas*: uma imaginação que permite-nos compreen-

der o lugar do Outro na sociedade, visto que a «identidade literária» nos leva a ser morais e a agir-mos de forma justa.

Tal como Paul Ricoeur, a filósofa americana Martha Nussbaum, reconhece à literatura o poder de moralizar os seres humanos. Face à *Teoria da Justiça* de John Rawls (Rawls, 1971), Nussbaum afirma a necessidade de incluir na *Teoria da Justiça* a solicitude e o *care*, princípios que reconhecem a vulnerabilidade humana.

A análise da vulnerabilidade na obra das «três Marias» não tem só a ver com o facto de sermos vítimas, na sociedade patriarcal, de agressões físicas e psicológicas do patriarcado, mas tem também a ver com a capacidade pessoal de ficar tocado pela fragilidade do próximo (ver por exemplo as cartas dos militares feridos na guerra colonial, a carta do primo de Mariana Alcoforado que se suicida, as cartas sobre o distanciamento provocado pela imigração, a preocupação pela poluição do rio na zona de Carvalhais...) leituras que nos conduzem à ética da solicitude e do cuidado e que valorizam a relação com o Outro, uma sororidade extremamente ligada ao conceito de fraternidade.

No entanto, as teorias do *care* não tomam em atenção o conceito de fraternidade, nomeadamente porque este termo encontra-se ligado à ortodoxia masculina. Ora, as *Novas Cartas Portuguesas* são um excelente exemplo de cuidado e solicitude fraterna através do conceito de sororidade feminina que nos convida a repensar o termo de fraternidade na sociedade contemporânea.

O conceito de «fraternidade» do latim *fraternas* corresponde aos laços familiares de irmãos e irmãs mas também aos laços de solidariedade entre os seres humanos, tendo a ver com a ideia de hospitalidade do próximo, e opondo-se a todo tipo de hostilidade. Nesse caso a fraternidade comporta duas dimensões: uma obrigação civil e uma obrigação natural de prestar cuidado a todo o ser humano: irmãs, irmãos, vizinhos, subalternos, tomar cuidado do outro cada vez que ele se encontre em situação de necessidade. E é precisamente o que a escrita das «três Marias» traduz através da «sororidade» como fraternidade que revela alteridade. No entanto, esta reflexão vai contra a postura do filósofo francês, Derrida (Derrida, 1992) que nos convida a abandonar o conceito de fraternidade porque segundo o autor, ele designa a pátria, o virilismo e o masculino como metáfora dos laços sociais.

Concluindo brevemente, podemos dizer que as *Novas Cartas Portuguesas*, convocam dois tempos: o passado e o presente; dois espaços: o interior e o exterior, que fazem referência ao domínio público e privado; dois géneros: o masculino e



o feminino e dois universos o real e o imaginário. A obra propõe-nos a análise do estatuto das mulheres a partir de uma interrogação sobre o corpo e a escrita feminina. Longe de ser um território natural, o corpo é um objeto socialmente construído e a escrita do corpo pode assim tornar-se um testemunho ético e político. Interrogando a condição feminina, as «três Marias» denunciam um sistema de pensamento patriarcal imposto e aceite como universal numa escrita que se quer emancipadora, subversiva, suscetível de alimentar uma profunda reflexão sobre as fronteiras do feminino e do masculino. A obra comporta, portanto, uma rica reflexão sobre a vulnerabilidade humana, assim como a capacidade de solicitude e de fraternidade presentes na escrita feminina.

### Referências

- Amaral, Ana e Macedo A. (2005). (org.), *Dicionário da Crítica Feminista*. Porto: Afrontamento.
- Amaral A. L. e Macedo A. G., Freitas M. 2012. «Apresentação: Novas Cartas Portuguesas e os Feminismos», *Cadernos de Literatura Comparada* 26/27.
- Amaral A. L. e Freitas M. (org.) 2014. *Novas Cartas Portuguesas : Entre Portugal e o Mundo*, Lisboa, Dom Quixote.
- Barreno Maria, Horta M. e Costa M. (1972). *Novas Cartas Portuguesas*. Lisboa: Estúdios Cor.
- Barreno Maria, Horta M. e Costa M. (2010) *Novas Cartas Portuguesas*, Edição Anotada, org. Ana Luísa Amaral. Lisboa: Dom Quixote.
- Beauvoir, Simone (1987) *O segundo Sexo*. Vol. II. Trad. Sérgio Milliet. Lisboa: Bertrand.
- Seixo Maria (2001) Quatro Razões para Reler Novas Cartas Portuguesas. In: Seixo M. *Outros Erros: Ensaios de Literatura*. Porto: Asa Editores.
- Bourdieu P., *La Domination masculine*, Paris, Seuil, «Liber», 1998.
- Cixous, H., *Le rire de la méduse*, Paris, in *L'Arc*, n.º 61, 1975.
- Cixous, H., *La jeune née*, Paris, Union Générale d'Éditions, 1975.
- Derrida, J., *L'Écriture et la différence*, Paris, Seuil, 1967.
- Derrida, J., *Marges - de la philosophie*, Paris, Minuit, 1972.
- Derrida, J., *De la grammatologie*, Paris, Minuit, 1967.
- Derrida, J., *De l'hospitalité*, Paris, Calmann-Levy, 1997.
- Derrida, J., *Donner la vie, donner la mort*, Paris, éd. Galilé, 1992
- Duby, G., Perrot, M. (dir.), *Histoire des femmes en Occident*, 5 volumes, Paris, Plon, 1991-92.
- Dorlin, E., *Sexe, genre, sexualité*, Paris, PUF, 2008.
- Freud, S., «La question de l'analyse profane» *Œuvres Complètes*, XVIII, Paris, PUF, 2002.

- Foucault, M., *Surveiller et punir. Naissance de la prison*, Paris, Gallimard, 1975.
- Foucault, M., *Histoire de la sexualité*, Paris, Gallimard, 1976-1984, 3 tomes.
- Guilleragues, *Lettres portugaises*. Paris, Claude Barbin, 1669.
- Genette, G., *Palimpseste, La littérature au second degré*. Paris, Seuil, coll. «Essais», 1982.
- Gilligan, C., *Une voix différente. Pour une éthique du care*, Paris, Flammarion/Champs, 2008.
- Héritier, F., *Masculin / féminin. I. La pensée de la différence*, Paris, Odile Jacob, 1996; *II. Dissoudre la hiérarchie*, Paris, Odile Jacob, 2002.
- Irigaray, L., *Ce sexe qui n'en est pas un*, Paris, Les Éditions de Minuit, 2003.
- Irigaray, L., *Speculum de l'autre Femme*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1998.
- Irigaray, L., *Éthique de la Différence Sexuelle*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1997.
- Klobuca A. M. 2006. *Mariana Alcoforado. Formação de um mito cultural*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Lyotard, J-L., *La condition postmoderne: rapport sur le savoir*, Paris, Minuit, 1979.
- Laugier, S., (dir.), *Éthique, littérature, vie humaine*, Paris, PUF, 2006; *La voix et la vertu*, Paris, PUF, 2010.
- Nussbaum M., *Les Émotions démocratiques* (2010), trad. Solange Chavel, Paris, Flammarion, coll. «Climats», 2011.
- Nussbaum M., *La Connaissance de l'amour. Essais sur la philosophie et la littérature* (1991), trad. Solange Chavel, Paris, Le Cerf, 2010.
- Nussbaum M., *L'Art d'être juste* (1995), trad. Solange Chavel, Paris, Flammarion, coll. «Climats», 2015.
- Ricœur, P., *Temps et récit*, 3 t., Paris, Seuil, 1983-85.
- Ricœur, P., *Soi-même comme un autre*, Paris, Seuil, 1990.
- Rawls, J., *Théorie de la justice*, 1971, trad. C. Audart, Paris, Seuil, 1987, rééd. «Points-Essais», 1997.
- Sartre, J.-P., *L'Être et le Néant*, Paris, Paris, Gallimard, « Bibliothèque de la philosophie », 1943.
- Sartre, J.-P., *Les Chemins de la liberté* (1945-1949).
- Sartre, J.-P., *Qu'est-ce que la littérature ?*, Paris, « Idées », Paris, Gallimard, 1947.
- Sartre, J.-P., *Situations, II*, Paris, Gallimard, 1948.
- Sartre, J.-P., *L'Imagination*, Paris, PUF (1936), 1969.
- Sartre, J.-P., *L'existentialisme est un humanisme*, Paris, Nagel, 1946, rééd. «Folio-Essais», 1996.
- Sartre, J.-P., *La responsabilité de l'écrivain*, Paris, Lagrasse Verdier, coll. Philosophie, 1998.
- Tronto J., *Un monde vulnérable. Pour une politique du care*. Paris, La Découverte, 2003.

## El lugar del arte en las políticas feministas

*Ana María Castro Sánchez*

### RESUMEN

Han sido diversos los caminos recorridos por los movimientos sociales para consolidar transformaciones en la política, entre ellos, podemos mencionar las acciones políticas que devienen de apuestas que incorporan expresiones artísticas como estrategias de lucha. Las acciones políticas artísticas feministas son una muestra de ello, donde las teorías feministas van a constituirse en fuentes importantes para el trabajo tanto de las artistas como de las activistas, estrechando la relación entre el pensamiento feminista y la creación artística. Este artículo busca comprender en la actualidad cuáles son esas apuestas para profundizar en la relevancia que ha tenido y tiene el arte en la transformación de las políticas feministas.

### RESUMO

Têm sido diferentes os caminhos percorridos pelos movimentos sociais na intenção de consolidar transformações na política, entre estes, podemos mencionar as ações políticas que derivam de desafios que incorporaram expressões artísticas como estratégias de luta. As ações políticas artísticas feministas são uma demonstração

disso, onde as teorias feministas se constituem como fontes importantes seja para o trabalho das artistas, seja para o das ativistas, estreitando a relação entre o pensamento feminista e a criação artística. Este artigo procura compreender quais são atualmente estes desafios para aprofundar a relevância que teve e tem a arte na transformação das políticas feministas.

#### **ABSTRACT**

They have been different roads traveled by social movements to consolidate changes in politics, among them, we can mention political actions that are incorporate artistic expressions as fight strategies. The feminist artistic political actions are one example of this, where feminist theories will become important sources for the work of artists and activists, strengthening the relationship between feminist thought and artistic creation. This article seeks to understand today this fight strategies to deepen the relevance it has had and has the art in the transformation of feminist politics.

*La creatividad es un instrumento de lucha  
y el cambio social es un hecho creativo  
y la acción creativa es una acción política.  
Mujeres Creando, Bolivia.*

#### **Introducción**

En el contexto latinoamericano los movimientos sociales desempeñan un importante papel en la construcción de proyectos sociales democráticos, donde no solo están en disputa los parámetros de la democracia sino las propias fronteras de lo que debe ser definido como arena política. Estas luchas de poder implican ampliar los repertorios de la acción política y de protesta social que cuestionan la capacidad de respuesta del Estado y que en últimas constituyen lo que se considera un nuevo paradigma político. Han sido diversos los caminos recorridos para consolidar estas transformaciones en la política, entendiéndola de manera más amplia, al sacarla de los confines de los partidos políticos y la institucionalidad formal, una apuesta fundamental de los movimientos feministas.

En este sentido, podemos hablar hoy en día de la existencia de acciones políticas artísticas que devienen de apuestas donde los movimientos sociales incorporan expresiones artísticas como estrategias de lucha, construyendo una relación dialéctica entre sus apuestas políticas y el arte como forma de expresión de las mismas, en últimas como otra política. Se trata de una articulación con todo lo que ello implica entre prácticas artísticas, movimientos y agentes sociales, una vinculación que se hace de manera horizontal donde se condicionan mutuamente tanto el arte como la política. La acción política feminista con todas sus estrategias son una muestra de ello, donde las teorías feministas van a constituirse en fuentes importantes para el trabajo tanto de las artistas como de las activistas, estrechando la relación entre el pensamiento feminista y la creación artística. Este artículo busca comprender en la actualidad cuáles son esas apuestas y profundizar en particular en la relevancia que ha tenido y tiene el arte en la transformación de las políticas feministas.

## **1. Miradas sobre la política**

La política ha sido un campo controvertido tanto en la teoría como en la práctica, abordado por las ciencias sociales desde diversas perspectivas y con énfasis que dependen del contexto histórico, social, cultural, económico. Para esta discusión me interesa comprender el paradigma que podemos denominar como tradicional, formal o institucional de la política, las críticas feministas que se han realizado al mismo y los aportes en la construcción de otra(s) política(s) y ejercicios diversos de la misma constituidos tanto por las políticas feministas como por los movimientos sociales.

El contenido de la política que el paradigma liberal democrático formula otorga un lugar central al Estado y sus instituciones, en el cual se enmarcan prácticas políticas reducidas a la participación convencional de la democracia representativa como expresión del ejercicio de la política. Las sociedades estructuradas sobre los principios de la modernidad privilegian los espacios estatales de la política como los legítimos y necesarios dando relevancia a la representación y sus mecanismos como el voto, la división de poderes en el Estado y el poder decisivo de los gobiernos. En este marco de política formal la ciudadanía va a participar en lo que se considera una democratización del Estado vía derechos políticos y civiles, que son importantes en la medida en que propician también otros espacios para la participación política tanto fuera como en relación con el Estado, como son los

movimientos políticos y las diversas expresiones organizadas de la sociedad civil que van a abarcar la esfera de lo público no estatal. Así se constituyen los lugares de la política como práctica de producción y reproducción de diversos ordenes sociales y de sus propios espacios y acciones que se van a considerar en si mismas políticas y que responden a esta estructura.

La comprensión de lo político como campo que abarca distintas dimensiones además de la institucional, diferentes prácticas más allá de la participación formal, diversas acciones que generan el efecto de lo político y que deben ser consideradas como tal al reflejar posicionamientos y formas de enfrentar las relaciones de poder; permite reconocer que la política es también un espacio de disputa discursivo y simbólico que cambia de sentido y contenido. Esta es una perspectiva contraria al discurso dominante de la política y de sus actores que al ser tan hermético no permite reconocer la diversidad de expresiones de la política, así como sus protagonistas como fuerzas que la recrean constantemente afirmándose en diversas experiencias de acción política. Por ello, como plantea Slater (2000) lo que es o no político en cualquier momento cambia con el surgimiento de nuevas preguntas que devienen de nuevos modos de subjetividad y diferentes tipos de relaciones sociales.

Se trata de reconocer tanto la dimensión política de todas las esferas de la vida, el surgimiento del sentido político que menciona Slater, así como la necesidad de politizar temas, problemas, circunstancias, etc. para que salgan del espacio de la normalidad en el que muchas situaciones de exclusión, discriminación y opresión aún tienen lugar en nuestras sociedades y frente a las cuales se posicionan acciones políticas transformadoras. En esta medida, una “articulación analítica de los elementos socioculturales micro-macro nos permite analizar la acción política de los actores sociales como parte de un proceso que intenta redefinir las fronteras y transgredir las visiones reduccionistas de lo político” (Rodríguez, 2012:265-266). Por ello, podemos entender la política como todo aquello que conforma la acción política como espacios de lucha y contrapoder, como afirman Ibarra y Cortina:

Entendiendo como política no solo el Estado —y menos todavía no solo las instituciones políticas— sino como todo aquello que conforma la acción política; la acción colectiva con consecuencias políticas. Así, el análisis político no debía ni debe centrarse exclusivamente en el poder político y en las formas más o menos democráticas que el mismo exhibe, sino también —y a veces sobre todo— a los contextos, a las estrategias, a los actores y a los territorios que con-

forman la política [...] La política es la lucha de los sujetos sociales. Cómo los mismos, por un lado, transforman el ser y la acción del Estado y cómo, al mismo tiempo, se autoconstituyen en espacios de contrapoder (Ibarra y Cortina, 2011:1-5).

Comprendida desde esta perspectiva la política empezaría a tener diversos rostros, nombres, lugares, tiempos, colores, formas, etc. que la harían visible de una manera más concreta relacionada con los contextos, estrategias, actores, poderes, territorios que la conforman y no solo como un sistema abstracto. Sin embargo, estas maneras de repensar la política y su acción no se pueden concretar si no se deconstruyen los principios en los que se basa la visión imperante de la política, uno de los cuales es la exclusión de las mujeres. Igualmente, todo ello implica la redefinición de los lugares de la política, los escenarios de su institucionalización y las acciones que se van a constituir como su ejercicio legítimo; es aquí donde va a jugar un papel fundamental la sociedad en sus diversas expresiones organizativas que van a desestabilizar los lugares que se consideraban fijos en el ejercicio de la política. Nos encontramos entonces con alternativas, maneras de redefinir y reapropiarse, que consolidan otras formas de idear y hacer la política, que incluso se pensará en plural como otras políticas a partir de prácticas colectivas que crean nuevos significados para superar los estrechos límites de la acción política convencional.

## **2. Los feminismos y la redefinición de la política**

Para empezar es importante aclarar que no existe una única política feminista tal como no existe un único feminismo, por lo que haré referencia de manera general a lo que diferentes políticas feministas proponen frente a la política tradicional, formal, institucional. La posición de partida será la “ruptura con la concepción clásica de la política cuya definición la reduce al ejercicio del poder público, así como con la idea de que lo político es un asunto cuyos contenidos son determinados dentro de las fronteras del sistema institucional” (Tarrés, 2002:120).

Los movimientos feministas son reconocidos por las transformaciones que han suscitado en la concepción de la política y el ejercicio que se hacía de la misma; como el hecho de ampliar la noción del dominio del poder público a la dominación y subordinación en el ámbito privado y sus implicaciones en la vida de las mujeres. Se trata entonces de pensar la política de manera más amplia al reconocer que su concepción y práctica tradicional era limitante para quienes no ostentaban el

poder, particularmente las mujeres a quienes les era negado por su condición y posición de género, así como a las personas racializadas y subalternizadas. Los feminismos vinculan la política con el ejercicio del poder en todos los ámbitos, no solo en el público, en el sentido que Mouffe (1999) señala como político al afirmar que allí donde existe una relación de poder hay una relación política que puede potenciarse o interrumpirse.

Los aportes de los feminismos a la redefinición de la política incorporan el cuestionamiento a las formas hegemónicas de ejercerla y concebirla, poniendo en discusión la supuesta racionalidad universalista y su propósito homogeneizador que desconoce la potencialidad política de las diferencias; sustentado en una generalidad y neutralidad que los feminismos han objetado ya que siempre se procede parcialmente desde posiciones que se traducen en discriminaciones y exclusiones. De esta manera, se contradice la pretensión de igualdad basada en el mencionado supuesto criterio de neutralidad y generalidad que en realidad beneficia solo a unos (Castañeda, 2002).

Asimismo, una propuesta fundamental de los feminismos para repensar la política será superar las dicotomías excluyentes sobre las que se ha sostenido la política institucional tradicional; entre ellas la diferencia entre lo público y lo privado a cada uno de los cuales le corresponde un supuesto sujeto hombre o mujer respectivamente, así como escenarios políticos como el Estado, los partidos y los sindicatos en el caso de los hombres, o los barrios y la comunidad para las mujeres. Se cuestiona lo público concebido como lugar privilegiado de la política que se construye en contraste, negación y oposición con lo privado, lo que genera la justificación de los lugares sociales asignados a hombres y mujeres en el juego de la política formal. En este sentido, siguiendo a Nancy Fraser (1992), se trata de evidenciar las implicaciones que los términos público y privado tienen en la política, ya que no designan simplemente ámbitos sociales sino que son clasificaciones culturales y etiquetas retóricas que en el discurso político son tan poderosas que se utilizan para deslegitimar intereses, opiniones y temas, así como para valorizar otros.

Las políticas feministas van a insistir por tanto en lo que implica para el espacio del poder dominante pensar lo privado como político, sosteniendo la importancia y vigencia de la apuesta feminista de que lo personal es político, que

no niega la distinción entre lo público y lo privado, pero si niega la división social entre la esfera pública y la privada, con tipos diferentes de instituciones, actividades y atributos humanos. De este lema se desprenden dos principios: (a) *a priori* no se debe excluir ninguna



institución o práctica social como tema propio de discusión y expresión públicas; y (b) no se debe obligar a la privacidad a ninguna persona, acción o aspecto de la vida de una persona (Young, 1990: 114).

Además, los feminismos han destacado el papel que tiene la cultura patriarcal en la definición no solo de la vida cotidiana sino de las relaciones sociales, las instituciones y por tanto de la política, ya que ésta “constituye una de las actividades humanas más influidas por los mandatos de la cultura sexual [...] Es interesante resaltar que la propuesta del movimiento cuestiona la actividad práctica e interroga la reflexión disciplinaria sobre la política” (Tarrés, 2002:120-121). De esta manera las políticas feministas interpelan las bases de la política tradicional que se ha sustentado en la exclusión no solo de las mujeres; de allí que también cuestionen categorías como la de ciudadanía ya que ésta reconoce la supuesta igualdad formal de los individuos pero, tal como las nociones de libertad y consenso, realmente excluyen a las mujeres al ser el ámbito de lo público el principal escenario de lo que se considera político separándolo claramente de la esfera privada y personal.

Los feminismos han sido gestores de nuevas formas de concebir lo político al politizar lo que no era considerado como tal: temas, problemas, espacios, modos de hacer, para que formen parte del debate cotidiano proponiendo un activismo que “tendría que y debería siempre darse en una multiplicidad de espacios y lugares que no suelen considerados «propiamente políticos»” (Álvarez, 2000:30). Asimismo, no se trata de pensar en los intereses y necesidades de las mujeres solamente, ni de ampliar su representación en los espacios formales de la política institucional, sino de reconocer la diversidad de formas de participación política que constituyen las apuestas feministas más amplias articuladas con diversas demandas. Para poner en práctica esta política feminista será importante contextualizar las reflexiones con el objetivo de conocer cómo se expresan específicamente los sistemas políticos, ya que aunque estén alineados en categorías que se pretenden universales —como democracia— éstos sistemas repercuten de manera diferencial en la vida de las mujeres y de los sectores subordinados.

Un aspecto importante para superar estos límites que impone la política formal tiene que ver con quiénes pueden hacer política más allá de las y los representantes y dirigentes, ello se relaciona también con cómo se supone que se debe hacer política, a lo que se le suma la diversidad que incluye hoy lo que consideramos como político. Así, lo que podemos reconocer como otras políticas no solo

se posicionan frente a la tradicional y sus vacíos e incongruencias, sino también frente a las implicaciones de las formas actuales de dominación del capitalismo, el patriarcado, el colonialismo, el heterosexismo, el militarismo, y demás sistemas de dominación que imponen nuevos retos para la política.

### **3. Los movimientos sociales y el redimensionamiento de la política**

Los movimientos sociales en su diversidad han sido un actor clave en el redimensionamiento de la política, sacándola de la esfera político-estatal al considerar que tanto las formas tradicionales de participación y representación como el rol del Estado se encuentra en crisis. Así se constituyen en actores políticos que toman la palabra que muchas veces les fue negada, diversificando las demandas que ya no se agotan en el reconocimiento formal de derechos que suponía la lucha política, lo que lleva a replantear conceptos claves como el de ciudadanía y a transformar la acción política.

En esta línea de reflexión, Sonia Álvarez, Evelina Dagnino y Arturo Escobar (2000) analizan como en el contexto latinoamericano los movimientos sociales desempeñan un importante papel en la construcción de proyectos sociales democráticos, donde no solo están en disputa los parámetros de la democracia sino las “propias fronteras de lo que debe ser definido como arena política: sus participantes, instituciones, procesos, agendas y campos de acción [evidenciando una] amplia gama de esferas públicas posibles” (Álvarez et al., 2000:15-16), donde la ciudadanía sea ejercida y los intereses de la sociedad no solo sean representados sino remodelados; de allí que las autoras y el autor afirmen que los movimientos sociales, particularmente los latinoamericanos, luchan para redefinir el propio sentido de nociones convencionales de ciudadanía, representación política, participación y por tanto la propia democracia.

Así los lugares y las formas que considerábamos estables para el ejercicio de la política van a ser insuficientes frente a las propuestas de los movimientos sociales, por ello la política va a estar en constante construcción, transitando y politizado espacios, entre ellos los que habían sido neutralizados y despolitizados, así como asuntos que no eran considerados como políticos. Además, va a ser importante reconocer y valorar la diversidad de sujetos como agentes políticos y expandir los espacios de participación más allá de los formales; para superar el vínculo que se había construido entre la participación convencional de la democracia representativa como única expresión del ejercicio de la política y las frustraciones

que generan las prácticas convencionales, reconociendo así los límites del Estado y por tanto ampliando la noción de la política.

Estas luchas de poder implican ampliar los repertorios de acción política y de protesta social que cuestionan la capacidad de respuesta del Estado y que en últimas constituyen lo que se considera un nuevo paradigma político. Para que esto sea posible, afirma David Slater (2000) que una característica de lo político será el cuestionamiento de lo socialmente dado, así los movimientos sociales subvierten los datos tradicionales del sistema político cuestionando su funcionamiento aparentemente normal y natural revelado los significados velados de lo político encerrado en lo social; de allí que uno de sus elementos más importantes sea las maneras como los movimientos sociales contribuyen a reconfigurar lo político en las condiciones actuales, transformando la acción política convencional como reflejo de otras formas de ejercer la ciudadanía.

Estas luchas implican además una política simbólica, en el sentido de luchas por el poder interpretativo que se desencadenan cuando entran en conflicto distintos universos simbólicos sobre lo político (Delgado, 2007). Así las nuevas maneras de pensar y ejercer la política que concretizan los movimientos sociales se identificará como una dimensión de la cultura relacionada con las luchas por los sistemas de representación (Maccioni, 2002), es en ese sentido que podemos comprender “que los cuestionamientos culturales no son meros subproductos de las luchas sociales, sino más bien elementos constitutivos de los esfuerzos orientados hacia nuevas definiciones del significado y de los límites del propio sistema político por parte de los movimientos sociales” (Dagnino en Escobar, et al., 2001:27). La cultura por tanto se transforma en un hecho político (Álvarez et al., 2000), lo que hace importante comprender en la actualidad cómo se concreta esta apuesta; una forma es profundizar particularmente en la relevancia que ha tenido y tiene el arte en la transformación de la acción política y por tanto en la redefinición de la política.

#### **4. La potencia política del arte**

El arte con sus propios medios tiene la capacidad de movilizar tanto individual como colectivamente, esto implica reconocer que no es un recurso sino que en sí mismo el arte contiene una potencia que logra no solo mostrar, transmitir, sino incluso incidir en transformaciones sociales. De allí la importancia de comprender su potencia política, cómo y por qué puede llegar el arte a ser útil en y para

movilización política; abordando las prácticas artísticas en el sentido de cómo pueden adecuarse y articularse para convertirse en elementos de la praxis política, recurriendo a sus medios, fortaleciendo sus potencialidades; se trata de reafirmar lo que ella aporta, remueva, favorece, impulsa en y para los proyectos políticos, teniendo en cuenta lo que logra en términos de producción de sentidos y su carácter relacional.

Un aspecto que posibilita repensar la experiencia artística, no como algo definido y exclusivo de un espacio, una clase, un momento histórico, es su relación con la política, comprendida como un devenir donde confluyen varios aspectos que parten de reconocer el lugar que el arte ocupa en una sociedad y la manera como contribuye a un cambio. El arte no es neutral, la pretendida neutralidad que se le ha adjudicado es de por sí una postura ideológica que desvía la mirada y la sujeta a problemas estéticos reducidos en la tendencia del arte por el arte, implantando una separación entre el/la artista, el medio social y los procesos que implica la producción, de esta manera se pretende delimitar el quehacer del arte y en esa medida su percepción y función.

Por el contrario, se trata de comprender cómo se apropian, renuevan, reinventan, resignifican determinadas prácticas artísticas en su estrecha relación con la acción política, creando tanto nuevas formas de actuar político como propuestas artísticas. Ello que no se restringe solamente a ver la apropiación de una expresión artística o la dimensión estética de una protesta, ya que en este caso la politización de la estética, la potencia política del arte, se reduciría a una estetización de la política (Delgado, 2013). Para que esto sea posible se ha propuesto reconocer las posibilidades que tiene el arte en la vida cotidiana, potenciando espacios y expresiones habitualmente no relacionadas con éste; resaltando que debe responder a los contextos sociales y los públicos que están en constante transformación.

En estas propuestas el espacio público, considerado como el escenario de la política por excelencia, va a ser redimensionado. Allí lo participativo, lo colectivo, va a ser central en la medida en que puede representar más que un discurso una apuesta política por la participación democrática directa que supere los límites de los mecanismos formales establecidos en las democracias representativas, así como los lenguajes instaurados para ello. Aquí las expresiones artísticas más que un medio van a ser la forma de hacer política, una política otra que se posiciona de manera crítica frente a diversos problemas sociales.

Asimismo, otra forma de concretar la potencia política del arte es el uso y la reinención de las expresiones artísticas para reflexionar sobre lo cotidiano, desnaturalizar aspectos de la vida normalizados que, por el contrario, son productos de relaciones de poder y expresión de desigualdades y discriminaciones; además de presentar y representar otras miradas de diversos aspectos sobre los cuales impera una visión hegemónica y así movilizar diferentes voces y puntos de vista. En relación a estas apuestas el arte feminista fue uno de los pioneros, su influencia, tanto en el arte activista como en el activismo político, es ampliamente reconocida.

El arte feminista, como otras experiencias de arte con política, van a mostrar la importancia de la postura de la o el artista que se piensa y actúa también como activista; ya que, aunque el rol de la o el artista sigue siendo central, las modificaciones que traen a las prácticas artísticas estas apuestas tienen implicaciones también en la idea de quién o quienes pueden hacer arte, con qué fines y al servicio de qué y para quién. De allí surgen diversas experiencias en la apropiación que se hace del arte fuera del canon, que se han denominado como “estéticas de la resistencia” y “estéticas alternativas”, con las cuales se procura cambiar ciertas pautas culturales y sociales, así como transformar la producción artística y su recepción.

Hal Foster (2001) sugiere que al reconocerse lo cultural como un lugar de contestación, la cultura como un lugar de conflicto, la estrategia a seguir es la resistencia como práctica que exceda las pretensiones del capital, con el fin de enfrentar la capacidad que éste tiene de beneficiarse y descodificar lo que se constituye en su contra —tal es el caso de la contracultura—. De allí que el autor abogue por proyectos de posición contrahegemónica y de resistencia “con el fin de no ver la sociedad como “un sistema total”, sino como una coyuntura de prácticas, muchas de ellas contrapuestas, en donde lo cultural es una arena donde es posible la contestación [...] solo será en estos términos —en tanto práctica de resistencia o interferencia— como se puede concebir lo político en el arte” (Foster, 2001:106). Asimismo, el autor afirma que las prácticas de resistencia que son posibles deben superar la idea central de las propuestas contraculturales que solo se preocupan por apoderarse de los medios ignorando la dominación que esta inscrita en sus propias formas, a las cuales es difícil de responder estructuralmente.

Se trata por tanto no solo de la reapropiación sino de la resignificación que del arte pueden hacer las personas y los colectivos que han sido subalternizados,

racializados, excluidos, víctimas de violencias, etc., quienes también encuentran en el arte otras formas de denunciar y expresar no solo los disentimientos sino las propuestas. El arte por tanto tiene la posibilidad de ser potencializado para diversos fines, con lo que cada expresión artística podría aportar según los objetivos propuestos; también como forma de resistencia y respuesta, representa una oportunidad para los colectivos a los que les es negado el acceso a los espacios institucionales de la política o que ya no los encuentran legítimos. Se trata entonces de la puesta en práctica de una noción más amplia de la política que no solo tiene que ver con los espacios formales de las democracias representativas, sino con el ejercicio cotidiano, la politización de diversos aspectos de la vida, la política como conjunto de relaciones donde también tienen lugar los afectos, las sensibilidades, los anhelos por mundos mejores.

En este sentido, la relación del arte con lo social no solo se pensaría en términos de las maneras como éste la determina, sino el rol que el arte puede tener justamente en su transformación. Así las propuestas de las prácticas artísticas no solo simbolizarían lo que constituye la vida social sino que tienen la posibilidad de re-simbolizarlo, es decir, no es un mero reflejo de la realidad ya que entran a mediar los lenguajes artísticos — sean estos plásticos, musicales, literarios, cinematográficos, performativos, etc. — y las diversas formas como éstos se han construido y son apprehendidos históricamente, en relación con los contextos en los que tienen lugar. Por tanto, no se trata solo de una crítica de la representación dominante, sino de la representación misma como proceso, práctica que consiste en mostrar como las representaciones de la realidad son parciales y están ideológicamente definidas expresando relaciones de poder.

Para que esto sea posible y se resignifique la potencialidad política del arte, éste ha extendido su acción más allá del campo artístico, incrementando a las prácticas artísticas basadas en objetos otras prácticas donde van a ser fundamentales los contextos; por eso el uso de los medios de comunicación, los espacios urbanos, las redes digitales, así como diversos espacios de participación social, nuevas disposiciones del arte que sobrepasan la dicotomía encerramiento-transgresión. Así la superación de barreras que trascienden lo artístico posibilitan una reflexión sobre el estado del mundo (Canclini, 2010).

De allí que esta acción política tenga lugar en espacios susceptibles de ser analizados con más profundidad, sobre los cuales se busca incidir creando procesos artísticos que piensen e influyan en lo concreto, lo inmediato, lo transformable.

Así se explora la potencia política del arte para la movilización de alternativas y propuestas políticas, donde se conjuguen lo silenciado y sujetado al olvido, lo descalificado y subvalorado, y lo que aún está por construir para poder resistir a la cultura hegemónica que nos arrebatara el arte de las manos.

## **5. Activismo artístico feminista**

Los feminismos como movimientos políticos han tenido una amplia repercusión tanto sobre el arte activista como sobre el que se posiciona como feminista, creando así un tipo de arte subversivo que recupera, retoma los espacios negados a las mujeres y la potencia de la autorepresentación. El activismo feminista con todas sus estrategias así como las teorías feministas van a constituirse en fuentes importantes para el trabajo de las artistas que se posicionan como feministas, estrechando la relación entre pensamiento feminista y creación artística.

Asimismo, el arte feminista incide y confronta no solo al arte como institución supuestamente universal y neutral, sino a la sociedad misma configurada desde un orden patriarcal, cuestionando los presupuestos de la cultura dominante; de allí su importancia para la acción política y el hecho que las propuestas de las artistas feministas reflejen la necesidad de un arte comprometido con la transformación social. Ello permite repensar la función social del arte y su sentido, la manera como las acciones políticas artísticas pueden reinventar la acción política, cómo las prácticas artísticas, en general el arte y la cultura pueden ser caminos de transformaciones sociales.

El activismo artístico feminista se trata de una apuesta por determinadas expresiones artísticas como práctica política, potenciando las propuestas de modos de hacer que devienen de prácticas artísticas feministas, con el fin de superar las formas tradicionales de hacer política y de hacer arte para volverlas más pertinentes y contundentes, en la búsqueda de construir conocimientos, concientización, denuncia y acción. Así el arte deja de ser la forma y la política el contenido al relacionarse estrecha, horizontal y correspondiente.

De esta manera se concretan otras políticas feministas que serán diversas, colectivas, artísticas, corporizadas; en respuesta a la necesidad de que los feminismos también construyan políticamente desde otros lenguajes, como los artísticos, apostando por repertorios de acción política diferentes a los usados tradicionalmente y reconociendo otras prácticas y conocimientos feministas que no son sólo

los de la academia; así como será posible también comunicar reflexiones feministas elaboradas en ésta.

Esto implica reconocer las artes feministas como otras formas de hacer política feminista, como otros activismos que hacen posible tocar, pintar, cantar, gritar, performacear<sup>[1]</sup> los feminismos; contruidos en la acción de un hacer política feminista que además será agradable, gozosa, divertida, festiva. Todas estas propuestas pueden ser impulsadas por activistas que sin necesidad de contar con una formación profesional en el campo artístico hacen arte, aprendiendo en el propio quehacer de las apuestas colectivas donde acceden a diferentes lenguajes artísticos para potenciarlos y posicionarlos en diferentes escenarios políticos. De esta manera se enfrenta el desgaste de las formas de la política tradicional y se libera el arte de los espacios creados oficialmente para su difusión, haciendo de ésta una práctica al alcance de todas y todos.

Esta descripción de lo que he denominado acciones políticas artísticas feministas deviene de mi experiencia de trabajo con colectivas de activistas, grupos artísticos y artistas posicionadas como feministas en Colombia. Cada una de estas propuestas implican una reflexión más amplia, sin embargo a manera de ejemplo de lo que analizo en este artículo narraré algunos aspectos de sus activismos artísticos feministas.

La Tremenda Revoltosa es una batucada feminista compuesta actualmente por 25 feministas diversas que le apuestan al activismo feminista desde el arte. Con los tambores luchan de manera autónoma y autogestionaria contra el racismo, el heterosexismo normativo, el capitalismo, el militarismo y otras formas de opresión y violencia. La calle es el escenario donde gozan su activismo con una apuesta clara por renovar las formas de hacer política feminista en Colombia. Para ellas el arte no es solo forma, ni la música la parte divertida y recreativa que anima una manifestación política, por ello con la batucada buscan revertir ese lugar que el arte tiene en la política para hacer de éste la acción y la construcción política misma. Las activistas de La Tremenda Revoltosa saben que cuando avivan el discurso feminista a través de los tambores esto hace que llegue a otras personas, las atrae y las interpela de otras maneras<sup>[2]</sup>.

1. "Performacear es la literalidad del verbo que significa devenir, que dice haciendo, piensa y hace desde una trascendencia de sus actos, que pueden tener algo terapéutico no sólo para quien realiza la acción, sino también para quien la presencia" (Antivilo, 2015:150).

2. Ver más sobre la acción artística feminista de La Tremenda Revoltosa en: <<https://www.youtube.com/watch?v=7OKkbRM7TDc>>.



Esta Batucada Feminista también con consignas, comunicados, intervenciones públicas, manifestaciones, propone una mirada feminista crítica frente a los diversos problemas sociales, económicos, políticos que afectan a la sociedad colombiana. Se articulan por tanto con otros movimientos sociales, construyendo un feminismo que no es “efímero, es trascendente desde lo más íntimo, individual, corporal, hasta lo más colectivo”<sup>[3]</sup>.

Féminas Festivas es una colectiva feminista de la ciudad de Cali que apuesta por la creación artística y comunicativa con la cual abordan diferentes temas como militarismo, ecología, violencias contra las mujeres, feminismos, derechos, aborto, paz, la colonización, el capitalismo, entre otros. Con su apuesta de activismo feminista que denominan como “experimentos chamánicos-políticos-poéticos” intervienen en la calle, en las escuelas, en las fiestas, en las manifestaciones, donde quieran. Su activismo es potente al manejar la ironía, las imágenes, los sonidos, el performance, el teatro, diferentes materiales, medios y lenguajes con los cuales proponen juegos donde se enlaza el arte con la comunicación, creando programas de radio, videos, campañas gráficas, radioteatro, fanzines, performances para conspirar en colectivo y tejer el mundo que quieren.

Una de sus acciones artísticas feministas es la “Estación MUAK travesti de besitos”, pensada para performativisarse y cambiar el género de quien participa; la intención es que haya un beso solidario entre las personas que transitan las tres tomas que son atracción, seducción y muak. La Estación es definida por la colectiva como una zona temporalmente autónoma que perturba las estructuras del control social heteronormativo; un tiempo-espacio de autoorganización basado en la alegre existencia y el espíritu festivo. Itinerante, cuántica, mutante, intencional. Un laboratorio experimental de fusión y creación de imágenes de la experiencia género y de la práctica anárquica del amor, el cuerpo y la seducción. Es también un taller de erotismo solidario en forma de sesión fotográfica. La Estación ha sido montada en plazas públicas, colegios, festivales de performance, fiestas, entre otros<sup>[4]</sup>.

Ana María Villate Marín es una artista plástica feminista bogotana, con formación en bellas artes y en estudios culturales. Con su trabajo artístico se posiciona críticamente frente a los estereotipos de género dominantes en la publicidad, el deber ser de la feminidad impuesta, la performatividad del género, así

3. Entrevista a Yete Trejos de La Tremenda Revoltosa, Bogotá 4 de agosto de 2015.

4. Ver más sobre las propuestas de Féminas Féstivas en: <<https://feminasfestivas.hotglue.me/?muak>>.

como la situación política del país, el poder, el colonialismo; por medio de performances, video arte, dibujo, pintura y escultura con los cuales ha participado en diversas iniciativas colectivas y exposiciones desde el 2003. El performance con el que Ana María Villate comienza su camino como artista feminista es “¿Vanidososa?”, en éste la artista en una mesa dispuesta para cenar como cualquier otra se come las páginas de la revista Vanidades, una publicación representativa de las denominadas revistas femeninas donde los estereotipos y las constricciones de género son evidentes.<sup>[5]</sup>

El grupo de teatro La Máscara de la ciudad de Cali abrió el camino en Colombia para cambiar el lugar de las mujeres en el teatro. De la actuación en otros grupos de teatro mixtos pasaron a ser protagonistas, directoras, creadoras, escritoras, haciendo dramaturgias atrevidas y montajes propios en torno a temas que no eran abordados comúnmente en el teatro como el aborto, la prostitución, la violencia contra las mujeres, entre otros; reconociendo y dando importancia política a problemas relacionados con las mujeres que se atrevieron a llevar a los escenarios y a las calles por primera vez en el país. Como pioneras del teatro de género y feminista en Colombia desde 1972 hasta el día de hoy han construido con su propuesta teatral una mirada estética y crítica frente a la situación de las mujeres en el país y en el mundo. Asimismo, lideran espacios de formación en dramaturgia feminista y trabajos comunitarios en la búsqueda de construcción de alternativas de vida para mujeres, jóvenes, niñas y niños de sectores empobrecidos de la ciudad a partir de las diversas herramientas del teatro.

Con un recorrido de más de diez años en la escena Polikarpa y sus Viciosas es una de las primeras bandas de punk compuesta solo por mujeres en Colombia, con su música en diferentes espacios de activismo denuncian la situación de las mujeres y del país desde una postura anarco-punk feminista. Como banda cuentan con un reconocimiento en la escena punk incluso a nivel internacional, que las ha convertido en un referente para que otras mujeres se animaran a tener sus propias bandas transformando esta escena marcada fuertemente por la presencia masculina.

Polikarpa y su Viciosas participa activamente en conciertos que ellas conciben como acciones políticas, así como en las luchas del movimiento de mujeres y feminista en el país en sus movilizaciones y campañas. Para ellas el concierto de punk

---

5. Algunas obras de Ana María pueden ser vistas en su portafolio disponible en: <<http://anamariavillate.laveno.org/>>.

es una manera de discurso y movilización política, haciendo que la relación entre arte y política sea directa porque hacen música pero pensada con un fin político fuerte. Un ejemplo de ello fue su concierto en el festival Antimili sonoro del 2015, donde en diferentes momentos del concierto subieron al escenario dos mujeres del grupo que se conoce en el país como “Las Madres de Soacha”, quienes vienen luchando por verdad, justicia y reparación en el asesinato de sus hijos por parte del Estado colombiano.<sup>[6]</sup>

## **6. Corolario... Renovación mutua, reinventar el vínculo entre arte y política**

Repensar la relación entre arte y política además de considerar lo político en el arte (Richard, s.f.) implica comprender como se construyen otros significados y prácticas sobre la política y sobre el arte, para comprender como sus límites y desplazamientos se remueven cuando entran en relación, y así divisar lo tenues que pueden ser sus fronteras experimentadas como espacios desestabilizadores, puesto que de esta manera “se imbrica la intervención con la lógica que motiva la expansión del arte allende las fronteras del objeto, con lo cual se ganan espacios -transversales y fronterizos- de intervención” (Yepes, 2012:56).

Se trata de potenciar los leguajes artísticos para poner en ellos otros discursos desde posturas feministas críticas, teniendo en cuenta las implicaciones y compromisos políticos de estas apuestas de activismo con otros lenguajes más accesibles donde el arte es politizado para denunciar, comunicar y resistir. Así se refuerza lo estético para expresar inconformidades y otras miradas sobre la realidad que, aunque no transforme directamente la sociedad, sí denuncia, cuestiona y rompe el silencio, haciendo factibles otras propuestas que cambian no solo el lugar del arte en nuestra sociedad sino en la política.

El arte y la política feminista han transformado y transforman los mundos del arte y la política que son limitantes. Para quienes tienen ideas tradicionales del arte y de la política propuestas de activismo artístico feminista pueden no ser ni lo uno ni lo otro, sin embargo, cuando se conjuga el arte y la política desde una perspectiva feminista se construye otra relación entre éstas y se hace otro camino. En este devenir, además de la teoría feminista, ha sido muy importante la experiencia, cómo comunicar, mostrar, poner en discusión lo que pensamos y proponemos, es

---

6. Ver esta acción en: <[https://www.youtube.com/watch?v=nx8c\\_fQOMV0](https://www.youtube.com/watch?v=nx8c_fQOMV0)>.

allí donde entran los aportes de las artistas que junto con las activistas van tejiendo entre movimiento, activismo, teoría y práctica artística feminista.

## Referencias

- Álvarez, Sonia, Dagnino, Evelina, Escobar, Arturo (org.) (2000) *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- Antivilo P., Julia (2015) *Entre lo sagrado y lo profano se tejen rebeldías. Arte feminista Latinoamericano*. Bogotá: Ediciones desde abajo.
- Canclini, Nestor García (2010) *La sociedad sin relato. Antropología y estética de la inminencia*. Buenos Aires: Kats editores.
- Castañeda G., Griselda (2002) El ejercicio de la ciudadanía de las mujeres y su contribución a la democracia. *Debate Feminista* Año 12. Vol. 23. Abril: 125-137.
- Delgado, Ricardo (2007) Los marcos de acción colectiva y sus implicaciones culturales en la construcción de ciudadanía. *Universitas humanística* no. 64: 41-66.
- Delgado, Manuel (2013) Artivismo y pospolítica. Sobre la estetización de las luchas sociales en contextos urbanos. *Institut Català d'Antropologia QuAderns-e* número 18 (2): 68-80.
- Escobar, Arturo et al. (eds.) (2001) *Política cultural & cultura política: una mirada sobre los movimientos sociales latinoamericanos*. Bogotá: Taurus.
- Foster, Hal (2001) Recodificaciones: hacia una noción de lo político en el arte contemporáneo. In Blanco, Paloma y Carrillo, Jesús (et. al.). *Modos de hacer. Arte crítico, esfera pública y acción directa*. Salamanca: Universidad de Salamanca: 95-126.
- Fraser, Nancy (1992) Repensando la esfera pública: una contribución a la crítica de la democracia actualmente existente. *Debate Feminista*. Año 4 vol. 7, México D.F: 23-58.
- Ibarra, Pedro y Cortina, Mercè. (Comps.) (2011) *Recuperando la radicalidad. Un encuentro en torno al análisis político crítico*. Barcelona: hacer Editorial.
- Maccioni, Laura (2002) Valoración de la democracia y resignificación de “política” y “cultura”: Sobre las políticas culturales como metapolíticas. In: Daniel Mato (Coord.). *Estudios y Otras Prácticas Intelectuales Latinoamericanas en Cultura y Poder*. Caracas: CLACSO, CEAP, FACES, Universidad Central de Venezuela: 189-200.
- Mouffe, Chantal (1999) *El retorno de lo político. Comunidad, ciudadanía, pluralismo, democracia radical*. Barcelona: Paidós.
- Richard, Nelly (s.f) Lo político en el arte: arte, política e instituciones. *E-misférica*, Disponible en: <http://hemi.nyu.edu/hemi/en/e-misferica-62/richard> (accedido el 3 de junio de 2013).
- Rodríguez, Emanuel (2012) Retos y encrucijadas conceptuales del estudio de la política como sistema cultural. *Andamios*, vol. 9, no 18: 263-291.

- Slater, David (2000) Repensando as espacialidades dos movimentos sociais. Questões de fronteiras, cultura e política em tempos globais. In: Álvarez, Sonia, Dagnino, Evelina. & Escobar, Arturo. (org.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*. Belo Horizonte: Ed. UFMG: 503-533.
- Tarrés, María Luisa (2002) Para un debate sobre la política y el género en América Latina. *Debate feminista*, año 13, vol. 26. México D.F: 119-139.
- Yepes M., Rubén Darío (2012). *La política del arte. Cuatro casos de arte contemporáneo en Colombia*. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana.
- Young, Iris Marion (1990) Imparcialidad y lo cívico público. Algunas implicaciones de las críticas feministas a la teoría moral y política. In: Behabid, Seyla & Cornella, Dru-cilla (Eds.) *Teoría feminista y teoría crítica. Ensayos sobre la política de género en las sociedades del capitalismo tardío*. Valencia: Edicions Afons El Magnàmin: 89-117.



1. Representação Política,  
Eleições e Sistemas Eleitorais  
*Manuel Meirinho*
2. A União Europeia como Actor Global  
*Carla Costa, Andreia Soares,  
Marcos Ferreira, Maria João Pereira*
3. Economia do Desenvolvimento  
*António Rebelo de Sousa*
4. Economia Pública  
*José Albano Santos*
5. Comunicação Estratégica:  
As Relações Públicas  
*Sónia Sebastião*
6. Introdução ao Serviço Social  
*Maria José Silveira Nuncio*
7. Os Conflitos Étnicos e Interculturais  
*Marina Pignatelli*
8. Gestão Financeira  
*António Rebelo de Sousa*
9. Cidadania e Participação Política  
*Manuel Meirinho Martins*
10. Temas de Relações Económicas  
Internacionais  
*Carla Costa*
11. Instituições e Políticas de Regulação  
*Eduardo Lopes Rodrigues*
12. Sociologia do Consumo  
– aplicada ao Marketing e à Comunicação  
*Raquel Barbosa Ribeiro*
13. Sociedade e Cultura na Área Islâmica  
*Teresa de Almeida e Silva*
14. Ciência Política – Estudo da Ordem  
e da Subversão (6.ª edição)  
*António de Sousa Lara*
15. Subversão e Guerra Fria  
*António de Sousa Lara*
16. Sociologia Política e Eleitoral  
(2.ª edição)  
*Paula do Espírito Santo*
17. Princípios de Economia  
*Carla Costa, Armando Cruz,  
Elvira Pereira, José Dantas Saraiva  
e Jorge Rio Cardoso*
18. [www.CulturasDigitais.com](http://www.CulturasDigitais.com)  
*Coord. Cláudia Vaz*
19. Teoria da Política Social  
*Hermano Carmo*
20. Sociologia da Comunicação  
*Maria João Cunha Silvestre*

21. Teorias das Relações Internacionais  
*Victor Marques dos Santos  
e Maria João M. Ferreira*
22. Sociedade Civil Transnacional  
*Victor Marques dos Santos  
e Maria João M. Ferreira*
23. Elementos de Análise Política Externa  
*Victor Marques dos Santos*
24. Cultura Contemporânea  
*Sónia Sebastião*
25. Estudos de Área: América Latina  
*Raquel Patrício*
26. Economia Pública (2.ª edição)  
*José Albano Santos*
27. Políticas da Família e Intervenção Social com Famílias  
*Maria José Silveira Núncio*
28. Ciência Política – Estudo da Ordem e da Subversão (7.ª edição)  
*António de Sousa Lara*
29. Teoria Fiscal (2.ª edição)  
*José Albano Santos*
30. Teoria Organizacional  
– Estruturas e Pessoas (7.ª edição)  
*João Abreu de Faria Bilhim*
31. Ciência da Administração  
– Fundamentos da Administração Pública  
*João Abreu de Faria Bilhim*
32. Parentalidade: um contexto de mudanças  
*Margarida Mesquita*
33. Marketing Político  
*Jorge de Sá*
34. Fundamentos de Comunicação Integrada Organizacional e de Marketing  
*Sónia Sebastião*
35. Intervenção Social com Grupos  
*Hermano do Carmo, Ana Esgaio  
e Carla Pinto*
36. Desenvolvimento Comunitário  
*Hermano do Carmo, Ana Esgaio,  
Carla Pinto e Paula Campos Pinto*
37. Parentalidade(s) nas Famílias Nucleares Contemporâneas  
*Margarida Mesquita*



38. Introdução ao Serviço Social  
(2.<sup>a</sup> edição)  
*Maria José Silveira Núncio*
39. História da Administração Pública  
Portuguesa  
*Joaquim Croca Caeiro*
40. Estado Social, Políticas Públicas  
e Política Social  
*Joaquim Croca Caeiro*
41. Ciência Política – Estudo da Ordem  
e da Subversão (8.<sup>a</sup> edição)  
*António de Sousa Lara*
42. Representação Política, Eleições  
e Sistemas Eleitorais (2.<sup>a</sup> edição)  
*Manuel Meirinho*
43. Gestão Estratégica de Recursos Humanos  
(5.<sup>a</sup> edição)  
*João Bilhim*
44. A União Europeia  
e as Dinâmicas da Europeização  
*Maria João Militão Ferreira*
45. História e Conjuntura  
nas Relações Internacionais  
*Nuno Canas Mendes*
46. Ciência Política – Estudo da Ordem  
e da Subversão (9.<sup>a</sup> edição)  
*António de Sousa Lara*
47. Gestão de Recursos Humanos  
TOMO I – Gestão e Economia  
*Coord. Miguel Pereira Lopes*
48. Gestão de Recursos Humanos  
TOMO II – Ciências Sociais  
*Coord. Miguel Pereira Lopes*
49. Gestão de Recursos Humanos  
TOMO III – Recursos Humanos  
*Coord. Miguel Pereira Lopes*
50. Agenda Internacional  
– Os *Media* e as Relações Internacionais  
*Maria João Militão Ferreira*
51. Manual de Ciência Política  
– Teoria Geral da República  
*José Adelino Maltez*
52. História da Administração Pública  
Portuguesa – Volume II:  
Do Liberalismo ao Estado Novo  
*Joaquim Croca Caeiro*
53. Teoria das Relações Internacionais:  
uma perspetiva  
*Raquel de Caria Patrício*
54. Sociologia Política e Eleitoral – Atitudes  
e Comportamento Eleitoral (3.<sup>a</sup> edição)  
*Paula do Espírito Santo*

EDIÇÕES  
**ISCSP**

— Coleção —

**ESTUDOS POLÍTICOS E SOCIAIS**

1. Abecedário de Teoria Política  
– Pela Santa Liberdade I  
*José Adelino Maltez*
2. Biografia do Pensamento Político  
– Pela Santa Liberdade II  
*José Adelino Maltez*
3. Mecanismo de Partilha de Poder  
e Acomodação das Elites  
*Miguel Bembe*
4. Colonização Moderna,  
Descolonização e Dependência  
*António de Sousa Lara*
5. Secularismo Pan-Indiano  
vs. Fundamentalismo Hindu  
*Pedro Matias*
6. Conceito Estratégico Nacional  
*Ángelo Correia*
7. Guiné-Bissau: Um Caso  
de Democratização Difícil (1998-2008)  
*Álvaro Correia de Nóbrega*
8. Políticas de Saúde: Fundamentação,  
Prioridades, Opções e Resultados  
*Ana Paula Harfouche*

EDIÇÕES  
**ISCSP**

— Edições de —  
**ANIVERSÁRIO**

1. Valorizar a Tradição  
– Orações de Sapiência no ISCSP
  
2. Uma Vida ao Serviço do ISCSP  
– Homenagem ao Professor Óscar Soares Barata
  
3. Do Império por Cumprir – I  
Portugal e o seu d'alm. Entre o ter e o estar (1820-1925)  
*José Adelino Maltez*
  
4. Do Império por Cumprir – II  
Portugal e o regresso ao d'aquém (1926-1976)  
*José Adelino Maltez*
  
5. Paz e Guerra: Contributo para o diálogo entre Direito  
Internacional e Relações Internacionais – Homenagem  
ao Professor Luís Oliveira Fontoura

EDIÇÕES  
**ISCSP**

————— *Coleção* —————  
**ESTUDOS SOBRE A CPLP**

1. Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: A afirmação global das culturas de expressão portuguesa  
*Sónia Pedro Sebastião (coord.)*
2. Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: A afirmação global das culturas de expressão portuguesa (volume 2).  
Cidadania Lusófona  
*Sónia Pedro Sebastião (coord.)*

EDIÇÕES  
**ISCSP**

————— *Coleção* —————  
**ESTUDOS DO ORIENTE**

1. Antologia Sobre a Ásia Contemporânea:  
Perspetivas de Investigação  
no Instituto do Oriente  
*Carlos Piteira, Nuno Canas Mendes,  
Irene Rodrigues, Teresa de Almeida e Silva (coord.)*

EDIÇÕES  
**ISCSP**

— Coleção —  
**ESTUDOS DE GÉNERO**

1. Violências de Género  
*Sofia Neves e Dália Costa (coord.)*
2. Género, Direitos Humanos e Desigualdades  
*Anália Torres, Paula Pinto e Cláudia Casimiro (coord.)*
3. Estudos de Género:  
Diversidade de Olhares num Mundo Global  
*Anália Torres, Dália Costa & Maria João Cunha (org.)*

**ebook** 

EDIÇÕES  
**ISCSP**

**ebook** 

1. Terrorismo Contemporâneo: Conferências Internacionais  
sobre Terrorismo Contemporâneo, 2016-2017  
*Teresa de Almeida e Silva (coord.)*
2. Ética em Comunicação:  
Reflexões sobre os atributos, os desafios e as práticas  
*Sónia Pedro Sebastião & Paulo Martins (coord.)*

---

O eBook *Estudos de Género: Diversidade de Olhares num Mundo Global* representa simultaneamente um marco na história do **Centro Interdisciplinar de Estudos de Género** e um contributo importante para os Estudos de Género, no plano nacional e internacional.

---

Os textos seleccionados, da autoria de investigadores e investigadoras dos mais variados contextos internacionais (Estados Unidos da América, Brasil, Turquia, Espanha, Reino Unido, Itália, Índia Austrália, França, entre outros) e do contexto nacional, dão contributos importantes para o debate no âmbito dos estudos de género, feministas e sobre as mulheres, aprofundando questões teóricas e conceptuais e/ou apresentando resultados de estudos empíricos. Em ambos os casos trata-se de abordagens igualmente fundamentais para o avanço e consolidação deste campo de estudos numa perspectiva inter e multidisciplinar.

*“Um excelente conjunto de artigos, de grande diversidade e riqueza analítica que mostram a transversalidade e o carácter internacional e global das questões de género.”*



**ISCSP**

INSTITUTO SUPERIOR DE  
CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS  
UNIVERSIDADE DE LISBOA



ebook 

[www.iscsp.ulisboa.pt](http://www.iscsp.ulisboa.pt)

ISBN PDF 978-989-646-133-1